DOM COLUMBA MARMION, O.S.B.

JESUS CRISTO VIDA DA ALMA

Editado por

DOM COLUMBA MARMION, O.S.B.

JESUS CRISTO,
VIDA DA ALMA

Fonte: Traduzido da
versão em espanhol

[Em algumas passagens menos claras
recorreu-se ao *texto em inglês*]

Dom Columba Marmion
(1858-1923)

Filho da Irlanda

José Marmion nasceu a 1 de abril de 1858, na Ilha dos Santos, num ambiente impregnado de fé cristã. O seu pai era irlandês e a sua mãe francesa. Desta dupla ascendência provém a sua natureza rica e complexa: muito sensível, exuberante, cheia de jovialidade, mas impressionável; coração confiante, generoso e compreensivo, tinha o sentido e o gosto da bondade; inteligência clara e penetrante, gozava da fé inabalável dos seus pais. Na medida em que Deus o dotou, assim seriam os seus destinos.

Sacerdote

Perto do fim dos estudos secundários no Belvedere College, dirigido pelos Padres Jesuítas, sentiu-se chamado ao sacerdócio. Apesar de sentir a dureza do sacrifício, entrega-se a Deus com alegria e sem reservas. Recebeu a sua formação sacerdotal no Seminário de Clonliffe, perto de Dublin, e depois em Roma, onde completou com brilhantismo os seus estudos teológicos. Foi ordenado sacerdote no Irish College a 16 de junho de 1881. Depois de regressar ao seu país, serviu no ministério pastoral na sua diocese durante vários anos e ensinou filosofia em Clonliffe. Onde quer que vá, o seu zelo ardente e a sua abnegação inabalável são vivamente evidentes.

Monge beneditino

Mas Deus queria-o noutro lugar. Como tantos outros antigos monges da sua nacionalidade, o padre Joseph Marmion deixou a sua amada terra natal. Recebeu o hábito monástico e o novo nome irlandês de Columba, na Abadia de Maredsous (Bélgica). Ele já é monge e sê-lo-á completamente durante toda a sua vida.

Na vida religiosa, distinguiu-se pela sua constante fidelidade à graça, pela intensa piedade e pela admirável preocupação em adquirir a perfeita obediência. No dia da sua profissão solene, escreveu no seu diário: «Abandono todas as coisas, todas as minhas inclinações, mesmo as mais

sagradas, deixando a escolha das minhas ocupações inteiramente à obediência, sacrificando os meus gostos e tomando solenemente a resolução de empregar o resto da minha vida, se a obediência me ordenar, em ações que me são desprovidas de prazer e pelas quais possa sentir uma grande repugnância.»

Em 1899 foi enviado para a nova abadia de Mont-César, em Lovaina; Aí permaneceu dez anos como prior e professor de teologia para jovens monges, ao mesmo tempo que pregava muitos retiros para padres e casas religiosas. É então que a sua doutrina espiritual, tão humana, tão luminosa, tão equilibrada, centrada em Jesus Cristo e na bondade misericordiosa do Pai celeste, atinge a maturidade na oração e no ministério das almas: uma doutrina vivida antes de ser pregada, e pregada para ser vivida. Apóstolo zeloso, espalhou amplamente a sua palavra entre os seus irmãos e irmãs e no estrangeiro: na Bélgica, França, Irlanda e Inglaterra. Em Lovaina, encontrou-se com o Bispo Mercier, mais tarde Cardeal, que o honrou desde então com a sua fiel amizade e o escolheu como seu confessor. A eloquência deste grande monge, espontânea, simples, cordial, cheia de humor e bondade, brotando de um coração ardente por Cristo e pelos seus membros, cativou e elevou corações. O Cardeal Mercier escreveu um dia sobre Dom Marmion: «Ele faz-nos tocar Deus».

Abade de Maredsous

Eleito a 29 de Setembro de 1909 para a cátedra abacial do seu mosteiro de profissão, Dom Columba governou-o até à sua piedosa morte a 30 de Janeiro de 1923. Verdadeiro pai para os seus monges, foi sobretudo um guia para a sua vida interior e um doutor dos mistérios de Cristo. De saúde frágil e temperamento delicado, sentiu profundamente as muitas provações destes treze anos de abdicação que foram palco da guerra de 1914-1918. Gostava de dizer com ousadia: «Tento encarar tudo o que me perturba com um sorriso».

O homem de Deus

Eis alguns dos seus pensamentos, uma projeção da sua vida profunda em Cristo: «Acredito no amor do Pai e desejo que, em troca, *veja* o meu amor por Ele em Jesus Cristo.» «Sinto cada vez mais que não posso fazer

nada a não ser em Deus. Amo esta pobreza e apoio-me sem medo na bondade do nosso Pai Celestial…» «Encontro Cristo para tudo e em tudo… Sou *tão* pobre, *tão* miserável em mim mesmo e *tão* rico n'Ele; A Ele toda a glória para sempre. «Como todos os dias no altar a Jesus Cristo, para ter a graça de me deixar comer também todos os dias pelas almas. Que Cristo seja glorificado na minha destruição, tal como foi pelo seu sacrifício».

Irradiação espiritual

Deus, que o dotou tão ricamente de qualidades naturais, luzes e graças, não queria que a sua influência espiritual se limitasse àqueles a quem a sua palavra pudesse chegar. As suas palestras, publicadas a partir de 1917 e traduzidas em mais de dez línguas, obtiveram imediatamente imenso sucesso em todo o mundo, um sucesso que se tem mantido desde então. Desta forma, pôde revelar aos cristãos a espiritualidade autêntica e integral da Igreja, que se centra no Senhor Jesus e nos seus mistérios de salvação. Os bons juízes não hesitaram em reconhecer nele um mestre da vida interior e um doutor da adoção divina. O Papa Bento XV, que utilizou pessoalmente os seus livros, declarou durante uma audiência com o próprio Dom Marmion, mostrando-lhe na estante dos seus livros familiares, *Jesus Cristo, vida da alma*… «Escreveste um livro lindíssimo». E um dia, dirigindo-se a Monsenhor Szepticky, Arcebispo de Lemberg, disse: «Leia isto, é a pura doutrina da Igreja.» Pio XII, para celebrar o centenário do nascimento de Dom Marmion, escreveu numa carta em 1958: «As obras publicadas deste grande filho de São Bento, tão notáveis pela correção da sua doutrina, pela clareza do seu estilo, pela profundidade e riqueza do seu pensamento, foram uma contribuição preciosíssima para o tesouro dos escritos espirituais da Igreja.»

Rumo à beatificação

Este carisma de longa e profunda influência que acompanha a doutrina de Dom Marmion, a impressão vívida que deixou em inúmeras testemunhas da sua vida, que proclamam ter encontrado nele um homem de Deus, «um "santo que era homem" (segundo a expressão feliz de um padre ouvinte da sua pregação); numerosos favores espirituais e temporais foram recebidos por sua intercessão, e tudo isto parecia evidenciar um desígnio especial de Deus. Consequentemente, de todos os âmbitos do mundo e de todos os

ambientes sociais, elevou-se um apelo para o juízo oficial do Igreja sobre esta reputação de santidade.

Sua Excelência Monsenhor Charue, Bispo de Namur, quis aceitar a missão de instruir a causa de Dom Columba Marmion. Assim, os processos diocesanos para a beatificação do Servo de Deus começaram em Namur a 7 de fevereiro de 1957 e terminaram em Maredsous a 20 de dezembro de 1961. A Causa encontra-se actualmente em juízo da Santa Sé.

Digne-se o Espírito Santo, Espírito de adoção dos filhos de Deus em Jesus Cristo, cujo mistério o Servo de Deus viveu tão intensamente e de que falou de forma tão esplêndida, manifestar claramente com milagres a sua valiosa intercessão junto do Pai das Misericórdias.

(N. T:). – *Dom Columba Marmion foi beatificado pelo Papa João Paulo II no dia 3 de setembro de 2000.*

Apresentação da edição em espanhol

Na árvore singular da Teologia Cristã, a *Teologia Espiritual* foi o último ramo a emergir, sintetizando assim em si mesma, em relação à vida espiritual, todos os outros conhecimentos dogmáticos ou morais, litúrgicos, canónicos ou históricos. De facto, em 1919, o Papa Bento XV manifestou numa carta à Universidade Gregoriana a sua alegria pela criação de uma cátedra «dedicada a proporcionar uma formação religiosa mais profunda ao clero através do *estudo científico e prático das principais questões relativas à perfeição cristã*». O estudo científico da teologia espiritual poderia, portanto, «corrigir aquele ascetismo vago e sentimental ou aquele misticismo erróneo» em que facilmente caem aqueles que não compreendem suficientemente «os verdadeiros princípios da vida espiritual». A espiritualidade cristã, portanto, deve ser estudada como uma «ciência teológica» e, especificamente, «sob a segura orientação e direção de Aquino, que, como nas outras disciplinas sagradas, também nesta se revela como o grande Doutor e grande Santo».

Pouco depois, Pio XI, na encíclica *Studiorum duce* (1923), deu estatuto académico a esta mesma abordagem da teologia espiritual, confiando-a também à orientação de São Tomás de Aquino. E ao longo do nosso século [Sec. XX] o Magistério apostólico insistiu em ocasiões importantes na necessidade de enraizar sempre a Teologia, incluindo naturalmente a Teologia Espiritual, nas suas raízes bíblicas e tradicionais, tendo como mestre São Tomás. Quanto à orientação tomista específica da teologia católica, recordaremos que foi promovida, por exemplo, pelo Concílio Vaticano II (OT 16, GE 10), pela Sagrada Congregação para a Educação Católica (Instrução de 1976 sobre a *Formação Teológica nos Seminários*, n.º 48) ou pelo próprio Código de Direito Canónico de 1983 (c. 252).

Ora, os escritos de Dom Columba Marmion realizam maravilhosamente estes ideais da Igreja respeitantes à teologia espiritual. É por isso que escapam em grande parte à erosão do tempo, e hoje conservam uma frescura admirável. Trata-se de obras que são sempre iluminadas pelo esplendor da sabedoria bíblica e patrística, litúrgica e conciliar, e que recebem de São Tomás fórmulas tão profundas quanto belas e precisas.

Valeu, por isso, a pena reeditar estes escritos, já que, por outro lado, são facilmente acessíveis a qualquer leitor que tenha um mínimo de formação pessoal.

A presente edição de «Jesus Cristo, Vida da Alma» foi gentilmente autorizada pelo atual abade de Maredsous, Fr. Nicolas Dayez. Em vista de uma futura biblioteca informatizada, preferimos incluir no próprio texto as citações bíblicas e também outras notas de pé de página, assinalando-as entre parêntesis […]. Quanto aos textos latinos originais, que Dom Marmion reproduzia quase sempre ao citar textos bíblicos ou litúrgicos, ou os Concílios, Padres e Doutores, transcrevemo-los apenas nas passagens que nos pareceram mais elegantes ou significativas.

FUNDACIÓN GRATIS DATE

PRIMEIRA PARTE

Economia do plano divino

I
Plano divino da nossa predestinação adotiva em Jesus Cristo

Importância para a vida espiritual do conhecimento do plano divino

Deus escolheu-nos em Cristo desde antes da criação do mundo, para que sejamos santos e irrepreensíveis diante d'Ele; de acordo com o beneplácito da sua vontade predestinou-nos amorosamente para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo, em louvor da magnificência da sua graça, porque nos tornou agradáveis aos seus olhos por meio «do seu Filho muito amado» (Ef 1,4-6)

Nestes termos, São Paulo descreve o plano divino sobre nós: foi arrebatado ao terceiro céu e foi escolhido entre outros por Deus para colocar na «sua verdadeira luz» como ele próprio diz, «a economia do mistério oculto em Deus, desde a eternidade»; e vemos o grande Apóstolo trabalhar incansavelmente para dar a conhecer este plano eterno, estabelecido para realizar a santidade das nossas almas. Por que é que se encaminham todos os esforços do Apóstolo, como ele próprio nos diz, «para demonstrar claramente esta economia dos desígnios divinos»? (*Ib*. 3,8-9).

Porque só Deus, autor da nossa salvação e fonte primeira da nossa santidade, poderia dar-nos a conhecer o que Ele deseja de nós, para nos fazer chegar até Ele.

Entre as almas que procuram a Deus, há aquelas que não O alcançam senão com muito esforço.

Umas não têm uma noção precisa do que é a santidade; ignoram ou põem de lado o plano traçado pela Sabedoria eterna e fazem consistir a santidade nesta ou naquela concepção que elas próprias formam, querendo ser guiadas apenas pelo seu próprio impulso, aderindo a ideias puramente humanas, elaboradas por elas e que apenas servem para as extraviar.

Podem avançar, mas fora do verdadeiro caminho traçado por Deus: São vítimas das suas ilusões, contra as quais São Paulo já advertia os primeiros cristãos (Col 2, 8).

Outras têm noções claras sobre pequenos pontos de pouca importância, mas falta-lhes a visão de conjunto; perdem-se nos pormenores sem chegar a ter uma visão sintética, sem nunca conseguir sair do lamaçal. A sua vida está cheia de trabalhos e sujeita a incessantes dificuldades; cansam-se sem entusiasmo, sem otimismo e muitas vezes com poucos frutos, porque essas almas ou atribuem maior importância às suas ações ou dão-lhes menor valor do que deveriam ter no seu conjunto.

Por isso é de extrema importância correr «no caminho, não ao acaso» (1 Cor 9, 26), como diz S. Paulo, mas «de forma que cheguemos à meta» (9, 24); conhecer tão perfeitamente quanto possível a ideia divina da santidade, para examinar com o maior cuidado o plano traçado pelo próprio Deus para nos levar até Ele e nos adaptarmos rigorosamente a esse plano. Só assim alcançaremos a nossa salvação e a nossa santidade.

Em matéria tão grave, numa questão tão vital, devemos analisar e ponderar as coisas como Deus as olha e as considera. Deus julga todas as coisas com plena inteligência, e o seu juízo é a norma última de toda a verdade. «Não há que julgar as coisas a nosso gosto, dizia São Francisco de Sales, mas segundo o de Deus: isto é capital. Se formos santos segundo a nossa vontade, nunca chegaremos a sê-lo de verdade; sejamo-lo conforme a vontade de Deus» (*Carta ao Presidente Brulart*, Setembro de 1606: *Obras*, Annecy XIII, 213). A sabedoria divina supera infinitamente toda a sabedoria humana. O pensamento de Deus é dotado de fecundas energias, o que não possui nenhum pensamento criado. Portanto, o plano estabelecido por Deus encerra tal sabedoria que nunca será frustrado pela sua inadequação intrínseca, mas unicamente por nossa própria culpa. Se deixarmos à «ideia» divina total liberdade para agir em nós, se nos

adaptarmos a ela com amor e fidelidade, será extraordinariamente fecunda e conduzir-nos-á à mais sublime santidade

Contemplemos, pois, à luz da Revelação, o plano de Deus sobre nós. Esta contemplação será para as nossas almas uma fonte de luz, de força, de alegria.

Inicialmente vou dar-vos uma ideia geral do plano divino; depois, seguindo as palavras de São Paulo citadas no início desta conferência, dedicar-me-ei aos pormenores.

1. Ideia geral deste plano: A santidade a que Deus nos chama pela adoção sobrenatural é uma participação na vida revelada por Jesus Cristo

A razão humana pode demonstrar que existe um ser supremo, causa primeira de todas as criaturas, Providência do mundo, remunerador soberano, fim último de todas as coisas. Deste conhecimento racional e das relações entre as criaturas e do que Deus nos revela, impõem-se-nos certos deveres para com Ele e para com o nosso próximo; deveres que, no seu conjunto, constituem a *lei natural* cuja observância é o fundamento da religião natural.

Mas por mais poderosa que seja a nossa razão, não é capaz de descobrir com certeza nada do que se refere à vida íntima do Ser Supremo: a vida divina revela-se infinitamente distante «numa solidão impenetrável» (1 Timóteo 6, 16).

A Revelação veio em nosso auxílio com a sua deslumbrante luz.

Ela ensina-nos que há em Deus uma Paternidade inefável. Deus é Pai: eis o dogma fundamental que pressupõe todos os outros, dogma magnífico, que enche a razão de admiração, mas que cativa a fé e enche de alegria as almas santas. Deus é Pai. Eternamente, muito antes da luz criada brilhar sobre o mundo, Deus gerou um Filho, a quem comunica a sua natureza, as suas perfeições, a sua bem-aventurança, a sua vida: porque gerar é comunicar [pela doação duma natureza semelhante] o ser e vida. «Tu és

meu Filho, Eu hoje te gerei» (Sl. 2, 7; Hb 1, 5). «Antes da aurora, te fiz nascer" (Sl 109, 3). A vida, então, está em Deus, vida comunicada pelo Pai e recebida pelo Filho. — Este Filho, em tudo semelhante ao Pai, chamado com toda a propriedade «unigénito» (Jo 1, 18) é único, porque tem [melhor, porque é] com o Pai uma natureza divina única e indivisível, e um e outro, embora diferentes entre si (pelas suas propriedades pessoais de *ser* Pai e de *ser* Filho), estão unidos num abraço de amor poderoso e substancial, do qual procede a terceira pessoa, a quem a Revelação chama por um nome misterioso: o Espírito Santo.

Tal é, tanto quanto a fé o pode conhecer, o segredo da vida íntima de Deus; A plenitude e a fecundidade desta vida são a fonte da felicidade incomensurável que a sociedade inefável das três Pessoas divinas possui. Mas eis que Deus, não para aumentar a sua plenitude, mas para enriquecer outros seres com ela, vai estender, por assim dizer, a sua paternidade. — Esta vida divina tão poderosa e abundante, que só Deus tem o direito de viver, esta vida eterna, comunicada pelo Pai ao Filho único e pelos dois ao seu comum Espírito, quer Deus que seja partilhada também pelas criaturas, e por um excesso de amor que tem a sua origem na plenitude do ser e do bem que é o próprio Deus, esta vida vai transbordar do seio da divindade para comunicar e fazer felizes, elevando-os acima da sua natureza, os seres tirados do nada. A essas puras criaturas, Deus dará o doce nome de filhos e fará que o sejam. — Por natureza, Deus não tem mais que um Filho; por amor, terá uma multidão inumerável: esta é *a graça da adoção sobrenatural*.

Este decreto de amor, realizado em Adão desde a aurora da criação, mais tarde destruído pelo pecado do nosso primeiro pai, que arrasta na desgraça toda a sua descendência, será restaurado por uma intervenção maravilhosa de justiça e de misericórdia, de sabedoria e de bondade; porque o Filho único, que vive eternamente no seio do Pai, se une no tempo a uma natureza humana, de uma forma tão íntima, que esta natureza, embora permaneça perfeita em si mesma, pertence inteiramente à pessoa divina a que está unida. A vida divina, comunicada plenamente a esta Humanidade, converte-a na Humanidade real do Filho de Deus: tal é a obra admirável da Encarnação. Deste Homem que se chama Jesus Cristo, dizemos com toda a verdade que é o próprio *Filho de Deus*.

Mas este Filho, que por natureza é «o único do Pai eterno», não aparece na terra, a não ser para se tornar o «primogénito de todos os que hão de o receber» depois de terem sido resgatados por Ele (Rom 8, 29), Unigénito do Pai nos esplendores eternos, Filho único por direito, é constituído cabeça de uma multidão de irmãos, a quem pela sua obra redentora comunicará a graça da vida divina.

Assim, a mesma vida divina que emana do Pai para o Filho e que passa do Filho à humanidade de Jesus, circulará por meio de Cristo em todos aqueles que a quiserem aceitar, e os impulsionará para o seio beatificante do Pai, onde Cristo nos precedeu (Jo 14,2; 20, 17), depois de nos ter dado o seu sangue, na terra, como preço desse dom.

Toda a santidade consistirá, pois, em receber, de Cristo e por Cristo, a vida divina; Ele possui-a em toda a sua plenitude e foi estabelecido como único mediador. Consistirá em preservar essa vida, em aumentá-la sem cessar, por uma adesão mais perfeita, por uma união cada vez mais estreita com aquele de quem procede.

A santidade é, pois, *um mistério da vida divina, comunicada e recebida*: comunicada, em Deus, do Pai ao Filho por uma «geração indescritível» (Is 53, 8), comunicada fora de Deus pelo Filho à humanidade a que se uniu pessoalmente na Encarnação; transmitida posteriormente por esta humanidade às almas, e recebida por cada uma delas «na medida da sua particular predestinação» (Ef 4, 7). Assim, Cristo é verdadeiramente a vida da alma, porque é a fonte e o dispensador dessa vida.

A comunicação será feita aos homens na Igreja, até ao dia designado pelos decretos eternos para a consumação da obra divina na terra. Nesse dia, o número dos filhos de Deus, dos irmãos de Jesus, estará completo; apresentada por Cristo ao seu Pai (1 Cor 15, 24-28), a incontável multidão de predestinados cercarão o trono de Deus para extrair das fontes vivas uma felicidade sem fim para exaltar a magnificência da bondade e da glória de Deus. A união será eternamente consumada, e «Deus será tudo em todos».

Tal é, nas suas linhas gerais, o plano divino; tal é, em resumo, o traçado descrito pela obra sobrenatural. Quando, em oração, a alma considera esta magnificência e as atenções que lhe são livremente dispensadas por parte de

Deus, sente necessidade de mergulhar na adoração e de cantar, em louvor do ser infinito que se inclina para lhe dar o nome de filha, um cântico de ação de graças. «Que grandes são as tuas obras, Senhor, que profundos são os teus pensamentos! Ó Meu Deus, quem é semelhante a ti? Multiplicaste as tuas maravilhas e os teus amorosos desígnios a nosso favor; nada há que se te possa comparar!» (Sl 91, 6; *ib*. 39, 6). Ó Deus, Tu me alegras com os teus dons, e eu exulto com as obras das suas mãos!» (*Ib*. 91, 5-6). «Por isso te cantarei enquanto eu viver, enquanto eu tiver um sopro de vida te exaltarei» (*Ib*. 103-32). «Que a minha boca esteja cheia de louvor para que possa proclamar a tua glória!» (*Ib*. 70, 8).

2. Deus quer fazer-nos participantes da sua própria vida para nos tornar santos e nos encher de felicidade: em que consiste a «santidade» de Deus

Comecemos agora a exposição em pormenor, tomando como guia o texto do Apóstolo. Esta exposição terá inevitáveis repetições, mas espero que a vossa caridade as desculpará pela elevação e importância das questões vitais que nos ocupam. Só prolongando um pouco a contemplação, podemos vislumbrar claramente a grandeza destes dogmas e a sua fecundidade para as nossas almas.

Como sabeis, em todas as ciências existem primeiros princípios, postulados fundamentais, que devem ser inicialmente conhecidos, porque sobre eles se baseiam todas as explicações adicionais e conclusões finais. Estes primeiros elementos precisam de ser mais aprofundados e requerem tanta maior atenção, quando as suas consequências são mais vastas e importantes. — É verdade que o nosso espírito é feito de tal modo que desanima facilmente perante a análise ou meditação das noções fundamentais. Qualquer iniciação numa ciência, como a Matemática, numa arte, como a Música; numa doutrina, como a da vida interior, exige uma certa atenção, que o nosso espírito nem sempre aceita de bom grado. Na nossa natural impaciência, gostaríamos de chegar imediatamente aos resultados para admirar a ordem e a forma de colher e desfrutar os frutos; mas é de temer que se não se aprofundarem cuidadosamente os princípios,

falte solidez nas conclusões, por muito brilhantes que pareçam e frequentemente sejam instáveis e arriscadas.

Por isso, e mesmo correndo o risco de me repetir, não hesito em voltar a tratar convosco dessas verdades fundamentais. Não pensareis porventura que só enfatizando a raiz do dogma, podemos extrair dele vida, fertilidade e alegria para as nossas almas?

Segundo o pensamento de São Paulo, cujas palavras citei ao começar, este plano pode ser resumido em poucas linhas: *Deus quer comunicar-nos a sua santidade* : «Deus escolheu-nos para sermos santos e irrepreensíveis». — Esta santidade consiste numa *vida de filhos adotivos* , vida cujo princípio e carácter *sobrenatural* é a graça: «Deus predestinou-nos para sermos filhos adotivos». Finalmente e acima de tudo, este mistério inefável não se realiza senão *por Jesus Cristo* ».

Deus quer-nos santos; Esta é a sua vontade desde toda a eternidade: por isso nos escolheu: «Escolheu-nos para sermos santos e imaculados na sua presença» (Ef 1, 4). «Deus quer a vossa santificação», continua São Paulo (1 Tes 4, 3). Deus deseja, com uma vontade infinita, que sejamos santos; deseja-o porque Ele também é santo (Lv 11, 44; 1 Pe 1, 16); porque colocou nesta santificação a glória que espera de nós (Jo 15, 8) e a alegria com que nos deseja saciar (*Ib*. 16, 22).

Mas o que significa «ser santo»? — Somos criaturas, a nossa santidade existe somente através da participação na santidade de Deus; Devemos, portanto, para o entender, volvermos a Deus. Só Ele é santo por essência, ou melhor, Ele é a própria santidade.

A santidade é a perfeição divina, objeto de contemplação eterna dos anjos. Abri o livro das Escrituras e vereis que só por duas vezes o céu se abriu diante de dois grandes profetas, um dos quais da Antiga Aliança, e o outro da Nova: Isaías e S. João. E que viram? O que ouviram? Ambos viram Deus na sua glória; um e o outro viram os espíritos celestes em redor do seu trono; um e o outro os ouviram cantar sem fim, não a beleza de Deus, nem a sua misericórdia, nem a sua justiça, nem a Sua grandeza, mas a sua santidade: «Santo, Santo, Santo, é o Deus dos exércitos; a terra está cheia da sua glória» (Is 6,3; Ap 4, 8).

E afinal: em que consiste esta santidade de Deus?

Em Deus tudo é simples; n'Ele as suas perfeições são verdadeiramente idênticas a Ele próprio; além disso, a noção de santidade não lhe pode ser aplicada, a não ser de forma absolutamente transcendente e sem ultrapassar os limites da linguagem analógica; Não temos um termo próprio que o expresse de uma forma adequada à realidade desta perfeição divina; no entanto, é-nos permitido utilizar a linguagem humana.

O que é, então, a santidade em Deus? — Segundo a nossa maneira de falar, parece-nos que é composta por um duplo elemento: primeiro, o distanciamento infinito de tudo o que é imperfeição, de tudo o que é criatura, de tudo que não é o próprio Deus.

Este não é mais do que um aspeto «negativo»; Há um outro elemento que consiste em que Deus *adere, por um ato imutável e sempre atual da sua vontade, ao bem infinito* (que não é outro senão Ele próprio), até chegar a conformar-se adequadamente a tudo o que é esse mesmo bem infinito. Deus conhece-se perfeitamente; a sua omnisciência apresenta-lhe a sua própria essência como a norma suprema de toda a atividade; nada se pode querer, fazer ou aprovar que não seja regulado pela sua soberana sabedoria e de acordo com a norma última de todo o bem, isto é, a essência divina.

Esta adesão imutável, esta conformidade suprema da vontade divina com a essência infinita como norma última de atividade, é perfeitíssima, porque em Deus a vontade é verdadeiramente idêntica à essência.

A santidade divina confunde-se, pois, com o amor mais perfeito e com a fidelidade soberanamente imutável com que Deus se ama de uma forma infinita.

E como a Sua suprema sabedoria mostra que Deus é toda a perfeição, o único ser necessário, isto faz com que Deus refira tudo a Si próprio e à sua própria glória, e por isso os Livros Sagrados fazem-nos escutar o cântico dos anjos: «Santo, Santo, Santo… O céu e a terra estão cheios da tua glória». Que é como se dissessem: «Ó Deus, tu és o muito santo, Tu és a própria santidade, porque com soberana Sabedoria te glorificas digna e perfeitissimamente».

Portanto, a santidade divina serve de primeiro fundamento, de exemplo universal e fonte única de toda a santidade criada. Compreendereis, portanto, que amando-se de maneira necessária, com infinita perfeição, Deus quer, de maneira também necessária, que toda a criatura exista para a manifestação da sua glória, e que sem ultrapassar a sua categoria de criatura, não atue senão de acordo com as relações de dependência e do fim que a Sabedoria eterna encontra na essência divina. Por isso, quanto maior for em nós a dependência do amor a Deus e a conformidade da nossa livre vontade com o nosso fim primordial (que é a manifestação da glória divina), *mais unidos estaremos a Deus* , o que não se pode alcançar senão pelo desprendimento de tudo o que não é Deus; quanto mais *firme e estável* for essa dependência, essa conformidade, essa adesão, esse desprendimento, mais elevada será a nossa santidade.

[São Tomás (II-II, q.81, a.8) exige a *pureza* como elemento da santidade em nós (distância de todo o pecado, de toda a imperfeição, desprendimento de toda a criação) e a *estabilidade* da adesão a Deus; a estes dois elementos correspondem em Deus a total perfeição do seu ser infinitamente transcendente e a imutabilidade da sua vontade na adesão a si próprio].

3. A Santidade na Trindade: plenitude da vida a que Deus nos destina

A razão humana pode chegar a considerar a existência desta santidade do Ser Supremo, santidade que é um atributo, uma perfeição da natureza divina, considerada em si mesma; mas a Revelação comunica-nos, por sua vez, uma nova luz.

Devemos aqui dirigir reverentemente o olhar da nossa alma para o santuário da adorável Trindade, devemos ter em atenção que Jesus Cristo quiz, tanto para alimentar a nossa piedade como para exercitar a nossa fé, não só revelar-se-nos por si mesmo, mas também descobrir-nos a vida íntima de Deus, através da sua Igreja.

Em Deus, como sabeis, podemos contemplar o Pai, o Filho e o Espírito Santo, três pessoas distintas com uma essência ou natureza única.

Inteligência infinita, o Pai conhece perfeitamente as suas perfeições e expressa esse conhecimento numa única palavra, o Verbo, palavra viva, substancial, expressão e adequada do que é o Pai. Ao proferir esta palavra, o Pai gera o seu Filho, a quem comunica toda a sua essência, a sua natureza, as suas perfeições, a sua vida: «Assim como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu ao Filho ter vida em si mesmo» (Jo 5,26).

O Filho é inteiramente igual ao Pai; é-Lhe dado por uma doação total, que brota da sua natureza de Filho, e desta doação mútua de um único mútuo amor procede como de um princípio único o Espírito Santo, que sela a união do Pai e do Filho, sendo o seu amor vivo e substancial. Esta comunicação mútua das três pessoas, esta aderência infinita e plena de amor das pessoas divinas entre si, constitui certamente uma nova revelação da santidade em Deus, que é a união de Deus consigo mesmo, na unidade da sua natureza e na trindade de pessoas.

[Digamos que para as almas um pouco mais iniciadas em questões teológicas, que cada uma das três Pessoas é idêntica à essência divina, consequentemente, santa, com uma santidade substancial, porque atua conforme essa essência considerada como norma suprema de vida e de atividade. Acrescentemos que as Pessoas são santas, porque cada uma delas entrega-se e existe para as outras num ato de adesão infinita. Finalmente, a terceira pessoa é chamada particularmente santa, porque procede das duas outras por amor. O amor é o ato principal pelo qual a vontade tende para o seu fim e se une a ele; significa o ato mais eminente de adesão à norma de toda a bondade, isto é. de santidade, e por isso O Espírito, que em Deus procede por amor, toma o nome de *Santo* por excelência. Eis o texto de São Tomás que nos expõe esta bela e profunda doutrina: *Cum bonum amatum habeat rationem finis. ex fine autem motus voluntarius bonus vel malus, redditur, necesse est quod amor quo ipsum bonum amatur, quod Deus est, eminentem quandam obtineat bonitatem, QUÆ NOMINE SANCTITATIS EXPRIMITUR… Igitur Spiritus quo nobis insinuatur amor quo Deus se amat, Spiritus Sanctus nominatur (Opuscula Selecta)*. Daqui se vê que pela consideração da Trindade de pessoas chega-se a ter um conhecimento mais profundo da santidade divina].

Deus encontra nesta vida divina, inefavelmente una e fecunda, toda a sua felicidade essencial. Para existir, Deus só precisa de si mesmo e das suas perfeições; encontra toda a felicidade nas perfeições da sua natureza e na sociedade inefável das suas pessoas e, portanto, não tem necessidade de nenhuma criatura; toda a glória que brota das suas perfeições infinitas refere-a Deus infinitamente a si próprio, em si próprio, na augusta Trindade.

Deus decretou, como sabeis, tornar-nos participantes dessa vida íntima que é exclusivamente sua; quer comunicar-nos essa bem-aventurança sem limites que tem as suas fontes na plenitude do Ser infinito. Portanto, e isto é o primeiro ponto da exposição de São Paulo sobre o plano divino, a nossa santidade consistirá em *aderirmos a Deus, conhecido e amado* , não simplesmente por ser o autor da criação, mas *como se conhece e se ama a si próprio*, na felicidade da sua Trindade; isto significa estarmos unidos a Deus até ao ponto de participar na sua vida íntima. Em breve veremos por que meios maravilhosos Deus realiza este plano. Detenhamo-nos agora, por um momento, a considerar a grandeza do dom que nos foi oferecido. Podemos fazer uma ideia se observarmos o que acontece na ordem natural.

Vede o mineral: não vive, não tem dentro de si o princípio interior que é a fonte da atividade. O mineral possui uma participação no ser com determinadas propriedades, mas o seu modo de existência é muito inferior. Observai a planta: ela vive, move-se harmoniosamente, constantemente e segundo leis fixas, em direção à perfeição do seu ser; mas esta vida está no nível último, porque a planta não possui conhecimento. Embora superior à vida da planta, a do animal limita-se à sensibilidade e às necessidades do instinto. Com o homem, ascendemos agora a uma esfera superior: a razão e o livre-arbítrio caracterizam a vida própria do ser humano, mas o homem é também matéria. Acima dele está o anjo, espírito puro, cuja vida marca o auge no domínio da criação. Infinitamente acima de todas estas vidas criadas e participadas, existe a vida divina, a vida não criada, a vida absolutamente transcendente, plenamente autónoma e independente, e superior às possibilidades de todas as criaturas; vida necessária, subsistente em si mesma; inteligência ilimitada. Deus abrange, por um eterno ato de intelecção, o infinito e todos os seres cujo protótipo se encontra n’Ele, vontade soberana, une-se sem perigo de jamais se separar do bem supremo, que não é outro senão Ele mesmo. Nesta vida divina que se desenvolve com

toda a plenitude, encontra-se a fonte de toda a perfeição e o princípio de toda a felicidade.

Esta vida divina é a que Deus nos quer comunicar e a participar nela constitui a nossa santidade, e como para nós esta participação tem diversos graus, quanto mais intensa, maior e mais elevada será a nossa santidade.

Não esqueçamos que «Deus resolveu» dar-se a nós unicamemte por amor. — Em Deus, a única coisa necessária são as comunicações inefáveis das pessoas divinas entre si [*necessárias* na medida em que não podem não ser. São Tomás, I, q.41, a.2, ad 5]. Estas relações mútuas pertencem à própria essência de Deus; nelas consiste a vida de Deus. Qualquer outra comunicação que Deus deseja fazer de Si mesmo é fruto de um amor soberanamente livre; mas como esse amor é divino, também o dom é divino. Deus ama divinamente: doa-se a si próprio. Nós estamos chamados a receber em medida inefável essa comunicação divina. Deus entrega-se-nos, não somente como beleza suprema, objeto de contemplação, mas para se unir, para formar, tanto quanto possível, uma mesma coisa connosco. «Oh Pai», dizia Jesus Cristo na última ceia, «que os meus discípulos sejam um em nós, como Tu e eu somos um, para que encontrem nesta união o gozo sem fim da nossa própria bem-aventurança; para que o meu gozo habite neles plenamente» (Jo 17, 11-13; +15. 11).

4. Realização deste decreto pela adoção divina mediante a graça: carácter sobrenatural da vida espiritual

Como realiza Deus este desígnio magnífico pelo qual quer que participemos nesta vida que ultrapassa as proporções da nossa natureza, que supera os seus direitos e as suas próprias energias, que não é reivindicado por nenhuma das suas exigências, mas que sem destruir essa natureza vem enchê-la de uma felicidade que o coração humano é incapaz de suspeitar? Como vai Deus fazer-nos entrar na «sociedade inefável» (1 Jo 1,3) da sua vida divina, para que participemos na sua eterna bem-aventurança? Adotando-nos como seus filhos. Por uma vontade infinitamente livre, mas cheia de amor: «Segundo o decreto da sua vontade» (Ef 1:5), Deus predestina-nos a sermos não só criaturas, mas também filhos seus (Ef 1,5)

para nos tornar «participantes da sua natureza divina» (2 Pe 1,4). Deus adota-nos como filhos. Que quer São Paulo dizer com isto? Que é a adoção humana?

É a admissão de um estranho numa família. Pela adoção, o estranho torna-se membro da família, assume o seu nome, recebe o título, com direito à herança. Mas para ser adotado é necessário ser da mesma raça; Para ser adotada por um homem deve ser membro da espécie humana. — Mas nós não somos da *raça* de Deus, pois somos pobres criaturas que pela nossa natureza estamos mais distantes de Deus do que o animal do homem; que nos encontramos infinitamente distantes de Deus: «Estranhos e recém-chegados» (Ef 2,19), Como poderemos ser adotados por Deus?

Eis o milagre da sabedoria, do poder e da bondade de Deus. Deus confere-nos uma participação misteriosa na sua natureza a que chamamos «graça»: «Para fazer-nos participantes da natureza divina» (2 Pe 1, 4). [São Pedro não diz que chegamos a ser participantes da *essência divina* , mas da *natureza* divina, isto é, da atividade que constitui a vida de Deus, e que consiste no conhecimento e no amor fecundo e beatificante das Pessoas divinas].

A graça é uma *qualidade interior* produzida por Deus em nós, inerente à alma, adorno da alma, que torna a alma agradável a Deus, assim como, no domínio da natureza, a beleza e a força são qualidades do corpo, o génio e a ciência do espírito, a coragem e a lealdade do coração. Segundo São Tomás, esta graça é uma «semelhança» participada da natureza de Deus» [*participata similitudo divinæ naturæ*. III, q.62, a.1. Por isso se diz em Teologia que a graça é *deiforme* para significar a semelhança divina produzida em nós]. A graça faz-nos participantes da natureza divina, de uma forma que não podemos compreender de todo; eleva-nos a um estado que não nos corresponderia por natureza, de certa forma chegamos a ser deuses. Não nos tornamos iguais, mas semelhantes a Deus; Por isso nosso Senhor dizia aos judeus: Não está escrito nos vossos Livros Sagrados: « *Eu disse: «Vós sois deuses?* » (Jo 10, 34).

Portanto, a nossa participação nesta vida divina realiza-se através da graça, em virtude da qual a nossa alma recebe a capacidade de conhecer Deus como Deus se conhece, amar a Deus como Deus se ama, desfrutar de

Deus como Deus está cheio da sua própria bem-aventurança e viver assim da vida do próprio Deus.

Tal é o mistério inefável da adoção divina. Mas há uma profunda diferença entre a adoção divina e a humana. Esta nada mais é do que exterior, fictícia, garantida, sem dúvida, por um documento legal, mas sem atingir a natureza daquele que é adotado. Deus, pelo contrário, ao adotar-nos, ao conceder-nos a graça, chega até ao fundo da nossa natureza; sem alterar o que é essencial na ordem dessa natureza, eleva-a internamente pela sua graça ao ponto de chegarmos a ser verdadeiramente filhos de Deus; este ato de adoção tem tal eficácia, que nos faz de uma forma muito real, pela graça, participantes da natureza divina. E porque a participação da graça divina constitui a nossa santidade, esta graça é chamada *santificante* .

A consequência desse decreto divino da nossa adoção, dessa predestinação tão cheia de amor pela qual Deus se digna fazer-nos seus filhos, é dar à nossa santidade um carácter especial. Que carácter é esse? Que a nossa santidade é *sobrenatural*.

A vida para a qual Deus nos eleva é, em relação a nós e a toda a criatura, sobrenatural, isto é, excede as proporções, os direitos e as exigências da nossa natureza. Não temos, pois, de ser santos como simples criaturas humanas, mas *como filhos de Deus, por atos inspirados e animados pela graça* . A graça torna-se em nós o início de uma vida divina. *O que é viver?* — Viver, para nós, é movermo-nos em virtude de um princípio interior, fonte de ações que nos conduzem à perfeição do nosso ser. Na nossa vida natural é enxertada, por assim dizer, uma outra vida cujo princípio é a graça; a graça torna-se em nós fonte de ações e operações que são sobrenaturais e se encaminham para um fim divino: possuir Deus algum dia e gozar d'Ele, pois Ele se conhece e goza nas suas perfeições.

Este é um ponto de importância capital e desejaria que nunca o perdêssemos de vista. Deus poderia ter-se contentado em aceitar de nós a homenagem de uma religião natural; esta teria sido a fonte de uma moralidades humana, também natural, de uma união com Deus conforme à nossa natureza como seres racionais, fundada nas nossas relações de criaturas com o Criador e nas relações com os nossos semelhantes.

Mas Deus não se quis limitar a esta religião natural. Temo-nos encontrado certamente com homens que não são batizados e que, no entanto, são retos, leais, íntegros, equitativos, justos e compassivos, mas não há ali mais que uma honradez natural [deve acrescentar-se, além disso, que por causa dos maus instintos, consequência do pecado original, esta honradez, puramente natural, raramente é perfeita]. Sem a rejeitar, pelo contrário, Deus não se contenta com ela. Porque decidiu fazer-nos participantes da sua vida infinita, da sua própria bem-aventurança — o que representa para nós um destino sobrenatural — pelo facto de nos ter concedido a sua graça, Deus quer que a nossa união com Ele seja uma união, uma santidade sobrenatural, que tenha essa graça como origem e princípio.

Fora deste plano, não há nada para nós além da condenação eterna. Deus é o dono dos seus dons e desde toda a eternidade decretou que não chegaremos a ser santos diante d'Ele, a não ser *vivendo pela graça como filhos de Deus* . Ó Pai Celeste, concede-me que a minha alma seja guardada pela graça que me faz teu filho! Preserva-me de todo o mal que possa afastar-me de Ti!

5. O plano divino destruído pelo pecado, restaurado pela Encarnação

Como sabeis, Deus realizou o seu desígnio desde a criação do primeiro homem: Adão recebeu para si e para a sua descendência a graça que fazia dele um filho de Deus. Mas por culpa sua perdeu, tanto para si como para a sua descendência, esse dom divino; depois da sua desobediência todos nascemos pecadores, privados daquela graça que nos tornaria filhos de Deus. Em vez de sermos filhos de Deus, somos *filhos da ira* (Ef 2, 3), inimigos de Deus, filhos condenados à sua indignação: o pecado destruiu todo o plano de Deus.

Mas Deus, diz a Igreja, mostrou-se mais admirável na restauração dos seus desígnios do que na própria criação. «Oh Deus, que de uma forma maravilhosa criaste a excelsa dignidade da natureza humana, e de forma ainda mais maravilhosa a restauraste!» [*Deus qui humanæ substantiæ*

dignitatem mirabiliter condidisti et MIRABILIUS reformasti. Ofertório da Missa] .

Como!, que maravilha é esta?

Esse mistério é a Encarnação

Deus vai restaurar tudo através do Verbo encarnado. Tal é o mistério escondido durante séculos na mente divina (Ef 3, 9), que S. Paulo vem a revelar-nos: Cristo, Homem-Deus, será o nosso mediador; Ele reconciliar-nos-á com Deus e nos devolverá a graça. E como este grande desígnio está previsto desde toda a eternidade, tem razão São Paulo quando nos fala dele como um mistério sempre presente. Este é o último traço com que o Apóstolo acaba por nos dar a conhecer o plano divino.

Escutemo-Lo com fé, porque aqui tocamos o próprio coração da obra divina.

O pensamento divino é constituir Cristo chefe de todos os redimidos, «de tudo o que tem um nome neste mundo e na era vindoura» (*Ib*. 1, 21), para que por Ele, com Ele e n'Ele todos possamos alcançar a união com Deus e realizemos a santidade sobrenatural que Deus exige de nós. Não há pensamento mais claro em todas as Epístolas de S. Paulo, nenhum em que esteja mais convicto, nem que tente colocar mais em relevo. Lede todas as suas Epístolas: vereis que sem cessar ele o repete ao ponto de formar com ela a base quase única da sua doutrina. Vede: na passagem da Epístola aos Efésios que citei no início. Que nos diz? — «Deus escolheu-nos *em* Cristo para sermos santos, Ele predestinou-nos para sermos seus filhos adotivos por *Cristo*… e nós somos agradáveis aos seus olhos *no seu querido Filho*. Deus resolveu «restaurar tudo no seu Filho Jesus» (Ef 1, 10). Ou melhor, segundo o texto grego, «resolveu colocar todas as coisas sob Cristo, como debaixo de um chefe único». Cristo está sempre em primeiro plano nos pensamentos divinos.

Como se realiza isto?

O Verbo, cuja geração eterna adoramos «no seio do Pai», *in sinu Patris*, «fez-se carne» (Jo 1, 14). A Santíssima Trindade criou uma humanidade

semelhante à nossa e desde o primeiro instante da sua criação uniu-a de forma inefável e indissolúvel à pessoa do Verbo, do Filho, da segunda pessoa da Santíssima Trindade. Este Deus-Homem é Jesus Cristo. Esta união é tão estreita que não forma mais do que apenas uma pessoa, a do Verbo. «Deus perfeito», pela sua natureza divina, O Verbo torna-se, pela sua encarnação, «homem perfeito». Ao fazer-se homem continua a ser Deus. — «Continuou sendo o que era; assumindo o que não tinha» [*Quod fuit permansit, quod non erat assumpsit.* Ant. do Ofício da Circuncisão]; — o facto de ter assumido uma natureza humana para se lhe unir, não diminuiu a sua divindade.

Em Jesus Cristo, Verbo encarnado, as duas naturezas foram unidas sem mistura, sem confusão; permanecem distintas, apesar de estarem unidas na unidade da pessoa; e devido ao carácter pessoal desta união, Cristo é propriamente Filho de Deus. «Possui a vida de Deus.» «Como o Pai tem vida em si mesmo, de igual modo deu ao Filho possuir vida em si mesmo" (Jo 5, 26). A mesma vida divina que subsiste em Deus é a que subsiste na humanidade de Jesus. O Pai comunica a sua vida ao Verbo, ao Filho, e o Verbo comunica-a à humanidade, que uniu a si pessoalmente. Por isso, ao olhar nosso Senhor, o Pai Eterno o reconhece «como seu verdadeiro Filho». «Tu és meu Filho; hoje te gerei» (Sl 2,7; Heb 5, 5). - E por ser seu Filho, porque esta humanidade é a humanidade do seu Filho, possui esta humanidade uma comunicação plena e perfeita de todas as perfeições divinas. «A alma de Cristo está repleta de todos os tesouros do conhecimento e da sabedoria de Deus» (Col 23). «Em Cristo, diz S. Paulo, habita corporalmente toda a plenitude da divindade» (Col 2, 9); a santa humanidade é «cheia de graça e de verdade» (Jo 1, 14).

O Verbo feito carne é, pois, adorável tanto na sua humanidade como na sua divindade, porque sob esta humanidade se esconde a vida divina. — «Ó Cristo Jesus, Verbo encarnado, prostro-me diante de ti, porque tu és o Filho de Deus, igual ao teu Pai. Tu és verdadeiramente o Filho de Deus. Deus de Deus, luz de luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro. És o Filho muito amado do Pai, aquele em quem Ele pôs toda a sua complacência. Amo-te e adoro-te» [*venite, adoremus*!].

Mas esta plenitude da vida divina que habita em Jesus Cristo deve derramar-se sobre nós e alcançar toda a raça humana, e esta é uma revelação maravilhosa que nos enche de alegria.

A filiação divina que pertence a Cristo por natureza e que o converte «no próprio e único Filho de Deus», deve estender-se a nós pela graça, para que «Jesus Cristo, no pensamento do Pai, seja o primogénito de uma multidão de irmãos» que são filhos de Deus pela graça, como Ele o é por natureza. «Ele predestinou-nos para que sejamos conformes à imagem do seu Filho, para que Ele chegue a ser o primogénito entre muitos irmãos» (Rom 8, 29).

Chegamos agora ao ponto central do plano divino: *A adoção divina recebemo-lo de Jesus Cristo e por Jesus Cristo*. «Deus enviou o seu Filho ao mundo, para nos dar a sua adoção» (Gal 4, 5). A graça de Cristo, Filho de Deus, é-nos comunicada para que seja em nós o princípio da adoção. E todos nós devemos recorrer à plenitude da vida divina e à graça de Jesus Cristo. São Paulo depois de ter dito que a plenitude da divindade habita corporalmente em Cristo, acrescenta como consequência: n'Ele tendes tudo em plenitude, porque Ele é a vossa «cabeçaV (Cl 2, 10; Ef 4, 15). E São João, depois de nos ter mostrado o Verbo feito carne, cheio de graça e de verdade, acrescenta: «Todos nós participamos da sua plenitude» (Jo 1, 16).

Assim, não somente nos «escolheu o Pai em Cristo» desde a eternidade: *Elegit nos in ipso* — note-se o termo: *in ipso*: escolheu-nos «em Cristo». Tudo o que há fora de Cristo não existe, por assim dizer, no pensamento divino; mesmo a própria graça, o instrumento de adoção a que estamos destinados, recebemo-lo por Jesus Cristo. «Deus predestinou-nos para sermos adotados como filhos por meio de Jesus Cristo” (Ef 1, 5). «Somos filhos como Jesus: Ele por natureza, nós pela graça; Ele, Filho próprio e natural; nós, adotados” . Por meio de Jesus Cristo entramos na família de Deus. D'Ele e por meio d'Ele nos vem a graça, e com ela a vida divina: «Eu sou a vida… vim para que tenham vida e a tenham em abundância.» (Jo 10, 10).

Essa é a própria fonte da nossa santidade. Como *tudo* em Jesus Cristo pode resumir-se na filiação divina, assim *tudo* no cristão se resume na participação, por Jesus Cristo e em Jesus Cristo, nesta filiação. A nossa

santidade não é outra coisa; quanto mais participarmos da vida divina pela comunicação que Jesus Cristo nos faz da sua graça, cuja plenitude possui perpetuamente, mais elevado será o grau da *nossa* santidade. Cristo não é somente santo em si mesmo, ele é a *nossa* santidade. Toda a santidade que Deus destinou às almas foi depositada na humanidade de Cristo, e é desta fonte que a devemos beber.

«Oh Cristo Jesus!» cantamos com a Igreja no Glória da Missa: «*Ó Cristo Jesus… só vós sois o Santo*…» [*Tu solus sanctus, Iesu Criste*]. Só tu és o Santo, porque possuis a plenitude da vida divina; Só Tu és o Santo, pois só de Ti pode vir a nossa santidade. «Tu, como diz o seu grande Apóstolo, te tornaste a *nossa* justiça, a *nossa* sabedoria, a *nossa* redenção e a *nossa* santidade» (1 Cor 1, 30). Em Ti encontramos tudo, ao receber-Te recebemos tudo, porque quando o teu Pai, que é nosso Pai, «Te deu a nós, como Tu mesmo disseste (Jo 20, 17), deu-nos tudo. Como, juntamente com Ele, não nos daria todas as coisas? (Rom 8, 32). Todas as riquezas, toda a fecundidade sobrenatural de que está cheio o mundo de almas nos vêm unicamente de Ti. «Em Cristo temos a redenção… Segundo as riquezas da sua graça, que nos comunicou abundantemente (Ef 1, 8). Portanto, a Ti todo o louvor, ó Cristo, e que por Ti todo o louvor suba ao Pai, pelo «dom inefável» que nos concedeu ao dar-Te a nós.

6. Universalidade da adoção divina: o amor inefável que manifesta

Todos devemos participar da santidade de Jesus Cristo. Ele não exclui ninguém da vida que trouxe ao mundo e pela qual nos torna filhos de Deus. «Cristo morreu por todos» (2 Cor 5, 15); por ele, as portas da vida eterna foram abertas a toda a humanidade; É o primogénito, como diz o Apóstolo, mas é o primogénito de «uma multidão de irmãos» (Rom 8, 29). O Pai Eterno quer que Cristo, seu Filho, seja constituído chefe de um reino, do reino dos seus filhos. O plano divino estaria incompleto se Cristo permanecesse sozinho, isolado. «Para sua glória e para glória do Pai» (Ef 1, 6). Cristo deve ser a cabeça de uma multidão inumerável que é como o seu «complemento» (*pleroma*), e sem a qual, em certo sentido, não seria perfeito.

São Paulo diz isto muito claramente na sua Epístola aos Efésios, na qual traça o plano divino: «Deus fez com que Cristo se sentasse à sua direita, no alto do Céu, muito acima de todo o Poder, Principado, Autoridade, Potestade e Dominação e de qualquer outro nome que seja nomeado, não só neste mundo, mas também no que há-de vir. Sim, Ele tudo submeteu a seus pés e deu-o, como cabeça que tudo domina, à Igreja, que é o seu Corpo,» (*Ib*. 1, 20-23). Esta assembleia, esta Igreja é aquela que Jesus Cristo resgatou, segundo a palavra do mesmo Apóstolo, para que apareça no último dia «sem mácula nem defeito, toda santa e imaculada» (*Ib*. 5, 27). Esta Igreja, este reino, começa a formar-se aqui em baixo; entra-se nela através do Batismo, e Enquanto estamos na terra, vivemos no seu seio pela graça, na fé, esperança e caridade; mas chegará o dia em que contemplaremos a sua perfeição completa nos céus. Então se realizará o reino da glória, na claridade da visão, a alegria da posse e a união sem fim.

Vede porque dizia São Paulo: «a graça de Deus é a vida eterna, trazida ao mundo por Cristo» (Rom 6, 23).

Eis o grande mistério dos pensamentos divinos. Ah, assim conhecêsseis o dom de Deus! Dom inefável em si mesmo e inefável sobretudo na sua fonte, que é o *amor*. Deus quer fazer-nos participar, como a filhos seus, na sua própria bem-aventurança, precisamente porque nos ama: «Para que nos considere como filhos de Deus e que o sejamos na realidade» (1 Jo. 3, 1). Só um amor infinito nos pode dar semelhante dom, porque, como diz S. Leão: «É um dom que supera todos os dons, que Deus chame ao homem seu filho e o homem chame a Deus seu pai» [*Omnia dona excedit hoc donum ut Deus hominem vocet filium et homo Deum nominet Patrem*. Sermão. VI de Nativ.]. Cada um de nós pode dizer com toda a verdade: Deus criou-me e chamou-me pelo Batismo à adoção divina, por um ato particular do seu amor e da sua benevolência, porque na sua plenitude e na sua opulência divina, Deus não tem necessidade de nenhuma criatura; «Deu-nos à luz livremente por um ato da sua vontade» (Tiago 1, 18). Deus «escolheu-me» por um ato especial de amor e complacência, para ser elevado infinitamente acima da minha condição natural, para desfrutar para todo o sempre da sua própria bem-aventurança, para realizar um dos seus pensamentos divinos: ser uma voz no concerto dos escolhidos, ser um

daqueles irmãos que são semelhantes a Jesus e partilham sem fim da sua herança celestial.

Este amor manifesta-se com um fulgor especial na forma como se realiza o plano divino, em «Cristo Jesus».

«Deus manifestou o seu amor por nós enviando o seu Filho Unigénito ao mundo para que vivamos por ele» (1 Jo 4, 9). Sim, «Deus ama-nos a tal ponto que, para nos mostrar esse amor, nos deu o seu próprio Filho» (João 3, 16). Deu-nos o seu Filho para que o seu Filho seja nosso irmão e nós sejamos um dia seus co-herdeiros, participando nas riquezas da sua graça e da sua glória (Ef 2, 7).

Tal é, na sua majestosa profundidade, na sua misericordiosa simplicidade, o plano de Deus para nós. Deus quer a nossa santidade, quer porque nos ama infinitamente, e nós devemos amá-Lo como Ele. Deus quer santificar-nos, fazendo-nos participar na sua própria vida e por isso adota-nos como seus filhos e herdeiros da sua glória infinita e da sua felicidade eterna. A graça é o princípio desta santidade, sobrenatural na sua fonte, nas suas ações, nos seus frutos. «Mas Deus não nos eleva a essa adoção a não ser pelo seu Filho Jesus Cristo», só n'Ele e por meio d'Ele quer unir-se a nós, e que nós nos unamos a Ele: «Ninguém vem ao Pai senão por mim» (Jo 14, 6). Cristo é o caminho, o único caminho para nos levar a Deus; «sem Ele nada podemos fazer» (*Ib*. 15, 5). «Não há para a nossa santidade outro fundamento que o que Deus quis estabelecer, isto é, a união com Cristo» (1 Cor 3, 11).

Assim, Deus comunica a plenitude da sua vida divina à humanidade de Cristo e, por ela, a todas as almas «na medida da sua predestinação em Cristo Jesus» (Ef 4, 7).

Compreendamos que não podemos ser santos senão na medida em que a vida de Jesus Cristo se encontre em nós. Esta é a única santidade que Deus nos pede, não há outra - e não nos tornaremos santos senão em Jesus Cristo - caso contrário, nunca o seremos. A criação não contém em si mesma sequer um átomo desta santidade. Toda ela deriva de Deus por um ato soberanamente livre da sua vontade omnipotente, e por esta razão é sobrenatural.

São Paulo faz-nos notar mais de uma vez a gratuitidade do dom divino da adoção, a eternidade do amor inefável que decidiu fazer-nos participar neste dom e o meio admirável da sua realização pela graça de Jesus Cristo: «Lembra-te, escreve ao seu discípulo Timóteo, que Deus nos escolheu com vocação santa, não pelas nossas obras, mas por mera benevolência, e segundo a graça que antes de todos os séculos nos foi dada em Jesus Cristo» (2 Timóteo 1, 9). «Fostes salvos e santificados *por pura graça*, escrevia aos fiéis de Éfeso, e não pelas vossas próprias forças, para que ninguém possa gloriar-se de si mesmo» (Ef 2, 8-9).

7. Fim primordial do plano de Deus: a glória de Jesus Cristo e do seu Pai na unidade do Espírito Santo

[O Concílio Vaticano I definiu que Deus criou livremente a criatura do nada, ao mesmo tempo por um acto da sua bondade e da sua omnipotência, não para aumentar a sua bem-aventurança, nem para selar n sua perfeição, mas manifestar essa perfeição através dos bens que concede às suas criaturas (Const. Dogm. *De Fide Catholica*). No Cânone 4, o Concílio anatematiza «quem negue que o mundo foi criado para a glória de Deus.» Destes textos depreende-se que Deus criou o mundo para a sua glória, que esta glória consiste na manifestação das suas perfeições, pelos dons que derrama sobre as suas criaturas, que o motivo que livremente o determina a glorificar-se deste modo é a sua bondade (ou *formaliter*, o amor à sua bondade). Deus une, portanto a felicidade da criatura à sua glória: glorificar a Deus é a nossa bem-aventurança. «Os dons de Deus», diz Dom L. Janssens, «não têm nenhuma outra fonte nem outro fim senão a bondade suprema, cuja expressão mais profunda é a sua glória». Pois bem, o dom por excelência, do qual emanam para nós todos os outros, é o da união hipostática em Cristo: *Sic Deus dilexit mundum ut Filium suum unigenitum DARET…quomodo CUM ILLO non OMNIA nobis DONAVIT*? (Jo 3, 16; Rom 8, 32)].

Toda a glória, com efeito, deve encaminhar-se a Deus. Esta glória é o fim fundamental da obra divina. Paulo mostra-nos isso ao terminar com estas palavras a sua exposição do plano da Providência: «Em louvor da glória da sua graça» (Ef 1, 6).

Se Deus nos adota como seus filhos, se realiza essa adoção pela graça, cuja plenitude está no seu Filho Jesus, se quer que participemos da felicidade da herança eterna de Cristo, é apenas em vista da exaltação da sua glória.

Notai com que insistência, ao expor-nos o plano divino nas palavras que citei no início, São Paulo detém-se neste ponto: «Deus escolheu-nos… para a exaltação da glória da sua graça» (Ef 1, 6) [é de notar, no texto grego, o emprego da preposição *eis*, que indica o fim que se pretende alcançar de uma maneira ativa], e mais abaixo volta duas vezes à mesma ideia. «Deus predestinou-nos para que sirvamos de louvor à sua glória» (Ef 1, 12 e 14) [+Fp 1, 11: «Sede puros e irrepreensíveis até ao dia em que Cristo apareça, cheio dos frutos da justiça que Ele vos trouxe pela sua graça para glória e louvor de Deus»]. A primeira frase do Apóstolo é extremamente expressiva: não diz «para que se celebre a sua graça», mas «para que se celebre a glória da sua graça», o que significa que esta graça será rodeada pelo esplendor que sempre acompanha os vencedores.

Por que fala assim São Paulo? É que, para nos dar a adoção divina, Cristo teve de triunfar sobre os obstáculos criados pelo pecado; mas estes obstáculos não serviram mais do que para fazer realçar aos olhos do mundo as maravilhas divinas na obra da nossa restauração sobrenatural [*mirabiliter condidisti et mirabilius reformasti*. Ordinário da Missa]. Cada um dos escolhidos é fruto do sangue de Jesus e das admiráveis operações da sua graça e todos os eleitos juntos são outros tantos troféus conquistados por esse sangue divino; assim, constituem um glorioso louvor a Cristo e ao seu Pai (Ef 1, 12 e 14).

Dizia-vos, no início, que a perfeição divina, particularmente cantada pelos anjos, é a santidade: *Sanctus, Sanctus, Sanctus*. Mas qual é o clamor de louvor que se eleva no céu do coro dos escolhidos? Qual é o canto incessante desta multidão imensa que constitui o reino cuja cabeça é Cristo. «Ó Cordeiro imolado, Tu resgataste-nos, Tu devolveste-nos os direitos à herança e deste-nos a possibilidade de pudermos tomar parte nela; a Ti e Àquele que está sentado sobre o trono, o louvor, a honra, a glória e o poder»! (Apocalipse 5, 9 e 14). Este é o cântico de louvor que ressoa no céu para exaltar os triunfos da graça de Jesus (Ef 1, 6).

Unir-se a partir de agora, aqui em baixo, a este canto dos escolhidos é entrar nos pensamentos eternos. Olhai para São Paulo: ao escrever esta admirável epístola aos Efésios, está na cadeia, mas no momento em que se propõe revelar o mistério escondido desde os séculos, de tal forma fica deslumbrado com a grandeza desse mistério da adoção divina em Jesus Cristo, a tal ponto o fascinam as «riquezas «insondáveis» que temos em Jesus que, apesar das suas privações, não pode deixar de soltar, desde o início da sua carta, um grito de louvor e de ação de graças: «Bendito seja Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou em Cristo com toda a espécie as bênçãos espirituais!» (Ef 1, 3). Sim, bendito seja o Pai Eterno, que nos chamou a Si desde toda a eternidade para nos fazer seus filhos e conferir-nos o direito de participar na sua própria vida e na sua própria bem-aventurança; que, para realizar os seus desígnios, nos deu em Jesus Cristo todos os bens, todas as riquezas, todos os tesouros, para que «n'Ele nada nos falte» (1 Cor 1, 7).

Eis o plano divino:

O exercício de toda a nossa santificação consiste em compreender cada vez mais, à luz da fé, esta ideia íntima de Deus [*Sacramentum absconditum*], em entrar no pensamento divino e realizar em nós as visões eternas do Criador.

O que nos quer salvar e santificar, traçou o plano com uma sabedoria que anda de mãos dadas com a sua bondade; ajustemo-nos a esse pensamento divino, que quer que edifiquemos a santidade na nossa conformidade com Cristo. Sem essa conformidade, repetimos mais uma vez, não há outra santidade nem outro caminho para a alcançar; e como ser «agradável a Deus» constitui todo o fundamento da santidade, não podemos ser agradáveis ao Pai Eterno se Ele não reconhecer em nós os traços do seu divino Filho. E para isso é necessário que de tal modo nos identifiquemos com Cristo pela graça e virtudes que o Pai celeste, olhando para as nossas almas, nos reconheça como seus verdadeiros filhos. e possa depositar em nós as suas complacências, como o fazia ao contemplar Jesus Cristo na terra. Cristo é o seu Filho muito amado e n’Ele chegaremos a ver-nos cheios de todas as bênçãos que nos conduzirão à plenitude da nossa adoção na bem-aventurança celestial.

Como é belo repetir agora, à luz de tão sublimes e consoladoras verdades, a oração que Jesus, o Filho muito amado do Pai, pôs nos nossos lábios, e que, vinda d'Ele, é a oração por excelência do Filho de Deus: «Ó Pai Santo, que estás nos céus, somos teus filhos, uma vez que queres ser chamado nosso Pai; que o teu nome seja santificado, honrado e glorificado, e as tuas perfeições louvadas e exaltadas cada vez mais sobre a terra; reproduzamos em nós próprios, pelas nossas obras, o esplendor da tua graça; portanto, alarga o teu reino; aumenta sem cessar este reino, que também é do teu Filho, pois constituíste-o o seu rei; que o teu Filho seja verdadeiramente o rei das nossas almas; que manifestemos essa realeza em nós próprios pelo perfeito cumprimento da sua vontade»; Como Ele, «procuremos sem cessar unir-nos a Ti realizando sempre a tua vontade» (Jo 8, 29) o teu pensamento eterno sobre nós, para nos tornarmos semelhantes em todas as coisas ao teu Filho Jesus, e por Ele ser dignos Filhos do teu amor!

II

Jesus Cristo, modelo único de toda a perfeição *Causa exemplaris*

Fecundidade e aspectos diversos do mistério de Cristo

Quando lemos as Epístolas que S. Paulo dirigiu aos cristãos do seu tempo, não podemos deixar de ficar impressionados com a insistência com que fala de Nosso Senhor Jesus Cristo. Regressa constantemente a este tema, no qual está, aliás, tão profundamente mergulhado que, para ele, «Cristo é a sua vida» (Fl 1, 21); Assim, «encontra todo o seu prazer em consumir-se por Cristo e pelos seus membros» (2 Cor 12:15).

Escolhido e instruído pelo próprio Jesus para ser no mundo o arauto do seu mistério (Ef 3, 8-9), de tal modo penetrou no mais fundo das profundidades deste mistério, que o seu único desejo é revelá-lo para tornar conhecida e amada a adorável pessoa de Cristo.» Aos Colossenses escreve que o que o enche de alegria, no meio das suas tribulações, é o pensamento de «ter anunciado o mistério oculto às antigas gerações e revelada hoje aos fiéis, porque é a eles que Deus se dignou dar a conhecer as maravilhosas riquezas desse mistério que é Cristo» (Cl 1, 26-27). Na prisão dizem-lhe que, além dele, há outros que pregam Cristo; alguns fazem-no por espírito de rivalidade, para o contrariar, outros com boas intenções; sente a mínima contrariedade ou o mais leve sinal de ciúmes? Pelo contrário. Desde que Cristo seja pregado, que importa? «De qualquer forma, seja feito com boas intenções ou com segundas intenções, me alegro e me alegrarei» (Fl 1, 15 ss). Deste modo, dirige todo o seu conhecimento, toda a sua pregação, toda a sua vida a Jesus Cristo: «Orgulho-me de não conhecer entre vós outra coisa senão Jesus Cristo» (1 Cor 2, 2). Na sua obra, nas lutas do seu apostolado, uma das suas alegrias é pensar que «dá à luz Cristo nas almas» (Gal 4, 19).

Os cristãos dos primeiros tempos compreendiam a doutrina que o grande Apóstolo lhes ensinava, sabiam que Deus nos deu o seu Filho

unigénito Jesus Cristo para que seja tudo para nós: «a nossa sabedoria, a nossa justiça, a nossa santificação, a nossa redenção» (1 Cor 1, 30). Compreendiam o plano divino: Deus deu a Cristo a plenitude da graça, para que encontremos tudo n'Ele. Viviam desta doutrina: «Cristo… é a vossa vida» (Cl 3, 4), e por isso a sua vida espiritual era ao mesmo tempo tão simples e tão fecunda.

Pois bem; devemos dizer que o coração de Deus não é hoje menos amoroso, nem o seu braço menos poderoso. Deus está disposto a cobrir-nos de graças, não tão extraordinárias no seu caráter, mas tão abundantes e úteis como as que concedeu aos primeiros cristãos. Ele ama-nos tanto como a eles; Temos à nossa disposição todos os meios que estavam à sua disposição e além disso temos também, para nos encorajar, os exemplos dos santos que seguiram Cristo. Mas, muitas vezes, somos como o leproso que foi consultar o profeta e pedir a sua cura: quase perdeu a oportunidade de a obter, porque achou o remédio demasiado simples (2 Reis 5, 1 ss.). Nosso Senhor alude a este facto (Lucas 4:27). [Naamã, general dos exércitos da Síria, foi atacado por uma lepra que o desfigurava por completo. Ao ouvir falar das maravilhas que o profeta Eliseu realizava em Samaria, dirigiu-se a ele para lhe pedir que o curasse: «Vai e lava-te sete vezes no Jordão», disse-lhe Eliseu, «e assim ficarás curado». Esta resposta irrita Naamã: «Eu tinha acreditado», disse ele à sua comitiva, «que o próprio profeta apareceria e me curaria invocando Yahweh sobre mim. Julga, porventura, este profeta que os rios da Síria não valem todas as águas de Israel? Não posso atirar-me a eles para recuperar a minha saúde? E desiludido e cheio de cólera, prepara-se para regressar ao seu país. Mas os seus servos foram ter com ele dizendo-lhe: «Senhor, pode ser que o profeta tenha razão; Se tivesse pedido algo mais difícil, não o terias feito? Quanto mais lhe deves obedecer, mandando-te fazer uma coisa tão fácil?» Naamã cede a esta sugestão, cheio de bom senso, lava-se sete vezes no Jordão e recupera a saúde, segundo a palavra do homem de Deus].

É este o caso de muitos dos que empreendem o caminho da vida espiritual. Encontram-se espíritos tão apegados ao seus modos de ver, que se escandalizam com a simplicidade do plano divino; no entanto, tal escândalo não está isento de perigo. Essas almas, que não chegam a compreender o mistério de Cristo, perdem-se numa infinidade de

pormenores, cansando-se muitas vezes com trabalhos sem qualquer resultado. Porquê? Porque tudo o que o engenho humano pode criar para a nossa vida interior é inútil se não basearmos o edifício em Cristo. «Ninguém pode estabelecer outro fundamento além do que já foi estabelecido, isto é, Jesus Cristo» (1 Cor 3, 11).

Isto explica-nos a mudança que por vezes ocorre em certas almas. Viveram anos completos de forma limitada, muitas vezes deprimida, quase nunca contentes, encontrando constantemente novas dificuldades na vida espiritual. Mas um dia Deus dá-lhes a graça de compreenderem que Cristo é tudo para nós, que é o *Alfa* e o *Ómega* (Ap 22:13), que sem Ele nada temos, e n'Ele temos tudo, e que tudo se resume em Si. A partir desse momento, tudo muda, por assim dizer, nessas almas; as dificuldades desvanecem-se como as sombras da noite à luz do sol nascente. Desde que nosso Senhor, «o verdadeiro sol da nossa vida» (Mal 4, 2), ilumine plenamente essas almas, torna-as fecundas; já podem respirar a plenos pulmões, progridem e produzem grandes frutos de santidade.

Sem dúvida, as provações não faltarão na vida dessas almas; frequentemente constituirão o tributo pago por essa aperfeiçoamento interior, porque assim a colaboração com a graça divina será mais vigilante e generosa. Mas tudo o que encolhe o coração, impede o voo e é motivo de desânimo, desaparece. A alma vive na luz, «dilata-se»: «Andei pressuroso no caminho dos teus mandatos, quando alargaste o meu coração» (Sl 118, 32); a sua vida simplifica-se; passa a compreender a insuficiência dos meios que imaginou para seu uso pessoal e renovou sem cessar, exigindo que fossem como os pilares do seu próprio edifício espiritual: e consegue finalmente conhecer a verdade destas palavras: «Se Tu, Senhor, não edificares em nós a tua casa, nunca poderemos construir uma morada digna de Ti» (Sl 126:1). Em Cristo, e não em ti próprio, procura a fonte da tua santidade, sabe que essa santidade é sobrenatural no seu princípio, na sua natureza e no seu fim, e que os tesouros da santificação estão como amontoados em Jesus para que nós, recebendo-os d'Ele, participemos neles e compreendamos então que não se pode ser rico senão com as riquezas de Cristo.

Estas riquezas, segundo a palavra de São Paulo, são insondáveis (Ef 3, 8). Nunca as esgotaremos, e tudo o que dissermos sobre elas permanecerá sempre muito abaixo dos louvores que merecem.

Há, porém, três aspectos do mistério de Cristo que é necessário considerar quando falamos de nosso Senhor como a fonte da nossa santificação. Tomamos esta ideia de São Tomás, príncipe dos teólogos, que a refere ao expor a sua doutrina sobre a causalidade santificadora de Cristo [STh III, 1. 24, arts. 3 e 4; q.48, a.6; q.50, a.6; q.56, a.1, ad 3 e 4].

Cristo é, ao mesmo tempo, a causa exemplar, a causa meritória, e a causa eficiente da nossa santidade. Cristo é *o único modelo da nossa perfeição, o artífice da nossa redenção, o tesouro infinito das nossas graças, a causa eficiente da nossa santificação*

Estes três pontos resumem admiravelmente o que vamos dizer sobre o mesmo Cristo como a *vida das nossas almas*. A graça é, de facto, o princípio desta vida sobrenatural de filhos de Deus, que constitui o fundo e substância de toda a santidade. Pois bem; Esta graça que se encontra plenamente em Cristo, e todas as obras que a graça nos faz realizar têm o seu exemplar em Jesus; além disso Cristo mereceu-nos essa graça pelas satisfações da sua vida, da sua paixão e da sua morte. Finalmente, Cristo produz por si próprio essa graça em nós mediante os sacramentos, e pelo contacto que com Ele temos na fé.

Mas estas verdades são tão ricas e fecundas, que devemos contemplá-las cada uma em particular. Nesta conferência, iremos considerar nosso Senhor como nosso modelo divino em todas as coisas, como o exemplar da santidade a que devemos aspirar. A primeira coisa que temos de considerar é o fim cuja realização procuramos e, uma vez compreendido este fim, deduziremos em seguida quais os meios mais adequados para o alcançar.

1. Necessidade de conhecer a Deus, para nos unirmos a Ele: Deus revela-se a nós no seu Filho Jesus: «Quem O vê, vê o Pai»

Acabámos de ver que a nossa santidade não é mais do que uma participação na santidade divina: somos santos se somos filhos de Deus, se

vivemos como verdadeiros filhos do Pai celestial, dignos da adoção sobrenatural. «Sede imitadores de Deus, diz S. Paulo, como convém a filhos muito queridos» (Ef 5, 1). O próprio Jesus nos diz: «Sede perfeitos» – e há que ter presente que nosso Senhor se dirige a todos os seus discípulos – não com uma perfeição qualquer, mas «como o é o vosso Pai celestial» (Mt 5, 48). E porquê? Porque a nobreza obriga: Deus adoptou-nos como seus filhos e os filhos devem, nas suas vidas, assemelhar-se ao pai.

Para imitar Deus, é preciso conhecê-Lo. E como podemos conhecer Deus? «Habita numa luz inacessível», diz S. Paulo (1 Tim 6, 16): «Ninguém, acrescenta São João, jamais viu a Deus» (1Jo 4, 12). Como podemos então reproduzir e imitar as perfeições daquele que não nos é possível ver?

Uma frase de S. Paulo dá-nos a resposta (2 Cor 4, 6): «Deus revelou-se a nós por seu Filho e em seu Filho Jesus Cristo». Jesus Cristo é «o esplendor da glória do Pai» (Heb 1, 3), «a imagem do Deus invisível» (Col 1, 15), semelhante em tudo ao Pai, capaz de o revelar aos homens, porque o conhece como Ele se conhece: «O Pai não é conhecido por ninguém senão pelo Filho e por aqueles a quem o Filho o quiser revelar» (Mt 11,27). Jesus Cristo, que está sempre «no seio do Pai» (Jo 1, 18), diz-nos: «Eu conheço o meu Pai» (Jo 10,15); e conhece-O «para nos revelar» (*Ib* 1, 18). Cristo é a revelação do Pai.

Mas como o Filho nos revela o Pai? — Encarnando-se. — O Verbo, O Filho, encarnou-se, fez-se homem, e n'Ele e por Ele conhecemos Deus. Cristo é Deus posto ao nosso alcance sob uma expressão humana; é a perfeição divina que nos é revelada revestida de formas terrenas. É a própria santidade que aparece sensivelmente aos nossos olhos durante trinta e três anos, para se tornar tangível e imitável [Ser modelo e ser imitável são as características que devem ser encontradas em toda a causa exemplar]. Nunca pensaremos o bastante sobre isto. Cristo é Deus fazendo-se homem, vivendo entre os homens, a fim de os ensinar através da sua palavra e, sobretudo, com a sua vida, como devem viver para imitar Deus e agradar-Lhe. Temos, então, em primeiro lugar, que para vivermos como filhos de Deus, basta abrir os olhos com fé e amor e contemplar Deus em Jesus.

Há no Evangelho um episódio magnífico, no meio da sua soberana simplicidade; já o conheceis, mas este é o lugar para o recordar. Era véspera da Paixão de Jesus. Nosso Senhor tinha falado, como o sabia fazer, do seu Pai aos Apóstolos; e eles, extasiados, queriam ver e conhecer o Pai. O apóstolo Filipe exclama: «Mestre, mostra-nos o Pai e isso nos basta» (Jo 14, 8). E Jesus Cristo responde-lhe: «Como! Estou no meio de vós há tanto tempo e ainda não me conheceis? Filipe, quem me vê a mim vê o meu Pai» (Jo 14, 9). Sim; Cristo é a revelação de Deus, do seu Pai; como Deus, não forma com Ele mais do que uma coisa; e quem o vê, vê a revelação de Deus.

Quando contemplais Cristo, abaixando-se até à pobreza da manjedoura, lembrai-vos destas palavras: «Quem me vê, vê o meu Pai». Quando vedes o adolescente de Nazaré, trabalhando com a maior obediência na humilde oficina até aos trinta anos, repeti estas palavras: «Quem o vê, vê o seu Pai», quem o contempla, contempla a Deus. Quando vedes Cristo passando pelas aldeias da Galileia, semeando o bem por toda a parte, curando os doentes, anunciando as boas novas, quando o virdes no patíbulo da cruz, morrendo por amor aos homens, objecto de escárnio dos seus algozes, escutai: É Ele que vos diz: «Quem me vê, vê o meu Pai». Estas são outras tantas manifestações de Deus, outras tantas revelações das perfeições divinas. As perfeições de Deus são em si mesmas tão incompreensíveis como a natureza divina; quem de nós, por exemplo, será capaz de compreender o que é o amor divino? É um abismo, que ultrapassa tudo o que podemos entender. Mas quando vemos Cristo, que como Deus é «uma mesma coisa com o Pai» (Jo 10, 30), que tem em si a mesma vida divina que o Pai (*Ib*. 5, 26), quando O vemos a instruir os homens, morrendo na cruz, dando a sua vida por nosso amor e instituindo a Eucaristia, então compreendemos a grandeza do amor de Deus.

É o que acontece com cada um dos atributos de Deus, com cada uma das suas perfeições. Cristo revela-as, e «à medida que crescemos no seu amor, faz-nos penetrar mais profundamente no seu mistério. Se alguém me ama e me recebe na minha humanidade, será amado por meu Pai. Eu também o amarei, manifestar-me-ei a ele na minha divindade e lhe revelarei os seus segredos (*Ib*. 14, 21).

«A vida manifestou-se», escreve São João, «e nós vimo-la. Por isso somos testemunhas dela e vos anunciamos a vida eterna que estava no seio do Pai e se fez sensível aqui em baixo» (1 Jo 1, 2), em Jesus Cristo. Por isso, para conhecer e imitar Deus, não temos mais que conhecer e imitar o seu Filho, Jesus, que é, ao mesmo tempo, a expressão humana e divina das infinitas perfeições do seu Pai: «Quem me vê, vê o meu Pai.»

2. Cristo, nosso modelo na sua pessoa: Deus perfeito; Homem perfeito; a graça, sinal fundamental da semelhança com Cristo, considerado na sua condição de Filho de Deus

Mas como e em que ordem de coisas Jesus Cristo, o Verbo encarnado, é o nosso modelo, o nosso exemplar?

Cristo é um modelo de duas formas: na sua pessoa e nas suas obras; na sua condição de Filho de Deus, e na sua atividade humana, porque é ao mesmo tempo Filho de Deus e Filho do homem, Deus perfeito e homem perfeito.

Cristo é Deus, Deus perfeito.

Transportemo-nos na nossa imaginação para a Judeia no tempo de Cristo. Cumpriu já uma parte da sua missão ensinando e realizando as «obras de Deus» (Jo 9, 4). Ei-lo depois de um dia de correrias apostólicas, separado da multidão, rodeado apenas pelos seus discípulos. De repente pergunta-lhes: «O que dizem os homens sobre mim?». Os discípulos fazem-se eco de todos os rumores espalhados pelo povo. «Mestre, diz-se que és João Batista, ou Elias, ou Jeremias, ou um dos Profetas». «Mas vós», responde Jesus, «quem dizeis que Eu sou?». Então Pedro, tomando a palavra, diz-lhe: «Tu és o Cristo, o Filho de Deus Vivo». E Nosso Senhor, confirmando o testemunho do seu Apóstolo, responde-lhe: «Bem-aventurado és tu, Pedro, porque não chegaste a conhecer o que eu sou por intuição natural, mas foi o meu Pai que to revelou» (Mt 16,1 6).

Cristo é, pois, o Filho de Deus, «Deus nascido de Deus, luz nascida da luz, Deus verdadeiro saído do Deus verdadeiro», como reza o nosso *Credo*.

Cristo, diz S. Paulo, não acreditou que isso fosse uma usurpação por sua parte ao considera-se igual ao Pai (Fl 2, 6).

Por outro lado, a voz do Pai Eterno fez-se ouvir três vezes e todos as três para glorificar Cristo, proclamando-O seu Filho, o Filho das suas complacênciaa, o órgão dos seus oráculos: «Este é o meu Filho muito amado em quem pus toda a minha complacência; ouvi-o.» (Mt 17, 5; +3, 17. Jo 12, 28). Prostemo-nos em terra como os discípulos que ouviram esta voz do Pai no Tabor; Repitamos com Pedro, inspirados pelo céu: «Sim, Tu és o Cristo, o Verbo encarnado, Deus verdadeiro, igual ao teu Pai, Deus perfeito, que tem todos os atributos divinos; Tu és, ó Jesus, como o teu Pai e com o Espírito Santo, o Omnipotente e o Eterno; Tu és o Amor infinito, eu creio em Ti e adoro-Te, meu Senhor e meu Deus».

Filho de Deus, Cristo é também Filho do homem, homem perfeito [*perfectus homo*].

O Filho de Deus fez-se carne; continuou a ser o que era, mas juntou-se a uma natureza humana, completa como a nossa, inteira na sua essência, com todas as suas propriedades naturais; Cristo nasceu, como todos nós, «de uma mulher» (Gal 4, 4), pertence autenticamente à nossa raça. É frequentemente chamado no Evangelho «O Filho do Homem» ; «Olhos de carne viram-no, e mãos humanas tocaram-no» (1 Jo 1, 1). E ainda no dia seguinte ao da sua gloriosa ressurreição, fez experimentar ao apóstolo incrédulo a realidade da sua natureza humana: «Apalpa e vê, porque os espíritos não têm carne nem ossos, como vedes que eu tenho» (Lucas 24, 39). Tem, como nós, uma alma criada diretamente por Deus; um corpo formado no seio da Virgem; uma inteligência que conhece, uma vontade que ama e escolhe; todas as faculdades que nós temos: memória, imaginação; tem paixões, no sentido filosófico, elevado e nobre de palavra, num sentido que exclui toda a desordem e toda a fragilidade; Mas estas paixões estão nele inteiramente sujeitas à razão, sem poder ser postas em marcha sem um acto da sua vontade [A teologia chama-lhes *propaixões*, para indicar com este termo especialmente o seu carácter de transcendência e pureza.]. A sua natureza humana é, pois, inteiramente semelhante à nossa, à dos nossos irmãos, diz São Paulo: «Era preciso que se assemelhasse em tudo aos seus irmãos» (Hb 2, 17), exceto no pecado (*Ib*. 4, 15), Jesus não

conheceu o pecado nem nada do que é fonte ou consequência do pecado: a ignorância, o erro, a doença, todas as coisas indignas da sua perfeição, da sua sabedoria,da sua dignidade e da sua divindade.

Mas o nosso Divino Salvador quis sofrer durante a sua vida mortal as nossas fraquezas; todas as que eram compatíveis com a sua santidade. O Evangelho mostra-nos claramente que não há nada na natureza do homem que Jesus não tenha santificado. Os nossos trabalhos, os nossos sofrimentos, as nossas lágrimas, fez tudo seu. Vede-o em Nazaré: Durante trinta anos passa a vida num trabalho obscuro de artesão, ao ponto de quando começa a pregar, os seus compatriotas admiram-no porque nunca o conheceram senão como filho do carpinteiro: «De onde é que este homem tira todas estas coisas? Não é filho de um carpinteiro?» (Mt 13, 55-56). Nosso Senhor queria sentir fome como nós, depois de ter jejuado no deserto, teve fome (*Ib*. 4, 2). Também ele sofreu sede: Não pediu ele de beber à samaritana? (Jo 4, 7), não gritou na cruz: «Tenho sede»? (Jo 19, 28). Experimentou a fadiga como nós; as longas viagens através da Palestina fatigavam os seus membros, quando no poço de Jacob pediu água para matar a sede, São João diz-nos que estava cansado. Era a hora do meio-dia, depois de ter caminhado largo tempo, senta-se rendido à margem do poço (*Ib*. 4, 6). Assim, como observa Santo Agostinho no admirável comentário que nos deixou sobre esta cena evangélica: «Aquele que é a própria força de Deus é dominado pela fadiga» (*Tract. in Joan*., 15). O sono fechou-lhe as pálpebras; dormia no barco quando se levantou a tempestade. «Mas ele dormia» (Mt 8, 24), e dormia verdadeiramente, para que os seus discípulos, temendo que os tragassem as ondas furiosas, tiveram necessidade de o acordar. Chorou sobre Jerusalém, a sua pátria, que amava apesar da sua ingratidão; ao pensar nos desastres que viriam após a sua morte arranca lágrimas amargas e frases cheias de aflição: «Se tu soubesses, pelo menos neste dia, o que te podia trazer paz!» (Lucas 19:41 e seg.). chorou a morte do seu amigo Lázaro como nós choramos por aqueles que amamos, a ponto de os judeus que testemunharam este espectáculo dizerem entre si: «Vede como o amava» (Jo 11, 36). Cristo derramou lágrimas, não porque convinha, mas porque estava comovido no seu coração. Chorou pelo seu amigo, e as suas lágrimas fluíam do fundo da sua alma. Também se diz várias vezes no Evangelho que o seu coração Foi movido por compaixão

(Lucas 7:13; Marcos 8, 2; +Mateus 15 ,32). Que mais? Experimentou também sentimentos de tristeza, tédio e medo. (Mc 14, 33; Mt 26, 37).

Na sua agonia, quando estava no Jardim das Oliveiras, a sua alma foi tomada pela tristeza (Mt 26, 38) e a angústia penetrou-a a ponto de o fazer lançar altos gritos (Heb 5, 7). Todos os insultos, todos os golpes, todas as cuspidelas, todas as afrontas que choveram sobre Ele durante a Sua Paixão, fizeram-n'O sofrer imenso; as zombarias e os insultos não o tornaram insensível; pelo contrário, quanto mais perfeita era a Sua natureza, mais delicada e maior era a sua sensibilidade. Viu-se dominado pela dor. Por fim, depois de ter assumido sobre Si todas as nossas fraquezas, depois de se ter mostrado verdadeiramente homem e semelhante a nós em tudo, quis sofrer a morte como os outros filhos de Adão: «E, inclinando a cabeça, entregou o espírito» (Jo 19, 30).

Vemos, então, que Jesus Cristo é nosso modelo como Filho de Deus e Filho do Homem ao mesmo tempo. Mas, acima de tudo, Ele é Filho de Deus: esta *condição* de ser Filho de Deus é o que nele há de radical e fundamental. Nisto, acima de tudo, devemos ser-Lhe semelhantes.

Mas, nisso, como podemos ser-Lhe semelhantes?

A filiação divina de Cristo é o tipo da nossa filiação sobrenatural, a sua condição, o seu «*ser*» de Filho de Deus é o exemplo do estado a que deve elevar-nos à graça santificante. Cristo é o Filho de Deus por natureza e por direito, em virtude da união do Verbo eterno com a natureza humana. [É o que se chama em Teologia a graça da união, em virtude da qual a natureza humana que foi escolhida para ser unida de uma maneira inefável a uma pessoa divina, o Verbo, e fazer dela a humanidade de um Deus. Esta graça é única e só se encontra em Jesus Cristo]. Nós o somos *por adoção e pela graça*, mas realmente e com um título muito verdadeiro. Cristo tem também a graça santificante; possui-a plenamente; para nós flui desta plenitude com maior ou menor abundância, mas a graça com que está saturada a alma criada de Jesus é substancialmente a mesma que nos deifica. São Tomás diz que a nossa filiação divina é uma semelhança da filiação eterna [*quædam similitudo filiationis æternæ*. I, q.22, a.3].

Tal é o modo primordial e supremo como Jesus Cristo é nosso exemplo: na Encarnação é constituído por direito Filho de Deus. Nós devemos chegar a sê-lo pela participação na graça que vem d'Ele e que, deificando a substância da nossa alma, nos eleva ao plano de filhos de Deus. Esta é a primeira e essencial característica da semelhança que devemos ter com Jesus Cristo, o que é a base e a condição de toda a nossa atividade sobrenatural. Se não possuirmos em nós, como condição prévia, esta *graça santificante*, que é o *sinal fundamental da semelhança com Jesus*, o Pai Eterno não nos reconhecerá como seus, e tudo o que fizermos na nossa existência, sem essa graça, não terá nenhum mérito em ordem a fazer-nos participantes da herança eterna: não seremos co-herdeiros de Cristo se não chegarmos a ser seus irmãos pela graça [*O si cognovisses Dei gratiam per Iesum Christum Dominum Nostrum ipsamque eius Incarnationem, qua hominis animam corpusque suscepit, summum esse exemplum gratiæ videre potuisses*! Santo Agostinho, *De Civit*. Dei X,29.].

3. Cristo nosso modelo nas suas obras e virtudes

Cristo é também modelo *pelas suas obras*.

Já vimos como verdadeiramente *foi* homem e seria necessário dizer também com quanta verdade *agiu* como homem.

Também nisto nosso Senhor é para nós um modelo perfeito, e ao mesmo tempo acessível, de toda a santidade; praticou em grau incomparável todas as virtudes que podem adornar a natureza humana ou pelo menos todas aquelas que eram compatíveis com a sua natureza divina.

Bem sabeis que, com a graça santificante, a alma de Cristo recebeu o cortejo magnífico das virtudes e dons do Espírito Santo; estas virtudes brotavam da graça como de uma fonte e eram exteriorizadas em toda a sua perfeição durante a existência de Jesus.

É certo que não tinha fé. Esta virtude teologal só se encontra na alma que ainda não goza da visão de Deus; a alma de Cristo contemplava Deus face a face, não podia, por isso, ter fé no que via; mas sim, teve aquela submissão de vontade que é necessária à perfeição da fé, essa reverência,

essa adoração a Deus, primeira e infalível verdade ; essa disposição existia na alma de Cristo a um grau muito elevado.

Jesus Cristo não tinha, propriamente, a virtude da esperança: não lhe era possível esperar no que já possuía. A virtude teologal da esperança faz-nos ansiar pela posse de Deus, dando-nos ao mesmo tempo a confiança de receber as graças necessárias para o conseguir. A alma de Cristo estava cheia de Divindade, graças à sua união com o Verbo e, por isso, não podia ter essa esperança. A esperança não existia em Cristo, a não ser na medida em que podia desejar e desejava, efetivamente, a glorificação da sua santa humanidade, a glória acidental que devia desfrutar depois da sua Ressurreição: «Pai, glorifica-me» (Jo 17. 5). Esta glória já a tinha em si, como em germe e raiz, desde o momento da Encarnação; Consentiu que aparecesse por um momento na sua transfiguração no Monte Tabor, mas a sua missão entre os homens obrigava-o a esconder esse esplendor até depois da sua morte. Também havia certas graças que Jesus pedia ao seu Pai; assim, por exemplo, na ressurreição de Lázaro, vemos que Ele se dirige ao Pai com a mais absoluta confiança: «Pai, eu sei que sempre me ouves» (*Ib*. 11, 42).

Quanto à caridade, praticou-a no seu grau mais sublime. O coração de Cristo é uma imensa fogueira de amor. O grande amor de Cristo é o amor que tem a seu Pai. Toda a sua vida pode ser resumida nestes palavras: «Não procuro senão o que agrada ao meu Pai.»

Meditemos nestas palavras durante a oração; só através da oração podemos desvelar o mistério que encerram. Esse amor inefável, essa tendência que orienta a alma de Jesus Cristo para o Pai é a consequência necessária da sua união hipostática. O Filho pertence todo «ao seu Pai», como dizem os teólogos; aqui está a sua essência, se assim me posso exprimir; a santa humanidade é arrastada por essa corrente divina; tornou-se, pela Encarnação, a própria humanidade do Filho de Deus, e, por isso, toda inteira, toda é de Deus. Daí a disposição fundamental, o sentimento radical e habitual da alma de Cristo é necessariamente este: «Eu vivo para o Pai, amo o Pai» (Jo 15, 31), e porque ama o seu Pai, Jesus entrega-se à sua vontade; O seu primeiro ato, ao entrar neste mundo, é um ato de amor para com Ele: «Oh Pai, aqui estou para fazer a tua vontade» (Heb 10, 7). Pode

dizer-se que toda a sua existência na terra não é mais do que a expressão contínua daquele ato inicial; Ao longo da sua vida, ele repete continuamente que o seu alimento é fazer a vontade do seu Pai (Jo 4, 34); por isso cumpre sempre o que agrada ao seu Pai (*Ib*. 8, 29). Tudo o que o Seu Pai decretou sobre Ele, o realizou até ao último *iota* (isto é, até ao mais ínfimo pormenor) (Mt 5, 18); finalmente, o amor do seu Pai é o que o fez obediente até à morte de cruz. «Faço isto para que o mundo saiba que Eu amo o Pai» (Jo 14, 31). Não esqueçamos; se Jesus Cristo pôde dizer que «não há maior amor do que o que dá a sua vida pelos seus amigos» (*Ib*. 15, 13). Se é de fé que morreu «por nós e pela nossa salvação» também é verdade que acima de tudo deu a sua vida por amor ao seu Pai; amando-nos, ama o seu Pai, e no seu Pai vê-nos e encontra-nos; Estas são as suas próprias palavras: «Rogo por eles, porque são teus» (Jo 17, 9).

Sim, Cristo ama-nos, porque somos filhos do seu Pai, e Lhe pertencemos. Ele ama-nos com um amor inefável que supera tudo o que podemos suspeitar, de tal maneira que cada um de nós pode dizer com S. Paulo: «Ele amou-me e, porque me amou, entregou-se por mim» (Gal 2, 20).

Nosso Senhor possuía também todas as outras virtudes: doçura e humildade: «Aprendei de Mim, que sou manso e humilde de coração» (Mt 11, 29); o Senhor, diante de cuja presença todo o joelho se dobra no céu e na terra, curva-se diante dos seus discípulos para lhes lavar os pés. A obediência: submeteu-se à sua mãe e a São José; uma frase do Evangelho resume a sua vida escondida em Nazaré: «E era-lhes submisso» (Lc 2, 51); obedece à Lei mosaica; comparece regularmente às reuniões do Templo e submete-se aos poderes legitimamente estabelecidos, declarando que é necessário «dar a César o que é de César» (Mt 22, 21), começando por pagar ele mesmo o tributo. Paciência: Quantos testemunhos ela não nos deu, principalmente durante a sua dolorosa Paixão? A sua infinita misericórdia para com os pecadores: acolhe com bondade a samaritana, a Maria Madalena. Bom Pastor, corre em busca da ovelha tresmalhada e trá-la de volta ao redil. Está cheio de um zelo ardente pela glória e pelos interesses do seu Pai. Esse zelo é o que o faz expulsar os vendedores do templo e lançar anátemas sobre a hipocrisia dos fariseus. A sua oração era contínua: «Passava a noite em oração» (Lucas 6:12). Quem poderá dizer o

que era este trato a sós do Verbo encarnado com o seu Pai, e o espírito de religião e adoração que o animava?

N'Ele, pois, florescem a seu tempo todas as virtudes, para glória do Seu Pai e nosso proveito.

Bem sabeis que os antigos Patriarcas, antes de deixarem a terra, davam ao seu filho primogénito uma bênção solene, que era como uma promessa de prosperidade celestial para os seus descendentes. Ora, no Génesis lê-se que o patriarca Isaac, antes de dar aquela bênção solene ao seu filho Jacob, abraçou-o, e quando ele respirou o aroma dos seus vestidos, exclamou no êxtase da sua alegria: «Eis o aroma que o meu filho derrama, como o perfume de um campo fértil abençoado pelo Senhor» (Gn 27). E imediatamente, todo emocionado, pediu para o filho as mais opulentas bênçãos opulentas do alto: «Que Deus te conceda o orvalho do céu; com a fertilidade da terra, te conceda abundância de pão e de vinho, os povos te sirvam, as nações se prostrem diante de ti, sê senhor dos teus irmãos… O que te amaldiçoar seja amaldiçoado, e que te abençoar seja abençoado! »(Gn 27, 28-29). Esta cena é uma imagem do arrebatamento que o Pai sente ao contemplar a humanidade do seu Filho Jesus e as bênçãos espirituais que derrama sobre os que Lhe permanecem unidos. A alma de Cristo, assemelhando-se a um campo coberto de flores, está adornada em todas as virtudes que embelezam a natureza humana.

Deus é infinito e, como tal, tem exigências infinitas; no entanto, a mais simples das ações de Jesus era objeto de prazer do seu Pai. Quando Jesus Cristo trabalhava na pobre oficina de Nazaré, quando conversava com as pessoas ou comia com os seus discípulos – coisas aparentemente muito simples – o seu Pai olhava-O e dizia: «Eis o meu Filho amado, em quem pus as minhas complacências» (Mt 3, 17), e acrescentva: «Escutai-o (*Ib*. 17, 5), isto é, contemplai-O para O imitar. Ele é o vosso modelo, segui-O: Ele é o caminho e ninguém vem a mim senão por Ele, ninguém participará das minhas bênçãos senão n'Ele (Ef 1, 3), porque Eu Lhe dei a plenitude, tal como destinei as nações da terra para sua herança» (Sl 2, 8). Porque é que o Pai eterno estava infinitamente satisfeito com Jesus? Porque Cristo fazia tudo perfeitissimamente e as suas ações eram a expressão das mais sublimes

virtudes; mas, sobretudo, porque todas as ações de Cristo, sem deixarem de ser ações humanas em si mesmas, eram divinas por princípio.

«Ó Cristo Jesus, cheio de graça e modelo de todas as virtudes, Filho muito amado em quem o Pai se compraz, és o único objeto da minha contemplação e do meu amor; vejo tudo o que passa «como se fosse «imundície» (Fil 3:8) para que eu não coloque a minha alegria em nada senão em Ti; que eu procure somente imitar-Te, para ser, por Ti e conTigo, agradável ao Pai em todas as coisas.

4. A nossa imitação de Cristo realiza-se: a) pela graça; b) por essa disposição fundamental de tudo dirigir para a glória do seu Pai. «Cristão outro Cristo»

Ao ler o Evangelho de São João, percebe-se a insistência com que Jesus Cristo repete: «A minha doutrina não é minha» (Jo 7, 16). «O Filho nada pode fazer por si mesmo». «Não posso fazer nada por mim mesmo» (*Ib*. 5, 19) «Não posso fazer nada por mim mesmo» (*Ib*. 5. 30). «Eu nada faço por mim mesmo» (*Ib*. 8, 28).

Isto significa que Jesus Cristo não tinha inteligência, nem vontade, nem atividade humana? - De maneira nenhuma; Pensar assim seria uma heresia; mas como a humanidade de Jesus estava *hipostaticamente* [palavra grega que significa «por união pessoal»] unida ao Verbo, em Cristo não havia nenhuma pessoa humana a quem estas faculdades pudessem aderir; não havia n'Ele mais que uma pessoa, a do Verbo, que tudo faz em união com o seu Pai; tudo em Cristo dependia de forma absoluta da divindade; tudo n'Ele emanava da atividade da única pessoa que n'Ele havia, a do Verbo. E esta atividade, mesmo quando imediatamente realizada pela natureza humana, era divina na sua raiz e no seu princípio. Por isso o Pai Eterno via nela uma glória infinita e dela fazia objeto de todas as suas complacências.

Mas podemos nós imitar isso? Sim, pois pela graça santificante participamos da filiação divina de Jesus. Por ela é elevada soberanamente, e como que divinizada no seu princípio, toda a nossa atividade. Escusado será dizer que na ordem do *ser*, nós conservamos sempre a nossa personalidade; permanecemos por natureza puras criaturas humanas; a nossa união com

Deus pela graça, por mais íntima e próxima que seja, não deixa de ser uma união acidental, não substancial, mas quanto mais a nossa personalidade se eclipse perante a Divindade, em ordem à *atividade*, tanto mais perfeita será essa união.

Se queremos que nada se interponha entre Deus e nós, que nada impeça a nossa união com Ele, que as bênçãos divinas desçam sobre a nossa alma, não só devemos renunciar ao pecado, à imperfeição, mas também despojar-nos da nossa personalidade, *na medida em que constitua um obstáculo à união perfeita com Deus*. Representa um obstáculo quando o nosso próprio juízo, a nossa própria vontade, o nosso amor próprio, as nossas suspeitas, nos fazem pensar e agir de forma que não é a do Pai celestial. Creiam em mim, as nossas faltas de fraqueza, as nossas misérias, a escravidão em que nos encontramos em relação às coisas humanas, impedem infinitamente menos a nossa união com Deus, que esse atitude habitual da alma que deseja, por assim dizer, guardar em tudo a propriedade da sua atividade. Devemos, sim, não aniquilar a nossa personalidade — o que não seria possível nem agradável a Deus — mas fazê-la capitular, por assim dizer, incondicionalmente, perante a divina majestade; devemos colocá-lo aos pés de Deus e pedir-Lhe que seja, pelo seu Espírito, tal como o foi para a humanidade de Cristo, o primeiro motor de todos os nossos pensamentos, de todos os nossos sentimentos, de todas as nossas palavras, de todas as nossas ações, de toda a nossa vida [Orígenes, *Homil. II*, em XV, Mt.].

Quando uma alma chega a despojar-se de todo o pecado, de todo o apego a si mesma e à criatura; a destruir nela, na medida do possível, todos os motivos puramente naturais e humanos, para se entregar completamente à ação divina; a viver na absoluta dependência de Dias, da sua vontade, dos seus mandamentos, do espírito do Evangelho, a dirigir tudo ao Pai celeste, então pode dizer: «Deus guia-me» (Sl 22, 1); «Tudo em mim vem d'Ele, estou nas Suas mãos». Essa alma chegou à imitação perfeita de Cristo, de tal modo que a sua vida é a reprodução da própria vida de Jesus Cristo: «Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim» (Gal 2, 20), Deus guia-a e governa-a, tudo nela se move sob o impulso divino; possui já a santidade, que não é mais do que a imitação mais perfeita possível de Jesus Cristo no seu *ser*, na sua condição de Filho de Deus, bem como na sua

disposição habitual de consagrar inteiramente ao seu Pai a sua pessoa e a sua atividade.

Não pensemos que seja presunção da nossa parte querer realizar um ideal tão sublime. Não! É o próprio desejo de Deus no seu pensamento eterno sobre nós: «Predestinou-nos para sermos conformes à imagem do seu Filho» (Rm 8, 9). Quanto mais nos conformarmos com o seu Filho, mais nos amará o Pai, porque então estaremos mais unidos a Ele [+Santo Ambrósio, , *in Psalm*. CXVIII, sermão. 22]. Quando vê uma alma completamente transformada no seu Filho, envolve-a com uma proteção muito especial e com os cuidados mais atentos da sua providência; enche-a com as suas bênçãos, sem nunca pôr limites à comunicação das suas graças. Este é o segredo da generosidade de Deus.

Oh, agradeçamos ao nosso Pai celestial por nos ter dado o seu Filho Jesus Cristo como modelo, para que não tenhamos mais que O olhar para saber o que devemos fazer: «Ouvi-O». Cristo disse-nos: «Eu dei-vos exemplo para que façais o que me vistes fazer» (Jo 13, 15). Ele traçou um modelo para que sigamos os seus passos (1 Pe 2:21). Ele é o único caminho a seguir: «Eu sou o caminho» (Jo 14, 6); o que O segue não anda nas trevas, mas chega à luz da vida; eis o modelo que a fé nos revela, um modelo transcendente e ao mesmo tempo acessível: «Vê e reproduz o modelo» (Ex 25, 40).

A alma de Nosso Senhor contemplava em cada momento a essência divina; com o mesmo olhar via o ideal que Deus concebia para o género humano e cada uma das suas ações era a expressão desse ideal. Levantemos, pois, os olhos, ponhamos todo o nosso empenho em conhecer Jesus Cristo cada vez mais, em estudar a sua vida no Evangelho, em seguir os seus mistérios na admirável ordem estabelecida pela própria Igreja no processo litúrgico, do Advento ao Pentecostes; abramos os olhos da nossa fé e vivamos de tal modo que reproduzamos em nós os traços desse exemplar e conformemos a nossa existência com as suas palavras e ações. Esse modelo é divino e visível, mostra-nos Deus, a trabalhar no meio de nós e santificando na sua humanidade todas as nossas ações, mesmo as mais comuns, todos os nossos sentimentos, mesmo os mais íntimos, todas as nossas tristezas, mesmo as mais profundas. Contemplemos este modelo

cheios de fé. Por vezes somos tentados a invejar os contemporâneos de Jesus que tiveram a sorte de O ver, seguir e ouvir. Mas a fé também nos faz vê-Lo presente com uma presença não menos eficaz para as nossas almas. O próprio Cristo nos disse: «Bem-aventurados os que crêem em mim sem me terem visto» (Jo 20, 29). E quis dar-nos a compreender que não é menos vantajoso para nós permanecer em contacto com Jesus pela fé, do que tê-lo visto fisicamente. Aquele que vemos viver e trabalhar quando lemos o Evangelho, ou quando celebramos os seus mistérios, é o mesmo Filho de Deus. Quando se trata de Cristo, dizemos tudo ao afirmar: «Tu és o Filho do Deus vivo». É assim o aspeto fundamental do divino modelo das nossas almas. Contemplemo-Lo, não com uma contemplação abstrata, teórica, superficial, fria, mas com uma contemplação amorosa, atenta a captar todas as suas obras, para as reproduzir na nossa existência. Contemplemos sobretudo a disposição radical e primordial de Cristo para viver inteiramente para o seu Pai, e façamo-la nossa. Toda a sua vida pode resumir-se neste traço único: Todas as virtudes de Cristo são o efeito dessa «polarização» da sua alma rumo ao Pai, e esta orientação não é mais do que o fruto da união inefável, por virtude da qual, em Jesus, toda a sua humanidade é arrastada pelo impulso divino que conduz o Filho ao Pai.

É isso que define verdadeiramente um cristão; participar em primeiro lugar pela *graça santificante* na filiação divina de Cristo, isto é, a imitação de Jesus, na sua condição de Filho de Deus; e, depois, reproduzir pelas *nossas virtudes* os traços daquele arquétipo único de perfeição, isto é, a imitação de Jesus nas *suas obras*. Tudo isto nos é indicado por São Paulo dizendo-nos que devemos «formar Cristo em nós» (Gal 4, 19; Ef 4, 13); que «devemos revestir-nos de Cristo» (Rm 13, 14), que devemos «imprimir em nós próprios a imagem de Cristo» (1 Cor 15, 49).

«O cristão é um novo Cristo» [*Christianus, alter Christus*]. Esta é a definição do cristão que deu, senão nos mesmos termos, pelo menos numa expressão equivalente, toda a tradição. Um fiel reflexo de Cristo. «Um novo Cristo» porque o cristão é, acima de tudo, pela graça, filho do Pai celestial e irmão de Cristo na terra, para ser co-herdeiro no céu: «Um novo Cristo» porque toda a sua atividade — pensamentos, desejos, ações — tem as suas raízes nessa graça, a ser exercida de acordo com os desejos, pensamentos e sentimentos de Jesus, e em conformidade com as suas ações (Fl 2:5).

III Jesus Cristo, autor da nossa redenção e tesouro infinito de graças para nós *Causa satisfatória e meritória*

Cristo, pelos seus méritos, merece-nos a graça da filiação divina

A imitação de Jesus Cristo, no seu ser de graça e nas suas virtudes, constitui a substância da nossa santidade. Foi isso que vos tentei mostrar na meditação anterior. Para que conheçais melhor Aquele a quem devemos imitar, procurei apresentar às vossas almas o modelo divino, Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A contemplação de Nosso Senhor, tão adorável na sua pessoa, tão admirável na sua vida e nas suas obras, sem dúvida terá acendido nos vossos corações um desejo ardente de se assemelharem a Ele e de se unirem à sua sacratíssima pessoa.

Pode, porventura, a criatura ter a pretensão de reproduzir os traços do Verbo encarnado e participar da sua vida? Pode encontrar a força necessária para seguir esse caminho único que leva ao Pai? Sim, a Revelação nos diz que essa força se encontra na graça que nos mereceram os méritos de Cristo.

O nosso Deus faz tudo com sabedoria; mais ainda, é a sabedoria infinita. Sendo o seu pensamento eterno fazer-nos conformes à imagem do seu Filho, devemos eestar certos de que, para atingir esse objectivo, estabeleceu meios de eficácia absoluta, e não só podemos aspirar à realização do ideal divino em nós, mas o próprio Deus nos convida a isso: «Ele nos predestinou para sermos como um reflexo fiel à imagem do seu Filho» (Rm 8, 29); quer que reproduzamos «em nós os traços do seu Filho muito amado» ainda que não possamos fazê-lo senão de uma forma limitada. Desejar reproduzir esse ideal não é nem orgulho nem presunção, mas uma resposta ao desejo do próprio Deus: «Ouvi-O» (Mt 17, 5). Basta unicamente que usemos os meios por Ele estabelecidos.

Cristo, como vimos, não é apenas o exemplar único e universal de toda a perfeição; É também, como acabo de insinuar, a causa satisfatória e meritória, a causa eficiente da nossa santificação. Cristo é para nós fonte de graça, porque tendo pago todas as nossas dívidas à justiça divina, pela sua

vida, pela sua Paixão e pela sua morte, conquistou o direito de distribuir toda a graça. *Causa satisfatória e meritória*.

Examinemos agora tão consoladora verdade e, noutra meditação, veremos como Jesus Cristo é a causa eficiente da nossa santidade

1. Impossibilidade para o género humano, descendente de Adão pecador, de reconquistar a herança eterna; só um Deus feito homem pode dar satisfação plena e suficiente

O que se deve entender quando dizemos que Cristo é a causa satisfatória e meritória pda nossa saivação e da nossa santificação?

Como sabeis, Deus, ao criar o primeiro homem, constituiu-o em justiça e em graça; fez dele seu filho e seu herdeiro. Mas o plano divino foi trastornado pelo pecado. Adão, constituído chefe da sua raça, prevaricou; num único instante perdeu, para si e para os seus descendentes, todos os direitos à vida e à herança divina: todos os filhos de Adão, cativos do demónio desde então (Actos 26:18; Jo 12:31; Cl 1:14), correram a sua mesma sorte, pelo que nascem, segundo S. Paulo, «inimigos de Deus» (Rm 5, 10; 11, 28), «objecto de ira» (1Ts 1, 10; Rm 2, 5, 8; Ef 2, 3), e, portanto, excluídos da bem-aventurança eterna (Rm 2:2; 5:15-18).

Não haverá, entre os filhos de Adão, alguém capaz de resgatar os seus irmãos e levantar essa maldição que pesa sobre todos eles? Ninguém, porque todos pecaram em Adão, ninguém poderá dar satisfação adequada nem para si nem para os outros.

O pecado é uma injúria a Deus, uma injúria que deve ser expiada; sendo o homem uma criatura, por si mesmo é incapaz de pagar com dignidade a dívida contraída com a majestade divina por uma falta cuja malícia é infinita.

A satisfação, para ser adequada, deve ser oferecida por uma pessoa de dignidade equivalente à da pessoa ofendida. A gravidade de uma injúria é medida pela dignidade da pessoa ofendida; a mesma injúria feita a um príncipe, por causa da sua posição, é de natureza grave, maior do que se

fosse feito a um vilão [*Peccatum contra Deum commissum infinitatem habet ex infinitæ divinæ maestatis; tanto enim offensa est maior quanto maior est ille in quem delinquitur*. São Tomás, III, q.1, a.2, anúncio 2; +I-II, q.87, a.4]. Para a satisfação, sucede exatamente o contrário. A grandeza de uma reparação é regulada, não de acordo com a dignidade de quem recebe, mas de quem a dá. Prestam homenagem ao mesmo rei um vilão e um príncipe; É evidente que a vassalagem do príncipe é mais de estimar que a do vilão. Ora entre nós e Deus há uma distância infinita. Terá a humanidade de se lançar nos braços do desespero? O insulto feito a Deus não poderá ser reparado? O homem não entrará jamais na posse dos bens eternos? Só Deus poderia fornecer uma solução para este problema angustiante.

Já sabeis qual foi a resposta de Deus, a solução cheia de misericórdia, e ao mesmo tempo de justiça, que nos foi dada. Nos seus desígnios insondáveis, decretou que o resgate do género humano não se alcançaria senão através de uma satisfação igual aos direitos da sua justiça infinita, e que esta satisfação seria dada pelo sacrifício cruento de uma vítima que substituisse livre e voluntariamente toda a humanidade. Quem será essa vítima? Quem será esse salvador? »És Tu quem há de vir» (Mt 11, 3).

Deus prometeu isso depois da culpa, mas passaram milhares de anos antes da sua vinda, milhares de anos durante os quais a raça humana eleva os braços do fundo de um abismo insondável, de onde não se pode levantar; milhares de anos durante os quais acumula sacrifícios em sacrifícios, holocaustos sobre holocaustos, para sacudir a sua escravidão. Mas «quando chega a plenitude dos tempos», Deus envia o Salvador prometido, o Salvador que deve resgatar a criação, destruir o pecado e reconciliar os homens com Deus. — Quem é? — O Filho de Deus feito homem. Homem, saído da linhagem de Adão, poderá substituir voluntariamente todos os seus irmãos e fazer-se, por assim dizer, solidário do seu pecado; aceitando livremente sofrer e expiar na sua carne passível, será capaz de merecer. Sendo Deus, o seu mérito terá um valor infinito, a satisfação será adequada e a reparação completa. Não há, diz São Tomás, satisfação *plenamente* adequada, se não houver uma operação totalmente infinita no seu valor; isto é, uma operação que só Deus pode realizar (III, q.1, a.2, ad 2). Assim como a ordem da justiça exige que a pena responda à falta, da mesma forma, acrescenta o Doutor Angélico, parece natural que aquele que cometeu o

pecado satisfaça pelo pecado, e é por isso que foi necessário tirar da natureza corrompida pela falta o que deveria oferecer-se em satisfação por toda esta natureza (*Ib*. q.4. ad 6).

Esta é a solução que o próprio Deus nos oferece. Poderia ter escolhido outras, mas esta é a que agradou à sua sabedoria, ao seu poder e à sua bondade. É esta que devemos contemplar e louvar, porque esta solução é admirável. «A humanidade de Cristo», diz São Gregório, «permitiu-lhe morrer e satisfazer pelos homens: a sua divindade dava-lhe o poder de nos conferir a graça que santifica» [*Moralia*, 27, c. 30, n.º 46]. A morte tinha saído de uma natureza humana manchada pelo pecado; de uma natureza humana unida a Deus deveria também brotar a fonte da graça e da vida [*Ut unde mors oriebatur inde vita resurgeret*. Pref. do Tempo de Paixão].

2. Jesus salvador; valor infinito de todos os atos do Verbo encarnado. Porém, de facto, a Redenção não se opera senão pelo Sacrifício da Cruz.

«Quando chegou a plenitude dos tempos, tal como foi determinado por decretos celestiais - lemos em São Paulo - Deus enviou o seu Filho, formado de uma mulher, para nos libertar do pecado e conferir-nos a adoção de filhos» (Gal. 4, 4-5). Resgatar a humanidade do pecado e devolver-lha, pela graça, a adoção divina, tal é, com efeito, a principal missão do Verbo encarnado, a obra que Cristo vinha realizar na terra.

O seu nome, o nome de Jesus, que o próprio Deus lhe confere, não é desprovido de significado e simbolismo: «Jesus não tem um nome vazio ou inadequado» [*Iesus nomen vanum aut inane non portat*. São Bernardo, *Sermão. 1 de Circuncis*.]. Este nome significa a sua missão específica como Salvador e aponta a sua tarefa: a redenção do mundo: «Dar-lhe-ás o nome de Jesus, diz o anjo enviado a São José, porque é Ele quem salvará o povo dos seus pecados» (Mt 1, 21).

Mas já chega.

Contemplemo-Lo neste momento solene, único na história da humanidade. O que diz? O que faz?: «Vindo ao mundo, disse ao seus Pai:

Não quiseste nem sacrifício nem oblação, mas formaste-me um corpo; Não te agradaram os holocaustos nem os sacrifícios pelo pecado que os homens te ofereciam; então disse: «Eis-me aqui» (Heb 10, 5-7; (Sl 39, 7-8). Estas palavras, retiradas de São Paulo, revelam-nos o primeiro clamor do coração de Cristo no momento da sua Encarnação. E realizado este acto inicial de oblação completa, Cristo «lança-se como um gigante a percorrer o caminho que se abre diante dele» (Sl 18, 6).

Gigante, porque é um Homem-Deus; e todas as suas ações, todas as suas obras, são de Deus e, por isso, dignas de Deus, a quem são oferecidas em homenagem. Segundo o modo de falar da filosofia, «os atos pertencem à pessoa» [*actiones sunt supositorum*]. As diversas ações que realizamos têm a sua origem na natureza humana e nas faculdades inerentes a essa natureza; mas, em última análise, atribuímos-lhes à pessoa que possui essa natureza e utiliza essas faculdades. Então, penso com inteligência, vejo com os olhos, ouço com os ouvidos; ouvir, ver e pensar são ações da natureza humana, mas em definitiva, referimo-las à pessoa; Sou eu, que ouve, vê e pensa; Embora cada uma destas ações emane de uma faculdade diferente, todas recaem sobre a mesma e única pessoa que possui a natureza dotada de tais faculdades.

Pois bem; em Jesus Cristo, a natureza humana, perfeita e completa em em si mesma, está unida à pessoa do Verbo, do Filho de Deus. Muitas ações de Cristo só podem ser realizadas na natureza humana: quer trabalhe, quer ande, quer durma, quer coma, quer ensine, quer sofra, quer morra, é na sua humanidade, na sua natureza humana; mas todas estas ações pertencem à pessoa divina com a qual a natureza humana está unida. É uma pessoa divina que faz e opera pela natureza humana.

Acontece, então, que todas as ações levadas a cabo pela humanidade de Jesus Cristo, ou maiores, ou menores, ou simples, por limitadas que sejam na sua realidade física e na sua dimensão temporal, são atribuídas à pessoa divina com quem essa humanidade está unida; são ações de um Deus [A teologia chama-lhes *theándricas*, de duas palavras gregas que significam *Deus* e *Homem*], e por causa deste título possuem uma beleza e um brilho transcendentes; Adquirem, do ponto de vista moral, um valor inestimável, um valor infinito; uma eficácia inesgotável. O valor moral das ações

humanas de Cristo mede-se pela infinita dignidade da pessoa divina, na qual subsiste e atua a natureza humana.

E se isto é verdadeiro tratando-se das ações mais insignificantes de Cristo, quanto mais não será quando se trata daquelas que constituem propriamente a sua missão terrena, ou a ela se lhe referem, como substituir-nos voluntariamente na qualidade de vítima imaculada, para pagar a nossa dívida e devolver-nos, pela sua expiação e reparações a vida divina?

Porque é essa a missão que deve cumprir, o caminho que deve seguir. «Deus colocou sobre Ele» homem como nós, da raça de Adão e ao mesmo tempo justo, inocente e sem pecado, «a iniquidade de todos nós» (Is (1, 3, 6). Porque ele se tornou de certa forma solidário com a nossa natureza e com o nosso pecado, mereceu, por sua vez, fazermo-nos solidários com a sua justiça e com a sua santidade. Deus, segundo a expressão enérgica de S. Paulo, «destruiu o pecado na carne, enviando pelo pecado o seu próprio Filho, numa carne semelhante à do pecado» (Rm 8, 3); e acrescenta com uma energia ainda mais acentuada: «Deus fez Cristo pecado por nós, o qual não conhecia o pecado» (2 Coríntios 5:21). Que coragem nesta expressão: «fez pecado»; o apóstolo não diz »pecador», mas «pecado».

Cristo, por sua vez, aceitou tomar sobre Si todos os nossos pecados, ao ponto de chegar a ser sobre a cruz, de certa forma, o pecado universal, o pecado vivo. Colocou-se voluntariamente em nosso lugar, e por esta razão será ferido de morte; O seu sangue será o nosso resgate (Actos 20, 28).

O género humano ficará livre, «não com ouro ou com prata, que são coisas perecíveis, mas por um sangue precioso, o do Cordeiro imaculado e sem mácula, o sangue de Cristo, que foi designado desde antes da criação do mundo» (1 Pd 1, 18-20).

Oh, não esqueçamos: «fomos resgatados por um grande preço» (1 Cor 6:20). Cristo derramou por nós até à última gota do seu sangue . É verdade que uma só gota daquele sangue divino teria sido suficiente para nos redimir; O mais pequeno sofrimento, a mais pequena humilhação de Cristo, um único desejo vindo do seu coração, teria sido suficiente para satisfazer todos os pecados, todos os crimes que pudessem ser cometidos; porque sendo Cristo, pessoa divina, cada uma das suas ações constitui uma

satisfação de valor infinito. Mas «para fazer brilhar cada vez mais aos olhos do mundo o imenso amor que o seu Filho lhe professa», «para que este mundo conheça que Eu amo o Pai» (Jo 14, 31), e «a caridade inefável desse mesmo Filho, por nós» «nenhum amor supera este amor» (*Ib*. 15, 13); para fazer-nos sentir de uma forma mais viva e sensível quão infinita é a santidade divina e quão profunda é a malícia do pecado, e por outras razões que não podemos vislumbrar [*sacramentum absconditum* Ef. 1, 9; 3, 3; Col 1, 26], o Pai Eterno reivindicou como expiação pelos crimes do género humano todos os sofrimentos, a paixão e a morte do seu divino Filho; de forma que a satisfação não fosse completa até que do alto da cruz, Jesus, com voz agonizante, pronunciasse: »Tudo está consumado».

Só então a sua missão pessoal de redenção na terra ficou cumprida e a sua obra salvadora completamente concluída.

3. Cristo merece, não só para si, mas também para nós. Este mérito tem o seu fundamento na graça de Cristo, constituído Cabeça do género humano; na liberdade soberana e amor inefável com que Cristo enfrentou a sua Paixão por todos os homens

Por estas satisfações, bem como por todos os atos da sua vida, Cristo *mereceu-nos* toda a graça de perdão, de salvação e de santificação.

Pois em que consiste o mérito? Num *direito* à recompensa. [Falamos do mérito propriamente dito, de um direito estrito e rigoroso, que em Teologia se chama *mérito de condigno*]. Quando dizemos que as obras de Cristo são meritórias para *nós*, queremos indicar que por elas Cristo tem direito a nos sejam dadas a vida eterna e todas as graças que a ela conduzem ou a ela se referem. É isso que nos diz São Paulo: «Fomos justificados, isto é, restaurados na justiça aos olhos de Deus, não pelas nossas próprias obras, mas gratuitamente, por um dom gratuito de Deus, isto é, pela graça, que nos é concedida em virtude da redenção realizada por Jesus Cristo» (Rm 3, 24). O Apóstolo dá-nos a entender com isto que a Paixão de Jesus, que coroa todas as obras da sua vida terrena é a fonte da qual flui para nós a vida eterna: Cristo é a causa *meritória* da nossa santificação.

Mas qual é a razão profunda desse mérito? Porque todo o mérito é pessoal. Quando estamos em estado de graça, podemos merecer um aumento de graça; mas tal mérito limita-se à nossa pessoa. Para os outros, não podemos merecê-la; quando muito, podemos implorá-la e solicitá-la a Deus. Como, pois, pode Jesus Cristo merecer por nós? Qual a razão fundamental por que Cristo, não só pode merecer para si, por exemplo, a glorificação da sua humanidade, mas também pode merecer para os outros, para nós, para todo o género humano, a vida eterna?

O mérito, fruto e propriedade da graça, têm, se assim posso dizer, a mesma extensão que a graça que o fundamenta. Jesus Cristo está cheio da graça santificante, em virtude da qual pode merecer pessoalmente para si próprio. Mas esta graça de Jesus não se detém n'Ele, não possui um carácter unicamente pessoal, imanente, mas é transcendente, goza do privilégio da universalidade. Cristo foi predestinado para ser a nossa cabeça, o nosso chefe, o nosso representante. O Pai Eterno quer fazer dele «o primogénito de toda a criatura»; e como consequência desta eterna predestinação para ser a cabeça de todos os eleitos, a graça de Cristo, que é da nossa linhagem pela encarnação, assume um carácter de eminência e universalidade cujo propósito já não é santificar a alma humana de Jesus, mas fazer d'Ele, em ordem à vida eterna, a cabeça do género humano [é o que se chama em Teologia *gratia capitis*, graça de chefe. +São Tomás, III, q.48 a.1], e daí esse carácter social inerente a todos os atos de Jesus, quando considerados em relação ao género humano. Tudo o que Jesus Cristo faz, não é só por nós, mas em nosso nome; por isso que São Paulo nos diz que «se a desobediência de um só homem, Adão, nos arrastou para o pecado e para a morte, foi suficiente, inversamente, a obediência , e que obediência!, de outro homem que era Deus, ao mesmo tempo que nos colocou a todos de novo na ordem da graça» (Rm 5, 19). Jesus Cristo, na sua qualidade de cabeça, de chefe, mereceu para nós, assim como ocupando o nosso lugar satisfez por nós. E como o que merece é Deus, os seus méritos têm um valor infinito e uma eficácia inesgotável. [Escusado será dizer que os méritos da Cristo devem ser-nos aplicados para que experimentemos a sua eficácia. O batismo inaugura esta aplicação; pelo Batismo somos incorporados em Cristo e nos tornamos membros vivos do seu corpo místico: estabelece-se um laço entre a cabeça e os membros. Uma vez justificado pelo batismo, podemos, por nossa vez, merecer].

O que acaba de dar às satisfações e aos méritos de Cristo toda a beleza e plenitude, é que aceitou os sofrimentos voluntariamente e por amor. A liberdade é um elemento essencial do mérito: porque um ato não é digno de louvor, diz S. Bernardo, excepto quando quem o faz é responsável [*Ubi non est libertas, nec meritum. Sermão. Eu em Cant.*]

Esta liberdade envolve toda a missão redentora de Jesus, Homem-Deus. Cristo, aceitou soberanamente padecer na sua carne passível, capaz de sofrer. Quando veio a este mundo, disse ao seu Pai: »Eis-me aqui, ó Deus, para cumprir a tua vontade» (Heb 10, 9); previu todas as humilhações, todas as dores da sua Paixão e morte, e tudo aceitou livremente no fundo do seu coração pelo amor do seu Pai e nosso Pai: »Sim, quero, e levo a tua lei gravada no mais íntimo do meu coração» (Sl 39, 8-9).

Cristo manteve tensa essa vontade durante toda a sua vida. A hora do seu sacrifício está sempre presente nos seus olhos; aguarda-a com impaciência, chama-lhe «a sua hora» (Jo 13, 1), como se fosse a única que contasse na sua existência. Anuncia a sua morte aos discípulos e avisa-os com antecedência as suas circunstâncias em termos tão claros que não se podem enganar. Assim, quando São Pedro, assustado com a ideia de ver morrer o seu mestre, quer opor-se à realização desses sofrimentos, Jesus responde-lhe: «Tu não tens o sentido das coisas de Deus» (Mc 8, 31-33). 33). Mas Ele conhece o Seu Pai; por amor do seu Pai e por caridade para connosco anseia que chegue o momento da Paixão com todo o ardor da sua alma santa, e ao mesmo tempo com uma liberdade soberana, plenamente dona de si mesma. Esta vontade de amor é tão viva que tem como dentro de si uma fogueira: «Ardo com o desejo de ser batizado com o batismo de sangue» (Lucas 12:50). Contudo, ninguém terá poder para lhe tirar a vida; entregá-la-á espontaneamente (Jo 10, 18). Vede como mostra a verdade que estas palavras contêm. Um dia os habitantes da Nazaré querem atirá-lo de um penhasco; Jesus passa entre eles com admirável tranquilidade (Lc 4, 30). Novamente, em Jerusalém, os judeus querem apedrejá-lo, porque ele afirma a sua divindade; Ele esconde-se e sai do Templo (Jo 8, 59); a sua hora ainda não tinha chegado.

Mas quando chega essa hora, Jesus entrega-se. Vede-o no Jardim das Oliveiras, na véspera da sua morte A multidão armada avança na sua

direção oara o prender e fazê-lo condenar. »Quem procurais?», pergunta-lhes, e quando eles respondem: »Jesus de Nazaré», diz simplesmente: «Eu sou». Esta palavra, vinda dos seus lábios, é suficiente para lançar os seus inimigos por terra. Poderia fazer com que continuassem derribados; poderia, como Ele próprio o disse, pedir ao Pai que enviasse legiões de anjos para o libertar (Mt 26, 53). Precisamente neste momento recorda que todos os dias foi visto no templo, e ninguém conseguiu deitar-lhe as mãos; ainda a sua hora não tinha chegado; por isso não lhes deu permissão para o prenderem. Mas agora tinha chegado a hora em que, para a salvação do mundo, devia entregar-se aos seus verdugos, que agiam apenas como instrumentos do poder infernal: «Esta é a vossa hora, e a hora do poder das trevas» (Lucas 22:53). A soldadesca leva-no de tribunal em tribunal. Ele não resiste; porém, perante o Sinédrio, o tribunal supremo dos judeus, proclama os seus direitos como Filho de Deus; depois abandona-se à fúria dos seus inimigos, até ao momento de consumar o seu sacrifício na cruz.

Se se entregou, foi verdadeiramente porque quis (Is 53, 7). Nesta entrega voluntária e amorosa de todo o seu ser sobre a Cruz, por essa morte do Homem-Deus, por essa imolação de uma vítima imaculada que se oferece em aras de amor com liberdade soberana, dá à justiça divina uma satisfação infinita [São Tomás, 3 Sent. Des. 21, q.2, a.1, anúncio 3]. Cristo adquire para nós um mérito inesgotável e, ao mesmo tempo, devolve a vida eterna ao género humano. «E imolado, tornou-se instrumento de salvação eterna para todos os que se Lhe submetem» (Hb 5:9).

«Tendo completado a obra da sua mediação, Cristo tornou-se para todos aqueles que o seguem *a causa meritória da salvação eterna*. Por isso São Paulo tinha razão quando dizia: «Em virtude desta vontade somos santificamos pela oblação que, uma vez por todas, fez Jesus Cristo do seu próprio corpo» (*Ib*. 10, 10).

Porque »Nosso Senhor morreu por todos e cada um de nós». «Cristo morreu por todos» (2 Cor 5, 15). «Cristo é a propiciação não só pelos nossos pecados, mas pelos pecados de todo o mundo» (1 Jo 2, 2). Assim, é «o único mediador possível entre os homens e Deus» (I Timóteo 2:5).

Quando se estuda o plano divino, sobretudo à luz das cartas de S. Paulo, vê-se que Deus não quer que procuremos a nossa salvação e a nossa

santidade, senão no sangue do seu Filho; Não há outro Redentor senão Ele, não há «debaixo do céu nenhum outro nome que tenha sido dado aos homens para que possam salvar-se» (Atos 5:12), porque a sua morte é soberanamente eficaz: «Com um só sacrifício consumou a salvação dos eleitos» (Heb 10, 14). É vontade do Pai que o seu Filho Jesus, depois de ter substituido todo o género humano na sua dolorosíssima Paixão, seja constituído chrfe de todos os eleitos, a quem salvou pelo seu sacrifício e pela sua morte.

Por isso o género humano redimido faz que ressoe no Céu um cântico de louvor e acção de graças a Cristo: «Redimiste-nos com o teu sangue, a toda a tribo, língua, povo e nação» (Ap 5:9). Quando alcançarmos a eterna bem-aventurança e nos encontrarmos unidos ao coro dos santos, contemplaremos nosso Senhor e Lhe diremos: »Tu és o que nos resgataste com o teu precioso sangue; graças a Ti, à Tua Paixão, ao Teu sacrifício na Cruz, às tuas reparações, aos teus méritos, triunfámos sobre a morte e escapámos à reprovação eterna. Oh Jesus Cristo! Cordeiro Imolado, a Ti o louvor, a honra, a glória e a bênção «para sempre» (Ap 5:11-12).

4. Eficácia infinita das satisfações e méritos de Cristo; confiança ilimitada que deles emana

Mas a Paixão e a morte do nosso divino Redentor revelam-nos a sua eficácia, especialmente nos seus *frutos*

São Paulo não se cansa de enumerar os benefícios que recebemos dos méritos infinitos adquiridos pelo Homem-Deus com a sua vida e sofrimentos. Quando fala deles, o grande Apóstolo rejubila; não encontra para exprimir este pensamento outros termos como *abundância, superabundância e riquezas,* que ele declara *inesgotáveis* (Rm 5:17 ss. 1 Cor. 1, 6-7; Ef 1, 7-8, 18,19; 2.17; 3.18; Colossenses 1:27; 2.2; Fil 4,19; 1 Timóteo 1,14; Tito 3:6). A morte de Cristo redime-nos (1 Cor 6, 20), «aproxima-nos de Deus, reconcilia-nos com Ele» (Ef 2, 11-18; Cl 1, 14), «justifica-nos» (Rm 3, 24-27) «comunica-nos a santidade e a vida nova de Cristo» (Tt 2, 14; Ef 5, 27). E para tudo resumir, o Apóstolo traça uma antítese entre Cristo e Adão, cuja obra veio reparar. Adão trouxe-nos o

pecado, a condenação, a morte; Cristo, o segundo Adão, devolve-nos a justiça, a graça e a vida (1 Cor. 15, 22). «Fomos trasladados da morte para a vida» (Jo 3, 14), «a redenção foi abundante» (Sl 129, 7). «Porque o mesmo não acontece com o dom gratuito - a graça - que com a culpa…; e se pela culpa de um único homem a morte reinou cá em baixo, com maior razão aqueles que recebem a abundância da graça reinarão na vida apenas por meio de Jesus Cristo. Onde o pecado abundava, superabundou a graça (Rm 5, 15-21; há que ler a passagem na íntegra); Por isso «não há condenação para aqueles que querem viver unidos a Jesus Cristo e que foram regenerados n'Ele» (*Ib*. 8, 1)

Nosso Senhor, ao oferecer ao seu Pai em nosso nome uma satisfação de valor infinito, eliminou o abismo que existia entre o homem e Deus: O Pai Eterno olha com amor, desde então, a espécie humana, resgatada pelo sangue do seu Filho; enche-a, por amor ao seu Filho, com todas as graças que são necessárias para se unir a Ele, «para viver para Ele, da vida de Deus.» «Para servir o Deus vivo» (Hb 9:14). Então, todo o bem sobrenatural que recebemos, todas as luzes que Deus nos dá, todas os auxílios que estimulam a nossa vida espiritual, são-nos concedidos em virtude da vida, da paixão e da morte de Cristo; todas as graças de perdão, de justificação, de perseverança, que Deus dá e dará eternamente às almas de todos os tempos, têm a sua fonte única na Cruz.

Ah! Na verdade, se «Deus amou o mundo a ponto de dar o seu Filho» (Jo 3, 16); »Se nos arrancou do poder das trevas e nos trouxe para o reino do seu Filho Unigénito, em quem temos a redenção e a remissão dos pecados» (Col 1, 13-14); «Se Ele nos amou a cada um de nós, continua S. Paulo, e por nós se entregou» (Tt 2, 14) para dar testemunho do amor que tinha pelos seus irmãos; se ele se entregou para nos redimir de toda a iniquidade e de «formar, pela nossa purificação, um povo que lhe pertence» (*Ib.* 2, 14), porque haveríamos ainda de hesitar na nossa fé e na nossa confiança em Jesus Cristo? Ele satisfez tudo, resolveu tudo e mereceu-o; os seus méritos são nossos, e eis que «somos ricos com todos os seus bens», para que, se quisermos, «nada nos falte para a nossa santidade». «N'Ele fostes enriquecidos de maneira que nada vos falte de nenhuma graça» (1 Cor 1, 5-7).

Por que razão, então, há almas pusilânimes que acreditam que a santidade não é para eles, essa perfeição está fora do seu alcance, que dizem, quando se lê ou se fala de perfeição: «Isso não é para mim; nunca poderei alcançar a santidade»? Sabeis o que os faz falar assim? - A sua falta de fé na eficácia dos méritos de Cristo; porque é vontade de Deus que todos se santiquem (1 Ts 4:3); Eis o preceito do Senhor: «Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celestial» (Mt 5, 48). Mas com frequência esquecemo-nos do plano divino; esquecemos que a nossa santidade é uma santidade sobrenatural, cuja fonte se encontra em Cristo, nosso chefe e nossa cabeça, e dessa forma subestimamos os méritos infinitos, as satisfações inesgotáveis de Jesus Cristo. Sem dúvida que não podemos fazer nada por nós mesmos na ordem da graça e da perfeição; nosso Senhor diz-nos formalmente: «Sem mim nada podeis fazer» (Jo 15. 5); e Santo Agostinho, comentando este texto, acrescenta: «Nem pouco nem muito pode ser realizado» [*Sive parum, sive multum, sine illo fieri non potest sine quo nihil fieri potest. Trat. sobre S. João* 81,3]. Isto é tão verdade! Seja sobre coisas grandes ou pequenas, nada podemos fazer sem Cristo. Mas, ao morrer por nós, Cristo deixou-nos aberto o acesso ao seu Pai, um acesso livre e rápido (Ef 2, 18; 3, 12); pela sua mediação não há graça a que não possamos aspirar. Almas de pouca fé, Porque duvidamos de Deus, do nosso Deus?

5. Agora Cristo intercede incessantemente junto do Pai em nosso favor. A nossa debilidade; direito às misericórdias celestiais. Como glorificamos a Deus afirmando os nossos direitos às satisfações do seu Filho.

É certo que agora, Cristo já não merece mais (não sendo possível o mérito senão até ao instante da morte); mas os seus méritos são adquiridos e as suas satisfações mantêm-se. Porque «este Pontífice, sendo eterno, está revestido de um sacerdócio que não tem fim; por isso «Ele pode salvar para sempre aqueles que por Ele se aproximam de Deus» (Heb 7, 24-25).

São Paulo insiste particularmente em mostrar que Cristo na sua qualidade de Pontífice Supremo continua incessantemente a interceder no céu por nós.

«Jesus subiu ao céu como nosso precursor» (Heb 6, 20). Se está sentado à direita do seu Pai, é »para interceder por nós». »Para se apresentar agora por nós, veneradamente, diante de Deus» (*Ib*. 9:24). «Sempre vivo, intercede por nós sem cessar» (*Ib*. 7, 25).[A mesma expressão é usada por S. Paulo na Epístola aos Romanos (8, 32), e é para tirar a conclusão de que a nossa confiança deve ser ilimitada: «Deus deu-nos tudo ao dar-nos o seu Filho. Sem descanso, Cristo mostra continuamente ao seu Pai as cicatrizes que guardou das suas chagas; Ele é o nosso chefe, faz valer os Seus méritos em nosso favor, e porque merece ser ouvido pelo seu Pai, a sua oração sempre produz efeito: «Pai, sei que sempre me ouves» (Jo 11, 42). Que confiança tão ilimitada devemos ter em tal Pontífice que é o Filho muito amado do seu Pai e por Ele foi nomeado nosso Chefe e nossa Cabeça, que nos faz partícipes de todos os seus méritos e de todas as suas satisfações! (São Tomás, III, q.48, a.2, ad 1).

Por vezes acontece que, quando gememos sob o peso das nossas fraquezas, das nossas misérias, das nossas culpas, irrompemos com o Apóstolo: «Ai de mim! Sinto em mim uma dupla lei: a lei da concupiscência que me arrasta para o mal, e a lei de Deus que me impele para o bem. Quem me salvará desta luta? Quem me dará a vitória? Ouvi a resposta de S. Paulo: «A graça de Deus que nos foi merecida e dada por Jesus Cristo, nosso Senhor» (Rm 8, 25). Em Jesus Cristo encontramos tudo o que é necessário para sairmos vitoriosos cá em baixo, aguardando o triunfo final da glória.

Oh, se pudéssemos adquirir a profunda convicção de que sem Cristo nada podemos fazer e que com Ele temos tudo! «Como pode o Pai não nos dar tudo com Ele? (*Ib*. 8, 32). Nós próprios somos fracos, muito fracos, há fraquezas de toda a espécie no mundo das almas, mas isso não é motivo para desesperar; quando estas misérias não são desejadas, acabam por ser um título à misericórdia de Cristo. Olhai as pessoas infelizes que querem excitar a piedade daqueles a quem pedem esmola: em vez de esconderem a sua pobreza, descobrem os seus farrapos e mostram as suas feridas; Este é o seu título para a compaixão e caridade dos transeuntes. O mesmo sucede connosco, com os doentes que lhe eram apresentados quando vivia na Judeia; o que atrai para nós a misericórdia de Jesus é a nossa miséria reconhecida, confessada e exibida aos olhos de Cristo. São Paulo diz-nos

que Jesus Cristo quis experimentar todas as nossas fraquezas, exceto o pecado, para aprender a sentir compaixão por elas; e na verdade várias vezes lemos no Evangelho que Jesus «se compadecia» (Lucas 7,13; Marcos 8:2. +Mt 15, 32) perante as dores que presenciava. São Paulo acrescenta expressamente que mantém este sentimento de compaixão na sua glória, e conclui: «Aproximemo-nos, pois, com toda a confiança do trono daquele que é a fonte da »graça»; porque se o fizermos, alcançaremos misericórdia» (Heb 4, 14-16).

Por outro lado, agir desta forma é glorificar a Deus, é prestar-Lhe uma homenagem muito agradável. Porquê? Porque é desígnio divino que encontremos tudo em Cristo, e quando humildemente reconhecemos a nossa debilidade e confiamos na fortaleza de Cristo, o Pai olha-nos com benevolência e com agrado, porque com isso proclamamos que Jesus é o único mediador que Lhe agradou estabelecer na Terra.

Vede como o grande Apóstolo estava convencido desta verdade. Numa das suas Epístolas, depois de ter mostrado quão miserável é e quantas lutas há de sustentar na sua alma, exclama: »De boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas» (2 Cor 12, 9). Em vez de se lamentar das suas doenças, fraquezas e lutas, ele transforma-as num título e uma fonte de santo orgulho; isto parece estranho, não é verdade? Mas S. Paulo dá-nos uma razão convincente: «Para que não seja a minha força, mas o poder de Cristo, a graça de Cristo que habita em mim, que me faz triunfar» (*Ib*.) e que a Ele Lhe seja dada toda a glória.

Notai agora até onde chega São Paulo quando fala da nossa debilidade: «Não somos capazes de pensar coisa alguma por nós mesmos» (2 Cor 3, 5). Chega mesmo a dizer que «nem podemos ter um bom pensamento, um pensamento que nos mereça algo para o céu», «por nós mesmos». Não há dúvida de que quando escreveu estas palavras estava inspirado por Deus; somos incapazes de produzir um bom pensamento que sai de nós como da sua fonte. Tudo o que é bom, tudo o que é o bem que há em nós, «tudo o que é meritório para a vida eterna, vem de Deus», por meio de Cristo. »A nossa suficiência vem de Deus» (*Ib*. 3, 5). «Deus é quem nos dá não só o agir, mas também o querer, por pura benevolência, porque assim lhe agrada» (Fil. 2:13). Por isso, de nós, não podemos sobrenaturalmente

desejar ou ter um bom pensamento, nem agir, nem rezar. Não podemos absolutamente nada. »Sem mim nada podeis fazer» (Jo 15, 5). Somos, por isso, dignos de pena? De modo algum. Depois de ter evidenciado a nossa fragilidade, São Paulo acrescenta: «Tudo posso, não por mim mesmo, mas por meio daquele que me fortalece» (Fl 4, 13); para que toda a glória seja dada a Cristo, que tudo mereceu por nós, e em quem tudo temos. Não há obstáculo que não possa vencer, não há dificuldade que não possa superar, nem prova de que não possa triunfar, nem tentação a que não possa resistir pela graça que Cristo me mereceu. N'Ele e por Ele tudo posso, porque o seu triunfo está em fazer forte o fraco: «Basta-te a minha graça, porque a virtude se desenvolve melhor no meio das fraquezas» (2 Cor 12, 9). Deus quer com isto que toda a glória ascenda a Ele por Cristo, cuja graça triunfa sobre as nossas fraquezas: «No louvor da glória da sua graça» (Ef 1, 6).

No último dia, quando comparecermos diante de Deus, não Lhe poderemos dizer: Meu Deus, tive grandes dificuldades a vencer, o triunfo era impossível, as minhas muitas faltas desanimaram-me; porque Deus responder-nos-ia: »Teria sido verdade se estivesses só, mas eu dei-te o meu Filho Jesus; Ele expiou e pagou por todos; No seu sacrifício tiveste todas as satisfações que eu tinha o direito de reivindicar por todos os pecados do mundo; Ele mereceu tudo por ti na tua morte; Foi a tua redenção e com ela mereceu ser a tua justificação, a tua sabedoria, a tua santidade; Devias ter confiado nele; Nos meus desígnios divinos, Jesus não é apenas a tua salvação, mas também a fonte da tua fortaleza, porque todas as suas satisfações, todos os seus méritos, todas as suas riquezas, que são infinitas, eram tuas desde o Batismo, e desde que se sentou à minha direita, ofereceu-me incessantemente por ti os frutos do seu sacrifício; Devias ter confiado nele, pois por meio dele eu te teria dado sobre-abundantemente a força para venceres todo o mal, como ele próprio me pediu: «Peço-te que os guardes do mal» (Jo 17:15); pois ele intercede continuamente por ti e não por si mesmo» (Hb 7, 25).

Ah, se conhecêssemos o valor infinito do «dom de Deus»! (Jo 4, 10) e, sobretudo se tivéssemos fé nos imensos méritos de Jesus, mas uma fé viva, prática, que nos incutiria uma confiança ilimitada na eficácia impetratória da oração ; um abandono confiado em todas as situações difíceis, que podem passar pela nossa alma! Então. imitando a Igreja, que na sua liturgia

repete esta fórmula sempre que se dirige a Deus uma oração, não pediríamos nada que não fosse em seu nome «porque esse mediador, sempre vivo, reina em Deus com o Pai e o Espírito Santo. «por nosso Senhor Jesus Cristo, que convosco vive e reina…» [*Per Dominum Nostrum Iesum Christum qui tecum vivit et regnat*].

Tratando-se de graças, temos a certeza de as obter todas por meio d'Ele. Quando S. Paulo expõe o plano divino, diz que «em Cristo temos a redenção adquirida por meio do seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça, que se nos oferece super-abundantemente» (Ef. 1:7). Dispomos de todas estas riquezas adquiridas por Jesus, que se tornaram nossas pelo Batismo; A única coisa que temos de fazer é acudir a Ele para nos apropriarmos delas e ser «como a esposa que sai do deserto» da sua pobreza, mas «cheia de delícias» porque «se apoia no seu amado». «Quem é esta que sobe do deserto reclinada no seu amado, destilando doçuras?» (Cant 8:5).

Se vivêssemos de acordo com estas verdades, a nossa vida seria um cântico ininterrumpto de louvor, de ação de graças a Deus pelo dom inestimável que Ele fez por nós no seu Filho Jesus Cristo (2 Cor 9, 15). Assim entraríamos plenamente, para maior bem e alegria mais profunda das nossas almas, nos pensamentos de Deus, que quer que encontremos tudo em Jesus, e que recebendo tudo d'Ele, Lhe demos, juntamente com o seu Pai, na unidade do seu Espírito, toda a bênção, toda a honra e toda a glória: «Ao que está sentado no trono e ao Cordeiro, bênçãos e honra e poder e glória pelos séculos dos séculos» (Ap 5:13).

IV
Jesus Cristo, causa eficiente de todas as graças. *Causa efficiens*

Hoje ainda falaremos da adorável pessoa de nosso Senhor. Nunca vos canseis de ouvir falar d'Ele. Nenhum tema vos será mais útil, nem deveria ser-vos mais interessante; em Cristo temos tudo, e fora d'Ele não há salvação ou santificação possível. Quanto mais se estuda o plano divino, segundo as Sagradas Escrituras, mais se nota como um grande pensamento domina tudo: que Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, é o centro da criação e da redenção; que todas as coisas se Lhe referem, e que por Ele nos é dada toda a graça e se tributa toda a glória ao Pai.

A contemplação de nosso Senhor não é apenas santa, mas santificante; apenas pensando n'Ele e contemplando-O com fé e amor, nos santificamos. Para certas almas, a vida de Jesus Cristo é um tema de meditação como qualquer outro; Isso não é bastante. Cristo não é um dos meios da vida espiritual, Ele é toda a nossa vida espiritual. O Pai vê tudo no seu Verbo, no seu Cristo, tudo encontra n'Ele; tem certamente infinitas exigências de glória e louvor, mas encontra a satisfação dessas exigências através do seu Filho, nas ações mais intrascendentes do seu Filho. Cristo é o seu Filho muito amado, no qual põe todas as suas complacências. Por que não deveria ser Cristo também o nosso tudo, o nosso modelo, a nossa satisfação, a nossa esperança, a nossa luz, a nossa força, a nossa alegria? Esta verdade é tão capital que quero insistir nela novamente.

A vida espiritual consiste sobretudo em contemplar Cristo, para reproduzir em nós a sua condição de Filho de Deus e as suas virtudes. As almas que têm constantemente o olhar fixo em Cristo, vêem à sua luz o que nelas se opõe ao desenvolvimento da vida divina; procuram então, em Jesus, a força necessária para superar esses obstáculos e agradar-Lhe; pedem-Lhe que seja o apoio da sua debilidade, que neles desperte e faça crescer sem cessar aquela disposição fundamental, à qual se reduz toda a santidade, e que consiste em procurar sempre o que é agradável ao Pai.

Essas almas entram plenamente no plano divino; avançam rápida e seguramente no caminho da perfeição e da santidade; nem sequer correm o

risco de ser desencorajadas pelos seus defeitos; sabem que por si mesmas nada podem: «sem mim nada podeis fazer» (Jo 15, 5); nem o perigo de envaidecerem pelo seu progresso, porque estão convencidas de que, se os seus esforços pessoais são necessários para corresponder à graça, devem a sua perfeição exclusivamente a Jesus Cristo, que nelas habita, vive e trabalha. Se dão muitos frutos, não é só porque permanecem em Cristo pela graça e fidelidade ao seu amor, mas também, e sobretudo, porque Cristo permanece nelas: «O que permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto» (*Ib*).

De facto, Cristo não é apenas um modelo como aquele que um pintor contempla quando faz um retrato, nem podemos comparar a sua imitação com a realizada por certos espíritos medíocres quando imitam o porte e os gestos de um grande homem que admiram; Esta imitação é superficial, externa e não penetra na profundeza da alma.

A imitação de Cristo é bem outra. Cristo é mais do que um modelo, é mais do que um Pontífice que obteve para nós a graça de O imitar. Ele mesmo, pelo seu Espírito, atua no íntimo da nossa alma para nos ajudar a fazer essa transcrição, essa cópia. Porquê? Porque, como já disse ao expor o plano divino, a nossa santidade é de ordem essencialmente *sobrenatural*. Deus não se contenta, nem jamais se contentará, com uma moralidade ou uma religião natural, desde que resolveu fazer-nos Seus filhos. Ele quer que atuemos como filhos de linhagem divina.

Mas esta santidade é-nos dada pelo seu Filho, no seu Filho, pela graça que o seu Filho Jesus Cristo nos mereceu. Toda a santidade que Ele destina aos homens foi depositada em Jesus, e dessa plenitude devemos receber as graças que nos tornam santos: «Cristo foi feito por Deus, a nossa sabedoria, justiça, santidade e redenção» (1 Cor 1, 30). Se Cristo possui todos os tesouros do conhecimento e da sabedoria (Cl 2, 3) e da santidade, é para nos tornar participantes deles, veio para que tenhamos em nós a vida divina e a tenhamos em abundância: «Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância» (Jo 10, 10). Pela sua Paixão e pela sua morte, abriu a todos a fonte destes tesouros; mas não o esqueçamos: essa maravilha está n'Ele e não fora d'Ele. É Ele que está encarregado de fazê-la fluir para nós; a graça, princípio da vida sobrenatural, não vem senão por Ele. É por isso que São

João escreve: «Quem tem o Filho de Deus tem a vida; quem não tem o Filho também não tem a vida» (1 Jo 5, 12).

1. Durante a vida terrena de Jesus Cristo, a sua humanidade foi, como instrumento do Verbo, fonte de graça e de vida

Contemplemos Jesus durante a sua existência terrena e veremos que Ele é a *causa eficiente* de toda a graça e a fonte da vida. Esta contemplação é fecunda, porque nos mostra como devemos esperar tudo de nosso Senhor.

Vemos que a sua santa humanidade se torna o instrumento de que a divindade se serve para derramar ao seu redor toda a graça e toda a vida.

Em primeiro lugar, a vida ou a saúde corporal.

Um leproso vem a Jesus pedir a sua cura: Jesus estende a mão, toca-o e diz: «Quero, sê curado»; e imediatamente desaparece a lepra (Mt 8, 2-3). Apresentam-se dois cegos : Jesus toca-lhes os olhos com a mão, dizendo: «Faça-se segundo a vossa fé», e os seus olhos abrem-se à luz (Mt 9, 27.29). Outro dia trazem-Lhe um surdo-mudo, e pedem a Jesus que lhe imponha as mãos; então Jesus afastou-o da multidão, meteu-lhe o dedo nos ouvidos, molhou-lhe a língua com saliva e, elevando os olhos para o céu, suspirou e disse: «Abre-te», e imediatamente o homem ouve, a sua língua solta-se e começa a falar claramente (Mc 7, 32-35). Vede Jesus junto ao sepulcro de Lázaro; apenas com a palavra, devolve-lhe a vida.

Em todas estas ocasiões vemos a santa humanidade servir de instrumento à divindade. É a pessoa do Verbo que cura e ressuscita; mas para realizar estas maravilhas, o Verbo serve-se da natureza humana que Lhe está unida; Cristo pronuncia as palavras usando a sua natureza humana e toca os doentes com as suas mãos. A vida brotava da divindade, mas chegava aos corpos e às almas através da humanidade [para usar o termo teológico, a humanidade servia de fonte da vida como instrumento unido ao Verbo: *Ut instrumentum coniunctum]*. Compreendemos as palavras do Evangelho quando nos dizem que «as multidões desejavam tocar em Jesus, porque d'Ele saiu um poder que curava» [*Virtus de illo exibat*] (Lc 6, 19).

Do mesmo modo, Jesus Cristo procede no campo sobrenatural da graça; através de uma ação, de uma palavra, de um gesto da natureza humana que Lhe está unida, perdoa os pecados e justifica os pecadores. Vede Maria Madalena entrar no meio da festa e regar os pés de Cristo com as suas lágrimas. Jesus diz-lhe: «Os teus pecados são perdoados, a tua fé te salvou» (*Ib*. 7, 48-50); é a divindade que perdoa os pecados, só ela pode fazê-lo, mas Jesus concede este perdão através da palavra; e assim a sua humanidade converte-se em instrumento da graça. Há uma cena ainda mais explícita no Evangelho. Um dia, apresentam a Jesus um paralítico deitado num leito. «Os teus pecados são perdoados», diz Jesus, e os fariseus que o ouvem e não crêem na sua divindade murmuram: «Quem é este homem que pretende perdoar os pecados? Só Deus pode fazê-lo.» Mas nosso Senhor, desejando provar que era Deus, respondeu-lhes: «O que é mais fácil dizer: 'Os teus pecados são perdoados', ou dizer: '*Levanta-te e anda*?' Bem, para que que saibais que o Filho do Homem — notai a expressão, *Filho do Homem*. Nosso Senhor usa-o intencionalmente em vez do termo *Filho de Deus* — tem sobre a terra o poder de perdoar pecados, eu *ordeno-te,* diz Ele ao paralítico: '*Levanta-te, toma o teu leito e volta para tua casa*'. E imediatamente o homem levanta-se na presença de todo o povo, toma o leito em que tinha sido trazido e regressa à sua casa, glorificando a Deus (Lc 5, 18-25).

Assim, Cristo opera milagres, perdoa os pecados e distribui a graça com liberdade e poder soberanos, porque, sendo Deus, é a fonte de toda a graça e de toda a vida; mas fá-lo servindo-se da sua humanidade. A humanidade de Cristo é *vivificante* por causa da sua união com o Verbo divino [*Carnem Domini vivificatricem esse dicimus quia facta est propria Verbi cuncta vivificare prævalentis.* Concil. Ef., can.2].

O mesmo acontece com a Paixão e morte de Jesus. Jesus sofre, expõe e merece na sua natureza humana; a humanidade é o instrumento do Verbo, e os sofrimentos da santa humanidade *operam* a nossa salvação, são *causa* da nossa redenção e trazem-nos de volta à vida [+ S. Tomás, III, q.8, a.1, ad 1]. Estávamos mortos pelo pecado, mas Deus trouxe-nos de volta à vida com Cristo por causa de Cristo, perdoando-nos todos as nossas culpas» (Col 2, 13). S. Tomás diz-nos isto claramente [Citemos esta bela proposição do Doutor Angélico: *Verbum prout in principio erat apud Deum vivificat*

animas sicut agens principale; caro tamen eius, et misteria in ea patrata operantur instrumentaliter ad animæ vitam. III, q.62, a.5, ad 1. +III, q.48, ad 6; Q.49, ad 1; q.27. *De veritate*, art.4]. No momento em que, por amor do seu Pai e nosso, Cristo estava prestes a entregar-se a si mesmo para dar a vida divina a todos os homens, pede ao Pai que glorifique o seu Filho, uma vez que lhe deu autoridade sobre toda a carne, «para que Eu dê a vida eterna a todos aqueles que tu pusestes nas minhas mãos» (Jo 17, 17). 1-2). Jesus reza ao Pai para que realize já em princípio o seu plano eterno. O Pai fez de Cristo a cabeça do género humano; só em Cristo quer que o homem encontre a sua salvação; e nosso Senhor pede que assim se faça, pois pela sua paixão e morte, ocupando o nosso lugar, satisfará por todos os crimes do género humano e merecerá para ele toda a graça da salvação e da vida.

A oração de Nosso Senhor foi ouvida. A recompensa por ter realizado com os seus sofrimentos e méritos foi a salvação do género humano, Cristo foi confirmado como o dispensador universal de toda a graça. «Ele aniquilou-se e, *por isso*, no dia da Ascensão, o seu Pai o exaltou e lhe deu um nome acima de todo o nome» (Fil 2, 7-9). «Nomeou-o herdeiro de todas as coisas» (Hb 1, 2); deu-lhe as nações como herança, porque as tinha conquistado com o seu sangue: «Pede, e Eu te darei todas as nações como herança» (Sl 2, 8). Para benefício delas, foi dado a Cristo todo o poder de graça e de vida no céu e na terra (Mt 28, 18). Finalmente, pôs todas as coisas nas suas mãos por causa do amor que Lhe tinha (Jo 3, 35).

Assim, modelo único, pontífice, Redentor do mundo e mediador universal, Jesus Cristo foi constituido também *dispensador de toda a graça*. «A efusão de toda a graça em nós», diz S. Tomás, pertence apenas a Cristo, e esta causalidade santificante resulta da íntima união que há em Cristo entre a divindade e a humanidade» [*Interior autem influxus gratiæ non est ab aliquo nisi a solo Christo, cuius humanitas ex hoc quod est divinitati coniuncta habet virtutem iustificandi*. São Tomás, III, q.8, a.6].

«A alma de Cristo», acrescenta o mesmo Santo, «recebeu a graça no seu mais elevado grau de plenitude. Parece razoável, portanto, que ele faça de todas as almas co-participantes desta plenitude; e precisamente assim cumpre a sua tarefa de cabeça da Igreja. Por isso, a graça que adorna a alma de Cristo é, na sua essência, a mesma que nos purifica» (*Ib*., a.5).

2. Como Cristo age depois de Sua Ascensão. Meios oficiais: Os sacramentos produzem a graça por si mesmos, mas em virtude dos méritos de Cristo

Mas talvez me pergunteis: Como é que Cristo, depois de ter subido ao céu, quando os homens não podem vê-lo, ouvi-lo ou tocá-lo, produz estes efeitos da graça e da vida? Como a ação de nosso Senhor é exercida sobre nós e em nós? Como ela é agora *causa eficiente* da nossa santidade? Como produz em nós a graça, fonte da vida?

Jesus Cristo, porque é Deus, é o proprietário absoluto dos seus dons e do modo como os distribui. Tal como não podemos limitar o seu poder, também não podemos determinar os modos da sua ação. Jesus Cristo pode infundir graça na alma quando lhe agradar, diretamente e sem intermediários. A vida dos santos está cheia destes exemplos de liberdade e liberalidade divinas; no entanto, na economia atual, o modo próprio e normal pelo qual a graça de Cristo chega até nós é principalmente o dos sacramentos por Ele instituídos.

Poderia santificar-nos de outra maneira; mas, uma vez que Deus, a partir do momento em que decidiu por Si mesmo estabelecer aqueles meios de salvação, que só Ele poderia determinar, uma vez que só Ele é o autor da ordem sobrenatural, devemos em primeiro lugar recorrer a estas fontes autênticas. Todas as formas de ascética que poderíamos inventar para preservar e aumentar em nós a vida divina, não têm valor senão na medida em que nos ajudam a extrair mais benefícios dessas fontes de vida; porque são, de facto, as fontes puras e verdadeiras, assim como inesgotáveis, onde infalivelmente encontraremos a vida divina com que Jesus transborda e na qual Ele quer fazer-nos participantes.

Vejamos, então, que meios são estes. Não pretendo dar-vos aqui toda a Teologia dos Sacramentos, mas espero dizer-vos o suficiente para que vejais como a bondade e a sabedoria do nosso divino Salvador resplandecem na sua instituição.

O que é um sacramento?

O Santo Concílio de Trento (ao qual devemos sempre recorrer nesta matéria, porque nele encontramos a doutrina dos sacramentos exposta com admirável precisão) diz-nos que o sacramento é «um sinal sensível que significa e produz uma graça invisível»; É um símbolo que contém e confere a graça divina. É um sinal sensível, externo, tangível; somos matéria e espírito, e Cristo quis usar a matéria – água, óleo, trigo, vinho, palavras, imposição de mãos – para assinalar a graça que quer produzir nas almas.

Sabedoria eterna, Cristo adaptou à nossa natureza, material e espiritual ao mesmo tempo, os meios sensíveis de nos comunicar a sua graça [*Si incorporeus esses, nuda et incorporea tibi dedisset ipse dona; sed quia anima corpori coniuncta est, sensibilibus intelligibilia tibi præstat.* São João Crisóstomo, *Homilia 82 em Mat., e Homilia 60 ad popul. Antioquia*.].

Digo «comunicar» porque estes sinais não só significam ou simbolizam a graça, mas a contêm e conferem. Estes sinais e ritos são eficazes: produzem verdadeiramente a graça pela vontade e instituição de Jesus Cristo, a quem o Pai deu todo o poder, e que, com o Pai e o Espírito Santo, é Deus. O efeito dos sacramentos é a graça produzida no íntimo da alma.

Ouçamos o nosso divino Salvador. Ele ensina-nos que a água do Batismo lava as nossas faltas, regenera-nos na vida da graça, torna-nos filhos de Deus e herdeiros do seu reino. «Se alguém não for regenerado pela água e pelo Espírito Santo, não pode entrar no Reino de Deus» (Jo 3, 5). Ensina-nos, além disso, que a palavra do ministro que nos absolve apaga os nossos pecados. «Aqueles cujos pecados perdoardes, ser-lhes-ão perdoados»; Ele nos diz que sob as aparências do pão e do vinho há realmente o seu corpo e sangue, que devemos comer e beber para ter vida; Sobre o matrimónio, ele declara que o homem não pode separar aqueles que foram unidos por Deus; e a Tradição, eco do ensinamento de Jesus, repete-nos que a imposição das mãos confere àqueles que a recebem o Espírito Santo e os seus dons. [Quanto à questão de saber se todos os sacramentos foram imediatamente instituídos, em todos os seus pormenores, pelo próprio Cristo, pouco nos importa; vários sacramentos oferecem este carácter; no Evangelho não lemos que foram todos instituídos da mesma maneira; mas Cristo delegou nos seus Apóstolos a determinação de certos

pormenores, embora sejam importantes, não é menos verdade que só Ele dotou todos esses símbolos com a graça da qual Ele é o autor e a única fonte.]

Uma das manifestações da condescendência do nosso divino Salvador ao instituir os sacramentos é que os sinais que contêm a graça a produzem de si mesmos [*ex opere operato*]. O ato sacramental, a obra praticada, a simples aplicação à alma dos símbolos e ritos, feita de acordo com o prescrito, é o que confere graça, e confere-a independentemente - não da intenção - do mérito pessoal de quem a administra. A indignidade de um ministro herético ou sacrílego não pode impedir o efeito do sacramento, se esse ministro se conforma com a intenção da Igreja e tenta executar o que a Igreja faz nesses casos. O batismo, administrado por um ministro herético, é válido. — Por quê? — Porque Cristo, o Deus Homem, quis colocar a comunicação das graças acima de toda a consideração pelo mérito ou virtude daqueles que servem como seu instrumento; o valor do sacramento não depende da dignidade ou da santidade humanas; está na instituição do sacramento por Jesus Cristo, e é isso que suscita na alma fiel uma confiança ilimitada na eficácia dessas ajudas divinas [*Secura Ecclesia spem non posuit in homine… sed spem suam posuit in Christo, qui sic accepit formam servi ut non amitteret formam Dei*. Santo Agostinho, *Ep*. 89,5].

Quer isto dizer que temos de utilizar estes meios sem qualquer disposição, que podemos abordá-los sem qualquer tipo de preparação? Pelo contrário. — O que se exige? — Em primeiro lugar, uma disposição geral que tem a ver com a própria produção da graça: que aquele que recebe os sacramentos não impeça a sua ação, o seu funcionamento, a sua energia [*non ponentibus obicem*]. Quem opuser uma barragem às águas de uma torrente, as águas param; quem destrua o dique, remova o obstáculo: de uma só vez, as águas libertam-se, correm e invadem a planície. O mesmo acontece com a graça dos sacramentos. No sacramento encontra-se tudo o que é necessário para agir, mas também é necessário que a graça não encontre obstáculos em nós. — Que obstáculos? — Eles variam de acordo com o caráter dos sinais e a graça que eles contêm. Assim, não podemos receber a graça de nenhum sacramento se não a consentirmos; o adulto a quem é conferido o Batismo não pode receber a graça se a sua vontade se opõe à receção do sacramento; a falta de contrição é também um obstáculo

à receção da graça do sacramento da Penitência; e o pecado mortal é um obstáculo que nos impede de receber a graça da Eucaristia: afastai o obstáculo, e a graça descerá sobre vós no instante em que receberdes o Sacramento.

Mas eu acrescentaria: ampliai pela fé, pela confiança e pelo amor a capacidade das vossas almas, e a graça descerá mais abundantemente sobre vós. Porque, se a graça sacramental é substancialmente a mesma em todos os sacramentos, ela varia em graus, em intensidade, de acordo com as disposições daqueles que a recebem depois de terem removido os obstáculos. Ela não varia na sua entidade, mas na sua fecundidade e na extensão da sua ação, de acordo com as disposições da alma recetora.

Abramos, pois, inteiramente à graça divina as vias da nossa alma; vivamos toda a caridade e pureza possíveis para que Cristo faça sobreabundar em nós a sua vida divina.

Porque Cristo, o Verbo encarnado, enquanto Deus, é a *causa eficiente* primeira e primordial da graça produzida pelos sacramentos. «Como é isso?» «Porque só pode produzir a graça aquele que é o seu autor e a sua fonte Os Sacramentos, sinais destinados a transmitir essa graça à alma, agem como instrumentos, são uma causa de graça, uma causa real eficiente, mas apenas instrumental.

Observemos um artista no seu «atelier». Ele trabalha e usa o cinzel para polir o mármore e realizar o projeto idealizado pelo seu génio. Quando a obra está terminada, podemos dizer com toda a exatidão que o seu autor é o artista, mas o cinzel foi o instrumento encarregado de transmitir a sua ideia ao material. A obra deve-se ao cinzel, mas ao cinzel guiado e vivificado pela mão do mestre, dirigida, por sua vez, pelo génio que concebeu a obra executada.

O mesmo acontece com os sacramentos: são sinais que produzem a graça, não como causa principal — porque a graça santificante só brota de Cristo como da sua única fonte — , mas como instrumentos, em virtude do impulso que recebem da humanidade de Cristo, unida ao Verbo e cheia de vida divina [*Sacramenta corporalia per propiam operationem quam exercent circa corpus quod tangunt, efficiunt operationem instrumentalem*

ex virtute divina circa animam; Sicut aqua baptismi abluendo corpus secundum propriam virtutem, abluit animam in quantum est instrumentum virtutis divinæ; Nam ex anima et corpore unum fit. Et hoc est quod Agustinus dicit quod «corpus tangit, et cor abluit». — Vis spiritualis est in sacramentis in quantum ordinantur a Deo ad effectum spiritualem. São Tomás, III, q. 62, a. 1, ad 2, e q. 67, a. 4, ad 1. +q.64, a.4].

O próprio Cristo é quem batiza e quem absolve na pessoa do sacerdote. «Pedro, batiza?», diz Santo Agostinho; é Cristo que batiza. Judas, batiza? É Cristo que batiza» [*Petrus baptizet, Christus baptizat; Iudas baptizet, Christus baptizat.* Trat. sobre São João, VI]. O ministro, seja ele quem for, age em virtude de Cristo; aplica os méritos de Cristo e da participação das satisfações de Cristo, enfim, é a vida de Cristo que aflui às nossas almas, conduzida por esses canais. [Comentando estas palavras: *Dominus baptizabat plures quam Ioannes, quamvis ipse non baptizaret, sed discipuli eius, Santo Agostinho escreve: Ipse et non ipse; ipse potestate, illi ministerio, servitutem ad baptizandum illi admovebant, potestas baptizandi in Christo permanebat*. Trat. em Jo V,1].

Toda a eficácia dos sacramentos, ao tornar-nos participantes da vida divina, emana, portanto, de Cristo, que, com a sua vida e o seu sacrifício na Cruz, nos mereceu toda a graça e instituiu, além disso, estes sinais para trazê-la até nós. Oh, se tivéssemos fé, se compreendêssemos o que são esses meios divinos – duplamente divinos, pela sua fonte primeira e original e pela finalidade que perseguem – quão fervorosa e frequentemente usaríamos esses meios generosamente colocados à nossa disposição pela bondade de nosso Senhor, no decorrer da nossa vida!

3. Universalidade dos sacramentos; estendem-se a toda a nossa vida sobrenatural; confiança ilimitada que devemos ter nestas fontes autênticas

Com efeito, o que acaba de fazer ressaltar aqui a admirável sabedoria do Verbo encarnado é que os sacramentos envolvem toda a nossa vida com influências santificadoras.

São Tomás [III, q.65, a.1] diz-nos que há uma analogia entre a vida natural e a vida sobrenatural. Nascemos para a vida sobrenatural pelo Batismo; essa vida deve ser fortalecida e isso se faz na Confirmação; não se nasce mais que uma vez e só uma vez se atinge a virilidade; por isso estes sacramentos não se repetem. Como o corpo, a alma precisa de alimento; esse alimento é a Eucaristia, que pode ser recebida todos os dias; quando caímos em pecado a Penitência devolve-nos a graça quantas vezes forem necessárias, purificando-nos das nossas faltas. A doença ameaça-nos de morte? A unção extrema será aquela que prepara a nossa passagem para a eternidade e, às vezes, nos devolverá a saúde do corpo, se tal for o desígnio de Deus. Todos estes sacramentos, tão diversos, criam, alimentam, fortalecem, asseguram, reparam, fazem crescer e desenvolver a vida divina na alma de cada um de nós.

Mas, como o homem não é um indivíduo isolado, mas membro de uma sociedade, o sacramento do Matrimónio santifica a família e abençoa a propagação do género humano, enquanto o da Ordem perpetua, pelo sacerdócio, o poder da paternidade espiritual.

Todos estes sacramentos, sem exceção, conferem a graça, isto é, comunicam à alma ou nela aumentam a vida de Cristo: graça santificante, virtudes infundidas, dons do Espírito Santo, todo esse admirável conjunto que, com o nome do *estado de graça*, embeleza a substância da nossa alma e fecunda sobrenaturalmente as suas faculdades para a tornar semelhante a Jesus Cristo e digna do olhar do Pai Eterno.

Em cada sacramento recebemos a graça santificante ou um aumento dela; mas esta graça assume a sua própria modalidade em cada um deles, contém energias especiais, produz efeitos particulares, específicos e conformáveis ao fim para o qual o sacramento foi instituído, como acabamos de indicar. E, como bem sabeis, o Batismo, a Confirmação e a Ordem imprimem na alma algo como um selo, um caráter indelével: o caráter de cristão, de soldado de Cristo, de sacerdote do Altíssimo.

O que, antes de tudo, convém reter desta analogia (que, por outro lado, não devemos levar até ao último limite), é que o cristão, nas fases principais da sua vida, tem à sua disposição meios abundantes e adequados de santificação, e que Cristo providenciou todas as nossas necessidades

sobrenaturais. Em qualquer etapa importante da nossa existência, a graça está lá sob uma forma particular de oportunidade de bem-estar. Jesus Cristo acompanha-nos durante toda a nossa peregrinação na terra; mantém-se ao nosso lado durante «toda a campanha».

Tenhamos, pois, fé, fé viva e prática em todos estes meios de santificação. Jesus Cristo quis e mereceu que a sua eficácia fosse soberana, a sua excelência transcendente, a sua fecundidade inesgotável: são sinais plenos de vida divina. Cristo quis amontoar neles todos os seus méritos e satisfações, para os comunicar a nós: nada pode ou deve substituí-los; são necessárias para a salvação na economia atual da Redenção. [Acrescente-se que esta necessidade não é a mesma em relação a todos os sacramentos; assim, o Batismo é absolutamente necessário para todos; mas não é o mesmo com a Ordem Sagrada e o Matrimónio, na medida em que se referem aos homens tomados individualmente.]

Deve repetir-se, pois a experiência ensina que a longo prazo, mesmo nas almas que procuram a Deus, falta a estima *prática* destes meios de salvação. Os Sacramentos são, como ensina a Igreja, os autênticos canais oficiais, criados por Cristo para nos levar ao seu Pai. É desprezá-Lo não apreciar o seu valor, a sua riqueza, a sua fecundidade. Pelo contrário, Ele é glorificado quando acudimos a esses tesouros adquiridos pelos seus méritos; desta forma, reconhecemos que tudo nos vem d'Ele, e isso é prestar-Lhe uma homenagem que muito Lhe agrada.

Há almas que não têm mais do que uma fé muito limitada nestes sinais sagrados; que praticamente não os utilizam, a não ser com demasiada parcimónia; que não estimam devidamente a graça neles produzida pelos sacramentos; que se preparam com pouca diligência e preferem recorrer a meios extraordinários. É verdade, como disse acima, que Jesus Cristo é sempre senhor absoluto dos seus dons, distribui-os quando e a quem quiser; vemos nos santos as maravilhas da sua generosidade divina, desde os carismas que ilustraram a vida dos primeiros cristãos, até aos favores inauditos que ainda hoje abundam nas almas [*mirabilis Deus in sanctis suis*]. Mas, nesta matéria, Cristo não prometeu nada, nem apontou estes meios como o caminho regular de salvação ou santidade. Por outro lado, instituiu os sacramentos, com as suas energias particulares e o seu poder

eficaz, e por isso estes sacramentos constituem, na sua variedade harmoniosa, um conjunto de meios de salvação singularmente seguros. Aqui não há ilusão possível, e sabemos bem quão perigosas são as ilusões alimentadas pelo demónio em matéria de piedade e santidade.

Deus *quer* a nossa santificação. «Esta é a vontade de Deus: que vos santifiqueis» (1 Ts 4, 3). Cristo repete-o: «Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celestial» (Mt 5, 48); nestas palavras, não se trata apenas de salvação, mas de perfeição, de santidade. Pois bem, nosso Senhor, ao comunicar-nos a graça necessária para adquirir esta santidade normalmente, não faz uso de meios extraordinários como arrebatamentos ou êxtases… mas dos Sacramentos, e basta que Ele o tenha desejado para que as nossas almas, ávidas de santidade, se abandonem a essa vontade com toda a fé, com total confiança. Aí se encontram as verdadeiras fontes de vida e santificação, fontes suficientes e abundantes; em vão iríamos procurá-las em outra parte. «Abandonaríamos as fontes das águas vivas, segundo as palavras fortes da Escritura, para cavarmos para nós cisternas rotas, que não podem reter a água» (Jr 2, 13).

Toda a nossa atividade espiritual deveria ter como única razão de ser, como único propósito tornar-nos capazes de extrair cada vez mais abundantemente, com mais fé e mais pureza, a água dessas fontes divinas; fazer com que a graça própria de cada sacramento frutifique mais fácil e livremente, com mais vigor.

Ah, vinde com alegria a essas águas da salvação!: «Sacareis com alegria as águas» (Is 12, 3); Recorrei a estas águas salutares, aumentai pelo arrependimento, pela humildade, pela confiança e, sobretudo, pelo amor, a capacidade das vossas almas, para que a ação do sacramento se torne mais profunda, mais vasta, mais duradoura. Renovamos a nossa fé nas riquezas de Cristo cada vez que nos aproximamos delas; Esta fé impede que a rotina se infiltre na alma que frequenta essas fontes. Acima de tudo, tirai frequentemente as águas da fonte eucarística, o sacramento de vida por excelência. Estas são as fontes que o Salvador fez brotar pelos Seus méritos infinitos ao pé da Cruz, ou melhor, do fundo do Seu Coração sacratíssimo.

Comentando o texto evangélico sobre a morte de Cristo: «Um soldado abriu o seu lado com uma lança» (Jo 19, 34), Santo Agostinho escreve estas

admiráveis palavras: «O evangelista fez uso de uma palavra escolhida por intenção; não diz, ao falar da lançada que o soldado deu a Cristo na cruz, *feriu* o seu lado, ou algo do género, mas *abriu* o seu lado, para nos fazer compreender que, deste modo, nos abriu a porta da vida através da qual saíram os sacramentos, sem a qual não podemos alcançar a verdadeira vida» (*Tratado de São João*, 120). Todas estas fontes brotam da Cruz, do amor de Cristo; todos elas nos aplicam os frutos da morte do Salvador, em virtude do Sangue de Jesus.

Portanto, se queremos viver cristãmente, se procuramos a perfeição, se ansiamos por santidade, acudamos a elas com alegria, porque são fontes de vida na terra, que mais tarde será transformada em glória no céu. «Quem tiver sede, venha a Mim e beba (Jo 7, 38), porque quem beber a água que eu lhe dou jamais terá sede». «A água que lhe dou será n'Ele uma fonte abundante, fazendo-o viver para a vida eterna» (+*ib*. 4, 13). «Vinde, meus amados», parece dizer-nos o Salvador, «embriagai-vos, caríssimos» (Cant 5, 1), bebei dessas fontes pelas quais, sob o véu da fé, vos comunico aqui em baixo a minha própria vida, até ao dia em que, tendo desaparecido todos os símbolos, Eu mesmo vos embriagarei com a torrente da minha bem-aventurança no esplendor eterno da minha luz: «Na tua luz veremos a luz… e nos envolverás na torrente das tuas delícias» (Sl 35, 9-10).

4. O poder de santificação da humanidade de Jesus fora dos sacramentos, pelo contacto espiritual da fé. Importância capital desta verdade

As riquezas da graça que Cristo nos comunica são tão grandes - São Paulo chama-as insondáveis (Ef 3, 8) - que os sacramentos não as esgotam completamente.

Além dos sacramentos, Cristo tem outro meio de operar em nós. Qual? O nosso contacto com Ele através da fé.

Leiamos, para entender isto, uma cena que São Lucas evoca: numa de suas expedições apostólicas, o nosso divino Salvador é cercado e apertado por multidões. Uma mulher doente deseja a cura; aproxima-se d'Ele e, cheia de confiança, toca a bainha do seu vestido. Nosso Senhor pergunta aos que

o rodeiam: «Quem me tocou?» Pedro responde: «Senhor, tu és apertado por todos os lados, e perguntas: Quem me tocou?» Jesus insiste: «Alguém me tocou, porque senti sair de mim um poder». De facto, naquele momento, a mulher tinha sido curada, por causa da sua fé: «A tua fé te salvou» (Lc 8, 40-48).

Algo análogo acontece connosco. Semore que nos aproximarmos de Cristo fora dos sacramentos, sairá d'Ele uma força, uma virtude divina, e penetrará em nossas almas, para iluminá-las, para ajudá-las.

O meio para nos aproximarmos de Cristo é bem conhecido: é a fé. Pela fé tocamos Cristo e, pelo seu contacto divino, a nossa alma transforma-se pouco a pouco.

Como vos dizia, Cristo veio a nós para nos dar parte das suas riquezas, em toda a perfeição das suas virtudes, porque tudo o que Ele tem nos pertence; tudo é nosso. Cada uma das ações do nosso Salvador é para nós não apenas um modelo, mas uma fonte de graça. pelas virtudes que Ele praticou, mereceu-nos a graça de também nós podermos exercê-las e cada um dos Seus mistérios contém uma graça especial da qual Ele quer que participemos com toda a verdade.

É certo que aqueles que viveram com Cristo na Judeia e tiveram fé n'Ele receberam uma parte copiosa daquelas graças que Ele merecia para todos os homens. Vemos isto continuamente no Evangelho.

Cristo tinha não só o poder de curar doenças corporais, como já vos mostrei, mas também de santificar as almas. Veja-se, por exemplo, como Ele santificou a mulher samaritana, que, depois de ter conversado com Ele, acreditou que Ele era o Messias. Vejam como ele purificou Madalena, que, vendo nele o profeta, o mensageiro de Deus, veio derramar os seus perfumes nos seus pés sagrados. O contacto com o Filho de Deus é fonte de vida para as almas que n'Ele têm fé (Lc 8, 40, 48). Observem como, durante a sua Paixão, com um único olhar, ele concede a Pedro, que o tinha negado, a graça do arrependimento; olhem para o Bom Ladrão: na hora da sua morte reconhece em Jesus o Filho de Deus, pois pede-lhe um lugar no seu reino, e imediatamente o Salvador, prestes a expirar, dá-lhe um lugar no Paraíso.

Sabemos tudo isso, e estamos tão convencidos disso, que às vezes exclamamos: «Oh, se me tivesse sido dado viver com nosso Senhor na Judeia, segui-Lo como os Apóstolos, chegar junto d'Ele durante a Sua vida e estar presente na Sua morte, então certamente eu teria sido santo!»

Ouçam, porém, o que Jesus diz: «Bem-aventurados os que não me viram e creram» (Jo 20, 29). Isto não nos diz que o contacto com Ele unicamente pela fé é ainda mais eficaz e mais proveitoso para nós? «Creio, pois, nesta afirmação do nosso divino Mestre; As suas palavras são «espírito e vida» (*Ib*. 6, 64). Convençamo-nos de que o poder e a virtude da sua santa humanidade são para nós os mesmos que para os seus contemporâneos, porque Cristo vive para sempre: «Cristo existiu ontem e hoje, e viverá para sempre» (Hb 13, 8).

Nunca vos repetiria bastante quanto é grande o benefício para as vossas almas de permanecerem unidas ao Senhor pelo contacto da fé. Sabeis que os israelitas durante a sua peregrinação no deserto murmuraram contra Moisés. Para castigá-los Deus enviou-lhes serpentes cujas mordeduras os fizeram sofrer muito. Depois, movido pelo arrependimento do povo, ordenou a Moisés que erguesse uma serpente de bronze, à vista da qual os filhos de Israel curariam as suas feridas (Nm 21, 9). Pois bem, segundo a interpretação do próprio Senhor (Jo 3, 14), aquela serpente de bronze era a figura de Cristo levantado na cruz, e Ele mesmo disse: «Quando eu for levantado da terra, atrairei a Mim todas as coisas» (Jo 12, 32). Cristo tornou-se para nós fonte de toda a luz e força, porque nos mereceu a graça através do sacrifício da Cruz. Por isso, o olhar humilde e amoroso da alma sobre a santa humanidade de Jesus é tão fecundo e eficaz. Nunca podemos pensar o suficiente no poder santificante possuído pela humanidade de Cristo, mesmo fora dos sacramentos.

O meio de nos pôr em contacto com Cristo é a fé na sua divindade, na sua omnipotência, no valor infinito das suas satisfações, na eficácia inesgotável dos seus méritos. Num dos seus sermões ao povo de Hipona, Santo Agostinho pergunta como podemos tocar Cristo depois de Ele ter subido ao céu. e responde: «Pela fé toca Cristo quem n'Ele crê», e o santo Doutor recorda a fé daquela mulher que tocou o Senhor para obter a sua cura. Há, acrescenta, muitos homens carnais que vêem em Jesus apenas um

homem, não adivinham a divindade velada pela sua humanidade, não sabem tocar porque a sua fé não é o que deveria ser. Quereis tocar Jesus Cristo com frutos? Crê na divindade, que, como Verbo, partilha com o Pai desde toda a eternidade [*In cælo sedentem, quis mortalium potest tangere?… Sed ille tactus fidem significat; tangit Christum qui crédito em Christum… Fide tetigit, et sanitas subsecuta est… Vis bene tangere? Intellige Christum ubi est Patri coæternus, et tetigisti*. Sermão CCXLIII, c. 2. +Sermões LXII, 3, e CCXLV, 3; Em Jo XXVI, 3]. Acreditar, pois, na sua divindade é o meio que nos põe em contacto com Cristo, fonte de toda a graça e de toda a vida. Quando lemos o evangelho e examinamos no nosso espírito as palavras e ações do Senhor; quando na oração e na meditação contemplamos as suas virtudes e, sobretudo, quando nos associamos à Igreja na celebração dos seus mistérios, como vos mostrarei mais adiante; quando nos unimos a Ele em cada uma das nossas ações, quer comamos, quer trabalhemos, quer façamos qualquer coisa honesta, em união com as ações semelhantes que Ele mesmo realizou enquanto vivia na terra; quando fazemos tudo isto com fé e amor, com humildade e confiança, vem de Cristo uma força, um poder, uma virtude divina, para nos iluminar, para nos ajudar a remover os obstáculos que se opõem à sua ação em nós, para produzir graça nas nossas almas.

Poderias dizer-me «Eu não sinto nada disso». Não é necessário senti-lo, o próprio Senhor disse que o seu reino nas almas não depende da experiência dos sentidos (+Lc 17, 20 ss.). A vida sobrenatural não é uma questão de sentimentalismo. Se Deus nos faz sentir a doçura do seu serviço, mesmo nas faculdades sensíveis, devemos agradecer-Lhe e usar este dom inferior como escada para subir mais alto, como meio para aumentar a nossa fidelidade, mas não para nos apegarmos a ela e, sobretudo, para não basearmos a nossa vida interior nesta devoção sensível; Essa base seria, de facto, muito instável. Podemos estar em erro acreditando que fazemos grandes progressos no caminho da perfeição porque a nossa devoção sensível é muito intensa, ou se imaginamos que não estamos fazendo nenhum progresso, porque a alma está na maior aridez espiritual. Qual é, então, a verdadeira base de nossa vida sobrenatural? É a fé, e a fé é uma virtude que é exercida com as faculdades superiores, inteligência e vontade . E o que nos diz a fé? Que Jesus é Deus ao mesmo tempo que Homem, que a sua humanidade é a humanidade de um Deus, a humanidade do ser que é

a infinita sabedoria, o próprio amor e a própria omnipotência. Como duvidar, então, que quando nos aproximamos d'Ele, mesmo que fora dos sacramentos, *pela fé*, com humildade e confiança, venha d'Ele um poder divino que nos ilumina, nos fortalece, nos ajuda e nos auxilia? Ninguém jamais se aproximou de Cristo com fé sem ter recebido os raios benéficos que brotam incessantemente desse foco de luz e de calor (Lc 6, 19).

Jesus Cristo, que vive sempre (Hb 7, 25), e cuja humanidade permanece indissoluvelmente unida ao Verbo divino, é assim para nós, na medida da nossa fé e da determinação com que nos propomos imitá-lo, uma luz e uma fonte de vida; e se formos fiéis a contemplá-lo deste modo, Ele imprimirá gradualmente a sua imagem nas nossas almas. revelando-se a elas mais intimamente e fazendo-nos partilhar os sentimentos do seu divino Coração e dando-nos a força necessária para conformar a nossa conduta com esses sentimentos. [Aqui a palavra *sentimento* tem o seu significado espiritual de afeto da *vontade*.]

«Vejo claramente e vi depois», disse Santa Teresa, «que para agradar a Deus e para que nos faça grandes mercês, quer que seja pelas mãos da Humanidade Sacratíssima, em quem Sua Majestade disse que se deleita. Vi-o muitas vezes por experiência, e disse-me o Senhor. Vi claramente que, por essa porta, devemos entrar se quisermos que a soberana Majestade nos mostre grandes segredos… Por aqui o caminho é seguro» (Vida, cap. 22).

Assim compreendemos a verdade daquelas palavras de Jesus: «O meu Pai é o viticultor celestial; Eu sou a videira, vós sois os ramos; quem permanece em mim, e eu n'Ele dá muito fruto» (Jo 15, 5). Segundo a bela advertência de Santo Agostinho, Cristo é a videira como Homem; como Deus, sendo um com o Pai, é o vinhateiro que trabalha, não exteriormente como os vinhateiros da terra, mas na intimidade da alma, para obter para ela o aumento da graça e da vida: pois, acrescenta o grande Doutor, seguindo São Paulo: o que planta não é nada, nem o que rega, mas somente Deus, que dá o aumento (Tratado de São João, 80). A seiva da graça sobe da videira, que é Jesus, para os ramos, que são as nossas almas. Com a condição de *permanecermos unidos* à videira. Como?

Pelos sacramentos, sobretudo através do sacramento da Eucaristia, que é o sacramento próprio da união: «Quem come a minha carne e bebe o meu

sangue permanece em mim e eu nele» (Jo 7, 57). Depois, pela fé, São Paulo diz-nos: «seja-vos concedido que, pela fé, Cristo habite nos vossos corações» (Ef 3, 17). Através da fé animada pelo amor, isto é, a fé perfeita que acompanha o estado de graça, Cristo habita em nós, e cada vez que entramos em contacto com Jesus por esta fé, Cristo exerce o seu poder santificante sobre nós [*Christus per fidem habitat in cordibus vestris*. Ef 3,17].

Mas, para isso, é necessário que eliminemos os obstáculos que poderiam opor-se à sua ação: o pecado, as imperfeições totalmente voluntárias, o apego à criatura e a nós mesmos. Que tenhamos um desejo ardente de nos assemelharmos a Ele; que a nossa fé seja viva e prática; uma fé viva, isto é, inabalável nos infinitos tesouros de santidade contidos em Cristo, que é tudo para nós; uma fé prática e vigilante que nos lance aos pés de Jesus, para cumprir tudo o que Ele nos peça para a glória de seu Pai. Depois, como diz o Concílio de Trento, «Cristo exerce constantemente em nós o seu poder santificador, como a cabeça o exerce sobre os membros, como a videira o exerce sobre os ramos, porque essa virtude salutar não cessa de preceder, de acompanhar e de seguir as nossas boas ações» (Concil. Trid., 6, c. 16).

Por esta graça de Cristo, chegamos a ser santos, agradáveis a Seu Pai, de modo que, por Ele, é dada toda a glória ao Pai. Porque o Pai ama o seu Filho e, por esse amor, o fez chefe do reino dos eleitos e colocou tudo nas suas mãos (Jo 3, 35).

NOTA. Eis uma passagem de S. Tomás (q, 27 *De Veritate*, A. 4), que resume muito bem a doutrina exposta nesta palestra: A natureza humana de nosso Senhor é o órgão da Divindade; Por isso, comunicou às suas operações virtualidade divina. Assim, quando Cristo cura o leproso tocando-o, esse contacto causou instrumentalmente a saúde. Pois bem, esta eficácia instrumental que a humanidade de Cristo tinha para produzir efeitos corporais foi exercida também na ordem espiritual; o Seu sangue, derramado por nós, tem um poder santificante para lavar os pecados. A humanidade de Jesus é, portanto, a causa instrumental da justificação, e esta justificação é-nos aplicada espiritualmente pela fé, e corporalmente pelos sacramentos, porque a humanidade de Cristo é espírito e corpo; deste modo,

recebemos em nós mesmos o efeito da santificação, que está em Cristo. Por isso, o mais perfeito dos sacramentos é aquele que contém verdadeiramente o corpo de nosso Senhor, isto é, a Eucaristia, fim e consumação dos outros. Quanto aos outros sacramentos, eles recebem algo daquela virtude pela qual a humanidade de Cristo é o instrumento de justificação; de modo que o cristão santificado pelo Batismo é também santificado pelo Sangue de Jesus Cristo. Portanto, a Paixão do Salvador opera nos sacramentos da nova lei, e estes concorrem como instrumentos na produção da graça.

V
A Igreja, corpo místico de Jesus Cristo

O mistério da Igreja, inseparável do mistério de Cristo. Os dois formam apenas um

Em palestras anteriores, tentei mostrar como nosso Senhor é tudo para nós. Foi escolhido pelo seu Pai para ser, na sua qualidade de Filho de Deus e pelas suas virtudes, o modelo único da nossa santidade. Mereceu-nos, pela sua vida, pela sua Paixão e pela sua morte, constituir-se para sempre como o dispensador universal de toda a graça. Toda a graça flui d'Ele, d'Ele reverte para as nossas almas toda a vida divina. São Paulo diz-nos que Deus «colocou todas as coisas debaixo dos pés de Cristo e fez d'Ele a Cabeça da Igreja, que é o seu corpo, o seu complemento e a sua plenitude» (Ef 1, 22-23).

Com estas palavras, em que se refere à Igreja, o Apóstolo acaba de indicar a economia do mistério de Cristo; não compreenderemos bem este mistério se não seguirmos São Paulo na sua exposição.

Cristo não pode conceber-se sem a Igreja; ao longo de toda a sua vida, através de todos os seus atos, Jesus perseguia a glória do seu Pai, mas a Igreja foi a obra-prima pela qual devia procurar acima de tudo essa glória. Cristo veio à terra para criar e organizar a Igreja. É a obra para a qual se dirige toda a sua existência e que ele confirma com a sua Paixão e morte. O amor ao Pai levou Cristo ao Monte Calvário; mas foi para ali formar a Igreja e fazer dela, purificando-a amorosamente através do seu sangue divino, uma noiva sem mancha nem mácula (+Ef 5, 25-26). Tais são as palavras de São Paulo. Vejamos, pois, o que é esta Igreja para o grande Apóstolo, nome que vem tantas vezes à sua pena que é inseparável do nome de Cristo.

Podemos considerar a Igreja de *duas maneiras*. Como sociedade visível, hierárquica, fundada por Cristo para continuar a sua missão santificante na terra; este organismo visível é animado pelo Espírito Santo

[desenvolveremos mais adiante, com maior detalhe]; assim considerado pode ser chamado o corpo místico de Cristo.

Podemos considerar também o que constitui a alma da Igreja, isto é, o Espírito Santo, que se une às almas através da graça e da caridade.

É certo que a união com a alma da Igreja, isto é, com o Espírito Santo, pela graça santificante e o amor, é mais importante do que a união ao corpo da mesma Igreja, isto é, que a incorporação no organismo visível, mas na economia normal do cristianismo as almas começam a participar nos bens e privilégios do reino invisível de Cristo, unindo-se à sociedade visível.

1. A Igreja, sociedade fundada sobre os Apóstolos, depositária da doutrina e da autoridade de Jesus, dispensadora dos sacramentos, continuadora da sua obra religiosa. Não se vai a Cristo senão pela Igreja

Mais acima citei-vos o testemunho que São Pedro tributa à divindade de Jesus em nome dos Apóstolos: «Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo». «Pedro», diz-lhe Jesus, bem-aventurado és, porque não foi a carne e o sangue que to revelaram, mas meu Pai que está nos Céus. E digo-te: Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela; dar-te-ei as chaves do reino dos céus» (Mt 16, 16-19).

Podereis reparar que isto não passa de uma promessa, uma promessa que recompensava a homenagem do Apóstolo à divindade do seu Mestre. Um dia, Jesus encontrou-se no meio dos seus discípulos, depois da ressurreição (Jo 21, 15-17), e perguntou novamente a Pedro: «Amas-Me?» e o Apóstolo respondeu: «Sim, Senhor, amo-te». E nosso Senhor diz-lhe: «Apascenta os meus cordeiros.» Cristo repete a mesma pergunta três vezes, e a cada declaração de amor da parte de Pedro, o Senhor responde confiando-lhe a Ele e aos seus sucessores o cuidado do seu rebanho, cordeiros e ovelhas, nomeando-o e nomeando-os chefes visíveis da sua Igreja. Esta investidura só teve efeito depois de Pedro ter apagado, por um triplo ato de amor, a sua tríplice negação. Assim, Cristo, antes de fazer a

promessa que fizera de fundar sobre si a sua Igreja, exige do Apóstolo um testemunho da sua divindade.

Não é necessário que eu vos diga aqui como esta sociedade estabelecida por Cristo sobre Pedro e os Apóstolos foi organizada, desenvolvida e difundida por todo o mundo, a fim de preservar a vida sobrenatural nas almas.

O que devemos saber é que ela é na terra a continuadora da missão de Jesus, pela sua doutrina, pela sua jurisdição, pelos sacramentos, pelo seu culto.

Pela sua doutrina, que mantém intacta e integral numa tradição viva e ininterrupta. — Pela sua jurisdição, em virtude da qual tem autoridade para se dirigir a nós em nome de Cristo. — Pelos sacramentos, pelos quais facilita o nosso acesso às fontes da graça que o seu divino Fundador criou. — Pelo seu culto, que ela próprio organiza para dar toda a glória e toda a honra a Cristo e ao seu Pai.

Como a Igreja continua Cristo pela sua *doutrina* e sua *jurisdição*? Quando Cristo veio ao mundo, a única maneira de ir ao Pai era a completa submissão ao seu Filho Jesus: «Este é o meu Filho amado; ouçam-no.» No início da vida pública do Salvador, o Pai Eterno, apresentando o seu Filho aos judeus, disse-lhes: «Escutai-O, porque Ele é o meu Filho único, eu envio-o a vós para vos revelar os segredos da minha vida divina e da minha vontade».

Mas, depois da sua Ascensão, Cristo deixou na terra a sua Igreja, e essa Igreja é como a continuação da Encarnação entre nós. Esta Igreja, isto é, o Soberano Pontífice e os Bispos com os Pastores que a eles estão sujeitos, fala-nos com toda a autoridade infalível do próprio Cristo.

Enquanto vivia na terra, Cristo continha em si próprio a infalibilidade: «Eu sou a verdade, eu sou a luz; aquele que me segue não anda nas trevas, mas alcança a vida eterna» (Jo 14, 6; 8, 12). Mas, antes de nos deixar, confiou esta prerrogativa à sua Igreja: «Assim como o meu Pai me enviou, também eu vos envio a vós» (*Ib*. 20, 21). «Quem vos ouve ouve-me; quem vos despreza despreza-me e despreza aquele que me enviou» (Lc 10, 16).

«Assim como eu recebo a minha doutrina do Pai, assim também vós a recebeis de mim; quem recebe a vossa doutrina, recebe a minha doutrina, que é a do meu Pai. Quem a despreza em qualquer grau ou medida que seja, despreza a minha doutrina, despreza-me e despreza o meu Pai.» Vede, pois, esta Igreja investida de todo o poder, da autoridade infalível de Cristo, e compreendei que a submissão absoluta de todo o vosso ser, inteligência, vontade, energias, a essa Igreja, é o único caminho a seguir para o Pai. O cristianismo, na sua verdadeira essência, não é possível sem esta submissão absoluta à doutrina e às leis da Igreja.

É esta submissão que distingue adequadamente o católico do protestante. Este último, por exemplo, pode acreditar na presença real de Jesus na Eucaristia; mas se o faz, é porque considera que esta doutrina está contida na Escritura e na Tradição, interpretada segundo os ditames da sua razão e das suas luzes pessoais; o católico crê porque é ensinado pela Igreja, que é aquela que ocupa o lugar de Cristo; os dois admitem a mesma verdade, mas de maneiras diferentes. O protestante não se submete a nenhuma autoridade, depende apenas de si mesmo; o católico recebe Cristo com tudo o que Ele ensinou e fundou. O cristianismo é praticamente a submissão a Cristo na pessoa do Soberano Pontífice e dos pastores que estão unidos a Ele, submissão do intelecto aos seus ensinamentos, submissão da vontade aos seus mandamentos. Este caminho é certo, porque nosso Senhor está com os seus Apóstolos até ao fim dos tempos e rezou por Pedro e pelos seus sucessores, para que a sua fé nunca vacile nem se apague (Lc 22, 32).

Órgão de Cristo na sua doutrina, a Igreja é também continuação viva da sua *mediação*.

É verdade, como já disse antes, que Cristo depois da sua morte já não pode merecer; mas Ele está sempre vivo, intercedendo incessantemente diante de seu Pai em nosso favor. Também vos disse que, acima de tudo, quando Ele instituiu os Sacramentos, fixou e determinou os instrumentos que Ele iria usar para nos aplicar os seus méritos, depois da sua Ascensão, e para nos dar a sua graça. Mas onde estão os Sacramentos? Nosso Senhor confiou-os à Igreja. «Ide», disse ele quando subiu aos céus, ensinai todas as nações, batizando todos em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo» (Mt

28, 19). Comunica-lhes o poder de perdoar e reter os pecados: «Os pecados serão perdoados a todos os que vós perdoardes, e aos que vós retiverdes serão retidos» (Jo 20, 23 — Lc 7, 19). Deixou-lhes a tarefa de renovar, em seu nome e em sua memória, o sacrifício do seu corpo e do seu sangue.

Desejais entrar na família de Deus, ser admitido no número dos Seus filhos, ser incorporados a Cristo? Ide à igreja; O batismo é a única porta de entrada. Para obter o perdão dos nossos pecados, devemos também dirigir-nos à Igreja. [Exceto, é claro, o caso da impossibilidade material; pois então basta a contrição perfeita. Falamos da regra, e não das suas exceções, por mais numerosas que possam ser supostas. Além disso, a contrição perfeita inclui, pelo menos implicitamente, a resolução e o desejo de ir à Igreja.] Se queremos receber o alimento da nossa alma, devemos esperá-lo dos ministros que receberam, através do sacramento da Ordem, os poderes sagrados de distribuir o Pão da Vida. A união entre batizados de homem e mulher, que a Igreja não consagra com a sua bênção, é culpada. Assim, os meios oficiais estabelecidos por Jesus, as fontes da graça que Ele fez brotar para nós, são guardados pela Igreja, e nela os encontramos, porque Cristo os confiou a ela.

Nosso Senhor, finalmente, confiou à sua Igreja a missão de continuar a sua *obra de religião*.

Na terra, Jesus Cristo ofereceu ao seu Pai um cântico perfeito de louvor; a sua alma contemplava as perfeições divinas sem cessar; e desta contemplação nasceu nela uma adoração e um tributo ininterrupto de louvor à glória do Pai. Com a sua encarnação, Cristo associa, em princípio, todo o género humano à prática deste louvor e, ao subir de novo à glória, confia à Igreja o cuidado de perpetuar em seu nome estes cânticos que sobem ao Pai. Em torno do sacrifício da Missa, centro de toda a nossa religião, a Igreja organiza o culto público, que só ela tem o direito de oferecer em nome de Cristo, seu Esposo, e, de facto, estabelece todo um conjunto de orações, fórmulas, cânticos, que fixam o seu sacrifício; no decurso do ciclo litúrgico, é ela que distribui a celebração dos mistérios do seu divino Esposo, para que os seus filhos os vivam de novo todos os anos, e os agradeçam por eles a Jesus e ao seu Pai, e bebam neles a vida divina que neles ilumina, porque foram vividos antes por Jesus. Toda a sua adoração converge em Cristo.

Confiando nas infinitas satisfações de Jesus, na sua qualidade de mediador universal e sempre vivo, a Igreja termina as suas orações: «Por Jesus Cristo, nosso Senhor, que vive e reina convosco», e do mesmo modo, passando por Cristo, toda a adoração e louvor da Igreja sobe ao Pai Eterno e é acolhida com prazer no santuário da Trindade: «Por Ele, com Ele e n'Ele, prestamos-vos, Deus Pai todo-poderoso, juntamente com o Espírito Santo, toda a honra e toda a glória» (Ordinário da Missa).

Tal é, pois, o modo como a Igreja fundada por Jesus continua a sua obra divina aqui em baixo. — A Igreja é o autêntico depositário da doutrina e da lei de Cristo, o dispensador das suas graças entre os homens, a esposa, em suma, que em nome de Cristo oferece a Deus por todos os seus filhos um louvor perfeito.

E assim a Igreja está tão unida a Cristo, possuindo de tal modo a abundância das suas riquezas, que se pode muito bem dizer que ela é o mesmo Cristo que vive ao longo dos séculos. Cristo veio à terra não só para aqueles que habitavam na Palestina no seu tempo, mas para todos os homens de todas os tempos. Quando privou os homens da sua presença sensível, deu-lhes a Igreja, com a sua doutrina, a sua jurisdição, os seus sacramentos, o seu culto, como se fosse Ele mesmo: na Igreja, portanto, encontramos Cristo. Ninguém vai ao Pai – e em ir ao Pai consiste toda a salvação e santidade – senão por Cristo (Jo 14, 6). Mas gravai bem na vossa memória esta verdade não menos capital: ninguém vem a Cristo senão através da Igreja, não somos de Cristo se não somos, de facto ou por desejo, da Igreja; não vivemos a vida de Cristo senão na medida em que estamos unidos à Igreja.

2. Verdade que põe em evidência o carácter particular da visibilidade da Igreja: Deus quer governar-nos através dos homens: importância desta economia sobrenatural, resultante da Encarnação. Por ela Jesus é glorificado e a nossa fé é exercida. — Os nossos deveres para com a Igreja

A Igreja é *visível*, como sabeis.

É constituída na sua hierarquia pelo Sumo Pontífice, sucessor de Pedro, pelos Bispos e pelos Pastores, que, unidos ao Vigário de Cristo e aos Bispos, exercem a sua jurisdição sobre nós em nome de Cristo, pois Cristo guia-nos e santifica-nos através dos homens.

Há nisto uma verdade profunda que devemos considerar cuidadosamente.

Desde a Encarnação, Deus, nas suas relações connosco, opera através dos homens. Falo da economia normal ordinária, não de exceções em que Deus demonstra o seu domínio soberano, nisto como em todas as coisas. Deus, por exemplo, poderia revelar-nos por si mesmo e diretamente o que temos de fazer para alcançá-Lo; mas ele não o faz, esses não são os seus caminhos, mas envia-nos um homem infalível, é verdade, em matéria de fé, mas enfim, um homem como nós, e dele nos ordena receber toda a doutrina. Suponhamos que alguém caia em pecado; ajoelha-se diante de Deus, entristece-se e dilacera-se com todo o tipo de penitências. Deus então diz: «Está bem, mas se queres obter o perdão, deves ajoelhar-te diante de um homem, a quem o Meu Filho fez seu ministro, a quem deves declarar o teu pecado».

Se o pecado não é declarado àquele homem que Cristo fez ministro, ou, por outras palavras, sem confissão, não há perdão; a contrição mais viva e profunda, as macerações mais assustadoras, não são suficientes para apagar um único pecado mortal, se não houver intenção de se submeter à humilhação de manifestar a culpa ao homem que toma o lugar de Cristo.

Vede, então, o que é a economia sobrenatural. Desde toda a eternidade, o pensamento divino fixou-se na Encarnação e, depois de o seu Filho se ter unido à humanidade e salvo o mundo encarnando-se no seio de uma Virgem, Deus quer que, através de homens como nós, fracos, a graça se espalhe por todo o mundo. Aqui está um prolongamento, uma espécie de extensão da Encarnação. Deus aproximou-se de nós na pessoa do seu Filho feito homem e, desde então, tem usado os membros do seu Filho para comunicar com as nossas almas. Deus quer exaltar de certo modo o seu Filho, colocando tudo na sua encarnação, e ligando a Ele de forma muito visível, até ao fim dos tempos, toda a economia da nossa salvação e santificação.

Mas Ele também estabeleceu esta economia para nos fazer viver pela fé, pois há um duplo elemento na Igreja, o elemento humano e o elemento divino.

O elemento humano é a fragilidade pessoal dos homens autorizados por Cristo a dirigir-nos. Veja-se, por exemplo, quão fraco é São Pedro: a voz de uma jovem basta para fazê-lo negar o seu Mestre horas depois da sua ordenação sacerdotal. Tal fraqueza não foi escondida do Senhor, uma vez que, depois da sua ressurreição, ele exige do seu Apóstolo um triplo protesto de amor em memória da sua tríplice negação. No entanto, Cristo funda nele a sua Igreja. «Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas.» Os sucessores de Pedro também são fracos; A infalibilidade que possuem em matéria de fé não lhes confere o privilégio de não pecar. Não poderia nosso Senhor ter-lhes concedido a ausência de pecado? Sem dúvida, sim; mas ele não a queria, para que a nossa fé pudesse ser exercida.

Como se exercita? Através do elemento humano, a alma fiel vislumbra o elemento divino; a indefetibilidade da doutrina preservada ao longo dos séculos e apesar de todos os ataques de cismas e heresias; a unidade desta mesma doutrina garantida pelo ministério infalível; a santidade heróica e ininterrupta que se manifesta de tantas maneiras diferentes na Igreja; a sucessão contínua pela qual, de ligação em ligação, a Igreja de hoje se liga às instituições instituídas pelos Apóstolos; a força de expansão universal que a caracteriza; tudo isto são tantos outros sinais certos pelos quais se sabe que Nosso Senhor está «com a Igreja até ao fim dos tempos» (Mt 28, 20).

Tenhamos, pois, grande confiança na Igreja que Jesus nos deixou: ela é como outro Jesus. Temos a alegria de pertencer a Cristo pertencendo a esta sociedade, una, católica, apostólica e romana. Devemos regozijar-nos com isto e dar incessantemente graças a Deus, porque nos fez «entrar no reino do seu Filho amado» (Cl 1, 13). Não será uma segurança imensa podermos, pela nossa incorporação na Igreja, extrair graça e vida das suas fontes autênticas e oficiais?

Mais ainda; prestemos àqueles que têm jurisdição sobre nós a obediência que Cristo nos exige, esta submissão da inteligência e da vontade deve ser entregue a Cristo na pessoa de um homem, pois, caso

contrário, Deus não a aceita. Ofereçamos àqueles que nos governam, e sobretudo ao Sumo Pontífice, Vigário de Cristo, aos Bispos que estão unidos a Ele e que possuem, para nos guiar, as luzes do Espírito Santo (Act 20, 28), aquela submissão interior, essa reverência filial, essa obediência prática, que nos tornam verdadeiros filhos da Igreja.

A Igreja é a Esposa de Cristo; é nossa Mãe; devemos amá-la porque ela nos conduz a Cristo e nos une a Ele; devemos amar e acatar a sua doutrina, porque é a doutrina de Jesus Cristo; devemos amar a sua oração e associar-nos a ela, porque é a própria oração da Esposa de Cristo. Não há outra que nos ofereça tantas garantias e, acima de tudo, que seja tão agradável a nosso Senhor; devemos, numa palavra, unir-nos à Igreja, a tudo o que dela procede, como teríamos aderido à própria pessoa de Jesus e a tudo o que lhe diz respeito, se tivéssemos tido a alegria de poder segui-Lo durante a sua vida mortal.

Esta é a Igreja como sociedade visível. — São Paulo compara-a a «um edifício fundado sobre os Apóstolos, e cuja pedra angular é o próprio Cristo». «Unidos em Cristo Jesus, pedra angular e pedra fundamental» (Ef 2, 19.22). Vivemos nesta casa de Deus, «não como estranhos ou convidados de passagem, mas como concidadãos com os santos e membros da casa de Deus. Sobre Cristo ergue-se todo o edifício perfeitamente ordenado, para formar um templo santo no Senhor.»

3. A Igreja, corpo místico; Cristo é a cabeça, porque tem todo o primado. Profundidade desta união; somos parte de Cristo, todos um em Cristo. Permanecer unidos a Jesus e uns aos outros através da caridade

Há outra analogia muito frequente na pena de São Paulo e, se possível, ainda mais expressiva, porque a tira da própria vida e, sobretudo, porque nos oferece uma concepção mais profunda da Igreja, manifestando as relações íntimas que existem entre ela e Cristo. Estas relações resumem-se na frase do Apóstolo: «A Igreja é um só corpo, e Cristo é a sua cabeça» (1 Cor 12, 12ss.). [O Apóstolo também usa outras expressões. Ele diz que estamos unidos a Cristo como ramos com o tronco (Rm 6,5), como

materiais para o edifício (Ef 2,21-22); mas, acima de tudo, enfatiza a ideia do corpo ligado à cabeça.]

Quando fala da Igreja como sociedade visível e hierárquica, São Paulo diz-nos como Cristo, fundador desta sociedade, «fez: de uns apóstolos; de outros, profetas, de outros, evangelistas; de outros, por fim, doutores e pastores». Com que finalidade? «Para que trabalhem na perfeição dos santos, pelas funções do ministério e pela edificação do corpo de Cristo, até chegarmos todos à unidade da fé e ao conhecimento do Filho de Deus, ao estado do homem perfeito, à medida da condição da plenitude de Cristo» (Ef 4, 13). O que significam estas palavras?

Formamos com Cristo um corpo que se vai desenvolvendo e deve atingir a sua plena perfeição. Como podem ver, não se trata aqui do corpo natural e físico de Cristo, nascido da Virgem Maria; esse corpo atingiu há muito o completo desenvolvimento; desde que saiu vivo e glorioso do sepulcro, o corpo de Cristo já não é capaz de crescer, porque possui a plenitude da perfeição que lhe pertence.

Mas, como diz São Paulo, há outro corpo que Cristo vai formando ao longo dos séculos; esse corpo é a Igreja, são as almas que, pela graça, vivem a vida de Cristo. Essas almas constituem juntamente com Cristo um único corpo, um corpo místico cuja cabeça é Cristo. [*Místico* não se opõe a *real*, mas a *físico*, como já vimos. Chama-se místico, não só para a distinguir do corpo natural de Cristo, mas para indicar o carácter sobrenatural e íntimo ao mesmo tempo da união de Cristo com a Igreja; uma união fundada e mantida por mistérios percetíveis apenas à fé. A Igreja é um organismo vivo, com a vida da graça de Cristo que o Espírito Santo nela inocula.] «Cristo vai-se formando em nós» (Gal 4, 19) e devemos crescer n'Ele» (Ef 4, 15). Esta é uma das ideias mais acarinhadas pelo grande Apóstolo, que ele destaca quando compara a união de Cristo e da Igreja com aquela que medeia no organismo humano entre a cabeça e o corpo. [Esta ideia é exposta de forma mais vívida, especialmente na Primeira Carta aos Coríntios (12:12-30).] Escutai-o: «Como num só corpo temos muitos membros, assim também, embora sejamos muitos batizados, somos um só corpo em Cristo…» (Rm 12,4-5). A Igreja é o corpo e Cristo a cabeça» (1 Cor 12, 12). Em outro lugar, ele chama à Igreja de

«complemento de Cristo» (Ef 1,23), assim como os membros são o complemento do organismo; e conclui: «Todos vós sois *um* em Cristo» (Gal 3, 28).

A Igreja, portanto, forma um só ser com Cristo. Segundo a bela expressão de Santo Agostinho, eco fiel de São Paulo, Cristo não pode ser plenamente concebido sem a Igreja: são inseparáveis, assim como a cabeça é inseparável do corpo vivo. Cristo e a sua Igreja formam um único ser coletivo, o *Cristo total*. «O Cristo completo é constituído pela cabeça e pelo corpo: o Filho unigénito de Deus é a cabeça, a Igreja é o seu corpo» [*TOTUS CHRISTUS caput et corpus est: caput Unigenitus Dei Filius, et corpus eius Ecclesia. De unitate Ecclesiæ*, 4. Ninguém como Santo Agostinho expôs esta doutrina, que o santo Doutor desenvolve sobretudo nas *Enarr. em Salmos*]. Por que é Cristo o chefe e a cabeça da Igreja? Porque o Filho de Deus possui o primado. Em primeiro lugar, o primado da honra: «Deus deu ao seu Filho um nome acima de todo o nome, para que todo o joelho se dobre perante Ele» (Fil 2, 9); além disso, o primado da autoridade: «Foi-me dado todo o poder» (Mt 28, 18); mas sobretudo um primado de vida, de influência interior: «Deus tudo Lhe submeteu e fê-Lo cabeça da Igreja» (Ef 1, 22).

Todos somos chamados a viver a vida de Cristo, e somente d'Ele a devemos receber. Cristo conquistou com a sua morte aquela preeminência, aquela soberana faculdade de poder conferir graça «a todo o homem que vem a este mundo»; Ele exerce um primado da influência divina, sendo para todas as almas, em graus diversos, a única fonte da graça que lhes dá vida. [A influência divina e inteiramente interior de Cristo sobre as almas que compõem o seu corpo místico, distingue esta união daquela que é meramente moral, que existe entre a autoridade suprema de uma sociedade humana e os membros dessa mesma sociedade; neste último caso, a influência da autoridade é externa, e só consegue coordenar e manter as energias dispersas dos membros para um fim comum; mas a ação de Cristo na Igreja é mais íntima, mais penetrante, diz respeito à própria vida das almas, e é uma das razões pelas quais o *corpo místico* não é uma mera abstração lógica, mas uma realidade muito profunda.] «Cristo», diz S. Tomás, «recebeu a plenitude da graça, não só como indivíduo, mas como cabeça da Igreja» (III, q. 48, a. 1).

Sem dúvida, Cristo distribuirá desigualmente entre as almas os tesouros da sua graça; mas, acrescenta S. Tomás, faz tudo isto para que desta mesma gradação resulte maior beleza e perfeição na Igreja, seu corpo místico (I-II, q. 112, a. 4). Essa é também a ideia de São Paulo. Depois de ensinar que a graça foi dada a cada um «segundo a medida da doação de Cristo» (Ef 4, 7), o Apóstolo enumera as várias graças que embelezam as almas e conclui dizendo que «são dadas para a edificação do corpo de Cristo». Há uma grande diversidade entre os membros, mas essa mesma variedade contribui para a harmonia do todo.

Cristo é, portanto, a nossa cabeça, e a Igreja forma com Ele apenas um corpo místico do qual Ele é a cabeça. [«Assim como um organismo natural reune na sua unidade diversos membros, do mesmo modo a Igreja, corpo místico de Cristo, se considera como formando com o seu corpo uma só pessoa moral». São Tomás, III, q.99, a.1]. Mas esta união entre Cristo e os seus membros é de tal natureza que chega a converter-se em *unidade*. Pôr a mão sobre a Igreja, sobre as almas, que pelo Batismo e pela vida de graça são membros da Igreja, é pôr a mão sobre o próprio Cristo. Vede: São Paulo quando perseguia a Igreja e caminhava em direção a Damasco com a intenção de aprisionar os cristãos, no caminho é derrubado do seu cavalo e ouve uma voz que lhe diz: «Saulo, porque me persegues?» Paulo responde: «Quem és tu, Senhor?» E o Senhor responde: «Eu sou Jesus, a quem tu persegues» (At 9,4-5). — Note-se que Cristo não lhe diz por que persegues os meus discípulos, o que poderia ter dito com toda a verdade, já que ele tinha subido ao céu, e São Paulo só perseguia os cristãos; mas diz-lhe: «Por que *me* persegues?»… A *mim* é que tu persegues. — Por que fala Cristo deste modo? Porque os seus discípulos são algo seu, porque a sua sociedade forma o seu corpo místico; portanto, perseguir aqueles que crêem em Jesus Cristo é persegui-lo a si próprio.

Que bem compreendeu São Paulo esta lição! Com que vivacidade, com que palavras tão expressivas a expõe! «Ninguém», diz o Santo, «jamais poderia odiar a sua própria carne, mas alimenta-a e mima-a, como Cristo faz com a Igreja; porque somos membros do seu corpo, formado da sua carne e dos seus ossos» (Ef 5, 29-30). Portanto, porque estamos tão intimamente unidos, formando com Ele um só e único corpo místico, Cristo quer que toda a sua obra seja nossa.

Esta é uma verdade profunda que devemos recordar muitas vezes: já vos disse que, por Cristo Jesus, Verbo encarnado, todo o género humano recuperou, pela união com a sua sacratíssima pessoa, que é a Cabeça da grande família humana, a amizade com Deus. S. Tomás escreve que, em consequência da identificação de Cristo estabelecida entre Ele e nós desde o momento da sua encarnação, o facto de Cristo ter sofrido voluntariamente, por nós e em nosso nome, trouxe-nos tais benefícios que, sendo Deus apaziguado pela contemplação da natureza humana embelezada pelos méritos do seu Filho, esquece todas as ofensas daqueles que estão incorporados em Cristo [III, q. 99, a. 4]. As satisfações e os méritos de Cristo pertencem-nos a partir de agora. [*Caput et membra sunt quasi una persona mystica et ideo satisfactio Christi ad omnes fideles pertinet sicut ad sua membra*. São Tomás, III, q.98, a.2. ad 1].

A partir deste momento estamos unidos a Cristo Jesus com um vínculo indissolúvel. [No seu livro sobre a *Teologia de São Paulo*, o P. Prat, S.J., aduz (vol. II, p. 52) uma longa série de palavras estranhas que dificilmente podem ser traduzidas para qualquer outra língua, a não ser com um barbarismo ou uma perífrase. O Apóstolo criou-as ou repô-las para dar expressão gráfica à inefável união dos cristãos com Cristo. Tais como: *padecer com Jesus Cristo*; *ser crucificado com Ele*; *morrer com Ele*; *ser vivificado com Ele*; *ressuscitar com Ele*; *viver com Ele*; *participar na sua forma*; *participar na sua glória*; *estar sentado com Ele*; *reinar com Ele*; *associar-se à sua vida*; *co-herdeiro, co-partilhador*, *concorporal*, *co-edificado* e algumas outras do estilo que expressam indiretamente a união dos cristãos entre si com Cristo.].

Somos um com Cristo no pensamento do Pai celestial. «Deus», diz São Paulo, «é rico de misericórdia; porque, quando estávamos mortos por causa dos nossos pecados, Ele fez-nos viver *com Cristo*, ressuscitou-nos *com Ele*, fez-nos sentar *juntamente* com Ele no céu, para que, nos tempos vindouros, mostrasse os tesouros infinitos da sua graça em Jesus Cristo» (Ef 2, 4-7. — +Rm 6, 4; Cl 2,12-13); numa palavra, fez-nos viver com Cristo, em Cristo, para nos fazer seus co-herdeiros. O Pai, no seu pensamento, nunca nos separa de Cristo. S. Tomás diz que, pelo mesmo ato eterno de sabedoria divina, «Cristo e nós fomos predestinados» [*uno et eodem actu Deus prædestinaverit ipsum et nos*. III, q.24, a.4]. O Pai faz de todos os

discípulos de Cristo que crêem n'Ele e vivem na Sua graça um mesmo e único objeto das suas complacências. É o próprio Senhor que nos diz: «O meu Pai ama-vos porque Me amastes e acreditastes que Eu sou seu Filho» (Jo 14, 27).

Por isso, São Paulo escreve que Cristo, cuja vontade estava tão intimamente unida à do Pai, se entregou pela sua Igreja: «Amou a sua Igreja e entregou-se por ela» (Ef 5, 25). Uma vez que a Igreja devia formar com ele um corpo místico, entregou-se por ela, para que esse corpo «fosse glorioso», sem rugas nem manchas, santo e imaculado (*Ib*., 27). E depois de a ter resgatado, deu-lhe tudo. Ah! Se ao menos tivéssemos mais fé nestas verdades! Se pudéssemos entender o que significa para nós ter entrado na Igreja através do Batismo, o que é ser membro do corpo místico de Cristo pela graça! «Felicitemo-nos, agradeçamos», diz Santo Agostinho. [*CHRISTUS facti SUMUS; si enim caput ille, nos membra, totus homo, ille et nos*… Trat. sobre São João, 21,8-9. — E em outro lugar: *Secum nos faciens unum hominem caput et corpus*. — Enarrat. em Ps. LXXXV, c. I. E também: *Unus homo caput et corpus, unus homo Christus et Ecclesia, vir perfectus*. Enarrat in Ps. XVIII, c. 10]. Porque não só fomos feitos cristãos, mas parte de Cristo. Compreendeis bem, meus irmãos, a graça que Deus nos deu? Maravilhemo-nos, saltemos de alegria, porque fazemos parte de Cristo; Ele é a cabeça, nós somos os membros; Ele e nós, o homem total. Quem é o chefe? Quem são os membros? «Cristo e a Igreja». «Isto seria uma pretensão de orgulho insensato», continua o grande Doutor, «se o próprio Cristo não se tivesse dignado prometer-nos tal glória, quando disse pela boca do seu apóstolo Paulo: 'Vós sois o corpo de Cristo e seus membros'.»

Demos, pois, graças a Jesus, que se dignou associar-nos tão intimamente à sua vida; Tudo nos é comum com Ele: méritos, interesses, bens, fortunas, glórias. Não sejamos, pois, membros daqueles que se condenam, pelo pecado, a serem membros mortos; pelo contrário, sejamos pela graça que dele recebemos, pelas nossas virtudes, modeladas nas suas, pela nossa santidade, que nada mais é do que uma participação na sua santidade, membros cheios de vida e beleza sobrenaturais, membros dos quais Cristo se pode gabar, membros que dignamente fazem parte daquela sociedade que Ele queria «não ter rugas ou manchas, mas ser santa e

imaculada». E uma vez que «somos todos um em Cristo», uma vez que todos vivemos a mesma vida de graça sob o nosso capitão, que é Cristo, por ação do mesmo Espírito, estejamos todos intimamente unidos, embora sejamos membros diferentes e cada um com a sua função; Unamo-nos também a todas as almas santas que — no céu membros gloriosos, membros dolorosos do purgatório — formam connosco um só corpo [*ut unum sint*]. É o dogma tão consolador da *comunhão dos santos*.

Para São Paulo, «santos» são os que pertencem a Cristo, os que, tendo recebido a coroa, já ocupam o seu lugar no mundo eterno, e os que ainda lutam neste exílio. Mas todos estes membros pertencem a um só corpo, porque a Igreja é una; são todos solidários uns com os outros, tudo têm em comum; «Se um membro padece, os outros compadecem-se; se um é honrado, os outros participam da sua alegria» (1 Cor 12, 26); o bem-estar de um membro beneficia todo o corpo e a glória do corpo transcende cada um dos seus membros [*Sicut in corpore naturali operatio unius membri cedit in bonum totius corporis, ita et in corpore spirituali, scilicet Ecclesia, quia omnes fideles sunt unum corpus, bonum unius alteri communicatur*. São Tomás, Opus. VII. — *Expositio Symboli*., c. XIII. +I-II, q.30, a.3]. Que luz mais clara sobre a nossa responsabilidade projeta este pensamento!… Que fonte mais viva de apostolado… São Paulo exorta-nos a todos a trabalhar até «atingirmos a perfeição comum do corpo místico»: «até que todos alcancemos a unidade da fé, como homens perfeitos, à medida da plenitude de Cristo» (Ef 4, 13).

Não basta vivermos unidos a Cristo, a Cabeça; é necessário também que «tenhamos o cuidado de preservar entre nós a unidade do Espírito, que é o Espírito de amor, unido por laços de paz» (*Ib*., 3).

Esse foi o voto supremo que Cristo fez no final da sua missão divina na terra: «Pai, que sejam um como tu e eu somos um; que sejam consumados na unidade» (Jo 17, 21-23). Com efeito, São Paulo diz: «Todos vós sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus» (Gal 3, 26). «Não há judeu nem grego, escravo ou livre; todos vós *sois um* em Cristo Jesus» (Cl 3, 2). A unidade em Deus, em Cristo e através de Cristo, é a aspiração suprema: «E Deus será tudo em todos» (1 Cor 15, 28).

São Paulo, que soube sublinhar tanto a união de Cristo com a sua Igreja, não podia deixar de nos dizer algo sobre a glória final do corpo místico de Jesus; e diz-nos, com efeito (*Ib*. 24-28), «que no dia fixado pelos decretos divinos, quando aquele corpo místico tiver atingido a plenitude e a medida da perfeita estatura de Cristo» (Ef 4, 13), surgirá então a aurora do triunfo que deve consagrar para todo o sempre a união da Igreja e da sua Cabeça. Até então tão intimamente associada à vida de Jesus, a Igreja, agora perfeita, vai «participar na sua glória» (2 Tm 2:12; Rm 8,17). A ressurreição triunfa sobre a morte, o último inimigo a ser derrotado; então, tendo todos os eleitos reunidos com o seu chefe divino, Cristo (estas são as expressões de São Paulo) apresentará ao seu Pai, em homenagem, esta sociedade, já não imperfeita nem militante, rodeada de misérias, tentações, lutas, quedas; não mais sofrendo o fogo da expiação, mas transfigurada para sempre e gloriosa em todos os seus membros.

Oh, que espetáculo tão maravilhoso não será ver Jesus oferecer ao seu Pai Eterno aqueles troféus gloriosos e inumeráveis que proclamam o poder da sua graça, esse reino conquistado com o seu sangue, que depois dará por toda a parte lampejos de esplendor imaculado, fruto da vida divina que circula vigorosa e inebriantemente por cada um dos Santos!

Assim, se compreende que, no Apocalipse, depois de São João ter vislumbrado algo daquelas maravilhas e regozijos, os compare, seguindo o próprio Jesus (Mt 22, 2), a umas bodas: às «bodas do Cordeiro» (Ap 19, 9). Assim, podemos finalmente compreender por que razão, ao concluir as misteriosas descrições da Jerusalém celeste, o mesmo Apóstolo nos permite ouvir os amorosos galanteios que Cristo e a Igreja, o Esposo e a Esposa, dirigem a partir de agora, sem cessar, na expectativa da consumação final e da união perfeita: «Vem» (Ap 22, 16-17).

VI

O Espírito Santo, Espírito de Jesus

A doutrina do Espírito Santo completa a explicação do plano divino: importância capital desta questão

Temos entre os nossos Livros Sagrados um que narra os primórdios da Igreja, e que se chama *Atos dos Apóstolos*. Esta narrativa, devido à pena de São Lucas, que foi testemunha de muitos dos acontecimentos narrados, é cheia de encanto e de vida. Nela vemos como a Igreja, fundada por Jesus sobre os Apóstolos, se desenvolve em Jerusalém e depois se espalha gradualmente para fora da Judeia, graças sobretudo à pregação de São Paulo. pois a maior parte do livro é dedicada precisamente ao relato das missões, trabalhos e lutas do grande Apóstolo. Podemos acompanhá-lo passo a passo em quase todas as suas expedições evangélicas. Estas páginas, cheias de animação, revelam-nos e pintam-nos vivamente as incessantes tribulações que São Paulo sofreu, as incalculáveis dificuldades que teve de superar, as suas aventuras, os seus sofrimentos ao longo das muitas viagens empreendidas para difundir o nome e a glória de Jesus por toda a parte.

Refere-se nestes Atos que São Paulo, em missão, veio a Éfeso, e lá encontrou alguns discípulos, e perguntou-lhes: "Recebestes o Espírito Santo ao abraçar a fé?" Os discípulos responderam-lhe: "Mas nem sequer ouvimos falar do Espírito Santo, nem que tal coisa exista!" (Atos 19:2).

Certamente, não ignoramos que o Espírito Santo existe; mas quantos cristãos há que o conhecem apenas pelo nome e não sabem quase nada das suas operações nas almas! No entanto, a economia divina não é plenamente compreendida sem ter uma ideia precisa do que o Espírito Santo é para nós.

Vede: em quase todos os textos que expõem os pensamentos eternos sobre a nossa adoção sobrenatural, e sempre que trata da graça e da Igreja, São Paulo fala do "Espírito de Deus", do "Espírito de Cristo", do "Espírito de Jesus". "Recebemos um Espírito de adoção que nos faz clamar a Deus:

Abbá,, Pai!" (Rm 8, 15) «Deus enviou o Espírito do seu Filho aos nossos corações, para que o chamássemos nosso Pai» (Gal 4, 5). "Não sabeis", diz ele, "que pela graça sois templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?" (1 Cor 3, 16). E ainda: «Vós sois templo do Espírito Santo que habita em vós» (*Ib.*. 6, 19). «Em Cristo está montado todo o edifício, bem ordenado, para formar um templo santo no Senhor, n'Ele também vós sois edificados para serdes morada de Deus pelo Espírito Santo» (Ef 2, 21-22).

«Assim como sois um só corpo em Cristo, também vós sois animados por um só Espírito» (*Ib*. 4, 4). A presença deste Espírito na nossa alma é tão necessária que São Paulo chega a dizer: «Se alguém não tem o Espírito de Cristo, não é d'Ele».

Vedes agora por que razão o Apóstolo, que nada levou tanto a peito como ver Cristo viver na alma dos seus discípulos, lhes pergunta se receberam o Espírito Santo? Somente aqueles que são guiados pelo Espírito Santo são filhos de Deus em Jesus Cristo (Rm 8:9 e 14).

Não penetraremos, portanto, perfeitamente no mistério de Cristo e na economia da nossa santificação, enquanto não fixarmos o nosso olhar neste Espírito divino e na sua ação sobre nós. Vimos que o propósito de nossa vida é tentar submeter-nos com grande humildade aos pensamentos de Deus, adaptar-nos a eles da melhor forma possível e com a simplicidade de uma criança. Uma vez que estes desígnios são divinos, a sua eficácia é intrinsecamente absoluta; e produzirão, sem dúvida, os seus frutos de santificação, se os aceitarmos com fé e amor. Então, para nos enquadrarmos no desígnio divino, é necessário não só «receber Cristo» (Jo 1, 12), mas, como assinala São Paulo, é necessário «receber o Espírito Santo» e submeter-se à sua ação, para ser «um com Cristo». Vejam como o próprio Senhor, no maravilhoso discurso que proferiu depois da Ceia, no qual revela àqueles a quem chama «amigos» os segredos da vida eterna, lhes fala várias vezes do Espírito Santo, quase tantas vezes como do seu Pai.

Diz-lhes que este Espírito «suplicará por eles» quando Ele tiver subido ao céu; que este Espírito «será para eles o mestre interior, um mestre tão necessário que Jesus rezará ao Pai para que se dê e viva neles». Por que, então, o nosso divino Salvador teve tanto cuidado em falar do Espírito Santo em momentos tão solenes, em termos tão urgentes, se tudo era letra

morta para nós? Não seria ofendê-lo e, ao mesmo tempo, causar-nos graves danos não prestar atenção a um mistério tão vital para nós?

[Na sua Encíclica sobre o Espírito Santo (*Divinum illud munus*, 9 de maio de 1897), Leão XIII, de gloriosa memória, lamentou amargamente o facto de «os cristãos terem um conhecimento tão mesquinho do Espírito Santo. Muitas vezes usam o seu nome nos seus exercícios de piedade, mas a sua fé está envolta em espessas trevas». Por isso, o grande Pontífice insiste energicamente em que «todos os pregadores e aqueles que cuidam das almas vejam como seu dever ensinar ao povo *diligentius atque uberius* o que tem a ver com o Espírito Santo». Sem dúvida, ele quer que «todas as controvérsias subtis, todas as tentativas precipitadas de examinar a natureza profunda dos mistérios sejam evitadas», mas ele também quer «que os muitos e ilustres benefícios que o Doador divino nos trouxe e está constantemente trazendo às nossas almas sejam lembrados e claramente expostos; porque o erro ou a ignorância em mistérios tão grandes e fecundos (erro e ignorância indignos de um filho da luz) devem desaparecer completamente»: *prorsus depellatur*].

Procurarei mostrar-vos, com a maior clareza possível, o que é o Espírito Santo em si mesmo, dentro da adorável Trindade, a sua ação na santa humanidade de Cristo e os benefícios incessantes que Ele traz à Igreja e às almas.

Assim concluiremos a exposição da economia do plano divino considerado em si mesmo.

O tema é, sem dúvida, muito elevado; devemos, portanto, tratá-lo com profunda reverência; mas, como nosso Senhor nos revelou, a nossa fé deve considerá-lo também com amor e confiança. Peçamos humildemente ao Espírito Santo que ilumine a nossa alma com um raio da sua luz divina, pois Ele certamente responderá às nossas orações.

1. O Espírito Santo na Trindade: procede do Pai e do Filho por amor, é-lhe atribuída a santificação, porque esta é uma obra de amor, perfeição e união

Não sabemos nada do Espírito Santo, exceto o que a Revelação nos ensina. E o que nos diz a Revelação?

Que pertence à essência infinita de um Deus em três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo; este é o mistério da Santíssima Trindade. *[Fides autem catholica hæc est: ut unum Deum in Trinitate et Trinitatem in unitate veneremur… neque confundentes personas, neque substatiam separantes*. Símbolo atribuído a Santo Atanásio]. A fé considera em Deus a unidade da natureza e a distinção das Pessoas.

O Pai, conhecendo-se a Si mesmo, enuncia, exprime esse conhecimento numa palavra infinita, o Verbo, com um ato simples e eterno; e o Filho, que o Pai gera, é semelhante e igual a Ele mesmo, porque o Pai lhe comunica a sua natureza, a sua vida e as suas perfeições.

O Pai e o Filho atraem-se um ao outro com amor recíproco e único: o Pai possui tal perfeição e beleza absolutas! O Filho é a perfeita imagem do Pai! É por isso que se entregam um ao outro, e aquele amor recíproco que deriva do Pai e do Filho, como de uma única fonte, é em Deus um amor subsistente, uma pessoa distinta das outras duas, que se chama Espírito Santo. O nome é misterioso, mas a revelação não nos dá outro.

O Espírito Santo é, nas operações interiores da vida divina, o último término: Ele encerra — se nos são permitidos estes balbuceios, falando de tão grandes mistérios — o ciclo da atividade íntima da Santíssima Trindade; mas é Deus como o Pai e o Filho; possui como Eles e com Eles a mesma e única natureza divina, igual ciência, idêntico poder, a mesma bondade, igual majestade.

Este Espírito divino chama-se Santo e é Espírito de santidade, santo em Si mesmo e ao mesmo tempo santificador. Ao anunciar o mistério da Encarnação, o Anjo disse à Virgem: «O Espírito Santo descerá sobre ti: por isso, o Ser santo que nascerá de ti será chamado Filho de Deus» (Lc 1, 35). As obras de santificação são atribuídas de modo particular ao Espírito Santo. Para compreender isto, e tudo o que será dito do Espírito Santo, devo explicar-vos, em poucas palavras, o que na teologia se chama *apropriação*.

Como sabeis, *em Deus* só há uma inteligência, uma vontade, um poder, porque só há uma natureza divina; mas também há distinção de pessoas. Tal distinção resulta das operações misteriosas que aí se realizam na *vida íntima de Deus* e das relações recíprocas que delas derivam. O Pai gera o Filho, e o Espírito Santo procede de ambos. «Gerar, ser Pai» é propriedade exclusiva da Primeira Pessoa, «ser Filho» é propriedade pessoal do Filho, assim como o «proceder do Pai e do Filho, por amor», é propriedade pessoal do Espírito Santo. Estas propriedades pessoais estabelecem relações recíprocas entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, das quais provém a distinção. — Mas, além dessas propriedades e relações, tudo é comum e indivisível entre as Pessoas divinas: inteligência, vontade, poder e majestade, porque a mesma natureza divina indivisível é comum às três Pessoas. — É isto o pouco que podemos expor sobre as operações íntimas de Deus.

Quanto às obras «externas», as ações que terminam *fora de Deus* (*ad extra*), quer no mundo material, como a ação de dirigir cada criatura para o seu fim, quer no mundo das almas, como a ação de produzir graça, são comuns às três Pessoas divinas. Porquê? "Porque a fonte dessas operações, daquelas obras, daquelas ações, é a natureza divina, e essa natureza é una e indivisível para as três pessoas; a Santíssima Trindade opera no mundo como uma única causa.— Mas Deus quer que os homens conheçam e honrem não só a unidade divina, mas também a Trindade das Pessoas; por isso, a Igreja, por exemplo, na liturgia, atribui a tal Pessoa divina certas ações que se realizam no mundo e que, embora comuns às três Pessoas divinas, têm uma relação especial ou uma afinidade íntima com a posição, se assim me posso exprimir, que essa Pessoa ocupa na Santíssima Trindade, com as propriedades que lhe são peculiares e exclusivas.

Uma vez que o Pai é a fonte, a origem e o princípio das outras duas Pessoas — sem que isso implique no Pai superioridade hierárquica ou prioridade do tempo — as obras que ocorrem no mundo e que manifestam poder em particular, ou nas quais a ideia de *origem* se revela acima de tudo, são atribuídas ao Pai; como, por exemplo, a criação, na qual Deus tirou o mundo do nada. No *Credo* cantamos "Creio em Deus Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra". Será que o Pai teve maior parte, manifestou mais do seu poder nesta obra do que o Filho e o Espírito Santo? Seria um erro pensar assim; o Filho e o Espírito Santo atuam nisto tanto quanto o Pai,

porque Deus opera para fora, pela sua omnipotência, e a omnipotência é comum às três Pessoas. Como, então, a Igreja fala assim? Porque, na Santíssima Trindade, o Pai é a *primeira* Pessoa, um princípio sem princípio, do qual procedem as outras duas: esta é a sua propriedade pessoal, exclusiva, que o distingue do Filho e do Espírito Santo, e precisamente para que não nos esqueçamos desta propriedade, são atribuídas ao Pai as obras «exteriores» que nos são sugeridas por terem alguma relação com ela.

O mesmo há que dizer da Pessoa do Filho, que é o Verbo trinitário, que procede do Pai por via de inteligência, que é a expressão infinita do pensamento divino; que ele é considerado sobretudo como Sabedoria eterna. — Daí lhe são atribuídas as obras em cuja realização brilha principalmente a sabedoria.

E também em relação ao Espírito Santo, o que vem a ser na Trindade? É o fim último das operações divinas, da vida de Deus em si mesmo. Fecha, por assim dizer, o ciclo dessa intimidade divina; é perfeição no amor, e tem, como propriedade pessoal, o procedimento tanto do Pai como do Filho por meio do amor. Por isso, tudo o que implica perfeição e amor, união e, portanto, santidade — porque a nossa santidade se mede pelo maior ou menor grau da nossa união com Deus — tudo isto é atribuído ao Espírito Santo. Mas será que Ele é talvez mais santificante do que o Pai e o Filho? Não, a obra da nossa santificação é comum às três Pessoas divinas, mas repitamos que, uma vez que a obra de santidade na alma é uma obra de perfeição e união, é atribuída ao Espírito Santo, porque assim mais facilmente nos lembramos das Suas propriedades pessoais, a fim de honrá-Lo e adorá-Lo naquilo que O distingue do Pai e do Filho.

Deus quer que nos esforcemos, por assim dizer, em honrar a Sua Trindade de pessoas tanto quanto adorar a Sua unidade de natureza; é por isso que Ele quer que a Igreja recorde aos seus filhos, não só que existe um Deus, mas que este Deus é Trino em Pessoas.

É o que na Teologia chamamos *apropriação* . Inspira-se na Revelação, e a Igreja usa-a [na sua Carta Encíclica de 9 de maio de 1897, Leão XIII diz que a Igreja usa o *aptissime* deste procedimento: com grande acerto]; o seu propósito é realçar os atributos próprios de cada Pessoa divina. Ao destacar essas propriedades, também nos faz conhecê-las, nos faz amá-las cada vez

mais. S. Tomás diz que a Igreja guarda esta lei de apropriação para ajudar a nossa fé, seguindo a revelação [*ad manifestationem fidei*. I, q.29, a.7.] A nossa vida, a nossa bem-aventurança por toda a eternidade, consistirá em ver Deus, amá-Lo, desfrutá-Lo como Ele é, isto é, na Unidade de natureza e na Trindade das Pessoas. Que tem pois de estranho, que Deus, que nos predestina a essa vida e nos prepara essa bem-aventurança, queira que recordemos desde aqui em baixo as suas perfeições divinas, tanto as da sua natureza como as propriedades que distinguem as Pessoas? Deus é infinito e digno de louvor na sua Unidade, como é na sua Trindade, e as Pessoas divinas são tão admiráveis na unidade da natureza, que possuem de modo indivisível, como nas relações que mantêm entre si e que dão origem à sua distinção.

«Deus todo-poderoso, Deus abençoado! Regozijo-me com o vosso poder, com a vossa eternidade, com a vossa felicidade! Quando te verei? Ó começo sem começo! Quando verei o Filho, que é igual a Ti, sair do teu seio? Quando é que verei o teu Espírito Santo proceder da vossa união, terminar a tua fecundidade, consumar a tua ação eterna?» (Bossuet, *Préparation à la mort*, 4e. prière).

2. Operações do Espírito Santo em Cristo: Jesus é concebido pela obra e graça do Espírito Santo; graça santificante, virtudes e dons conferidos pelo Espírito Santo à alma de Cristo; a atividade humana de Cristo dirigida pelo Espírito Santo

Já não vos custará compreender a linguagem das Escrituras e da Igreja quando expõem as operações do Espírito Santo.

Vejamos primeiramente essas operações em Nosso Senhor. Aproximemo-nos com respeito da divina Pessoa de Jesus Cristo, para contemplar pelo menos algumas das maravilhas que n'Ele se realizaram na Encarnação e depois dela.

Como vos disse ao explicar este mistério, a Santíssima Trindade criou uma alma que uniu a um corpo humano e assim formou uma natureza humana, e uniu essa mesma natureza à Pessoa divina do Verbo. As três Pessoas divinas concorreram nesta inefável obra conjunta, embora se deva

acrescentar que ela tinha apenas o Verbo para o seu término final, apenas o Verbo, o Filho de Deus que se encarnou. Esta obra deve-se, sem dúvida, a toda a Trindade, embora seja especialmente atribuída ao Espírito Santo; já o dizemos no Símbolo: «Creio… em Jesus Cristo, nosso Senhor, que foi concebido pelo poder do Espírito Santo». O *Credo* limita-se a repetir as palavras do Anjo à Virgem: «O Espírito Santo repousará sobre ti; o Ser santo que de ti nascerá será chamado Filho de Deus.»

Talvez me perguntei porquê essa atribuição especial ao Espírito Santo. São Tomás (III, q. 37, a. 1), entre outras razões, diz-nos que o Espírito Santo é o amor substancial, o amor do Pai e do Filho. Ora, se a redenção através da Encarnação é uma obra cuja realização exige uma Sabedoria infinita, a sua causa primeira deve ser o amor que Deus nos tem. «Deus amou tanto o mundo», diz-nos Jesus. que que lhe deu o seu Filho unigénito» (Jo 3, 16).

Vede agora quão fecundo e admirável é o poder do Espírito Santo em Cristo. Não só une a natureza humana ao Verbo, mas também se Lhe atribui a efusão da graça santificante na alma de Jesus.

Em Jesus há duas naturezas distintas, perfeitamente interligadas, mas unidas na Pessoa que as une: o Verbo. «A graça da união» faz subsistir a natureza humana na Pessoa divina do Verbo; esta graça é de ordem inteiramente única, transcendental e incomunicável, e em virtude dela a humanidade de Cristo pertence ao Verbo, que se torna a humanidade do verdadeiro Filho de Deus, e que é, portanto, objeto de complacência infinita do Pai Eterno. Mais ainda, quando a natureza humana está assim unida ao Verbo, não é por isso aniquilada ou inativa; pelo contrário, preserva a sua essência, a sua integridade, todas as suas energias e poderes. É capaz de agir, e é a «graça santificante» que eleva aquela santa humanidade para que possa atuar sobrenaturalmente.

Desenvolvendo esta mesma ideia noutros termos, pode-se dizer que a «graça da união» hipostática une a natureza humana à Pessoa do Verbo, e assim diviniza a própria intimidade de Cristo; Cristo *é*, portanto, um «sujeito» divino; alcança a finalidade daquela «graça da união» que é privativa de Jesus. Mas convém também que esta natureza humana seja embelezada pela «graça santificante» para agir de modo divino em cada

uma das suas faculdades; esta graça santificante, «co-natural» à «graça da união» (isto é, que brota naturalmente da graça da união), coloca a alma de Cristo ao nível da sua união com o Verbo [*Gratia habitualis Christi intelligitur ut consequens unionem hypostaticam, sicut splendor solem*. São Tomás, III, q.7, a.13]. Faz a natureza humana, - que subsiste no Verbo em virtude da «graça da união», - agir como convém a uma alma sublimada a tão excelsa dignidade, e produzir frutos divinos.

É por isso que a graça santificante não foi dada à alma de Cristo, como aos eleitos, mas no mais alto grau. Ora, a efusão da graça santificante na alma de Cristo é atribuída ao Espírito Santo.

[Portanto, em Cristo há um efeito da «graça da união», que se consuma quando se constitui a união da natureza humana com a Pessoa do Verbo, e outro é o efeito da «graça santificante», que permite à natureza humana agir sobrenaturalmente, embora permaneça inteira na sua essência e faculdades, mesmo depois de consumada a união com o Verbo. Não há, portanto, redundância, como pode parecer à primeira vista, e a graça santificante em Cristo também não é supérflua (São Tomás, III, q. 7, a. 1 e 13). +Schwaim, *Le Christ d'après S. Thomas d'Aquin*, cap. II, 6º.]

Note-se, além disso, que a «graça da união» só é dada em Cristo, ao passo que a «graça santificante» se encontra também nas almas dos justos. Em Cristo está na sua plenitude, plenitude de que todos recebemos, em maior ou menor grau, a graça santificante. Deve-se observar, acima de tudo, que Cristo não é o Filho adotivo de Deus, como nós somos pela graça santificante, mas é Filho de Deus por natureza.

Em nós a graça santificante origina a adoção divina; mas, em Cristo, a função da graça santificante é agir de tal modo que a natureza do futuro Redentor, uma vez unido à Pessoa do Verbo pela graça da união e convertido por esta mesma graça na humanidade do próprio Filho de Deus, possa agir de modo sobrenatural.

O Espírito Santo, ao derramar na alma de Jesus a plenitude das virtudes (+Is 11,2), infundiu n'Ele ao mesmo tempo a plenitude dos seus dons. Ouvi o que cantava Isaías, falando da Virgem e de Cristo, que dela nasceria: «Brotará um ramo do tronco de Jessé (a Virgem), e das suas raízes

frutificará um rebento (Cristo). O Espírito do Senhor repousará sobre ele, espírito de sabedoria e entendimento, espírito de conselho e de fortaleza, espírito de ciência e piedade, e será cheio do espírito de temor de Deus».

Numa circunstância memorável, mencionada por São Lucas, nosso Senhor aplicou a Si mesmo este texto do Profeta. Sabeis que, no tempo de Jesus, os judeus se reuniam ao sábado na sinagoga, e um doutor da lei entre os participantes desdobrou o rolo da Escritura para ler a parte do texto sagrado atribuída ao dia. São Lucas relata, então, que num sábado, no início de sua vida pública, o nosso divino Salvador entrou na sinagoga de Nazaré; e quando lhe deram o livro do profeta Isaías, ao desenrolá-lo, encontrou o lugar onde estava escrito: «O Espírito do Senhor está sobre mim; porque Ele me consagrou com a sua unção e me enviou para evangelizar os pobres, curar os corações partidos, anunciar aos cativos a sua libertação, anunciar o tempo da graça do Senhor.» Depois, enrolando o livro, devolveu-o e sentou-se; Todos na sinagoga tinham os olhos fixos nele; Então Jesus disse-lhes: «Hoje cumpriu-se este oráculo, e vós mesmos vistes cumprida a predição do profeta» (Lc 4, 16ss.). Nosso Senhor fez suas as palavras de Isaías que comparam a ação do Espírito Santo a uma unção. [Na liturgia, no hino *Veni Creator Spiritus*, o Espírito Santo é chamado *spiritalis unctio*.] A graça do Espírito Santo foi derramada sobre Jesus como um óleo de alegria que o consagrou, em primeiro lugar, como Filho de Deus e Messias, e também o encheu da plenitude dos seus dons e da abundância dos tesouros divinos. «Por isso, com preferência aos teus companheiros, o Senhor te ungiu com o óleo da alegria» (Sl 44, 8) [+ Act 10, 38; *Iesum a Nazareth, quomodo unxit eum Deus, Spiritu Sancto*. Ver também Mt 12, 18]. Esta santa unção verificou-se no próprio momento da Encarnação, e precisamente para a significar, para a dar a conhecer aos judeus e para proclamar que Ele é o Messias, o Cristo, isto é, o Ungido do Senhor, o Espírito Santo visivelmente descansou sobre Jesus sob a forma de pomba no dia do seu batismo, quando estava prestes a iniciar a sua vida pública. Este foi o sinal pelo qual Cristo devia ser reconhecido, como declarou o seu Precursor, o Batista: «O Messias é aquele sobre quem descer o Espírito Santo» (Jo 1, 33).

A partir deste momento, os Evangelhos mostram-nos como a alma de Jesus Cristo, em toda a sua atividade, obedeceu às inspirações do Espírito Santo. O Espírito empurra-o para o deserto, onde será tentado (Mt 4, 1);

depois de ter vivido durante algum tempo no deserto, «o mesmo Espírito leva-o de volta à Galileia» (Lc 4, 14). Por ação deste Espírito expulsa o demónio dos corpos dos possuídos (Mt 12, 28); sob a ação do Espírito Santo, salta de alegria quando dá graças ao Pai, porque revela os segredos divinos às almas simples: «Naquela hora irrompeu de alegria no Espírito Santo» (Lc 10, 21). Por fim, São Paulo diz-nos que a obra-prima de Cristo, aquela em que resplandece mais o seu amor pelo Pai e a sua caridade por nós, o sacrifício sangrento na Cruz pela salvação do mundo, Cristo ofereceu-O por impulso do Espírito Santo: «Que, pelo Espírito Santo, se ofereceu a Deus como hóstia imaculada» (Hb 9, 14).

O que nos indicam todas estas revelações senão que o Espírito de amor guiou toda a atividade humana de Cristo? Cristo, o Verbo encarnado, é aquele que trabalha, todas as suas ações são ações da única Pessoa do Verbo, na qual subsiste a natureza humana, mas, mesmo assim, Cristo opera por inspiração e por impulso do Espírito Santo. A alma de Jesus, convertida na alma do Verbo pela graça da união hipostática, também se encheu de graça santificante e operou pela suave moção do Espírito Santo.

Por isso, todas as ações de Cristo foram santas. A sua alma, embora criada como todas as outras almas, era santíssima; em primeiro lugar, por estar unida ao Verbo; unida a uma pessoa divina, tal união fez dela, desde o primeiro momento da Encarnação, não um santo qualquer, mas o Santo por excelência, o próprio Filho de Deus. Ela também é santa porque é embelezada com a graça santificante, que lhe permite agir sobrenaturalmente e em harmonia com a união inefável que constitui o seu privilégio inalienável. Ela é santa, em terceiro lugar, porque todas as suas ações e operações, mesmo quando são atos realizados unicamente pelo Verbo encarnado, são realizadas pelo movimento e inspiração do Espírito Santo, Espírito de amor e santidade.

Adoremos os maravilhosos mistérios que se produzem em Cristo: o Espírito Santo santifica o ser de Cristo e toda a sua atividade; em Cristo esta santidade atinge o mais alto grau, e como toda a santidade humana deve ser modelada pela Sua e deve ser-lhe tributária, por isso a Igreja canta diariamente: «Só Tu és o santo, ó Cristo Jesus!» Só Tu és o santo, porque, pela Tua Encarnação, és o único e verdadeiro Filho de Deus; Só Tu és o

santo, porque possuis a graça santificante em toda a sua plenitude, para a distribuir entre nós; Só Tu és o santo, porque a tua alma se prestou com infinita docilidade aos toques do Espírito de amor que inspirou e regulou todos os teus movimentos, todos os teus atos, e os tornou agradáveis ao Pai

3. Operações do Espírito Santo na Igreja; o Espírito Santo, alma da Igreja

As maravilhas que foram realizadas em Cristo sob a inspiração do Espírito Santo reproduzem-se em nós, pelo menos em parte, quando nos deixamos guiar por esse Espírito divino. Mas será que possuímos esse Espírito? Sem dúvida que sim.

Antes de subir ao céu, Jesus prometeu aos seus discípulos que iria orar ao Pai para lhes dar o Espírito Santo, e fez deste dom do Espírito às nossas almas o objeto de uma súplica especial. «Orarei ao Pai, e Ele vos dará outro Consolador, o Espírito da verdade» (Jo 14, 16-17). E já sabeis como a petição de Jesus foi atendida, com que abundância o Espírito Santo foi dado aos Apóstolos no dia de Pentecostes. Esse dia marca, por assim dizer, a tomada de posse pelo Espírito divino da Igreja, corpo místico de Cristo, e podemos acrescentar que, se Cristo é o chefe e a cabeça da Igreja, o Espírito Santo é a alma desse corpo. É Ele que guia e inspira a Igreja, guardando-a, como Jesus prometeu, na verdade de Cristo e na luz que Ele nos trouxe: «Ele vos ensinará toda a verdade e vos recordará tudo o que vos ensinei» (*Ib*. 14, 26).

Esta ação do Espírito Santo na Igreja é variada e múltipla. Eu disse-vos, anteriormente, que Cristo foi consagrado Messias e Pontífice por uma unção inefável do Espírito Santo, e com uma unção semelhante Cristo consagra aqueles que Ele deseja fazer participantes de Seu poder sacerdotal, a fim de continuar a Sua missão santificadora na terra: «Recebei o Espírito Santo… O Espírito Santo designou os bispos para governarem a Igreja» (Act 20, 28); é o Espírito Santo que fala pela sua boca e valoriza o seu testemunho (*Ib*. 15:26; Atos 15:28; 20, 22-28). Do mesmo modo, os sacramentos, meios autênticos que Cristo colocou nas mãos dos seus ministros para transmitir a vida às almas, nunca se conferem sem que

preceda ou accompanhe a invocação do Espírito Santo. É Ele quem fecunda as águas do Batismo. «Devemos nascer de novo da água pelo Espírito Santo para entrar no Reino de Deus» (Jo 3, 5); «Deus», diz São Paulo, «salva-nos na fonte da regeneração, renovando-nos pelo Espírito Santo» (Tt 3, 5). Esse mesmo Espírito é-nos «dado» na Confirmação para ser a unção que deve fazer do cristão um intrépido soldado de Jesus Cristo; é Ele que nos confere neste sacramento a plenitude da condição do cristianismo e nos investe com a força de Cristo. Ao Espírito Santo, como nos mostra sobretudo a Igreja Oriental, é atribuída a mudança que faz, do pão e do vinho, no corpo e no sangue de Jesus Cristo. Os pecados são perdoados, no sacramento da Penitência, pelo Espírito Santo (Jo 20, 22-23) [S. Tomás, III, q.3, a.8, ad 3]. Na Santa Unção, pede-se-Lhe que «com a sua graça cure os doentes das suas doenças e culpas». No Matrimónio invoca-se também o Espírito Santo para que os esposos cristãos possam, com a sua vida, imitar a união que existe entre Cristo e a Igreja.

Vedes quão viva, profunda e incessante é a ação do Espírito Santo na Igreja? Podemos bem dizer com São Paulo que Ele é o «Espírito de vida» (Rm 8, 2), verdade que a Igreja repete no *Símbolo* quando canta a sua fé no «Espírito vivificador»: É, portanto, verdadeiramente a alma da Igreja, o princípio vital que anima a sociedade sobrenatural; que a governa, que une os seus vários membros entre si e lhes comunica vigor espiritual e formosura.

[Ao dizer que o Espírito Santo é a alma da Igreja, não é nossa intenção ensinar que é a forma da Igreja, como a alma está no complexo humano. Neste sentido, seria teologicamente mais correto dizer que a alma da Igreja é a graça santificante. Com as virtudes infusas, que formam a seu cortejo obrigatório; a graça é, de facto, o princípio da vida sobrenatural, que dá vida divina aos membros pertencentes ao corpo da Igreja; mas, neste caso, também a analogia entre graça e alma é muito imperfeita; Mas esta não é a ocasião para discutir essas diferenças. Quando dizemos que o Espírito Santo, e não a graça, é a alma da Igreja, estamos apenas tomando a causa pelo efeito, isto é, que o Espírito Santo produz a graça santificante; Queremos, portanto, com esta expressão (Espírito Santo = alma da Igreja) sublinhar a influência interna vivificante e «unificadora» (se assim podemos falar) que o Espírito Santo exerce na Igreja. Esta forma de nos

expressarmos é perfeitamente legítima e tem consigo a aprovação de vários Padres da Igreja, como Santo Agostinho: *Quod est in corpore nostro anima, id est Spiritus Sanctus in corpore Christi quod est Ecclesia* (*Serm.* CLXXXVII, *de tempore*). Muitos teólogos modernos falam da mesma maneira, e Leão XIII consagrou esta expressão na sua Encíclica sobre o Espírito Santo. Também é interessante notar que São Tomás, para sublinhar a íntima influência do Espírito Santo na Igreja, compara-a com a exercida pelo coração no organismo humano III, q. 8, a. 1, ad 3].

Nos primórdios da Igreja, a ação do Espírito Santo foi muito mais visível do que no nosso tempo. Assim convinha aos desígnios da Providência, porque era necessário que a Igreja pudesse estabelecer-se solidamente, manifestando aos olhos do mundo pagão os sinais luminosos da divindade do seu fundador, da sua origem e da sua missão. Estes sinais, frutos da efusão do Espírito Santo, eram admiráveis, e ainda ficamos espantados quando lemos o relato dos primórdios da Igreja. O Espírito desceu sobre aqueles que o batismo fez discípulos de Cristo, e os encheu de carismas tão variados quanto surpreendentes: a graça dos milagres, o dom da profecia, o dom das línguas e mil outros favores extraordinários, concedidos aos primeiros cristãos, de modo que, ao temperar a Igreja embelezada com tamanha profusão de dons magníficos, ficou claro que era verdadeiramente a Igreja de Jesus. Leiam a primeira Epístola de São Paulo aos de Corinto, e vereis com que prazer o Apóstolo enumera as maravilhas de que ele próprio foi testemunha. Em cada enumeração destes dons variados, acrescenta: «É o mesmo e um só Espírito que opera todas estas coisas», porque Ele é amor, e o amor é a fonte de todos os dons «no mesmo Espírito» (Cor 12, 9). É Ele que torna fecunda esta «Igreja que Jesus redimiu com o seu sangue e quis que fosse santa e imaculada» (Ef 5, 27).

4. Ação do Espírito Santo nas almas onde habita

Mas se as características extraordinárias e visíveis da ação do Espírito Santo desapareceram em geral, a ação deste Espírito divino perpetua-se nas almas e, embora seja sobretudo interior, não é por isso menos admirável.

Vimos que a santidade nada mais é do que o desenvolvimento da primeira graça, a graça da adoção divina que nos foi dada no Batismo, como diremos mais adiante, pela qual nos tornamos filhos de Deus e irmãos de Jesus Cristo. O *quid* de toda a santidade consiste em saber haurir daquela graça inicial da *adoção,* para fazer frutificar todos os tesouros e riquezas que ela contém e que Deus quer que dela extraiamos. Cristo é, como dissemos, o modelo da nossa filiação divina, aquele que a mereceu do Pai e aquele que estabeleceu pessoalmente os canais através dos quais ela chega até nós.

Mas o desenvolvimento fecundo em nós desta graça que devemos a Jesus é obra da Santíssima Trindade, embora não seja sem razão atribuída especialmente ao Espírito Santo. Porquê? «Pelo mesmo de sempre. A graça da adoção é puramente gratuita e tem a sua fonte no amor: «Eis a grande caridade que Deus Pai nos mostrou, que quis que fôssemos chamados seus filhos e que assim sejamos realmente» (Jo 3, 1). Pois então; na adorável Trindade, o Espírito Santo é amor substancial e, por isso, São Paulo diz-nos que a «caridade de Deus», ou, por outras palavras, a graça que nos torna filhos de Deus, «foi derramada no nosso coração pelo Espírito Santo», «porque a caridade de Deus foi derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado» (Rm 5, 5).

Uma vez que a graça foi infundida em nós através do Batismo, o Espírito Santo habita em nós com o Pai e o Filho. «Se alguém me ama», diz nosso Senhor, «o meu Pai amá-lo-á também, e nós viremos a Ele e n'Ele fixaremos a nossa morada» (Jo 14, 23). A graça faz da nossa alma templo da Santíssima Trindade, e a nossa alma, adornada com a graça, é verdadeiramente morada de Deus. Nela habita, não só como em todos os seres pela sua essência e poder, com que sustenta e preserva todas as criaturas no ser, mas de modo muito particular e íntimo, como objeto de conhecimento e amor sobrenaturais. Mas, porque a graça nos une de tal modo a Deus que é princípio e medida da nossa caridade, diz-se sobretudo que é o Espírito Santo que «habita em nós», não de modo pessoal, que exclui a presença do Pai e do Filho, mas na medida em que procede por amor e é vínculo de união entre ambos. «Ele permanecerá em vós e habitará em vós» (Jo 14, 17), disse nosso Senhor.— Mesmo no homem obstinado há vestígios do poder e da sabedoria de Deus, mas só os justos, só os que estão

em graça, participam na caridade sobrenatural; daí São Paulo ter dito aos fiéis: «Não sabeis que sois templo do Espírito Santo, que recebestes de Deus e está em vós?» (1 Cor 6, 19)

Mas o que faz este Espírito divino nas nossas almas, já que, sendo Deus, sendo amor, não pode ficar ocioso? Ele primeiro dá-nos testemunho de que «somos filhos de Deus» (Rm 8, 16). É espírito de amor e de santidade que, como Ele nos ama, quer também tornar-nos participantes da sua santidade, para que sejamos verdadeiros e dignos filhos de Deus.

Com a graça santificante, que endeusa, por assim dizer, a nossa natureza, permitindo-lhe agir sobrenaturalmente, o Espírito Santo deposita em nós energias e «hábitos» que elevam os poderes e as faculdades da nossa alma ao nível divino; daí provêm as virtudes sobrenaturais e, sobretudo, as virtudes teologais da fé, da esperança e da caridade, que são propriamente as virtudes características e específicas dos filhos de Deus; depois, as virtudes morais infusas, que nos ajudam na luta contra os obstáculos que se colocam no caminho do céu; e, finalmente, os dons. Detenhamo-nos neles por alguns momentos.

O divino Salvador, nosso modelo, também os recebeu, como vimos, embora em medida eminente e transcendental, ou, melhor ainda, sem medida nem grau. A medida dos dons em nós é limitada, mas é tão fecunda que opera maravilhas de santidade nas almas em que esses dons abundam. Porquê? Porque são sobretudo eles que aperfeiçoam a nossa adoção, como vamos ver.

O que são, pois, os dons do Espírito Santo? — São, como o nome indica, bens gratuitos que o Espírito nos distribui juntamente com a graça santificante e as virtudes infusas. — A Igreja diz-nos na sua liturgia que o próprio Espírito Santo é o dom por excelência: «Dom do Deus Altíssimo» [*Donum Dei altissimi*. Hino. *Veni Criador*], porque vem até nós desde o Batismo para se nos entregar como penhor de amor. Mas esse dom é divino e vivo; é um hóspede que, cheio de generosidade, quer enriquecer a alma que o recebe.

Uma vez que Ele mesmo é o Dom incriado, é, por isso, a fonte dos dons criados que, santificando a graça e as virtudes infusas, habilitam a alma a

viver sobrenaturalmente de maneira perfeita.

Com efeito, a nossa alma, ainda que adornada de graça e de virtudes, não recupera aquele estado de integridade primitiva que Adão tinha antes de pecar; a razão, ela própria sujeita ao erro, vê que o seu manto de rainha é disputado pelo apetite e pelos sentidos; a vontade está exposta a enfraquecimentos. O que resulta de tal situação? Que, na obra capital da nossa santificação, necessitamos continuamente da ajuda direta do Espírito Santo. Ele pode dar-nos esta ajuda através das suas inspirações, todas elas orientadas para a nossa maior perfeição e santidade. Mas, para que as suas inspirações sejam bem recebidas por nós, Ele mesmo desperta na nossa alma certas disposições que nos tornam dóceis e maleáveis: estas disposições são precisamente os dons do Espírito Santo. [Em Jesus Cristo, a presença dos dons não provém da necessidade de ajudar a fraqueza da razão e da vontade, porque nunca esteve sujeito a erro ou debilidade; estes dons foram dados à alma de Jesus porque constituem uma perfeição, e era apropriado que tudo o que é perfeição residisse em Jesus Cristo. Vimos mais atrás a influência que o Espírito Santo exerceu com os seus dons na alma de Jesus]. Os dons, portanto, não são as próprias inspirações do Espírito Santo, mas as disposições que nos fazem obedecer pronta e facilmente a essas inspirações.

Os dons dispõem a alma para que ela possa ser movida e dirigida no sentido de sua perfeição sobrenatural, no sentido da filiação divina, e por eles ela tem como um instinto divino do sobrenatural. A alma, que em virtude destas disposições se deixa guiar pelo Espírito, age com toda a segurança como convém a um filho de Deus. Em toda a sua vida espiritual, pensa e age de maneira "conveniente" do ponto de vista sobrenatural. [*Dona sunt quædam perfectiones hominis quibus homo disponitur ad hoc quod sequatur instinctum Spiritus Sancti*. São Tomás, I-II, q.68, a.3]. A alma que é fiel às inspirações do Espírito Santo possui um tacto sobrenatural que a faz pensar e agir com facilidade e prestreza como filho de Deus. Compreendeis com isto que os dons inclinam a alma e dispõem-na a mover-se numa atmosfera onde *tudo* é sobrenatural; da qual tudo o que é natural é excluído em certo sentido. Pelos dons, o Espírito Santo tem e reserva-se a alta direção da nossa vida sobrenatural.

Tudo isto é da maior importância para a alma, uma vez que a nossa santidade é essencialmente de ordem sobrenatural. É certo que já pelas virtudes a alma em graça age sobrenaturalmente, mas age de modo conforme à sua condição racional e humana pelo seu próprio movimento, por iniciativa pessoal; mas com os dons ela está disposta a agir direta e unicamente pela moção divina (preservando, todavia, a sua liberdade, que se manifesta pelo assentimento à inspiração do alto), e isto de uma forma que nem sempre é compatível com o seu modo racional e natural de ver as coisas. A influência dos dons é, portanto, num sentido muito real, superior à das virtudes, que certamente não substitue, mas cujas operações completa maravilhosamente. [*Dona a virtutibus distinguuntur in hoc quod virtutes perficiunt ad actus humano modo, sed dona ultra humanum modus*. S. Thom. Enviado. III, dist. XXXIV, q.1, a.1.— *Donorum ratio propria est ut per ea quis super humanum modum operetur*. Sent. II, dist. XXXV, q.2, a.3].

Por exemplo, os dons do *Entendimento* e da *Ciência* aperfeiçoam o exercício da virtude da fé, e daí se explica que almas simples e incultas, mas retas e dóceis às inspirações do Espírito Santo, tenham convicções tão enraizadas, uma compreensão e penetração das coisas sobrenaturais que às vezes causam assombro, e uma espécie de instinto espiritual que os coloca em guarda contra o erro e lhes permite aderir tão resolutamente à verdade revelada que ficam ao abrigo de toda a dúvida. De onde vem tudo isso? Do estudo e de um exame minucioso das verdades da sua fé? "Não! É obra do Espírito Santo, do Espírito da verdade, que aperfeiçoa mediante o dom da *Inteligência* ou, da *Ciência*, a *sua* virtude da fé. Como vedes, os dons são um tesouro inestimável para a alma por causa de seu caráter puramente sobrenatural. Os dons acabam de aperfeiçoar esse admirável organismo sobrenatural através do qual Deus chama as nossas almas a viver a vida divina. Concedidos como são, em maior ou menor grau, a toda alma que vive em graça, permanecem nela em estado permanente enquanto não expulsarmos pelo pecado mortal o Hóspede divino de onde brotam. Podendo aumentar progressivamente, estendem-se também a toda a nossa vida sobrenatural e tornam-na extremamente fecunda, uma vez que por eles as nossas almas estão sob a ação direta e a influência imediata do Espírito Santo. Ora o Espírito Santo é Deus com o Pai e o Filho, e ama-nos profundamente e deseja a nossa santificação; as suas inspirações, que

brotam de um princípio de bondade e amor, não têm outro objetivo senão moldar-nos de tal modo que a nossa semelhança com Jesus seja mais perfeita e completa. Por isso, embora este não seja o seu papel próprio e exclusivo, os dons também nos dispõem para aqueles atos heróicos pelos quais se manifesta claramente a santidade.

Bondade inefável a do nosso Deus, que nos protege com tanto cuidado e com tanto esplendor de tudo o que precisamos para chegar até Ele! Não seria uma ofensa ao divino Hóspede das nossas almas duvidar da sua bondade e amor, não confiar na sua liberalidade, na sua generosidade, ou mostrar-nos preguiçosos a tirar proveito dela?…

5. Doutrina dos Dons do Espírito Santo

Digamos agora uma palavra sobre cada um dos dons. O número sete não constitui um limite, porque a ação de Deus é infinita, mas indica plenitude, como muitos outros números bíblicos. Simplesmente seguiremos a ordem traçada por Isaías na sua profecia messiânica, sem tentar estabelecer gradação ou relações bem definidas entre os dons, mas apenas tentando explicar da melhor forma possível o que é próprio de cada um.

O primeiro dos dons é o da *Sabedoria*. O que significa aqui Sabedoria? — «É um conhecimento saboroso das coisas espirituais, *sapida cognitio rerum spiritualium*, um dom sobrenatural para conhecer ou estimar as coisas divinas pelo *sabor espiritual* que o Espírito Santo nos dá delas»; um conhecimento saboroso, íntimo e profundo das coisas de Deus, que é precisamente o que pedimos na oração de Pentecostes: *Da nobis in eodem Spiritu reta sapere*. *Sapere* deve ter não só conhecimento, mas também *gosto* por coisas celestiais e sobrenaturais. Não é de modo algum o que se chama devoção sensível, mas sim como uma *experiência* espiritual da obra divina que o Espírito Santo se digna realizar em nós; é a resposta para «Provai e vede como o Senhor é bom» (Sl 33, 9). Este dom faz-nos preferir sem hesitação a todas as alegrias da terra a felicidade que é património exclusivo daqueles que servem a Deus. Ele faz exclamar à alma fiel: «Quão agradáveis, Senhor, são as vossas moradas! Um dia passado em tua casa vale anos passados longe de ti» (*Ib*. 83, 2-11). Mas, para experimentá-lo,

devemos fugir cuidadosamente de tudo o que nos leva aos prazeres ilícitos dos sentidos.

O dom do *Entendimento* faz-nos aprofundar as verdades da fé. São Paulo diz que «o Espírito que sonda as profundezas de Deus revela-as a quem Lhe apraz (1 Cor 2, 10). E não é que este dom diminua a incompreensibilidade dos mistérios ou que suprime a fé, mas que aprofunda o mistério mais do que o simples assentimento que o faz objeto da fé; O seu campo abrange as conveniências e a grandeza dos mistérios, as suas relações mútuas e as que eles têm com a nossa vida sobrenatural. Estende-se também às verdades contidas nos Livros Sagrados, e é aquela que parece ter sido concedida em maior medida àqueles que, na Igreja, brilharam pela profundidade da sua doutrina, a quem chamamos «Doutores da Igreja», embora cada batizado possua também este dom precioso. Nós lemos um texto das Escrituras Divinas, já lido e relido inúmeras vezes sem que tenha impressionado o nosso espírito; mas um dia brilha, de repente, uma luz que ilumina, por assim dizer, os mais íntimos recônditos da verdade enunciada neste texto; Esta verdade então aparece claramente deslumbrante, muitas vezes tornando-se a semente de vida e de atos sobrenaturais. Chegámos a esse resultado através de reflexão? "Não, é, antes, uma iluminação, uma ilustração do Espírito Santo, que, pelo dom do *Entendimento*, nos deu a oportunidade de aprofundar o significado oculto e íntimo das verdades reveladas, para que as tenhamos em maior apreço.

Com o dom de *Conselho*, o Espírito Santo responde àquele suspiro da alma: «Senhor, que queres que eu faça?» (Act 9, 6) Este dom adverte-nos contra toda a precipitação ou ligeireza e, sobretudo, contra toda a presunção, que é tão prejudicial nos caminhos do espírito. Uma alma que não quer depender de ninguém, que tributa culto ao eu, age sem antes consultar a Deus através da oração, age praticamente como se Deus não fosse seu Pai celestial, do qual flui toda a luz. «Todo o dom perfeito do alto provém do Pai da luz» (Tg 1, 17). Vede o nosso divino Salvador, vede como Ele diz que o Filho, isto é, ele mesmo, nada faz que não veja o Pai fazer: «O Filho nada pode fazer por si mesmo, senão o que vê o Pai fazer» (Jo 5, 10). A alma de Jesus contemplava o Pai para ver n'Ele o modelo das suas obras, e o Espírito de *Conselho* revelava-lhe os desejos do Pai, de modo que tudo o que Jesus fazia agradava ao seu Pai: «Faço sempre o que agrada ao meu

Pai» (*Ib*. 8, 29). O dom do *Conselho* é uma disposição pela qual os filhos são capazes de julgar as coisas à luz de princípios superiores a toda a sabedoria humana. A prudência natural, que em si mesma é muito limitada, aconselhar-nos-ia a agir desta ou daquela maneira, mas pelo dom de *Conselho* o Espírito Santo descobre-nos mais elevadas normas de conduta pelos quais deve reger-se o verdadeiro filho de Deus.

Às vezes não basta conhecer a vontade de Deus; a natureza decaída frequentemente precisa de energias para realizar o que Deus quer de nós; pois o Espírito Santo, com o seu dom de *Fortaleza*, nos sustenta nestes momentos particularmente críticos. Há almas tímidas que temem as provações da vida interior. É impossível que tais provas não existam; e pode mesmo dizer-se que serão tanto mais difíceis quanto mais elevadas forem as alturas a que formos chamados. Mas não há necessidade de temer; somos assistidos pelo Espírito de Fortaleza: «Ele permanecerá e habitará em vós» (Jo 14, 17). Como os Apóstolos no Pentecostes, também nós seremos revestidos do «poder do alto» (Lc 24, 49), para realizar generosamente a vontade divina, para obedecer, se necessário, «a Deus e não aos homens» (Act 4, 19), para suportar corajosamente os reveses que surgem no nosso caminho quando nos aproximamos de Deus. É por isso que São Paulo rezou tão fervorosamente pelos seus queridos fiéis em Éfeso, para que «o Espírito lhes desse a força e a firmeza interior de que necessitavam para progredir na perfeição» (Ef 3, 16). O Espírito Santo diz àquele a quem fortalece com a sua força o que disse uma vez a Moisés, quando se assustou com a missão que Deus lhe confiou, que consistia em libertar o povo hebreu do jugo faraónico. Não tenhas medo, pois «Eu estarei contigo» (Ex 3, 12). Teremos à nossa disposição a própria força de Deus. Essa, é a fortaleza em que se forja o mártir, a que sustenta as virgens; o mundo fica espantado ao vê-los tão corajosos, porque imagina que eles tiram forças de si mesmos, quando na realidade a sua fortaleza é Deus.

O dom de *Ciência* faz-nos ver as coisas criadas no seu aspeto sobrenatural como somente um filho de Deus pode vê-las. Há muitas maneiras de considerar o que está em nós ou à nossa volta. Um incrédulo e uma alma santa contemplam a natureza e a criação de maneiras muito diferentes. O incrédulo não tem nada além de ciência puramente natural, por mais vasta e profunda que seja; o Filho de Deus vê a criação com a luz

do Espírito Santo e aparece-Lhe como uma obra de Deus onde se refletem as suas perfeições eternas. Este dom faz-nos conhecer os seres da criação e o nosso próprio ser do ponto de vista divino, revela-nos o nosso fim sobrenatural e os meios mais adequados para o alcançar, mas com intuições que alertam contra os maiores embustes do mundo e as sugestões do espírito das trevas.

Os dons de *Piedade* e de *Temor de Deus* complementam-se. O dom da *Piedade* é um dos mais preciosos, porque contribui diretamente para regular a atitude que devemos observar nas nossas relações com Deus: um misto de adoração, respeito, reverência por uma majestade que é divina; de amor, de confiança, de ternura, de abandono total e de santa liberdade no trato com o nosso Pai que está nos céus. Em vez de se excluirem, os dois sentimentos podem ser perfeitamente entrelaçados, e o Espírito Santo cuidará de nos ensinar a harmonizá-los. Assim como em Deus não se excluem o amor e a justiça, assim na nossa atitude de filhos de Deus há uma certa mistura de inefável reverência que nos faz prostrados diante da majestade soberana e amor terno que nos leva a lançar-nos confiantemente nos braços bondosos do Pai celestial. O Espírito Santo concilia estes dois sentimentos, que parecem contrários.— O dom da *Piedade* produz outro fruto, que é tranquilizar as almas tímidas (porque as há) que temem, nas suas relações com Deus, cometer um erro na escolha das «fórmulas» das suas orações; esse escrúpulo é dissipado pelo Espírito Santo quando se escutam as suas inspirações. Ele é «o Espírito de verdade»; e se é realidade, como diz São Paulo, que não sabemos rezar o o que convém, o Espírito está connosco para nos ajudar: «Ele reza em nós com gemidos inefáveis» (Rm 8, 26-27).

Finalmente, vem o dom do *Temor de Deus*.—Não é verdade que pareça estranho que, na previsão de Isaías dos dons do Espírito Santo que adornarão a alma de Cristo, aquela expressão: «Ele será cheio de espírito de temor de Deus?» Será isto possível? Como pode Cristo, o Filho de Deus, estar transido de temor de Deus? Há dois tipos de temor: o que olha apenas para o castigo merecido pelo pecado: temor servil, pobre de nobreza, mas que às veces resulta proveitoso. Há, por outro lado, outro medo que nos faz evitar o pecado porque ofende a Deus, e este é o medo filial, que é, no entanto, imperfeito enquanto se mistura com o medo do castigo. Escusado será dizer que nem um nem outro jamais tiveram assento na alma

santíssima de Cristo; nela havia apenas o temor perfeito, o temor reverencial, aquele temor que os poderes angélicos têm diante da perfeição infinita de Deus [*Tremunt potestates*. Prefácio da Missa], este santo temor que se traduz em adoração: «Santo é temor de Deus e existirá pelos séculos dos séculos» (Sl 28, 10). Se nos fosse dado contemplar a humanidade de Jesus, vê-la-íamos inclinada de *reverência* perante o Verbo a que está unida. Esta é a reverência que o Espírito Santo coloca nas nossas almas. Ele cuida de promovê-la em nós, mas moderá-la e fundi-la com a virtude do dom da Piedade, com esse sentimento de amor e filial ternura, fruto da nossa adoção divina que nos permite chamar a Deus: Pai! Esse dom da *Piedade* imprime em nós, como em Jesus, a inclinação para relacionar tudo com o nosso Pai e direcionar tudo a Ele.

Estes são os dons do Espírito Santo. Aperfeiçoam as virtudes, dispondo-nos a agir com uma certeza sobrenatural, que constitui em nós como um instinto divino para perceber as coisas celestiais: com esses dons que o próprio Espírito Santo deposita em nós, torna-nos dóceis, aperfeiçoa-nos e desenvolve a nossa condição de filhos de Deus. «Os que se deixam conduzir pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus» (Rm 8, 14). Deixando-nos, pois, guiar por esse espírito de amor, quando somos, apesar da nossa fraqueza, constantemente fiéis às suas santas inspirações, a esses toques que nos levam a Deus, a fazer em tudo o seu gosto, então a nossa alma age totalmente de harmonia com a sua adoção divina; então produz frutos que são o resultado da ação do Espírito Santo em nós, bem como uma recompensa antecipada pela nossa fidelidade a ela: Tal é a sua doçura e suavidade. Estes frutos, já enumerados por São Paulo, são: caridade, gozo, paz, paciência, benignidade, bondade, longanimidade, mansidão, confiança, modéstia, continência e castidade (Gal 5, 22-23). Estes frutos, todos dignos do Espírito de amor e de santidade, são também dignos do nosso Pai celestial, que neles encontra a sua glória: «O meu Pai será glorificado em que vós deis muito fruto» (Jo 15, 8); dignos, em suma, de Jesus Cristo, que os merecia por nós, e a quem o Espírito Santo nos une. «O que permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto» (*Ib*., 5).

Nosso Senhor estava em Jerusalém para a Festa dos Tabernáculos, que foi uma das mais solenes de quantas celebravam os judeus, quando, levantando a voz no meio das multidões, exclamou: «Se alguém tem sede,

venha a mim e beba. Quem acredita em mim, como diz a Escritura, do seu seio correrão rios de água viva». E São João acrescenta: «Jesus disse isto falando do Espírito que haviam de receber os que cressem nele;» (*Ib*. 7, 37-39). O Espírito Santo, que nos é enviado pelos méritos de Cristo, que como Verbo está encarregado de o transmitir, vem a ser em nós o princípio e a fonte daqueles rios de águas vivas de graça que saciam a nossa sede de vida eterna, isto é, que produz em nós frutos de vida que perdura [*Huiusmodi autem flumina sunt aquæ vivæ quia sunt continuatæ suo principio scilicet, Spiritui Sancto habitanti*. São Tomás, *In Joan*., VII, lec. 5].

Na expectativa da suprema bem-aventurança, «essas águas alegram a cidade das almas que banham». «A impetuosidade da corrente do rio alegra a cidade de Deus» (Sl 45, 5). É por isso que São Paulo diz que todas as almas fiéis que crêem em Cristo «bebem num só Espírito» (1 Cor 12, 33). Por isso, a liturgia, que faz eco da doutrina de Jesus e do Apóstolo, leva-nos a invocar o Espírito Santo, que é ao mesmo tempo Espírito de Jesus, como «a fonte da vida» (*Fons vivus*. Hino *Veni Creator*).

6. A nossa devoção ao Espírito Santo: invocá-lo e ser fiéis às suas inspirações

Tal é, pois, a ação do Espírito Santo na Igreja e nas almas; a ação santa como princípio divino do qual emana, ação que nos impele a santificar-nos. Ora, qual não será a devoção que devemos ter a este Espírito que habita nas nossas almas desde o Batismo e cuja atividade em nós é, em si mesma, tão profunda e eficaz?

Antes do mais, *devemos invocá-lo* com frequência. Ele é Deus, como Pai e Filho; Ele também deseja a nossa santidade, e é conforme ao plano divino que acudamos ao Espírito Santo como acudimos ao Pai e ao Filho, pois Ele tem o mesmo poder e a mesma bondade que eles. A Igreja, neste ponto, como em tudo, serve-nos de guia, pois encerra o ciclo das festas em que vão decorrendo os mistérios de Cristo, com a solenidade da vinda do Espírito Santo, o Pentecostes, e emprega, para implorar a graça do Espírito divino, orações admiráveis com aspirações caldeadas de amor, como o *Veni Sancti Spiritus*. Devemos dirigir-nos a Ele e dizer: «Ó amor infinito, que

procedes do Pai e do Filho, concede-me o Espíritu de adoção; ensina-me a portar-me sempre como verdadeiro filho de Deus; fica comigo, e que eu ande sempre contigo para amar como tu amas; sem Ti nada sou; por mim nada valho; mas, mesmo assim, mantém-me sempre a teu lado, para que, através de Ti, eu esteja sempre unido ao Pai e ao Filho.» Peçamos-lhe sempre, e com crescente empenho, maior participação nos teus dons, do *Sacrum Septenarium*. Devemos também dar-lhe as mais humildes e devotadas graças. Se é verdade que Cristo nos mereceu tudo por nós, também é verdade que nos guia e dirige pelo seu Espírito, e deste vem o dilúvio de graças que nos fazem pouco a pouco semelhantes a Jesus. Como, então, não mostrar muitas vezes gratidão a este Hóspede cuja presença amorosa e eficaz nos enche de riquezas e benefícios? A primeira homenagem que devemos prestar ao Espírito que é Deus com o Pai e o Filho: crer com fé prática que nos leve a recorrer a Ele; crer na sua divindade, no seu poder, na sua bondade.

[Quando dizemos que Cristo nos governa pelo seu Espírito, não queremos dizer que o Espírito Santo é um instrumento, sendo, como Ele é, Deus e causa da graça; antes queremos indicar que o Espírito Santo é (em nós) o princípio da graça, que procede por sua vez de um princípio, do Pai e do Filho; Jesus Cristo, como Verbo, envia-nos o Espírito Santo. São Tomás, I, q.45, a.6, ad 2]

Tenhamos, pois, o cuidado de não *contrariar a sua ação* em nós: «Não extingueis o Espírito de Deus» (Ts 5, 19), diz São Paulo; e também: «Não contristeis o Espírito Santo» (Ef 4, 30). Como vos disse, a ação do Espírito Santo na alma é muito delicada, porque é uma ação de acabamento, de perfeição; os seus toques são toques de extrema delicadeza. Devemos, portanto, fazer o possível para não estorvar com a nossa leviandade a ação do Espírito Santo, nem pela nossa dissipação voluntária, nem pela nossa apatia, nem pela nossa resistência advertida e desejada, nem pelo apego excessivo ao nosso próprio parecer: «Não vos tenhais a vós mesmos na conta de sábios.» (Rm 12, 16). Quando compreenderdes as coisas de Deus, não confieis na sabedoria humana, porque o Espírito Santo vos abandonaria à vossa prudência natural, e bem sabeis que toda esta prudência não é nada aos olhos de Deus, senão pura «loucura» (1 Cor 3, 19). A ação do Espírito Santo é perfeitamente compatível com as fraquezas que resvalam por

descuido nas nossas vidas. das quais somos os primeiros a lamentar; com as nossas doenças, as nossas servidões humanas, as nossas dificuldades e tentações. A nossa nativa pobreza não dissuade o Espírito Santo, que é «Pai dos pobres» [*Pater pauperum*. Sequencia *Veni Sancte Spiritus*], como lhe chama a Igreja.

O que é incompatível com a sua ação é a resistência friamente deliberada às suas inspirações. Porquê? Primeiro, porque o espírito procede do amor, é o próprio amor; e, no entanto, mesmo que o amor que Ele tem por nós não conheça limites, mesmo quando a sua ação é infinitamente poderosa, o Espírito Santo é profundamente respeitoso da nossa liberdade, não violenta a nossa vontade. Temos o triste privilégio de poder resistir-Lhe! Mas nada contrista tanto o amor como notar uma obstinada resistência às suas exigências. Porém, com os seus dons, sobretudo, o Espírito Santo guia-nos no caminho da santidade e faz-nos viver como filhos de Deus; e precisamente com os seus dons, impele e determina a alma a agir.

«Nos dons a alma, mais do que um agente, é movida» [*In donis Spiritus Sancti mens humana non se habet ut movens, sed magis ut mota*. São Tomás, II-II, q. 52, a. 2, ad 1], mas isso não significa que ela deva permanecer inteiramente passiva, mas que se deve dispor à ação divina, escutá-la e ser-lhe fiel sem demora. Nada entorpece tanto a ação do Espírito Santo em nós quanto a falta de flexibilidade diante daqueles movimentos interiores que nos levam a Deus, que nos levam a observar os seus mandamentos. a agradar-Lhe, a ser caridosos, humildes e confiantes. Um «não» deliberado e categórico, mesmo quando se trata de pequenas coisas, contradiz a ação do Espírito Santo em nós; com isso torna-se menos intensa, menos frequente, e a alma então não levanta voo, e toda a sua vida sobrenatural é lânguida: "Não contristeis o Espírito".

Se essas resistências deliberadas, voluntárias e maliciosas se multiplicam, se degeneram em resistências frequentes e habituais, o Espírito Santo cala-se. A alma, então, abandonada a si mesma e sem qualquer outra direção ou apoio interior no caminho da perfeição, corre o risco iminente de ser presa do príncipe das trevas, e nela se extingue a caridade. Não apagueis o Espírito Santo, que é como um fogo de amor que arde nas nossas almas

[*Spiritum nolite exstinguere; Ignis*, Hino *Veni Creator. Et tui amoris ignem accende*. Missa de Pentecostes].

Sejamos sempre generosos, fiéis ao «Espírito de verdade», mesmo na curta medida que é consentida pela nossa fraqueza, porque Ele é também o Espírito da santificação. Sejamos almas dóceis e sensíveis aos toques deste Espírito. Se nos deixarmos guiar por Ele, então desenvolverá plenamente em nós a graça divina da adoção sobrenatural que o Pai quis dar-nos e que o Filho mereceu por nós. Que alegria profunda, que liberdade interior desfrutam as almas que se entregam assim à ação do Espírito Santo! Esse Espírito divino nos fará dar frutos de santidade agradáveis a Deus; artista divino, como é de mão sumamente delicada, completará em nós a obra de Jesus, ou melhor, formará Jesus em nós, como formou um dia a sua santa humanidade, para que possamos reproduzir nesta frágil natureza, através da sua ação, os traços da filiação divina que recebemos em Jesus Cristo, para glória do Pai Eterno: «Jesus Cristo foi concebido em santidade, por obra do Espírito Santo, destinado a ser o Filho de Deus por natureza; outros, em virtude do mesmo Espírito, santificam-se para chegarem a ser filhos de Deus por adoção» (S. Tomás, III, q.32, a.1).

SEGUNDA PARTE — Fundamento e duplo aspecto da vida cristã

I
A fé em Jesus Cristo, fundamento da vida cristã

A fé, primeira disposição da alma, e cimento da vida sobrenatural

Contemplámos o plano eterno da nossa predestinação adotiva em Jesus Cristo: a realização desse plano pela Encarnação, sendo Cristo, Filho do Pai, é ao mesmo tempo o nosso modelo, a nossa redenção e a nossa vida,. Tratámos por fim da missão da Igreja, que, guiada pelo Espírito Santo, prossegue no mundo a obra santificadora do Salvador.

A excelsa figura de Cristo domina todo este plano divino; nela se fixam os desígnios eternos; Ele é o *Alfa* e o *Ómega*. Antes da Sua Encarnação n'Ele convergem as figuras, símbolos, ritos e profecias e, depois de Sua vinda, tudo também está subordinado a Ele; é verdadeiramente «o eixo do plano divino».

Vimos também como Ele ocupa o *centro da vida sobrenatural*. O sobrenatural encontra-se antes de tudo n'Ele: Homem-Deus, humanidade perfeita, indissoluvelmente unida a uma Pessoa divina, possui a plenitude da graça e dos tesouros celestiais, os quais mereceu, pela sua paixão e morte, ser constituído dispensador universal.

Ele é o caminho, o único caminho para alcançar o Pai Eterno. «Quem não anda nele extravia-se.» «Ninguém vem ao Pai senão por intermédio do Filho» (Jo 14, 15); «Fora desse fundamento preestablecido por Deus, não há nada firme.» «Ninguém pode construir sobre outra base…» (1 Cor 3, 2). Sem esse Redentor e sem fé nos seus méritos, não há salvação possível, e menos ainda santidade (Atos 4:12). Cristo Jesus é a única senda, a única verdade, a única vida. Quem se afasta deste caminho afasta-se da verdade e procura a vida em vão: «Quem tem o Filho tem a vida, e quem não tem o Filho carece dela» (1 Jo 5, 12).

Viver sobrenaturalmente é participar dessa vida divina, da qual Cristo é depositário. D'Ele nos vem o sermos filhos adotivos de Deus, e só o somos na medida em que formos conformes Àquele que é por direito o verdadeiro e único Filho do Pai, mas que quer ter com Ele uma multidão de irmãos pela graça santificante. A isto se reduz toda a obra sobrenatural considerada do ponto de vista de Deus.

Cristo veio à terra para a realizar: «Para alcançarmos a dignidade de filhos adotivos» (Gal 4, 5); para isso, transferiu também para a Igreja todos os seus tesouros e poderes, enviando-lhe continuamente o «Espírito da Verdade» e de santificação para que dirija, guie e aperfeiçoe, pela sua ação, a obra de santificação até que o corpo místico atinja, no fim dos tempos, a sua completa perfeição. A própria bem-aventurança, fim da nossa adoção sobrenatural, não é senão uma herança que Cristo desejou compartilhar connosco: «Herdeiros de Deus, co-herdeiros de Cristo» (Rm 8, 17).

Assim, Cristo é, e continuará a ser, o único objeto das complacências divinas; e se um mesmo amor abraça com olhar eterno todos os eleitos que compõem o seu reino, é somente com Ele e n'Ele. «Cristo ontem e hoje; Cristo pelos séculos dos séculos» (Hb 13, 8).

Eis o que considerámos até agora. Mas de pouco nos serviria entretermo-nos a contemplar de modo exclusivamente teórico e abstrato este plano divino em que resplandece a sabedoria e a bondade do nosso Deus.

Temos de *adaptar-nos praticamente a esse plano*, sob pena de não pertencermos ao reino de Cristo. É precisamente sobre isto que iremos tratar nas práticas seguintes. Esforçar-me-ei por mostrar-vos como a graça toma posse das nossas almas no Batismo; a obra de Deus que se vai elaborando em nós; as condições da nossa cooperação pessoal como criaturas livres, para que nos tornemos suficientemente dignos de participar ativamente na vida divina.

Veremos como o fundamento de todo este edifício espiritual é a fé na divindade de Nosso Senhor, e como o Batismo, porta de todos os sacramentos, imprime em toda a nossa existência um duplo caráter, de morte e de vida: «de morte ao pecado» e de «vida em Deus».

No admirável discurso que proferiu na Última Ceia, na véspera da sua morte, e no qual o Senhor parece ter-nos retirado um pouco o véu que nos esconde os segredos da vida divina, Jesus disse-nos que «o seu Pai é glorificado se dermos frutos abundantes» (Jo 15, 8).

Procuremos desenvolver em nós mesmos esta qualidade de filhos de Deus tanto quanto pudermos, porque assim seremos conformes aos desígnios eternos: peçamos a Cristo, Filho único do Pai, e nosso modelo, que nos ensine praticamente, não apenas como Ele vive em nós, mas também como devemos viver n'Ele; porque aqui está o segredo, esse é o único meio ao nosso alcance para nos colocarmos em condições de produzir os frutos abundantes pelos quais o Pai poderá considerar-nos como seus filhos muito amados. «O que permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto» (*Ib*., 5).

Já disse, e gostaria que esta verdade ficasse gravada no fundo das vossas almas, que toda a nossa santidade consiste em participar na santidade de Jesus Cristo, Filho de Deus. Como conseguiremos essa participação? Recebendo em nós o próprio Jesus Cristo, que é a única fonte dessa santidade. São João, falando da Encarnação, diz-nos que «todos os que receberam Jesus Cristo receberam o poder de se tornarem filhos de Deus». Mas como recebemos Cristo, o Verbo humanado? Antes de mais e principalmente, pela fé: «Aos que crêem no seu nome» (Jo 1, 12).

Diz-nos São João, portanto, que é a fé em Jesus Cristo que nos torna filhos de Deus, e São Paulo não se expressa de outra maneira quando diz: «Sois todos filhos de Deus pela fé em Jesus Cristo» (+Rm 3, 22-26). De facto, pela fé na divindade de Jesus Cristo, identificamo-nos com Ele, aceitamo-Lo como Ele é, o Filho de Deus e o Verbo encarnado; a fé entrega-nos Cristo; e Jesus Cristo, por sua vez, introduzindo-nos no domínio do sobrenatural, apresenta-nos e oferece-nos a seu Pai. E quanto mais perfeita, profunda, viva e constante for a nossa fé na divindade de Cristo, tanto mais direito teremos, na qualidade de filhos de Deus, à participação na vida divina. Recebendo Cristo pela fé, tornamo-nos pela graça o que Ele é por natureza, filhos de Deus; e então a nossa condição de filhos reclama de parte do Pai celestial uma infusão de vida divina; a nossa qualidade de filhos de Deus é como uma oração contínua: «Ó Pai Santo,

dai-nos o pão de cada dia, isto é, a vida divina, cuja plenitude reside no vosso Filho!»

Falemos, pois, da fé. — A fé é a primeira disposição que nos é exigida nas nossas relações com Deus: «O primeiro contacto do homem com Deus é através da fé» [*Prima coniunctio hominis ad Deum per fidem*. São Tomás, IV Sent., dist. 39, a. 6, ad 2; *Est aliquid primum in virtutibus directe per quod scilicet iam ad Deum acceditur. Primus autem accessus ad Deum est per fidem*. II-II, q.161, a.5, ad 2. +II-II, q.4, a.7, et q.23, a.8]. Santo Agostinho diz o mesmo: «É a fé que, em primeiro lugar, é responsável por submeter a alma a Deus» [*Fides est prima quæ subiugat animam Deo. De agone christiano,* cap. III, n.º 14]. E São Paulo acrescenta: «É necessário que os que aspiram a aproximar-se de Deus comecem por crer, porque sem fé é impossível agradar-lhe» (Hb 11, 5-6); e ainda mais impossível é chegar a desfrutar da sua amizade e permanecer seus filhos [*Impossibile est ad filiorum eius consortium pervenire*. Conc. Trid., Sess. VI, cap.8].

Como vedes, a matéria não é apenas importantíssima, mas vital. — Não entenderemos nada da vida espiritual nem da vida divina em nossas almas, se não percebamos que toda ela é «fundada na fé» (Cl 1, 23), na íntima e profunda convicção da divindade de Jesus Cristo. Com efeito, como diz o Sagrado Concílio de Trento: «A fé é a raiz e o fundamento de toda a justificação e, consequentemente, de toda a santidade» [*Fides est humanæ salutis initium, fundamentum et radix omnis iustificationis*, Sess. VI, cap. 8].

Vejamos agora o que é a fé, o seu objeto e de que forma se manifesta.

1. Cristo exige a fé como condição prévia da união com Ele

Consideremos o que aconteceu quando Jesus Cristo vivia na Judeia. Veremos, ao percorrer o relato da sua vida nos Evangelhos, que é a fé o que, acima de todas as coisas, exige de todos os que se Lhe dirigem.

Lemos que um dia dois cegos o seguiam gritando: «Filho de David, tem piedade de nós». Jesus deixa-os aproximar e diz-lhes: «Credes que posso curar-vos?» Ao que respondem: «Sim, Senhor». Depois, toca-lhes nos olhos

e devolve-lhes a visão, dizendo: «Seja-vos feito segundo a vossa fé.» (Mt 9, 27-30). Da mesma forma, depois da sua Transfiguração, ele encontra, perto da montanha de Tabor, um pai que lhe implora que cure o seu filho possuído pelo demónio. E o que lhe diz Jesus? «Se podes crer, tudo é possível a quem crê.» Não foi preciso mais para o infeliz pai exclamar: «Creio, Senhor, mas ajuda a minha pouca fé» (*Ib*. 17, 14-19; Mc 9,16-26; Lc 9, 38-43). E Jesus liberta a criança. Quando o dirigente da sinagoga lhe pede que ressuscite a sua filha dos mortos, não recebe outra resposta de Jesus Cristo: «Crê somente e ela será salva» (Lc 8, 50). Muitas vezes o ouvimos dizer: «Vai, a tua fé te salvou, a tua fé te curou». Di-lo ao paralítico, di-lo à mulher que estava doente há doze anos e que acabara de ser curada porque tinha tocado com fé o seu manto (Mc 5, 25-34).

Como condição indispensável dos seus milagres, exige fé n'Ele, mesmo no caso daqueles a quem mais ama. Notai que quando Marta, irmã de Lázaro, seu amigo, a quem depois ressuscitará, lhe dá a entender que poderia muito bem ter evitado a morte do irmão, Jesus Cristo diz-lhe que ressuscitará Lázaro, mas quer, antes de operar a maravilha, que Marta faça um ato de fé na sua pessoa: «Eu sou a Ressurreição e a Vida. Crês nisto?» (Jo 11, 25-26; +40 e 42).

Ele deliberadamente limita os efeitos do seu poder onde não encontra fé; o Evangelho diz-nos expressamente que em Nazaré «não fez muitos milagres por causa da incredulidade dos seus habitantes» (Mt 13, 58). Parece que a falta de fé paralisa, se assim posso exprimir-me, a ação de Cristo.

Pelo contrário, onde quer que a encontre, nada sabe recusar, e tem prazer em fazer publicamente o seu elogio com verdadeiro calor. Um dia, quando Jesus estava em Cafarnaum, um pagão, um oficial que comandava uma companhia de cem homens aproxima-se d'Ele e pede-Lhe-lhe a cura de um dos seus servos doentes. Diz-lhe Jesus: «Irei curá-lo». Mas o centurião responde imediatamente: «Senhor, não te incomodes, porque eu não sou digno de que entres em minha casa; diz uma só palavra e o meu servo ficará curado. Eu próprio tenho soldados sob o meu comando; e digo a este: vai, e ele vai; a outro: vem, e ele vem; ao meu servo: faz isto, e ele faz. Assim, também basta que digas uma palavra, para ordenar que a doença

desapareça, e desaparecerá.» Que fé a deste pagão! É por isso que Jesus Cristo, mesmo antes de pronunciar a palavra libertadora, manifesta a admiração que tal fé lhe traz: «Em verdade, nem mesmo entre os filhos de Israel pude encontrar tanta fé. Por causa disso, os gentios virão participar no festim da vida eterna, no reino dos céus, enquanto os filhos de Israel, chamados antes para o banquete, serão expulsos por causa de sua incredulidade.» E dirigindo-se ao centurião: «Vai», diz ele, «seja feito conforme tu creste» (*Ib*. 8, 1-13; Lc 7, 1-10).

A fé é tão agradável a Jesus que acaba por obter d'Ele o que não estava na Sua intenção conceder. Temos um exemplo admirável disso na cura pedida por uma mulher cananeia. Nosso Senhor tinha chegado às fronteiras de Tiro e Sidon, uma região pagã. Quando uma mulher daquela região o encontrou, começou a gritar em voz alta: «Tende piedade de mim, Senhor, Filho de David; Minha filha é cruelmente atormentada pelo demónio.» Jesus, a princípio, não a ouve e, diante disso, os seus discípulos o exortam, dizendo: «Manda-a embora rapidamente, depois de lhe dares o que ela pede, porque não cessa de nos incomodar com os seus gritos». «A minha missão», responde Cristo, «é pregar apenas aos judeus». «Aos seus apóstolos reservou a evangelização dos pagãos». Mas eis que a boa mulher se prostra aos seus pés. «Senhor, diz-lhe de novo: ajuda-me.» E Jesus faz o mesmo que tinha reservado aos Apóstolos, embora use uma frase proverbial, usada na época, para distinguir os judeus dos pagãos.

«Não é lícito tomar o pão dos filhos para o dar aos cães.» Ao ouvir isto, exclama, animada pela sua fé: «é verdade, Senhor; mas também os cachorrinhos comem as migalhas que caem da mesa dos seus donos.» Jesus, movido por tal fé, não pode deixar de louvá-la e de lhe conceder imediatamente o que ela pede: «Ó mulher, grande é a tua fé; seja-te feito como queres!» E, ao mesmo tempo, a sua filha ficou curada (Mt 15, 22-28).

A maioria destes exemplos são, sem dúvida, curas corporais; mas, da mesma forma, e também devido à fé, nosso Senhor perdoa os pecados e concede a vida eterna. Considerai o que Ele diz a Madalena, quando a pecadora se lança aos seus pés e os rega com as suas lágrimas: «os teus pecados são perdoados». A remissão dos pecados é, sem dúvida, uma graça de ordem puramente espiritual. Então, por que Jesus Cristo restaura a

Madalena a vida da graça? Pela sua fé. Jesus Cristo diz exatamente as mesmas palavras que àqueles a quem curou das suas doenças corporais: «Vai; a tua fé te salvou» (Lc 7, 50). Vamos, finalmente, ao Calvário. Que magnífica recompensa promete ao Bom Ladrão, atendendo à sua fé! Este ladrão era provavelmente um bandido; mas na cruz, e quando todos os inimigos de Cristo o molestam com sarcasmos e troças: «Se realmente é, como disse, Filho de Deus, desça da cruz, e nós creremos n'Ele», o ladrão confessa a divindade de Cristo, que vê abandonado pelos seus discípulos, e morrendo num madeiro, já que fala a Jesus do «seu reino», precisamente no momento em que vai morrer, e pede-Lhe um lugar nesse reino. Que fé no poder do Cristo agonizante! Como toca o coração de Jesus Cristo! «Em verdade, estarás hoje comigo no Paraíso.» Ele perdoa-lhe todos os seus pecados apenas por esta fé, e promete-lhe um lugar no seu reino eterno. A fé era a primeira virtude que Nosso Senhor exigia dos que se aproximavam d'Ele, e a primeira que agora exige de nós.

Quando, antes da sua Ascensão ao Céu, envia os Apóstolos a continuar a sua missão em todo o mundo, o que Ele exige é fé; e podemos dizer que nela sintetiza a realização da vida cristã: «Ide, ensinai todas as nações… o que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado.» Quer isto dizer que só a fé é suficiente? Não; os Sacramentos e a observância dos Mandamentos são igualmente necessários, mas um homem que não crê em Jesus Cristo não tem nada a ver com os Seus Mandamentos nem com os Sacramentos. Por outro lado, se nos aproximamos dos seus Sacramentos, se observamos os seus preceitos, é porque cremos em Jesus Cristo; A fé, portanto, é a base da nossa vida sobrenatural.

A glória de Deus exige de nós que, durante o tempo da nossa vida terrena, O sirvamos com a fé. Essa é a homenagem que ele espera de nós e que constitui toda a nossa prova, antes de alcançarmos a meta final. Chegará um dia em que veremos Deus face a face; A sua glória consistirá então em comunicar-se plenamente em todo o seu esplendor e em toda a claridade da sua eterna bem-aventurança; mas, enquanto estamos aqui em baixo, faz parte do plano divino que Deus seja para nós um Deus oculto; aqui em baixo, Deus quer ser conhecido, adorado e servido na fé; Quanto mais extensa, viva e prática for, mais agradável nos tornaremos ao olhar divino.

2. Natureza da fé: assentimento ao testemunho de Deus que proclama que Jesus é o seu Filho

Mas me direis: em que consiste a fé? De um modo geral, pode-se dizer que a fé é uma adesão da nossa inteligência à palavra de outro. Quando um homem íntegro e leal nos diz alguma coisa, nós a aceitamos, temos *fé* na sua palavra; dar a sua palavra a alguém é dar-se a si mesmo.

A fé sobrenatural é a adesão da nossa inteligência, não à palavra de um homem, mas à palavra de Deus. Deus não pode enganar-se nem enganar-nos; a fé é uma homenagem prestada a Deus, considerado como verdade e autoridade supremas.

Para que esta homenagem seja digna de Deus, devemos submeter-nos à autoridade da sua palavra, quaisquer que sejam as dificuldades que o nosso espírito nela possa encontrar. A palavra divina afirma-nos a existência de mistérios que ultrapassam a nossa razão; a fé pode exigir-nos naquilo que os sentidos e a experiência nos parecem apresentar de modo muito diferente do modo como Deus as apresenta a nós; mas Deus exige que a nossa convicção na autoridade da Sua revelação seja tão absoluta que, se toda a criação nos afirmasse o contrário, diríamos a Deus, apesar de tudo: «Meu Deus, eu creio, porque Tu o disseste».

Crer, diz S. Tomás, é dar, sob o domínio da vontade, movido pela graça, o assentimento, a adesão do nosso intelecto à verdade divina [*Ipsum autem credere est actus intellectus assentientis veritati divinæ ex imperio voluntatis sub motu gratiæ*. II-II, q.2, a.9].

O espírito é o que crê, mas nem por isso está ausente o coração; e Deus nos infunde no Batismo, para que possamos cumprir este ato de fé, um poder, uma força, um «hábito»: a virtude da fé, pela qual a nossa inteligência é levada a admitir o testemunho divino em nome da sua veracidade. Nisto reside a própria essência da fé, embora esta adesão e este amor compreendam naturalmente um número infinito de graus. Quando o amor que nos inclina a crer nos conduz de modo absoluto à plena aceitação, teórica e prática, do testemunho de Deus, a nossa fé é perfeita e, como tal, opera e manifesta-se na caridade *[Fides nisi ad eam spes accedat et caritas*

neque unit perfecte Christo, neque corporis eius vivum membrum efficit. Conc. Trid., sess. VI, cap.7].

Mas o que é em concreto esse testemunho de Deus que devemos aceitar pela fé? Eis em resumo: *Que Cristo Jesus é o seu próprio Filho, enviado para a nossa salvação e santificação*.

Só em três ocasiões ouviu o mundo a voz do Pai, e todas as três para afirmar que Cristo é o seu Filho, o seu único Filho, digno de toda a complacência e de toda a glória: «Escutai-O» (Mt 3, 17; 17, 5; Jo 12,28). Este é, como o próprio Senhor disse, o testemunho de Deus ao mundo quando lhe deu o Seu Filho. «O Pai, que me enviou, é quem dá testemunho de Mim» (Jo 5, 37. Veja-se todo o texto desde o versículo 31). E para confirmar este testemunho, Deus deu ao seu Filho o poder de operar milagres: ressuscitou-o dos mortos. Nosso Senhor diz-nos que a vida eterna depende da plena aceitação desse testemunho. «Esta é a vontade do Pai que me enviou, que todo o que veja e creia no Filho tenha a vida eterna» (*Ib* 6, 40, +17, 21); e insiste com frequência neste ponto: «Em verdade vos digo: quem crê naquele que me enviou tem a vida eterna… passou da morte para a vida» (*Ib.*. 5, 24).

Comungando no mesmo sentimento, São João escreve palavras como estas, sobre as quais não nos cansaremos de meditar: «Deus amou de tal modo o mundo que chegou a dar-lhe o seu Filho unigénito». E por que lhe deu? «Para que todo o que n'Ele crê não pereça, mas tenha a vida eterna», e acrescenta a título de explicação: «Porque Deus não enviou o seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que por meio dele o mundo seja salvo; quem n'Ele crê não é condenado, mas quem não crê já está condenado pela mesma razão que quem não crê no nome do Filho unigénito de Deus» (Jo 3, 16-18). «Julgar» tem aqui, como traduzimos, o significado de condenar, e São João diz que quem não crê em Cristo já está condenado; Reparai bem nesta expressão: «Já está condenado»; o que equivale a ensinar que aquele que não tem fé em Jesus Cristo buscará a sua salvação em vão: a sua causa está já desde agora julgada. O Pai Eterno quer que a fé em Seu Filho, por Ele enviado, seja as primeira disposição da nossa alma e a base de nossa salvação. «Quem crê no Filho tem a vida eterna, mas quem não crê

no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus permanece sobre ele» (*Ib*. 3, 36).

Deus atribui tal importância a que creiamos no seu Filho que a sua cólera permanece – note-se o tempo presente: «permanece» a partir de agora e sempre – sobre aquele que não crê no seu Filho. O que significa tudo isto? Que a fé na divindade de Jesus é, segundo o desígnio do Pai, o primeiro requisito para a participação na vida divina; Crer na divindade de Jesus Cristo é crer em todas as outras verdades reveladas. Toda a Revelação pode ser considerada contida neste supremo testemunho que Deus nos dá de que Jesus Cristo é Seu Filho; e toda a fé, pode dizer-se que está igualmente implícita na aceitação deste testemunho. Se, de facto, cremos na divindade de Jesus Cristo, pelo próprio facto de crermos em toda a revelação do Antigo Testamento que encontra toda a sua razão de ser em Cristo; admitimos também toda a revelação do Novo Testamento, pois tudo o que os Apóstolos e a Igreja nos ensinam não é senão o desenvolvimento da revelação de Cristo.

Assim, a íntima convicção de que nosso Senhor é verdadeiramente Deus constitui o primeiro fundamento de toda a vida espiritual; Se compreendermos bem esta verdade e tirarmos as consequências práticas que ela implica, a nossa vida interior estará cheia de luz e fecundidade.

3. A fé na divindade de Jesus Cristo é o fundamento da nossa vida interior; O cristianismo é a aceitação da divindade de Cristo na Encarnação

Insistamos um pouco mais nesta verdade importantíssima. Durante a vida mortal de Jesus Cristo, a sua divindade estava oculta sob o véu da humanidade; era objeto de fé até mesmo para aqueles que viviam com Ele.

Sem dúvida, os judeus estavam cientes da sublimidade da sua doutrina. «Que homem», disseram, «Nunca homem algum falou como este homem» (Jo 7, 46). Viam «obras que só Deus pode fazer» (*Ib*. 3, 2). Mas viam também que Cristo era homem; e diz-se-nos que nem mesmo os seus vizinhos, que não o tinham conhecido fora da oficina de Nazaré, acreditavam nele, apesar de todos os seus milagres (*Ib*. 7, 5).

Os Apóstolos, embora fossem seus ouvintes permanentes, não viam a sua divindade. No episódio já mencionado, em que vemos nosso Senhor perguntar aos seus discípulos quem ele é, São Pedro responde: «Tu és Cristo, o Filho do Deus vivo». Mas nosso Senhor observa imediatamente que São Pedro não falou assim porque tinha evidência natural, mas apenas por causa de revelação feita pelo Pai; e por causa desta revelação, proclama-o bem-aventurado.

Mais de uma vez lemos no Evangelho que discordavam os judeus entre si com respeito a Cristo. Por exemplo, por ocasião da parábola do bom pastor que voluntariamente dá a vida pelas suas ovelhas, alguns disseram: «Está possuído pelo demónio; perdeu a sensatez: por que o escutais?» Outros, por seu lado, responderam: «Reflitamos um pouco: acaso as suas palavras são as de alguém possuído pelo demónio?» E acrescentavam, aludindo ao milagre do cego de nascimento curado por Jesus alguns dias antes: «Pode um demónio abrir os olhos de um cego?»

Alguns judeus, querendo então saber o que deviam esperar, rodeiam Jesus e dizem-lhe: «Até quando nos vais ter sem saber que o devemos aceitar? Se és o Cristo, diz-nos francamente.» E o que é que lhes responde Jesus, nosso Senhor? «Já vos disse, e não acreditais em mim, que as obras que faço em nome do meu Pai dão testemunho de mim», e acrescenta: «Mas não acreditais em mim porque não sois do número das minhas ovelhas; as minhas ovelhas ouvem a minha voz; conheço-as, e eles seguem-me: dei-lhes a vida eterna, e nunca perecerão, nem ninguém os pode arrebatar-mas; ninguém os arrebatará da mão do meu Pai que mas deu, porque eu e o meu Pai somos um.» Então os judeus, tomando-o como blasfemo, já que ele ousava proclamar-se igual a Deus, juntam pedras para apedrejá-lo. E como Jesus lhes perguntasse por que agiam de tal forma: «Apedrejamos-te», respondem, «por causa das tuas blasfémias, porque pretendes ser Deus, quando não és mais do um homem». Qual é a resposta de Jesus? Nega a censura? Não; pelo contrário, confirma-o, é certo o que pensam: igual ao Pai; compreenderam bem as suas palavras, mas apraz afirmá-las de novo: é o Filho de Deus, «porque», disse, «faço as obras do meu Pai, que me enviou, e, além disso, pela natureza divina, «o Pai está em mim e eu estou no Pai» (Jo 10, 37-38).

Assim, como vedes, a fé na divindade de Jesus Cristo é para nós, como para os judeus do seu tempo, o primeiro passo para a vida divina: crer que Jesus Cristo é o Filho de Deus, Deus em pessoa, é a primeira condição necessária para poder figurar no número das suas ovelhas, para poder ser agradável ao seu Pai. É certamente isto que o Pai nos exige: esta é a vontade de Deus: «que acrediteis Naquele que Ele enviou» (*Ib*. 6, 29). Não é outra coisa o cristianismo *senão a afirmação, com todas as suas consequências doutrinais e práticas, mesmo as mais remotas, da divindade de Cristo na Encarnação*. O reino de Cristo, e com ele a santidade, estabelecem-se em nós na medida da pureza, esplendor e plenitude da nossa fé em Jesus Cristo. Reparai e vereis como a santidade é o desenvolvimento da nossa condição de filhos de Deus. Acima de tudo, pela fé, nascemos para aquela vida de graça que nos faz filhos de Deus: «Todo aquele crê que Jesus é o Cristo, é filho de Deus» (1 Jo 5, 1). Não chegaremos a ser realmente verdadeiros filhos de Deus enquanto a nossa vida não estiver fundamentada nesta fé. O Pai dá-nos o seu Filho para que Ele seja tudo para nós: o nosso modelo, a nossa santificação, a nossa vida: «Recebei o meu Filho, porque n'Ele encontrareis tudo»: «Como juntamente com o seu Filho não nos daria todas as outras coisas?» (Rm 8,32). «Recebendo-O, recebeis-Me, e chegareis por Ele e n'Ele, a ser meus filhos muito amados.» O mesmo dizia nosso Senhor: «Quem crê em mim não só tem fé em mim, mas esta sobe até ao Pai que me enviou» (Jo 12, 44).

Lemos em São João: «se recebemos o testemunho dos homens», se acreditarmos razoavelmente no que os homens nos afirmam, «todavia, muito maior do que o testemunho humano é o testemunho de Deus»; e, repitamos mais uma vez: este testemunho de Deus não é outro senão o testemunho que o Pai deu de que Cristo é seu Filho. «Quem crê no Filho de Deus possui em si mesmo este testemunho de Deus; Por outro lado, quem não crê no Filho considera-O mentiroso, porque não crê no testemunho dado por Deus a respeito do seu Filho» (1 Jo 5, 9-10). Estas palavras contêm uma profunda verdade. Em que consiste este testemunho? «No facto de Deus nos ter dado a vida eterna, que reside no Filho; de forma que quem tem o Filho tem a vida; e quem não O tem, tampouco tem a vida» (*Ib.* 11-12). O que significam estas palavras?

Para compreender, devemos voltar à própria fonte da vida em Deus, apoiada pela luz da Revelação. Toda a vida do Pai na Santíssima Trindade consiste em «dizer» o seu Filho, o seu *Verbo*-palavra, em gerar, por meio de um ato único, simples, eterno, um Filho semelhante a Ele, a quem pode comunicar a plenitude do seu ser e das suas perfeições. Nesta *Palavra*, infinita como Ele, neste Verbo único e eterno, o Pai não cessa de reconhecer o seu Filho, a sua própria imagem, «o esplendor da sua glória». E toda a palavra, todo o testemunho que Deus nos dá exteriormente sobre a divindade de Cristo, por exemplo: o que nos deu no batismo de Jesus: «Eis o meu Filho muito amado», é apenas o eco, no mundo sensível, do testemunho que o Pai dá a Si mesmo no santuário da divindade, expresso por uma palavra na qual todo Ele se encerra e que é a sua vida íntima.

Portanto, ao receber esse testemunho do Pai Eterno, ao dizer a Deus: «Esta criancinha deitada numa manjedoura é vosso Filho; adoro-o e me entrego todo a Ele. Este adolescente que trabalha na oficina de Nazaré é vosso Filho; adoro-o. Este homem, crucificado no Calvário, é vosso Filho; Eu o adoro. Esse fragmento de pão são as aparências sob as quais se oculta o vosso Filho; adoro-O nelas». Quando dizemos ao próprio Jesus Cristo: «Tu és o Cristo, o Filho de Deus», e quando nos prostramos ante Ele, rendendo-Lhe todas as nossas energias, quando todas as nossas ações estão de acordo com esta fé e brotam da caridade, que faz perfeita a fé; então, toda a nossa vida se converte em eco da vida do Pai que eternamente «expressa» o seu Filho numa palavra infinita; porque sendo constante esta «expressão» do Filho por parte do Pai, não cessando jamais, abrangendo todos os tempos, sendo um eterno presente, ao «expressarmos» a nossa fé em Cristo, associamo-nos à própria vida eterna de Deus. É o que nos diz São João: «O que crê que Jesus Cristo é o Filho de Deus, tem consigo o testemunho de Deus», esse testemunho mediante o qual o Pai *diz* o seu Verbo.

4. Exercício da virtude da fé; fecundidade da vida interior baseada na fé

Por muito que nos multiplicásseemos, não repetiríamos nunca suficientemente esses atos de fé na divindade de Cristo. Recebemos esta fé

no Batismo, e não devemos deixá-la enterrada ou adormecida no fundo do coração; pelo contrário, devemos pedir a Deus que a aumente; devemos exercitá-la nós mesmos, pela repetição de atos. E quanto mais pura e viva for, mais penetrará a nossa existência e tanto mais sólida, verdadeira, luminosa, segura e fecunda será a nossa vida espiritual. *Pois a profunda convicção de que Cristo é Deus e que nos foi dado encerra em si toda a nossa vida espiritual*: dessa íntima convicção nasce a nossa santidade como da sua fonte e, quando a fé está viva, penetra através do véu da humanidade que esconde dos nossos olhos a divindade de Cristo. Quer se nos mostre num presépio sob a forma de uma criança débil; quer numa oficina de operário; quer como profeta, sempre alvo das contradições dos seus inimigos; quer na ignomínia de uma morte infame, quer já sob as espécies do pão e do vinho, a fé diz-nos com invariável certeza que sempre é o Filho de Deus, o próprio Cristo, Deus e Homem verdadeiro, igual ao Pai e ao Espírito Santo em majestade, em poder, em sabedoria, em amor. Quando esta convicção chega a ser profunda, então arrasta-nos a um ato de intensa adoração e de abandono na vontade d'Aquele que, sob o véu de homem, permanece o que é, Deus todo-Poderoso e perfeição infinita.

Devemos, se não o fizemos até agora, prostar-nos aos pés de Cristo e dizer-lhe: «Senhor Jesus, Verbo encarnado, creio que és Deus; Deus verdadeiro gerado de Deus verdadeiro. Não vejo a tua divindade, mas a partir do momento em que o teu Pai me diz: «Este é o meu Filho amado», creio e porque creio quero submeter-me inteiramente a ti, corpo, alma, razão, vontade, coração, sensibilidade, imaginação, todas as minhas energias. Quero que se cumpram em mim as palavras do salmista: «Que todas as coisas vos estejam submetidas a título de homenagem. «Submeteste tudo aos seus pés» (Sl 8, 8; +Hb 2, 8); Quero que sejas o meu chefe, que o teu evangelho seja a minha luz e que a tua vontade seja o meu guia. Não quero pensar de forma diferente da que tu pensas, pois és a verdade infalível, nem agir de outra forma da que queres, pois és o único caminho que conduz ao Pai, nem procurar satisfação e alegria fora da tua vontade, uma vez que és a própria fonte da vida. «Possui-me todo inteiro, pelo teu Espírito, para glória do Pai». – Com este ato de fé, construimos o verdadeiro fundamento da nossa vida espiritual: «Ninguém pode pôr outro fundamento senão o que já foi estabelecido, isto é, Cristo Jesus» (1 Cor 3, 11; + Col 2, 6).

Se renovarmos frequentemente este ato, então Cristo, como diz São Paulo, «habita nos nossos corações» (Ef 3, 17), ou, por outras palavras, reina permanentemente, como mestre e rei das nossas almas; chega, numa palavra, a ser em nós, por meio do seu Espírito, o princípio da vida divina. Renovemos pois, sempre que pudermos, este ato de fé na divindade de Jesus, certos de que, cada vez que o fazemos, fortalecemos cada vez mais o fundamento da nossa vida espiritual, tornando-a pouco a pouco inabalável. Ao entrar numa igreja e ver a lamparina que brilha em frente ao tabernáculo, anunciando a presença de Jesus Cristo, Filho de Deus, que a nossa genuflexão seja mais do que uma simples cerimónia feita por rotina, mas que seja uma homenagem de fé íntima e de profunda adoração ao nosso Senhor, como se O víssemos no esplendor da sua glória. Ao cantar ou recitar a *Glória* da Missa todos estes louvores e súplicas a Jesus Cristo: «Senhor Deus, Filho de Deus, Cordeiro de Deus, que está sentado à direita do Pai. Só Tu és o Santo, só Tu o Senhor, só Tu o Altíssimo, com o Espírito Santo na glória de Deus Pai, então que esses louvores saiam do coração e não dos lábios. Ao ler o Evangelho, façamo-lo com a convicção de que quem nele fala é o Verbo de Deus, luz e verdade infalíveis que nos revela os segredos da divindade. Ao cantar no *Credo* a geração eterna do Verbo, à qual a humanidade devia estar unida, não nos detenhamos na superfícje do sentido das palavras ou na beleza do canto; mas ouçamos nelas o eco da voz do Pai que contempla o seu Filho e testemunha que é igual a Ele: *Filius meus es tu, ego hodie genui te*. Ao cantar: *Et incarnatus est*, «e encarnou», inclinemos interiormente todo o nosso ser num ato de humildade perante o Deus que se fez Homem e no qual o Pai colocou todas as suas complacências. Ao receber Jesus na Eucaristia, aproximemo-nos com tão profunda reverência como se O víssemos presente face a face.

Tais atos, repetidos, são muito agradáveis ao Pai Eterno, porque todas as suas exigências – e estas são infinitas – se resumem num ardente desejo de ver o seu Filho glorificado.

E quanto mais o Filho esconde a sua divindade e se abaixa por nosso amor, mais profundamente devemos louvá-lo e prestar-lhe homenagem como Filho de Deus. Ver o seu Filho glorificado é o supremo desejo do Pai: «Eu o glorifiquei, e o glorificarei novamente» (Jo 12, 28); é uma das três palavras do Pai eterno que o mundo ouviu: com elas quer glorificar Jesus

Cristo, seu Filho e seu igual, honrando a sua humildade: porque se humilhou, exalte-o o Pai e dê-lhe um nome superior a todo nome, para que todo o joelho se dobre diante dele, e toda a língua anuncie que nosso Senhor Jesus Cristo participa da glória de seu Pai (Fil 3, 7-9). Portanto, quanto mais Cristo se humilhou, fazendo-se pequenino, escondendo-se em Nazaré, suportando as fraquezas e misérias humanas compatíveis com a sua dignidade, padecendo como um homem perverso a morte no madeiro (Is 53, 12) e escondendo-se na Eucaristia; quanto mais a sua divindade é atacada e negada pelos incrédulos, tanto mais elevado deve ser o lugar em que O colocamos na glória do Pai e dentro do nosso coração; mais profundo o espírito de intensa reverência e completa submissão com que devemos entregar-nos a Ele sem reservas, e mais generoso o trabalho com que nos consagramos incansavelmente à extensão do Seu reino nas almas.

Tal é a verdadeira fé, a fé perfeita na divindade de Jesus Cristo, que, convertida em amor, permeia todo o nosso ser, abrangendo praticamente todas as ações e todo o complexo da nossa vida espiritual, e constitui como que a própria *base* do nosso edifício sobrenatural, de toda a nossa santidade.

Para ser verdadeiramente *fundamento*, a fé deve informar e sustentar as obras que realizamos e tornar-se o princípio de todos os nossos progressos na vida espiritual [*Iustificati… in ipsa iustitia per Christi gratiam accepta, cooperante fide bonis operibus crescunt ac magis sanctificatur*. Conc. Trid., Sess. VI, c. 10]. «Eu», diz São Paulo na sua Carta aos Coríntios, «segundo a graça que Deus me deu, coloquei em vós, como hábil arquiteto, o cimento do edifício espiritual, pregando-vos Jesus; cada um preste atenção ao modo como constrói o edifício sobre esse alicerce» (1 Cor 3, 10).

São as nossas obras que formam e elevam este edifício espiritual. São Paulo diz, além disso, que «o justo vive pela fé» (Rm 1, 17) [É digno de nota que São Paulo insiste nesta verdade em três ocasiões: +Gál 3, 11 e Hb 10, 38]. O «justo» é aquele que, pela justificação recebida no Batismo, foi criado na justiça e possui em si a graça de Cristo e, também, as virtudes infusas da fé, da esperança e do amor; Esse justo *vive* pela fé. Viver é o mesmo que ter em si um princípio interior, fonte de movimentos e operações. É certo que o princípio interior que deve animar os nossos atos para que sejam atos de vida sobrenatural, proporcionados à bem-

aventurança final, é a graça santificante; mas é a fé que introduz a alma no reino do sobrenatural. Não seremos participantes da adoção divina enquanto não recebermos Cristo, e não receberemos Cristo, a não ser pela fé. A fé em Jesus Cristo leva-nos à vida, à justificação, pela graça; por isso diz São Paulo que o justo viverá pela fé. Na vida sobrenatural, a fé em Jesus Cristo é um poder tanto mais ativo quanto mais profundamente enraizada estiver na alma. A fé começa por aceitar todas as verdades que constituem matéria adequada a esta virtude e, como, para ela, Cristo é tudo, tudo vê através do prisma divino de Cristo; e da própria pessoa de Cristo debruça-se e sustenta-se sobre o que Ele disse, fez ou realizou e o que instituiu: a Igreja, os sacramentos, tudo o que constitui asse organismo sobrenatural estabelecido por Cristo para que as nossas almas vivam a vida divina. Além disso, a íntima e profunda convicção que temos da divindade de Cristo põe em marcha a nossa ação para cumprir generosamente os seus mandamentos, para permanecer inabaláveis na tentação; «fortes na fé» (1 Pedro 5, 9) para preservar a esperança e a caridade apesar de todas as provações.

Oh, que intensidade de vida sobrenatural se encontra nas almas intimamente convencidas de que Jesus é Deus! Que fonte abundante de vida interior e de apostolado incessante é a persuasão, cada dia mais forte e enraizada, de que Cristo é a Santidade, a Sabedoria, o Poder e a Bondade por excelência!…

«Creio, meu Jesus, que tu és o Filho do Deus vivo; creio, sim, mas digna-te aumentar ainda mais a medida da minha fé.»

5. Por que devemos ter fé viva, especialmente no valor infinito dos méritos de Cristo. Como a fé é fonte de alegria

Há um ponto sobre o qual desejo deter-me, porque, mais do que qualquer outro, deve constituir o objeto explícito da fé, se quisermos viver plenamente da vida divina: é a fé no valor infinito dos méritos de Jesus Cristo.

Já apontei esta verdade ao expor como Jesus Cristo constituiu o preço infinito da nossa santificação. Mas quando falamos de fé, é importante

voltar a ela, pois é a fé que nos permite aproveitar todas aquelas riquezas inesgotáveis que Deus nos dá em Jesus.

Deus legou-nos um dom imenso na pessoa do seu Filho Jesus; Cristo é um relicário no qual estão encerrados todos os tesouros que o conhecimento e a sabedoria divinas puderam reunir para nós. Ele mesmo, pela sua paixão e pela sua morte, mereceu o privilégio de poder fazer-nos participantes destas riquezas, e agora vive no céu, suplicando continuamente por nós diante do seu Eterno Pai. — Mas devemos conhecer o valor deste dom e o uso que devemos fazer dele. Cristo, com a plenitude da sua santidade e o valor infinito dos seus méritos e do seu crédito, constitui este dom; mas este dom não nos será útil senão na proporção da medida da nossa fé. Se esta for rica, viva, profunda, se está à altura de tão excelso dom, na medida em que seja possível a uma criatura, não terão limites as comunicações divinas feitas às nossas almas pela santa humanidade de Jesus; por outro lado, se não temos um apreço sem limites pelos méritos infinitos de Cristo, é porque a nossa fé na divindade de Jesus não é suficientemente intensa, e aqueles que duvidam desta eficácia divina ignoram o que significa a humanidade de um Deus.

Devemos exercitar frequentemente essa fé nos méritos e satisfações adquiridos por nosso Senhor para nossa santificação.

Quando oramos, apresentemo-nos ao Pai Eterno com uma *confiança inabalável* nos méritos do seu Filho divino: Nosso Senhor pagou, saldou e adquiriu tudo; e «sem cessar apela constantemente ao seu Pai por nós» (Hb 7, 25). Digamos ao Senhor, em vista disto: «Meu Deus, bem sei que sou um pobre miserável; que não faço mais que aumentar todos os dias o número dos meus pecados; sei que diante da vossa infinita santidade, de mim mesmo não sou senão lama e barro diante do sol; mas prostro-me diante de Vós. Sou membro, pela graça, do corpo místico do vosso Filho, do vosso Filho que me comunicou essa mesma graça, depois de me ter resgatado com o seu sangue. Agora que tenho a fortuna de Lhe pertencer, não queirais expulsar-me da presença da vossa divina face.»

Não, Deus não pode expulsar-nos quando nos apoiamos no valor do seu Filho, pois o Filho trata o Pai de igual para igual. Além disso, reconhecendo que nada valemos por nós mesmos, nem somos capazes de fazer nada, «sem

mim nada podeis fazer» (Jo 15, 5), e que, pelo contrário, esperamos tudo de Cristo, em particular, aquilo que nos é necessário para vivermos segundo a vida divina, «tudo posso naquele que me conforta», reconhecemos que este Filho divino é tudo para nós, que foi constituído como nosso Chefe e Pontífice; e deste modo, afirma São João, prestamos ao Pai – «que ama o Filho», e quer que tudo chegue até nós pelo seu Filho, «porque que lhe deu poder absoluto no que se refere à vida das almas» – uma homenagem gratíssima. Enquanto, pelo contrário, a alma que não tem esta confiança *absoluta* em Jesus, não O reconhece plenamente naquilo que Ele é: Filho muito amado do Pai, e, portanto, não oferece ao Pai a glorificação que Ele tanto aprecia. O Pai deseja «que todos dêem glória ao Filho como glorificam o Pai. Quem não dá glória ao Filho, também não dá glória ao Pai que o enviou» (Jo 5, 23).

Do mesmo modo, quando nos aproximamos do sacramento da Penitência, tenhamos grande fé na eficácia divina do sangue de Jesus, esse sangue que lava as nossas almas das suas faltas, purifica-as, renovando as suas forças e devolvendo-lhes a sua primitiva beleza, sangue que nos é aplicado no momento da absolvição juntamente com os méritos de Cristo, e que foi derramado em nosso benefício devido ao incomparável amor de Jesus. Méritos infinitos, sim, mas adquiridos à custa de sofrimentos incríveis e de ultrajantes afrontas. *Se conhecesses o dom de Deus!*

Do mesmo modo, quando assistis à Santa Missa, estais presentes no sacrifício comemorativo do sacrifício da Cruz. O Homem Deus oferece-se por nós no altar, como fez no Calvário. Embora o modo como Ele se oferece seja diferente, o próprio Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, imola-se no altar para nos tornar participantes dos seus infinitos merecimentos. Se a nossa fé fosse viva e profunda, com que reverência assistiríamos a este sacrifício e com que santa ânsia acudiríamos todos os dias – em conformidade com os desejos da nossa santa Madre Igreja — à sagrada Mesa para nos unirmos a Cristo! Com que confiança inabalável receberíamos Cristo no momento em que se nos dá totalmente: a sua humanidade e a sua divindade, os seus tesouros e os seus merecimentos. Dá-se-nos Ele próprio, o resgate do mundo, o Filho em quem Deus pôs todas as suas complacências! «*Se conhecesses o dom de Deus!*»

Quando fazemos frequentes atos de fé no poder de Jesus Cristo e no valor dos seus merecimentos, a nossa vida torna-se um cântico perpétuo de louvores à glória deste Pontífice supremo, mediador universal e doador de toda a graça; com o qual entramos plenamente nos pensamentos eternos, no plano divino, e adaptamos as nossas almas aos objetivos santificantes de Deus, ao mesmo tempo que nos associamos ao seu desejo de glorificar o seu amantíssimo Filho: «Eu o glorifiquei e o glorificarei novamente» (*Ib*. 12, 28).

Aproximemo-nos, pois, de nosso Senhor; só Ele sabe dizer-nos palavras de vida eterna. Recebamo-lo com uma fé viva, onde quer que esteja presente; nos sacramentos, na Igreja, no seu corpo místico, no próximo, na sua providência, que dirige ou permite todos os acontecimentos, mesmo os adversos. Recebamo-lo, qualquer que seja a forma que assuma e quando vier, com *total adesão à sua palavra divina e completa entrega ao seu serviço*. É nisto que consiste a santidade.

Todos lemos no Evangelho o episódio, narrado por São João com detalhes deliciosos, da cura do cego de nascença (Jo 9, 1-38). Depois de curado por Jesus, no dia de sábado, foi repetidamente questionado pelos fariseus, inimigos do Salvador; querem fazê-lo confessar que Cristo não é profeta, pois não observa o repouso que a Lei de Moisés prescreve no dia de sábado. Mas o pobre cego não sabe grande coisa; invariavelmente responde que um certo homem chamado Jesus o curou, mandando lavar-se numa fonte; é tudo o que ele sabe e logo no princípio lhes responde. Os fariseus não conseguem tirar nada dele contra Cristo e acabam expulsando-o da sinagoga, porque ele afirma que nunca se ouviu dizer que um homem abriu os olhos de um cego e que, portanto, Jesus deve ser enviado por Deus. Tendo ouvido falar desta expulsão, tendo procurado encontrar-se com ele nosso Senhor, perguntou-lhe: «Crês no Filho de Deus?» O cego respondeu: «Quem é, Senhor, para que eu creia nele?» Que prontidão de alma! Jesus disse-lhe: «Já o viste, e é ele mesmo que está a falar contigo». E imediatamente o pobre cego dá fé à palavra de Cristo: «Creio, Senhor» e, na intensidade da sua fé, prostra-se aos pés de Jesus para O adorar; abraça os pés de Jesus e, em Jesus, toda a obra de Cristo (Jo 9, 38).

O cego de nascença é a imagem da nossa alma curada por Jesus, libertada das trevas eternas e devolvida à luz pela graça do Verbo encarnado (+Santo Agostinho. *In Joan*., XLIV, 1). Onde quer que Cristo lhe apareça, deve dizer: «Quem é, Senhor, para que eu creia n'Ele?» (Jo 9, 36). E depois, imediatamente, deve entregar-se completamente a Cristo, ao seu serviço, aos interesses da sua glória, que é também a do Pai. Agindo sempre assim, passamos a viver pela fé. Cristo habita e reina em nós e a sua divindade é, pela fé, princípio de toda a nossa vida.

Esta fé, que se completa e se manifesta através do amor, é também para nós fonte e manancial de alegria. Disse nosso Senhor: «Bem-aventurados os que não viram e creram» (Jo 20, 29), e pronunciou estas palavras, não para os seus discípulos, mas principalmente para nós. Mas por que proclama nosso Senhor «bem-aventurados» aqueles que crêem n'Ele? A fé é causa de alegria, porquanto nos faz participar do conhecimento de Cristo. Ele é o Verbo eterno, que nos ensinou os segredos divinos. «O Unigénito que habita no seio do Pai é que O deu a conhecer» (*Ib*. 1, 18). Crendo no que Ele nos disse, temos o mesmo conhecimento que Ele. A fé é fonte de alegria, porque é também fonte de luz e de verdade, que é o bem da inteligência.

É também fonte de alegria, pois permite-nos possuir em germe os bens futuros; é «a substância das realidades eternas que nos foram prometidas» (Hb 11, 1). O próprio Jesus Cristo diz-nos: «Quem crê no Filho de Deus tem a vida eterna» (Jo 3, 36). Reparai no tempo presente «tem»; ele não fala no tempo futuro «terá», mas fala como de um bem cuja posse já está assegurada [*Dicitur iam finem aliquis habere propter spem finis obtinendi*. I-II, q.69, a.2; e o Doutor Angélico acrescenta: *Unde et Apostolus dicit: Spe salvi facti sumus*. Vale a pena ler todo este artigo]; Da mesma forma vimos como, aludindo aos que não crêem, diz que já «está» julgado. A fé é uma semente, e toda a semente carrega em si o germe do futuro fruto. Afastando tudo o que a possa diminuir, empatar e menosprezar; desenvolvendo-a pela oração e pelo exercício; proporcionando-lhe uma ocasião constante de se manifestar no amor, a fé põe à nossa disposição a substância dos bens vindouros e faz nascer uma *esperança* inabalável: «Quem n'Ele crê não será confundido» (Rm 9, 33).

Permaneçamos, como diz São Paulo, «fundados na fé» (Col 1, 23); «fundados em Cristo e confiantes na fé»: «Já que recebestes Jesus Cristo, nosso Senhor, andai com Ele, enxertados na sua raiz, edificados sobre Ele e fortalecidos na fé, como aprendestes» (Col 2, 6.7).

Permaneçamos, pois, firmes; pois esta fé deve ser posta à prova por este século de incredulidade, blasfémia, ceticismo, naturalismo, respeito humano, que nos rodeia com o seu ambiente insalubre. Se formos firmes na fé, diz São Pedro, - o Príncipe dos Apóstolos, sobre quem Cristo fundou a sua Igreja quando proclamou que Cristo era o Filho de Deus, - a nossa fé será «um título de louvor, de honra e de glória quando aparecer Jesus, em quem acreditais e a quem amais sem nunca O terdes visto com os vossos olhos. Mas em quem não podeis crer, sem que esse ato de fé faça brotar nos vossos corações a fonte inesgotável de uma alegria indescritível, porque o fim e a recompensa desta vida é a salvação e, consequentemente, a santidade das vossas almas» (1 Pd 1, 7-9).

II
O batismo, sacramento de adoção e de iniciação, morte e vida

O Batismo, primeiro de todos os Sacramentos

A primeira disposição de uma alma diante da Revelação que lhe foi feita do plano divino da nossa adoção em Jesus Cristo é, como vimos, a fé. A fé é a raiz de toda a justificação e o princípio da vida cristã, e adere-se, quanto ao seu objeto principal, à divindade de Jesus enviado pelo Pai para realizar a nossa salvação: «Nisto consiste a vida eterna: «Que te conheçam, como um só Deus verdadeiro! e a Jesus Cristo, a quem enviaste» (Jo 17, 3).

A partir deste ato inicial, que consiste em crer em Cristo, expande-se e estende-se, se assim podemos dizer, a tudo o que diz respeito a Cristo: os sacramentos, a Igreja, as almas, a toda a Revelação, alcançando a perfeição quando, sob a inspiração do Espírito Santo, se transforma em amor e adoração, através da entrega total do nosso ser ao fiel cumprimento da vontade de Jesus e do seu Pai.

Mas só a fé não é suficiente.

Quando o divino Mestre envia os seus Apóstolos para continuarem na terra a sua missão santificadora, diz que «quem não crê será condenado»; e nada mais acrescenta em relação aos que se recusam a acreditar, porque a fé é a raiz de toda a santificação; tudo o que se faz sem ela é completamente desprovido de valor perante Deus. «Sem fé é impossível agradar a Deus» (Hb 11, 6); mas para os que crêem, acrescenta Cristo, como condição de incorporação no seu reino, a receção do Batismo: «Quem crer e for batizado será salvo» (Mc 16, 16). São Paulo afirma também que «quem recebe o Batismo está revestido de Cristo» (Gal 3, 27). Este sacramento, portanto, é a condição da nossa incorporação em Cristo.

O Batismo é, em ordem, o primeiro de todos os sacramentos; a primeira infusão em nós da vida divina é realizada através do Batismo, e todas as comunicações divinas ou sobrenaturais convergem para esse sacramento ou normalmente o pressupõem; É daí que vem a sua importância.

Detenhamo-nos a considerá-lo. N'Ele encontraremos a origem dos nossos títulos de nobreza sobrenatural, uma vez que o Batismo é o sacramento da adoção divina e da iniciação cristã, e ao mesmo tempo descobriremos nele sobretudo, como em seu germe, o duplo aspeto da «morte ao pecado e de vida em Deus», que deve caracterizar toda a existência do discípulo de Cristo.

Peçamos ao Espírito Santo, que santificou com a sua virtude divina as águas batismais em que fomos regenerados, que nos faça compreender a grandeza deste sacramento e as obrigações nele contraídas. A sua receção marcou para nós o momento para sempre abençoado em que nos tornámos filhos do Pai Celestial, irmãos de Jesus Cristo, e quando as nossas almas foram consagradas, como um templo vivo, ao Espírito Santo.

1. Sacramento de adoção divina

O batismo é o *Sacramento da adoção divina*. Já expliquei que, por adoção divina, nos tornamos filhos de Deus. O batismo é como o nascimento espiritual pelo qual nos é conferida a vida da graça.

Possuímos dentro de nós, em primeiro lugar, a vida natural, que recebemos dos nossos pais, segundo a carne. Por ela entramos na família humana; esta vida dura alguns anos, depois termina com a morte. Se não tivéssemos outra vida além desta, nunca veríamos a face de Deus. Ela nos faz filhos de Adão e, portanto, desde o momento de nossa concepção, somos manchados com o selo do pecado original. Nascidos da raça de Adão, recebemos uma vida envenenada na sua origem, e compartilhamos o infortúnio do chefe da nossa raça; nascemos, diz São Paulo, *Filii irae*, «filhos da ira»; «sempre que nasce um homem, nasce Adão, nasce um condenado de outro condenado» [*Quisquis nascitur, Adam nascitur, damnatus de damnato*. Santo Agustín, *Enarr. em Ps*. CXXXII].

Esta vida natural, que tem as suas raízes no pecado, é em si mesma estéril para o Céu. «A carne de nada serve» (Jo 6, 64).

Mas esta vida natural, *Ex voluntate viri, ex voluntafe carnis*, não é toda a vida. Deus deseja, além disso, dar-nos uma vida superior, que, sem

destruir a vida natural, naquilo que nela há de bom, a supera, a enriquece e endeusa; por outras palavras, Deus quer comunicar-nos a sua própria vida.

Recebemos a vida divina mediante um novo nascimento, um nascimento espiritual, que nos faz nascer de Deus: «Nasceram de Deus» (*Ib*. 1, 13). Que a vida é uma participação na vida de Deus, é imortal em si mesma (1 Pd 1, 23); e se conseguirmos possuí-la na terra, tê-la-emos como uma promessa antecipada de bem-aventurança eterna. Pelo contrário, se não a possuímos, somos para sempre excluídos da sociedade divina.

Ora bem, o meio ordinário instituído por Cristo para nascer para esta vida não é outro senão o Batismo. Já conheceis pelo relato de São João (Jo 3, 1 ss.) o episódio da conversa de Nicodemos com Cristo Nosso Senhor. O doutor da lei, membro do grande Conselho, vai ver Jesus, sem dúvida para se tornar seu discípulo, porque considera Cristo como um profeta. À sua pergunta, Jesus respondeu: «Em verdade, em verdade te digo que ninguém pode gozar do reino de Deus sem antes nascer de novo»; e Nicodemos, que não compreende, atreve-se a perguntar: «Como pode nascer um homem velho? Pode ele voltar novamente ao ventre de sua mãe e renascer?» Que lhe responde o Senhor? O mesmo que dissera antes, mas explicou: «Em verdade, em verdade te digo: ninguém pode entrar no reino de Deus senão renasce pela água e pela graça do Espírito Santo.» [«Ser batizado, isto é, submergir-se na água para ser purificado, era uma coisa muito comum entre os judeus; restava apenas explicar-lhes que haveria um Batismo no qual, unindo a água ao Espírito Santo, o espírito do homem seria renovado.» Bossuet. *Méditations sur l'Evangile, la Cène*, XXXVIe jours]. E depois contrasta entre si as duas vidas, a natural e a sobrenatural: «Porque o que nasce da carne é carne, e a que nasce do Espírito é espírito»; e conclui como no início: «Não te surpreendas que tenha dito que é necessário que nasças de novo».

A Igreja, no Concílio de Trento [Sess. VII, *De Bapt*., cânon 2], expôs e fixou a interpretação desta passagem, aplicando-a ao Batismo e declarando que a água regenera a alma pelo poder do Espírito Santo. A ablução da água, o elemento sensível, e a efusão do Espírito Santo, o elemento divino, unem-se para produzir um nascimento sobrenatural, como dizia São Paulo: «Deus salvou-nos, não em virtude das obras de justiça que tenhamos feito

pessoalmente, mas por causa da sua misericórdia, fazendo-nos renascer pelo Batismo e renovando-nos pelo Espírito Santo. que Ele derramou sobre nós em abundância, por Jesus Cristo nosso Senhor; para que, justificados pela sua graça, nos tornemos, pela esperança, herdeiros da vida eterna» (Tit 3, 5.7).

Vedes, portanto, que o Batismo constitui o sacramento da adoção: imersos nas águas do batismo, nascemos para a vida divina. Por isso São Paulo chama ao batizado «homem novo» (Ef 3, 15; 4, 24), pois Deus, fazendo-nos participar livremente da sua natureza por um dom que supera infinitamente as nossas exigências, cria-nos, de certo modo, de novo; e somos, segundo outra expressão do Apóstolo, «uma nova criação» (2 Cor 5, 17; Gál 6,15). E porque esta vida é divina, é toda a Trindade que nos favorece com este dom.

No princípio do mundo, a Trindade presidiu à criação do homem: «Façamos o homem à nossa imagem e semelhança» (Gn 1, 26). Do mesmo modo, também em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo se realiza o nosso novo nascimento, apesar de ser, — como o demonstram as palavras de Jesus e de São Paulo, — especialmente atribuídas ao Espírito Santo, uma vez que a adoção tem como fonte o amor de Deus: «Admirai o grande amor que o Pai nos mostrou, porque quis que fôssemos chamados e que sejamos efetivamente filhos de Deus » (1 Jo 3, 1).

Este pensamento é muito destacado nas orações com que o bispo abençoa as águas batismais destinadas ao Sacramento, no Sábado Santo. Eis algumas particularmente significativas: «Envia, Deus Todo-Poderoso, o Espírito de adoção para regenerar estes novos povos que a fonte batismal vai engendrar». «Dirige, Senhor, o teu olhar para a Igreja e multiplica nela as tuas novas gerações.» Em seguida, o oficiante invoca o Espírito divino para que santifique essas águas: «Digne-se o Espírito Santo fecundar, pela impressão secreta da sua divindade, esta água preparada para a regeneração dos homens, para que, tendo concebido esta fonte divina de santificação, se veja sair do seu seio puríssimo uma raça celestial, uma criatura renovada. Todos os ritos misteriosos que a Igreja se deleita em prodigalizar neste momento, não menos do que as invocações de uma bênção tão magnífica e simbólica, insistem neste pensamento: que é o Espírito Santo que santifica

as águas, para que todos os que nelas sejam imersos nasçam para a vida divina depois de terem sido purificados de todas as manchas: «Desça sobre todas estas águas o poder do Espírito Santo.» Para que todo o homem a quem se aplique este mistério de regeneração renasça para a perfeita inocência de uma nova infância.»

Tal é a grandeza deste Sacramento, sinal eficaz da nossa adoção divina; por Ele tornamo-nos verdadeiramente filhos de Deus e incorporados em Cristo; Ele abre-nos as portas de todas as graças celestiais. Atentai nesta verdade: todas as misericórdias de Deus para connosco, todas as suas condescendências, provêm da adoção. Quando dirigimos o olhar da nossa alma para a divindade, a primeira coisa que se nos apresenta e nos revela os planos amorosos e eternos de Deus para connosco é o decreto da nossa adoção em Jesus Cristo; todos os favores com que Deus pode encher uma alma na terra, até que chegue o momento de comunicar-se a ela para sempre na bem-aventurança da sua Trindade, têm como primeiro elo, — ao qual os outros estão ligados, — esta graça inicial do Batismo: neste momento predestinado entramos na família de Deus, tornamo-nos da raça divina e recebemos, em germe, a herança divina.

No momento do Batismo, pelo qual Cristo imprime em nossas almas um caráter indelével, recebemos o «penhor do Espírito» divino (2 Cor 1, 22; 5, 5), que nos torna dignos das complacências do Pai e nos garante, se formos fiéis em conservar esse penhor, todos os favores prometidos aos que Deus olha como seus filhos.

Por isso, os santos, que têm uma ideia tão clara das realidades sobrenaturais, sempre tiveram em alta estima a graça batismal; O dia do batismo significava para eles algo como a aurora das liberdades divinas e da glória futura.

2. Sacramento da iniciação cristã; simbolismo e graça do Batismo explicados por São Paulo

O Batismo parecerá ainda maior se o considerarmos no seu aspecto de *Sacramento da iniciação cristã*.

A adoção divina faz-se em Jesus Cristo. Tornamo-nos filhos de Deus para nos tornarmos, pela graça, semelhantes ao Filho único do Pai: nunca esqueçamos que «Deus não nos predestinou à adoção, a não ser no seu Filho amado» (Rm 8, 29).

Por outro lado, as satisfações de Cristo são as que nos valeram esta graça, assim como Cristo é nosso modelo quando queremos viver como filhos do Pai celestial. Compreenderemos isto perfeitamente se nos lembrarmos do modo como a iniciação cristã era realizada na era primitiva.

Nos primeiros séculos da Igreja, o Batismo era normalmente conferido apenas aos adultos, após um longo período de preparação, durante o qual o neófito era instruído nas verdades em que deveria acreditar. No Sábado Santo, ou melhor, na própria noite de Páscoa, o sacramento era administrado no batistério, uma capela separada da igreja, como ainda se vê nas catedrais italianas. Terminados pelo bispo os ritos de bênção da fonte batismal, o catecúmeno, isto é, o aspirante ao batismo, descia à fonte; lá, como indica a palavra grega *baptixein*, era submerso na água, enquanto o pontífice pronunciava as palavras sacramentais: «Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo». O catecúmeno ficava como que sepultado sob as águas, de onde saía pelos degraus na borda oposta da fonte; ali o esperava o padrinho, que o limpava da água santa e o vestia. Quando todos os catecúmenos estavam batizados, o Bispo entregava-lhes uma veste branca, símbolo da pureza dos seus corações; depois benzia-os na testa com uma unção de óleo consagrado, dizendo: «O Deus todo-poderoso, que te regenerou pela água e pelo Espírito Santo e vos perdoou todos os pecados, te consagre também para a vida eterna». Terminados todos estes ritos, a procissão voltava a dirigir-se à basílica, precedida pelos recém-baptizados, vestidos de branco e levando nas mãos uma vela acesa, símbolo de Cristo, luz do mundo. Começava então a Missa da Ressurreição, que celebrava o triunfo de Cristo saindo do sepulcro, vitorioso e animado de nova vida, que comunicava a todos os seus eleitos. A Igreja considerava-se tão feliz com este novo aumento do rebanho de Cristo, que durante oito dias lhes reservava um lugar separado no templo, e a sua recordação preenchia a liturgia durante toda a oitava pascal.

[Os catecúmenos que, por não estarem presentes ou não terem preparação suficiente para o Batismo, não puderam recebê-lo na noite de Páscoa, recebiam-no na vigília de Pentecostes, na festa que comemora a visível descida do Espírito Santo sobre o Colégio Apostólico e encerra o tempo pascal, repetindo-se então os ritos solenes da bênção da fonte e administração do Sacramento. Nesta ocasião aumentava o simbolismo, pois àqueles ritos respeitantes à Páscoa – que perduravam durante todo o período pascal – vinham a acrescentar-se os referentea à memória do Espírito Santo, que pela sua virtude e eficácia divinas regenera as almas na pia batismal. Como a liturgia da Oitava da pascal, as Missas da Oitava de Pentecostes contêm mais de uma alusão aos recém-batizados].

Como vedes, essas cerimónias estão cheias de simbolismo e, como o próprio São Paulo afirma, significam a morte, o sepultamento e a ressurreição de Cristo, das quais o cristão participa.

Mas há mais do que simbolismo: há a graça produzida; e, embora os ritos antigos, carregados de simbolismo, tenham sido simplificados desde a introdução do uso do batismo das crianças, a virtude do sacramento permanece íntegra. O simbolismo é como a superfície externa do sacramento; os ritos permanecem, substancialmente e, conjuntamente com eles, a graça íntima do sacramento-

São Paulo explica profundamente o simbolismo primitivo e a graça batismal. Vejamos primeiro a síntese do seu pensamento, para que nos faça compreender melhor as suas próprias palavras. A imersão nas águas da fonte representa a morte e o sepultamento de Cristo; participamos dela enterrando o pecado nas águas sagradas, juntamente com todos os afetos ao mesmo, aos quais também renunciamos com ele; «o homem velho» [O velho em São Paulo indica o homem natural que nasce e vive moralmente, filho de Adão, antes de ser regenerado no Batismo pela graça de Jesus Cristo] manchado com a culpa de Adão, desaparece debaixo das águas e é como se estivesse sepultado, como um morto (só eles são sepultados) num sepúlcro. A saída da fonte batismal é o nascimento do homem novo, purificado do pecado, regenerado pela água que o Espírito Santo fecunda. A alma é embelezada com a graça, princípio da vida divina, com as virtudes infusas e com os dons do Espírito Santo. Aquele que submergiu na fonte,

para nela deixar os seus pecados, era um pecador; mas tornou-se justo quando, à imitação de Cristo, que saíu radiante do sepulcro, sai dela para viver uma vida divina [*Ut unius eiusdemque elementi mysterio et finis esset vitiis et origo virtutibus*. Bênção solene das fontes batismais, no Sábado Santo].

Tal é a graça do Batismo, expressa pelo simbolismo; um simbolismo que melhor do que agora adquiria toda a sua proeminência e todo o seu completo significado quando o Batismo era ministrado na noite de Páscoa.

Ouçamos agora São Paulo (Rm 6): «Não sabeis que todos nós, que fomos batizados para nos tornarmos membros do corpo [místico] de Cristo, o fomos em virtude da sua morte?», isto é, a morte de Jesus é para nós a causa exemplar e a causa meritória da nossa morte para o pecado pelo Batismo. Porquê morrer? Porque Cristo, nosso modelo, morreu. Mas o que é que morre? A natureza viciada e corrompida, o «homem velho». Para quê? Para que sejamos livres do pecado. «Somos, pois, sepultados com Cristo no batismo, em conformidade com a sua morte, a exemplo de Jesus Cristo ressuscitado dos mortos, em virtude do glorioso poder do Pai, também nós caminhemos para uma vida nova». [*Complantati facti sumus similitudini mortis eius… Vetus homo noster simul crucifixus est, ut destruatur corpus peccati, et ultra non serviamus peccato. Rm 6,3-13. Sicut ille qui sepelitur sub terra, ita qui baptizatur immergitur sub aqua. Unde et in batismo fit trina immersio non solum propter fidem Trinitatis sed etiam ad repræsentandum triduum sepulturæ Christi, et inde est quod in sabbato sancto solemnis baptismus in Ecclesia celebratur*. São Tomás, *In Epist*. ad Rm., c. VI, 1,1].

Vejamos aqui formulada a obrigação que a graça batismal nos impõe: «viver uma vida nova», vida à qual Cristo, nosso modelo e exemplo, nos incita através da sua ressurreição. E porquê? Com efeito, «se reproduzimos, pela nossa união com Ele, a imagem da sua morte, devemos também reproduzir, com uma vida inteiramente espiritual, a imagem da sua vida de ressuscitado. O nosso *homem velho* foi crucificado com Ele, isto é, foi destruído pela morte de Cristo, para que não sejamos mais escravos do pecado. porque o que morreu está livre do pecado» [«O homem pecador», diz S. Tomás, «é sepultado pelo Batismo na paixão e morte de Cristo; é algo

como se ele mesmo sofresse e morresse os sofrimentos e a morte do Salvador. E assim como a paixão e a morte de Cristo têm o poder de satisfazer pelo pecado e por todas as dívidas do pecado, assim também a alma, associada pelo Batismo a essa satisfação, está livre de toda a dívida diante da justiça de Deus.» III, q.69, a.2]. No Batismo, portanto, renunciamos para sempre ao pecado.

Mas só isso não basta: recebemos também o germe da vida divina, e devemos também desenvolver em nós mesmos esse germe, como nos lembra seguidamente São Paulo. «Porque, — diz ele — se morremos com Cristo, cremos que devemos viver igualmente com Ele», sem que nunca cesse esse viver, «porque Cristo, que não é apenas modelo, mas também infunde em nós a sua graça. Uma vez ressuscitado não volta a morrer: a morte já não tem domínio sobre Ele; porque, tendo morrido para destruir o pecado, morreu apenas uma vez; mas, quanto a viver, vive para Deus e é imortal».

São Paulo conclui a sua exposição com este pedido dirigido àqueles que, pelo Batismo, participam na morte e na vida de Cristo, o seu modelo: «Assim, nem mais nem menos, deveis considerar também que, pelo Batismo estais realmente mortos para o pecado e que viveis para Deus em Jesus Cristo», a quem estais incorporados pela graça batismal (Rm 6, 10). 3-13).

Tais são as palavras do Apóstolo. Segundo ele, o Batismo representa a morte e ressurreição de Jesus Cristo, e produz o que significa e representa: faz-nos *morrer para o pecado e viver em Jesus Cristo*.

3. Como a existência de Cristo contém o duplo aspeto da «morte» e da «vida», que o Batismo reproduz em nós

Para que possais compreender ainda melhor esta profunda doutrina, esclareçamos este duplo aspeto da vida de Cristo, que se reproduz em nós através do Batismo e que deve imprimir um selo em toda a nossa vida.

Como já dissemos, o plano divino da adoção sobrenatural a que foi elevado Adão, foi frustrado pelo pecado. O pecado da cabeça da

humanidade é transmitido a toda a sua descendência, excluindo-os do reino eterno. Para que as portas do céu pudessem ser abertas novamente, era necessário uma reparação à ofensa divina, uma satisfação adequada e total, que apagasse a malícia infinita do pecado; o homem, simples criatura, era completamente incapaz de a poder oferecer: o Verbo encarnado, Deus feito homem, encarregou-se desta missão. E, por isso, toda a sua vida, até ao momento da consumação do seu sacrifício, foi marcada com um carácter de morte. É certo que nosso Senhor não incorreu na falta original, nem cometeu nenhum pecado pessoal, nem sofreu as consequências do pecado, incompatíveis com a sua divindade, como o erro, a ignorância, a doença; «assemelhando-se em tudo aos seus irmãos em todas as coisas, exceto que não cometeu pecado»; ele é o Cordeiro que tira os pecados do mundo e vem salvar os pecadores. Mas Deus colocou sobre os seus ombros as iniquidades dos pecadores; e uma vez que Cristo aceita, desde a sua vinda ao mundo, o sacrifício que o Pai lhe exigiu, toda a sua existência, desde a manjedoura até ao Calvário, está selada com o carácter de vítima. [Cristo, porém, não pode ser chamado *penitente* no sentido estrito da palavra; o *penitente* tem que saldar perante a justiça uma dívida pessoal, e Cristo é um «Pontífice santo e imaculado»; a dívida que paga é a dívida do género humano, e ele só a paga porque amorosamente se colocou em nosso lugar.] Vede-o nas humilhações de Belém, vede-o sofrer diante da ira de Herodes, vede-o viver como um humilde carpinteiro; vede-o durante a sua vida pública suportar o ódio dos seus inimigos, vede-o durante a sua dolorosa paixão, desde a agonia que inunda a sua alma de pavor e angústia, até ao abandono por parte do seu Pai na Cruz, «como um cordeiro levado ao matadouro» (Jr 11, 19), «como um verme maldito e pisado» (Sl 21, 7), porque «veio à semelhança da carne pecadora» (Rm 8, 3) e fez propiciação pelos crimes do mundo inteiro, não consegue saldar a dívida universal senão com a sua morte no madeiro.

Esta morte valeu-nos a vida eterna. Jesus Cristo faz que o pecado morra e seja destruído no exacto momento em que a morte O atinge, a Ele, vítima inocente de todos os pecados dos homens. «A morte e a vida travaram um combate singular; morre o autor da vida; mas, voltando a ela, reina e vence» [*Mors et vita duello conflixere mirando; Dux vitæ mortuus regnat vivus*. Sec. do dia de Páscoa]. Anteriormente, já o profeta tinha cantado este triunfo de Cristo: «Ó morte, eu serei a tua morte! Onde está, ó morte, a tua vitória?» E São Paulo, repetindo estas palavras, diz: «A morte foi tragada

pela vitória de Cristo saindo do sepulcro» (1 Cor 15, 54-55; +Os 13-14). «Com a sua morte, Ele destruiu a nossa morte e, ressuscitando, restituiu-nos a vida» *[Mortem nostram moriendo destruxit et vitam resurgendo reparavit*. Prefácio ao Tempo Pascal]. De fato, uma vez ressuscitado, Jesus Cristo assumiu uma nova vida. Cristo não morre mais, «a morte perde o seu domínio sobre Ele»; destruiu o pecado para sempre e a sua vida será uma vida para Deus, uma vida gloriosa, que se vê coroada no dia da Ascensão.

Dir-me-eis: A vida de Cristo não foi sempre uma vida para Deus? É certo que sim; Jesus Cristo viveu apenas para o Pai; vindo ao mundo, ofereceu-se inteiramente para fazer a vontade do seu Pai (Hb 10:9); nisto consiste o seu alimento: «O meu alimento consiste em fazer a vontade daquele que me enviou» (Jo 4, 34). Até a própria Paixão a aceita, movida pelo amor ao Pai (*Ib*. 14, 31); Apesar da repugnância da sua natureza sensível, aceita na agonia o cálice que lhe foi oferecido; não expira até que tudo tenha sido consumado. Ele pode muito bem resumir toda a sua vida dizendo: «Cumpri sempre o que era do agrado do Pai» (*Ib*. 8, 29), pois o que sempre procurou em tudo foi a glória do seu Pai. «Não procuro a minha glória, mas honro o meu Pai» (*Ib*id. 8, 49-50).

É verdade que, mesmo antes da sua ressurreição, nosso Senhor só vivia por Deus e para Deus; consagrou a sua vida a nada mais do que aos interesses do seu Pai, mas até então essa vida foi como que subordinada ao seu carácter de vítima. Mas, uma vez ressuscitado, já livre de toda a dívida para com a justiça divina, Cristo vive apenas para Deus e, doravante, tem uma vida perfeita, uma vida em toda a sua plenitude e em todo o seu esplendor, sem qualquer doença, sem a perspetiva de expiação, morte ou o menor sofrimento. Tudo em Cristo ressuscitado tem o caráter de vida; vida gloriosa, cujas admiráveis prerrogativas de liberdade e incorruptibilidade se manifestam, já neste mundo, ao olhar atónito dos discípulos ao seu corpo, agora livre de toda a servidão; vida que é um cântico ininterrupto de louvor e ação de graças, vida que será para sempre exaltada no dia da Ascensão, quando Cristo toma definitivamente posse da glória devida à sua humanidade.

Este duplo aspeto da morte e da vida, que caracteriza a existência do Verbo encarnado entre nós, e que atinge a sua máxima intensidade e

esplendor na Paixão e na Ressurreição, deve ser reproduzido por todos os cristãos, por todos aqueles que foram incorporados em Cristo pelo Batismo.

Convertidos em discípulos de Jesus na fonte sagrada, graças a um ato que simboliza tanto a sua morte como a sua ressurreição, devemos reproduzir esta morte e ressurreição durante os dias que devemos passar na terra. Santo Agostinho di-lo muito bem: «O nosso caminho é Cristo; olhemos então para Cristo; e vejamos como ele veio sofrer para merecer a glória; em busca de desprezos, para ser glorificado; morrer, para depois ressuscitar» (*Sermo*., LXII, c. 11). Este é apenas o eco daquilo que São Paulo nos disse anteriormente: «Deveis considerar-vos mortos para o pecado, ao qual renunciastes, para viverdes somente para Deus». [*Ita et vos existimate*. «Viver para o pecado, morrer para o pecado» são expressões comuns de São Paulo: significam: «permanecer no pecado, renunciar ao pecado».]

Ao contemplarmos Cristo, o que vemos n'Ele? Um mistério de morte e de vida: «Foi entregue à morte por causa dos nossos pecados e ressuscitou para a nossa santificação» (Rm 4, 25). Durante a sua vida, os cristãos revivem este duplo mistério que os torna semelhantes a Cristo. Ouçamos São Paulo tão explícito sobre este ponto: «Sepultados com Cristo, no Batismo, fostes restituídos pelo Batismo à vida eterna, depois de perdoadas todas as vossas ofensas; vós, que pelos vossos pecados estáveis mortos para essa vida» (Cl 2, 12-13). Assim como Cristo deixou no sepulcro as mortalhas que envolviam o seu santo corpo, e que eram um símbolo da sua morte e da sua vida passível, assim também nós deixamos todos os nossos pecados nas águas batismais, e como Cristo saiu vivo e livre do sepulcro, assim também saímos da pia sagrada, não só purificados de toda a falta, mas com a alma adornada com a graça santificante, graça que devemos à operação do Espírito Santo e que, com o seu cortejo de virtudes e dons, se torna para nós semente e princípio da vida divina. A alma tornou-se um templo onde habita a Santíssima Trindade e um objeto das complacências divinas.

4. Toda a vida cristã não é mais do que o desenvolvimento prático da dupla graça inicial conferida no Batismo; «morte ao pecado» e «vida

para Deus». Sentimentos que a memória do Batismo deve despertar em nós: gratidão, alegria e confiança

Há uma verdade já referida por São Paulo, uma verdade que não devemos perder de vista, e é que esta vida divina concedida por Deus, que recebemos apenas em germe, tem de crescer e desenvolver-se, assim como a nossa renúncia ao pecado e a nossa «morte ao pecado» têm de ser renovadas e mantidas incessantemente.

Perdemos tudo de uma vez com o pecado de Adão, mas Deus não nos restitui imediatamente no Batismo toda a integridade do dom divino, mas deixa em nós, para que se torne fonte de méritos, através das lutas que provoca, a concupiscência, foco do pecado, que tende a diminuir e destruir a vida divina. Assim, toda a nossa existência deve aperfeiçoar o que o Batismo inaugura; pelo Batismo, participamos no mistério e na virtude da morte e vida ressuscitada de Cristo. Realizou-se a «morte pelo pecado»; mas, por causa da concupiscência que permanece, temos que manter essa morte com a nossa contínua renúncia a Satanás, às suas inspirações e âs suas obras, e às solicitações do mundo e da carne. Em nós, a graça é o princípio da vida, mas é um germe que deve ser desenvolvido; o reino de Deus em nós é comparado pelo próprio Senhor a uma semente, a um grão de mostarda que se torna numa árvore frondosa. Assim acontece com a vida divina em nós.

Vede como São Paulo nos expõe esta verdade: «Pelo Batismo deixastes o homem velho descendente de Adão, juntamente com as suas obras de morte, e revestiste-vos do homem novo criado na justiça e na verdade, — a alma regenerada em Jesus Cristo pelo Espírito Santo — que se renova constantemente à imagem daquele que a criou» (Col 3, 9-10). Repete o mesmo aos seus amados fiéis em Éfeso: «Fostes ensinados na escola de Cristo a despojar-vos, considerando a vossa vida passada, do homem velho, corrompido por concupiscências enganadoras; a renovar-vos no mais íntimo da alma e revestir-vos do homem novo, criado por Deus, em justiça e verdadeira santidade» (Ef 4, 20-24). Por isso, neste mundo, enquanto realizamos a nossa peregrinação terrena, temos que prosseguir nesta dupla operação de morte ao pecado e de vida para Deus: *Ita et vos existimate*.

A vida cristã não é outra coisa senão o crescimento e desenvolvimento progressivo e contínuo, a aplicação prática, no decurso de toda a nossa existência humana, do duplo ato inicial verificado no Batismo, do duplo resultado sobrenatural da «morte» e da «vida» produzido por este sacramento. Nisso consiste todo o programa do cristianismo.

Do mesmo modo, também a nossa bem-aventurança final não é outra coisa senão a libertação total e definitiva do pecado, da morte e do sofrimento, e o glorioso florescimento da vida divina depositada em nós, ao imprimir-nos o carácter de batizado. Como vedes, é a morte e a própria vida de Cristo que se reproduzem na nossa alma desde o momento do Batismo; mas a morte é para a vida. Oh, quem compreendesse as palavras de São Paulo: «Vós, que sois batizados, revestistes-vos de Cristo» (Gal 3, 27). Não só revestido como uma peça de vestuário exterior, mas revestidos interiormente. [Esta verdade é significada pela veste branca usada pelos neófitos ao saírem da fonte batismal; agora, no batismo de crianças, o sacerdote, após a ablução regeneradora, coloca um véu branco sobre a pessoa batizada.] Somos «enxertados» n'Ele, sobre Ele, diz São Paulo, porque «Ele é a videira e nós somos os ramos», circulando em nós a sua seiva divina (+ Rm 11, 61 ss.), para «nos transformarmos n'Ele» (2 Cor 3, 18).

[Veja-se uma bela oração da Igreja contendo toda esta doutrina; note-se que ela é dita no sábado de Pentecostes, um pouco antes da bênção solene da pia batismal e da administração do batismo aos catecúmenos: «Deus todo-poderoso e eterno, que deste a conhecer à tua Igreja por meio do teu único Filho, que sois o viticultor celeste, que cuidas com amor, para que produzam frutos mais abundantes, os ramos que a sua união a este mesmo Cristo, a vinha verdadeira, torna fecundos; não permitas que os espinhos do pecado invadam o coração dos teus fiéis, que fizestes passar pela fonte batismal, qual vinha transplantada do Egito; protege-os pelo teu Espírito de santificação, para que neles abundem as riquezas de uma incessante colheita de boas obras.»]

Mediante a fé em Cristo, nós O recebemos no batismo; a sua morte é a *nossa* morte para Satanás, para as suas obras, para o pecado; a sua vida torna-se a *nossa* vida; esse ato inicial, que nos torna filhos de Deus, fez-nos

também irmãos e irmãs de Cristo, incorporados n'Ele, membros da sua Igreja, animados pelo seu Espírito. Batizados em Cristo, nascemos, pela graça, para a vida divina em Cristo. Por isso, diz São Paulo, temos que caminhar *in novitate vitae*. «Devemos empreender um novo teor de vida» (Rm 6, 4). Caminhemos, pois, não pelo caminho do pecado, ao qual renunciámos, mas pelo caminho da luz e da fé, sob a ação do Espírito divino, que nos permitirá produzir, com as nossas boas obras, abundantes frutos de santidade.

Renovemos muitas vezes a virtude deste sacramento de adoção e iniciação, *renovando* as promessas, para que Cristo, gerado em nossas almas pela fé, cresça cada vez mais em nós *ad gloriam Patris*. É uma prática muito útil de piedade. Olhemos para São Paulo: na Epístola ao seu discípulo Timóteo, ele pede-lhe que «ressuscite na sua alma a graça da sua ordenação sacerdotal». Quero dizer-vos o mesmo sobre a graça que recebestes no Batismo: fazei-a reaviver, renovando os votos então formulados pelo padrinho que vos representava.

Quando de manhã, por exemplo, Nosso Senhor está presente nos nossos corações após a Comunhão, renovemos com fé e amor as disposições do arrependimento, da renúncia a Satanás, ao pecado, ao mundo, para aderir apenas a Cristo e à sua Igreja; então a graça do Batismo brota, por assim dizer, das profundezas da alma, na qual o caráter do batizado está indelevelmente gravado; e esta graça produz, por obra de Cristo, que habita em nós, com o seu Espírito, como uma nova morte ao pecado; novas energias para resistir ao demónio; como um novo influxo de vida divina e um maior estreitamento dos laços que nos ligam a Jesus Cristo.

Assim, «cada dia, diz São Paulo, o homem terrestre, o homem natural, se aproxima cada vez mais da morte; mas o homem interior, que recebeu a vida pelo nascimento sobrenatural do Batismo e que foi recriado uma segunda vez na justiça de Cristo, o homem novo, renova-se de dia para dia » (2 Cor 4, 16).

Esta renovação, inaugurada no Batismo, continua durante toda a nossa vida cristã e continua até atingirmos a gloriosa perfeição da imortalidade eterna: «As coisas que se vêem agora são temporárias, mas as que não se vêem são eternas» (*Ib*. 18). «Neste mundo, continua ele, esta vida está

escondida no fundo da alma; mas certamente é traduzida externamente, por obras; porém o seu princípio permanece oculto dentro de nós; só no último dia, quando aparecer Cristo, *nossa vida*, apareceremos nós também na glória» (Cl 3, 3-4).

Antecipando este dia abençoado, em que brilhará em todo o seu esplendor a nossa renovação interior, devemos muitas vezes agradecer a Deus a adoção divina que nos concedeu no Batismo, a graça inicial da qual derivam todas as outras. A nossa grandeza tem a sua origem no Batismo, que nos comunicou a vida divina; sem ela, a vida humana, por mais brilhante que seja no exterior, por mais fecunda que pareça, não vale nada para a eternidade. O batismo é, em última análise, aquilo que comunica à nossa vida o início da sua verdadeira fecundidade. Este reconhecimento deve manifestar-se por uma fidelidade generosa e constante às promessas batismais, tão penetrados devemos estar do sentimento da nossa dignidade sobrenatural de cristãos, que devemos esforçar-nos por *afastar* e rejeitar firmemente tudo o que a possa manchar, e procurar, ao invés, com a máxima diligência, o que a favoreça. [*Deus… da cunctis qui christiana professione censentur et illa repuere quæ huic inimica sunt nomini, et ea auæ sunt apta sectari*. Oração do III domingo depois da Páscoa].

O primeiro sentimento que a graça batismal deve despertar em nós é o da gratidão, o segundo *o da alegria*. Nunca devemos pensar no Batismo sem um profundo sentimento de alegria interior. No dia do Batismo nascemos, em princípio, para a vida eterna; com efeito, possuímos um penhor dessa vida: a graça santificante que nos foi comunicada no sacramento e, uma vez alistados na família de Deus, temos o direito de participar na herança do seu Filho Unigénito. Que motivo de tanta alegria para uma alma pensar que, no feliz dia do Batismo, o olhar amoroso do Pai Eterno repousou amorosamente sobre ela, e a chamou — sussurrando docemente em seu ouvido o nome de filho — para participar das bênçãos de que Cristo está cheio!

Finalmente, e acima de tudo, devemos fomentar na nossa alma uma grande *confiança*, e no nosso relacionamento com o Pai celestial devemos lembrar-nos que somos seus filhos, através da participação na filiação de Jesus Cristo, nosso irmão mais velho. Duvidar da nossa adoção, dos direitos

que lhe são inerentes, é duvidar do próprio Cristo. Nunca esqueçamos que, no dia do nosso Batismo, «nos revestimos de Cristo» (Gal 3, 27), ou melhor, nos incorporámos n'Ele, e, portanto, temos o direito de nos apresentarmos diante do Pai Eterno e dizer-lhe: «Eu sou o teu primogénito»; falar-Lhe em nome do seu Filho, pedir-Lhe com toda a confiança tudo o que possamos necessitar.

A Santíssima Trindade, ao criar-nos, fê-lo «à sua imagem e semelhança». Ao conferir-nos a adoção no Batismo, imprime nas nossas almas os próprios traços de Cristo, e, por isso, vendo-nos adornados com a graça santificante, pela qual nos assemelhamos ao seu Filho divino, o Pai Eterno não pode deixar de nos conceder tudo o que lhe pedimos. confiando, não em nós mesmos, mas apoiando-nos n'Aquele em quem Ele colocou todas as suas complacências.

Tal é a graça e o poder que o Batismo nos confere: tornar-nos, por adoção sobrenatural, irmãos e irmãs de Cristo, capazes, com toda a verdade, de participar na sua vida divina e herança eterna: « revestistes-vos de Cristo» (Gal 3, 27).

Quando te darás conta, ó cristão, da tua grandeza e dignidade?… Quando proclamarás com as tuas obras que és de linhagem divina?… Quando viverás como digno discípulo de Cristo?…

PARTE II-A — A morte para o pecado

III
Delicta quis intelligit?

A morte para o pecado primeiro fruto da graça batismal, primeiro aspeto da vida cristã

Pelo seu simbolismo e pela graça que produz, o Batismo, como indica São Paulo, imprime em toda a nossa existência um duplo caráter de «morte pelo pecado» e «vida por Deus»: o cristianismo, propriamente falando, é uma vida, não há dúvida: «Vim para que tenham vida», diz-nos Nosso Senhor; é a vida divina, que da humanidade de Cristo, onde reside em toda a sua plenitude, transborda para cada alma. Ora, esta vida não se desenvolve em nós sem esforço; o seu desenvolvimento pressupõe a destruição prévia daquilo que se lhe opõe, isto é, o pecado; o pecado é o obstáculo que impede a vida divina; dificulta o seu desenvolvimento e até mesmo a sua permanência nas nossas almas.

Mas, dir-me-eis, o Batismo não destruiu o pecado em nós? Certamente que sim. Apaga o pecado original e, no caso dos adultos, também os pecados pessoais; e até mesmo remete as dívidas do pecado, e produz em nós a «morte ao pecado». Segundo os desígnios de Deus, de maneira definitiva, de modo que não devemos cair mais «na servidão do pecado».

O batismo, porém, não arranca a concupiscência; esse foco do pecado perdura em nós, porque Deus assim o quis, para que a nossa liberdade pudesse ser exercida na luta e no combate, e assim pudéssemos alcançar, nas palavras do Concílio de Trento, «uma ampla colheita de méritos» (*Catecismo*, c. XVI). A morte ao pecado, iniciada no Batismo, é para nós uma condição de vida; devemos seguir coibindo quanto posssível a ação da concupiscência, pois só com esta condição e na própria medida em que renunciamos ao pecado, aos seus hábitos e aos seus vínculos, a vida divina se desenvolverá nas nossas almas.

Um dos meios para conseguir esta necessária destruição do pecado é odiá-lo e em não pactuar com ele, assim como não se pactua com um inimigo que se odeia.

Para chegar a este ódio ao pecado, seria necessário conhecermos a sua profunda malícia e infernal fealdade. Mas quem pode conhecer adequadamente a malícia do pecado? «Para isso, seria necessário conhecer o próprio Deus, a quem o pecado ofende; por isso, o salmista exclama: «Quem compreende o que é o pecado?» (Sl 18,13).

Tentemos, no entanto, formar alguma ideia dela, mesmo que seja turva, à luz da razão, e sobretudo da Revelação. Suponhamos que um cristão cometa conscientemente um pecado grave: que deliberadamente viola, em matéria grave, um dos mandamentos da lei de Deus. O que faz essa alma? O que lhe acontece? Bem, ele simplesmente despreza a Deus; alista-se nas fileiras dos inimigos de Cristo para Lhe dar morte e, por outro lado, destrói em si mesma a vida divina: este é fruto do pecado.

1. O pecado mortal, desprezo na prática dos direitos e perfeições de Deus; causa dos sofrimentos de Cristo

O pecado, já foi dito, *é o mal de Deus*.

Este termo, como sabeis, não é estritamente exato, e só se ajusta ao nosso modo de falar, pois o sofrimento é incompatível com a divindade. O pecado *é o mal de Deus*, no sentido em que é a negação, por parte da criatura, da existência de Deus, da sua verdade, da sua soberania, da sua santidade, da sua bondade. O que faz, com efeito, a alma de que falei quando comete livremente uma ação contrária à lei de Deus? Praticamente nega que Deus seja a soberana sabedoria e tenha autoridade para poder legislar; de facto, nega a santidade de Deus e recusa-se a prestar-Lhe a adoração que lhe é devida; na prática, nega a sua omnipotência e o seu direito de reivindicar obediência de seres que receberam d'Ele todas as coisas. Não reconhece, além disso, a sua suprema bondade, digna de ser preferida a tudo o que não seja ela mesma; degrada Deus e coloca-o num grau inferior ao da criatura. *Non serviam!* «Não te reconheço, nem te servirei», repete a alma pecadora estas palavras de rebelde no dia da sua

rebelião. Será que ele as pronuncia verbalmente? «Não, pelo menos nem sempre; talvez não quisesse, mas di-lo em alta voz com as suas ações. O pecado é a negação prática das perfeições divinas, o desprezo prático dos direitos de Deus; praticamente, se a natureza da divindade não o tornasse impossível, a alma pecadora feriria a majestade e a bondade infinitas: destruiria Deus.

Não foi precisamente isso que aconteceu? O pecado não chegou ao ponto de matar Deus, quando Deus assumiu uma natureza humana?

Já dissemos como os sofrimentos e a paixão de Cristo constituem a revelação mais surpreendente do amor divino: «Nenhum amor supera este amor» (Jo 15, 13). Da mesma forma, não há revelação mais impressionante da imensa malícia do pecado. Contemplemos com fé, por alguns momentos, as dores que o Verbo encarnado teve que suportar quando chegou a hora de expiar o pecado. Dificilmente podemos suspeitar até que abismos de sofrimento e humilhação o pecado O fez descer. Cristo Jesus é o Filho unigénito de Deus; objeto das complacências do Pai; o seu Pai não deseja mais do que a sua glorificação: «Eu o glorifiquei e o glorificarei de novo» (*Ib*. 12, 28); está cheio de graça, nadando em graça; é um pontífice inocente. Embora seja verdade que Ele se assemelha a nós, Ele não conhece, contudo, o pecado; nem mesmo a menor imperfeição. «Quem», perguntava Ele aos judeus, «me arguirá de pecado?» (*Ib*. 8, 46). «O príncipe do mundo, isto é, Satanás, não encontrará em mim nada que lhe pertença» (*Ib*id. 14, 30). Tão certo é isto, que os seus maiores inimigos, os fariseus, esquadrinharam inutilmente a sua vida, examinaram a sua doutrina, espiaram também, como só o ódio é capaz de fazer, todos os seus atos e palavras, e não encontraram qualquer razão para o condenar. E, para inventar um pretexto, foi necessário recorrer a falsos testemunhos. Jesus é a própria pureza, o «reflexo das infinitas perfeições do seu Pai, o esplendor deslumbrante da sua glória» (Hb 1, 3).

Mas vede como o Pai tratou com tal Filho, chegado o momento em que Jesus pagou por nós a dívida devida à divina justiça pelos nossos pecados. Vede como foi maltratado este «Cordeiro de Deus» que ocupou o lugar dos pecadores. Quis o Pai Eterno, com esse querer a que nada resiste, destruí-Lo com sofrimentos (Is 53:10). Na alma santa de Jesus amontoam-se ondas de

tristeza, amargura, medo e cansaço a ponto de cobrirem o seu corpo imaculado com um suor de sangue; está de tal modo «perturbado e oprimido pelo dilúvio das nossas iniquidades» (Sl 17, 5) que, diante da repugnância que experimentou pela sua natureza sensível, pede ao Pai que o poupe de ter de beber o cálice de amargura que lhe é apresentado. «Meu pai! Se possível, afasta de mim este cálice!» Na véspera, na Última Ceia, não falou assim. «Quero», disse ele a seu Pai, pois ele é seu igual; mas agora, a vergonha com que os pecados dos homens, que Ele tomou sobre Si mesmo, dominam toda a sua alma, e como se Ele fosse um criminoso, dirige esta humilde súplica: «Pai, se for possível…»

Mas o Pai não quer; é a hora da justiça, a hora em que Ele deve entregar o seu Filho, o seu próprio Filho, como se fosse um joguete, ao poder das trevas. «Esta é a vossa hora e a hora do poder das trevas» (Lc 22, 53). Traído por um dos seus Apóstolos, abandonado pelos outros, negado pelo chefe de todos eles, Jesus Cristo torna-se, nas mãos da ralé, objeto de troças e ultrajes. Vede-O, o Deus Todo-Poderoso, esbofeteado; o seu adorável rosto, alegria dos santos, coberto de cuspidelas; ele é açoitado, a sua testa e cabeça são perfuradas com uma dolorosa coroa de espinhos; por escárnio, colocam um manto de púrpura sobre os Seus ombros, põem-Lhe uma cana na mão e, em seguida, a soldadesca dobra os joelhos diante d'Ele com insolente zombaria. Que cúmulo de ignomínias suportou Aquele diante do qual tremem os anjos! Contemplai-O! O Dono do mundo, tratado como um malfeitor, como um impostor, colocado em comparação com um reles criminoso que obtém as preferências das multidões! Vê-Lo colocado à margem da lei, condenado e pregado na cruz, entre dois ladrões, suportando as dores dos cravos que lhe perfuram os membros, a sede que o tortura; e ver as pessoas a quem Ele prestou tantos benefícios balançarem a cabeça com desprezo e proferir duros sarcasmos contra a vítima: «Vede: Ele salvou os outros, e não pode salvar-se a si mesmo! Descido da cruz e então, mas só então, creremos n'Ele.» Que humilhações e vexames!

Contemplemos o quadro aterrador, desenhado e descrito com muitos séculos de antecedência pelo profeta Isaías, das torturas de Cristo; nenhum versículo se lhe pode tirar; É necessário lê-los na íntegra, pois todos eles estão carregados de sentido:

«Muitos ficaram estupefactos ao vê-Lo, tão desfigurado estava. A sua aparência não era a de um homem, nem o seu rosto como o dos filhos dos homens; faltava-lhe uma figura e uma beleza que pudessem atrair os nossos olhos, e toda a aparência capaz de excitar o nosso amor; viu-se desprezado e abandonado pelos homens; homem de dores, visitado pelo sofrimento, um objeto tão repugnante, que diante dele todos cobrem o rosto; era o alvo de desprezo, sem que fizéssemos caso d'Ele. Verdadeiramente estava sobrecarregado com as nossas dores, enquanto o considerávamos um homem castigado, esquecido pela mão de Deus e sujeito a humilhações. Ele foi trespassado pelos nossos pecados e destroçado por causa da das nossas iniquidades; sobre Ele o Senhor fez cair a iniquidade de todos nós; era maltratado, e submete-se ao sofrimento, e não abre a boca, queixando-se, semelhante ao cordeiro levado ao matadouro, ou a ovelhas muda diante dos seus tosquiadores. Foi injustamente condenado à morte, e ninguém entre os da sua geração reagiu enquanto ele desaparecia do número de vivos, nem que sofria por causa dos pecados do seu povo. Porque agradou a Deus destroçá-lo com o sofrimento» (Is 53, 2ss.).

O que foi dito não é suficiente? Não, há mais: o nosso divino Salvador ainda não esgotou o cálice da dor. Contempla, alma minha, contempla o teu Deus pendurado na cruz; nem sequer tem aspeto de homem; tornou-se «o lixo, o objeto do desprezo de uma multidão enfurecida»: «Sou um verme e não um homem; vergonha dos homens e escória da plebe» (Sl 21, 7).O seu corpo é uma chaga, e a sua alma está como fundida e derretida pelo contínuo sofrimento e desprezo. E nesse momento, diz-nos o Evangelho, Jesus proferiu um profundo gemido: «Meu Deus, meu Deus! Por que me abandonaste?» Jesus é abandonado pelo Pai… Nunca saberemos que abismo profundo de atroz tortura implica este abandono de Cristo pelo seu Pai- Há nisso um mistério que nenhuma alma pode jamais compreender. Jesus abandonado pelo Pai! Acaso fez alguma outra coisa durante toda a sua vida senão cumprir a adorável vontade do Pai? Não cumpriu fielmente a missão que recebeu de manifestar o seu nome ao mundo? «Dei a conhecer aos homens o teu nome» (Jo 17, 6). Porventura não foi o amor – «para que o mundo saiba que eu amo o Pai» (*Ib*id. 14, 31) – que o fez decidir entregar-se? Sem dúvida algumas. Então, Pai Eterno, porque atormentais assim o vosso amado Filho? «Por causa do pecado do meu povo» (Isaías 53:8). A partir do momento em que Jesus Cristo se entregou por nós para dar plena e

completa satisfação pelos nossos pecados, o Pai já não vê n'Ele nada além do pecado com que Ele se revestiu, a tal ponto que «parecia que o verdadeiro pecador era Ele». «O que não tinha conhecido o pecadon, foi convertido em pecado» (2 Cor 5, 21); então chega a converter-se em «amaldiçoado» (Gal 3, 13). O Pai abandona-o e, ainda quando nas esferas superiores do seu ser Cristo conserve a alegria inefável da visão beatífica, semelhante abandono por parte do Pai mergulha a alma de Jesus numa dor tão profunda que lhe suscita este grito de insondável angústia: «Deus meu! Por que me abandonaste?» A justiça divina, pronta a castigar o pecado dos humens, «correu como uma torrente poderosa sobre o próprio Filho de Deus»: «Não poupou ao seu próprio Filho, entregando-O por todos nós» (Rm 8, 32).

Se quisermos saber agora o que pensa Deus do pecado, temos apenas que contemplar Jesus na sua Paixão. Quando vejo Deus castigar o seu Filho, a quem ama infinitamente, com a morte na cruz, começo a compreender o que é o pecado aos olhos de Deus. Oh! Se pudéssemos compreender, com a ajuda da oração, todo o sentido deste facto: que durante três horas esteve Jesus suplicando ao Pai: «Pai, se possível, aparta de mim este cálice», e que a resposta do Pai foi sempre: «Não!»; se entendíamos que Jesus tinha de pagar a nossa dívida com a última gota do seu sangue; que «apesar dos seus gemidos e gritos de angústia, apesar do seu choro» (Hb 5, 7), Deus «não o poupou». Se pudéssemos entender tudo isso, ah, então teríamos um santo horror ao pecado!

Como a malícia e a fealdade do pecado nos revelam todo aquele conjunto de vexames, ultrajes e humilhações pelas quais a alma de Jesus teve que passar! Quão poderosa deve ser a repugnância e quão grande deve ser o ódio de Deus ao pecado para punir Jesus além de toda a ponderação, a ponto de aniquilá-lo sob o peso do sofrimento e da ignomínia!

A alma que deliberadamente comete pecado, contribui com a sua parte para as dores e ultrajes que chovem sobre Cristo; contribui para amargurar o cálice que é apresentado a Jesus durante a sua agonia; junta-se a Judas para O trair com a soldadesca, para cobrir o rosto divino de cuspo, vendar-Lhe os olhos e esbofeteá-Lo no rosto; a Pedro, para negá-Lo; a Herodes, para fazer dele objeto de mofa e escárneo; à multidão, para exigir

insistentemente a sua morte; a Pilatos, para condená-lo cobardemente por meio de uma sentença iníqua; também acompanha os fariseus, que cospem em Cristo em agonia todo o veneno do seu ódio insaciável; os judeus que zombam d'Ele e o ferem com sarcasmos; enfim, para saciar a sua sede, oferecem a Jesus, no momento supremo, fel e vinagre. Isto é o que faz a alma que se recusa a submeter-se à lei divina; causa a morte do Unigénito de Deus, a morte de Jesus Cristo. Se alguma vez tivermos a infelicidade de cometer voluntariamente um único pecado mortal, nós fomos essa alma… e podemos dizer, com razão: «A Paixão de Jesus é obra minha. Ó Jesus, pregado na cruz, tu és o Pontífice santo, imaculado, a vítima inocente e sem mancha, e eu… Eu sou um pecador…»

2. O pecado mortal destrói a graça, princípio da vida sobrenatural

Além disso, o pecado mata a vida divina na alma, quebra a união que Deus quis estabelecer connosco.

Já dissemos que Deus quer comunicar-se a nós de um modo que ultrapasse as exigências da nossa natureza: Deus quer dar-se a si mesmo, não só como objeto de contemplação, mas também como objeto de união; realiza esta união no mundo, pressuposta a fé, pela graça. Deus é amor; o amor tende a unir-se ao objeto amado; mas, para isso, exige que o objeto amado se faça uma coisa com ele, e nisso consiste o divino amor.

O mesmo se aplica ao amor que Cristo professa por nós; o Pai envia-O «para que nos seja dado»: «Deus amou de tal modo o mundo que por ele deu o seu Filho unigénito» (Jo 3, 16). E Cristo vem ao mundo para dar-Se-nos e dar-Se-nos super-abundantemente, como convém a Deus: «Eu vim para que tenham vida e a tenham abundantemente» (*Ib*. 10, 10).

E ordena aos seus discípulos que «permaneçam n'Ele» (*Ib*. 15, 4). E para realizar esta união, nada o dissuade: nem as humilhações do berço, nem as obscuridades e angústias da vida pública, nem as dores da cruz; para completar esta união, institui os sacramentos, estabelece a Igreja, dá-nos o seu Espírito. Por sua vez, quando contempla todas essas prévias atuações divinas, a alma apressa-se a responder para se unir ao bem soberano.

Mas aqui o pecado é, em si mesmo, um obstáculo intransponível à união. «As vossas iniquidades interpõem-se entre vós e o vosso Deus» (Is 59, 2). Porquê? De acordo com a definição de S. Tomás, o pecado consiste em «afastar-se de Deus para se voltar para a criatura» [*aversio a Deo et conversio ad creaturam*. I-II, q.87, a.4]. É um ato conhecido, querido, pelo qual o homem se separa de Deus, do seu criador, do seu redentor, do seu pai, do seu amigo, do seu fim último, colocando diante de si qualquer criatura. Este ato pressupõe sempre uma escolha, na maioria das vezes implícita, mas sempre uma escolha, e na medida em que depende de nós, entre Deus e a criatura damos preferência à criatura pelo menos momentaneamente, e pode acontecer-nos que a morte nos fixe para sempre naquilo que escolhemos..

É isto, pois, o que é o pecado mortal deliberado: uma escolha, realizada premeditadamente. É como se alguém dissesse a Deus: «Meu Deus, sei que proíbis tal coisa e que, ao fazê-la, perderei a vossa amizade; mas, apesar disso, fá-la-ei.» É claro que compreendereis como o pecado mortal se opõe em si mesmo à união com Deus; Não se pode, pelo mesmo ato, unir-se a alguém e separar-se dele. «Ninguém — diz Nosso Senhor — pode servir a dois senhores (Lc 16, 13); amará um e odiará o outro.» A alma que dá entrada ao pecado grave prefere livremente a criatura e a sua própria satisfação ao próprio Deus e à lei de Deus; a união com Deus é inteiramente quebrada, e a vida divina é destruída, tal alma torna-se escrava do pecado (Jo 18, 34). O escravo do pecado não pode ser servo de Deus; entre Belial e Jesus, entre Cristo e Lúcifer, há absoluta incompatibilidade (2 Cor 6, 14-16). Uma vez que Jesus Cristo é a fonte da santidade, compreendereis também que a alma que se afasta d'Ele pelo pecado mortal se afasta da vida: a alma, que não tem vida sobrenatural senão pela graça de Cristo, torna-se, pelo pecado, um ramo morto, que não recebe a seiva divina; Por isso, o pecado, que rompe completamente a união estabelecida pela graça, é chamado mortal. Vedes, pois, que é um mal para nós, o mal oposto à nossa verdadeira felicidade: «Quem ama a iniquidade é verdadeiro inimigo da sua alma» (Sl 10, 6). O pecado, que destrói em nós a vida da graça. torna-nos incapazes de todo o mérito sobrenatural; tal alma não pode merecer coisa alguma de *condigno* em rigoroso e estrito direito, como quem possui a graça, nem mesmo é capaz de voltar para Deus. Se Deus lhe dá a contrição, é por misericórdia, porque acha por bem inclinar-se para a criatura caída.

Como sabeis, toda a atividade de uma alma em estado de pecado mortal é estéril, mesmo que, por outro lado, pareça brilhante aos olhos do mundo, na ordem natural. Ramo seco, que não recebe a seiva divina da graça por culpa própria, o próprio Jesus Cristo compara a alma que permanece neste estado «ao ramo seco que só é bom para ser lançada ao fogo para que nele seja consumido» (Jo 15, 6).

3. Expõe a alma à privação eterna de Deus

Já vos disse que Cristo invoca sempre o seu Pai em favor dos seus discípulos, para que neles abunde a graça. «Ele vive eternamente para rogar por nós» (Hb 7, 25). Mas a alma que permanece no pecado já não pertence a Cristo, mas ao demónio, pois Satanás toma o lugar de Cristo, e o demónio, exatamente o oposto de Cristo, constitui-se diante de Deus como o acusador desta alma: «É minha», diz ele a Deus; Afirma-o noite e dia porque lhe pertence efetivamente: «Acusador dos nossos irmãos, acusava-os sem descanso, dia e noite, diante do trono do Senhor» (Ap 12, 10).

Suponhamos agora que a morte surpreende essa alma sem que ela tenha tempo para se reconciliar. Tal presunção não é infundada, uma vez que O próprio Senhor nos adverte de que virá «como um ladrão, quando menos esperarmos» (*Ib*. 3, 3). O estado de aversão a Deus torna-se então imutável: o caráter depravado da vontade, já fixado no seu objeto, não pode ser alterado; a alma não pode mais voltar ao bem último do qual se separou para sempre [+ São Tomás, *IV Sentent*. 50:9, q.2, a.1; q.1]; a eternidade não faz nada além de ratificar e confirmar o estado de morte sobrenatural, livremente escolhido pela alma que se afasta de Deus. Já não é tempo de prova e misericórdia; é o tempo do julgamento e da justiça. Deus, então, «é o Deus das vinganças» (Sl 93, 1). E esta justiça é terrível, porque Deus, que depois reivindica os seus direitos até então desconhecidos e obstinadamente desprezados, apesar de tantas tréguas e apelos divinos, tem uma mão poderosa. «Porque Deus é um poderoso vingador» (Jr 51, 56).

Jesus Cristo, para o bem das nossas almas, quis revelar-nos esta verdade: Deus conhece todas as coisas na sua intimidade e essência, e julga-as infalivelmente com infinita precisão: «Há peso e medida nos juízos de

Deus» (Prov 16, 11), porque julga tudo desapaixonadamente (Sab 12, 18). Deus é a sabedoria eterna, que tudo regula com peso e medida; é a bondade suprema; aceitou as abundantes satisfações que Jesus ofereceu na cruz pelos crimes do mundo.

No entanto, quando chega a hora da eternidade, Deus persegue o pecado com ódio em tormentos sem fim, naquelas trevas, onde, segundo a afirmação do nosso bendito Salvador, não há nada além de choro e ranger de dentes (Mt 22,13); naquela *gehena*, onde o fogo não se apaga (Mc 9, 43); onde Cristo nos mostrou o rico perverso e de coração duro, implorando ao pobre Lázaro que lhe colocasse nos lábios a ponta do dedo mergulhada em água, «porque sofria muito cuelmente» (Lc 16, 24). Tal e tão grande é o horror que inspira a Deus, cuja santidade e poder são infinitos, o «Não!» com que a criatura respondeu com toda a deliberação e obstinadamente aos seus mandamentos; esta criatura, disse o próprio Jesus, irá para o suplício eterno (Mt 25, 46).

[Essa palavra ódio não indica um sentimento existente em Deus, mas o resultado moral produzido pela presença de Deus na criatura fixada para sempre no estado de pecado e rebelião contra a lei divina; o ódio de Deus é o exercício da sua justiça. É o exercício das leis eternas que seguem o seu curso livre.]

Esta pena de fogo, que nunca se extingue, é certamente terrível; mas que comparação tem com a de ver-se privado para sempre de Deus e de Cristo? Qual é a comparação de ser atraído com toda a energia natural do ser para o prazer divino e ser eternamente rejeitado? A essência do inferno é aquela sede inextinguível de Deus, que atormenta a alma criada por Ele e para Ele. Aqui em baixo, o pecador pode afastar-se de Deus, ocupando-se das criaturas; mas, uma vez na eternidade, encontra-se somente diante de Deus, e isto para perdê-lo para sempre. Só os que sabem o que é o amor de Deus podem compreender o que é perder o bem infinito: ter fome e sede de felicidade infinita e nunca a possuir! «Afastai-vos de Mim, malditos» (*Ib*id. 25, 41), diz o Senhor; Não vos conheço» (*Ib*. 25, 12); «Convidei-vos a participar na minha glória e bem-aventurança; Quis encher-vos de todas as bênçãos espirituais (Ef 1, 1-3), por isso vos dei o meu Filho, ungi-o com a plenitude da graça para que transbordasse para vós; Ele era o caminho que

devia conduzir-vos à verdade e conduzir-vos à vida; aceitou morrer por vós, deu-vos os seus méritos e satisfações, legou-vos a Igreja, deixou-vos o seu Espírito; o que deixei de vos dar para que um dia podesseis participer do banquete eterno que preparei para a glória deste meu Filho muito amado? Tivestes anos para responderes e não quisestes, desprezastes, insolentemente, as minhas ofertas misericordiosas; rejeitastes a luz e a vida. Já passou a hora, afastai-vos, sede amaldiçoados, porque não vos assemelhais ao Meu Filho. Não vos conheço, porque não trazeis em vós as suas características; não há lugar no seu reino, exceto para os irmãos que se assemelham a ele pela graça. Afastai-vos; ide para o fogo eterno preparado para o demónio e para os seus anjos, porque escolhestes o demónio pelo pecado e trazeis em vós a imagem de tal pai» (Jo 8, 44 e 1 Jo 3, 8). «Não vos conheço. Que sentença! Que tormento ouvir tais palavras da boca do Pai Eterno: «Não vos conheço, malditos!»

Então, diz Jesus, os pecadores clamarão desesperados: «Caí sobre nós, montanhas, cobri-nos» (Lc 23, 30); mas todos aqueles que são condenados, separados para sempre de Deus pelo pecado, são entregues para serem presas vivas do verme roedor do remorso, que nunca morre, do fogo que nunca se apaga; presa do poder dos demónios ferozes com raiva e agora com total liberdade, contra as suas vítimas, torturadas pelo mais trágico e horrível desespero. Com pesar de si mesmos, devem repetir aquelas palavras da Escritura, cuja evidência, para eles terrível, compreendem à luz da eternidade: «Senhor, tu és justo, os teus mandamentos são justos» (Sl 118, 137); eles encontram em si mesmos a justificação para tais juízos (+*ib*. 18:10). A condenação que pesa sobre nós e que não terá fim é obra nossa, é o resultado de um ato livre da nossa vontade; por isso, errámos» (Sab 5, 6).

Oh, que grande mal é o pecado que destrói a vida divina na alma e nela amontoa tantas ruínas e a ameaça com tão grandes castigos! Se uma vez cometemos um pecado mortal deliberado, já merecemos ser estabilizados por toda a eternidade nessa escolha do mal que preferimos; uma vez que assim não foi, temos razões para dizer a Deus: «Foi a tua misericórdia, Senhor, que me salvou» (Jr 3, 22).

O pecado é o mal de Deus, que, sendo santo, assim o condena por toda a eternidade. Se realmente amássemos a Deus, partilharíamos a sua aversão

ao pecado: «Vós que amais a Deus, odiai o mal» (Sl 96, 10). Está escrito de Nosso Senhor: «Amaste a justiça e odiaste a iniquidade» (*Ib*id. 44, 8). Peçamos-Lhe, sobretudo na oração frente ao crucifixo, qoe nos comunique esse repúdio do único verdadeiro mal das nossas almas.

Não é minha intenção basear a nossa vida espiritual no medo dos castigos eternos, pois, como diz São Paulo, não recebemos o espírito de temor servil, o espírito do escravo que tem medo do castigo, mas o espírito da adoção divina. Não esqueçais, porém, que Nosso Senhor, cujas palavras, como Ele mesmo diz, são espírito e vida (Jo 6, 64) para as nossas almas, recomenda-nos o temor, não dos castigos, mas do Todo-Poderoso, que pode perder para sempre «no inferno» o nosso corpo e a nossa alma. E note-se bem que, quando Nosso Senhor inculca nos seus discípulos este temor de Deus, fá-lo porque são «seus amigos» (Lc 12, 4), dá-lhes uma prova de amor, fazendo nascer neles este temor salutar. A Sagrada Escritura chama «bem-aventurados os que temem o Senhor» (Sl 111, 1), e há muitas páginas sagradas cheias desse louvor. Deus pede-nos esta homenagem de santo temor filial cheio de reverência, e não faltam, apesar disso, maus cujo ódio a Deus ronda a loucura e querem desafiar o Todo-Poderoso. Houve um ateu que disse: «Se existe um Deus, atrevo-me a suportar o Seu inferno por toda a eternidade, em vez de me curvar a Ele». Tolo, ele não seria capaz de aproximar um dedo à chama de uma vela, sem ter que o retirar imediatamente! Vede também como São Paulo insistia em que os cristãos se protegessem de todo o pecado. Ele conhecia as riquezas incomparáveis da misericórdia que Deus guarda para nós em Jesus Cristo. «Rico em misericórdia» (Ef 2, 4); ninguém as cantou melhor do que ele; ninguém como Ele foi capaz de encorajar a nossa fraqueza, recordando-nos o poder triunfante da graça de Jesus; além disso, ninguém como ele foi capaz de fazer nascer nas almas tanta confiança na super-abundância dos méritos e satisfações de Cristo, e ainda assim ele fala do pavor que a alma experimenta depois de ter resistido obstinadamente à lei divina, quando o último dia cai nas mãos do Deus vivo (Hb 10:31). Ó Pai celestial, livrai-nos do mal!…

4. Perigo das faltas veniais

Porquê falar-vos, dir-me-eis, desta forma? Não temos talvez horror ao pecado? Não temos a doce confiança de que não estamos neste estado de separação de Deus? É verdade; e, uma vez que a vossa consciência vos dá este testemunho íntimo, dai abundantes ações de graças ao Pai, que vos transferiu do reino das trevas para o do seu Filho (Cl 1, 13); que vos deu, por intermédio do seu Filho, uma parte na herança dos santos, na luz eterna (*Ib*. 12-13). Alegrai-vos também por Jesus vos ter livrado da ira vindoura, porque pela graça, diz São Paulo, sois salvos na esperança (1 Ts 1, 10), ou seja, tendes um penhor seguro da vida abençoada (Rm 8, 24). No entanto, até que ressoem as palavras de Jesus: «Vinde, vós que sois abençoados pelo meu Pai», frase feliz que fixará para sempre a nossa permanência em Deus, tende em mente que carregais este tesouro da graça em vasos frágeis. O nosso próprio Senhor convida-nos a vigiar e a rezar, porque o espírito está pronto, mas a carne é fraca (Mt 26, 41). Não só há quedas fatais, há também — e aqui tocamos num ponto muito importante — o perigo das faltas veniais.

É verdade que as faltas veniais, ainda que repetidas, não impedem em si mesmas a união fundamental e essencial com Deus, mas abrandam o fervor dessa união, porque constituem um princípio de separação de Deus, que nasce de uma certa complacência da criatura, de uma certa fraqueza da vontade, de uma diminuição do nosso amor a Deus. Nesta matéria é necessário fazer uma distinção; há falhas veniais em que escorregamos como que de surpresa, que são o resultado na maioria das vezes do nosso temperamento, que sentimos e tentamos evitar; são faltas ou misérias que em nada impedem a alma de estar em alto grau de união divina; estas faltas são-nos referidas por um ato de caridade, com boa comunhão; e, além disso, mantêm-nos na humildade. [«Não pode haver dúvida de que a Eucaristia redime e perdoa os pequenos pecados que normalmente chamamos de veniais. Tudo o que perdeu a alma, levado pelo ardor da concupiscência, para a vida da graça, cometendo pequenas faltas, o Sacramento volta a ela apagando essas manchas… No entanto, isto só se aplica aos pecados cujo sentimento e apelo não movem a alma.» Catecismo do Concílio de Trento, c. XX, 1].

Mas o que realmente temos a temer são as faltas veniais habituais ou plenamente deliberadas, uma vez que são um perigo real para a alma, um

passo infelizmente muitas vezes muito eficaz para uma rutura completa com Deus. Quando uma alma está acostumada a responder praticamente, mesmo que não pela boca, a um deliberado não à vontade de Deus (em uma questão menor, já que se trata de pecados veniais), ela não pode pretender salvaguardar nela por muito tempo a sua união com Deus. Porquê? Pois dessas faltas friamente admitidas, silenciosamente cometidas e que, sem sentir qualquer remorso na alma, passam para o estado de hábito incontestado, resulta necessariamente uma diminuição da docilidade sobrenatural, num relaxamento da vigilância, num enfraquecimento da nossa capacidade de resistir à tentação. [Não dizemos uma diminuição da graça em si, pois nesse caso a graça acabaria por desaparecer com o número cada vez maior de pecados veniais, mas uma diminuição do fervor da nossa caridade; tal diminuição pode, no entanto, produzir na alma tal languor sobrenatural que a alma se encontra desarmada diante de uma grave tentação e sucumbe ao mal.] A experiência ensina que, a partir de uma série de negligências intencionais em pequenas coisas, escorregamos insensatamente, mas quase fatalmente, em faltas graves. [+S. Tomás, I-II, q.87, a. 3].

Suponhamos uma alma que em todas as coisas busca sinceramente a Deus, que verdadeiramente O ama, e que passa a consentir voluntariamente, por pura fraqueza, a falta grave: o caso pode dar-se, pois no mundo das almas há debilidades abissais, assim como há picos de santidade.

Para essa alma, o pecado mortal é uma imensa desgraça, uma vez que a sua união com Deus é interrompida; mas esta falta grave e transitória é muito menos perigosa e, acima de tudo, muito menos fatal para ela do que para outras almas, uma série de faltas veniais habituais ou totalmente deliberadas. De onde provém isto? Do facto de que o primeiro se humilha, se levanta e tenta encontrar, na memória da própria falta que possa ter cometido, um excelente motivo para se preservar e ancorar-se na humildade, um poderoso estímulo para um amor mais generoso e uma fidelidade mais vigilante do que nunca. Ao passo que no outro, as faltas veniais cometidas com frequência e sem remorso o colocam num estado de constante contradição com a ação sobrenatural de Deus. Tal alma não pode, de modo algum, reivindicar um alto grau de união com Deus; pelo contrário, a ação divina enfraquece-se nela, o Espírito Santo silencia-se e

ela cairá quase irremediavelmente e sem demora em faltas mais graves. Ela tentará, sem dúvida, como o primeiro, recuperar a graça o mais rapidamente possível, mas isso não tanto pelo amor de Deus, mas por medo do castigo; além disso, a memória da sua ausência não constituirá para ela, como para a primeira, o ponto de partida de uma nova fuga impetuosa para Deus. Sem todo o fervor, continuará a viver uma vida sobrenatural medíocre, sempre exposto aos ataques mais fracos do inimigo e a novas recaídas.

[Os santos do Senhor, escreve Santo Ambrósio, citando o exemplo de David, estão ansiosos por chegar ao fim de uma luta piedosa e concluir a corrida da salvação. Se, levados pela fragilidade da natureza e não pelo sabor do pecado, lhes acontece, como todo o homem, que tropeçam, levantam-se mais ardentes para a luta e incitados pela vergonha, travam combates mais ferozes. Portanto, em vez de a queda ser um obstáculo para eles, pode ser considerada como um estímulo que aumenta a sua atividade. *De apologia David*, L. I, c.2].

Nada pode ser garantido no que diz respeito à salvação, muito menos à perfeição de uma alma que está constantemente colocando obstáculos no caminho da ação divina e que não faz esforços sérios para sair de seu estado de tibieza. Pode acontecer que, por fraqueza, por arrebatamento, por surpresa, caiamos numa falta grave, mas pelo menos nunca respondemos com um deliberado não à vontade divina. Nunca digamos, por palavras ou implicitamente, por um ato deliberado: «Senhor, sei que tal coisa, embora pequena em si mesma, te desagrada, mas quero pô-la em prática». Uma vez que Deus nos pede algo, seja ele qual for, até mesmo o sangue do nosso coração, devemos dizer: «Sim, Senhor, aqui estou»; Caso contrário, paramos no caminho da união, e parar é muitas vezes andar para trás e quase sempre expor-nos a quedas graves.

5. Vencer a tentação com vigilância, oração e confiança em Jesus Cristo

Estes hábitos de pecado deliberado, mesmo que meramente veniais, não são criados de uma só vez; elas adquirem-se, como sabeis, pouco a pouco: vigiai, pois, e rezai, como diz Nosso Senhor, para não vos deixardes surpreender pela tentação (Mt 26, 41). A tentação é inevitável. Estamos

rodeados de inimigos; o demónio paira à nossa volta (1 Pd 5, 8); o mundo rodeia-nos com as suas seduções corruptoras, ou com seu espírito tão oposto à vida sobrenatural. É por isso que não está ao nosso alcance evitar toda a tentação, que mais de uma vez é independente da nossa vontade. É, sem dúvida, uma provação, por vezes muito dolorosa, especialmente quando é acompanhada por trevas espirituais. Estamos então inclinados a chamar felizes apenas aquelas almas que nunca foram tentadas. Deus, porém, declara-nos, pela boca do escritor sagrado, que bem-aventurados são aqueles que, sem se terem exposto imprudentemente a ela, suportam a tentação (Tiago 1:12). Porquê? «Porque, acrescenta o Senhor, depois de testados, receberão a coroa da vida» Não desanimemos com a frequência, duração e intensidade da tentação, vigiemos com o maior cuidado para preservar o tesouro da graça, evitando ocasiões perigosas; mas, ao mesmo tempo, temos de manter a plena confiança. A tentação, por mais violenta e prolongada que seja, não é pecado; as suas águas podem correr sobre a alma como um atoleiro fedorento: «As águas penetraram na minha alma» (Sl 68, 2); mas podemos ficar tranquilos desde que esse ponto muito fino da alma, que é a vontade, seja livre; o único ápice – *Apex mentis* – que Deus considera. Por outro lado, o apóstolo Paulo diz-nos: «Deus não permite que sejais tentados para além das vossas forças, mas far-vos-á aproveitar a própria tentação, dando-vos força pela sua graça para que a possais suportar» (1 Cor 10, 13). O grande Apóstolo é um exemplo na sua própria pessoa, pois diz-nos que, para que as suas revelações não lhe fossem motivo de orgulho, Deus colocou na sua carne aquilo a que chama «espinho», figura de tentação; Deu-lhe um anjo de Satanás para o açoitar» (2 Cor 12, 17). «Três vezes», diz ele, «implorei ao Senhor que me livrasse, e o Senhor me respondeu: 'A minha graça é suficiente para ti, porque é na fraqueza do homem, isto é, fazendo-o triunfar, apesar da sua fraqueza, com a ajuda da minha graça, que o meu poder se mostra'.»

Com efeito, a graça divina é a ajuda com que Deus nos ajuda a vencer a tentação; mas devemos pedi-la: *Et orate*. Na oração que nos foi ensinada pelo próprio Jesus Cristo, Ele faz-nos pedir ao Pai celeste «que não nos deixe cair em tentação e nos liberte do mal». Repitamos muitas vezes esta oração que Jesus colocou nos nossos lábios; repitamo-la com base nos méritos da Paixão do Salvador. Não há nada tão eficaz contra a tentação como a lembrança da cruz de Jesus. O que Cristo veio fazer na terra senão

destruir a obra do demónio? (Jo 3, 8). E como a destruiu? Como Ele expulsou o demónio senão pela Sua morte na Cruz (*Ib*id. 12:31), como Ele mesmo disse? Durante a sua vida mortal, nosso Senhor expulsou demónios dos corpos dos possessos, lançou-os também das almas quando perdoou os pecados da Madalena, do paralítico e de tantos outros; mas foi sobretudo com a sua bendita Paixão que derrubou o império do demónio; Foi precisamente no exato momento em que, fazendo morrer Cristo nas mãos dos judeus o demónio contava triunfar para sempre, foi que ele mesmo recebeu o golpe mortal. Porque a morte de Cristo destruiu o pecado e conquistou para todos os batizados o direito de receber a graça de morrer para o pecado.

Apoiemo-nos, pois, pela fé, na Cruz de Jesus Cristo: a sua virtude é inesgotável e a nossa condição de filhos de Deus e a nossa qualidade de cristãos dão-nos direito a ela. Pelo Batismo fomos marcados com o selo da Cruz, feitos membros de Cristo, iluminados com sua luz, participantes da sua vida e da salvação que com ela nos conseguiu. Portanto, unidos como estamos com Ele, «que podemos temer?» (Sl 26,1). Digamos, então: «Deus ordenou aos seus anjos que te guardassem em todos os teus caminhos para te impedirem de cair; mil inimigos caem à tua mão esquerda e dez mil à tua mão direita, sem que possam alcançar-te. Por se ter ligado a mim, diz o Senhor, eu o livrarei, o protegerei, porque conhece o meu nome; ele me invocará e será atendido o seu pedido. Estarei ao seu lado no momento da tribulação para o livrar e o glorificar; enchê-lo-ei de dias felizes e mostrar-lhe-ei a minha salvação» (Sl 90, 11-12; 14-16). Rezemos, pois, a Cristo para que nos ampare na luta contra o demónio, contra o mundo, seu cúmplice, e contra a concupiscência que reside em nós. Gritemos como os Apóstolos atordoados pela tempestade: «Salva-nos, Senhor, porque perecemos» e, estendendo a sua mão, Cristo salvar-nos-á (Mt 8, 25). Como Cristo, que, para nos dar o exemplo e merecer-nos a graça de resistir, quis ser tentado, embora, por causa da sua divindade, a tentação fosse puramente externa; obriguemos Satanás a retirar-se, dizendo-lhe no momento em que aparece: «Há apenas um Senhor a quem quero adorar e servir; escolhi Cristo no dia do Batismo e só a Ele quero escutar.» [Eis como, cheio de segurança sobrenatural, São Gregório de Nazianzo queria que todos os batizados rejeitassem Satanás: «Fortalecido pelo sinal da cruz com que foste assinado, diz ao demónio: sou a imagem de Deus, e não fui, como tu, expulso do céu

por orgulho. Estou revestido de Cristo; Cristo é, pelo Batismo, o meu bem. Cabe-te dobrar o joelho na minha frente.» São Gregório de Nazianzo, *Orat. 40 em santo. batismo*., c. 10].

Com Cristo Jesus, que é o nosso Chefe, sairemos vencedores do poder das trevas. Cristo reside em nós desde que recebemos o Batismo e, como diz São João, «Ele é incomparavelmente muito maior do que aquele que domina no mundo, isto é, Satanás» (1 Jo 4, 4). O demónio não venceu Cristo; pois, como disse Jesus, «o príncipe deste mundo não tem poder sobre MimV» (*Ib*. 14, 30); por isso nunca poderá vencer-nos, nem fazer-nos cair em pecado, se, vigilantes sobre nós próprios, permanecermos unidos a Jesus, se nos apoiarmos nas suas palavras e nos seus méritos. «Confiai, Eu venci o mundo» (*Ib*. 14, 33).

Uma alma que procura permanecer unida a Cristo pela fé está muito acima das suas paixões, acima do mundo e dos demónios; embora tudo trema dentro dela e à sua volta, Cristo sustentá-la-á com a sua força divina contra todas essas investidas. Cristo é chamado no Apocalipse «Leão vencedor, novamente vitorioso» (Ap 5, 5) porque, com a sua vitória, adquiriu para os seus a força necessária para também sairem vencedores. Por isso São Paulo, depois de ter recordado que a morte, fruto do pecado, foi destruída por Jesus Cristo, que nos comunica a sua imortalidade, exclama: «Obrigado, meu Deus, por nos teres concedido a vitória sobre o demónio, pai do pecado; vitória sobre o pecado, fonte de morte; a vitória, finalmente, sobre a própria morte, por Jesus Cristo, nosso Senhor» (1 Cor 15, 56-57).

IV
O sacramento e a virtude da penitência

Explicando aos primeiros cristãos o simbolismo do Batismo, São Paulo escreve-lhes que eles já não devem aniquilar pelo pecado a vida divina recebida de Cristo: «Não sirvamos mais ao pecado» (Rm 6, 6). O Concílio de Trento diz que "Se a nossa gratidão a Deus, que nos fez seus filhos pelo Batismo, fosse igual a este dom inefável, conservaríamos intacta e imaculada a graça recebida neste primeiro sacramento" (Sess. XIV, cap. 1). Há almas privilegiadas, verdadeiramente abençoadas, que preservam a vida divina, sem nunca a perder, mas há outras que se deixam levar pelo pecado. Mas será que estes últimos têm algum meio de recuperar a graça, de ressuscitar para a vida de Cristo? Sim, o meio existe; Cristo Jesus, o Homem-Deus, estabeleceu um sacramento, o Sacramento da Penitência, um admirável monumento de sabedoria e misericórdia divinas, no qual Deus soube harmonizar as duas coisas: a sua glorificação e o nosso perdão.

1. Como, pelo perdão dos pecados, Deus manifesta a sua misericórdia

Conheceis aquela bela oração que a Igreja, governada pelo Espírito Santo, põe nos nossos lábios no décimo domingo depois de Pentecostes: «Ó Deus, que fazes evidenciar a tua omnipotência, sobretudo perdoando-nos e tendo misericórdia de nós: derrama abundantemente esta misericórdia sobre as nossas almas».

Há uma revelação que Deus nos faz pela boca da Igreja; *perdoando-nos*, *tendo piedade*, *tendo misericórdia*, Deus manifesta principalmente, *maxime*, o seu poder. Noutra oração, a Igreja diz que "um dos atributos mais exclusivos de Deus é sempre ter compaixão e perdoar." (Orações de petição e Litanias).

O perdão supõe ofensas, dívidas a serem perdoadas. A piedade e a misericórdia só podem existir onde há misérias. O que é, de facto, ser misericordioso? Colocar, de certo modo, sobre o próprio coração, a miséria dos outros [+S. Tomás, I, q.21, a.3]. Ora, Deus é a própria bondade, o amor

infinito, «Deus é caridade» (1 Jo 4, 8); e, diante da miséria, a bondade e o amor convertem-se em misericórdia; por isso dizemos a Deus: "Tu és, meu Deus, a minha misericórdia!" (Sl 58, 18). Nesta oração, a Igreja pede a Deus a abundância da sua misericórdia. Porquê? Porque as nossas misérias são imensas, e delas poderíamos dizer: "o abismo das nossas misérias, das nossas faltas, dos nossos pecados, clama ao abismo da misericórdia divina". Somos todos, de facto, miseráveis, somos todos pecadores, uns mais do que outros, em maior ou menor grau, diz o apóstolo Tiago (Tiago 3, 2); e São João: «Se cremos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não somos verdadeiros » (1 Jo 1, 8).

E é ainda mais rigoroso quando afirma que, ao falar deste modo, «fazemos de Deus um mentiroso» (*Ib*id. 1, 10). Porquê? Porque Deus nos obriga a todos a dizer: "Perdoai-nos as nossas ofensas". Deus não nos forçaria a este pedido se não tivéssemos dívidas (*debita*). Somos todos pecadores, e isto é tão verdade que o Concílio de Trento condenou aqueles que dizem que se podem evitar todos os pecados, principalmente os pecados veniais, sem um especial privilégio de Deus, como o que foi concedido à Bem-aventurada Virgem Maria (Sess. VI, can. 22). Essa é precisamente a nossa desgraça. Mas não deve desanimar-nos, pois Deus sabe-o e, por isso, tem piedade de nós, «como um pai que se compadece dos seus filhos» (Sl 102, 13). Pois sabe não só que fomos tirados do nada, mas também feitos de barro (*Ib*. 14). "Porque Ele sabe de que matéria somos feitos. "Ele conhece esta mistura de carne e sangue, músculos e nervos, misérias e fraquezas que constituem o ser humano e tornam possível o pecado e o retorno a Deus, não uma vez, mas setenta vezes sete, como diz Nosso Senhor, isto é, um número indefinido de vezes (Mt 18, 22).

Deus põe toda a sua glória em aliviar a nossa miséria e perdoar-nos as nossas faltas; Deus quer ser glorificado manifestando a sua misericórdia para connosco, por causa das satisfações dadas pelo seu Filho muito amado. Na eternidade cantaremos, diz São João, um cântico a Deus e ao Cordeiro. Que cântico será esse? É o Sanctus dos anjos? Deus não poupou uma parte desses espíritos puros; com a sua primeira rebelião fulminou-os para sempre, porque não padeciam as fraquezas nem as misérias que são nossa herança. Os anjos fiéis cantam a santidade de Deus, aquela santidade que não pôde suportar por um único momento a deserção dos rebeldes. Que será

o nosso cântico?: O da misericórdia «Cantarei para sempre as misericórdias do Senhor» (Sl 88, 2); este versículo do salmista será como o refrão do cântico de amor que entoaremos a Deus. E que cantaremos ao Cordeiro?: «Tu nos redimistes, Senhor, com o teu precioso sangue» (Ap 5, 9), tal foi a piedade que nos mostraste que derramaste o teu sangue para nos salvar das nossas misérias, para nos libertar dos nossos pecados, como repetimos diariamente, em teu nome na Santa Missa: «Eis o cálice do meu sangue que foi derramado para a remissão dos pecados». Sim, há uma imensa glória a Deus nesta misericórdia que Ele usa para os pecadores que se acolhem às satisfações do Seu Filho Jesus Cristo, e por isso é compreensivo que uma das maiores afrontas que podemos fazer a Deus é duvidar da sua misericórdia e do perdão que nos é concedido em consideração dos méritos de Jesus Cristo. No entanto, depois do Batismo, este perdão está condicionado a que façamos «frutos dignos de penitência» (Lc 3, 8). Há, diz o Santo Concílio de Trento, uma grande diferença entre o Batismo e o sacramento da Penitência. É verdade que, para que um adulto receba dignamente o Batismo, é necessário que o batizado sinta aversão ao pecado e tenha um firme propósito de fugir dele a todo custo; mas não lhe é exigida satisfação especial nem reparação. Lede as cerimónias de administração do Batismo; não encontrareis qualquer menção a obras de penitência a praticar; é uma remissão total e absoluta da falta e da penalidade incorrida pela falta. Porquê? Porque este sacramento, que é o primeiro que recebemos, constitui as primícias do sangue de Jesus, comunicadas à alma. Mas, continua o Concílio: se depois do Batismo, uma vez unidos a Jesus Cristo, libertados da escravidão do pecado e feitos templos do Espírito Santo, voluntariamente caímos de volta ao pecado, não podemos recuperar a graça e a vida senão fazendo penitência; assim foi estabelecido, e não sem conveniência, pela justiça divina (Sess. XIV, caps. II e III). Ora, a penitência pode ser considerada como *sacramento* e como *virtude* que se manifesta através de atos que lhe são próprios. Digamos algumas palavras de um e da outra.

2. O sacramento da penitência; os seus elementos: a contrição, a sua eficácia particular no sacramento; a declaração dos pecados constitui uma homenagem à humanidade de Cristo; de nada vale a satisfação se não estiver unida à expiação de Jesus

Este sacramento, instituído por Jesus Cristo para a remissão dos pecados e para nos restituir a vida da graça, se a perdemos depois do Batismo, contém em si mesma, em quantidade ilimitada, a graça que confere o perdão. Mas, para que o sacramento opere na alma, deve esta demolir todos os obstáculos que se opõem à sua ação. Então, qual pode ser aqui o obstáculo? — O pecado e apego ao pecado. O pecador deverá declarar o seu pecado, confessando completamente as faltas mortais. Além disso, deve destruir o apego ao pecado pela contrição e aceitação da penitência que lhe for imposta.

Já sabeis que de todos os elementos essenciais que se referem ao penitente, o mais importante é a contrição; mesmo que a acusação das faltas fosse materialmente impossível, a necessidade de contrição persiste. Porquê? Com efeito, através do pecado, a alma afastou-se de Deus para agradar à criatura, e se quer que Deus volte a comunicar com ela e lhe devolva a vida, deve separar-se do apego à criatura para voltar a Deus; Ora, tal ato inclui a detestação do pecado e a firme resolução de nunca mais o cometer; caso contrário, o detestado não é sincero; é nisso que consiste a contrição [*Contritio animi dolor ac detestatio est de peccato commisso, proposito non peccandi de cætero*. Conc. Trid., Sess. XIV, cap.4]. Este, como a própria palavra indica, é um sentimento de tristeza que quebra a alma, conhecedora do seu estado miserável e da ofensa divina, e a faz regressar a Deus.

A contrição é *perfeita* quando a alma sente que ofendeu o soberano bem e a bondade infinita. Esta perfeição vem do *motivo*, que é o mais elevado que se pode dar: a infinita majestade. Naturalmente, esta contrição, perfeita na sua natureza, admite, no que diz respeito à sua *intensidade*, toda uma série de passos, que variam de acordo com o grau de fervor de cada alma. Seja qual for o grau de intensidade, o ato de contrição perfeita, em razão do sentimento que a motiva, apaga o pecado mortal no momento em que a alma o produz, embora, na atual economia, em virtude do preceito positivo estabelecido por Cristo, a acusação das faltas mortais continua a ser obrigatória, desde que seja possível.

A contrição *imperfeita* é aquela que resulta da vergonha experimentada pelo pecado, da consideração do castigo merecido pelo pecado, da perda da

bem-aventurança eterna; não produz por si só o efeito de apagar o pecado mortal; mas é suficiente se for acompanhada pela absolvição dada pelo sacerdote.

Estas são verdades que apenas me limito a recordar-vos, embora haja um ponto importante para o qual chamo a vossa atenção. Prescindindo da confissão, a contrição põe já a alma em oposição ao pecado; o ódio ao pecado constitui um princípio de destruição do pecado, e tal ato é, por si mesmo, agradável a Deus.

No sacramento da Penitência, a contrição, como os outros atos do penitente, a acusação de faltas e a penitência, reveste um caráter sacramental. Que quer isto dizer? Que em todos os sacramentos os méritos infinitos que Cristo obteve para nós são aplicados à alma, a fim de produzir a graça especial contida no sacramento. A graça do sacramento da Penitência consiste em destruir o pecado na alma, enfraquecer os restos dele, restaurar a vida ou, se houver apenas faltas veniais, perdoá-las e aumentar a graça. Neste sacramento, comunica-se à nossa alma, para que se realize a destruição do pecado, aquela aversão ao pecado que Cristo experimentou na sua agonia na Cruz: «Amastes a justiça e odiastes a iniquidade» (Sl 44, 8). A ruína do pecado, operada por Cristo na sua Paixão, reproduz-se no penitente. A contrição, mesmo fora do sacramento, continua a ser o que é: um instrumento de morte para o pecado; mas, no sacramento, os méritos de Cristo multiplicam, por assim dizer, o valor deste instrumento e conferem-lhe uma eficácia soberana. Nesse momento, Cristo lava as nossas almas no seu sangue divino. «Cristo purificou-nos, pelo seu sangue, dos nossos pecados» (Ap 1, 5).

Nunca vos esqueçais disto: cada vez que recebeis digna e devotamente este sacramento, mesmo que não tenhais senão faltas veniais, o sangue de Cristo corre abundantemente sobre as vossas almas, para as vivificar, para as fortalecer contra as tentações e para as tornar generosas na luta contra o apego ao pecado, para nelas destruir as raízes e os seus efeitos; A alma encontra neste sacramento uma graça especial para suprimir vícios, purificar-se e nele recuperar ou aumentar a vida divina.

Reavivemos, pois, sem cessar, antes da Confissão, a nossa fé no valor infinito da expiação de Jesus Cristo. Ele suportou o peso de todos os nossos

pecados (Is 53:2); Ofereceu-se por cada um de nós: «Amou-me e entregou-se por mim» (Gal 2, 20; +Ef 5, 2), as suas satisfações são mais do que superabundantes: adquiriu o direito de nos perdoar, e não há pecado que não possa ser lavado pelo seu divino sangue. Reavivemos a nossa fé e confiança nos seus méritos inesgotáveis, frutos da sua Paixão. Quando Ele percorria a Palestina, a primeira coisa que Ele exigia àqueles que se apresentavam para os libertar da posse do demónio era a fé na sua divindade; e só se encontrasse neles essa fé, acedia a curá-los ou perdoar os seus pecados: "Ide, os vossos pecados são perdoados, a vossa fé vos salvou". A fé, antes de mais, é o que nos deve acompanhar a este tribunal de misericórdia; fé no caráter sacramental de todos os nossos atos, fé, principalmente, na abundância das satisfações que Jesus deu por nós ao seu Pai.

Os nossos atos, ou seja, a contrição, a confissão e a satisfação, não produzem, é verdade, a graça do sacramento; mas, além de ser um pré-requisito para que se nos aplique a graça deste sacramento, uma vez que eles formam *como que a matéria* do sacramento ["*quasi materia*", diz o Concílio de Trento, Sess. XIV, cp. 3], deve-se ter em mente que o grau dessa graça é medido, de facto, pelas disposições de nossa alma. [O Catecismo do Concílio de Trento, c. XXI, § 3, dá a seguinte explicação: «Note-se aos fiéis que a grande diferença entre este sacramento e as outros consiste em que a matéria dos outros ser sempre uma coisa natural ou artificial, enquanto os atos do penitente, a saber, a contrição, a confissão e a satisfação, são *como a matéria* deste sacramento. E estes atos são necessários por parte do penitente para a integridade do sacramento e a completa remissão dos pecados. Tudo isto é de instituição divina. Além disso, os atos que referimos são considerados como partes da mesma penitência. E se o Santo concílio diz apenas que os atos do penitente são *como a matéria* do sacramento, isso não significa que eles não sejam a verdadeira matéria, mas que não são da mesma espécie que as matérias dos outros sacramentos que são tirados das coisas exteriores, como a água no Batismo e o crisma na Confirmação."].

Por tudo isso, é uma prática muito útil pedir a Deus a graça da contrição, ao assistir à Santa Missa no próprio dia em que a nossa confissão terá lugar. Porquê? "Porque, como bem sabeis, no altar renova-se a imolação do Calvário.

O Santo Concílio de Trento declara que «apaziguado o Senhor por esta oblação, concede a graça e o dom da Penitência, e por ela redime os crimes e os pecados, por maiores que sejam» (Sess. XXII, c. 2). Será que o sacrifício da Missa remete diretamente aos pecados? "Não; isto é exclusivo da contrição perfeita e do sacramento da Penitência; mas quando testemunhamos devotamente este sacrifício, que reproduz a oblação da Cruz, quando nos unimos à vítima divina, Deus concede-nos, se lhe pedirmos com fé, as disposições de arrependimento, de firme propósito, de humildade, de confiança, que nos levam à contrição e nos tornam capazes de receber frutuosamente a remissão dos nossos pecados, ao ser-nos aplicados os méritos adquiridos por Jesus Cristo com o preço do seu divino sangue.

A contrição deve ser seguida da *confissão*. O sacramento da Penitência foi instituído sob a forma de um julgamento: «Tudo o que ligardes ou desligardes na terra será ligado ou desligado no céu; aqueles cujos pecados perdoais serão perdoados."Mas cabe ao culpado acusar-se ao juiz que o vai sentenciar. Ora, quem é esse juiz? Só a Deus devo fazer a declaração dos meus pecados; ninguém, nem um anjo, nem um homem, nem o demónio, tem o direito de entrar no santuário da minha consciência, o tabernáculo da minha alma; Só Deus merece esta homenagem e a reivindica neste sacramento, para glória do seu Filho Jesus Cristo.

Mas já vos disse, falando da Igreja, que depois da Encarnação, Deus quer, na economia ordinária da sua providência, dirigir-nos através dos homens que tomam o lugar do seu Filho entre nós; é como que uma extensão da Encarnação e, ao mesmo tempo, uma homenagem prestada à mais sagrada humanidade de Cristo. Por que foi disposto assim? "Para nos resgatar do pecado e nos devolver à vida divina, Cristo, o Verbo encarnado, mergulhou-se num abismo de humilhação. Na sua humanidade mais sagrada sofreu, morreu, expiou e, porque Cristo assim se baixou para salvar o mundo, o seu Pai exaltou-o (Fil 2, 7.9); o Pai quer glorificar o seu Filho como homem: «Eu o glorifiquei e voltarei a glorificá-lo» (Jo 12, 28). E que glória lhe reserva? "Fá-Lo sentar-se à sua direita no mais alto dos céus; quer «que todo o joelho se dobre a Ele e que toda a língua anuncie que Jesus é o único Salvador» (Fil 2, 10-11), porque o Pai «lhe deu todo o poder no céu e na terra» (Mt 28, 18). E entre os atributos desse poder está o de julgar todas

as almas. «O Pai», diz-nos o próprio Jesus, «colocou todo o poder judicial nas mãos do seu Filho, para que todos honrem este Filho; o qual adquiriu, pela sua humanidade, o direito de ser o Redentor do mundo» (Jo 5, 22-27). O Pai fez de Cristo o juiz do céu e da terra; neste mundo, juiz misericordioso, mas no último dia, como o próprio Senhor disse no momento da sua paixão, «o Filho do homem virá sobre as nuvens em toda a majestade da sua glória» (Mc 13, 26) para julgar os vivos e os mortos.

Tal é a glória que o Pai quer dar ao seu Filho; e a mesma glória quer que Lhe tributemos neste sacramento. Imaginemos um homem que cometeu um pecado mortal; vem diante de Deus, lamenta a sua culpa, aflige o seu corpo com macerações, propõe-se aceitar todo o tipo de expiações; Deus diz-lhe: "Está bem, mas quero que reconheças o poder de Jesus, meu Filho, submetendo-te a Ele na pessoa do que toma o seu lugar entre vós; que o representa, por ter recebido, no dia da sua ordenação sacerdotal, a comunicação do poder judicial do meu Filho". Se o pecador não quer prestar esta homenagem à mais sagrada humanidade de Jesus, Deus recusa-se a ouvi-lo; mas se ele se submete com fé a esta condição, então não há mais faltas, pecados, maldades ou crimes que Deus não perdoa, e o perdão é renovado tantas vezes quanto o pecador arrependido e contrito desejar. Tal afirmação deve ser feita com o coração cheio de arrependimento, pois a confissão não é uma história, mas uma acusação, e por isso é necessário apresentar-se como um réu perante o juiz. Esta confissão simples e humilde pode naufragar em dois escolhos: a *rotina* e os *escrúpulos*. A rotina, que é a consequência de frequentar a Penitência por mero hábito, sem pensar seriamente no que se está a fazer, e o melhor meio de destruí-la é excitar a nossa fé na grandeza deste sacramento. Já vos disse: todas as vezes que nos confessamos, mesmo que nos acusemos de nada mais do que faltas veniais, o sangue de Jesus é oferecido ao seu Pai para nos obter o perdão. Os escrúpulos consistem em tomar o acidental pelo essencial, em deter-se sem motivo em pormenores ou circunstâncias que nada acrescentam de substancial à falta, no caso de existir falta. Na confissão deve-se ter o desejo de declarar tudo o que se tem no coração, o que é fácil quando se tem o excelente hábito de examinar em todas as noites as ações desse dia; e se há uma dúvida bem fundada, devemos aceitar, como parte da penitência, a dor que muitas vezes resulta disso, e expor simplesmente o que sabemos. Deus não quer que a confissão se torne uma tortura para a alma, mas, pelo

contrário, que lhe transmita a paz. [*Sane vero res et effectus huius sacramenti, quantum ad eius vim et efficaciam pertinet, reconciliatio est Deo, quam interdum in viris piis et devotione hoc sacramentum percipientibus, conscientiæ pax et serenitas, vehementi spiritus consolatione consequi solet*. Conc.Trid., Sess. XIV, cap.3].

Olhai para o filho pródigo quando regressa a casa do pai. Detém-se em distinções e pormenores sem fim? "De forma alguma. Lança-se aos pés do pai e diz-lhe: «Sou um pobre desgraçado indigno de te falar, mas dir-te-ei quanto mal fiz»; e imediatamente o pai o levanta, e o toma em seus braços; Ela perdoa e esquece tudo e prepara uma festa para celebrar o retorno do filho. É o caso do Pai Celestial: Deus encontra o Seu prazer em perdoar, porque todo o perdão é concedido em virtude das satisfações de Seu Filho amado, Jesus Cristo. O precioso sangue de Jesus foi derramado até à última gota na remissão dos pecados; a expiação que Cristo ofereceu à justiça, à santidade, à majestade do seu Pai, tem um valor infinito. Ora, cada vez que Deus nos perdoa, cada vez que o sacerdote nos dá a absolvição, torna-se como se todos os sofrimentos, todos os méritos, todo o amor, todo o sangue de Jesus fossem novamente oferecidos ao Pai e aplicados em nossas almas para restaurá-las à vida (ou para aumentá-la quando só são encontradas faltas veniais). "Ele (Jesus) instituiu o sacramento da Penitência, pelo qual, depois do Batismo, os méritos da morte de Cristo são aplicados aos pecadores" (Conc. Trid., Sess. XIV, cap.1). "Que Jesus Cristo vos absolva", diz o sacerdote, "e eu, em virtude da sua autoridade, vos absolvo dos vossos pecados."Pode-se perdoar a ofensa cometida contra outro? "Não; no entanto, o sacerdote diz: Eu *te absolvo*. Como pode dizer isso? "Porque é Cristo que o diz pela sua boca.

Parece-nos ouvir em cada confissão a Jesus que diz ao seu Pai: «Pai, eu te ofereço por esta alma as satisfações e méritos da minha Paixão; eu te ofereço o cálice do meu sangue derramado para remissão dos pecados». Então, assim como Cristo ratifica o julgamento e o perdão dados pelo sacerdote, o Pai, por sua vez, confirma o julgamento emitido e o perdão concedido por seu Filho. Ele nos diz: «Eu também vos perdôo», palavras que fixam a alma na paz. Pensem um pouco no que é receber de Deus a segurança do perdão. Se ofendi um homem leal, e este, estendendo-me a mão, me diz: «Está tudo esquecido», não duvido do seu perdão.

No Sacramento da Penitência é Cristo, o Homem Deus, a Verdade em pessoa, quem nos diz: «Eu vos perdôo», e, duvidaremos do seu perdão? Não, não se pode duvidar; este perdão é absoluto e para sempre. Deus diz-nos: «Ainda que os vossos pecados sejam como a púrpura, lavarei as vossas almas de tal modo que aparecerão resplandecentes como a neve» (Is 1,18). «Reduzi a nada as vossas iniquidades e as vossas faltas, como faço desaparecer as nuvens» (*Ib*. 44,22). O perdão de Deus é digno d'Ele; o que faz um rei é magnífico; o que opera um Deus é divino: acreditemos no seu amor, na sua palavra, no seu perdão. Este ato de fé e de confiança é sumamente agradável a Deus e a Jesus; é uma homenagem tributada ao valor infinito dos méritos de Cristo, é proclamar que a plenitude e universalidade do perdão que Deus concede aos homens aqui na terra é um dos triunfos do sangue de Jesus.

À contrição do coração, à confissão da boca deve também estar unida a aceitação humilde da *satisfação*. A referida aceitação é um elemento essencial do sacramento. Antigamente, era considerável a obra de satisfação que era necessária cumprir; agora, a satisfação que o confessor impõe pela pena devida ao pecado reduz-se a algumas orações, a uma esmola, a uma prática de mortificação.

Nosso Senhor, certamente, satisfez e com sobreabundância, por nós; mas, como diz o Concílio de Trento (Sess. XIV, cap.8), a equidade e a justiça exigem que, tendo pecado depois do Batismo, apresentemos a nossa parte de expiação, em saldo da dívida merecida pelas nossas faltas. Sendo sacramental esta satisfação, Jesus Cristo, por boca do sacerdote que o representa, une-a às suas próprias satisfações; por isso é de grande eficácia para produzir na alma a "morte ao pecado". Cumprindo esta satisfação, pelos nossos pecados, diz o Santo Concílio de Trento, nos conformamos com Jesus Cristo, que ofereceu a seu Pai uma expiação infinita pelas nossas faltas. O Concílio nota que "estas obras de satisfação, mesmo que as executemos com toda a fidelidade, carecerão, com tudo, de valor se não estivermos unidos a Jesus Cristo; sem Ele, de facto, por nós mesmos, nada podemos fazer, mas fortalecidos pela sua graça, somos capazes de qualquer sacrifício. E assim toda a nossa glória consiste em pertencer a Cristo, em quem vivemos, *em quem satisfazemos*, quando fazemos, em expiação de nossos pecados, frutos dignos de penitência; *É Ele quem valoriza tais atos*

de satisfação, e por Ele são oferecidos ao Pai, e devido a Ele, o Pai aceita-os" (Conc. Trid., Sess. XIV, cap.8).

Já vedes que admirável sacramento foi idealizado, para a nossa salvação, pela sabedoria, poder e bondade de Deus. n'Ele encontra Deus a sua glória e a de seu Filho, pois em virtude dos méritos infinitos de Jesus, por meio desse sacramento, nos é concedido o perdão, nos é restituída ou aumentada a vida divina. Unamo-nos desde agora ao cântico que entoam ao Cordeiro os escolhidos: «Ó Cristo Jesus, imolado por nós, tu nos resgataste com o teu precioso sangue; seja-Te dado todo o louvor, todo o poder, toda a glória e toda a honra pelos séculos dos séculos!»

3. A virtude da penitência é necessária para manter em nós os frutos do sacramento; natureza desta virtude

Mesmo depois de Deus nos ter perdoado, permanecem em nós relíquias do pecado, raízes más, dispostas a crescer e a produzir maus frutos. A concupiscência não desaparece por completo nem com o Batismo, nem com o sacramento da Penitência e, por conseguinte, se queremos chegar a um grau elevado de união com Deus, se queremos que a vida divina adquira um poderoso desenvolvimento nas nossas almas, é preciso que trabalhemos sem descanso para contrariar esses resquícios e para erradicar essas raízes do pecado, que desfiguram a nossa alma aos olhos de Deus.

Existe também, fora da ação do sacramento da Penitência, um meio eficaz para eliminar essas cicatrizes do pecado, que não permitem a Deus comunicar-nos a sua vida com abundância; este meio é a virtude da penitência. O que é esta virtude? Um hábito que, quando está bem enraizado, nos inclina continuamente a expiar o pecado e destruir as suas consequências. Esta virtude deve, sem dúvida, manifestar-se, como iremos ver, por atos que lhe são próprios; mas é, antes de todas as coisas, uma disposição habitual da alma, que desperta e excita em nós o pesar de ter ofendido a Deus e o desejo de reparar as nossas faltas. Tal é o sentimento habitual que deve animar os nossos atos de penitência. Por tais atos, o homem se revolta contra si mesmo para vingar os direitos de Deus que pisou, quando pelo seu pecado se levantou contra Deus, colocando em

oposição a sua vontade com a vontade santíssima divina, e agora, por estes atos de penitência, coincide com Deus no ódio ao pecado e com a sua soberana justiça que reclama a expiação.

A alma considera então o pecado através da fé e do ponto de vista de Deus: «Eu pequei, diz, cometi um ato cuja malícia não consigo calcular, mas que é tão terrível e viola de tal forma os direitos de Deus, da sua justiça, da sua santidade, do seu amor, que apenas a morte de um Homem-Deus pôde expiá-lo». A alma está então comovida e exclama: «Oh, meu Deus, detesto o meu pecado, quero restabelecer os Vossos direitos através da penitência, preferiria morrer a ofender-Vos novamente». Vede aí o espírito de penitência que excita a alma e a inclina a realizar atos de expiação. Já compreendeis que esta disposição da alma é necessária a todos aqueles que não viveram em perfeita inocência. Quando nasce do temor ao inferno, é boa, como diz o Concílio de Trento (Sess. XIV, cap.4), e agradável a Deus; mas se tem como motivo o amor, então é excelente e perfeita, e quanto mais aumenta o amor de Deus, mais necessidade sentiremos também de oferecer a Deus o sacrifício de um coração contrito e humilhado» (Sal 50,19) e de repetir com o publicano do Evangelho: «Tem piedade de mim, que sou um pobre pecador» (Lc 18,13).

Quando este sentimento de compunção é habitual, mantém a alma numa grande paz; conserva-a na humildade e torna-se um poderoso instrumento de purificação; ajuda-nos a mortificar os nossos instintos desordenados, as nossas tendências perversas, tudo aquilo, numa palavra, que poderia arrastar-nos a novas faltas. Quando alguém possui esta virtude, está atento para empregar todos os meios que encontrar para reparar o pecado. (Ver J*esus Cristo, ideal do monge*, cap. VIII). É esta virtude a nossa melhor garantia de perseverança no caminho da perfeição, por ser ela, olhando bem, uma das formas mais puras do amor; ama-se a Deus de tal modo e sente-se tão profundamente tê-Lo ofendido, que quer expiar e oferecer uma reparação; é uma fonte de generosidade e de esquecimento de si mesmo.

«A santidade, diz o P. Faber, perdeu o princípio do seu crescimento, quando prescinde do pesar e sentimento constante de ter pecado, pois a raiz do progresso não é apenas o amor, mas o amor nascido do perdão» (*Progresso da alma*, cap.XIX). Certas almas, mesmo piadosas, ao ouvir a

palavra penitência ou mortificação, que exprimem a mesma ideia, experimentam às vezes um sentimento de repulsa. De onde provém? Não deve surpreender-nos; tal sentimento tem uma origem psicológica. A nossa vontade busca necessariamente o bem em geral, a felicidade, ou algo que parece sê-lo. Agora bem, a mortificação que refreia algumas das tendências dos nossos sentidos, alguns dos nossos desejos mais naturais, aparece a tais almas como algo contrário à felicidade, daí, pois, esta repugnância instintiva na presença de tudo o que constitui a prática da renúncia de si mesmo. Além disso, vemos muitas vezes na mortificação um fim, quando não é mais do que um meio, meio necessário sem dúvida, indispensável, mas afinal meio. Não minimizamos o Cristianismo, ao reduzir a papel de meio a renúncia de si mesmo.

O Cristianismo é um mistério de morte e de vida, mas a morte não tem outro objetivo senão o de salvaguardar a vida divina em nós: «Não é Deus de mortos, mas de vivos». «Cristo, ao morrer, destruiu a morte, e ao ressuscitar, restituiu-nos a vida» (Prefácio da Missa da Páscoa). A obra essencial do Cristianismo, o fim último que persegue por si só, é uma obra de vida; o Cristianismo é a reprodução da vida de Cristo na alma. Agora bem, como já vos disse, a existência de Cristo oferece este duplo aspecto: «entregou-se à morte pelos nossos pecados, ressuscitou a fim de nos comunicar a vida da graça» (Rm 4,25). O cristão morre a tudo o que é pecado, mas para viver mais intensamente da vida de Deus; a penitência, consequentemente, não é, em princípio, senão um meio para conseguir a vida. São Paulo notou isso muito bem quando disse: «Levai sempre nos vossos corpos a mortificação de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste em nós» (2Cor 4,10). Que a vida de Cristo, que tem o seu princípio na graça e a sua perfeição no amor, aumente em nós: esse é o objetivo e não há outro. Para conseguir isso, é necessária a mortificação; por isso, diz São Paulo: «Os que pertencem a Cristo, em cujo número, pelo nosso batismo, nos contamos, crucificam a sua carne com os seus vícios e concupiscências» (Gal 5,24). E em outro lugar, diz ainda com linguagem mais explícita: «Se viverdes segundo os instintos da carne, fareis morrer em vós a vida da graça; mas se mortificardes as vossas más inclinações, vivereis vida divina» (Rm 8,13).

4. O seu objetivo: restabelecer a ordem e fazer-nos semelhantes a Jesus crucificado. Princípio geral e diversas aplicações do seu exercício.

Vejamos como se realiza isto; vejamos com mais pormenor porque e como devemos morrer para viver, porque e como, segundo diz Nosso Senhor, devemos "perder-nos para salvar-nos" (Jo 12,25). Deus criou o primeiro homem em inteira rectidão (Ecli 6,30). Em Adão, as faculdades inferiores dos sentidos estavam completamente submetidas à razão, e a razão perfeitamente submetida a Deus. Com o pecado, desapareceu esta ordem harmoniosa, rebelou-se o apetite inferior e estabeleceu-se a luta da carne contra o espírito. "Desgraçado de mim, exclama São Paulo, que não consigo realizar o bem que me proponho cumprir, e ao invés, ponho em prática o mal que não queria executar" (Rm 7, 19-20). É a concupiscência, movimento do apetite inferior, que nos inclina à desordem e nos incita ao pecado. Ora bem, esta concupiscência dos olhos, da carne e do orgulho (1Jo 2,16) tende a crescer e a dar frutos de pecado e de morte sobrenatural; assim, para que a vida da graça se mantenha em nós e se desenvolva, é necessário mortificar, ou seja, reduzir à impotência, «dar a morte», não à nossa própria natureza, mas àquilo que na nossa natureza é origem de desordem e de pecado: instintos desordenados dos sentidos, devaneios da imaginação, inclinações perversas.

Este é o fundamento da necessidade da penitência: restabelecer em nós a ordem, devolver à razão, já submissa a Deus, o império sobre as potências inferiores, que permita à vontade a sua entrega total a Deus: nisto consiste a vida. Não esqueçais que o Cristianismo, em princípio, só exige a mortificação para destruir em nós tudo aquilo que se opõe à vida: o cristão, pelo desapego, procura eliminar da sua alma todo o factor de morte espiritual, a fim de permitir que a vida divina se desenvolva dentro dele com toda a liberdade, com toda a facilidade, na sua plenitude.

Sob este ponto de vista, a mortificação é uma consequência rigorosa do batismo e da iniciação cristã. São Paulo diz-nos que o neófito, submerso na sagrada pia, morre para o pecado e começa a viver para Deus; esta dupla fórmula condensa, como já vimos, toda a conduta cristã, pois não podemos ser cristãos se primeiro não reproduzirmos em nós a morte de Cristo, renunciando ao pecado.

Em que consiste, dir-me-ão, esta morte para o pecado? Até onde se estende, que aplicação prática devemos fazer da lei da renúncia? Esta aplicação, como é natural, pode variar de mil maneiras, pois as almas não estão todas no mesmo estado, e são muito diversas as situações pelas quais cada uma atravessa. São Gregório Magno (*Hom. XX, in Evang*., c. 8. *Regula pastoralis* p. III, c. 29) estabelece como princípio que quanto mais perturbada tiver sido a ordem sobrenatural pelo predomínio do apetite inferior, durante mais tempo devemos praticar a mortificação. Há almas que foram mais profundamente afetadas pelo pecado; as raízes do mesmo são nelas mais profundas, as fontes da desordem espiritual mais ativas; a vida da graça nelas está mais exposta. Para tais almas, a mortificação deverá ser mais vigilante, mais vigorosa, mais contínua. Em algumas almas já mais avançadas na vida espiritual, as raízes do pecado são mais ténues, mais fracas, menos vigorosas; a graça encontra um terreno mais generoso, mais fecundo; a necessidade de penitência para tais almas, na medida em que a penitência tem por objetivo fazer morrer o pecado, será menos imperiosa, e menos premente a obrigação da renúncia. Mas para estas almas fiéis, nas quais a graça abunda, existe outro motivo do qual trataremos mais tarde, que é o de imitar mais perfeitamente Cristo, nosso Chefe, e Cabeça de um corpo místico, cujos membros são todos solidários. É muito grande o estímulo que esse motivo oferece a essas almas generosas.

Este é um princípio geral, mas seja qual for a medida da sua aplicação, há obras que todos os cristãos são obrigados a cumprir, como são: a observância exata dos mandamentos de Deus, os preceitos da Igreja, as práticas da Quaresma, as vigílias, as Témporas; a fidelidade contínua aos deveres de estado, à lei do trabalho; a vigilância para fugir constantemente das múltiplas ocasiões de pecar; observâncias todas que exigem na maioria das vezes actos de renúncia e sacrifícios custosos à natureza.

É preciso lutar, além disso, contra determinados defeitos que asfixiam ou debilitam a vida divina: numa alma, é o amor-próprio; noutra, a leviandade; nesta, a inveja ou a cólera, naquela, a sensualidade ou a preguiça. Esses defeitos, deixados sem combate, são fonte de mil faltas e infidelidades voluntárias que colocam entraves à ação de Deus em nós. Por mais insignificantes que nos pareçam esses vícios, nosso Senhor espera de nós que nos ocupemos deles, que trabalhemos generosamente, através de

uma vigilância constante sobre nós mesmos, mediante um cuidadoso exame das ações de cada dia, através da mortificação corporal e da renúncia interior, até conseguir extirpá-los, não descansando até que as raízes fiquem tão debilitadas, que já não possam produzir mais frutos, pois quanto mais debilitadas ficarem essas raízes, mais poderosa será em nós a vida divina, sendo mais fácil o seu desenvolvimento.

Existem, por fim, ocasiões de renúncia que nos surgem no curso ordinário da vida, guiados pela providência, e que devemos aceitar como verdadeiros discípulos de Jesus Cristo; tais são: o sofrimento, a doença, o desaparecimento de entes queridos, os reveses da fortuna, as adversidades, as contrariedades, os obstáculos que dificultam a realização dos nossos planos, a falta de sucesso nas nossas empresas, as desilusões, os momentos de desgosto, as horas de tristeza, o peso do dia que tanto oprimia em algum tempo São Paulo (Rm 9,2), até ao ponto de que a própria "existência constituía para ele um pesado fardo" (2Cor 1,8); todas essas misérias que, mortificando a nossa natureza e pondo-nos em estado de morrer um pouco todos os dias — "todos os dias morro" (1Cor 15,31) — nos ajudam a desapegar-nos de nós mesmos e das criaturas.

5. Como em Cristo encontramos consolo e como unidos aos seus, os nossos atos de renúncia adquirem valor.

Este é o sentido dessa frase do Apóstolo: «todos os dias morro»: morrer todos os dias para viver um pouco mais em cada dia da vida de Cristo. E ao falar dos seus sofrimentos, escreve estas palavras profundíssimas embora à primeira vista desconcertantes: «Completo, por meio dos sofrimentos na minha carne, o que falta aos sofrimentos de Cristo, e completo-o em favor da Igreja, seu corpo místico» (Col 1,24). Faltará algo, porventura, aos sofrimentos e satisfações de Cristo? Certamente que não. Como já vos disse, o seu valor é infinito; sendo os sofrimentos de Cristo, sofrimentos de um Homem-Deus que veio substituir-nos, nada falta para a perfeição e plenitude dos seus sofrimentos; estes têm sido mais que suficientes para o resgate de todos «Ele é propiciação por todos os pecados de todo o mundo» (1Jo 2,2). Por que fala, pois, São Paulo do «complemento» que ele próprio acrescenta a tais sofrimentos?

Santo Agostinho dá-nos uma resposta belíssima: O Cristo total compõe-se da Igreja unida ao seu chefe; dos membros, que somos nós, unidos à cabeça, que é Cristo. A cabeça deste corpo místico, que é Cristo, esgotou até as fezes o cálice do sofrimento; só falta que ele sofra também no seu corpo e nos seus membros, e vós sois esse corpo e esses membros. [*Impletæ erant omnes passiones, sed in capite; restabant adhuc Christi passiones in corpore; vos autem corpus et membra*. Enarrat. in Sal. LXXXVII, c. 5].

Contemplem Jesus Cristo a caminho do Calvário, carregado com a cruz e caindo ao chão, sobrecarregado com o seu peso. A sua divindade, se quisesse, sustentaria a sua humanidade, mas não quer. Por quê? — Porque quer, para expiar o pecado, experimentar na sua carne inocente os estragos causados pelo pecado. Mas os judeus temem que Jesus não chegue com vida ao local da crucificação, e obrigam Simão Cirineu a ajudar Cristo a levar a sua cruz, ajuda que Jesus aceita. Simão, nesta ocasião, representa todos; quantos somos membros do corpo místico de Cristo, devemos ajudar Jesus a levar a sua cruz. Podemos ter a certeza de que realmente pertencemos a Cristo, se, imitando o seu exemplo, renunciarmos a nós mesmos e carregarmos a nossa cruz. «Se alguém quiser vir após Mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me» (Lc 9,23). Aqui está o segredo dessas mortificações voluntárias que afligem e rasgam o segredo dessas mortificações voluntárias que afligem e rasgam o corpo, e daquelas outras que reprimem os desejos, mesmo legítimos, do espírito, e que realizam as almas fortes, as almas privilegiadas e santas. Estas almas expiaram sem dúvida as suas faltas, mas o amor as impele a expiar por aqueles membros do corpo de Cristo que ofendem a sua Cabeça, a fim de que não diminuam no corpo místico nem a beleza nem o esplendor da vida divina. Se amamos verdadeiramente a Cristo, tomaremos generosamente a nossa parte, de acordo com o conselho de um prudente diretor, naquelas mortificações voluntárias, que nos farão discípulos menos indignos de um Deus crucificado. Não era, porventura, isto mesmo o que ansiava São Paulo, quando escrevia que queria renunciar a tudo, «a fim de ser admitido à comunhão dos sofrimentos de Cristo e assemelhar-se a Ele até à morte?» (Fil 3, 8-10).

Se a nossa natureza experimenta alguma repulsa, peçamos ao Senhor que nos dê força para imitá-lo e segui-lo até ao Calvário. Segundo aquele belo

pensamento de Santo Agostinho, a borra do cálice do sofrimento e renúncia, da qual temos que provar algumas gotas, o inocente Jesus reservou-a para si, como médico compassivo: «Não poderás ser curado a menos que bebas do cálice amargo; o médico são bebeu primeiro, para que o enfermo não duvidasse em beber» (*De verbis Domini*. Serm XVIII, c. 7 e 8). Cristo sabe o que é sacrifício por o ter experimentado Ele mesmo. «O pontífice que veio salvar-nos não é daqueles que são incapazes de participar nos nossos sofrimentos; antes, para se assemelhar a nós, fez experiência de todos eles» (Heb 4,15); já vos disse até que ponto Nosso Senhor levou a sua compaixão. Agora, não esqueçamos que ao participar assim nas nossas dores e naquelas misérias que eram compatíveis com a sua divindade, Cristo santificou os nossos padecimentos, as nossas doenças, as nossas expiações, e mereceu para que nós pudéssemos suportá-las, e para que fossem ao mesmo tempo agradáveis ao seu Pai. Mas para isso, é necessário unir-nos intimamente a Nosso Senhor pela fé e pelo amor, e aceitar levar a cruz em Sua companhia.

Desta união ressalta todo o valor dos nossos padecimentos e sacrifícios, pois por si só nada valeriam para o céu, mas, unidos aos de Cristo, tornam-se extremamente agradáveis a Deus e salutares para as nossas almas. [Veja o texto do Concílio de Trento antes citado]. Esta união da nossa vontade a Nosso Senhor, no padecimento, converte-se para nós numa fonte de consolos. Quando padecemos, quando nos encontramos aflitos, tristes, abatidos, quebrantados pela adversidade, envolvendo-nos em mil dificuldades, e nos aproximamos de Jesus Cristo, não nos vemos isentos da nossa cruz, sempre que o servo não deve ser de melhor condição do que o seu senhor (Lc 6,40), mas sim reconfortados. O próprio Jesus Cristo nos diz: deseja que carreguemos a sua cruz, como condição indispensável para ser seus verdadeiros discípulos, mas promete ao mesmo tempo a sua ajuda àqueles que se dirigem a Ele em busca de alívio nos seus padecimentos. Ele mesmo nos dirige este convite: «Vinde a Mim todos vós que sofreis e suportais o peso da aflição, e eu vos aliviarei» (Mt 11,28).

A sua palavra é infalível; se vos dirigirdes a Ele com confiança, estai certos de que se inclinará para vós, cheio de misericórdia, conforme às palavras do Evangelho: «Movido pela misericórdia» (Lc 8,13). Não se encontrava talvez sobrecarregado de tristeza quando disse: «Afasta de mim,

Pai meu, este cálice tão amargo?» Pois bem, diz São Paulo que uma das razões pelas quais Cristo quis sentir a dor foi para adquirir experiência e poder aliviar todos quantos se dirigissem a Ele (Heb 4,15, e 2,16-18). Ele é o bom samaritano que, inclinando-se para a humanidade enferma, lhe concede, juntamente com a salvação, o consolo do Espírito de amor, pois dele procede tudo o que pode constituir um verdadeiro consolo para as nossas almas. Já o disse São Paulo: «Assim como abundam em nós os padecimentos de Cristo, assim também por *Cristo* abunda o nosso consolo» (2Cor 1,5). Vede como identifica as suas tribulações com as de Jesus, visto que é membro do corpo místico de Cristo e é do próprio Cristo que recebe o consolo.

Que bem se realizaram nele estas palavras! Que parte tão importante tomou nos sofrimentos de Cristo! Leiam aquele quadro, tão vívido e comovente, das dificuldades contínuas que cercam o Apóstolo durante as suas viagens apostólicas: «Mais de uma vez vi de perto a morte; cinco vezes fui açoitado, três vezes espancado com varas; uma vez fui apedrejado, três vezes sofri naufrágio, uma noite e um dia inteiros passei flutuando à mercê das ondas. Nas minhas numerosas viagens vi-me muitas vezes rodeado de perigos: perigos nos rios, perigos de ladrões, perigos por parte dos da minha nação, perigos por parte dos infiéis; perigos nas cidades, perigos nos desertos, no mar; perigos por parte dos falsos irmãos, em trabalhos e fadigas, em muitas vigílias; sofrimentos de fome e sede; diversos jejuns, frio, nudez, e sem mencionar tantas outras coisas, lembrei-me das minhas preocupações de cada dia, e a solicitude e cuidado das Igrejas que fundei?» (*Ib*. 11, 24 29).

Oh, que quadro!, quão angustiada devia ter estado a alma do grande Apóstolo agitada por tantas misérias, que se renovavam sem cessar! No entanto, em todas essas tribulações estou «transbordando de alegria» (*Ib*. 7,4). Qual é o segredo desta alegria? — O amor a Cristo que morreu por nós (*Ib*. 5,14); de Cristo vem esta abundância de consolo (*Ib*. 1,5). Estando unido a Cristo por amor, permanece imperturbável no meio de todas as misérias e privações a que se vê reduzido. Quem me separará do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, o perigo, a espada? Segundo está escrito: Por tua causa, Senhor, estamos noite e dia expostos à morte e somos vistos como ovelhas destinadas ao açougue; mas de todas

essas provas, acrescenta, «saímos vencedores graças àquele que nos amou» (*Ib*. 5,15).

Tal é o grito da alma que compreendeu o amor imenso de Cristo na Cruz e que deseja, como verdadeiro discípulo, seguir as suas pegadas até ao Calvário, tomando, por amor, a sua parte nos sofrimentos do divino Mestre, pois, como já vos disse, os nossos sacrifícios, os nossos atos de renúncia e de mortificação, recebem da Paixão de Cristo e dos seus padecimentos, todo o seu valor sobrenatural para destruir o pecado e aumentar em nós a vida divina. Devemos procurar uni-los, pela intenção ao Sacramento da Penitência, que nos aplica os méritos dos padecimentos de Cristo com o fim de nos fazer morrer para o pecado. Se assim o fizermos, a eficácia do Sacramento da Penitência se estenderá, por assim dizer, a todos os atos da virtude de penitência, para aumentar a sua fecundidade.

6. De acordo com o espírito da Igreja, é preciso conectar os atos da virtude da penitência com o sacramento.

Esse é, por outro lado, o pensamento da Igreja: Vede como, depois que o sacerdote, ministro de Cristo, nos impôs a satisfação necessária e, pela absolvição, purificou a nossa alma no sangue divino, recita sobre nós as seguintes palavras: «Todos os esforços que fizeres para praticar a virtude, todas as inquietações que sofreres, te sirvam para a remissão dos pecados, aumento da graça e prémio de vida eterna». Esta oração, embora não seja essencial ao sacramento, como é a Igreja quem a fixou, além da doutrina que contém, doutrina que, naturalmente, a Igreja deseja ver traduzida em obras, tem valor de sacramental. Por meio desta oração, o sacerdote comunica aos nossos sofrimentos, aos nossos atos de satisfação, expiação, mortificação, reparação e paciência, que une e relaciona com o sacramento, tal eficácia, que a nossa fé nos obriga a deter-nos em algumas considerações sobre este ponto, tentando que formeis sobre ele uma ideia perfeitamente clara.

Em remissão dos teus pecados. O Concílio de Trento ensina a este respeito uma verdade muito consoladora. Diz-nos que Deus usa de tal liberalidade e generosidade na Sua misericórdia, que não só nos servem de

satisfação perante o Pai Eterno, através dos méritos de Jesus Cristo, as obras de expiação que o sacerdote nos imponha ou que nós próprios livremente escolhamos, mas também todas as penas inerentes à nossa condição de pobres mortais, todas as adversidades temporais que Deus nos envia ou permite, desde que as suportemos com paciência. Por isso, nunca vos recomendarei suficientemente uma prática excelente e fecunda, que consiste em aceitar, quando nos apresentamos perante o sacerdote, ou melhor, perante Jesus Cristo, para nos acusarmos das nossas faltas, todas as penas, todas as contrariedades, todas as coisas desagradáveis que no futuro nos possam sobrevir, a fim de que nos sirvam de reparação pelos nossos pecados; mais ainda, convém que naquele momento formemos o propósito de executar, até à próxima confissão, algum ato especial de mortificação, ainda que este ato não seja muito penoso. A fidelidade a esta prática, tão conforme ao espírito da Igreja, resulta sumamente fecunda. Em primeiro lugar, descarta o perigo da rotina. Uma alma que através da fé se reconcentra assim na consideração da grandeza deste sacramento, no qual se nos aplica o sangue de Jesus Cristo; uma alma que, estimulada pelo amor, se oferece para suportar com paciência, em união com Cristo na cruz, tudo quanto se apresente, ao longo da sua existência, por duro, difícil, penoso e mortificante que seja, pode considerar-se imunizada contra essa espécie de entorpecimento da sensibilidade que a prática da confissão frequente gera em algumas consciências. Esta prática constitui, além disso, um ato de amor sumamente agradável a Nosso Senhor, porque é um sinal de que estamos dispostos a tomar parte nos padecimentos da Sua Paixão, que é o mais santo dos Seus mistérios. Por fim, renovada com frequência, ajuda-nos a adquirir pouco a pouco esse verdadeiro espírito de penitência, que é tão necessário para nos tornarmos semelhantes a Jesus, Nosso Senhor e Mestre.

Depois, o sacerdote acrescenta: «Tudo o que faças ou padeças, redunde no aumento da vida divina em ti». A morte, já vos disse, é aqui prelúdio da vida. «O grão de trigo, diz Nosso Senhor, deve primeiro morrer na terra antes de germinar e produzir a rica colheita que o pai de família colherá nos seus celeiros». E esta vida será tanto mais vigorosa e tanto mais abundante a graça em nós, quanto mais tivermos reduzido, debilitado e diminuído, por meio desse espírito de renúncia, todos os obstáculos que se opõem ao seu livre desenvolvimento. Retenham, pois, para sempre, esta verdade capital:

que a nossa santidade é de uma ordem essencialmente sobrenatural e que emana de Deus. Quanto mais se purificar a alma do pecado pela mortificação e o desapego, quanto mais se esvaziar de si mesma e da criatura, tanto mais poderosa resultará nela a ação divina. Cristo mesmo nos diz isso e também nos assegura que seu Pai se serve do sofrimento para fazer mais fecunda a vida na alma. «Eu sou a videira, meu Pai é o viticultor e vós sois os ramos. Todo o ramo que dá fruto, meu Pai o poda para que produza em maior abundância, pois é glória do meu Pai que vós deis abundantes frutos» (Jo 15, 1-8).

Quando o Pai Eterno vê que uma alma, já unida ao seu Filho pela graça, deseja resolver-se a dar-se totalmente a Cristo, quer que a vida abunde nela e aumente a sua capacidade. Para tal, Ele mesmo põe mãos à obra neste trabalho de renúncia e desapego, condição prévia da nossa fecundidade; poda tudo quanto impede que a vida de Cristo produza todos os seus efeitos e tudo quanto possa ser obstáculo à ação da seiva divina. A nossa natureza corrompida contém raízes que tendem a produzir maus frutos, e Deus, por meio dos múltiplos e profundos padecimentos que permite ou envia, e por meio das humilhações e contradições, purifica a alma, espicaça-a, castiga-a, separa-a, por assim dizer, da criatura, esvazia-a de si mesma, a fim de fazer com que produza numerosos frutos de vida e de santidade.

Finalmente, termina o sacerdote: «Tudo se te converta em recompensa para a vida eterna». Depois de ter restabelecido neste mundo a ordem que permite o aumento e crescimento da vida de Cristo em nós, os nossos sofrimentos, os nossos atos de expiação, os nossos esforços para fazer o bem, asseguram à alma uma participação na glória celestial. Lembrem-se da conversa que os dois discípulos mantêm a caminho de Emaús no dia seguinte à Paixão. Desconcertados com a morte do divino Mestre, que parecia pôr termo às suas esperanças num reino messiânico, ignorantes ainda da ressurreição de Jesus, comunicam-se mutuamente o profundo desencanto que experimentaram. Cristo junta-se a eles disfarçado de peregrino, pergunta-lhes qual é o tema da sua conversa e, depois de ouvir a expressão do seu desânimo, *Sperabamus*. «Esperávamos»: «Ó estultos e lentos do coração para crer!», repreende-os imediatamente; «não era necessário que Cristo padecesse todas estas coisas antes de entrar na sua glória?» (Lc 24,26) [São Paulo referia-se a estas palavras do divino Mestre

quando escrevia aos Hebreus (2,9): *Videmus Iesum propter passionem mortis gloria et honore coronatum*. +Fil 2, 7-9]. O mesmo acontece connosco; é preciso que participemos dos sofrimentos de Cristo se quisermos gozar da sua glória.

Esta glória e bem-aventurança serão imensas: «Não desanimeis no meio das vossas tribulações, escreve São Paulo, pelo contrário, porque embora o homem exterior, sujeito à decadência, se vai debilitando sem cessar, o homem interior renova-se dia após dia até alcançar o termo feliz, e assim a nossa leve e momentânea aflição produz em nós um peso eterno de glória da qual não podemos conceber nem uma ideia aproximada» (2Cor 4,17). «Assim como – escreve noutro lugar – se somos filhos de Deus, somos seus herdeiros e co-herdeiros de Cristo, desde que padeçamos com Ele para sermos também glorificados com Ele»; e acrescenta: «Pois penso que os padecimentos deste tempo presente não têm proporção com a glória futura que há de manifestar-se em nós» (Rm 8, 17-18). Por isso, na medida em que participamos dos sofrimentos de Cristo, podemos alegrar-nos, pois quando se manifestar a glória de Cristo no último dia, estaremos transbordando de contentamento (1Pe 4,13).

Ânimo, pois, eu vos repetirei com São Paulo: «Vejam, dizia ele, aludindo aos jogos públicos do seu tempo, vejam a que regime tão severo se submetem aqueles que querem participar nas corridas do circo, para ganhar o prémio. E que prémio! Coroa de um dia; enquanto nós, se nos imposermos a renúncia (1Cor 9, 24-25) é para obter uma coroa incorruptível; a coroa de participar para sempre da glória e bem-aventurança do nosso Rei». «Neste mundo, diz o Senhor, passais pela aflição; o mundo que não me conhece vive em meio do prazer, enquanto que vós, exercitando-vos com viva fé, levais comigo o peso da cruz mas voltarei a ver-vos no último dia, e então o vosso coração transbordará de alegria e ninguém vo-la poderá tirar» (Jo 16, 20-22).

PARTE II-B — A vida para Deus

V
A verdade na caridade

O cristianismo religião de vida

O Cristianismo é um mistério de morte e de vida, mas, acima de tudo, é um mistério de vida.

A morte, como já sabeis, não estava prevista no plano divino; foi o pecado do homem que a introduziu na terra; e a negação de Deus, que é o pecado, produziu a negação da vida, que é a morte (Rom 5,12). Se o Cristianismo nos impõe a renúncia, é com o objetivo de destruir em nós aquilo que contraria a vida, devemos eliminar os obstáculos, pois se opõem ao livre desenvolvimento em nós da vida divina que nos comunica Cristo, agente principalíssimo da nossa santificação, e sem o qual nada podemos. Não se trata, portanto, de buscar ou praticar a mortificação por si mesma, mas, acima de tudo, para facilitar o desenvolvimento do germe divino depositado em nós no Batismo. Ao dizer São Paulo ao neófito «que deve morrer para o pecado», não limita a essa única fórmula toda a prática do Cristianismo, mas acrescenta, além disso, «que deve viver para Deus em Cristo Jesus». Esta expressão, que encerra um sentido profundo, como iremos ver ao longo das conferências seguintes, resume a segunda operação da alma.

A vida sobrenatural, como qualquer outra vida, é regida por leis específicas, às quais deve submeter-se para poder subsistir. Nas duas conferências anteriores, mostrei-vos os elementos que integram a «morte para o pecado»; consideremos agora quais são os elementos que informam a «vida para Deus em Cristo Jesus».

Convém, em primeiro lugar, estabelecer o *princípio fundamental* que regula toda a atividade cristã e determina o seu valor aos olhos de Deus. Vejamos qual é essa ordem essencial e geral, que no domínio do

sobrenatural deve dirigir a infinita variedade de ações com que se tece a trama ordinária da nossa existência.

1. Carácter fundamental das nossas obras: a verdade; obras conformes à nossa natureza de seres racionais: harmonia da graça e da natureza em conformidade com a nossa individualidade e especialização.

Já conheceis aquele texto de São Paulo na sua Epístola aos Efésios: «Vivam a verdade na caridade» (Ef 4,15). Queria parar uns instantes convosco para ver como o Apóstolo condensa nestas palavras a lei fundamental que, na ordem da graça, regula a nossa atividade sobrenatural.

«Realizar a verdade na caridade» quer dizer que a vida sobrenatural deve ser mantida em nós através de atos humanos, animados pela graça santificante e dirigidos a Deus pela caridade.

O termo *facientes* (realizar) indica a necessidade das obras. Não preciso insistir muito neste ponto. Toda a vida deve traduzir-se em atos; «sem as obras, a fé, que é fundamento da vida sobrenatural, é uma fé morta» (Tg 2,17); escreve o apóstolo Tiago. E São Paulo, que não cessa de nos mostrar as riquezas de que podemos dispor em Nosso Senhor, não hesita em nos dizer que Cristo não é «causa de salvação e de vida eterna senão para aqueles que lhe obedecem» (Heb 5,9). Se é sincero o nosso desejo de agradar a Deus, ouçamos o que diz Jesus Cristo: «Se me amais, guardai os meus mandamentos (Jo 14,15) porque não são aqueles que dizem apenas com os lábios: “Senhor, Senhor”, que entrarão no reino dos céus, mas aqueles que cumprem a vontade do meu Pai» (Mt 7,21). Isso é o que Cristo deseja de nós; ele nos resgata, nos purifica, para que vivendo da sua vida, e animados do seu espírito, façamos obras que sejam dignas dele e do seu Pai (Tit 2,14); isso é o que espera de nós. E que obras devemos realizar? Que índole e caráter devem ter? «Obras verdadeiras». O que entende São Paulo por obras verdadeiras? Dizer a verdade é expressar algo em conformidade com o que realmente pensamos. Um objeto é verdadeiro quando existe conformidade entre o que deve ser segundo a sua natureza e o que é na realidade; diz-se que o ouro é verdadeiro, quando possui todas as propriedades que sabemos serem próprias desse metal; e é latão, quando

tem as aparências, mas não as propriedades do ouro; não há conformidade entre o que parece ser e o que deveria ser segundo os elementos que sabemos serem distintivos da sua natureza. Uma ação humana será verdadeira se corresponder realmente à nossa natureza humana de criaturas dotadas de razão, vontade e liberdade. Devemos executar, diz São Paulo, obras verdadeiras, ou seja, obras que sejam conformes à nossa natureza humana; todo ato contrário, que não corresponda à nossa natureza de homens racionais, é um ato falso. Não somos estátuas, nem autómatos, nem anjos: somos homens, e o caráter que, perante todas as coisas, devem manifestar-se nas nossas ações, e que Deus quer ver refletido nelas, é o caráter de obras humanas, realizadas por uma criatura livre dotada de uma vontade ilustrada pela razão.

Contemplai o universo à vossa volta: Deus encontra a sua glória em todas as criaturas, mas somente quando se conformam com as leis que regulam a sua natureza. Os astros dos céus louvam a Deus em silêncio através do seu curso harmonioso pelos espaços incomensuráveis: «Os céus proclamam a tua glória» (Sal 18,2); as águas dos mares, contidas «dentro de uns limites que Deus estabeleceu»: «Estabeleceste limites que não transporão» (*Ib*. 103,9) [todo este Salmo, que é um hino grandioso ao Criador, sinaliza as diferentes operações próprias dos três reinos, racional, vegetal e animal]; a terra, conservando as leis de estabilidade: «Criaste a terra e ela subsistirá» (Sal 118,90); os arbustos, dando as suas flores e frutos, segundo a sua espécie, e em harmonia com as distintas estações; os animais, seguindo o instinto que neles foi depositado pelo Criador. Cada ordem de seres tem as suas leis especiais que regulam a sua existência e que manifestam o poder e a sabedoria de Deus e constituem um cântico de louvor à sua glória: «Senhor, Senhor nosso, quão admirável é o teu nome em toda a terra» (*Ib*. 8,1,10). O homem, enfim, a quem o Senhor fez rei da criação, tem leis que determinam a sua natureza e atividade como criatura racional.

O homem, como todas as criaturas, foi criado para glorificar a Deus; mas não pode glorificá-lo senão executando, em primeiro lugar, atos conformes à sua natureza, e respondendo assim ao ideal que Deus formou ao criá-lo, com o que o glorifica e Lhe é agradável. Ora, o homem, por si mesmo, é um ser racional; não pode, como o animal, desprovido de razão,

agir apenas pelo seu instinto. O que o distingue dos demais seres da criação terrestre é o facto de estar dotado de razão e de liberdade; a razão deve ser, pois, no homem, soberana, mas enquanto criatura, ela mesma sujeita à vontade divina de quem depende. Exponentes dessa vontade divina são para nós a lei natural e as leis positivas.

Para que um ato humano seja verdadeiro — e esta é a primeira qualidade que deve possuir se quiser ser agradável a Deus — deve conformar-se com a nossa condição de criatura livre e racional, submissa à vontade divina; caso contrário, não corresponde à nossa natureza, nem às propriedades que a caracterizam, nem às leis que a regem; torna-se falso.

Não esqueçais que a lei natural é algo essencial no que diz respeito à Religião. Deus poderia não me ter criado, mas uma vez criado, sou e continuo a ser criatura, e as relações que para mim decorrem desta qualidade são imutáveis; não pode, por exemplo, conceber-se que a um homem, após ser criado, lhe seja lícito blasfemar contra o seu Criador.

Este caráter de ato humano plenamente livre, mas em harmonia com a nossa natureza e o fim último para o qual fomos criados e, consequentemente, moralmente bom, é aquele que deve, acima de tudo, distinguir as nossas obras aos olhos de Deus: «Quem afirma que conhece a Deus e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso e nele não está a verdade» (1Jo 2,4).

Para agir como cristãos, devemos antes agir como homens, o que é de grande importância, pois não há dúvida de que um cristão, se é perfeito, cumprirá necessariamente com os seus deveres de homem, porque a lei evangélica contém e aperfeiçoa a lei natural; mas encontramos almas cristãs, ou melhor, que se dizem cristãs, e não apenas entre os simples fiéis, mas também entre religiosas, religiosos e sacerdotes, que, exatas até ao escrúpulo na observância das práticas de piedade que elas mesmas escolheram, fazem caso omisso de certos preceitos da lei natural. Tais almas esforçar-se-ão por não faltar aos seus exercícios de devoção, o que é digno de louvor; mas não renunciarão a desacreditar o próximo na sua reputação, nem a propagar falsidades, nem a deixar de cumprir a palavra dada, nem a distorcer o pensamento do outro; não se preocuparão em respeitar as leis da propriedade literária ou artística, importando-lhes pouco diferir, às vezes

com detrimento da justiça, o pagamento de dívidas ou a observância exata das cláusulas de um contrato. Nessas almas, segundo as célebres palavras do estadista inglês Gladstone, «a religião enfraquece a moralidade»; não compreenderam o preceito de São Paulo: «Obras verdadeiras». Há falta de lógica, há falsidade na sua vida espiritual, falsidade que talvez em muitas almas seja inconsciente, mas não por isso menos prejudicial, porque Deus não encontra nelas essa ordem que quer ver reinar em todas as suas obras.

[Este mesmo pensamento é expresso por aquelas palavras de Bossuet: «Há quem se preocupe se não rezou o rosário e outras orações, ou se deixou passar alguma ave-maria em alguma dezena. Eu me guardarei de repreender tal pessoa, e louvo essa religiosa exatidão nos exercícios de piedade; mas quem poderá tolerar que, todos os dias, passe por alto, sem a menor dificuldade, a observância de quatro ou cinco preceitos, que, sem o menor escrúpulo, desfaça os deveres mais santos do cristianismo? Estranha ilusão com a qual nos fascina o inimigo da humanidade. Como não pode extirpar do coração do homem o princípio da religião, que está gravado tão profundamente nele, faz com que ele use esse princípio, não como seu legítimo emprego, mas como um entretenimento perigoso, a fim de que, enganados com essa aparência, *creiamos que, com esses cuidados insignificantes, já satisfizemos as imperativas obrigações que a religião nos impõe*. Não vos enganeis, cristãos ; ao realizar essas obras de super-rogação, não esqueçais as que são de necessidade». *Sermão da Conceição da Sma. Virgem*].

Assim, devemos ser «verazes»; este é o primeiro requisito para que a graça possa começar a operar em nós. Como sabeis, a graça não destrói a natureza. Embora pela adoção divina tenhamos recebido como um novo ser, nova criatura, a graça, que em nós deve tornar-se fonte e princípio de novas operações sobrenaturais, pressupõe a natureza e as operações próprias que dela derivam. Em vez de se oporem, a graça e a natureza no que esta última tem de bom e de puro, harmonizam-se, conservando cada uma o seu caráter e beleza próprios.

Considerai o que ocorria em Jesus Cristo, que é a quem em tudo devemos contemplar. Não é porventura modelo de toda a santidade? É Deus e homem. A sua condição de Filho de Deus é fonte de onde emana o valor

divino de todos os seus atos. Mas também é homem, *perfectus homo*. A sua natureza humana, embora unida de uma maneira inefável à pessoa divina do Verbo, de modo algum perdeu a sua atividade própria nem a sua maneira específica de agir; foi sempre princípio de operações humanas perfeitamente autênticas.

Jesus Cristo orava, trabalhava, alimentava-se, padecia e descansava, demonstrando com essas ações humanas que era verdadeiramente homem; e até me atreveria a dizer que ninguém foi tão homem como Ele, porque a sua natureza humana era de uma perfeição incomparável. Somente que n'Ele a natureza humana coexistia com a divindade.

Coisa análoga acontece em nós. A graça não suprime, não destrói a natureza, nem na sua essência nem nas suas boas qualidades; constitui, sem dúvida, um novo estado, acrescentado, infinitamente superior ao nosso estado natural, e embora seja verdade que, devido a este nosso destino, a nossa natureza não fica por isso perturbada nem debilitada. [O estado sobrenatural tende a excluir aquilo que é viciado na natureza como consequência do pecado original, o que os autores ascéticos chamam de vida *natural* em oposição à *sobrenatural*. Já vimos que a mortificação consiste precisamente em destruir essa vida *natural*]. É precisamente exercitando as nossas próprias faculdades — inteligência, vontade, coração, sensibilidade, imaginação — que a natureza humana, mesmo adornada com a graça, deve realizar as suas operações. Pois bem, os atos que assim emanam da natureza tornam-se, pela graça, dignos de Deus. Devemos, desde logo, continuar a ser o que somos e viver de acordo com a nossa natureza de criaturas livres e racionais, pois isto é o primeiro que se requer para que as nossas ações sejam verdadeiras; e até acrescentaria que *devemos viver de uma forma que corresponda à nossa individualidade*.

Na vida *sobrenatural* devemos preservar a nossa personalidade no que ela tem de bom. Isso faz parte dessa *verdade* que, para vivermos a vida da graça, se exige de nós. A santidade não é um molde único no qual as qualidades naturais que caracterizam a personalidade de cada um devem ser despejadas e fundidas, para não representar depois mais do que um tipo uniforme. Pelo contrário, ao criar-nos, Deus dotou cada um de nós individualmente de dotes, talentos e privilégios especiais; cada alma tem a

sua beleza natural particular, uma brilha pela profundidade da sua inteligência, outra destaca-se pela firmeza da sua vontade, outra, enfim, é atraente pela sua muita caridade. A graça respeitará essa beleza, como respeita a natureza na qual se baseia; apenas que ao esplendor nativo acrescentará um brilho divino que o eleva e transfigura. Na sua ação santificadora, Deus respeita a obra da criação, pois Ele é quem dispôs essa diversidade, e cada alma, ao reproduzir um dos pensamentos divinos, ocupa o seu lugar especial no coração de Deus.

Finalmente, devemos ser verdadeiros, conformando-nos com a vocação a que Deus nos chamou. Não somos indivíduos isolados, mas fazemos parte de uma sociedade que compreende diferentes modos de viver a vida. É claro que, para estarmos na verdade, devemos também cumprir os deveres que cada um tem, impostos pela condição especial em que a Providência nos colocou, e a graça não pode opor-se a isso. Seria adulterar a verdade que uma mãe de família passasse longas horas na igreja, quando a sua presença é necessária em casa para arrumar o lar (+1Tim 5,4 e 8), ou que um religioso, por devoção mal entendida, preferisse fazer uma hora de oração a realizar o trabalho prescrito pela obediência, por mais humilde que este seja. Tais atos não são verdadeiros, no sentido que temos dado a esta palavra.

Pai, dizia Jesus, na Última Ceia, pedindo pelos seus discípulos, *santifica-os na verdade*.

2. Realizar as nossas obras na caridade, em estado de graça; necessidade e fecundidade da graça para a vida sobrenatural

Bastará que as nossas ações sejam *verdadeiras*, conformes à nossa condição de criaturas racionais submissas a Deus, executadas livremente e conformes ao nosso estado, para que sejam atos de vida sobrenatural? — Não, certamente; isso só não basta; é necessário, além disso, e este é o ponto capital, que procedam da graça, que sejam realizadas por uma alma adornada com a graça santificante. É o que São Paulo indica com essa palavra: *In caritate*.

Na caridade, ou seja, nessa caridade fundamental e essencial pela qual, ao nos entregarmos inteiramente a Deus, encontramos n'Ele o supremo bem, preferido por nós a qualquer outro; esse é o fruto da graça que nos torna agradáveis a Deus a ponto de nos tornarmos seus filhos. É verdade que a caridade sobrenatural não é a graça, mas ambas são inseparáveis: «A caridade foi derramada em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado» (Rom 5,5). [«A graça santificante e a divina caridade são-nos dadas pelo Espírito Santo… pois a graça habitual e o dom sobrenatural da caridade não se distinguem entre si senão como o sol se distingue dos seus raios. A graça santificante é a vida da alma; a caridade é essa mesma energia de vida, disposta a produzir todas as operações da vida sobrenatural e especialmente o amor atual de Deus, fonte de toda a vida e de toda a beleza». Hedley, *Retraite*].

A graça eleva o nosso ser, a caridade transforma o nosso ser; a caridade transforma a nossa *atividade*, e ambas estão sempre unidas; o grau de uma indica o da outra, e toda falta grave, de qualquer natureza que seja, mata em nós, ao mesmo tempo, a graça e a caridade.

A graça santificante deve ser a fonte da qual se alimenta a nossa atividade humana; sem ela, não podemos realizar ato algum sobrenatural que resulte meritório com vista à bem-aventurança da vida eterna. Deus, em primeiro lugar, constituiu-nos num estado, o estado da graça, e é isso que importa principalmente. Um ser não age senão em virtude da sua natureza, e assim como nós não realizaríamos atos humanos se não possuíssemos a natureza humana, da mesma forma não podemos praticar atos de vida sobrenatural se não possuirmos, pela graça, algo assim como uma nova natureza: *Nova creatura*.

Imaginai um homem deitado no chão; pode ser que esteja a dormir, ou também que seja um cadáver. Se está a dormir, logo acordará; todo o seu corpo entrará em movimento e as suas energias naturais começarão a manifestar-se. Por quê? Porque ainda conserva em si o princípio de onde emanam as energias que o animam, ou seja, a alma. Mas se a alma está ausente, o corpo não se moverá; poderão, se quiserem, sacudi-lo, mas permanecerá na sua inércia de cadáver; e de agora em diante nenhuma

atividade brotará desse corpo morto, pois foi abandonado pelo princípio vital de onde emanavam as suas energias.

O mesmo acontece com a vida sobrenatural. A graça santificante é o seu princípio interior, de onde decorre toda a atividade sobrenatural. Se a alma possui esta graça, pode produzir atos de vida sobrenaturalmente meritórios; caso contrário, a alma está morta aos olhos de Deus. [Naturalmente, isto não passa de uma comparação que serve para nos mostrar a necessidade da graça como princípio de vida sobrenatural; pois a alma em estado de pecado mortal pode, através do Sacramento da Penitência, reviver, recuperando a graça; além disso, a alma deve preparar-se e recorrer a esse sacramento, através de atos livres sobrenaturais (ou seja, executados sob o impulso de auxílios atuais sobrenaturais concedidos por Deus) de temor, esperança, caridade, contrição].

Jesus Cristo propôs uma comparação que ajuda a compreender bem a função da graça em nós. Gostava de usar imagens para tornar a verdade mais acessível. Depois da Ceia, Nosso Senhor, com os seus discípulos, deixa o cenáculo para ir ao Monte das Oliveiras. No caminho, saindo da cidade, atravessa uma colina povoada de vinhedos. Esta vista inspira a Jesus Cristo o seu último discurso. «Vedes estas vinhas?», diz aos apóstolos; pois bem, a verdadeira vinha sou eu, vós sois as varas; quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto, porque sem Mim nada podeis fazer. E assim como a vara não pode dar fruto se não estiver ligada ao tronco da videira, assim também vós, se não estiverdes unidos a Mim pela graça.»

A graça é a seiva que sobe das raízes para os ramos. O que dá fruto não é a raiz nem o tronco, mas sim o ramo, embora unido pelo tronco à raiz e recebendo dela a seiva nutritiva. Cortem o ramo, separem-no do tronco, e ao não receber a seiva, seca e transforma-se em lenha morta, incapaz de produzir fruto de qualquer espécie.

É isso que acontece à alma despojada da graça; não está unida a Cristo, pois não extrai d'Ele essa seiva da graça que lhe permitiria viver uma vida sobrenatural e fecunda. Não o esqueçais; somente Cristo é a fonte da vida sobrenatural; toda a nossa atividade, a nossa própria existência, não têm qualquer valor em relação à vida eterna senão na medida em que estamos unidos a Cristo pela graça; de outra forma, já pode alguém agitar-se, gastar-

se, desmanchar-se em atos os mais extraordinários aos olhos dos homens; diante de Deus, essa atividade carece de fecundidade sobrenatural e de mérito para a vida eterna.

Dir-me-eis: Será que estas ações são más? Não, não são necessariamente más. Se são honestas por si mesmas, não deixam de ser agradáveis a Deus, que às vezes as recompensa com favores temporais, e conferem a quem as realiza certo mérito no sentido mais amplo da palavra; ou melhor, há uma certa conveniência em que Deus as recompense. Mas como falta a graça santificante, não existe a proporção necessária entre esses atos e a herança eterna que Deus apenas prometeu aos que são seus filhos pela graça (Rom 8,17). E Deus não pode reconhecer nessas ações o caráter sobrenatural requerido para que as considere merecedoras de uma recompensa eterna.

Considerai dois homens que dão esmola a um pobre: um está em amizade com Deus pela graça e faz a esmola por um movimento de caridade divina, o outro, por sua vez, está desprovido da graça santificante, ambos exteriormente realizam a mesma ação, é verdade, mas, que diferença aos olhos de Deus! A esmola do primeiro lhe trará o aumento de uma felicidade infinita e eterna, e dele disse Nosso Senhor que «um copo de água dado em seu nome não ficará sem recompensa» (Mt 10,42); pelo contrário, o ato do segundo em relação a esta bemaventurança eterna carecerá por completo de valor, mesmo que repartisse punhados de ouro: o que procede da natureza apenas não será contabilizado para a vida eterna.

Sem dúvida, Deus, que é a própria bondade, não deixará de olhar com benevolência as ações honestas feitas pelo pecador, sobretudo tratando-se de atos de caridade para com o próximo executados, não por ostentação humana, mas por um movimento de compaixão para com os desfavorecidos. Muitas vezes (e há nisso um grande motivo de confiança), a misericórdia inclina Deus a conceder, àqueles que se dedicam a esses atos de caridade, graças de conversão que, finalmente, lhes devolverão o bem supremo da amizade de Deus; mas, em puro rigor, somente a graça santificante é que dá à nossa vida o seu verdadeiro significado e o seu valor fundamental. Tanto é assim que, quando o pecador retorna à graça, por mais numerosas e sublimes que tenham sido as ações executadas sem a graça,

permanecem sem valor em relação ao mérito sobrenatural e à bem-aventurança que a recompensa: estão perdidas sem remédio. São Paulo deixou bem claro esta verdade, escutai o que diz: «Se eu gozasse do dom de falar as línguas dos homens e dos anjos e não tivesse caridade, seria como metal que soa ou címbalo que retine, se eu tivesse o dom de profecia, se conhecesse os mistérios, se guardasse toda a ciência e se tivesse uma fé tão eficaz que transportasse montanhas e não tivesse caridade, nada seria; se distribuísse todos os meus bens para dar de comer aos pobres, entregasse o meu corpo às chamas e não tivesse caridade, de nada me serviria» (1Cor 13, 1-3). Por outras palavras, os dons mais extraordinários, os talentos mais sobressalentes, as empresas mais generosas, as ações mais brilhantes, os esforços mais consideráveis, as dores mais penetrantes não são de nenhum proveito para a vida eterna sem a caridade, isto é, sem esse amor soberano da alma a Deus, considerado em si mesmo, amor sobrenatural que nasce da graça santificante, como a flor brota do seu caule.

Dirijamos, pois, a Deus, fim último e bem-aventurança eterna, toda a nossa vida; a caridade de Deus que possuímos com a graça santificante deve ser o motor de toda a nossa atividade. Quando possuímos a graça divina em nós, realizamos o anseio de Nosso Senhor: «Permanecei em Mim» e Eu «em vós». Ele não vem só, mas habita em nós com o Pai e o Espírito Santo: «Viremos a ele e faremos nele a nossa morada» (Jo 14,23). A Santíssima Trindade, que habita verdadeiramente em nós como num templo, não está inativa, mas continuamente nos sustenta para que a nossa alma possa exercer a sua atividade sobrenatural: «Meu Pai não cessa de trabalhar, e Eu trabalho também» (*Ib*. 5,17).

Sabeis que na ordem natural Deus, pela sua ação, nos sustenta incessantemente na existência e no exercício dos nossos atos, é o «concurso divino». Pois este concurso divino existe também na ordem sobrenatural; não podemos fazer nada sobrenaturalmente senão quando Deus nos dá a graça de agir. Esta graça, devido ao seu efeito transitório, chama-se *atual* (em oposição, na nossa linguagem, à graça santificante, que sendo por si própria permanente, se chama graça *habitual*); faz parte desse conjunto admirável que, com a graça santificante, as virtudes infusas e os dons do Espírito Santo, constitui a ordem sobrenatural.

No exercício ordinário da vida sobrenatural, essa graça não é senão o concurso divino aplicado à ordem sobrenatural; mas em ocasiões especiais, nas quais influencia o estado em que ficou a nossa alma após o pecado original — trevas da inteligência, fraqueza da vontade distraída do cuidado de buscar o verdadeiro bem infinito pela concupiscência, o demónio e o mundo —, esse concurso divino traduz-se e manifesta-se de um modo também particular: iluminação especial da inteligência, robustecimento da vontade para resistir a uma grave tentação ou realizar uma obra difícil. Sem esse concurso particular que Deus concede àqueles que o pedem, não poderíamos alcançar o fim supremo, não poderíamos, como diz o Concílio de Trento, «perseverar na justiça». (Sess. VI, cap.18; +can.13) [No entanto, é evidente que a alma em estado de pecado mortal pode receber graças atuais *sobrenaturais* que iluminem a sua inteligência e afirmem a sua vontade na obra da sua conversão; mas essas graças não se unem na alma que está em pecado como na que possui a graça santificante ao «concurso divino» do qual falámos e que conserva a graça santificante na alma dos justos. O Espírito Santo excita o pecador à conversão, não *habita* na sua alma].

Tal é, exposta esquematicamente, a lei fundamental do exercício da nossa vida sobrenatural. Sem mudar nada do que é essencial à nossa natureza, do que exige o nosso estado de vida particular, devemos viver da graça de Cristo, orientando pela caridade toda a nossa atividade para procurar a glória do seu Pai. A graça é enxertada na natureza, e envolve as suas operações; esta é a primeira razão da diversidade que encontramos nos Santos.

3. Maravilhosa variedade dos frutos da graça nas almas; a raiz de que provém é no entanto para todos a mesma

Além disso, o grau de graça varia nas almas. É verdade, como já disse, que não existe mais do que um único modelo de santidade, assim como não há mais do que uma fonte de graça e de vida: Cristo Jesus; a justificação e a bem-aventurança eterna são, especificamente, na sua raiz e na sua substância, as mesmas para todos: «Um só Senhor, uma só fé, um só baptismo», diz São Paulo (Ef 4,5).

Mas da mesma forma que todos os que possuem a natureza humana se diversificam nas suas qualidades, assim Deus distribui livremente os seus dons sobrenaturais, segundo os planos amorosos da sua sabedoria. «A cada um de nós, diz São Paulo, é dada a graça na medida do dom de Cristo» (*Ib*. 7). No rebanho de Cristo, cada ovelha leva o seu nome de graça: «O bom pastor, dizia Jesus, conhece as suas ovelhas e chama-as pelo seu nome» (Jo 10,3), como «o Criador conhece a multidão de estrelas e chama todas pelo seu nome» (Sl 146,4), pois cada uma tem a sua forma e a sua perfeição [+Bar 3, 34-35: «As estrelas brilham no seu posto e estão contentes; o Senhor as chama e elas dizem: «Aqui estamos!» E continuam a brilhar alegremente em honra de quem as criou»].

«Cada alma recebe dons diversos do mesmo Espírito, diz São Paulo; as operações de Deus nas almas são múltiplas e diversas, mas é o mesmo Deus quem realiza tudo em todos. A um é concedido o dom da sabedoria, a outro um dom elevado de fé; a este o de curas, àquele o poder de operar milagres; um é evangelista, o outro profeta, o outro doutor, mas quem produz todos esses dons é um e o mesmo Espírito Santo, distribuindo-os a cada um em particular como lhe apraz» (1Cor 12, 4-11).

E cada alma responde à ideia divina de uma maneira que lhe é própria; cada um de nós cultiva os talentos confiados à sua liberdade, através de uma cooperação que leva a sua impressão individual, reproduz em si mesmo, os traços de Cristo.

Assim, sob a ação infinitamente delicada e rica em nuances do Espírito Santo, cada uma das nossas almas deve esforçar-se por reproduzir, através da sua atividade individual, enaltecida e transformada pela graça, o modelo divino; dessa forma, alcança-se aquela variedade harmoniosa que torna Deus «admirável nos seus santos» (Sal 67,36). Todos O glorificam, mas pode-se dizer de cada um deles, com a Igreja: «Não se encontrou outro que, como ele, tenha posto em prática a lei do Senhor» (Ecli 44,20; +Ofício dos santos confessores). O brilho da santidade de um São Francisco de Sales não é o mesmo que o de um São Francisco de Assis, e o esplendor com que está adornada no céu a alma de uma Santa Gertrudes ou de uma Santa Teresa é muito diferente do que rodeia uma Santa Madalena.

Em cada um dos santos, o Espírito Consolador respeitou a natureza com os traços particulares que a criação lhes atribuiu, a graça os transformou e acrescentou os dons próprios da ordem sobrenatural; e a alma, guiada por Aquele que a Igreja chama de «Dedo da direita do Pai» (*Digitus paternæ dexteræ*. Hino *Veni Creator Spiritus*), correspondeu a esses dons e assim lavrou a sua santidade. Certamente nos encantará contemplar no céu as maravilhas que a graça de Cristo há de fazer brilhar num pano tão variado como o da nossa natureza humana.

Por grandes que sejam os santos e por elevado que seja o grau da sua união sobrenatural, o fundamento de toda a sua santidade não é outra coisa senão a graça da adoção divina. Já vos disse e repito novamente: todas as graças, todos os dons que recebemos estão entrelaçados a esse primeiro elo que é o olhar divino que nos predestinou a ser filhos de Deus pela graça de Jesus Cristo; ela é a aurora de todas as misericórdias de Deus em relação a nós; todas as deferências e atenções de Deus sobre cada um de nós provêm dessa graça de adoção, presente de Jesus, que recebemos no Batismo. Oh, se conhecêssemos o dom de Deus! Se soubéssemos o valor desta graça que, sem mudar a nossa natureza, nos eleva à condição de filhos de Deus e nos faz viver como tal enquanto aguardamos a herança eterna! Sem ela, como vimos, a vida natural mais rica em dons, a mais exuberante em obras, a mais brilhante e genial, é estéril em termos de bem-aventurança eterna.

Por isso pôde escrever São Tomás que «a perfeição que resulta para uma só alma do dom da graça, supera todo o bem espalhado no universo» [*bonum gratiæ unius maius est quam totius universi*. I-II, q.113, a.9, ad 2]. E não é isso que proclamou Nosso Senhor? «De nada serve ao homem, diz Jesus, ganhar o mundo, conquistar o seu apreço, se por não ter a graça está excluído para sempre do meu reino» (Mt 16,26). A graça é o princípio da nossa verdadeira vida, a semente da glória futura e da felicidade eterna.

Compreendemos, sem dúvida, quão inestimável joia é para uma alma a graça santificante; é uma pedra preciosa cuja brilho se deve ao sangue de Cristo. Compreendemos, além disso, que o nosso divino Salvador lançasse anátemas tão terríveis contra aqueles que, por escândalos, arrastam uma alma ao pecado e a privam da graça: «Mais lhes valeria que lhes atassem ao pescoço uma mó de moinho e os lançassem ao mar» (Lc 17,2).

Compreendemos, finalmente, por que as almas santas que levam uma vida de trabalho, de oração, de penitência ou de expiação pela conversão dos pecadores, para que lhes seja restituído o bem da graça, são tão agradáveis a Jesus Cristo.

O nosso divino Mestre mostrou um dia a Santa Catarina de Sena uma alma cuja salvação conseguiu pela sua oração e paciência. «A beleza desta alma era tal, relatou a Santa ao bem-aventurado Raimundo, seu confessor, que não há palavras que a possam expressar». E, no entanto, esta alma ainda não estava revestida da glória da visão beatífica, não tinha mais do que a clareza da graça recebida no Baptismo. «Olha, dizia Nosso Senhor à Santa, vê que por ti eu recuperei esta alma perdida». E depois acrescentou: «Não te parece muito graciosa e bela? Quem, pois, não aceitaria qualquer pena para ganhar uma criatura tão admirável?… Se te mostrei esta alma é para te animar mais a procurar a salvação de todas e para que inspires outros a ocuparem-se nesta obra, segundo a graça que te será dada» (*Vida de Santa Catarina de Siena*, pelo Beato Raimundo de Capua).

Por isso, vamos ter esmero em guardar zelosamente em nós a graça divina; afastemos dela com cuidado tudo o que possa debilitá-la até deixá-la indefesa contra os golpes mortais do demónio; essas resistências deliberadas à ação do Espírito Santo, que habita em nós e que sem cessar quer orientar a nossa atividade para a glória de Deus. Permaneça a nossa alma enraizada na caridade, como diz São Paulo (Ef 3,17); pois, ao possuir nela essa raiz divina da graça santificante e da caridade, os frutos que produzir serão frutos de vida. Permaneçamos unidos pela graça e pela caridade a Cristo Jesus, como a vara à videira: «Que estejais enraizados em Cristo», diz em outro lugar o Apóstolo (Col 2,7). O Batismo nos «enxertou em Cristo» (Rom 11,16), e desde então possuímos a seiva divina da sua graça, e graças a ela a nossa atividade levará um selo divino, porque divino é o seu princípio íntimo.

E quando esta fonte se tornar tão poderosa que se torne única, de forma que toda a nossa atividade derive dela, então realizaremos as palavras de São Paulo (Gal 2.20): «Vivo eu», ou seja, exerço a minha atividade humana e pessoal; «ou, melhor dizendo, não eu, mas é Cristo quem vive em mim»; é Cristo quem vive, porque o princípio de onde emana toda a minha atividade

própria, toda a minha vida pessoal, é a graça de Cristo; tudo vem dele pela graça, tudo volta ao seu Pai pela caridade: eu vivo para Deus em Cristo Jesus (Rom 6,2).

NOTA.— Podemos saber se estamos em estado de graça, na amizade divina? Com certeza, de forma que se exclua até mesmo a sombra de toda a dúvida, não; mas podemos e devemos supor isso se não temos consciência de pecado mortal e se buscamos sinceramente servir a Deus com firmeza e boa vontade; este último sinal é exposto por Santa Magdalena de Pazzi em alguns dos seus escritos. Nas almas generosas e dóceis às inspirações do alto, o Espírito Santo às vezes acrescenta o seu testemunho: *Ipse Spiritus testimonium reddit spiritui nostro quod sumus filii Dei* (Rm 8,16). Há, pois, uma certeza prática que não exclui o temor, mas que deve bastar-nos para que vivamos com confiança da vida divina à qual Deus nos chama, e para que saboreemos a profunda alegria que faz nascer na alma o pensamento de ser, em Jesus, o objeto das complacências do Pai celestial.

VI
O nosso progresso sobrenatural em Jesus Cristo

A vida sobrenatural está sujeita a uma lei de progresso

Toda a vida tende, não apenas a manifestar-se pelos atos que lhe são próprios e que emanam do seu princípio interior, mas também a crescer, a progredir, a desenvolver-se e a aperfeiçoar-se. A criança que vê o dia não permanece sempre criança; por lei da sua natureza, terá de chegar à idade adulta.

A vida sobrenatural segue também esta lei. Se assim o quisesse, poderia Nosso Senhor constituir-nos, num instante, após um ato de adesão da nossa vontade, no grau de santidade e de glória a que destinava as nossas almas, como se realizou nos anjos. Não o quis, e determinou, não obstante os seus méritos serem a causa de toda a santidade, e a sua graça o princípio da vida sobrenatural, que cooperássemos incessantemente da nossa parte na obra da nossa perfeição e do nosso progresso espiritual, pois para isso nos foi concedido o tempo que passamos neste mundo na fé.

Devemos, como temos visto, afastar, em primeiro lugar, os obstáculos que se opõem à vida divina em nós, e ao mesmo tempo executar os atos destinados a desenvolver essa vida até que, no momento da morte, ela alcance a sua perfeição definitiva. Isso é o que São Paulo chama de "chegar à idade perfeita de Cristo".

O mesmo Apóstolo teve o cuidado de assinalar a necessidade desse crescimento e progresso e como deve ser ordenado. Depois de nos incumbir de «praticar a verdade na caridade», acrescenta: «cresçamos em todas as coisas naquele que é a cabeça, Cristo» (Ef 4,15).

Já vimos na conferência anterior o que São Paulo entende por «viver na verdade e na caridade»; já demonstrámos como estas palavras contêm o princípio fundamental segundo o qual devemos ordenar as nossas ações para viver sobrenaturalmente, e que consiste em permanecer unidos a Cristo Jesus pela graça santificante e em direcionar para a glória do seu Pai, todas

as nossas ações humanas. Tal é a lei fundamental que regula em nós a vida divina.

Vejamos agora como esta vida, cujo germe recebemos no Baptismo, deve, na medida em que depende de nós, crescer e desenvolver-se. O assunto é importante. Fixai o vosso olhar em Jesus Cristo: toda a sua vida está consagrada à glória do Pai, cuja vontade cumpria sempre, (Jo 5,30; 6,38); não tem outra aspiração; no momento de acabar a sua existência diz ao Pai que cumpriu a sua missão, a de procurar a sua glória» (*Ib*. 17,4). O seu coração divino deseja que nós também, a exemplo dele, procuremos a glória do seu Pai. E como poderemos nós glorificar o Pai?

Escutemos o que nos diz Nosso Senhor: «Que demos fruto abundante», que não nos contentemos com uma perfeição a meias, mas que seja intensa a nossa vida sobrenatural (*Ib*. 15,8). Por outro lado, para quê, se não para isso, veio Jesus Cristo, derramar o seu sangue e nos fez participantes dos seus méritos? «Veio precisamente para que tivéssemos vida, e a tivéssemos em abundância» (*Ib*. 10,10). Digamos-Lhe, como a Samaritana, a quem revelou a grandeza do «dom divino», que nos «dê da água viva»; peçamos-Lhe que nos ensine, por mediação da Sua Igreja, a que fontes devemos ir buscar água para encontrarmos esses géisers abundantes que nos colocarão em condições de produzir copiosos frutos de vida e de santidade com os quais conseguiremos agradar ao Seu Pai; essas águas que nos servirão de refrigério até conseguirmos a vida eterna.

Os sacramentos são as principais fontes do aumento da vida divina em nós; atuam nas nossas almas *ex opere operato*, como o sol produz a luz e o calor; basta apenas que em nós não se oponha nenhum obstáculo à sua ação. A Eucaristia é, entre todos os sacramentos, aquele que mais aumenta a vida divina, porque nela recebemos Cristo em pessoa; bebemos na própria fonte de águas vivas. Por isso, devido à grandeza deste sacramento, exporei mais adiante, numa palestra especial, a natureza da sua ação em nós, e as condições a que essa ação está subordinada.

O que agora pretendo mostrar-vos são as leis gerais em virtude das quais podemos aumentar em nós, para além da recepção dos sacramentos, a vida da graça.

1. Para além dos sacramentos, a vida sobrenatural aperfeiçoa-se com o exercício das virtudes.

Eis como o Concílio de Trento expõe a doutrina sobre esta questão: «Uma vez que somos purificados e nos tornamos amigos de Deus e membros da sua linhagem (pela graça santificante), renovamo-nos dia após dia como diz São Paulo, caminhando de virtude em virtude…, crescemos pela observância dos Mandamentos de Deus e da Igreja, no estado de justiça em que fomos postos pela graça de Jesus Cristo; a fé coopera com as nossas boas obras e assim avançamos na graça que nos torna justos aos olhos de Deus. Pois está escrito: Que o justo, ou seja, aquele que possui pela graça santificante a amizade de Deus, se torne cada vez mais justo. E também: Progredi no estado de justiça, até à morte. E este aumento de graça é o que a Igreja pede quando diz a Deus (Domingo XIII após Pentecostes): «Dai-nos um aumento de fé, esperança e caridade» (Sess. VI, can.10).

Como vedes, o santo Concílio indica-nos o exercício das virtudes, principalmente das teologais, como fonte do nosso progresso e do nosso aumento na vida espiritual, cujo princípio é a graça.

Como se realiza isto? Primeiramente, pelas boas obras. Disse-vos que toda a obra boa feita em estado de graça, impelida pela caridade divina, é meritória, «toda a obra meritória é um motivo de aumento da graça em nós» [*Quolibet actu meritorio meretur homo augmentum gratiæ*. São Tomás, I-II, q.114, a.8]. As boas ações da alma em estado de graça, não só são frutos ou manifestações da nossa condição de filhos de Deus, mas também, diz o Concílio, causa de aumento da justificação que nos torna agradáveis aos olhos de Deus [*Si quis dixerit iustitiam acceptam non conservari ATQUE ETIAM AUGERI coram Deo per bona opera, sed opera ipsa fructus solummodo et signa esse iustificationis acceptæ, non autem* IPSIUS AUGENDÆ CAUSAM, *anathema sit*. Sess. VI, can.24]. À medida que as nossas boas obras se multiplicam, a graça aumenta, torna-se mais forte e poderosa, e com ela aumenta também a caridade e, como consequência disso, aumentará também a nossa glória futura, que não é outra coisa senão a manifestação, o florescimento no céu do grau de graça que possuímos aqui na terra [*Si quis diserit… ipsum (hominem) iustificatum bonis operibus quæ ab eo per Dei gratiam et Iesu Christi meritum cuius vivum membrum*

est, fiunt, non vere mereri augmentum gratiæ, vitam æternam et ipsius vitæ æternæ, si tamen in gratia decesserit, consecutionem atque etiam gloriæ augmentum, anathema sit. Conc. Trid., Sess. VI, can.32].

Por isso o Concílio nos repete as palavras de São Paulo: «Sejam firmes e constantes, trabalhando mais e mais na obra do Senhor, sabendo que o vosso trabalho não será inútil diante de Deus» (Sess. VI, cap.16; +1Cor 15,58).

Mas como se aumenta principalmente a vida da graça aqui em baixo, é pelo exercício das virtudes.

Sabeis que, no homem, a natureza faz surgir do seu fundo certas faculdades —inteligência, vontade, sensibilidade, imaginação —, que em nós são princípios de ação, potências de operação, que nos permitem agir plenamente como homens; sem elas, o homem não é perfeito na sua concreta realidade de homem.

Analogamente acontece na vida sobrenatural. A graça santificante informa a nossa alma, e dando-nos como um ser novo, nova criatura, faz-nos filhos de Deus; mas Deus, que faz tudo com sabedoria, e distribui os seus dons com munificência, dotou este ser de faculdades que, proporcionadas à sua nova condição, o capacitam a agir de acordo com o fim sobrenatural que deve alcançar, ou seja, como filho de Deus que espera a herança de Cristo na eterna bem-aventurança: estas são as virtudes sobrenaturais infusas.

Estas faculdades chamam-se *virtudes* (da palavra latina *virtus*, "força"), porque são aptidões para a ação, princípios de operação, energias que permanecem em nós em estado de hábitos estáveis, e que, ao se atualizarem no momento desejado, fazem-nos produzir com prontidão, comodidade e alegria, obras agradáveis a Deus.

Como estas potências de operação não têm a sua origem em nós e tendem a fazer-nos agir com vista a um fim que ultrapassa as exigências e excede as forças da nossa natureza, são chamadas sobrenaturais. Finalmente, a palavra *infusa* indica que Deus mesmo as deposita

diretamente em nós, no dia do batismo, juntamente com a graça santificante.

Pela graça *somos* filhos de Deus, pelas virtudes sobrenaturais infusas *podemos agir* como filhos de Deus e realizar atos dignos do nosso destino sobrenatural.

Devemos distinguir as virtudes infusas das virtudes naturais. Estas são qualidades, "hábitos", que o homem, mesmo o mais descrente, adquire e desenvolve pelos seus esforços pessoais e atos reiterados; tais são, por exemplo, a coragem, a força, a prudência, a justiça, a doçura, a lealdade, a sinceridade. São, em outros termos, disposições naturais que pessoalmente cultivamos e que chegam, pelo exercício, ao estado de hábitos adquiridos, aperfeiçoando e embelezando o nosso ser *natural* no plano intelectual ou simplesmente moral (+São Tomás, I II, q.110, a.3).

Uma comparação simples far-vos-á penetrar na natureza da virtude natural adquirida. Possuís o conhecimento de várias línguas estrangeiras, conhecimento que não recebestes ao nascer, mas que adquiristes por exercícios e esforços repetidos; e uma vez adquirido, existe em vós em estado de hábito, de potência, pronta a manifestar-se ao menor mandato da vontade: quando quiserdes, falareis essas línguas sem dificuldade.

Assim sucede também com quem adquiriu a arte da música; não poderá estar a exercer esta arte a todo o momento, mas permanece nela como um hábito, e quando o artista quiser, pegará num instrumento musical ou se colocará diante de um teclado, e tocará com a mesma facilidade com que outro realiza as ações naturais de andar ou de abrir os olhos… Compreendeis igualmente que a virtude natural adquirida, como todo o hábito que se adquire, para não se perder, deve ser sustentada e cultivada, e precisamente pelo mesmo procedimento que a fez nascer, ou seja, pelo exercício.

As virtudes sobrenaturais infusas têm uma essência muito distinta. Em primeiro lugar, elevam-nos acima da nossa natureza; exercemo-las, sem dúvida, pelas faculdades que a natureza nos dotou, inteligência e vontade, mas essas faculdades são enaltecidas, erguidas, se assim posso expressar-me, até ao nível divino; de sorte que os atos dessas virtudes alcançam a

adequação requerida para obter o nosso fim sobrenatural. Além disso, adquirimo-las, não por esforços pessoais, mas porque o seu germe é depositado livremente em nós por Deus, juntamente com a graça da qual fazem parte.

2. As virtudes teologais. A natureza dessas virtudes; são características da qualidade de filho de Deus.

Que são estas virtudes? Como já disse, são potências para agir sobrenaturalmente, forças que nos tornam capazes de viver como filhos de Deus e alcançar a eterna bem-aventurança.

O Concílio de Trento, quando fala do aumento da vida divina em nós, distingue, ante todas as coisas, a fé, a esperança e a caridade. Chamam-se *teologais* porque têm Deus como objeto imediato [São Tomás (I-II, q.112, a.1) indica outras duas razões para este termo «virtudes *teologais*»; estas virtudes são concedidas unicamente por Deus e, por outro lado, apenas a Revelação divina nos as faz conhecer]; por elas podemos conhecer a Deus, esperar n'Ele, amá-Lo de uma maneira sobrenatural, digna da nossa vocação à glória futura e da nossa condição de filhos de Deus. Estas são propriamente as virtudes da ordem sobrenatural; daí a sua primazia e eminência. Vede como estas virtudes respondem bem à nossa vocação divina. O que é necessário, de facto, para possuir Deus?

É necessário, em primeiro lugar, *conhecê-Lo*; no céu ver-nos-emos cara a cara, e por isso seremos semelhantes a Ele (Jo 3,2), mas na terra não o vemos; apenas pela *fé* n'Ele e no seu Filho, acreditamos na sua palavra e conhecemo-lo com um conhecimento obscuro. Mas o que nos diz sobre si mesmo, sobre a sua natureza, sobre a sua vida e sobre os seus planos de Redenção pelo seu Filho, isso conhecemos com certeza; o Verbo, que está sempre no seio do Pai, diz-nos o que vê, e nós conhecemo-lo porque acreditamos no que diz: «Ninguém jamais viu a Deus; o Filho Unigénito, que permanece no seio do Pai, é quem no-Lo dará a conhecer» (Jo 1,18). Este conhecimento da fé é, pois, divino, e por isso disse Nosso Senhor que é «um conhecimento que procura a vida eterna». «Nisto consiste a vida

eterna, em conhecer-te a Ti, ó Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo que nos enviaste» (*Ib*. 17,3).

Pela luz da fé, sabemos onde está a nossa bem-aventurança; sabemos o que «o olho não viu, nem o ouvido ouviu, nem o coração suspeitou, isto é, a beleza e grandeza da glória que Deus reserva aos que o amam» (1Cor 2,9). Mas esta inefável bem-aventurança está acima da capacidade da nossa natureza; poderemos, então, alcançá-la? Sim, indiscutivelmente; e mais: Deus faz nascer na nossa alma o sentimento ou a convicção interna de que estamos seguros de alcançar este objetivo supremo, mediante a sua graça, fruto dos méritos de Jesus e apesar dos obstáculos que se oponham a isso. Podemos dizer, com São Pedro: «Bendito seja Deus, o Pai do nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua grande misericórdia, nos regenerou no Batismo, e nos deu esta viva esperança de uma herança incorruptível que nos é reservada nos céus» (1Pe 1,3; +2Cor 1,3).

Finalmente, a *caridade*, o amor, acaba esta obra de aproximação a Deus enquanto permanecemos no mundo, à espera de O possuirmos no outro; a caridade completa e aperfeiçoa a fé e a esperança, faz com que experimentemos em Deus uma verdadeira complacência, que O coloquemos acima de todas as coisas, e desejemos manifestar-Lhe essa complacência e preferência pelo cumprimento da Sua vontade. «A companheira da fé, diz Santo Agostinho, é a esperança. É necessária, porque não vemos o que acreditamos e com ela a espera não se torna insuportável; depois vem a caridade, que acende em nosso coração a sede e a fome de Deus e imprime na nossa alma um desejo ou impulso para Ele» (*Sermo* LIII). O Espírito Santo infundiu nos nossos corações a caridade que nos move a clamar a Deus: Abbá, Pai! É uma faculdade sobrenatural que nos faz aderir a Deus, como à bondade infinita que amamos mais do que qualquer outra coisa. «Quem nos separará da caridade de Cristo?» (Rom 8,35).

Tais são as virtudes teologais: princípios admiráveis, potências maravilhosas para viver a vida divina, enquanto habitamos na terra. O melhor que podemos fazer para que a nossa qualidade de filhos de Deus se torne uma realidade e para caminharmos em direção à posse desta presença eterna da qual somos chamados a participar com Cristo, nosso irmão

primogénito, é conhecer a Deus tal como Ele se revelou por Nosso Senhor Jesus Cristo, esperar n'Ele e na bem-aventurança que nos promete, pelos méritos de seu Filho Jesus, e amá-Lo sobre todas as coisas.

Deus dotou-nos liberalmente com estes poderes, mas não esqueçamos que embora nos sejam dados sem o nosso concurso, não perseveram, não os conservamos nem os desenvolvemos se não dirigirmos a eles os nossos esforços.

É próprio da natureza e perfeição de uma potência realizar o ato que lhe é correlativo (São Tomás, II-III, q.56, a.2; +I-II, q.55, a.2); uma potência que permanecesse inerte, por exemplo, uma inteligência que nunca produzisse um pensamento, nunca atingiria o fim e, por conseguinte, a perfeição que lhe é devida. As faculdades são-nos dadas precisamente para que as exercitemos.

As virtudes teologais, embora infusas, estão sujeitas a essa lei de aperfeiçoamento e, se permanecerem inativas, a nossa vida sobrenatural sofrerá um grave detrimento. De qualquer forma, não são filhas do exercício, pois neste caso não seriam infusas; e por esta mesma razão, só Deus pode aumentá-las em nós. Por isso, o Santo Concílio de Trento nos diz que devemos pedir a Deus o aumento dessas virtudes (Sess. X, cap.18). E no Evangelho vê-se que os Apóstolos pedem ao Nosso Senhor que lhes aumente a fé (Lc 17,5); São Paulo escreve aos fiéis de Roma que está pedindo a Deus que faça abundar neles a esperança (Rom 15,13); suplica igualmente ao Senhor que avive a caridade no coração dos seus amados Filipenses (Fil 1,9).

À oração, à receção dos sacramentos, convém adicionar a prática das mesmas virtudes. Se Deus é a causa *eficiente* do aumento dessas virtudes em nós, os nossos atos, realizados em estado de graça, são a causa *meritória*. Pelos atos, merecemos que Deus aumente nas nossas almas essas virtudes tão vitais; além disso, o exercício facilita em nós a repetição desses atos. Este é um ponto muito importante, pois essas virtudes são características e específicas da nossa condição de filhos de Deus.

Peçamos, pois, com frequência ao nosso Pai celestial que as aumente em nós; digamos-lhe, especialmente quando nos aproximamos dos

sacramentos, na oração, na tentação: «Senhor, creio em Ti, mas aumenta a minha fé; és a minha única esperança, mas afirma a minha confiança, amo-te acima de todas as coisas, mas aumenta este amor, de forma a que nada procure fora da tua santa vontade…»

3. Por que deve ser dada a preeminência à caridade

A virtude que de um modo especial devemos praticar é a caridade. Quando chegarmos ao fim da corrida, a fé e a esperança não terão razão de ser, uma vez que veremos e possuiremos o que nesta vida acreditámos e esperámos, e dessa visão perfeita e possessão assegurada irradiará o amor que não terá fim. Por esta razão, como diz São Paulo, a caridade é a «mais eminente de todas as virtudes teologais; só ela dura sempre». «A maior, entre todas estas, é a caridade» (Cor 13,13). A caridade ocupa este lugar de honra já neste mundo, e é uma verdade capital na qual quero deter-me convosco.

Sabeis que quando a caridade acompanha as outras virtudes no seu exercício, ela lhes adiciona um novo brilho, confere-lhes nova eficácia, é o princípio de um novo mérito. Se sofreis e aceitais de bom grado uma humilhação, é um ato de humildade; se renunciais livremente a um prazer permitido, é um ato da virtude da temperança; se honrais a Deus, cantando os seus louvores, o que fazeis é um ato de religião; cada um desses atos, realizados por uma alma em estado de graça, tem o seu valor peculiar, o seu mérito específico, o seu brilho característico, mas se cada um desses atos é também realizado com a intenção explícita de amar a Deus, esse último motivo torna-se, por assim dizer, razão das outras virtudes, e sem lhes retirar nada do seu mérito particular, acrescenta-lhes um novo (São Tomás, II-II, q.23, a.8).

O que resulta disso? Esta consequência, que acaba de destacar a excelência da caridade: que a nossa vida sobrenatural e a nossa santidade aumentam e progridem em razão do grau de amor com que executamos as nossas ações. Quanto mais perfeito, puro, desinteressado e intenso for o amor a Deus que nos move a realizar um ato (supondo, claro está, que esse ato seja, como vimos, sobrenatural e conforme à ordem divina), exercício

de piedade, de justiça, de religião, de humildade, de obediência, de paciência; ou seja, quanto mais inspirada estiver a nossa atividade no amor a Deus, aos seus interesses e à sua glória, tanto mais elevado será o grau de mérito inerente a todas as nossas ações e, desde logo, mais rápido será o aumento da graça e o desenvolvimento da vida divina em nós.

Escutai o que diz São Francisco de Sales, o Doutor eminente da vida interior, que tão bem tratou estas matérias: «Na medida em que a caridade que habita numa alma é ardente, poderosa e pura, nessa mesma medida contribuirá para enriquecer e aperfeiçoar os atos executados sob o impulso das outras virtudes. Pode-se sofrer a morte e o fogo sem ter a caridade, como presume São Paulo; com muito mais razão se poderá sofrer com uma caridade escassa: Assim, digo, Teótimo, que pode muito bem acontecer que um pequeno ato de virtude realizado por uma alma em que a caridade reina ardentemente, tenha mais valor do que o próprio martírio suportado por outra em que o amor divino é lânguido, fraco e morno… Assim, as pequenas banalidades, abjeções e humilhações nas quais os santos se agradaram tanto para se ocultar e proteger o seu coração da vanglória, por terem sido realizadas sob o impulso de um puro e ardente amor divino, foram mais agradáveis a Deus do que as grandes e chamativas obras de muitos outros que foram feitas com pouca caridade e devoção» (*Tratado do amor de Deus*, L. XI, c. 5).

Na mesma página, São Francisco propõe-nos como exemplo Nosso Senhor Jesus Cristo; e com muita razão. Contemplai um instante o divino Salvador, por exemplo, na oficina de Nazaré. Até à idade de trinta anos viveu na escuridão e no trabalho, tanto que, quando começou as suas pregações e fez os seus primeiros milagres, os seus compatriotas estranhavam-no, e até se escandalizavam: «Não é ele o filho do carpinteiro que conhecemos? De onde, pois, lhe vêm estas coisas?» (Mt 13,55).

De facto, durante aqueles anos, Nosso Senhor não fez nada de extraordinário que atraísse sobre Ele as atenções; viveu a trabalhar, um trabalho humilíssimo. No entanto, aquele trabalho era infinitamente agradável a Deus, seu Pai. Por quê? Por duas razões: primeira, porque Aquele que trabalhava era o próprio Filho de Deus; a cada instante daquela vida obscura, o Pai podia dizer: «Eis aqui o meu filho muito amado em

quem tenho todas as minhas complacências». Além disso, Cristo Jesus não apenas punha no seu trabalho uma grande perfeição material, mas fazia-o tudo unicamente para a gloria de seu Pai: «Não procuro fazer a minha vontade, mas a daquele que me enviou» (Jo 5,30); eis o único motivo de todas as suas ações, de toda a sua vida: «Eu faço sempre o que agrada ao meu Pai» (*Ib*. 8,29). Nosso Senhor agia sempre com uma perfeição incomparável de amor interior para com o seu Pai.

Estas são as duas razões pelas quais as obras de Jesus, embora exteriormente não tivessem nada de extraordinário, foram tão gratas a Deus e resgataram o mundo. Podemos nós imitar nisso a Jesus Cristo? Sim. O que em nós corresponde à união hipostática, que faz de Jesus o próprio Filho de Deus, é o estado de graça. A graça faz-nos filhos de Deus: o Pai pode dizer ao contemplar quem possui a graça santificante: «Este é o meu filho amado». Nosso Senhor disse-o: «Sois semelhantes a Deus». «Acaso não está escrito… Eu disse: sois Deuses?» (Jo 10,34, e Sal 81,6). É verdade que Cristo não é como nós, adotivo, mas filho natural. O que em segundo lugar confere valor sobrenatural às nossas obras é o serem praticadas como as de Cristo, impelidas pela caridade; variando aquele valor em função do maior ou menor grau de perfeição interior da caridade com que as executamos; do maior ou menor grau de amor que inspira as nossas ações, sendo a caridade a que determina o nosso progresso na vida divina.

Isto é muito importante. Se quisermos, não nos contentamos apenas com o que é estritamente exigido para que estas ações sejam meritórias, mas também pretendemos aumentar o grau deste mérito e avançar rapidamente para a união com Deus. Observai à nossa volta: encontrareis, talvez, duas pessoas piedosas em estado de graça, que levam uma vida idêntica; ambas executam exteriormente as mesmas ações materiais, e, no entanto, pode haver, e há às vezes entre elas, aos olhos de Deus, uma diferença enorme. Uma não progride o mínimo; a outra dá passos de gigante na vida da graça, da perfeição e da santidade.

O que origina esta diferença? O estado de graça? Não; uma vez que supomos que estas duas pessoas estão em posse da amizade de Deus. A excelência particular das ações de uma delas? Também não, pois supomos também que essas ações materiais são as mesmas na sua substância. Será o

cuidado colocado em fazer materialmente essas ações? De maneira nenhuma, porque, embora haja algo disso, supõe-se que a perfeição exterior é igual em ambas.

Então, de onde provém a diferença? Da perfeição interior, da intensidade de amor, do grau de caridade com que cada uma executa os seus atos. Uma, atenta a Deus, age com um amor elevado, poderoso; age unicamente para agradar a Deus; permanece interiormente anonadada em espírito de adoração ao Senhor; a sua atividade não procede, na sua raiz, mais do que de Deus, e por isso, cada um dos seus atos a aproxima mais de Deus, avança rapidamente na união divina.

A outra realiza a mesma obra, mas nela a fé está adormecida, a alma não pensa nos interesses de Deus, o seu amor é pouco fervoroso, de um grau ordinário, medíocre; sem dúvida, a sua ação não deixa de ser meritória, mas a medida desse mérito é escassa, e ainda pode ser diminuta pela dissipação, o amor-próprio, a vaidade, e tantos outros motivos humanos que, por negligência ou ligeireza, se sucederão em todos os atos desta alma de fé adormecida.

Esse é o segredo da diferença considerável que pode existir, aos olhos de Deus, entre certas almas que vivem uma ao lado da outra e cujo modo de vida exteriormente é idêntico. [Disse «aos olhos de Deus», porque o olho humano nem sempre pode distinguir essa diferença. Pode acontecer que exteriormente uma seja mais «correta» e dê menos motivos para a crítica dos homens; enquanto que na outra, na verdade mais avançada na união com Deus, a manifestação *exterior* da graça encontre obstáculos por defeitos de temperamento, independentes da sua vontade].

Tal é a eminência da virtude da caridade; pois ela é a que determina propriamente a medida da vida divina em nós.

Procuremos, pois, agir em tudo exclusivamente para imitar Nosso Senhor e procurar a glória do seu Pai; peçamos frequentemente a Jesus Cristo, nos nossos relacionamentos íntimos com Ele, que toda a nossa atividade brote, como a sua, do amor; que nos permita partilhar o amor que professava ao seu Pai e que o fazia agir sempre e em tudo com suma

perfeição. «Porque amo o Pai» (Jo 14,31). O nosso divino Salvador não pode deixar de nos escutar.

4. Necessidade das virtudes morais adquiridas e infusas

Mas, dir-me-eis, se assim é, não poderá alguém contentar-se com a caridade? Não torna inúteis as outras virtudes? Não; seria um grave erro acreditar nisso. Por quê? Porque a caridade, o amor, é um tesouro mais exposto do que os outros.

Sabeis que a fé e a esperança não se perdem senão por faltas graves, diretamente contrárias ao seu objeto, por exemplo, a heresia, o desespero; enquanto que a caridade se perde, como a graça, que é a sua raiz, por qualquer pecado mortal, de qualquer natureza que seja. Todo o pecado grave é para a caridade um inimigo mortal; por ele, a alma afasta-se completamente de Deus para se voltar para a criatura, o que vai contra a caridade sobrenatural. Esta é uma preciosa pérola e um tesouro de inestimável valor, mas está exposta a perder-se por qualquer falta grave. Assim, é necessário protegê-la contra todos os ataques; e esse é o papel das *virtudes morais*, que são como os sentinelas do amor, protegendo a alma contra as faltas veniais deliberadas e contra as graves que ameaçam a caridade.

Devo dizer-vos a este respeito algumas palavras sobre as virtudes morais; o quadro e o carácter das nossas conversas não me permitem fazer uma exposição muito extensa; espero, apesar disso, demonstrar-vos suficientemente a necessidade dessas virtudes e o lugar que ocupam na nossa vida sobrenatural.

Como o nome indica, as virtudes morais são aquelas que regulam os nossos costumes, ou seja, os atos livres que devemos executar para que a nossa conduta esteja em conformidade com a lei divina (Mandamentos de Deus, preceitos da Igreja, deveres de estado), de modo a conseguir o nosso fim último. Já percebeis que o objeto imediato destas virtudes não é Deus em si mesmo como nas virtudes teologais.

As virtudes morais são muito numerosas: a paciência, a obediência, a humildade, a abnegação, a mortificação, a piedade, e muitas outras; mas todas se reduzem ou se encerram em quatro principais chamadas cardinais [da palavra latina *cardo*, «gonzo, eixo, dobradiça». Estas quatro virtudes constituem como o eixo ou quício sobre o qual gira e se apoia toda a nossa vida moral], e que são: prudência, justiça, fortaleza e temperança. Estas virtudes cardinais são, ao mesmo tempo, naturais (adquiridas) e sobrenaturais (infusas), e estas correspondem àquelas; há uma temperança adquirida e outra infusa, uma fortaleza adquirida e outra infusa, e assim por diante com as demais. Qual é a sua relação mútua? — Têm todas o mesmo campo de ação, e o concurso das virtudes adquiridas é necessário para o pleno desenvolvimento das virtudes morais infusas. Por que assim?

Depois do pecado original, a nossa natureza está viciada; há em nós inclinações depravadas que resultam do atavismo, do temperamento e também dos maus hábitos que adquirimos e que são outros tantos obstáculos para o perfeito cumprimento da vontade divina. Quem vai suprimir esses obstáculos? Serão essas virtudes morais infusas que Deus deposita em nós com a graça? Não, estas, por si mesmas, não têm essa eficácia.

Sem dúvida que são princípios de operação admiráveis; mas é uma lei psicológica que toda a destruição dos hábitos viciosos e a correção das más inclinações não pode ser realizada senão por hábitos contrários, e estes mesmos não são adquiridos senão com a repetição de atos; daí as virtudes morais adquiridas. A estas corresponde destruir os maus hábitos e criar em nós a facilidade para o bem: facilidade que as virtudes morais adquiridas contribuem como um auxílio às virtudes morais infusas, as quais aceitam este concurso, muito humilde, sim, mas necessário, e, em troca, elevam os atos da virtude natural ao nível divino e os convertem em meritórios. Retenham esta verdade; nenhuma virtude natural, por vigorosa que seja, é capaz de se elevar por si mesma ao nível sobrenatural, pois isto é próprio das virtudes infusas e constitui a sua superioridade e a sua eminência.

Um exemplo esclarecerá mais a exposição desta doutrina. Como consequência do pecado original temos, dentro de nós, uma inclinação para os prazeres sensuais. Um homem, obedecendo à sua razão natural, pode

esforçar-se para se abster dos excessos e do abuso desses prazeres; multiplicando os atos de temperança, *adquire* uma facilidade, certo hábito, que constitui nele uma força (*virtus*) de resistência. Esta facilidade adquirida é de ordem puramente natural; se esse homem não possui a graça santificante, os atos de temperança não são meritórios para a vida eterna.

A graça vem com as virtudes infusas, e se esse homem não possuía já, em consequência da virtude moral *adquirida*, certa facilidade para a temperança, a virtude moral *infusa* (de temperança) se desenvolverá com dificuldade, devido aos obstáculos resultantes das más inclinações do homem, ainda não contrabalançadas pelos bons hábitos contrários; mas se, pelo contrário, ele encontrar certa facilidade para o bem, utiliza-a para exercitar-se com mais facilidade.

Depois, não só a virtude infusa impulsionará o homem a uma maior perfeição e o fará alcançar um grau mais elevado de virtude, a ponto de fazê-lo desprezar até mesmo os prazeres permitidos, a fim de imitar mais de perto Jesus crucificado, mas também a graça, sem a qual não há virtude infusa, dará aos atos da virtude moral adquirida um valor sobrenatural e meritório que nunca alcançariam por si mesmos.

Onde se encontram as duas virtudes, adquirida e infusa, estabelece-se entre elas uma troca necessária; a virtude natural ou adquirida remove o obstáculo e cria a facilidade para o bem; a virtude infusa ou sobrenatural serve-se desta facilidade para desenvolver-se a si mesma e, além disso, para elevar o valor desse bom costume, conferir-lhe um aumento de força, ampliar o seu campo de operações e convertê-la sobrenaturalmente em merecedora da felicidade eterna.

5. As virtudes morais salvaguardam a caridade, a qual por sua vez as preside e as aperfeiçoa.

Um intercâmbio semelhante de serviços existe entre as virtudes morais, adquiridas e infusas, e a caridade. Eu dizia que esta é um tesouro exposto a perder-se por qualquer falta grave; às virtudes morais, guardiãs natas do amor, cabe protegê-la. Por essas virtudes, a alma livra-se das faltas mortais,

que ameaçam a existência da caridade, e dos estados que conduzem ao pecado grave.

Isto é verdade, tratando-se sobretudo de almas pouco treinadas ainda na vida interior e nas quais o amor ainda não atingiu aquele grau eminente que o tornará forte e estável. Essas almas recebem Nosso Senhor na Comunhão; se a Comunhão é fervorosa, as almas transbordam de amor no comungatório; mas se durante o dia uma tentação sensual as assedia, é preciso que a virtude moral da temperança as incline à resistência, pois de contrário, consentiriam, e o amor estaria em perigo. Da mesma forma, se a alma é tentada pela ira, é necessário que a virtude moral da paciência ou da mansidão se imponha para obrigá-la a aceitar uma humilhação; caso contrário, deixará dominar-se pela cólera ou pela vingança, correndo o risco de perder a graça santificante e, com ela, a caridade.

Não só o pecado mortal ameaça a caridade; toda a falta leve habitual não reprimida, como disse antes, torna-se um perigo para ela, porque expõe a alma a quedas graves. Agora, para combater as faltas veniais deliberadas ou de hábito, é necessário o exercício das virtudes morais que nos fazem resistir às múltiplas solicitações da concupiscência.

A nossa vontade ficou debilitada após o pecado original; é de grande versatilidade e propende facilmente ao mal. Para que se incline para o bem, é necessário uma força; essa força é a virtude, é um «hábito» que inclina constantemente a alma para o bem. É um fato, comprovado pela experiência, que agimos quase sempre, para não dizer sempre, de acordo com a inclinação dos nossos hábitos; de um hábito, sobretudo não combatido, saem incessantemente faíscas, como de um foco ardente.

Uma alma inclinada ao vício do orgulho cairá constantemente, se não o combater, em atos de orgulho e de vaidade.

O mesmo acontece com as virtudes: são hábitos de onde procedem sem cessar os atos correspondentes. As virtudes morais, adquiridas e infusas, servem, portanto, principalmente para remover todos os obstáculos que nos detêm na marcha em direção a Deus; ajudam-nos a usar os meios que são necessários para cumprir as nossas diversas obrigações na vida moral e, dessa forma, salvaguardam a existência em nós da caridade. Tal é o serviço

que as virtudes morais devem prestar à caridade. Em correspondência, a caridade, sobretudo onde ela reina poderosa e ardente, aperfeiçoa os atos das outras virtudes, conferindo-lhes um brilho especial e adicionando-lhes um novo mérito.

A influência da caridade vai ainda mais longe: pode dirigir de tal modo todas as nossas ações, que, em caso necessário, ela fará com que floresçam na alma as virtudes morais adquiridas; a alma, empurrada pela caridade, executa pouco a pouco os atos cuja repetição provoca o nascimento das virtudes morais adquiridas. O impulso vem neste caso da caridade; mas ela não pode exercer todos os atos de cada virtude, e a cada faculdade compete o seu próprio papel e o seu exercício especial.

Isto acontece às almas adiantadas na vida divina. Nelas a caridade atingiu tão grande perfeição, que não habita apenas nos lábios nem no recôndito do coração, mas se traduz em obras. Se amamos verdadeiramente a Deus, guardaremos os seus Mandamentos. «Se me amais, guardai os meus mandamentos» (Jo 14,15).

O amor *afetivo* é necessário para a perfeição da caridade; quando amamos alguém, elogiamo-lo, exaltamo-lo, regozijamo-nos com as suas boas qualidades; e a alma que ama a Deus, deleita-se nas suas infinitas perfeições, repetindo constantemente como o Salmista: «Quem é semelhante a Ti, ó meu Deus? Ó Senhor, quão digno de admiração é o Teu nome, escrito em todas as Tuas obras!» (Sal 76,14, e Sal 8,2). Entrega-se ardentemente a cantar a glória de Deus, do seu coração sobe o seu louvor aos lábios: «Cantar é próprio de quem ama» [*Cantare amantis est*. Santo Agostinho, Sermão CCCXXXVI, c. 1]. Porque amavam, compuseram, São Francisco de Assis, os seus admiráveis *Cânticos*, e Santa Teresa as suas ardentes *Exclamações*.

Mas, serão suficientes esses afetos? Não, porque o amor, para ser perfeito, precisa de manifestar-se nas obras; o amor afetivo deve unir-se ao *efetivo*, que se identifica com a vontade divina e a ela se entrega totalmente; essa é o verdadeiro sinal de que há amor. [«Temos dois principais exercícios de amor para com Deus, um afetivo e o outro efetivo; por aquele amamos a Deus e o que Ele ama; por este servimos e fazemos o que ordena; um faz-nos deleitar em Deus; o outro torna-nos agradáveis a Deus». São Francisco

de Sales, *Tratado do amor de Deus*, L. IV, cap.1]. E quando esse amor é ardente e está bem enraizado na alma, rege as demais virtudes e as boas obras, pois é o soberano, e como tal, inclina continuamente a vontade ao bem e a Deus. [+São Francisco de Sales, *Tratado do amor de Deus*, L. XI, cap.8]. O amor efetivo traduz-se por uma constante fidelidade ao querer divino, às inspirações do Espírito Santo. A essas almas cheias de amor pôde dizer Santo Agostinho: «Ama e faz o que quiseres» (*Dilige, et quod vis fac. In Epist. Joan. Tract*., VII, cap.4), porque essas almas não aceitam mais do que agrada a Deus, e, a exemplo de Jesus Cristo, podem dizer: «Eu faço sempre o que agrada ao meu Pai celestial». É nisso que consiste a perfeição.

6. Aspirar à caridade perfeita pela pureza de intenção

Assim, como adquirir esse amor perfeito? Como aumentar em nós de forma a vivermos dele? Porque, quando é verdadeiro, contém o germe de todas as virtudes; a todas põe em movimento, a cada uma no momento oportuno, como faz um capitão com os seus soldados (São Francisco de Sales, *Introdução à Vida Devota*, L. III, cap. 1). «A caridade tudo crê, tudo espera, tudo suporta e tudo tolera» (1Cor 13,7). Cada passo que damos no amor é um passo que damos na santidade, na união com Deus.

[Aqui está o que escrevia Santa Joana de Chantal a respeito de São Francisco de Sales: «A bondade divina tinha colocado nesta santa alma uma caridade perfeita, e como ele diz que, ao entrar a caridade numa alma, se aloja nela toda a corte de virtudes, não há dúvida de que as tinha trazido e colocado em seu coração com uma ordem admirável, cada uma no lugar e na autoridade que lhe pertence, e tão ordenadas, que uma não empreendia nada sem a outra, pois o santo via claramente o que convinha a cada uma e os graus da sua perfeição, e todas produziam as suas ações de acordo com as ocasiões que se apresentavam e à medida que a caridade o excitava a isso suavemente e sem ruído». Cta. ao Rv. P. D. João de São Francisco, Feuillant, *Abrégé de l'esprit intérieur… de la Visitation*, Ruan 1744, 95].

Como poderemos alcançar essa perfeição da santidade? Como sustentar em nós a intensidade do amor? Pelo sacramento da Eucaristia, que é o sacramento da União, é como principalmente se intensifica esse amor,

conforme veremos em breve detalhadamente; aqui consideramos a questão fora da ação dos sacramentos, no plano da nossa cooperação.

A caridade mantém-se e a sua intensidade aumenta em nós, sobretudo, pela renovação da intenção que nos move a agir. A intenção, como dizem muito bem os Padres da Igreja, comentando algumas palavras de Nosso Senhor, é o olho da alma que orienta todo o ser para Deus. Se esse olho é puro e não está ofuscado por nenhum obstáculo humano criado, toda a atividade da alma se dirige a Deus (+São Tomás, I-II, q.12, a.1 e 2).

É necessário que a intenção que nos move a agir por amor de Deus, isto é, para procurar a sua glória fazendo a sua vontade, esteja sempre atual? Não, de modo nenhum; nem é exigido, nem é também possível; mas a experiência e a ciência dos Santos demonstraram a conveniência e a oportunidade sobrenatural da prática de renovar frequentemente a nossa intenção para avançar e progredir no amor de Deus e na vida divina. [Não falamos aqui do que é estritamente exigido para que um ato seja meritorio, mas do aumento de perfeição. «As nossas intenções, diz numa parte Bossuet, estão naturalmente sujeitas a extinguir-se, se não as fazemos reviver». Praticamente, a intenção é renovada por um sinal da cruz, uma oração jaculatória, um suspiro do coração para Deus]. Por que assim? — Porque a pureza de intenção mantém a nossa alma na presença de Deus, leva-a a buscá-lo em todas as coisas, e impede que a curiosidade, a ligeireza, a vaidade, o amor próprio, o orgulho, a ambição, se insinua ou se infiltre nas nossas ações para diminuir o seu mérito.

A intenção pura, frequentemente renovada, faz oblação da alma a Deus no seu ser e na sua atividade, avivando e mantendo incessantemente nela a fogueira do amor divino, e dessa forma, por cada boa obra que promove e orienta a Deus, aumenta a vida da alma. «Para fazer progressos excelentes na devoção, diz São Francisco de Sales, devemos oferecer todas as ações a Deus todos os dias, pois nesta renovação diária da oferenda comunicamos às nossas ações o vigor e a virtude da dilecção por uma nova consagração do nosso coração à glória divina, mediante a qual se santifica cada vez mais. Além disso, dediquemo-nos uma e outra vez durante o dia a fomentar em nós o amor divino através da prática de orações jaculatórias, elevações de coração e recolhimento espiritual da alma, pois estes santos exercícios,

impulsionando e orientando constantemente o nosso espírito em direção a Deus, farão com que todos os nossos atos os consagremos a Ele. Como pode conceber-se que uma alma que se lança em todos os momentos para a divina bondade e suspira incessantemente palavras de amor, descansando sempre o seu coração no seio deste Pai celestial, não execute todas as suas boas obras pensando exclusivamente n'Ele e com vistas a agradar-Lhe?» (*Tratado do amor de Deus*, L. XIII, c. 9).

Tenhamos muito cuidado para não agir habitualmente senão para a glória de Deus, para Lhe agradar e para que, segundo a própria oração de Cristo, «o nome do nosso Pai celestial seja santificado, venha a nós o seu reino e seja feita a sua vontade». Na alma assim disposta e orientada, prenderá a cada dia com mais força o amor divino, pois a cada passo se insere mais nesse fogo sagrado, renovando continuamente os seus atos amorosos. O amor é então um peso que arrasta a alma, gradual e progressivamente, para uma maior generosidade e fidelidade no serviço a Deus. «O meu amor é a minha força de gravidade» (*Amor meus, pondus meum*. Santo Agostinho, *Confissões*, L. XIII, c. 9). Daí a prontidão com que responde a alma quando se trata de se dedicar ao serviço de Deus e procurar os interesses da sua glória; isso é, em suma, a verdadeira devoção.

O que significa a palavra *devoção*? O termo latino *devovere* indica isso: estar dado e consagrado ao serviço de Deus, e fazê-lo com alegria. A devoção não consiste apenas em ter sido consagrado a Deus no Batismo, mas principalmente em dedicar prontamente e de boa vontade ao seu serviço e à glória do Pai todas as suas energias, todas as suas obras. [*Devotio est quidam voluntatis actus ad hoc quod homo prompte se tradat ad divinum obsequium*. São Tomás, II-II, q.82, a.3]. É o que a Igreja muitas vezes pede de nós: «Faz, Senhor, que a nossa vontade te seja sempre devota e que o nosso coração se consagre sempre ao serviço da tua Majestade» [*Fac nos tibi semper et devotam gerere voluntatem et maiestati tuæ sincero corde servire*. Oração do domingo na oitava da Ascensão]. Em outra ocasião, pedimos a graça de ser «consagrados a Deus de modo que procuremos a glória do seu nome através das nossas boas obras» [*In bonis actibus nomini tuo sit devota*. Oração do XXI domingo depois de Pentecostes].

Não ter na prática da nossa atividade outro princípio que a graça, nem outro fim que o cumprimento da vontade de Deus, que nos fez seus filhos, nem outro fim supremo senão o amor de Deus e os interesses da sua glória, é, como diz São Paulo, «andar de uma maneira digna de Deus e agradar-Lhe em todas as coisas, produzindo frutos em toda a espécie de boas obras e progredindo no conhecimento daquele que é o nosso Deus» (Col 1,10).

Seja este, pois, o nosso ideal, e cumpriremos assim o preceito promulgado por Jesus, preceito que é o primeiro de todos e resume melhor do que qualquer outro a vida sobrenatural: «Amar a Deus com todo o nosso espírito, com toda a nossa alma, com todo o nosso coração, com todas as nossas forças» (Mc 12,30).

7. A caridade pode informar todas as ações humanas; sublimidade e simplicidade da vida cristã

São Paulo acaba por nos dizer que para cumprir este preceito é necessário agradar a Deus em tudo; e utiliza a mesma expressão quando se trata do aumento da vida divina em nós. O Apóstolo utiliza mais de uma vez esta mesma locução «em tudo», que está cheia de sentido. O que quer dizer São Paulo com esse: «crescer em todas as coisas»?

Que nenhuma ação, desde o momento em que é «verdadeira» no sentido que dissemos, se subtraia ao domínio da graça, da caridade e do mérito; que não haja nenhuma que não possa servir para aumentar em nós a vida de Deus. São Paulo mesmo explicou esta frase *per omnia* na sua primeira Epístola aos Coríntios: «Quer comais, diz ele, quer bebais ou façais qualquer coisa, fazei-o tudo para a glória de Deus» (1Cor 10,31); e aos Colossenses: «Tudo o que fizerdes em palavras e em obras, fazei-o tudo em nome do Senhor Jesus, dando por Ele graças a Deus Pai» (Col 3,17).

Já o vedes; não só os atos que por sua natureza se referem diretamente a Deus, como os «exercícios» de piedade, a assistência à santa Missa, a comunhão e a recepção dos demais sacramentos, as obras de caridade espiritual e corporal, mas também as ações mais ordinárias e comuns, os incidentes mais vulgares da nossa vida cotidiana, como tomar alimento, ocupar-se com os próprios negócios ou trabalhos, desempenhar na

sociedade as distintas obrigações necessárias ou simplesmente úteis, de homem e de cidadão; descansar, dormir; em uma palavra, todas as ações que se repetem a cada dia e tecem literalmente, na sua monótona e rotineira sucessão, a trama de toda a nossa vida, podem ser transformadas, pela graça e pelo amor, em atos agradabilíssimos a Deus e muito ricos em merecimentos. É como o grão de incenso, um pouco de pó isolado; mas quando é lançado ao fogo, torna-se um perfume agradável. Quando a graça e o amor impregnam e colorem tudo na nossa vida, então toda ela é como um hino perpétuo à glória do Pai celestial; é para Ele, pela nossa união com Cristo, como um grão de incenso, que exala doces aromas: «Somos para Deus o bom odor de Cristo» (2Cor 2,15). Cada ato de virtude traz uma imensa alegria ao coração de Deus, pois é uma flor e um fruto da graça que nos foi procurada pelos méritos de Jesus: «Em louvor da glória da sua graça» [*In laudem gloriæ gratiæ suæ* (Ef 1,6). «As minúcias de cada dia: uma dor de cabeça, de dentes, a quebra de um copo, o desprezo, a zombaria, em suma, qualquer leve sofrimento, tudo isso e muito mais que pode acontecer todos os dias, ao tomá-lo e abraçá-lo com amor, contentando-se grandemente com a divina bondade, a qual por um copo de água prometeu um mundo de felicidade a todos os seus fiéis… As grandes ocasiões de servir a Deus surgem raramente, mas as pequenas são frequentes… Fazei, pois, todas as coisas em nome de Deus e estarão bem feitas». São Francisco de Sales, *Introdução à vida devota*, III parte, cap.35].

Não está, pois, excluído nenhum ato bom; toda a classe de esforço, trabalho ou obra, toda a renúncia, todo o sofrimento, toda a pena ou lágrima, recebe, se quisermos, a influência saudável da graça e da caridade. Oh, quão simples e sublime é a vida cristã! Sublime porque é a própria vida de Deus, que tendo nele o seu princípio nos foi concedida pela graça de Cristo e nos leva até Deus: «Reconhece, oh cristão, a tua dignidade» [*Agnosce, o Christiane, dignitatem tuam*. São Leão, *Sermo I de nativitate Domini*]. Simples, porque esta vida divina se enxerta na humana por mais baixa, humilde, enferma, pobre e ordinária que esta seja. Deus não nos exige, para sermos seus filhos e chegarmos a ser co-herdeiros do seu Filho, a execução de muitos atos heróicos; não nos pede que «atravessemos os mares, nem que nos elevemos até os céus» (Dt 30, 12-13). Não; é em nós mesmos que se encontra o reino de Deus, e é em nós que se edifica, se embeleza e se aperfeiçoa. «O reino de Deus está dentro de vós» (Lc 17,21);

a vida sobrenatural é uma vida interior cujo princípio está oculto com Cristo em Deus e na alma. «A vossa vida decorre escondida com Cristo em Deus» (Col 3,3).

Não precisamos mudar de natureza, mas corrigir o que temos de defeituoso; não é preciso usar fórmulas longas, pois a intensidade do amor pode consistir num único olhar do coração; basta estar em graça, fazer tudo por Deus, para lhe dar glória com intenção pura, e desde logo, viver como homens no lugar em que a Providência nos destinou, fazendo a vontade divina e cumprindo o dever de cada momento; e isto de maneira simples e tranquila, sem agitação e com a confiança íntima e profunda feita de liberdade e de gozo interior, própria do filho que se sente amado pelo seu pai e que o ama por sua vez na medida da sua debilidade.

Nem sempre se reflete para o exterior esta vida animada pela graça e inspirada pelo amor; sem dúvida, diz Nosso Senhor (Mt 12,33), toda a árvore se conhece pelos seus frutos. O Espírito Santo, que habita na alma, faz com que produza esses frutos de caridade, de benignidade, que revelam para o exterior o poder da sua ação; mas o princípio dessa ação é totalmente íntimo; o seu brilho substancial permanece no interior. «Toda a glória da filha do Rei está no seu interior» (Sal 4,12); o seu resplendor sobrenatural está muitas vezes oculto sob as aparências rudes da vida quotidiana.

Não sejamos, pois, indolentes, deixando de aproveitar com tanta frequência todos os bens que temos ao nosso alcance, entregando-nos a «bagatelas enganosas» (Sab 4,12). O que diríamos daquelas pobres gentes a quem um príncipe magnânimo abrisse os seus tesouros, e que em vez de apanhar de mãos cheias para enriquecer-se, os olhassem com indiferença? Que eram uns insensatos.

Não sejamos nós esses pobres insensatos. Já vos disse: por nós mesmos nada podemos, e Nosso Senhor quer que não esqueçamos isto: «Sem Mim nada podeis fazer» (Jo 15,5); mas quando possuímos a sua graça, esta deve tornar-se, com o amor, o princípio de uma vida completamente divina.

É necessário que com a graça de Cristo façamos tudo para agradar ao seu Pai. «Tudo posso, diz São Paulo, naquele que me fortalece» (Fil 4,13); procuremos que todas as nossas ações, tanto as grandes como as pequenas,

as ocultas como as brilhantes, nos sirvam para avançar a grandes passos na vida divina, pelo amor intenso com que as fazemos.

Se o fizermos assim, Deus nos olhará com agrado, porque poderá contemplar em nós a imagem do Seu Filho, imagem que se vai aperfeiçoando cada vez mais. Com o aumento da graça, da caridade e das demais virtudes, os traços de Cristo reproduzem-se em nós a cada dia com maior perfeição para a glória de Deus e alegria da nossa alma.

8. Fruto da caridade e das virtudes que ela rege: fazer-nos crescer em Cristo, para completar o seu corpo místico

De facto, para que sejamos semelhantes a Cristo, devemos viver em todas as coisas, pela caridade: «Cresçamos por todos os meios naquele que é a nossa cabeça, isto é, Cristo». O fim que perseguimos com o desenvolvimento da vida sobrenatural em cada um de nós não é senão o de «chegar à perfeição da idade de Cristo».

Eu disse-vos, ao tratar da Igreja, que Cristo, na sua realidade pessoal e física, é perfeito; mas forma com a sua Igreja um corpo místico que ainda não atingiu a sua completa perfeição. Esta perfeição realiza-se pouco a pouco nas almas ao longo dos séculos, «segundo a medida da graça de Cristo, que Deus dá a cada um» (Ef 4,7), pois num corpo há muitos membros, e todos não têm a mesma função nem a mesma nobreza. Este corpo místico forma uma só coisa com Cristo, que é a cabeça; nós fazemos parte dele pela graça, mas devemos ser membros perfeitos, dignos da cabeça divina; isto é o que procuramos com o nosso aperfeiçoamento sobrenatural.

Cristo é a base desse progresso, porque é a cabeça. Nunca nos esqueçamos disto: Jesus Cristo, depois de se ter revestido da nossa natureza, santificou todas as nossas ações e sentimentos; a sua vida humana foi semelhante à nossa, e o seu coração divino é o foco de todas as virtudes. Jesus Cristo exerceu todas as formas da atividade humana, pois não se deve imaginar que estivesse imobilizado em êxtase; pelo contrário, na visão beatífica das perfeições do seu Pai, encontrava o estímulo para a sua atividade; quis glorificar o seu Pai, santificando na sua pessoa as formas de

atividade nas quais nós próprios devemos exercitar-nos. Se nós rezamos, também Ele passou noites em oração; trabalhamos, mas Ele também se fatigou no trabalho até à idade de trinta anos; comemos, e Ele sentou-se à mesa com os seus discípulos; temos que suportar contrariedades por parte dos homens, pois Ele também as conheceu, porque, acaso os fariseus o deixaram em paz? Sofremos, e Ele derramou lágrimas, padeceu por nós, antes de nós, no seu corpo e na sua alma, como ninguém jamais fará; desfrutamos alegrias, e a sua santa alma sentiu-as inexprimíveis; entregamo-nos ao descanso, e o sono também fechou as suas pálpebras. Numa palavra, fez tudo o que nós fazemos. E tudo isto, para quê? Não apenas para nos dar exemplo, uma vez que é o nosso Chefe, mas também para nos merecer, por estas ações, a graça de poder santificar todos os nossos atos; para nos dar a graça que nos torna agradáveis ao seu Pai. Esta graça une-nos a Ele, torna-nos membros do seu corpo, e não precisamos, para crescer n'Ele, e chegar à perfeição que devemos alcançar como membros desse corpo, mais do que deixar que essa graça vivifique a nossa alma e toda a nossa atividade.

Cristo habita em nós com todos os seus méritos, a fim de vivificar todas as nossas ações. Quando por uma intenção reta e pura, frequentemente renovada, unimos os atos da nossa jornada às ações do mesmo género que Jesus realizou na terra, a virtude divina da sua graça influencia-nos constantemente, e se tudo o que fazemos está unido a Ele pelo amor, não há dúvida de que avançaremos rapidamente. Ouvi estas palavras consoladoras e magníficas de Nosso Senhor: «Meu pai não me deixa só, porque faço sempre o que lhe é agradável» (Jo 8,29). Cada um de nós deve fazer o mesmo: «Ó Pai celestial, faço esta ação unicamente para Te agradar, pela Tua glória e pela do Teu Filho. Cristo Jesus, em união contigo, quero realizar este ato para que o santifiques com os Teus méritos infinitos».

O amor que preenchia o coração de Cristo em relação ao seu Pai deve ser o objeto dos atos dos seus membros, como foi dos seus; a glória de seu Pai foi o primeiro e último pensamento em todas as obras de Cristo, por conseguinte, assim seja também nas nossas pela união contínua com a graça e caridade de Cristo. Por isso, a santa Igreja nos exorta a que peçamos a Deus que conformemos os nossos atos à sua divina vontade, já que permanecendo unidos ao «Filho da sua predileção», mereceremos abundar

em obras boas. «Caminhai na caridade, a exemplo de Cristo», diz São Paulo (Ef 5,2); dessa maneira estareis completamente em sintonia com o vosso Chefe. «Deveis abundar nos mesmos sentimentos em que abundava Cristo Jesus» (Fil 2,5). Assim iremos de virtude em virtude (Sal 83,8); aspiraremos à perfeição do nosso modelo por um crescimento constante porque Cristo habita em nós com seu Pai, que nos ama (Jo 14,23), e com o Espírito Santo, que nos guia com as suas inspirações; isto dará origem a um progresso contínuo e fecundo com vistas ao céu. Desta maneira, alcançaremos essa sólida perfeição que nasce da constância e da plenitude em agir inteiramente de acordo com a vontade divina: «Para que vos conserveis perfeitos e plenos cumpridores de toda vontade de Deus» (Col 4,12).

9. O progresso sobrenatural pode continuar até à morte: «até que todos nos encontremos… na medida da plenitude de Cristo»

Enquanto vivemos neste mundo, podemos crescer na graça. O rio da vida divina começou em nós por uma nascente no dia do Batismo, mas pode alargar-se sem cessar para a alegria da nossa alma, que rega e fecunda até desaguar no oceano divino. «O ímpeto das águas do rio alegra a cidade de Deus» (Salmo 45,5).

Não me digam que isso é uma ideia de mercenário. É verdade que prolongar em nós a vida divina resulta em proveito nosso, pois quanto mais crescemos em graça e caridade, mais aumentam os nossos méritos e maior será a nossa glória futura e a nossa bem-aventurança eterna. Mas Deus, na sua magnificência, quis assim, e se é disso que depende a nossa felicidade durante toda a eternidade, também vai nisso a vontade de Deus e a glória que procura o Pai celestial no cumprimento dessa vontade. [«Uma alma que ama a Deus deve desejar sinceramente reunir em si todas as perfeições em que Deus se compraz, e possuí-las na medida conforme à sua vontade». *Vida de Santa Magdalena de Pazzi*, por P. Cepari].

São Paulo é, neste aspecto, um admirável modelo. Depois de chegar ao fim da sua carreira, contando já com pouco tempo de vida, pois espera a morte nas prisões de Roma; depois de pregar a Cristo com infindável

perseverança e de procurar reproduzir em si os traços divinos de Jesus, a quem tanto ama, vê o que escreve aos filipenses, após tantos trabalhos suportados por Jesus, tantas lutas travadas por sua glória, tantas tribulações suportadas com aquele amor ardente que nada era capaz de esfriar: «Ainda não cheguei à perfeição, mas sigo a minha corrida interior para tentar alcançá-la, pois para isso fui chamado por Jesus Cristo; não creio ter alcançado, mas só procuro uma coisa: esquecendo o que está atrás, vou em direção ao que está à frente; prossigo na minha corrida, para ver se alcanço o prémio da soberana vocação a que fui chamado por Deus, em Jesus Cristo» (Fil 3, 12-24).

Porque persegue São Paulo este objetivo com toda a energia da sua grande alma? Sem dúvida pelo «prémio», mas pelo prémio «ao qual foi chamado por vocação divina em Jesus Cristo». Já vos disse, no início, que glorificamos o Pai se damos muito fruto, como Nosso Senhor mesmo nos assegurou; e se Deus nos deu o seu Filho e Este a Igreja, o seu Espírito e todos os seus méritos, foi para que a vida divina abunde em nós.

Por esta razão, São Paulo exortava tanto os cristãos da sua época a que progredissem na vida cristã: «Pois assim como recebestes a Jesus Cristo, Nosso Senhor, dizia ele, andai com Ele, enraizados e edificados n'Ele, fortalecidos na fé, crescendo n'Ele, em acção de graças» (Col 3, 6-7). Também da prisão escrevia aos Filipenses: «O que peço a Deus é que a vossa caridade abunde mais e mais, a fim de que sejais sinceros e irrepreensíveis para o dia de Cristo, cheios de frutos de justiça, por Jesus Cristo, para a glória e louvor de Deus» (Fil 1, 9-11).

E ainda com mais insistência: «Que o Senhor fortaleça os vossos corações e os torne irrepreensíveis, em santidade, diante de Deus Pai, no dia em que Nosso Senhor vier com todos os seus santos. Irmãos, eu vos peço e imploro, pelo Senhor Jesus; haveis aprendido de nós como deveis conduzir-vos para agradar a Deus; portanto, caminhai progredindo mais e mais em cada dia, pois já conheceis os preceitos que vos temos dado em nome do Senhor Jesus, uma vez que o que Deus deseja é a vossa santificação» (Tes 3,13; 4, 1-3)

Procuremos, pois, cumprir esta vontade do nosso Pai celestial. O nosso Senhor quer que o esplendor das nossas obras seja tal, que leve aqueles que

as contemplam a glorificar o seu Pai (Mt 5,16). Não temamos a tentação, pois até dela Deus tira proveito para nós quando lhe resistimos (1Cor 10,13), porque é uma boa ocasião para uma vitória que nos fortalece no amor de Deus; nem as provações, pois podemos ver-nos envolvidos em grandes dificuldades, sofrer graves contradições, suportar profundos sofrimentos, mas desde o momento em que nos colocamos ao serviço de Deus por amor, essas dificuldades, essas contrariedades, esses sofrimentos, servem de alimento ao amor.

Quando se ama a Deus, pode-se sentir a cruz, Deus mesmo nos fará senti-la cada vez mais, à medida que avançamos, porque a cruz nos torna mais semelhantes a Cristo; mas então ama-se, se não a própria cruz, pelo menos a mão de Jesus, que a coloca sobre os nossos ombros, pois esta mão nos dá também a unção da graça para suportar o seu peso. O amor é uma arma poderosa contra as tentações e uma força invencível nas adversidades.

Não deixemos que as nossas misérias nos abatam, nem as imperfeições que lamentamos, pois não impedem o aumento da graça, «porque Deus conhece de que barro somos feitos» (Sal 102,14); são o tributo pago pela nossa natureza humana e são ao mesmo tempo a raiz fecunda da humildade. Tenhamos paciência connosco próprios neste anseio incessante por alcançar a perfeição; a vida cristã não tem nada de agitada nem de inquieta; o seu desenrolar em nós concilia-se perfeitamente com as nossas misérias, servidões e fraquezas, porque «é no meio destas que sentimos habitar em nós a força triunfante de Cristo». «Para que habite em mim a fortaleza de Cristo» (2Cor 12,9).

Deus é, com efeito, o principal autor da nossa santificação e da nossa salvação. [«Que o Deus da paz, escrevia São Paulo, vos faça capazes de toda a boa obra, por cumprimento da sua vontade, operando em vós o que é mais agradável aos seus olhos, por Jesus Cristo, a quem seja dada glória pelos séculos dos séculos». Hb 13,21]. Nunca nos esqueçamos disto. Diz o Concílio de Trento: «Não devemos vangloriar-nos como se fizéssemos tudo por nós mesmos, mas Deus, que é tão rico em misericórdia, quer recompensar os dons que Ele mesmo depositou em nós» (Sess VI, cap.16) [O que é bem declarado numa oração do Sábado Santo (depois da 12ª profecia): *Omnipotens sempiterne Deus, spes unica mundi… auge populi*

tui vota placatus, quia in nullo fidelium, nisi ex tua inspiratione, proveniunt quarumlibet incrementa virtutum]. «Pela graça de Deus, diz São Paulo, sou o que sou», e acrescenta (1Cor 15,10): «e eu não deixei a graça inativa em mim, trabalhei mais do que todos os outros, mas não só, senão a graça de Deus comigo». «Para que Deus, diz também, dê o aumento, é preciso plantar e regar» (*Ib*. 3,6).

Procuremos, pois, com toda a energia da nossa alma, através do exercício meritório das virtudes, em especial das teologaiss e por essa a disposição fundamental de fazer tudo para a glória do nosso Pai celestial, procuremos, digo, e não impeçamos que a ação de Deus e do Espírito Santo se desenvolva em nós com a mais ampla liberdade, porque assim «cresceremos em Cristo, que é a nossa cabeça». Fixemos n'Ele o nosso olhar, pois para isso fomos chamados por Cristo Jesus (Fil 3,12). Estagnar no caminho da santificação é, para a alma, retroceder.

Por outro lado, podemos sempre avançar, enquanto vivermos neste mundo: «É necessário, dizia Nosso Senhor sobre si mesmo, que enquanto dura o dia, eu realize as obras daquele que me enviou; pois uma vez que se deite sobre nós a noite, ninguém pode fazer nada» (Jo 9, 4-5). Apenas a morte porá termo a «esssas *ascensões* do coração próprias deste vale de lágrimas» (Sal 83, 6-7).

Oxalá cheguemos, nesse momento decisivo, «à idade da perfeição de Cristo» e à plenitude de vida e bem-aventurança que Deus determinou para cada um de nós ao nos predestinar no seu Filho muito amado (Ef 4,13)!

NOTA.— Achamos útil terminar esta conferência com um olhar muito rápido sobre o conjunto do organismo sobrenatural: esta exposição sintética acabará por fixar a ordem dos distintos elementos que constituem a vida de filho de Deus. Para esse objetivo, a melhor coisa que podemos fazer é considerar, durante alguns instantes, a própria pessoa de Nosso Senhor, uma vez que é o nosso modelo. Em virtude da graça da união hipostática, Jesus Cristo é, por natureza, o Filho Unigénito de Deus; nós somos filhos de Deus por adoção. Em Cristo, a graça santificante existe na sua plenitude; participamos dessa plenitude em medida mais ou menos abundante, segundo o dom que nos faz disso Cristo: *Secundum mensuram donationis Christi* (Ef 4,7). A graça santificante traz consigo o cortejo das virtudes infusas, teologais e morais. Nosso Senhor não tinha, propriamente falando, a fé: a esperança, até certo ponto; mas a caridade a levou ao mais alto grau; enquanto vivemos neste mundo, permanecem connosco a fé, a esperança e a caridade, num grau de maior ou menor desenvolvimento.

Jesus Cristo possuía as virtudes cardinais infusas e as outras virtudes morais compatíveis com a sua divindade; mas nelas se desenvolveram livremente, sem entraves e sem esforço, porque Nosso Senhor revestia uma natureza humana perfeita, isenta de pecado e das suas consequências; essas

virtudes não encontravam obstáculo algum na sua prática; mas, em contrapartida, em nós, como consequência do pecado original, o desenvolvimento das virtudes morais infusas encontra obstáculos e reclama o concurso das virtudes morais adquiridas. Finalmente, o Espírito Santo difundiu a plenitude dos seus dons na alma de Jesus. Ele nos concede uma participação neles, a qual, embora limitada, produz frutos admiráveis.

Acrescentemos que as virtudes teologais e os dons do Espírito Santo nos transportam a um terreno especial que não necessita do auxílio direto das virtudes naturais, enquanto que as virtudes morais infusas reclamam, para o seu pleno desenvolvimento, a colaboração das correspondentes virtudes morais naturais, colaboração que ao ser utilizada dignifica e eleva; apenas a caridade dá às demais virtudes virtualidade sobrenatural, razão pela qual possui a primazia.

Tal é, a traços largos, o maravilhoso organismo sobrenatural que a infinita bondade e a soberana sabedoria de Deus estabeleceu para realizar a nossa santificação.

VII
O sacrifício eucarístico

A Eucaristia, fonte de vida divina

Em todas as páginas que precedem procurei demonstrar-vos como Deus quer fazer-nos participantes da sua vida e como a graça de Cristo, elevando-nos à categoria de filhos de Deus, é o princípio da vida divina em nós. O Batismo confere-nos essa graça, que é o germe da vida sobrenatural e como o rio divino na sua nascente. Existem obstáculos que se opõem ao desenvolvimento dessa vida e ao crescimento desse rio; já vos disse de que modo devemos eliminá-los. Finalmente, nas duas últimas conferências expus-vos quais são as leis gerais que determinam a permanência dessa vida nas nossas almas, e os meios de que dispomos para a aumentar; como é preciso permanecer unidos a Cristo pela graça santificante, e fazer todas e cada uma das nossas ações para a glória do seu Pai, com intenção reta e movidos de uma ardente caridade. Esta lei estende-se a toda a nossa atividade, e abrange todas as nossas obras, de qualquer natureza que sejam.

Quando uma alma se apercebe da grandeza desta vida sobrenatural e se convence de que o fundamento dela não é outro senão a nossa união com Cristo pela fé e pela caridade, aspira à perfeição dessa união; anseia pela plenitude dessa vida, que deve, segundo o pensamento eterno de Deus, possuir em si mesma. Esta perfeição não será uma utopia, uma quimera?, pergunta a alma. Não, não é pura enteléquia; embora pareça uma coisa sublime e inacessível, pode e deve tornar-se realidade. «Isto é impossível para os homens; para Deus todas as coisas são possíveis» (Mt 19,26).

É certo, de facto, que todos os esforços da natureza humana abandonada a si mesma, sem Cristo, não podem fazer-nos avançar um passo na realização dessa união, nem provocar o nascimento e desenvolvimento da vida que a união gera. Deus é somente o dispensador do germe e crescimento; é necessário, indispensável, como diz São Paulo (1Cor 3,6), que nós plantemos e reguemos; mas os frutos da vida não se produzem senão pela seiva da graça divina que Deus faz correr por nós.

Deus Nosso Senhor coloca à nossa disposição meios incomparáveis para manter essa seiva, pois se na sua Bondade infinita e soberanamente eficaz, Ele quer fazer-nos participantes da sua natureza e felicidade, como Sabedoria eterna, também fornece os meios para o fim; de uma virtualidade e eficácia que nada iguala, senão a doçura com que essa sabedoria eterna atua: «Alcança poderoso de um extremo ao outro e tudo governa suavemente» (Sab 8,1).

Agora, se depois de considerarmos como Deus nos infunde no Batismo a semente desta vida e as primícias desta união, e a lei geral que rege o seu desenvolvimento, desejamos conhecer, concretamente, os meios que Deus coloca à nossa disposição, veremos que se reduzem principalmente à oração e à recepção do Sacramento da Eucaristia.

Deus comprometeu-se com a alma que se dirige a Ele: «Se pedirdes alguma coisa ao meu Pai em meu nome, diz Jesus, Ele vo-la concederá»; e acrescenta: «Pedi e recebereis, para que a vossa alegria seja perfeita»; e esta alegria é a alegria de Cristo, «para que possuam em toda a sua plenitude a minha alegria» (Jo 16, 23-24). A alegria da sua graça, a alegria da sua vida que, como um rio divino, nasce d'Ele e flui até nós para nos regozijarmos (Sl 45,5).

A Eucaristia é o outro meio, ainda mais poderoso. Na oração, Deus communica os seus dons com certas condições; no sacramento da Eucaristia, é o próprio Cristo quem se dá a nós, a Eucaristia é propriamente o sacramento da união que alimenta e mantém a vida divina em nós. A isso se refere particularmente o que disse Nosso Senhor: «Eu vim para dar às almas a abundância da vida» (Jo 10,10). Ao receber Cristo na comunhão, unimo-nos à própria vida.

Mas antes de entregar a alma em alimento, Cristo se imola, uma vez que não se faz presente sob as espécies sacramentais senão no sacrifício da Missa. Por esta razão, devo, em primeiro lugar, tratar da oblação do altar, adiando para a próxima conferência o falar-vos da comunhão eucarística.

Digamos, pois, o que é o sacrifício da Missa e como nele há virtualidade para nos irmos transformando em Jesus.

Este tema é inefável; o próprio sacerdote, para quem o sacrifício eucarístico é como o centro e o sol da sua existência, é incapaz de transmitir com a sua palavra as maravilhas que o amor de Cristo acumula nele. Tudo o que o homem, simples criatura, pode dizer sobre esse mistério, vindo do coração de um Deus, fica tão aquém da realidade, que depois de dizer tudo quanto se sabe sobre ele, parece que não se disse nada. Este mistério é tão santo e elevado que não há tema que o sacerdote ame e ao mesmo tempo tema tanto tratar.

Peçamos à fé que nos ilumine, pois o sacrifício eucarístico é por excelência um mistério de fé, *mysterium fidei*, e assim, para compreender algo dele, é preciso recorrer a Cristo, repetindo-lhe as palavras de São Pedro, quando Jesus anunciou este mistério aos judeus, e vários dos seus discípulos o abandonaram escandalizados: «A quem iremos, Senhor, somente tu tens palavras de vida eterna» (*Ib*. 6,69), e, sobretudo, creiamos no amor, como diz São João (*Ib*. 4,16). Nosso Senhor quis instituir este sacramento no momento em que nos ia dar, pela sua Paixão, o testemunho mais grandioso do seu amor por nós, e quis que se perpetuasse entre nós, «em memória dele»; é como o seu último pensamento e o testamento do seu sagrado coração: «Fazei isto em memória de mim» (1Cor 11,24).

1. A Eucaristia considerada como sacrifício; transcendência do sacerdócio de Cristo

O Concílio de Trento, como sabeis, definiu que a Missa é «um verdadeiro sacrifício», que recorda e renova a imolação de Cristo no Calvário. A Missa é oferecida como «um verdadeiro sacrifício» (Sess 22, cân.1). Neste «divino sacrifício», que se realiza na Missa, é imolado de forma incruenta o próprio Cristo que sobre o altar da Cruz se ofereceu de modo cruento. Não há, portanto, senão uma única vítima; o mesmo Cristo que se ofereceu sobre a Cruz é agora oferecido pelo ministério dos sacerdotes; a diferença, pois, consiste unicamente na maneira de se oferecer e se imolar (*Ib*. cap.2).

O sacrifício do altar, como acabais de ver pelo Concílio de Trento, renova essencialmente o do Gólgota, e não há mais diferença do que a

forma de oblação. Pois se queremos compreender a grandeza do sacrifício que se oferece no altar, devemos considerar um instante de onde provém o valor da imolação da Cruz. O valor de um sacrifício depende da dignidade do pontífice e da qualidade da vítima, por isso vamos dizer algumas palavras sobre o sacerdócio e o sacrifício de Cristo.

Todo o sacrifício verdadeiro pressupõe um sacerdócio, ou seja, a instituição de um ministro encarregado de o oferecer em nome de todos. Na lei judaica, o sacerdote era escolhido por Deus da tribo de Aarão e consagrado ao serviço do Templo por uma unção especial. Mas em Cristo o sacerdócio é transcendental; a unção que o consagra pontífice máximo é única: consiste na graça de união que, no momento da Encarnação, une à pessoa do Verbo a humanidade que Ele escolheu. O Verbo encarnado é «Cristo», que significa «ungido» não com uma unção externa, como a que servia para consagrar os reis, profetas e sacerdotes do Antigo Testamento, mas ungido pela divindade, que se estende sobre a humanidade, como diz o Salmista, «como óleo delicioso»; «Amaste a justiça e odeias a iniquidade; por isso o Senhor, teu Deus, te ungiu, colocando-te acima dos teus companheiros, com óleo de alegria» (Sal 44,8).

Jesus Cristo é «ungido», consagrado e constituído sacerdote e pontífice, ou seja, mediador entre Deus e os homens, pela graça que o faz Homem-Deus, Filho de Deus, e no próprio momento dessa união. E assim quem o constituiu pontífice máximo é o seu Pai. Ouçamos o que diz São Paulo: «Cristo não se glorificou a si mesmo para se tornar pontífice, mas Aquele que lhe disse (no dia da Encarnação): «Tu és meu Filho; Hoje te gerei», chamou-o para constituí-lo sacerdote do Altíssimo» (Heb 5,5; +6, e 7,1).

Daí, portanto, que, por ser o Filho único de Deus, Cristo possa oferecer o único sacrifício digno de Deus. E nós ouvimos o Pai Eterno ratificar por um juramento esta condição e dignidade de pontífice: «O Senhor jurou e não se arrependerá disso: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque» (Sal 109,4). Por que é Cristo sacerdote eterno? Porque a união da divindade e da humanidade na Encarnação, união que o consagra pontífice, é indissolúvel: «Cristo, diz São Paulo, possui um sacerdócio eterno porque Ele permanece sempre» (Heb 7,3).

E esse sacerdócio é segundo «a ordem», ou seja, a semelhança «do de Melquisedec». São Paulo recorda essa personagem misteriosa do Antigo Testamento, que representa, pelo seu nome e pela sua oferenda de pão e vinho, o sacerdócio e o sacrifício de Cristo. Melquisedec significa «Rei de justiça», e a Sagrada Escritura nos diz que era «Rei de Salém» (Gn 14,18; Hb 7,1), que quer dizer «Rei de paz». Jesus Cristo é Rei; Ele afirmou, no momento da sua Paixão, diante de Pilatos, a sua realeza: «Tu o disseste» (Jo 18,37). É rei de justiça porque cumprirá toda a justiça. É rei de paz (Is 9,6) e veio para restabelecê-la no mundo entre Deus e os homens, e precisamente no seu sacrifício foi onde a justiça, finalmente satisfeita, e a paz, já recuperada, pactuaram, com um beijo, a sua aliança (Sl 84,11).

Vedes bem: Jesus, Filho de Deus desde o momento da sua Encarnação, é por esta razão o pontífice máximo e eterno e o mediador soberano entre os homens e seu Pai; Cristo é o pontífice por excelência. Assim, o seu sacrifício possui, como o seu sacerdócio, um caráter de perfeição única e de valor infinito.

2. Natureza do sacrifício; como os sacrifícios antigos não eram mais que figuras; a imolação do Calvário, única realidade; valor infinito desta oblação

Jesus Cristo começa o exercício do seu sacerdócio desde a Encarnação. «Todo o pontífice foi, de facto, instituído para oferecer dons e sacrifícios» (Heb 5,1); por isso convinha, ou melhor dizendo, era necessário que Cristo, pontífice supremo, tivesse também algo que oferecer. O que é o que vai oferecer? Qual é a matéria do seu sacrifício? Vejamos e consideremos o que se oferecia antes d'Ele.

O sacrifício pertence à própria essência da religião; é tão antigo quanto ela.

Desde que há criaturas, parece justo e equitativo que reconheçam a soberania divina, nisso consiste um dos elementos da virtude da religião, que é, por sua vez, uma manifestação da virtude da justiça. Deus é o ser subsistente por si mesmo e contém em si toda a razão de ser da sua existência, é o ser necessário, independente de todo outro ser, enquanto que

a essência da criatura consiste em depender de Deus. Para que a criatura exista, saia do nada e se conserve na existência, para que depois possa desdobrar a sua atividade, necessita do concurso de Deus. Para conformar-se, assim, com a verdade da sua natureza, a criatura deve confessar e reconhecer esta dependência; e esta confissão e reconhecimento é a adoração. Adorar é reconhecer com humildade a soberania de Deus: «Vinde, adoremos ao Senhor e prostremo-nos diante d'Ele… Porque Ele nos formou e não nós a nós mesmos» (Sal 94,6, e Sal 99,3).

Em verdade, na presença de Deus, a nossa humilhação deveria chegar ao aniquilamento, o que constituiria a homenagem suprema, embora nem sequer este aniquilamento seja suficiente para expressar convenientemente a nossa condição de simples criaturas e a transcendência infinita do Ser divino. Mas como Deus nos deu a existência, não temos o direito de nos destruirmos pela imolação de nós mesmos, pelo sacrifício da nossa vida. O homem é substituído por outras criaturas, principalmente por aquelas que servem à manutenção da sua existência, como o pão, o vinho, os frutos, os animais (Secretas da Quinta-feira após o Domingo de Paixão). Pela oferta, pela imolação ou destruição dessas coisas, o homem reconhece a infinita majestade do Ser supremo, e isso é o sacrifício. Após ser cometido pecado, o sacrifício, a seus outros caracteres, une o de ser expiatório.

Os primeiros homens ofereciam frutos e imolavam o melhor que tinham nos seus rebanhos, para testemunhar assim que Deus era o soberano de todas as coisas.

Mais tarde, Deus mesmo determinou as formas do sacrifício na lei mosaica. Existiam, em primeiro lugar, os holocaustos, sacrifícios de adoração; a vítima era totalmente consumida; havia os sacrifícios pacíficos, de acção de graças ou de petição: uma parte da vítima era queimada, outra reservada aos sacerdotes, e a terceira era dada àqueles por quem se oferecia o sacrifício. Finalmente, eram oferecidos — e estes eram os mais importantes de todos — sacrifícios expiatórios pelo pecado.

Todos esses sacrifícios, diz São Paulo, não eram mais do que figuras (1Cor 10,11); «imperfeitos e pobres rudimentos» (Gal 4,9); não agradavam a Deus senão na medida em que representavam o sacrifício futuro, o único que pôde ser digno d'Ele: o sacrifício do Homem-Deus sobre a Cruz.

[*Deus… legalium differentiam hostiarum unius sacrificii perfectione sanxisti*. Secreta do 7º Domingo após Pentecostes].

De todos os símbolos, o mais expressivo era o sacrifício de expiação, oferecido uma vez por ano pelo grande sacerdote em nome de todo o povo de Israel, no qual a vítima substituía o povo (Lev 15,9 e 16). O que vemos, de facto? Uma vítima apresentada a Deus pelo sumo sacerdote. Este, revestido com os ornamentos sacerdotais, impõe primeiro as mãos sobre a vítima, enquanto a multidão do povo permanece prostrada em atitude de adoração. O que significava este rito simbólico? Que a vítima substituía os fiéis; representava-os diante de Deus, carregada, por assim dizer, com todos os pecados do povo. [Deus mesmo, no Levítico, havia declarado que era Ele o autor desta substituição. Lev 17, 11]. Então a vítima é imolada pelo sumo sacerdote, e este golpe, esta imolação fere moralmente a multidão, que reconhece e deplora os seus crimes diante de Deus, senhor soberano da vida e da morte. Depois, a vítima colocada sobre a pira, é queimada e sobe diante do trono de Deus, *in odorem suavitatis* símbolo da oferta que o povo devia fazer de si mesmo àquele que é, não só o seu *primeiro principio*, mas também o seu *último fim*. O sumo sacerdote, tendo aspergido os ângulos do altar com o sangue da vítima, penetra no santo dos santos para derramá-lo também diante da arca da Aliança, e a seguir a este sacrifício, Deus renovava o pacto de amizade que havia celebrado com o seu povo.

Tudo isto, já vos disse, não era mais do que alegoria. Em que consiste a realidade? Na imolação sangrenta de Cristo no Calvário. Jesus, diz São Paulo, se ofereceu Ele mesmo a Deus por nós como oblação e sacrifício de agradável odor (Ef 5,2). Cristo foi proposto por Deus aos homens como a vítima propiciatória em virtude do seu sangue, por meio da fé (Rom 3,25).

Mas notem bem que Cristo Jesus consumou o seu sacrifício na cruz. Ele o inaugurou desde a sua Encarnação, aceitando oferecer-se a si mesmo por todos os homens. Já sabeis que o mínimo sofrimento de Cristo, considerado em si mesmo, teria sido suficiente para salvar a humanidade; sendo Deus, as suas ações tinham, devido à dignidade da pessoa divina, um valor infinito. Mas o Pai Eterno quis, na sua sabedoria incompreensível, que Cristo nos resgatasse com uma morte sangrenta na Cruz. Ora, São Paulo nos diz expressamente que este decreto da adorável vontade do seu Pai,

Cristo o aceitou desde a sua entrada no mundo. Jesus Cristo, no momento da Encarnação, viu com um só olhar tudo o que havia de padecer pela salvação da humanidade, desde a manjedoura até à cruz, e então consagrou-se a cumprir inteiramente o decreto eterno, e fez a oferta voluntária do seu próprio corpo para ser imolado. Ouçamos São Paulo: «Cristo, entrando no mundo, diz ao seu Pai: Não quiseste nem vítimas nem ofertas, mas me adaptaste um corpo; não aceitaste holocaustos nem sacrifícios pelo pecado. Então disse: Aqui estou… Venho, ó meu Deus, a fazer a tua vontade» (Heb 10,5 e 8-9). E tendo começado assim a obra do seu sacerdócio pela perfeita aceitação da vontade do seu Pai e a oblação de si mesmo, Jesus Cristo consumou o sacrifício sobre a Cruz com uma morte sangrenta. Inaugurou a Sua Paixão renovando a oblação total que havia feito de Si mesmo no momento da Encarnação. «Pai, disse ao ver o cálice de dores que se lhe apresentava, não o que eu quero, mas o que Tu queres»; e a Sua última palavra antes de expirar será: «Tudo está consumado» (Jo 19,30).

Considerai por alguns instantes este sacrifício e vereis que Jesus Cristo realizou o ato mais sublime e rendeu a Deus, seu Pai, a homenagem mais perfeita. O pontífice é Ele, Deus-Homem, Filho muito amado. É verdade que ofereceu o sacrifício da sua natureza humana, uma vez que só o homem pode morrer; é verdade também que esta oblação foi limitada na sua duração histórica; mas o pontífice que a oferece é uma pessoa divina, e esta dignidade confere à imolação um valor infinito. A vítima é santa, pura, imaculada, pois é o próprio Jesus Cristo; Ele, cordeiro sem mancha, que com o seu próprio sangue, derramado até a última gota como nos holocaustos, apaga os pecados do mundo. Jesus Cristo foi imolado em vez de nós; substituiu-nos; carregado de todas as nossas iniquidades, fez-se vítima pelos nossos pecados. «Deus carregou sobre Ele as iniquidades de todos nós» (Is 53, 6). Jesus Cristo, por fim, aceitou e ofereceu este sacrifício com uma liberdade cheia de amor: «Não lhe foi tirada a vida senão porque Ele quis» (Jo 5,18); e Ele quis isso unicamente «porque ama o seu Pai». «Agiu assim para que o mundo conheça que amo o Pai» (Jo 14,31).

Desta imolação de um Deus, imolação voluntária e amorosa, resultou a salvação da humanidade: a morte de Jesus nos resgata, nos reconcilia com Deus, restabelece a aliança da qual derivam para nós todos os bens, abre-nos as portas do céu, torna-mnos herdeiros da vida eterna. Este sacrifício já

é suficiente para tudo; por isso, quando Jesus Cristo morre, o véu do templo de Israel se rasga ao meio, para mostrar que os sacrifícios antigos foram abolidos para sempre, e substituídos pelo único sacrifício digno de Deus. Doravante, não haverá salvação, não haverá santidade, senão participando do sacrifício da Cruz, cujos frutos são inesgotáveis: «Por esta oblação única, diz São Paulo, Cristo procurou para sempre a perfeição aos que hão de ser santificados» (Heb 10,14).

3. Reproduz-se e renova-se pelo sacrifício da Missa

Não vos surpreendeis que eu me tenha prolongado falando do sacrifício do Calvário; esta imolação reproduz-se no altar: o sacrifício da Missa é o mesmo que o da Cruz. Não pode haver, de facto, outro sacrifício senão o do Calvário; esta oblação é única, diz São Paulo; é suficientemente eficaz, mas Nosso Senhor quis que fosse continuada na terra para que os seus méritos sejam aplicados a todas as almas.

Como é que Jesus providenciou para a realização deste seu desejo, uma vez que já subiu aos céus? É verdade que continua a ser eternamente o Pontífice por excelência; mas, pelo sacramento da Ordem, escolheu certos homens, a quem faz participantes do seu sacerdócio. Quando o bispo estende, na ordenação, as mãos para consagrar os sacerdotes, a voz dos anjos repete sobre cada um: «Tu és sacerdote para sempre; o caráter sacerdotal que recebes, nunca te será tirado; esse caráter recebes das mãos de Jesus Cristo, e o seu Espírito é quem toma posse de ti para te fazer ministro de Jesus Cristo». Jesus vai renovar o seu sacrifício através dos homens.

Vejamos o que se verifica no altar. O que é que vemos? Depois de algumas orações preparatórias e algumas leituras, o sacerdote oferece o pão e o vinho: é a «oferta» ou «ofertório»; esses elementos serão muito em breve transformados no corpo e no sangue de Nosso Senhor. O sacerdote convida então os fiéis e os espíritos celestiais a rodear o altar, que vai tornar-se um novo Calvário, a acompanhar com louvores e homenagens a ação santa. Após o que, entra silenciosamente em comunicação mais íntima com Deus, chega o momento da consagração: estende as mãos sobre as

ofertas como o sumo sacerdote o fazia outrora sobre a vítima que ia ser imolada, recorda todos os gestos e todas as palavras de Jesus Cristo na última ceia, no momento de instituir este sacrifício: «No dia anterior ao sofrimento»; depois, identificando-se com Jesus Cristo, pronuncia as palavras rituais: «Este é o meu corpo», «Este é o meu sangue»… Estas palavras verificam a mudança do pão e do vinho no corpo e no sangue de Jesus Cristo. Pela sua vontade expressa e a sua instituição formal, Jesus Cristo faz-se presente, real e substancialmente, com a sua divindade e a sua humanidade, sob as espécies, que permanecem e O ocultam à nossa vista.

Mas, como sabeis, a eficácia desta fórmula é mais ampla: por estas palavras, realiza-se o sacrifício. Em virtude das palavras: «Este é o meu corpo», Jesucristo, por mediação do sacerdote, coloca a sua carne sob as espécies do pão; pelas palavras: «Este é o meu sangue», coloca o seu sangue sob as espécies do vinho. Separa assim, misticamente, a sua carne e o seu sangue, que, na Cruz, foram fisicamente separados; separação que lhe causou a morte. Após a sua ressurreição, Jesucristo já não pode morrer, «a morte não terá presa nele já nunca mais» (Rom 6,9); a separação do corpo e do sangue, que se verifica no altar, é mística. «O mesmo Cristo que foi imolado sobre a Cruz é imolado no altar, embora de uma maneira diferente»; e esta imolação, acompanhada da oferta, constitui um verdadeiro sacrifício. [*In hoc divino sacrificio quod in Missa peragitur, idem ille Christus continetur et immolatur, qui in ara crucis seipsum cruentum obtulit*. Conc. Trid., Sess. XXII, cap.2].

A comunhão consuma o sacrifício; é o último ato importante da Missa. O rito da manducação da vítima acaba de expressar a ideia de substituição e, sobretudo, de aliança, que se encontra em todo o sacrifício. Unindo-se tão intimamente à vítima que substituiu, o homem se imola a seu turno, se assim se pode dizer; sendo a hóstia uma coisa santa e sagrada, ao comê-la, apropria-se, de certo modo, da virtude divina que resulta da sua consagração.

Na Missa, a vítima é o próprio Jesus Cristo, Deus e Homem; por isso a comunhão é por excelência o ato de união à divindade; é a melhor e mais íntima participação nos frutos da aliança e da vida divina que nos foi proporcionada pela imolação de Cristo.

Assim, a Missa não é apenas uma simples representação do sacrifício da Cruz; não tem apenas o valor de uma simples memória, mas é um verdadeiro sacrifício, o mesmo do Calvário, que reproduz e prolonga, e cujos frutos aplica.

4. Frutos inesgotáveis do sacrifício do altar; homenagem de perfeita adoração, sacrifício de propiciação plena; única ação de graças digna de Deus; sacrifício de poderosa intercessão.

Os *frutos* da Missa são inesgotáveis, porque são os próprios frutos do sacrifício da Cruz. O próprio Jesus Cristo é quem se oferece por nós ao seu Pai. É verdade que, após a Ressurreição, não pode mais merecer; mas oferece os méritos infinitos adquiridos na Paixão; e os méritos e as satisfações de Jesus Cristo conservam sempre o seu valor, da mesma forma que Ele próprio conserva sempre, juntamente com o caráter de sumo sacerdote e de mediador universal, a realidade divina do seu sacerdócio. Assim, após os sacramentos, na Missa é onde, segundo o Santo Concílio de Trento, tais méritos nos são particularmente aplicados com maior plenitude. [*Oblationis cruentæ fructus per hanc incruentam* UBERRIME *percipiuntur*. Sess. XXII, cap. 2]. E por isso, todo o sacerdote oferece cada Missa não apenas por si mesmo, mas «por todos os que a assistem, por todos os fiéis, vivos e defuntos» [*Suscipe, sancte Pater omnipotens… hanc immaculatam hostiam… pro omnibus circumstantibus, sed et pro omnibus fidelibus christianis vivis atque defunctis: ut mihi et illis proficiat ad salutem in vitam æternam*]. Tão extensos e imensos são os frutos deste sacrifício, tão sublime é a glória que procura Deus!

Assim, pois, quando sentirmos o desejo de reconhecer a infinita grandeza de Deus e de lhe oferecer, apesar da nossa indigência de criaturas, uma homenagem que será, com certeza, aceite, ofereçamos o santo sacrifício, ou assistamos a ele, e apresentemos a Deus a divina vítima que o Pai Eterno recebe dela, como no Calvário, uma homenagem de valor infinito, uma homenagem perfeitamente digna das suas inefáveis perfeições.

Por Jesus Cristo, Deus e Homem, imolado no altar, é dado ao Pai toda a honra e toda a glória. [*Per ipsum et cum ipso et in ipso et tibi Deo Patri omnipotenti… omnis honor et gloria per omnia sæcula sæculorum*. Ordinário da Missa]. Não há, na religião, ação que acalme tanto a alma convencida da sua nulidade, e ávida, apesar disso, de render a Deus homenagens dignas da grandeza divina. Todas as homenagens reunidas da criação e do mundo dos escolhidos não dão ao Pai Eterno tanta glória quanto a que recebe da oferta de seu Filho. Para chegar a compreender o valor da Missa, é necessária a fé, essa fé que é como uma participação no conhecimento que Deus tem de si mesmo e das coisas divinas. À luz da fé, podemos considerar o altar, tal como o considera o Pai celestial. O que vê o Eterno Pai sobre o altar onde se oferece o santo sacrifício? Vê «o Filho do seu amor» [*Filius dilectionis suæ*. Sess XXII, cap.2], o Filho das suas complacências, presente, com toda a verdade e realidade, e renovando o sacrifício da Cruz. O preço e valor das coisas é avaliado por Deus em proporção à glória que estas lhe tributam; pois bem, neste sacrifício, como no Calvário, recebe uma glória infinita por mediação do seu amado Filho; de sorte que não podem ser oferecidos a Deus homenagens mais perfeitas do que esta, que as contém e excede a todas.

O santo sacrifício é também *fonte de confiança e de perdão*.

Quando a recordação das nossas faltas nos abate e procuramos reparar as nossas ofensas e satisfazer mais amplamente a justiça divina, para que nos absolva das penas do pecado, não encontramos meio mais eficaz nem mais consolador do que a Missa. Ouçam o que, a este propósito, diz o Concílio de Trento: «Mediante esta oblação da Missa, Deus, apaziguado, concede a graça e o dom da penitência, perdoa os crimes e os pecados, até os mais horrendos». [Se assim podemos expressar-nos, a Eucaristia, como Sacramento, procura (ou, se se quiser, tem como fim primário) a graça *in recto* (diretamente ou formalmente), e a glória de Deus *in obliquo* (indiretamente), na medida em que o santo sacrifício procura *in recto* a glória de Deus, e *in obliquo* a graça da penitência e da contrição pelos sentimentos de compunção que excita na alma]. Quer isto dizer que a Missa perdoa diretamente os pecados? Não, esse é um privilégio reservado apenas ao sacramento da Penitência e à perfeita contrição; mas a Missa contém graças abundantes e eficazes, que iluminam o pecador e o movem a realizar

atos de arrependimento e contrição, que o levarão à penitência e, por ela, o devolverão à amizade com Deus (Conc. Tridentino XXII, c. 1). Se isto pode ser dito com verdade do pecador a quem, ainda, a mão do sacerdote não absolveu, com razão se pode dizer das almas justificadas, que anseiam por uma satisfação tão completa quanto possível das suas faltas e que cheguem a satisfazer o desejo que têm de repará-las. Por que assim? Porque a Missa não é apenas um sacrifício laudatório ou uma mera lembrança da Cruz, mas sim um *verdadeiro sacrifício de propiciação*, instituído por Jesus Cristo para nos aplicar em cada dia a virtude redentora da imolação da Cruz. (Secreta do Domingo IX depois de Pentecostes). Daí vemos o sacerdote, mesmo quando já desfruta da graça e amizade de Deus, oferecer este sacrifício «pelos seus pecados, as suas ofensas e as suas negligências sem número». A vítima divina *apazigua a Deus e nos retorna propício*. Portanto, quando a memória das nossas faltas nos aflige, ofereçamos este sacrifício: nele se imola por nós Jesus Cristo: «Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo» e que «renova, quantas vezes se sacrifica, a obra da nossa redenção» (Sal 83,10). Que confiança, pois, não devemos ter neste sacrifício expiatório! Por grandes que sejam as nossas ofensas e a nossa ingratidão, uma única Missa dá mais glória a Deus do que desonra lhe temos infligido, digamos assim, com todas as nossas injúrias.

«Oh Pai Eterno, dignai-vos lançar um olhar sobre este altar, sobre o vosso Filho, que me ama e se entregou por mim no alto do Calvário, e que agora vos apresenta em meu favor as suas satisfações de valor infinito: “olhai para o rosto do vosso Filho” (+Rom 5, 8-9), e deixai para trás as faltas que eu cometi contra a vossa soberana bondade! Ofereço-vos esta oblação, na qual encontrais as vossas complacências, como reparação por todas as injúrias infligidas à vossa divina majestade. Tal oração será indubitavelmente atendida por Deus, uma vez que se apoia nos méritos do seu Filho, que por sua Paixão tudo expiou.

Outras vezes, o que nos invade é a memória das misericórdias do Senhor: o benefício da fé cristã que nos abriu o caminho da salvação e nos fez participantes de todos os mistérios de Cristo, à espera da herança da eterna bem-aventurança; uma infinidade de graças que, desde o Batismo, se vão acumulando ao longo de toda a nossa vida. Ao lançar um olhar retrospectivo, a alma sente-se como que sobrecarregada ao ver as inúmeras

graças que Deus, com mão cheia, a colmou; e então, fora de si por ver-se objeto da divina complacência, exclama: «Senhor, que poderei dar-vos eu, criatura miserável, em troca de tantos benefícios? O que vos darei que não seja indigno de Vós?» Embora Vós «não tenhais necessidade dos meus bens» (Sal 15,2), é justo que eu vos mostre gratidão pela vossa infinita liberalidade para comigo; sinto essa necessidade nas profundezas do meu ser «como, pois, satisfazê-la, Senhor e meu Deus, de uma maneira digna ao mesmo tempo da vossa grandeza e dos vossos benefícios?» (*Ib*. 115, 12). «Com que retribuirei ao Senhor por todos os benefícios que d'Ele recebi?» Tal é a exclamação do sacerdote após a comunhão da Hóstia. E qual é a resposta que a Igreja coloca em seus lábios? «Tomarei o cálice da salvação»… A Missa é a ação de graças por excelência, a mais perfeita e a mais agradável que podemos oferecer a Deus. Lemos no Evangelho que, antes de instituir este sacrifício, Nosso Senhor «deu graças» ao seu Pai: *eujaristesas*. São Paulo usa da mesma expressão, e a Igreja conservou este vocábulo de preferência a qualquer outro, não querendo com isso excluir os outros caracteres da Missa, para significar a oblação do altar: sacrifício eucarístico, isto é, sacrifício de ação de graças. Vede como, em todas as missas, depois da oferta e antes de proceder à consagração, o sacerdote, a exemplo de Jesus Cristo, entoa um cântico de ação de graças: «Na verdade, é digno e justo, equitativo e salutar, Senhor santo Deus omnipotente, tributar-vos sempre e em todo lugar ações de graças… Por Jesus Cristo Senhor nosso» (Prefácio da Missa). Após isso, imola a Vítima Sacrossanta: Ela é quem prestará as devidas graças por nós e quem agradece em seu justo valor, pois Jesus é Deus, todos os benefícios que do céu e do seio do Pai das luzes descem sobre nós (Tg 1,17). Por mediação de Jesus Cristo, nos foram concedidos, e por Ele também, toda a gratidão da alma se eleva até o trono divino. Finalmente, a Missa é *sacrifício de impetração.*

A nossa indigência não tem limites: temos incessantemente a necessidade de luz, de força e de consolo: pois na Missa é onde encontraremos todos estes auxílios. Porque, de facto, neste sacramento está realmente Aquele que disse: «Eu sou a luz do mundo; Eu sou o caminho; Eu sou a verdade, Eu sou a vida. Vinde a Mim todos os que andais carregados, que Eu vos aliviarei. Se alguém vier a Mim, não o rejeitarei» (Jo 7,37). É o mesmo Jesus, que «passou por toda a parte fazendo o bem» (Act 10,38); que perdoou à Samaritana, a Madalena e ao Bom Ladrão, já

pendurado na Cruz; que liberta os possessos, cura os enfermos, restitui a vista aos cegos e o movimento aos paralíticos; o mesmo Jesus que permitiu a São João reclinar a sua cabeça sobre o seu sagrado coração. Contudo, é de notar que no altar se encontra de modo e a título especial, ou seja, como vítima sacrossanta que está a ser oferecida ao seu Pai por nós; imolado e, ainda assim, vivo e rogando por nós. «Sempre vivo para interceder por nós» (Heb 7,25). Oferece também as suas infinitas satisfações a fim de nos obter as graças que são necessárias para conservar a vida espiritual nas nossas almas; apoia as nossas petições e súplicas com os seus valiosos méritos; de modo que nunca estaremos mais certos do que neste momento propício para alcançar as graças que precisamos. São Paulo, ao falar precisamente do «Sumo Pontífice que penetrou por nós nos céus e que está cheio de piedade para com aqueles a quem se digna chamar irmãos seus», diz referindo-se ao altar onde Cristo é imolado que é um trono de graça, ao qual devemos aproximar-nos com plena confiança, a fim de alcançar a graça e sermos socorridos na hora oportuna» (Heb 4,16).

Notai estas palavras de São Paulo: *Cum fiducia*: «confiança», é a condição indispensável para sermos atendidos. Temos, pois, de oferecer o santo sacrifício, ou assisti-lo com fé e confiança. Este sacrifício não opera em nós à maneira dos sacramentos, *ex opere operato*; os seus frutos são inesgotáveis, mas, em geral, são proporcionais às nossas disposições interiores. Cada Missa contém um infinito potencial de perfeição e santidade; mas conforme for a nossa fé e o nosso amor, assim serão as graças que nela obtivermos. Reparastes que quando o celebrante faz memória, antes da consagração, daqueles que deseja recomendar a Deus, termina mencionando «a todos os assistentes», mas com a particularidade de que indica as disposições próprias de cada um. «Lembrai-vos, Senhor… de todos os fiéis aqui presentes, cuja fé e devoção vos são conhecidas» [*Et omnium circumstantium quorum tibi fides cognita est et nota devotio*. Canon da Missa]. Estas palavras dizem-nos que as graças que fluem da Missa nos são concedidas na medida da intensidade da nossa fé e da sinceridade da nossa devoção. Quanto à fé, já vos disse o que é; mas essa *nota devotio*, o que pode ser? — Não é outra coisa senão a entrega pronta e completa de todo o nosso ser a Deus, à sua vontade e ao seu serviço; Deus, que é o único que esquadrinha o fundo dos nossos corações, vê se o nosso desejo e a nossa vontade de lhe sermos fiéis e de sermos tudo para Ele são

sinceros. Se assim for, faremos parte daqueles «cuja fé e devoção vos são conhecidas», por quem o sacerdote ora especialmente e que farão um abundante acúmulo no tesouro inesgotável dos méritos de Jesus Cristo, que, através da santa Missa, é colocado novamente à sua disposição.

Se, pois, temos a profunda convicção de que tudo nos vem do Pai celestial por intermédio de Jesus Cristo; que Deus depositou nele todos os tesouros de santidade aos quais os homens podem aspirar; que este mesmo Jesus está sobre o altar, com todos esses tesouros, não só presente, mas também oferecendo-se por nós à glória do seu Pai, prestando-lhe assim a homenagem que mais lhe agrada e perpetuando a renovação do sacrifício da Cruz, a fim de que assim possamos beneficiar-nos da sua soberana eficácia; se temos, repito, essa profunda convicção, estejamos certos de que poderemos solicitar e conseguir qualquer tipo de graça. Porque, nestes momentos solenes, é o mesmo que se estivéssemos na companhia da Santíssima Virgem, de São João e de Maria Madalena, ao pé da Cruz, e junto à fonte mesma de onde brota toda a salvação e toda a redenção. Ah, se conhecêssemos o dom de Deus!… Se soubéssemos de que tesouros dispomos, tesouros que poderíamos utilizar em nosso favor e em favor da Igreja universal!…

5. Intima participação na oblação do altar pela nossa união com Cristo, Pontífice e vítima

No entanto, não devemos parar por aqui, se ansiamos investigar plenamente as intenções que Jesus Cristo teve ao instituir o santo sacrifício, as mesmas que expressa a Igreja, Esposa sua, nas cerimónias e palavras que acompanham a oblação. Valendo-nos deste divino sacrifício, podemos, já vos disse, oferecer a Deus um ato de adoração perfeito, solicitar a remissão completa das nossas faltas, prestar-lhe dignas ações de graças, e obter a luz e força que precisamos. Mas, com tudo isso, estas disposições da alma, por excelentes que sejam, podem não passar de atos e disposições de um mero espectador que assiste com devoção, mas sem tomar parte ativa na ação santa.

Há uma participação mais íntima e devemos esforçar-nos por alcançá-la. Que participação é esta? Não outra senão a de nos identificarmos, na medida do possível, com Jesus Cristo na sua dupla qualidade de pontífice e vítima, a fim de nos transformarmos n'Ele. É isto viável? Já vos disse que no momento mesmo da Encarnação, Jesus Cristo ficou consagrado pontífice, e que apenas em quanto homem pôde oferecer-se a Deus em holocausto. Assim, pois, na sua Encarnação, o Verbo associou aos seus mistérios e à sua Pessoa, por mística união, toda a humanidade. Esta é uma verdade da qual vos falei longamente e que desejo que tenham sempre presente. Toda a humanidade está chamada a constituir um corpo místico cuja cabeça é Cristo, uma sociedade de que Ele é Chefe e cujos membros somos nós. Por lei natural, os membros não podem separar-se da cabeça nem ser alheios à sua ação. A ação por excelência de Jesus Cristo, que resume toda a sua vida e lhe confere todo o seu valor, é o seu sacrifício. Da mesma forma que assumiu em si a nossa natureza humana, exceto o pecado, da mesma forma, quer fazer-nos participar do mistério capital da sua vida. Sem dúvida que não estávamos corporalmente no Calvário quando Ele se imolou por nós, ocupando o lugar que deveríamos ocupar, mas quis — são palavras do Concílio de Trento — que o seu sacrifício se perpetuasse, com a sua inesgotável virtude, pela ação da sua Igreja e dos seus ministros [*Seipsum ab Ecclesia, per sacerdotes sub signis sensibilibus immolandum*. Sess XXII, cap.1].

A verdade é que apenas os presbíteros que são admitidos, pelo sacramento da Ordem, a participar do sacerdócio de Cristo, têm o direito de oferecer oficialmente o corpo e o sangue de Jesus Cristo. No entanto, todos os fiéis podem, claro, de forma inferior, mas verdadeira, oferecer a sagrada hóstia. Pelo Baptismo, participamos de alguma forma do sacerdócio de Cristo, pelo mesmo motivo que participamos da vida divina de Jesus Cristo, com as suas qualidades e diferentes estados. Ele é Rei, somos reis com Ele; é Sacerdote, somos sacerdotes com Ele. Ouvi o que a este respeito diz São Pedro aos recém-baptizados: «Sois um povo escolhido, uma família real e sacerdotal, uma nação santa, um povo que Deus adquiriu» (1Pe 2,9) [+Ap 1,5-6. «Aquele que nos amou, que nos purificou dos nossos pecados com o seu sangue e que nos fez reis e sacerdotes de Deus, seu Pai, a Ele seja a glória e o poder»]. Assim, pois, os fiéis podem oferecer, em união com o sacerdote, a hóstia sacrossanta.

As orações com que a Igreja acompanha este divino sacrifício dão-nos a conhecer com evidência que os assistentes têm também a sua parte na oblação. Assim, quais são as palavras que o sacerdote profere, terminado o ofertório, ao voltar-se pela última vez para o povo, antes do canto do Prefácio? «Orai, irmãos, para que o meu e vosso sacrifício, seja aceite por Deus Pai omnipotente» *[Orate, fratres, ut meum ac VESTRUM sacrificium acceptabile fiat apud Deum Patrem omnipotentem*]. De igual maneira, na oração que antecede a consagração, o celebrante pede a Deus que tenha a bondade de se lembrar dos fiéis presentes, «daqueles, diz, por quem te oferecemos este sacrifício, ou que eles próprios te oferecem por si e pelos seus» [*Memento, Domine, famulorum tuorum… pro quibus tibi offerimus vel qui tibi offerunt hoc sacrificum laudis, pro se suisque omnibus*]. E logo, estendendo as mãos sobre a oblação, roga a Deus que a aceite «como sacrifício de toda a família espiritual» congregada em torno do altar [*Hanc igitur oblationem servitutis nostræ sed et cunctæ familiæ tuæ quæsumus, Domine, ut placatus accipias*]. É bem visível, pelo que foi dito, que os fiéis, em união com o sacerdote, e, por ele, com Jesus Cristo, oferecem este sacrifício. Cristo é o Pontífice supremo e principal, o sacerdote é o ministro por Ele escolhido, e os fiéis, na sua medida, participam deste divino sacerdócio e de todos os atos de Jesus Cristo.

«Assistamos, pois, com atenção; sigamos o sacerdote, que atua em nosso nome e fala por nós, lembremo-nos do antigo costume de oferecer cada um o pão e o vinho para fornecer a matéria deste sacrifício celestial. Se a cerimónia mudou, o espírito, isso não obstante, é o mesmo; todos nós oferecemos com o sacerdote; solidarizamo-nos com tudo o que ele faz, com tudo o que ele diz… Ofereçamos, sim, mas ofereçamos com ele, ofereçamos a Jesus Cristo, e ofereçamo-nos a nós mesmos com toda a Igreja católica, disseminada por todo o globo» (Bossuet, *Meditações sobre o Evangelho*).

Não é o único ponto de semelhança que temos com Jesus Cristo o que acabamos de enunciar. Cristo é sumo sacerdote, mas também é vítima, e é desejo do seu divino coração que compartilhemos com Ele esta qualidade. Precisamente esta disposição de vítimas é o que principalmente nos capacita para alcançar a santidade.

Detenhamos por um momento a nossa consideração sobre a matéria do sacrifício, a saber, o pão e o vinho que devem ser transmutados no corpo e no sangue do Senhor. Os Padres da Igreja insistiram sobre o significado simbólico de ambos os elementos. O pão é formado por grãos de trigo moídos e unidos para formar uma só massa; o vinho, por uvas reunidas e prensadas para fabricar um único líquido: aqui está a imagem da união dos fiéis com Cristo e de todos os fiéis entre si.

No rito grego, esta união dos fiéis com Jesucristo em seu sacrifício se patenteia com toda a vivacidade das figuras orientais. No início da Missa, o celebrante, com uma lanceta de ouro, divide o pão em diferentes fragmentos e atribui a cada um deles, com uma oração especial, a missão de representar as pessoas ou as distintas categorias de pessoas em cuja honra, ou em cujo benefício, se oferecerá o sacrifício augusto. A primeira porção representa Jesucristo; a segunda a Santíssima Virgem como corredentora; outras os Apóstolos, Mártires, Virgens, o Santo do dia e toda a corte da Igreja triunfante. Seguem os fragmentos reservados à Igreja purgante e à Igreja militante; ao Soberano Pontífice, aos Bispos e aos fiéis assistentes. Terminada esta cerimónia, o sacerdote deposita todas as porções sobre a patena e as oferece a Deus, uma vez que todas serão depois transformadas no corpo de Jesucristo. Esta cerimónia simboliza o quão íntima deve ser a nossa união com Cristo neste sacrifício.

Se a liturgia latina é mais sóbria neste particular, não é menos expressiva. Assim, conserva uma cerimónia de origem muito antiga, que o celebrante não pode omitir sob pena de falta grave, e que mostra claramente que devemos ser inseparáveis de Jesucristo na sua imolação. Refiro-me ao que faz, no momento da oferta, misturando um pouco de água com o vinho que colocou no cálice. Qual é o significado desta cerimónia? A oração que a acompanha nos fornece a chave para compreender o seu significado: «Ó Deus, que formaste o homem num estado tão nobre e, pela obra da Encarnação, o restabeleceste de um modo ainda mais admirável, faz, te suplicamos, que *pelo mistério desta água e deste vinho sejamos participantes da divindade de Aquele que se dignou formar parte da nossa humanidade*, Jesucristo, Filho teu e Senhor nosso que, sendo Deus, vive e reina contigo em unidade com o Espírito Santo, por todos os séculos». Imediatamente, o celebrante oferece o cálice para que Deus o receba *in*

odorem suavitatis: «como suave aroma». Assim, pois, o mistério que simboliza esta mistura da água com o vinho é, em primeiro lugar, a união verificada, na pessoa de Cristo, da divindade com a humanidade; mistério do qual resulta outro que assinala também esta oração, a saber, a nossa união com Cristo no seu sacrifício. O vinho representa a Cristo, e a água figura o povo, como já dizia São João no Apocalipse, e confirmou o Concílio de Trento [*Aquæ populi sunt*. (Ap 17,15). *Hac mixtione, ipsius populi fidelis cum capite Christo unio repræsentatur*. Sess XXII, c. 7].

Devemos, pois, associar-nos a Jesus Cristo na sua imolação e oferecer-nos com Ele, para que nos leve consigo, e imolando-nos, em união com Ele, nos apresente ao seu Pai, em aroma agradável; a oferta que, unida à de Jesus Cristo, devemos doar, não é outra senão a de nós mesmos. Se os fiéis participam, pelo Baptismo, do sacerdócio de Cristo, é, como diz São Pedro, «para oferecer sacrifícios espirituais que sejam agradáveis a Deus por Jesus Cristo» (1Pe 2,15). É tão certo que, repetidamente na oração que se segue à oferta dirigida a Deus, antes do momento solene da consagração, a Igreja atesta esta união do nosso sacrifício com o do seu divino Esposo. «Dignate, Senhor — são as suas palavras —, santificar estes dons, e aceitando a oferta que Te fazemos desta hóstia espiritual, faz de *nós* uma oblação eterna para a Tua glória por Jesus Cristo Nosso Senhor» [*Propitius*, *Domine*, *quæsumus, hæc dona sanctifica, et hostiæ spiritualis oblatione suscepta, NOSMETIPSOS tibi perfice munus æternum*. Missa da segunda-feira de Pentecostes. Esta oração (secreta) está também na Missa da festa da Santíssima Trindade].

Mas, para que assim sejamos aceites aos olhos de Deus, é preciso que a nossa oferenda vá unida à que Jesus Cristo fez da sua pessoa sobre a Cruz e que renova sobre o altar; porque Nosso Senhor, ao imolar-se, ocupou o nosso lugar, substituiu-nos; e por esta razão, o mesmo golpe mortal que o fez sucumbir, nos deu uma morte mística a nós. «Se morreu um por todos, logo todos morreram» (2Cor 5,14). No que nos diz respeito, só morreremos com Ele se nos associarmos ao seu sacrifício no altar. E como nos uniremos a Jesus Cristo nesta sua condição de vítima? Muito simples: imitando-o nesse total oferecimento ao beneplácito divino.

Deus deve dispor com total liberdade da vítima que se lhe imola; e por isso, a nossa disposição de ânimo deve ser a de abandonar todas as coisas nas mãos de Deus, devemos realizar atos de renúncia e mortificação, e aceitar os padecimentos, as provas e as cruzes diárias por amor a Ele, de tal modo que possamos dizer, como disse Jesus Cristo momentos antes da sua Paixão: «Actuo deste modo para que o mundo conheça que amo o Pai» (Jo 14,31). Isso será oferecer-se verdadeiramente com Jesus Cristo. Assim, pois, quando oferecemos ao Eterno Pai o seu divino Filho e realizamos ao mesmo tempo a oblação de nós mesmos com a da «sagrada hóstia» em disposições semelhantes às que animavam o divino Coração de Jesus sobre o altar da Cruz, como são: amor intenso ao seu Pai e aos nossos próximos, ardente desejo da salvação das almas, total abandono à vontade e decisões do Todo-Poderoso, em particular se são penosas e contrariam a nossa natureza; nesse caso, podemos ter a certeza de que prestamos a Deus a homenagem mais grata que lhe podemos prestar.

Dispomos neste sacrifício do meio mais poderoso para nos transformarmos em Jesus Cristo, particularmente se nos unimos a Ele pela Comunhão, que é a forma mais eficaz de participar no sacrifício do altar. Porque Jesus Cristo, ao ver-nos incorporados na Sua Pessoa, imola-nos consigo e torna-nos agradáveis aos olhos de Seu Pai, e assim, pela virtude da Sua graça, faz-nos cada dia mais semelhantes a Ele.

É isso que quer dar a entender esta oração misteriosa que o celebrante recita após a consagração: «Nós te suplicamos, Deus omnipotente, que ordenes que estas nossas ofertas sejam apresentadas pela mão do teu santo Mensageiro, sobre o altar da glória, diante do acolhimento da tua divina Majestade, para que todos nós que participamos deste sacrifício pela recepção do sacratíssimo corpo e sangue do teu Filho, sejamos colmados de toda a sorte de bênçãos e graças».

Portanto, uma excelente maneira de assistir ao santo sacrifício será a de seguir com os olhos, com a mente e com o coração, tudo o que se faz no altar, associando-se às orações que em momento tão solene a Santa Igreja coloca na boca dos seus ministros. Se assim nos associarmos, por uma profunda reverência, uma fé viva, um amor veemente e um sincero arrependimento das nossas culpas, a Jesus Cristo, que faz de Pontífice e de

vítima neste sacrifício, Ele, que mora em nós, torna suas todas as nossas aspirações, e oferece em lugar e em favor nosso ao seu divino Pai uma adoração perfeita e uma completa satisfação. Tributa-lhe também dignos atos de agradecimento, e as petições que formula são sempre atendidas. Todos estes atos do Pontífice eterno, quando sobre o altar reitera a imolação do Gólgota, tornam-se próprios nossos. [*Docet sancta synodus per istud sacrificium fieri ut si cum vero corde et recta fide, cum metu et reverentia, contriti ac pœnitentes, ad Deum accedamus, misericordiam consequamur et gratiam inveniamus in auxilio opportuno*. Conc. Trid., Sess. XXII, cap.2].

E enquanto rendemos a Deus, por intervenção de Jesus Cristo, toda a honra e toda a glória [*Omnis honor et gloria*, Cânon da Missa], um copioso caudal de luz e de vida desce à nossa alma e inunda a Igreja inteira [*Fructus uberrime percipiuntur*. Conc. Tridentino, Sess. XXII, cap.2], porque, de facto, cada Missa contém em si todos os merecimentos do sacrifício da Cruz.

Mas para entrar na posse disso é preciso que a nossa alma esteja penetrada daquelas disposições que animaram a de Cristo ao realizar a sua imolação cruenta. Se assim compartilharmos os sentimentos do coração de Jesus (Fil 2,5), o eterno Pontífice nos introduzirá consigo até ao Santo dos Santos, diante do trono da divina Majestade, à beira da fonte de onde brota toda a graça, toda a vida e toda a bem-aventurança.

Se conhecêsseis o dom de Deus!…

VIII
Panis vitæ

A Comunhão eucarística é o meio mais eficaz para manter em nós a vida sobrenatural

«Faz, Senhor de toda a majestade, que todos os que participamos deste altar, recebamos o sacrossanto corpo e sangue do teu Filho, sejamos cheios de toda a bênção celestial e de toda a graça» [*Ut quotquot, ex hac altaris participatione, sacrosanctum Filii tui corpus et sanguinem sumpserimus, omni benedictione cælesti et gratia repleamur*. Cânon da Missa].

Com estas palavras finaliza uma das orações que no santo sacrifício da Missa se dizem após o augusto rito da consagração. Cristo, bem o sabeis, está realmente presente no altar, não já apenas para tributar ao Pai homenagem perfeita com a sua mística imolação, que renova a do sacrifício do Calvário, mas também para se dar em alimento às nossas almas sob as espécies sacramentais.

Claramente manifestou Jesus esta intenção do seu coração sagrado ao instituir este sacramento: «Tomai e comei, pois este é o meu corpo»; «tomai e bebei, pois este é o meu sangue» (1Cor 11,24; Lc 22,17 e 20).

Se Nosso Senhor quis ficar presente sob as espécies de pão e de vinho, foi para ser nosso alimento. Assim sendo, se queremos conhecer por que Cristo instituiu este sacramento em forma de manjar, veremos que, antes de tudo, Ele o fez para manter em nós a vida divina; e depois para que, recebendo d'Ele essa vida sobrenatural, estejamos sempre unidos a Ele. A Comunhão sacramental, fruto do sacrifício eucarístico, é para a alma o meio mais seguro de viver unida a Cristo Jesus.

A verdadeira vida da alma, a santidade sobrenatural, consiste, como já disse também, nessa união com Cristo. Jesus é a videira, nós somos os sarmentos; a graça é a seiva que do tronco passa para os ramos para que dêem fruto. Pois bem, é sobretudo ao entregar-se a nós na Eucaristia, que Jesus Cristo nos enche das suas graças.

Contemplemos com reverência e fé, com amor e confiança, este mistério da vida, no qual nos unimos àquele que é ao mesmo tempo o nosso modelo divino, a nossa satisfação e até a própria fonte da nossa santidade (Catecismo do Concílio de Trento, cap. XX, 1).

Depois veremos quais devem ser as disposições para o receber, se desejamos alcançar a perfeita união à qual Cristo aspira ao dar-se assim a nós.

1. A Comunhão é o convite em que Cristo se dá como pão da vida

Quando, ao orar, pedimos ao Senhor que nos diga por que, na sua eterna sabedoria, se dignou instituir este inefável sacramento, o que nos responde o Senhor?

Ele diz-nos o que pela primeira vez disse aos judeus, ao anunciar-lhes a instituição da Eucaristia: «Como o Pai que vive me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim aquele que me comer viverá por mim» (Jo 6,58). Como se dissesse: Todo o meu anseio é comunicar-vos a minha vida divina. A mim, o ser, a vida, tudo me vem do meu Pai, e porque tudo me vem d'Ele, vivo unicamente para Ele; assim, pois, eu só anseio que vós também, que tudo recebestes de mim, não vivais mais que para mim. A vossa vida corporal sustenta-se e desenvolve-se através do alimento; eu quero ser manjar da vossa alma para manter e dar alento à vossa vida, que não é outra senão a minha própria vida. [*Sumi autem voluit sacramentum hoc tamquam spirituale animarum cibum quo alantur et confortentur viventes vita illius qui dixit: et qui manducat me et ipse vivet propter me*. Conc. Trid., Sess. XIII, cap.2]. Aquele que me comer, viverá a minha vida; possuo em mim a plenitude da graça, e dela faço participantes os que me dou em alimento. O Pai tem em si mesmo a vida, mas concedeu ao Filho o tê-la também em si (Jo 5,26); e como eu possuo essa vida, vim comunicar-vos abundantemente e plenamente (*Ib*. 10,10). Dou-vos a vida ao dar-me a mim mesmo como manjar. Eu sou o pão da vida, o pão vivo que desceu do céu para trazer-vos a vida divina; esse pão que dá a vida do céu, a vida eterna, cujo prelúdio é a graça (Jo 6,35,48,51). Os judeus no deserto comeram o maná, alimento corruptível; mas eu sou o pão que vive sempre, e sempre é necessário às

vossas almas, pois «se não me comerdes, perecereis sem remédio» (*Ib*. 6,54).

Tais são as próprias palavras de Jesus. Então Cristo não se faz realmente presente sobre o altar apenas para que o adoremos e o ofereçamos ao seu Eterno Pai como satisfação infinita; não vem apenas para nos visitar, mas para ser o nosso manjar como alimento da alma, e para que, ao comê-lo, tenhamos vida, vida de graça na terra, vida de glória no céu.

«Como o Filho de Deus é a vida por essência, a Ele cabe prometer, a Ele cabe comunicar a vida. A Humanidade santa que Lhe aprouve assumir na plenitude dos tempos, toca tão de perto a vida, e tão bem se apropria da sua virtude, que dela brota uma fonte inextinguível de água viva… Não é o pão da vida, ou melhor dizendo, não é um pão vivo que comemos para ter vida? Porque esse pão sagrado é a carne de Cristo, carne viva, carne unida à vida, carne cheia e penetrada pelo espírito vivificador. Pois se o pão comum, que carece de vida, mantém e conserva a do corpo, quão admirável não será a vida da alma em nós, que comemos um pão vivo, que comemos a própria vida à mesa do Deus vivo? Quem jamais ouviu semelhante prodígio: que a vida pudesse ser comida? Só Jesus pôde dar-nos tal manjar. É vida por natureza quem a come, come a vida. Oh banquete delicioso dos filhos de Deus!» (Bossuet, S*ermão para o Sábado Santo*). Por isso o sacerdote, ao dar a Comunhão, diz a cada um: «Que o corpo do Nosso Senhor Jesus Cristo guarde a tua alma para a vida eterna!».

Já vos disse que os sacramentos produzem a graça que significam. Na ordem natural, o alimento conserva e sustenta, aumenta, restaura e prolonga a vida do corpo. [Segundo São Tomás, são os quatro efeitos do alimento: o santo Doutor aplica-os à Eucaristia, alimento da alma. III, q.79, a.1]. Assim, esse pão celeste é manjar da alma que *conserva, repara, acrescenta e dilata* nela a vida da graça, uma vez que lhe comunica o próprio Autor da graça.

Por outras portas pode entrar em nós a vida divina, mas na Comunhão inunda as nossas almas «como uma torrente impetuosa». De tal modo é a Comunhão sacramento de vida que, por si mesma, perdoa e apaga os pecados veniais, aos quais não sentimos apego; obra de tal maneira, que, recuperando na alma a vida divina o seu vigor e a sua beleza, cresce, desenvolve-se e dá frutos abundantes. Ó festim sagrado, convite em que a

alma recebe Cristo e a mente se sente inundada de graça! [*Ó sacrum convivium in quo Christus sumitur… mens impletur gratia*. Antíf. do *Magnificat* das II Vésperas do Corpus]. Ó Cristo Jesus, Verbo encarnado!, «em quem habita corporalmente a plenitude da divindade» (Col 2,9), vem a mim para me fazer participante dessa plenitude; aí está a minha vida, uma vez que receber é tornar-me filho de Deus (Jo 1,12); é ter parte na vida que do Pai recebeste e através da qual vives para o Pai; vida que da tua Humanidade transborda sobre todos os teus irmãos na graça: Vem, Senhor, sê o meu manjar, para que a tua vida seja a minha.

2. Pela Comunhão, Jesus Cristo mora dentro de nós e nós dentro dele.

Uma das intenções do coração de Jesus, ao instituir o sacramento da Eucaristia, foi tornar-se o pão celestial que conserve e aumente em nós a vida divina; mas ainda Cristo perseguia outra finalidade que vem completar a anterior: «Aquele que come a minha carne e bebe o meu sangue, mora em Mim, e eu nele» (*Ib*. 6,55). O que quer dizer a palavra «morar»?

Quando se lê o Evangelho de São João —que nos relata as palavras de Jesus— percebe-se que quase sempre emprega essa palavra para expressar a união perfeita. Não há união mais estreita que a do Pai e do Filho na adorável Trindade, uma vez que ambos possuem, em união também com o Espírito Santo, a mesma e única natureza divina; pois bem: São João diz que «o Pai habita no Filho».

«Morar em Cristo» é, em primeiro lugar, ter parte pela graça na sua filiação divina; é ser um com Ele, sendo como Ele filho de Deus, embora de forma diversa. É a união íntima e fundamental, à qual o próprio Cristo alude na parábola da vinha: «Eu sou a videira, vós os ramos: quem mora em mim e eu nele, dá frutos abundantes» (Jo 15,5).

Essa união não é a única. «Morar» em Cristo é identificar-se com Ele em tudo que diz respeito à nossa inteligência, vontade e atividade. «Moramos» em Cristo pela inteligência, ao acatar por um ato de fé simples, puro e íntegro tudo o que Cristo nos ensina. O Verbo está sempre no seio do Pai, vê os divinos arcanos e nos manifesta o que vê (*Ib*. 1,18). Pela fé respondemos «assim é», Amém, a tudo o que o Verbo encarnado nos diz;

acreditamos na sua palavra, e desta forma a nossa inteligência se identifica com Cristo. A sagrada Comunhão faz-nos morar em Cristo pela fé; não podemos recebê-lo se não aceitarmos pela fé tudo o que Ele é e tudo o que ensina. Vede como, ao anunciar Jesus a Eucaristia, Ele lhes diz: «Eu sou o pão da vida; quem vem a Mim, não terá fome e quem crê em Mim jamais» terá sede (*Ib*. 6,35). E vendo que os judeus incrédulos murmuram, repete-lhes as suas palavras: «Em verdade, em verdade vos digo, quem crê em Mim tem a vida eterna» (*Ib*. 6,47). Cristo, pois, nos é dado em alimento, através da fé, e unir-se a Ele é aceitar, inclinando a inteligência diante da sua palavra, tudo o que Ele nos revela. Cristo é alimento da nossa inteligência ao comunicar-nos toda a verdade.

Viver n'Ele é também submeter a nossa vontade à d'Ele e fazer com que toda a nossa atividade sobrenatural dependa da sua graça. Ou seja, devemos permanecer no seu amor, acatando reverentemente a sua santíssima vontade: «Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, da mesma forma que eu guardei os mandamentos do meu Pai e permaneço no seu amor» (*Ib*. 15,10). É colocar os seus desejos acima dos nossos, abraçar os seus interesses, entregar-nos a Ele inteiramente, sem cálculos nem reservas, pois não pode permanecer quem não é constante e estável, com a confiança ilimitada da esposa para com o seu esposo. Nunca a esposa é mais grata ao esposo do que quando confia tudo à sua prudência, poder, força e amor. Daqui resulta que este pão celestial, sendo sustento do amor, conserva a vida da nossa vontade.

Tal é a divina disposição que Cristo quer despertar na alma daquele que o recebe. O Senhor vem a ela para que ela «permaneça n'Ele», isto é, para que, tendo plena confiança na sua palavra, se abandone a Ele disposta a cumprir em todo o Seu divino beneplácito, sem ter outro motivo em toda a Sua atividade que a ação do Seu Espírito. «Aquele que se une ao Senhor é um espírito com Ele» (1Cor 6,17).

Nosso Senhor também habita na alma. «E eu nele» (Jo 15,5). Vejam o que acontecia no Verbo encarnado. Havia nele uma atividade natural, humana muito intensa, mas o Verbo, ao qual estava indissoluvelmente unida a humanidade, era a fogueira onde se alimentava e de onde irradiava toda a sua atividade.

O que Cristo anseia operar ao dar-se à alma é algo parecido. Sem que a união chegue a ser tão estreita como a do Verbo com a sua santa humanidade, Cristo dá-se à alma para ser nela, por meio da sua graça e da ação do seu Espírito, fonte e princípio de toda a sua atividade interior. *Et ego in eo*; está na alma, habita nela, mas não inativo; quer operar nela (Jo 5,17), e quando a alma se entrega de verdade a Ele, à sua vontade, tão poderosa se manifesta então a ação de Cristo, que essa alma chegará infalivelmente à mais alta perfeição, de acordo com os desígnios que Deus tiver sobre ela. Pois Cristo vem a ela com a sua divindade, com os seus méritos, as suas riquezas, para ser a sua luz, o seu caminho, a sua verdade, a sua sabedoria, a sua justiça, a sua redenção; «Cristo, a quem fez Deus nossa sabedoria, justiça, santificação e redenção» (1Cor 1,30); em uma palavra, para ser a vida da alma, para viver Ele mesmo nela: «Já não sou eu que vivo, mas Cristo que vive em mim» (Gal 2,20). O anseio da alma é não formar mais do que uma só coisa com o amado; a Comunhão, na qual a alma recebe Cristo como alimento, realiza esse anseio, transformando pouco a pouco a alma em Cristo.

3. Diferença entre os efeitos do sustento corporal e os frutos da manducação eucarística; como Cristo nos transforma n'Ele: influência que este maravilhoso alimento exerce no corpo.

Os Padres da Igreja notaram a enorme diferença que existe entre a ação do alimento que dá vida ao corpo e os efeitos que o pão eucarístico produz na alma.

Ao assimilarmos o alimento corporal, transformamo-lo na nossa própria substância, enquanto Cristo se nos oferece como uma iguaria para nos transformar nele. São muito notáveis estas palavras de São Leão: «A participação do corpo e sangue de Cristo não faz outra coisa senão transformar-nos naquilo que tomamos» *[Nihil aliud agit participatio corporis et sanguinis Christi, quam ut in quod sumimus transeamus*. Sermão LXIV, *de Passione*, 12, c. 7]. Mais categórico é ainda Santo Agostinho, que coloca na boca de Cristo estas palavras: «Eu sou o pão dos fortes; tem fé e come-me. Mas não me mudarás em ti, senão que tu serás transformado em mim» (*Confissões*, Liv. VII, c. 4). E São Tomás condensa

esta doutrina em poucas linhas, com a sua habitual clareza: «O princípio para chegar a compreender bem o efeito de um Sacramento não é outro que o de julgá-lo por analogia com a matéria do Sacramento… A matéria da Eucaristia é um alimento; é, portanto, necessário que o seu efeito seja análogo ao dos manjares. Quem assimila o manjar corporal, transforma-o em si; essa transformação repara as perdas do organismo e dá-lhe o desenvolvimento conveniente. Não ocorre assim com o alimento eucarístico, que, em vez de se transformar em quem o toma, transforma em si aquele que o recebe. Daí que o efeito próprio desse Sacramento seja transformar de tal modo o homem em Cristo, que possa com toda verdade dizer: "Já não sou eu que vivo, mas Cristo que vive em mim" (Gal 2,20)» (*In IV Senten*., Dist. 12, q.2, a.1).

Como se realiza essa transformação espiritual? Ao receber Cristo, recebemo-lo por inteiro: o seu corpo, o seu sangue, a sua alma, a sua divindade e a sua humanidade. Faz-nos participar de tudo o que pensa e sente, comunica-nos as suas virtudes, mas acima de tudo «acende em nós, o fogo que veio trazer à terra» (Lc 12,49), fogo de amor, de caridade. É nisso que consiste a transformação que a Eucaristia produz. «A eficácia deste sacramento, escreve São Tomás, consiste em nos transformar de algum modo em Cristo através da caridade. Esse é o seu fruto específico. E é próprio da caridade transformar o amante no amado». Assim sendo, a vinda de Cristo a nós tende por natureza a estabelecer entre os seus pensamentos e os nossos, entre os seus sentimentos e os nossos sentimentos, entre a sua vontade e a nossa, tal troca, correspondência e semelhança, que já os nossos pensamentos, o nosso sentir e o nosso querer não sejam outros senão os de Jesus Cristo. «Senti em vós o mesmo que sentia Jesus Cristo» (Fil 2,5). E isto apenas por amor: o amor entrega a Cristo a vontade inteira, e com ela todo o nosso ser, todas as nossas energias; daí que, sendo o amor aquele que submete inteiramente o homem a Deus, seja também ele o que origina a nossa transformação e o nosso desenvolvimento espiritual. Bem disse São João: «Aquele que permanece na caridade, em Deus permanece, e Deus nele» (Jo 4,16).

Se isso faltar, já não há verdadeira «Comunhão»; recebemos Cristo com os lábios, quando é necessário unir-nos a Ele com o espírito, com o coração, com a vontade, com toda a nossa alma para participar, na medida em que na

terra é possível, da sua vida divina, de modo que, realmente, pela fé que temos n'Ele, pelo amor que lhe professamos, a sua vida e não o nosso «eu» chegue a ser o princípio da nossa. Bem claramente o indica uma oração que a Igreja coloca nos lábios do sacerdote depois da Comunhão: «Faz, Senhor, que a nossa alma e o nosso corpo estejam tão rendidos à operação deste dom celestial, que não seja o nosso próprio sentir, mas o efeito deste sacramento aquele que sempre domine em nós» [*Mentes nostras et corpora possideat, quæ sumus, Domine, doni cælestis operatio; ut non sensus in nobis, sed iugiter eius præveniat effectus*. Pós-comunhão do 15º Domingo após Pentecostes]. Desta oração da Igreja depreende-se que a ação da Eucaristia transcende a alma até mesmo sobre o próprio corpo. Certo que Cristo se une imediatamente à alma; certo que vem, em primeiro lugar, para assegurar e confirmar a sua deificação [*Ut inter eius membra numeremur cuius corpori communicavivimos et sanguini*. Pós-comunhão do sábado da 3ª semana da Quaresma]. Mas a união do corpo e da alma é tão profunda e íntima, que ao mesmo tempo que aumenta a vida da alma e a faz desejar ardentemente as delícias do Alto, a Eucaristia mitiga os ardores da carne e coloca em paz todo o nosso ser.

Os Padres da Igreja [São Justino, *Apolog., ad Anton. Pium*, n.66. São Ireneu, *Contra haereses*, lib.V, c.2. São Cirilo de Jerusalém, *Catech*, XII (*Mistag*. IV), n.3; *Catech*, XIII (*Mistag*. V), n.15] falam de uma influência ainda mais direta; e que particularidade tem isso? Quando Jesus Cristo vivia no mundo, bastava o mero contato com a sua Humanidade para curar os corpos. E, terá diminuído esta virtude curativa porque Cristo se oculta por trás dos véus das espécies sacramentais? «Pensais, dizia Santa Teresa, que não é sustento, mesmo para estes corpos, este santíssimo manjar, e grande medicina até para os males corporais? Eu sei que o é, e conheço uma pessoa com grandes doenças, que estando muitas vezes com grandes dores, era como se a mão lhas tirasse, e ficava boa de todo… Certamente, o nosso adorável Mestre não costuma pagar mal a habitação que faz na pousada da nossa alma quando recebe bom acolhimento» (*Caminho de perfeição*, cap.34). [A Santa é ainda mais explícita no cap.30 da sua *Vida*]. Antes de comungar, o sacerdote suplica a Cristo que «a recepção da sua carne santíssima aproveite para defesa da alma e do corpo». A mesma oração a Igreja nos faz repetir em várias das suas pós-comunhões, ao dar graças a Deus pelo dom celestial que nos outorga: «Purifica, Senhor, as nossas

almas, renova-as pelos teus sacramentos celestiais, para que até os nossos corpos experimentem a tua virtude todo-poderosa assim nesta vida como na outra» [*Sit nobis, Domine*, REPARATIO *mentis* ET CORPORIS *cæleste mysterium*. Pós-comunhão 8º domingo de Pentecostes; *Purifica quæsumus, Domine, mentes nostras et renova cælestibus sacramentis: ut consequenter et* CORPORUM PRÆSENS *pariter et futurum capiamus* AUXILIUM. Pós-comunhão 16º dom. de Pentecostes].

Não devemos esquecer que Cristo está sempre vivo, sempre ativo; quando vem até nós, une os nossos membros aos seus. Purifica, eleva, santifica, transforma de certa forma as nossas faculdades, de modo que, de acordo com o belo pensamento de um autor antigo, amamos a Deus com o coração de Cristo, louvamo-lo com os seus lábios, a nossa vida é a sua vida. A presença divina de Jesus e a sua virtude santificadora impregnam tão intimamente todo o nosso ser, corpo e alma com todas as suas potências, que chegamos a ser outros Cristos.

Tal é o efeito verdadeiramente sublime da nossa união com Cristo na Eucaristia, união que cada Comunhão tende a estreitar cada vez mais. Se conhecêssemos o dom de Deus! Porque os que nesta fonte bebem a água da graça já não terão mais sede, ficam satisfeitos (Jo 4,13); encontram nessa fonte todos os bens. «Como, juntamente com Ele, não nos dará todas as coisas?» (Rm 8,32). Do altar flui para nós toda a bênção e toda a graça.

4. A preparação é necessária para assimilar os frutos da Comunhão.

Tão maravilhosos efeitos não se operam na alma sem que esta esteja preparada para receber a efusão de tantos bens. É verdade, como já vos disse, que os sacramentos produzem por si mesmos o fruto para que foram instituídos, mas sempre que nenhum obstáculo se oponha à sua ação.

Pois bem, qual é aqui o obstáculo?

Claro que não pode haver por parte de Cristo: «nele estão todos os tesouros da divindade», e anseia infinitamente comunicá-los dando-se a nós; e não os poupa, pois se vem para nos dar a vida, quer dá-la com sobre-abundância, repetindo a cada um de nós o que dizia aos seus Apóstolos na

véspera da instituição deste Sacramento: «Desejei ardentemente comer esta Páscoa convosco» (Lc 22,15).

Não esqueçamos que a Comunhão não é uma invenção humana, mas um sacramento instituído pela Sabedoria Eterna. Pois à Sabedoria incumbe fazer com que os meios sejam proporcionados ao fim. Assim, se o nosso divino Salvador instituiu a Eucaristia para se unir a nós e nos fazer viver a sua vida, tenhamos a certeza de que este Sacramento contém tudo o que é necessário para realizar essa união e levá-la até ao grau supremo. Esta maravilhosa invenção contém uma virtude e eficácia incomparáveis para operar em nós uma transformação divina.

Os obstáculos, portanto, estão em nós. — Quais são? — Para sabê-lo, só precisamos de considerar a natureza deste Sacramento. É um alimento que deve *conservar a vida e cimentar a união*.

Tudo quanto se opõe à vida sobrenatural e à união é um obstáculo para receber e tirar fruto da Eucaristia. O pecado mortal, que causa a morte da alma, é um obstáculo absoluto; assim como o alimento só é dado aos vivos, a Eucaristia só é dada àqueles que já têm a vida da graça. Esta é a primeira condição, e é suficiente com «a recta intenção», para que todo o cristão se possa aproximar de Cristo e receber o pão da vida. Assim o declarou, num documento memorável, o grande Pontífice Pio X [Decreto de 20-XII-1905. 1905. O Sumo Pontífice explica assim a recta intenção: «Consiste em se aproximar da mesa sagrada não por rotina, ou por vaidade, ou por interesses humanos, mas para cumprir a vontade de Deus, unir-se a Ele mais estreitamente pela caridade e, graças a este divino remédio, combater os próprios defeitos e fraquezas»]. O sacramento atua *ex opere operato*; por si só, a Eucaristia nutre a alma e aumenta a graça, ao mesmo tempo que o hábito da caridade. Esse é o fruto primário e essencial do sacramento.

Produz, além disso, outros frutos, secundários, é verdade, mas tão grandes, que merecem que não os passemos por alto: são as graças actuais de união que excitam a nossa caridade a agir [«o Sacramento excita a caridade não só em relação ao hábito, mas também em relação ao acto», São Tomás, III, q.89, a.4], e estimulam-nos a devolver amor por amor, a cumprir a vontade divina, a evitar o pecado, e enchem de alegria a alma: «A Doçura desse pão celestial, cheia de suavidade», comunica-se à alma para

avivar a sua devoção no serviço de Deus, e fortalecê-la contra o pecado e as tentações [+*Catecismo do Concílio de Trento*, cap.XX, 1]. Assim, estes efeitos secundários podem ser mais ou menos abundantes; e, de facto, dependem, em não pequena medida, das nossas disposições, principalmente quando o amor, princípio da união, é o móbil que nos impele a preparar ao Senhor uma morada menos indigna da sua divindade, e a prestar-lhe com o maior afeto possível as homenagens de que se faz credor ao vir a nós. É verdade que Cristo, como soberanamente livre e infinitamente bom, concede os seus dons a quem lhe apraz; mas, além de que a sua majestade infinita — pois permanece sempre Deus — reclama de nós que lhe preparemos, na medida em que a nossa indigência permita, uma morada digna no nosso coração, poderíamos duvidar por um só instante que olhará com singular complacência os esforços de uma alma que deseja recebê-lo com fé e com amor? [«Embora os sacramentos da nova lei produzam os seus efeitos *ex opere operato* (por si mesmos), no entanto, tanto maior é esse efeito quanto mais perfeitas são as disposições dos que recebem o sacramento. Assim, devemos procurar que à Sagrada Comunhão preceda uma preparação diligente, e lhe siga a conveniente ação de graças». Pio X, Decreto de 20-XII-1905, acerca da comunhão diária].

Vede como recompensou os desejos e esforços de Zaqueu. Este príncipe dos publicanos só queria ver Jesus; e o Senhor, ao encontrá-lo, antecipa-se aos seus desejos e diz-lhe que vai hospedar-se em sua casa. E a visita vale-lhe o perdão e a salvação. Vejam também o que acontece quando Simão, o fariseu, recebe nosso Senhor. Durante o banquete, uma mulher, Maria Madalena, entra na sala, aproxima-se de Jesus e derrama perfumes aromáticos sobre os seus pés, e os beija reverentemente. Os convivas sabem que aquela mulher é uma pecadora, e Simão, o fariseu, indigna-se e pensa interiormente: «Se Jesus soubesse quem é essa mulher!…» Jesus conhece esses pensamentos secretos e torna-se advogado da mulher, colocando em paralelo o que ela faz para agradá-lo com o que o fariseu deixou de fazer ao exercer a sua hospitalidade para com Jesus: «Vês essa mulher?», diz Jesus a Simão. Entrei na tua casa e não me deste água para lavar os meus pés, mas ela os banhou com as suas lágrimas e enxugou-os com os seus cabelos. Tu não me deste o ósculo de paz; mas ela, desde que chegou, não tem cessado de beijar os meus pés. Tu não ungiste a minha cabeça com óleo, e ela derramou perfumes sobre os meus pés. Por tudo isso te digo que os muitos

pecados dela são perdoados, porque muito amou… Depois disse à mulher: «São-te perdoados os teus pecados, a tua fé te salvou; vai em paz» (Lc 7, 36-39; 44-50).

Vede, pois, como o Senhor tem em conta as disposições, as provas de amor com que o recebemos. A Eucaristia é o sacramento da união, e quanto menos obstáculos encontra Cristo para que essa união seja perfeita, tanto mais a graça do sacramento atua em nós. O Catecismo do Concílio de Trento diz-nos que «recebemos toda a plenitude dos dons de Deus quando recebemos a Eucaristia com o coração bem disposto e perfeitamente preparado» (Cap. XX, 3).

5. Disposições remotas: doação absoluta de si mesmo a Jesus Cristo: orientar todas as nossas ações em ordem à comunhão

Há, contudo, uma disposição geral muito importante, fundada na mesma natureza da união, que serve admiravelmente de preparação habitual para a nossa união com Cristo, e muito particularmente para a perfeição dessa união: é a doação total de si mesmo a Jesus Cristo, renovada com frequência. Essa doação ao Verbo humanado começou no Batismo; ali, pela primeira vez, Cristo tomou posse da nossa alma, e nós começámos, pela graça, a assemelhar-nos a Deus e a viver unidos a Ele. Pois bem, quanto mais enraizada estiver em nós essa disposição fundamental, iniciada com o Batismo, de morrer para o pecado e viver para Deus, tanto melhor será a nossa preparação remota para receber a abundância da graça eucarística. Manter apego ao pecado venial, a imperfeições deliberadas, a negligências voluntárias, a infidelidades meditadas, são coisas que desagradam ao Senhor que vem até nós. Se ansiamos por essa união perfeita, não devemos «regatear» a Cristo a nossa liberdade de coração; e reservar nesse coração um lugar, por mais estreito que seja, à criatura amada enquanto tal. Temos de nos esvaziar de nós mesmos, desapegar-nos das criaturas, suspirar pela vinda perfeita do reino de Jesus Cristo a nós mediante a submissão de todo o nosso ser ao seu Evangelho e à ação do Espírito Santo.

É esta uma das melhores disposições. O que impede Cristo de nos identificarmos completamente com Ele quando vem a nós? São talvez as

nossas fraquezas de corpo e de espírito, as misérias inerentes à nossa condição de desterrados, as servidões a que está sujeita a nossa natureza humana? Certo que não; essas imperfeições, até mesmo as mesmas faltas em que caímos, que lamentamos e procuramos corrigir, não impedem Cristo; pelo contrário, Ele vem a nós para nos ajudar a corrigir essas faltas e a suportar com paciência essas fraquezas; é um pontífice compassivo que «conhece de que barro estamos formados» (Sal 102,14), e que «carregou com todas as nossas dores» (Is 53,4).

O que impede a perfeita união são os maus hábitos, conhecidos e dos quais não queremos desprender-nos, e aos quais, por falta de generosidade, não nos atrevemos a combater; é o apego voluntário a nós mesmos ou às criaturas. Enquanto não trabalharmos eficazmente para erradicar esses maus hábitos e para romper essas ligações através de uma constante vigilância sobre nós mesmos e da mortificação, Cristo não poderá fazer-nos participantes da plenitude da sua graça.

Isto é, acima de tudo, verdade no que diz respeito a faltas deliberadas ou habituais contra a caridade para com o próximo. Desenvolverei este ponto quando expuser os motivos que temos para amar-nos mutuamente, mas não será demais dizer aqui algumas palavras. Cristo é um com o seu corpo místico; pela graça, todos os cristãos são seus membros. Quando comungamos, devemos fazê-lo com Cristo total, inteiro, ou seja, unir-nos pela caridade com Cristo no seu ser físico e também com os membros de Cristo. Não podemos separá-los. «Quis Nosso Senhor», diz o Concílio de Trento, «deixar-nos este Sacramento como símbolo da íntima união desse corpo místico, cuja cabeça é Ele» (Sess. XIII, cap. 2). «Não há mais que um só pão, diz São Paulo falando da Eucaristia; assim também, embora sejamos muitos, formamos apenas um corpo todos os que participamos de um mesmo pão» (1Cor 10,17). Escutai o que o mesmo Cristo diz: «Se ao tempo de apresentar a tua oferta no altar, te lembrares de que o teu irmão tem alguma queixa contra ti, deixa ali mesmo a tua oferta diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão, e depois voltas a apresentar os teus dons». (Mt 5, 23-24). Daqui resulta que a menor frieza voluntária, o mais leve ressentimento para com o próximo, abrigado no coração, constitui um grande obstáculo para a perfeição dessa união que Nosso Senhor quer estabelecer connosco na Eucaristia.

Assim, se no nosso coração descobrimos algum apego voluntário e desordenado ao nosso próprio julgamento ou ao nosso amor-próprio, ou sobretudo se anidam nele hábitos contrários à caridade, devemos ter a certeza de que enquanto nos resignarmos a viver nesse estado, será limitada a percepção dos frutos do Sacramento. Em contrapartida, se uma alma toma a resolução de corrigir os maus hábitos que encontra em si; se esforça seriamente para destruí-los; se se aproxima de Cristo na Comunhão para encontrar n'Ele a força que necessita para servi-Lo verdadeiramente, pode ter a certeza de que o Senhor olhará para ela com misericórdia, abençoará os seus esforços e a recompensará generosamente.

A verdade é, repitamo-lo, que as nossas disposições não causam a graça do Sacramento, apenas deixam que a graça flua livremente, afastando todos os impedimentos; mas devemos, não obstante, abrir e dilatar os nossos corações tanto quanto pudermos à efusão dos dons divinos. Uma disposição excelente é, portanto, procurar com diligência não recusar nada a Cristo: uma alma que, habitualmente, se encontra disposta a rejeitar tudo aquilo que de alguma forma pode ferir a vista do Divino hóspede, e a cumprir sempre a sua vontade adorável, está admiravelmente disposta para receber a ação do Sacramento.

A razão é óbvia. A Eucaristia é Sacramento de união, como indica a própria palavra Comunhão. Cristo vem até nós para nos unir a Ele. Unir é fazer de duas coisas uma só. E nós nos unimos a Cristo tal como Ele é. Pois bem, toda a Comunhão pressupõe o sacrifício do altar e, por conseguinte, o da Cruz. Na oferta da Missa, Cristo nos associa à sua qualidade de pontífice; na Comunhão, faz-nos participantes da sua condição de vítima. O santo sacrifício pressupõe, como já expliquei, a oblação interior e plena que Jesus fez de si mesmo à vontade de seu Pai ao entrar no mundo, oblação que renovou frequentemente durante a sua vida e a qual deu término com a sua morte cruenta no Calvário. Tudo isso, na frase de São Paulo, nos é lembrado pela sagrada Comunhão. «Todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciareis, ou representareis a morte do Senhor» (1Cor 11,26). Cristo dá-se a nós, mas apenas depois de ter morrido por nós; entrega-se como manjar, mas depois de se ter oferecido como vítima. E na Eucaristia — sacrifício e sacramento —, os caracteres de vítima e alimento são inseparáveis. Por isso é tão importante esta disposição habitual de

oblação total de si mesmo. Cristo dá-se-nos na medida em que nós nos damos a Ele, ao seu Pai, aos nossos próximos, que são os membros do seu corpo místico; esta disposição fundamental faz-nos semelhantes a Cristo, mas a Cristo vítima; é o laço de união entre Ele e nós.

Quando o Senhor encontra uma alma assim disposta, entregue de todo e sem reserva à sua divina vontade, Ele manifesta-se nela com aquela virtude divina que, por não encontrar obstáculo algum, realiza maravilhas de santidade. A falta dessa disposição necessária para que a união seja mais íntima é a razão pela qual muitas almas avançam tão pouco na perfeição, embora comunguem frequentemente. Cristo não encontra a docilidade sobrenatural que reclama para agir livremente nelas; os seus afetos estão *divididos* e repartidos entre Deus e as criaturas, por causa do apego voluntário que mantêm à sua vaidade, ao seu amor próprio, à sua suscetibilidade, ao seu egoísmo, aos seus ciúmes, à sua sensualidade, coisas todas que impedem que a união entre elas e Cristo se realize com essa intensidade, essa plenitude através da qual se realiza de maneira total e perfeita a transformação da alma.

Peçamos ao Senhor que Ele próprio nos ajude a adquirir pouco a pouco essa disposição fundamental; é sobremaneira desejável porque prepara maravilhosamente a nossa alma para a ação do Sacramento de amor e união divina.

A esta disposição de união, que serve admiravelmente de preparação habitual, podemos adicionar outra, remota igualmente, mas mais atual, que consiste em orientar cada dia, por um ato explícito, *todas as nossas ações para a comunhão*, de modo que a nossa união com Cristo na Eucaristia seja verdadeiramente o sol e centro da nossa vida. Quando São Francisco de Sales foi ordenado sacerdote, tomou a resolução de converter todos os momentos do dia em preparação para o sacrifício eucarístico que tinha de celebrar no dia seguinte, de forma que pudesse responder com verdade, se lhe perguntassem em que se ocupava: «Estou a preparar-me para celebrar a Missa» (Hamon, *Vida de São Francisco de Sales*, t.I, lib.II, cap.1). É uma prática recomendável e excelente.

Mas se é certo que «nada podemos fazer sem Cristo Jesus», nunca isso é mais verdadeiro do que quando tentamos realizar a ação mais santa de cada

dia, unir-se sacramentalmente a Cristo na Eucaristia, o que é para a criatura o ato mais sublime que pode realizar; em sua comparação nada é toda a sabedoria humana, por eminente e profunda que ela seja. Sem a ajuda de Cristo, somos incapazes de nos dispor convenientemente para nos unirmos a Ele. As nossas orações demonstram o respeito que Jesus nos inspira; mas deve ser Ele mesmo quem deve preparar uma morada em nós, como afirma o Salmista: «O Altíssimo deve santificar o seu tabernáculo» (Sal 45,5). Sejam estas as nossas petições quando à tarde formos visitar o Senhor Sacramentado: «Meu Senhor Jesus Cristo, Verbo humanado, quero preparar-te uma morada em mim, mas reconheço-me incapaz de fazê-lo: Tu, que és sabedoria eterna, pelos teus méritos infinitos, prepara a minha alma para ser templo teu, faz com que somente a Ti me adira; ofereço-te os atos e penas deste dia, para que os tornes gratos aos teus olhos divinos, de forma que amanhã não me apresente diante da tua aceitação falto e vazio de méritos». Esta oração é excelente, pois por meio dela endireitamos todas as obras do dia para a união com Cristo; o amor, princípio de união, inspira todos os nossos atos. Longe de murmurar, se algo nos acontecer penoso ou desagradável, por um movimento de dileção ofereçamo-lo a Cristo, e a alma se encontrará dessa forma, quase sem notar, preparada para quando chegar o instante de O receber.

6. Disposições próximas: fé, confiança e amor; como o Senhor recompensa tais disposições: a Comunhão constitui a mais alta participação na divina filiação de Jesus Cristo. Diversidade de «fórmulas» e disposições interiores na preparação imediata.

Depois disto, só falta fazer - quando chegar o momento da comunhão -, a *preparação imediata* que exige a dignidade infinita d'Aquele que recebemos. E embora essa preparação receba o seu valor e a sua virtude daquela disposição fundamental de que nos temos ocupado, não será demais dizer algumas breves palavras sobre ela.

Uma das disposições imediatas de maior importância é a fé. A Eucaristia é por essência um «mistério de fé» [*Mysterium fidei*. Palavras contidas na fórmula de consagração do precioso Sangue]. Mas, acaso não são mistérios de fé todos os mistérios de Cristo? Certamente que sim, mas

em nenhum deles a fé é tão útil e fecunda como neste. Por quê? Porque nele nem a razão nem os sentidos percebem coisa alguma de Cristo. Ide ao presépio: Cristo é um menino pequenino, mas os anjos cantam a sua vinda para manifestar que Ele é Deus e o Salvador dos homens. Durante a sua vida pública, os seus milagres e a sublimidade da sua doutrina testemunham que é Filho de Deus; no Tabor, a sua humanidade se transfigura na sua divindade; até na Cruz não se oculta totalmente a sua divindade; a Natureza proclama, ao estremecer, que o crucificado é o criador do mundo (Lc 23,44 e 45). Por outro lado, no altar não aparecem nem a humanidade nem a divindade [*Latet simul et humanitas*. Hino *Adoro te*]. Para os sentidos, vista, gosto, tato, não há senão pão e vinho. Para ultrapassar essas aparências e penetrar por entre esses véus até às realidades divinas, é necessário ter olhos de fé: é a primeira coisa que se requer.

Com clareza meridiana percebe-se isso ao ler o capítulo de São João em que se narra como Jesus anunciou aos judeus o mistério da Eucaristia (Jo 6, 30-70). Na véspera, o Senhor mostrou a Sua bondade e o Seu poder alimentando cerca de cinco mil homens com apenas cinco pães e alguns peixes. Ao serem testemunhas deste milagre espantoso, os judeus exclamaram: «Este é o profeta que havia de vir». E passando da admiração à ação, tentaram arrebatá-lo para o fazer rei. Mas eis que Jesus lhes revela um mistério muito mais espantoso do que o prodígio que acabaram de presenciar: «Eu sou o pão da vida que desceu do céu». E essas palavras bastam para que imediatamente se levantem murmúrios entre os judeus. «Não é ele o filho de José? Conhecemos o seu pai e a sua mãe; como pode ele dizer: «Desci do céu?» E Jesus responde-lhes: «Não andeis murmurando entre vós. Eu sou o pão da vida; os vossos pais comeram o maná no deserto, e morreram. Este é o pão que desce do céu, para que quem dele comer não morra. Quem comer deste pão viverá eternamente; e o pão que eu darei é a minha própria carne entregue pela vida do mundo». Começaram então os judeus, cada vez mais incrédulos, a discutir uns com os outros, dizendo: «Como pode este dar-nos a comer a sua carne?» Cristo, todavia, não retira nem desdiz nenhuma de suas afirmações, antes pelo contrário, confirma-as de uma maneira mais explícita, dizendo: «Em verdade, em verdade vos digo que, se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue, tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia, porque a

minha carne é verdadeira comida e o meu sangue é verdadeira bebida». A incredulidade alastra então até entre os seus próprios discípulos. Alguns deles ouvem-no e protestam: «Dura é esta doutrina, e quem pode ouvi-la?». E desde esse momento, acrescenta São João, muitos dos seus discípulos, escandalizados, perderam a fé em Jesus; abandonaram-no e já não andavam com Ele… Quando se foram, Jesus, voltando-se para os doze Apóstolos, disse-lhes: «E vós, quereis também retirar-vos?» Simão Pedro respondeu-lhe: «Senhor, a quem iremos? Tu tens palavras de vida eterna. E nós temos crido e conhecido que Tu és o Cristo, o Filho de Deus».

Nós também cremos com Pedro e os Apóstolos que permaneceram fiéis. Que a fé suprima os nossos sentidos [*Præstet fides supplementum sensuum defectui*. Hino *Pange lingua*]. Cristo disse: Este é o meu corpo, este é o meu sangue; tomai, comei, e tereis vida». Tu o disseste, Senhor; isso basta, eu creio. Este pão que nos dás, és Tu mesmo, Cristo, Filho amado do Pai; Tu mesmo, que te encarnaste e te entregaste por mim, que nasceste em Belém, que viveste em Nazaré, que curaste os enfermos, que devolveste a vista aos cegos, que perdoaste a Maria Madalena e ao Bom Ladrão, que na Última Ceia deixaste São João reclinar a sua cabeça sobre o teu coração; Tu, que és caminho, verdade e vida, que deste a tua vida por amor de mim, que subiste aos céus, e agora, à direita do Pai, reinas com Ele e intercedes incessantemente por nós. Ó Jesus, Verdade eterna! Tu afirmas que estás presente no altar, real e substancialmente, com a tua humanidade e com todos os tesouros da tua divindade; eu creio nisso, e porque creio, me prostro na tua presença para te adorar. Recebe, como meu Deus e meu tudo, este tributo da minha adoração. Este ato de fé é o mais sublime que podemos fazer, e a homenagem mais completa da nossa inteligência que podemos tributar a Cristo.

É igualmente um acto de confiança, pois Cristo, a quem contemplamos com os olhos da fé, vem até nós como cabeça nossa e como o primogénito entre os nossos irmãos. Despertemos, pois, os nossos desejos. «Ó Senhor Jesus!, devemos dizer-Lhe com o sacerdote, no momento da comunhão, não olhes para os meus pecados, que detesto, mas para a fé da Tua Igreja, que me diz que estás realmente presente sob os véus da hóstia, para vires até mim. Tens, Senhor, poder para me atrair completamente a Ti, para me transformares em Ti. Entrego-me por completo a Ti para que Te faças dono

de todo o meu ser, de toda a minha atividade, para que eu não viva senão de Ti, por Ti e para Ti». Se pedirmos essa graça, não duvidemos que Cristo no-la concederá; por isso devemos chegar até a importuná-Lo, sem pôr limites aos nossos santos desejos. Se nos déssemos conta das riquezas que este sacramento encerra — são infinitas, pois contém o próprio Cristo [*continet in se Christum passum*. São Tomás, *In Ioan. Evg*. c.VI, lect. 6. E também: *effectus quem passio Christi fecit in mundo, hoc sacramentum facit in homine*. III, q.79, a.1] —, se pudéssemos compreender os frutos que em nós é capaz de produzir a vinda de Cristo, arderíamos em desejos de vê-los convertidos em realidade. Todos os frutos da Redenção estão nele contidos «para o nosso proveito», «para que sintamos constantemente em nós os frutos da Tua Redenção» [*ut redemptionis tuæ fructum un nobis iugiter sentiamus*. Oração da festa do Santíssimo Sacramento].

O Senhor anseia ardentemente comunicar-nos todos esses frutos; mas exige que dilatemos os nossos corações através do desejo e da confiança. «Deus sabe com certeza o que precisamos», diz Santo Agostinho [Epist. CXXX, c. 8. Ele diz isto da vida eterna, mas pode muito bem aplicar-se à Eucaristia, que é penhor dessa vida: *Et futuræ gloriæ nobis pignus datur*]; mas quer que o nosso desejo se inflame na oração para nos tornarmos mais capazes de receber o que Ele nos prepara. E tanto mais capazes seremos de receber o pão da vida quanto maior for a nossa fé nesta vida, mais firme a nossa esperança, mais ardente o nosso desejo. «Abre a tua boca e Eu a encherei», nos diz Cristo, como outrora ao Salmista (Sal 80,11), «Abre-te pela fé, pela confiança, pelo amor, por santos desejos, por abandono em Mim, e Eu te encherei». — De quê, Senhor? — De Mim mesmo. Eu me darei a ti, todo inteiro, com a minha humanidade e a minha divindade, com o fruto dos meus mistérios, com o mérito dos meus trabalhos, com a satisfação das minhas dores, com o valor da minha Paixão. Eu descerei a ti, como quando vim à terra, para «destruir e arruinar a obra de Satanás» (1Jo 3,8), para prestar ao meu Pai juntamente contigo, homenagens divinas, farei de ti participante dos tesouros da minha divindade, da vida eterna que eu recebo do Pai e que o meu Pai quer que te comunique para que em tudo te assemelhes a mim; eu te colmarei da minha graça para ser eu mesmo a tua sabedoria, a tua santificação, o teu caminho, a tua verdade e a tua vida. Serás como outro eu mesmo, em quem, como em mim e por minha causa, o

Pai colocará todas as suas complacências… «Dilata a tua alma e eu enchê-la-ei».

Não bastarão estas palavras para nos entregarmos de verdade a Cristo, a fim de que a sua graça nos invada e realize em nós todos os seus divinos anseios? Observai como Cristo nos devolve o que lhe damos, como acrescenta em nós essa fé, essa confiança, esse amor com que nos dispomos a recebê-lo. É o Verbo, a palavra eterna, que sussurra no íntimo do nosso coração os segredos divinos e nos inunda com a sua luz esplendorosa, pois o Verbo ilumina todo o homem que vem a este mundo. É também aquele que desceu à terra para a nossa salvação, e aquele que, nessa união eucarística, nos vai aplicar os méritos infinitos da sua morte. Que paz e que inquebrantável segurança comunica Jesus à alma que o recebe! Não contente por lhe aplicar os seus méritos satisfatórios, dá-lhe uma garantia segura da glória futura [*Et futuræ gloriæ nobis pignus datur*. Antífona de Vésperas da festividade do Corpus]. Por fim, Cristo aviva o amor; o amor vive da união. Verdadeiramente, este é o sacramento da vida e do crescimento espiritual. Cada comunhão bem feita, aproxima-nos mais e mais do nosso modelo; e, em especial, faz-nos penetrar e aprofundar mais no conhecimento, no amor e na prática do mistério da nossa predestinação e da nossa adoção em Cristo Jesus, nosso irmão mais velho, aperfeiçoando em nós a graça da filiação divina.

Tão importante é isto, que insistirei sobre isso. Toda a nossa santidade se reduz a participar, por meio da graça, da filiação divina de Jesus Cristo, a ser, pela adoção sobrenatural, o que Cristo é por natureza. Quanto maior for essa participação, tanto mais elevada será a nossa santidade. O que nos torna co-herdeiros de Cristo e filhos de Deus? A resposta é dada por São João: «É a fé, pela qual recebemos a Cristo, origem de toda a graça». «A todos os que O receberam deu o poder de se tornarem filhos de Deus; a todos os que creem no Seu nome» (Jo 1,12). Portanto, quanto mais enraizada e profunda for a fé com que recebemos a Cristo, maior doação nos fará daquilo que n'Ele é mais sublime: a Sua qualidade de Filho de Deus; tanto maior será o grau da nossa participação na Sua filiação divina.

Pois bem; não há ato em que a nossa fé possa ser exercida com maior intensidade do que o da Comunhão, não há homenagem de fé mais sublime

do que a de crer em Jesus Cristo, oculto enquanto Deus e enquanto Homem atrás dos véus da sagrada hóstia. Quando os judeus viam Cristo realizar os mais espantosos milagres, como a multiplicação dos pães no deserto, sentiam-se inclinados pela realidade extraordinária desses feitos a reconhecer a divindade de Jesus; era esse um ato de fé, é verdade, mas não difícil de realizar. Em contrapartida, quando o Senhor dizia aos judeus: «Eu sou o pão da vida, que desceu do céu», já era algo mais árduo concordar com as suas palavras, tanto que muitos dos seus ouvintes não foram capazes desse ato e abandonaram Cristo para sempre. Mas quando Cristo, mostrando-nos um pouco de pão e um pouco de vinho, nos afirma: «Este «é o meu corpo», «este é o meu sangue», e a nossa inteligência, descartando o que aos sentidos aparece, dá assentimento a estas palavras, e a nossa vontade nos leva à sagrada mesa com respeito e amor, para mostrar com obras esse nosso assentimento, fazemos o ato de fé mais excelso e mais absoluto que um homem pode prestar.

Receber Cristo sacramentado é, portanto, fazer o ato de fé mais elevado e, por isso, participar em grau sumo da sua filiação divina. E eis a razão pela qual toda a comunhão bem feita é para o cristão tão vital e tão fecunda; não só porque nela recebemos o mesmo Cristo, mas também porque de maneira alguma pode manifestar-se a nossa fé mais viva e intensa; porque o ato de fé que executamos não é apenas da inteligência, mas todo o nosso ser concorre a ele quando nos aproximamos do altar.

Assim, a comunhão eucarística é *o ato mais perfeito da nossa adoção divina*. Não há instante em que com maior razão possamos dizer ao nosso Pai celestial: «Ó Pai celestial, eu vivo no teu Filho Jesus, e o teu Filho vive em mim. O teu Filho, que procede de Ti, recebe com toda a plenitude a comunicação da tua vida divina; eu recebi com fé o teu Filho, a fé diz-me que neste momento estou com Ele; e, visto que participo da sua vida, olha para mim, Senhor, nele, por Ele e com Ele, como um filho das tuas complacências». Que graças, que luz, que força infunde aos filhos de Deus semelhante oração! Que sobre-abundância de vida divina, que união tão estreita, que adoção tão profunda nos comunica este ato de fé! Chegamos ao último grau, ao cume mais alto da adoção divina, que nos é dado alcançar neste mundo.

No que diz respeito às «fórmulas» que nos ajudam na preparação próxima dessa união com Jesus, não se podem fixar nem concretizar de uma forma exclusiva. Tanto as necessidades das almas como a sua forma de ser são variadíssimas.

Alguns esforçam-se por seguir as orações e cerimónias do celebrante, e aproximam-se da sagrada mesa durante a Missa, no momento da comunhão; este é, quando se pode fazer, o melhor modo de se dispôr imediatamente a receber Cristo. Por que as orações que a Santa Mãe Igreja coloca na boca do sacerdote para se preparar a receber Cristo não seriam boas para os simples fiéis? Preparando-se dessa maneira, une-se mais diretamente ao sacrifício de Cristo e às intenções do seu sacratíssimo Coração. Além disso, o missal contém, como no *Gloria in excelsis*, expressões ardentes de fé, confiança e amor. «Nós te louvamos, nós te glorificamos, nós te damos graças, Senhor Deus, Cordeiro de Deus… que tiras o pecado do mundo, tem piedade de nós… Ouve as nossas súplicas; tu que estás sentado à direita do Pai, tem piedade de nós…» Que ato de fé! Esse pedaço de pão que vou receber contém Aquele que «nos céus está sentado à direita do Pai, o único Senhor, o único Santo, o único Altíssimo, Jesus Cristo, que com o Espírito Santo está na glória de Deus Pai». Outros revisitam ou lêem, intercalando efusões fervorosas de fé, esperança e caridade, o capítulo VI do Evangelho de São João, onde o Apóstolo refere as promessas da Eucaristia. Também se pode fomentar a devoção com o livro IV da *Imitação de Cristo*, especialmente consagrada ao Sacramento do Altar; ou então utilizar fórmulas que se encontram em livros de devoção devidamente aprovados.

Nisto, cada um pode seguir o que mais se adequa às suas preferências, sempre, claro está, que a inteligência e o coração se associem às palavras que pronunciam os lábios. Se a alma aumentar a sua capacidade de união, através de uma fé viva, uma reverência profunda, uma confiança absoluta, um desejo e um amor ardentes, e acima de tudo um generoso abandono à vontade divina, neste caso tudo está bem disposto; não há mais do que se aproximar para receber o dom divino…

7. Ação de graças depois da Comunhão: « Os meus tudo são teus e os teus são meus»

Eu deixaria a mesma ampla liberdade para *a ação de graças*.— Uns, silenciosamente recolhidos, adoram o Verbo em seu peito. A humanidade que recebemos é a humanidade do Verbo Eterno— por sua mediação entramos em comunhão com o Verbo, que desde o seio do Pai *in sinu Patris*, desceu até nós. Por essência, o Verbo está todo inteiro em seu Pai; tudo recebe d'Ele, sem que por isso seja inferior ao Pai. Mas tudo O orienta para o Pai: a sua essência é viver pelo Pai. Quando assim estamos unidos a Ele e a Ele nos entregamos completamente, pela fé que n'Ele temos, somos levados até ao Santo dos Santos. Ali nos é dado unir-nos a esses atos de adoração intensa que a humanidade de Cristo presta à Santíssima Trindade. Tão unidos estamos a Cristo nesse instante, que podemos fazer nossos os atos de sua santa humanidade e prestar ao Pai, em união com o Espírito Santo, as homenagens que mais Lhe podem agradar. Cristo mesmo é então a nossa ação de graças, a nossa *Eucaristia*; Ele é, nunca se esqueçam, quem supre todas as nossas fraquezas, todas as nossas doenças, todas as nossas misérias. Que ilimitada confiança desperta em nós essa presença de Cristo na alma!

Os nossos lábios também podem entoar o cântico da criação que recebe o ser do Verbo, para que todos os seres que foram feitos pelo Verbo —«todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele não se fez nada do que foi feito» (Jo 1,3)—, exaltem n'Ele e por Ele a glória de Deus. É isso que o sacerdote faz ao voltar do altar. A Igreja, esposa de Cristo, que conhece melhor do que ninguém os segredos do seu divino Esposo, ordena ao sacerdote que cante, no santuário da sua alma, onde o Verbo reside, o cântico interior de ação de graças. A alma convoca todas as criaturas aos pés do seu Deus e Senhor, para que receba o tributo de todos os seres que existem ou se movem (Dan 3,57): «Todas as criaturas que saístes das mãos do Senhor, bendizei-o, louvai-o e exaltai-o para sempre... Anjos do Senhor, abençoai a Deus: bendizei-O, céus... sol e lua; estrelas do céu, bendizei o Senhor. Chuvas, ventos e tempestades, chamas e fogo, frio e calor, orvalho e geada, gelos e neves, louvai o Senhor. Noites e dias, trevas e luz, nuvens e relâmpagos, louvai o Senhor...» O celebrante convida então a terra, as montanhas e colinas, plantas, mares e rios; os peixes, aves e feras; os homens, os sacerdotes, os humildes de coração e os santos, para que glorifiquem a Trindade, a quem toda a honra é tributada por meio da humanidade santa de Jesus. Que admirável cântico o da criação cantado

desta maneira pelo sacerdote no momento em que está unido ao Pontífice Eterno, ao mediador único, ao Verbo divino, por quem tudo foi criado!

Outros, sentados como Magdalena aos pés de Jesus, entretêm-se familiarmente com Ele, ouvindo as suas palavras no fundo da alma e dispostos a dar-lhe tudo o que Ele pedir; pois é nesses momentos em que habita em nós a luz divina, costuma Jesus, não poucas vezes, mostrar à alma o que dela quer e reclama. «Este, pois, é bom tempo, diz Santa Teresa, para que vos ensine o nosso Mestre, para que o ouçamos e Lhe beijemos os pés, porque nos quis ensinar, e Lhe supliquemos que não se afaste de nós» (*Caminho de Perfeição*, cap.34).

Pode também ser lido calmamente, como se estivéssemos a ouvir Cristo, o magnífico discurso depois da Ceia, quando Jesus Cristo instituiu este Sacramento: «Crede que eu estou no Pai e o Pai está em Mim...; aquele que guarda os meus mandamentos, esse me ama, e quem me ama, será amado por meu Pai, e Eu também o amarei e me manifestarei a ele... Assim como meu Pai me amou, assim também Eu vos amei; permanecei no meu amor... Eu vos disse estas coisas para que a minha alegria esteja em vós e a vossa alegria seja completa... Eu vos chamei meus amigos, porque tudo quanto ouvi do meu Pai vos manifestei... O próprio Pai vos ama porque vós me amastes e acreditastes que Eu saí do Pai... Eu vos disse estas coisas para que em Mim tenhais paz; o mundo vos perseguirá, mas tende confiança em Mim; Eu venci o mundo» (Jo 14 e 15)

Podemos também conversar mentalmente com Nosso Senhor, como se estivéssemos aos pés da cruz, ou orar vocalmente rezando os salmos referentes à Eucaristia. «O Senhor é meu pastor, nada me faltará; Ele me faz descansar em verdes pastos; guia-me junto a águas tranquilas e renova a minha alma. Mesmo que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei nenhum mal, pois tu, Senhor, estás comigo» (Sal 23, 1-4).

Todas essas disposições da alma são excelentes; a inspiração do Espírito Santo é infinitamente variada. Tudo depende de que reconheçamos a magnitude do dom divino, que São Paulo chama de «inefável» (2Cor 9,15) e que vamos retirar dos tesouros desse dom infinito tudo o que precisamos nós, os nossos irmãos e a Igreja inteira; pois «o Pai ama o Filho e tudo colocou em suas mãos» (Jo 3,35) para que nos comunique. Cristo, portanto,

ao dar-se, dá-nos todas as coisas com Ele; igualmente nós devemos entregar-nos a Ele totalmente, repetindo-Lhe, desde o íntimo do coração, aquelas suas palavras: «Quero sempre fazer o que é grato aos seus olhos» (*Ib*. 8,29); ou também aquelas palavras de Jesus ao seu Pai na Última Ceia, palavras que são a expressão acabada da união perfeita: «Todas as minhas coisas são tuas, como as tuas são minhas» (*Ib*. 17,10).

Esse é, repito, o fruto próprio da Eucaristia: a identificação do homem com Cristo, pela fé e pelo amor. Se receberdes bem o corpo de Cristo, diz admiravelmente Santo Agostinho, sois isso mesmo que recebeis. [A virtude peculiar deste alimento é produzir a unidade, unir-nos tão estreitamente ao corpo de Cristo que, feitos membros seus, sejamos nós próprios aquilo que recebemos. *Virtus ipsa quæ ibi intelligitur unitas est, ut redacti in corpus eius, effecti membra eius, simus quod accipimus*. Sermão LVII, c. 7].

É certo que o ato da comunhão é transitório e passageiro; mas o efeito que produz, a união com Cristo, a vida da alma, é por si permanente, e prolonga-se todo o tempo e na medida em que nós queremos. A Eucaristia é o sacramento da vida, porque é o sacramento da união; é preciso que «*permaneçamos* em Cristo e que Cristo *permaneça* em nós». Não deixemos que ao longo do dia diminua o fruto da união e da recepção eucarística, por causa da nossa volubilidade, da nossa dissipação, da nossa curiosidade, da nossa vaidade, do nosso amor-próprio. É um pão vivo, pão de vida, pão que faz viver, aquele que recebemos. Acabamos de realizar o ato vital sobrenatural por excelência. Portanto, devemos executar obras de vida, obras de filhos de Deus, depois de nos termos alimentado com este pão divino para nos transformarmos n'Ele, pois aquele que afirma que permanece em Cristo, deve viver como Cristo mesmo viveu (1Jo 2,6). [Isso mesmo nos manda pedir a Igreja na missa do segundo domingo depois de Pentecostes: «Faz, Senhor, que esta oblação do teu divino Filho... nos vá levando dia após dia à prática de uma vida totalmente celestial»].

E não digamos, para desculpar a nossa preguiça e ocultar a falta de generosidade, que somos fracos e débeis. É certo e mais do que pensamos, mas ao lado desse abismo (que, de facto, é) da nossa fraqueza, que não exclui a boa vontade, e que Cristo conhece melhor do que nós, há outro

abismo: o dos méritos e tesouros infinitos de Cristo; e através da comunhão, esses méritos e tesouros são nossos, pois Cristo está em nós.

IX
Vox sponsæ

O louvor divino é parte essencial da missão santificadora que Cristo confia à Igreja.

O santo sacrifício do qual a alma participa através da comunhão sacramental constitui, como vimos, o centro da nossa sagrada religião; num só ato está compreendido o memorial, a renovação e a aplicação do sacrifício do Calvário.

No entanto, a Missa não suplanta por si só todos os atos de religião que nos compete cumprir; e embora seja a homenagem mais perfeita que a Deus podemos prestar e contenha em si a substância e a virtude de todas as homenagens, não é, contudo, a única. O que mais devemos a Deus? O tributo da oração, ora pública, ora individual. Na próxima conversa falarei sobre a oração em privado, sobre a meditação. Vejamos nesta a que consiste a homenagem da oração ou culto público.

Quem lê as epístolas de São Paulo verá como repetidamente nos exorta: «Que os vossos corações, impulsionados pela graça, escreve aos Colossenses, se derramem diante de Deus, com salmos, hinos e cânticos espirituais» (Col 3,16). E também: «Falando entre vós e entretendo-vos com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando o Senhor nos vossos corações, dando sempre graças por tudo a Deus Pai, em nome do Nosso Senhor Jesus Cristo» (Ef 5, 19-20). O mesmo Apóstolo, na sua prisão, juntamente com Silas, «rompia o silêncio da noite tributando a Deus louvores e agradecendo-lhe de coração alegre pelo que padeciam» (Act 16,25).

Este louvor divino está estreitamente ligado ao santo sacrifício e Cristo mesmo quis transmiti-lo com o seu exemplo. Referem, com efeito, os Evangelistas que Cristo não saiu do Cenáculo após instituída a Eucaristia, mas sim depois de ter cantado o hino de louvor (Mt 26,30; Mc 14,26). A oração pública gira em torno do sacrifício do altar; nele se apoia e dele retira o seu mais alto valor aos olhos de Deus; porque a oferta que a Igreja

faz, em nome do seu Esposo, Pontífice eterno, que mereceu, por seu sacrifício continuamente renovado, que toda glória e honra retornem ao Pai, na unidade do Espírito Santo: «Por Cristo, com Ele e n'Ele, a Ti, Deus, Pai omnipotente, toda a honra e toda a glória» (Cânon da Missa).

Vejamos, pois, em que consiste esta homenagem da oração oficial da Igreja e como, sendo uma obra muito agradável a Deus, se torna também para nós uma fonte pura e abundante de união com Cristo e de vida eterna.

1. O Verbo Eterno, cântico divino; a Encarnação associa a espécie humana a este cântico

Jesus Cristo, antes de subir ao céu, legou à Igreja a sua maior riqueza: a missão de continuar a sua obra na terra. Esta obra, como sabeis, tem duas dimensões: uma de louvor em relação ao Pai Eterno, outra soteriológica, redentora em relação aos homens. É verdade que, para nosso bem, o Verbo se fez carne [*Propter nos et propter nostram salutem descendit de cœlis*. Símbolo de Niceia], mas a própria obra da Redenção não foi realizada por Cristo senão porque ama o seu Pai: «Obro assim para que conheça o mundo que eu amo o Pai» (Jo 14,31).

A Igreja herda de Cristo esta missão. Por um lado, recebe, para santificar os homens, os sacramentos e o privilégio da infalibilidade; por outro, participa, para continuar a homenagem de louvores que a humanidade de Cristo oferecia ao Pai, do afeto religioso que o Verbo encarnado teve pelo mesmo Pai em vida.

E nisto, como em todas as outras coisas, é Jesus Cristo o nosso modelo. Contemplemos um instante o Verbo encarnado. Cristo é, em primeiro lugar, o Filho único do Pai, o Verbo eterno. Na adorável Trindade, é a Palavra pela qual o Pai se diz, eternamente, o que é: é a viva expressão de todas as perfeições do Pai, a sua «forma subsistente», diz São Paulo, e o «esplendor da sua glória» (Heb 1,3). O Pai contempla o seu Verbo, o seu Filho, vê nele a imagem perfeita, substancial, viva, de si mesmo; tal é a glória essencial que o Pai recebe. Se Deus não tivesse criado nada e tivesse deixado todas as coisas em estado de mera potência, teria tido, contudo, a sua glória essencial e infinita. Palavra eterna, o Verbo, com só ser o que é, equivale a

um cântico divino, cântico vivo que canta o louvor do Pai, manifestando a plenitude das suas perfeições. É o hino infinito que se ouve sem cessar: *In sinu Patris*.

Ao assumir a natureza humana, o Verbo permanece o que era; não deixa de ser o Filho único, imagem acabada das perfeições do Pai, nem deixa de ser por si mesmo a glorificação viva do Pai. O cântico infinito que se canta durante toda a eternidade entoou-se pela primeira vez na terra quando o Verbo se encarnou. Na Encarnação, a humanidade vê-se como arrastada pelo Verbo a esta obra de glorificação. O cântico que se ouve no santuário da divindade, é prolongado pelo Verbo encarnado na sua humanidade. Nos lábios de Jesus Cristo, verdadeiro homem ao mesmo tempo que verdadeiro Deus, este cântico adquire uma expressão humana e acentos humanos, e também um caráter de adoração que o Verbo, igual ao seu Pai, não poderia tributar-lhe como Verbo. Assim, se a expressão deste cântico é humana, a sua perfeição é santíssima e o mérito divino. Tem, pois, um valor infinito. Quem de nós poderá medir a grandeza da religião com que Cristo honrava o seu Pai? Quem poderá contar algo sequer do hino de louvor que Jesus cantava interiormente na sua alma três vezes santa em glória do seu Pai? A alma de Cristo contemplava em visão contínua as perfeições divinas, e de tal contemplação nasciam uma religião e uma adoração perfeitas, e brotava um sublime louvor. Jesus Cristo, ao fim de sua vida na terra, dirige-se ao Pai; protesta que não fez mais do que glorificá-lo; que essa tinha sido a obra capital da sua vida, e que a havia realizado perfeitamente: «Pai santo, eu te glorifiquei na terra, cumpri a obra que me confiaste» (Jo 17,4).

Mas notai bem que ao unir-se pessoalmente à nossa natureza, o Verbo incorporou, por assim dizer, toda a humanidade, associando em princípio e com todo o direito a humanidade inteira a esse perfeito louvor que Ele rende ao seu Pai. Aqui também nós recebemos algo da plenitude de Cristo, de forma que, em Cristo e por Cristo, toda a alma cristã que a Ele está unida pela graça, deve cantar os divinos louvores. Cristo é o nosso Chefe; todos os batizados são membros do seu corpo místico, e n'Ele e por Ele, devemos tributar a Deus toda a glória e toda a honra.

Cristo reservou-nos uma parte nesse louvor que a nós compete realizar, da mesma forma que também quis que nos associássemos aos seus

padecimentos, abraçando todas as cruzes que Ele queira enviar-nos. Será que a nossa adoração e o nosso louvor acrescentam algo ao mérito ou à perfeição das de Cristo? Certamente que não; mas Cristo quis que, pela Encarnação, toda a espécie humana, a qual representava, se unisse com todo o direito e indissoluvelmente a todos os seus estados e a todos os seus mistérios. Jamais o esqueçamos: Cristo forma uma só coisa connosco; as suas adorações e louvores, Ele as tributou ao seu Pai em favor nosso, mas também em nosso nome. Por isso, a Igreja, seu corpo místico, deve associar-se na terra à obra de religião e de louvor que Cristo presta agora ao Pai *in splendoribus sanctorum* (Sal 109,3). A Igreja deve oferecer, a exemplo do seu Esposo, «aquela hóstia de louvor», como a chama São Paulo (Heb 13,15), que as perfeições infinitas do Pai Eterno merecem e reclamam.

2. A Igreja encarregada de organizar, guiada pelo Espírito Santo, o culto público do seu Esposo; o uso que nela se faz dos Salmos; como esses cânticos inspirados exaltam as perfeições divinas, expressam as nossas necessidades e nos falam de Cristo.

Vejamos como a Igreja, dirigida pelo Espírito Santo, realiza a sua missão.

Como centro de toda a religião, a Igreja coloca o santo sacrifício da Missa, verdadeiro sacrifício que renova a obra da nossa redenção no Calvário, e nos aplica os seus frutos. Faz acompanhar esta oblação de ritos sagrados que regulamenta cuidadosamente e que são como o cerimonial da corte do Rei dos reis; rodeia-o de um conjunto de leituras, cânticos, hinos e salmos que servem de preparação ou de ação de graças à imolação eucarística.

Este conjunto constitui o «Ofício divino»; sabeis que a Igreja impõe a recitação do *Breviário* como uma obrigação grave, àqueles que Cristo, pelo sacramento da Ordem, fez oficialmente participantes do seu sacerdócio eterno. Quanto aos elementos, às «fórmulas» de louvor, algumas, como os hinos, são compostas pela própria Igreja pela pena dos seus Doutores, que são ao mesmo tempo Santos admiráveis, como Santo Ambrósio; mas,

sobretudo, os obtém dos Livros sagrados e inspirados pelo próprio Deus. São Paulo nos diz que ignoramos como devemos orar, mas acrescenta: «O Espírito Santo intercede por nós com gemidos inefáveis» (Rm 8,26). Ou seja, apenas Deus sabe como se deve orar. Se isso é verdade em relação à impetração, é sobretudo verdade em relação à oração de louvor e ação de graças. Só Deus sabe como deve ser louvado; as mais sublimes concepções sobre Deus forjadas pela nossa inteligência, são humanas. Para exaltar Deus dignamente, é necessário que Deus mesmo nos dite os termos do seu louvor; e por isso, a Igreja coloca os Salmos nos nossos lábios como o melhor louvor que, depois do Santo Sacrifício, podemos apresentar a Deus. [*Ut bene laudetur Deus, laudavit seipsum Deus; et ideo quia dignatus est laudare se, invenit homo quemadmodum laudet eum.* Santo Agostinho, *Enarrat. in Ps*. 144].

Lede essas páginas sagradas e vereis como os cânticos inspirados pelo Espírito Santo relatam, publicam e exaltam todas as perfeições divinas. O cântico do Verbo eterno na Santíssima Trindade é simples e, no entanto, é infinito, mas em nossos lábios criados, incapazes de compreender o infinito, os louvores se multiplicam e se repetem com admirável riqueza e grande variedade de expressões, os Salmos cantam sucessivamente a potência, a magnificência, a santidade, a justiça, a bondade, a misericórdia ou a beleza divinas. [A fim de não sobrecarregar estas páginas com notas, não daremos aqui todas as referências de textos que vamos citar, e que são retirados do livro dos Salmos]. «O Senhor fez tudo quanto quis, pronunciou uma palavra e tudo se fez; pela sua só vontade criou todas as coisas. Oh, Senhor, quão admirável é o vosso nome sobre a terra, tudo fizestes sabiamente! O Senhor está acima de todas as coisas, as nações são diante dele como se não existissem; a sua glória supera todos os céus. Quem é semelhante a ele?... As montanhas derretem-se na sua presença como a cera; os céus proclamam a sua justiça, e todos os povos contemplam a sua glória; seja o Senhor glorificado em todas as suas obras. Se ele a observa, a terra treme. Ao seu toque, as montanhas fumegam como o incenso... Vede, por exemplo, como os Salmos falam da bondade e misericórdia do Senhor: «O Senhor é fiel nas suas palavras, misericordioso e compassivo; é bom para todos, e a sua misericórdia se estende a todas as criaturas... O Senhor está perto de todos os que o invocam de coração sincero; satisfaz os desejos daqueles que o temem; ouve as suas orações e os salva; o Senhor olha para todos os que o

amam... tudo bendiga e louve em mim o Senhor, porque é eterna a sua misericórdia ».

Estes são alguns dos termos que o próprio Espírito Santo põe nos nossos lábios. Procuremos servir-nos destes cânticos inspirados para louvar a Deus, repetindo com o Salmista: «Quero cantar ao Senhor enquanto viver, exaltar o meu Deus até ao último suspiro». Uma alma que ama a Deus experimenta, de facto, a necessidade de O louvar, abençoar e exaltar as Suas perfeições; deleita-se nessas perfeições e quer celebrá-las como merecem [+*Tratado do amor de Deus*, São Francisco de Sales, L. V, caps. 7, 8 e 9]; mas angustiada ao ver a sua insuficiência em realizá-lo e, a fim de suprir isso de algum modo, servindo-se dos salmos convida frequentemente as criaturas para se associarem a ela neste louvor. Vede alguns exemplos: Cantem os céus o seu poder, e as obras que saem das suas mãos manifestem a Sua grandeza; povos, exaltem o Senhor; nações, cantem a Sua glória, porque Ele é o Senhor dos senhores. Estes são para a alma outros tantos atos de amor perfeito, de pura complacência, sumamente agradáveis a Deus.

Ao mesmo tempo que celebram as perfeições divinas, os Salmos *expressam de modo admirável os sentimentos e as necessidades das nossas almas.* O salmo sabe chorar e alegrar-se, desejar e suplicar [Santo Agostinho, *Enarrat. in Ps*. XXX; Sermo III, n.1]. Não há disposição alguma da alma que não possa expressar. A Igreja conhece as nossas necessidades, e por isso, como mãe solícita, coloca nos nossos lábios aspirações tão profundas e fervorosas de arrependimento, de confiança, de alegria, de amor, de complacência, ditadas pelo próprio Espírito Santo: «Tem piedade de mim, Senhor, conforme a grandeza da tua misericórdia, porque pequei contra Ti. O perdão que concedeste é abundante; por isso espero em Ti... Senhor, vem em meu auxílio, apressa-te a socorrer-me; que se confundam e emudeçam os meus inimigos... Tu és o meu sustento e o meu refúgio, proteges-me à sombra das tuas asas; mesmo que eu andasse no meio das trevas da morte, não temerei porque Tu estás comigo...» «Tu, Senhor, estás comigo». Que ato de confiança!

Às vezes, também sentimos a necessidade de expressar a Deus a sede que temos d'Ele e que só a Ele queremos procurar. Nos Salmos encontramos também as expressões mais adequadas a estes sentimentos. «Oh, Senhor, és

a minha glória e a minha salvação! O que há no céu fora de Ti, e o que mais poderei eu desejar na terra senão a Ti? Tu és o Deus do meu coração e a minha herança eterna... Eu te amarei com todo o meu coração, a Ti que és a minha força e o meu sustento... Tu me inundas de alegria com a Tua presença, pois todas as delícias celestiais estão em Ti. Assim como a corça suspira pela água viva, assim a minha alma Te deseja, meu Deus; quando chegarei e aparecerei diante da Tua presença?... Porque não estarei plenamente saciado, até que contemple a Tua glória»: Onde encontraremos termos tão profundos para expressar a Deus os ardentes desejos das nossas almas?... Finalmente, a última razão que levou a Igreja a escolher os Salmos foi porque eles, assim como todos os livros inspirados, *falam-nos de Jesus Cristo*. A Lei, ou seja, o Antigo Testamento, segundo a bela expressão de um autor dos primeiros séculos, «levava Cristo em seu seio». Já o demonstrei ao falar da Eucaristia; tudo era símbolo e figura para o povo judeu, diz São Paulo, a realidade anunciada pelos Profetas, figurada pelos sacrifícios e simbolizada por tantos rituais, era o Verbo feito carne e a sua obra redentora. Este espírito profético messiânico é, acima de tudo, real nos Salmos. Sabeis que David, a quem se atribui um bom número desses cânticos sagrados, era figura do Messias, assim como Jerusalém, tantas vezes aludida nos Salmos, é o tipo da Igreja. Nosso Senhor dizia aos Seus Apóstolos: «É necessário que tudo o que está escrito acerca de mim... nos Salmos, se cumpra» (Lc 24,44).

Os Salmos contêm numerosas alusões ao Messias; a sua divindade, a sua humanidade, os múltiplos episódios da sua vida, os detalhes da sua morte, estão bem assinalados com traços inequívocos. «Disse-me o Senhor: Tu és meu Filho; Hoje te gerei antes que o dia amanhecesse... Ele reinará pela sua graça e pela sua beleza, pela sua doçura e pela sua justiça; virão os reis da Arábia, adorá-lo-ão e lhe oferecerão dons... Será consagrado entre todos com a unção da alegria, será sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque, por toda a eternidade... Ele terá compaixão do desgraçado e do indigente, e os libertará da opressão e da violência. Ouvi a voz do próprio Cristo que nos fala das suas dores e humilhações: «Oh, meu Deus, o zelo da tua casa me consome e sobre mim caem os ultrajes daqueles que te insultam. Traspassaram os meus pés e as minhas mãos, deram-me fel e vinagre, dividiram as minhas vestes e lançaram sortes sobre a minha túnica...» Pouco depois, ouvimos o Salmista cantar o triunfo de Cristo

vencedor: «Mas esta pedra que foi rejeitada pelos que edificavam tornou-se a pedra angular... O corpo de Cristo não verá a corrupção... Subirá vencedor ao mais alto dos céus, com cativos atados ao seu carro; príncipes, levantai as portas das vossas cidades, as vossas portas antigas, porque Ele, Rei da glória, faz a sua entrada nos céus; porque Ele se sentará à direita do Senhor para sempre... Seja o seu nome bendito pelos séculos, viva enquanto brilhar o sol; todos os povos da terra sejam benditos nele, e todas as nações do orbe exaltem as suas perfeições».

Vede como todos estes passagens se acomodam de um modo admirável a Jesus Cristo. Com certeza, durante a sua vida mortal, Ele pronunciou e cantou estes hinos, compostos pelo Espírito Santo; e certamente apenas Ele poderia cantá-los com toda a verdade que eles continham acerca da sua divina pessoa. E agora que, uma vez tudo consumado, Jesus Cristo subiu à glória, a Igreja recolheu estes cânticos para oferecer diariamente o louvor ao seu Esposo divino e à Santíssima Trindade: «A ti, a Igreja santa, espalhada por toda a terra, te proclama» [*Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia*. Hino *Te Deum*]. Porque conclui todos os Salmos com o mesmo cântico: «Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo»; ou segundo outra fórmula: «Glória ao Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, como era no princípio, agora e sempre e nos séculos dos séculos» [+São Leão, *Sermo I de Nativitate Domini: «Agamus Deo gratias Patri, per Filium eius in Spiritu Sancto*»]. Desta forma, a Igreja quer atribuir toda a glória à Santíssima Trindade, primeiro princípio e último fim de tudo quanto existe, e associa-se pela fé e pelo amor ao louvor eterno que o Verbo, causa exemplar de toda a criação, tributa ao seu Pai celestial.

3. Grande poder de intercessão desse louvor nos lábios da Esposa

A Igreja apoia-se especialmente em Cristo. Todas as suas orações terminam com um apelo aos títulos do seu Esposo: «Por Jesus Cristo Nosso Senhor». E a Jesus Cristo, sentado atualmente à direita do Pai e que reina com Ele e com o Espírito Santo, é a quem a Igreja alude dizendo: «Que contigo vive e reina». Cristo é o Esposo, e a Igreja é a Esposa, como disse São Paulo. Qual é, pois, aqui, o dote da Esposa? É constituído pelas suas misérias, as suas debilidades; mas também pelo seu coração, capaz de amar,

e pela sua língua, capaz de prestar louvores. E o Esposo, o que oferece? As suas satisfações, os seus méritos, o seu precioso sangue, todas as suas riquezas. Jesus Cristo, desposado com a Igreja, enriquece-a com a faculdade de adorar e louvar a Deus. A Igreja une-se a Jesus e apoia-se n'Ele, e ao vê-la os anjos perguntam-se: «Quem é esta que sobe do desterro cheia de encantamento e reclinada no seu amado?» (Ct 8,5). É a Igreja, que do deserto da sua pobreza original sobe para Deus, adornada como uma virgem com as resplandecentes joias que lhe oferece o seu Esposo; e em nome de Jesus Cristo, e com Ele, oferece a adoração e o louvor de todos os seus filhos ao Pai celestial. Este louvor é a voz da Esposa: a voz que encanta o Esposo; é o cântico entoado pela Igreja em união com Cristo, e por isso, quando participamos nele com fé e confiança, é muito grato a Jesus: *Vox tua dulcis*. Aos olhos divinos, sobrepõe-se em valor a todas as nossas orações privadas. Vede esta Esposa orgulhosa da sua condição e qualidade, segura dos direitos eternos adquiridos a título de soberano pelo seu divino Esposo, penetrar audazmente no santuário da divindade, onde Cristo, sua Cabeça e Esposo, sempre vivo, ora e intercede por nós. Medeia entre os dois uma distância como entre o céu e a terra, e, contudo, a Igreja salva essa distância com a fé e une a sua voz à de Cristo *in sinu Patris*; é uma única e mesma oração, a oração de Jesus unido ao seu corpo místico e dando com ela uma única e só homenagem à adorável Trindade. Como é que semelhante oração deixará de agradar a Deus, uma vez que é o próprio Cristo quem a eleva? O que não poderá sobre o coração de Deus? Como uma linguagem tal não poderá ser uma fonte de graça para a Igreja e para todos os seus filhos? Cristo é quem suplica e Cristo tem sempre o direito de ser ouvido. «Pai, sabia que sempre me ouves» (Jo 11,42).

Vede como já no Antigo Testamento a oração do chefe do povo de Israel era todo-poderosa sobre o coração de Deus, e, ainda assim, esta nação, escolhida por Deus, não era mais do que uma figura e uma sombra da Igreja. Foi travado um feroz combate entre os hebreus e os amalequitas, seus inimigos (Ex 17, 8-16). A luta prolongou-se por bastante tempo, com várias alternâncias, ora cedendo os de Israel, ora aparecendo vencedores, e, *a posteriori*, a vitória foi decidida a seu favor. Mas, qual foi o facto decisivo que determinou a vitória? Imaginemos por uns momentos que os chefes que dirigiram o combate nos tivessem deixado relatos detalhados acerca das diferentes vicissitudes da luta, e que esses relatos fossem submetidos a um

general moderno para conhecer o seu juízo. Tal general constataria que tinha sido cometida tal falta de tática, que tal outra medida de estratégia não foi levada a cabo, que tal manobra falhou, aquele outro ataque foi muito mal resistido e daria todas as razões, menos a boa. Qual é esta? A razão das diferentes alternâncias e do feliz resultado final da luta foi-nos revelada pelo próprio Deus. Na montanha vizinha, Moisés, o chefe de Israel, orava, com os braços elevados ao céu, pelo seu povo. Quantas vezes Moisés, cansado, deixava cair os braços, levavam a melhor os amalequitas; em contrapartida, quando Moisés voltava a levantar as suas mãos suplicantes, a vitória inclinava-se a favor de Israel. No fim, Aarão e o seu companheiro sustentaram os braços de Moisés até que a vitória foi conquistada pelos de Israel... Grande espetáculo ver este capitão que obtém do Deus dos exércitos, através da oração, a vitória para o seu povo! Se nós mesmos tivéssemos dado esta explicação, muitos espíritos sorririam com sarcasmo; mas quem nos deu esta versão dos acontecimentos foi Deus mesmo, o Deus dos exércitos, Aquele para quem Israel era o povo escolhido e de quem Moisés era amigo [«As mãos levantadas a Deus afundam mais batalhões do que as que ferem». Bossuet, *Oração fúnebre de Maria Teresa da Áustria*].

Certamente, esta lição podemos estendê-la a toda a oração, mas com muito mais verdade à oração de Cristo, Cabeça da Igreja, que ora, pela voz da Igreja, em favor do seu corpo místico, que milita na terra contra «o príncipe deste mundo (Jo 12,31) e das trevas» (Ef 6,12), renovando todos os dias sobre o altar a oração que por nós fazia, com os braços levantados ao céu, no monte do Calvário, e oferecendo ao seu Pai os méritos infinitos da sua Paixão e morte. «Foi ouvido em atenção à sua dignidade» (Heb 5,7).

4. Frutos abundantes de santificação; a oração da Igreja, fonte de luz, faz-nos participar dos sentimentos da alma de Cristo.

O tributo de louvor que a Igreja dirige a Deus no santo sacrifício e nas «Horas canónicas» que gravitam em torno da Missa, não possui apenas um poder de intercessão; ao mesmo tempo tem um valor de santificação. Por quê? Porque a Igreja ordenou o ciclo litúrgico de tal forma, que a oração pública se torna, para a nossa alma, uma fonte de luz, de união com os sentimentos de Cristo e os mistérios da sua vida. Vede como a Igreja dispôs

o ciclo das festas durante as quais se apresenta diante de Deus para celebrar oficialmente o seu louvor e prestar-lhe as suas homenagens.

Como sabeis, pode-se dividir este ciclo em duas partes: uma vai desde o Advento, tempo preparatório para o Natal, até Pentecostes; a outra abrange a série de Domingos depois de Pentecostes. A primeira série é formada essencialmente pelos mistérios de Jesus Cristo; a Igreja recorda brevemente os principais episódios da vida do seu Esposo na terra: no Advento, a sua preparação sob a Antiga Lei; no Natal, o nascimento em Belém, a sua Epifania, ou seja, a sua manifestação aos gentios na pessoa dos Magos; a sua apresentação no Templo; depois, durante a Quaresma, o seu jejum no deserto. Celebra em cada Semana Santa a sua Paixão e Morte; canta a sua Ressurreição na Páscoa, a sua Ascensão, a vinda do Espírito Santo sobre os Apóstolos e a fundação da Igreja.

Como uma esposa, que nada aprecia tanto como o seu esposo, a Igreja descortina à vista dos seus filhos todos os acontecimentos da vida de Jesus, tal como aconteceram e, às vezes, até com uma ordem cronológica detalhada, como desde a Semana Santa até Pentecostes.

Se o nosso espírito não estiver dissipado, esta representação será para nós uma *fonte abundante de luz*. Extraímos desta viva reprodução, renovada em cada ano, um conhecimento mais verdadeiro e profundo dos mistérios de Cristo.

Além disso, esta representação não é apenas uma reprodução simples e estéril; antes, pelo contrário, a Igreja, através da escolha e ordenação dos textos e trechos que toma dos Livros sagrados, *faz-nos penetrar nos sentimentos que animaram o coração de Cristo*. De que modo?

Já repararastes que frequentemente, mesmo nos acontecimentos mais importantes da vida de Jesus Cristo, os Evangelistas nos dão uma narração puramente histórica, sem nos dizer nada ou quase nada dos sentimentos que tomavam conta da alma de Jesus? Assim, na Paixão, o Evangelista relata a crucifixão de Jesus: «Os soldados levaram Jesus ao Calvário, onde o crucificaram» (Jo 19, 16-18). Testifica simplesmente o fato. Mas, quem nos revelará os sentimentos que tomavam conta da alma do Salvador? É verdade que estamos à porta de um templo cuja sagrada profundidade

apenas Deus conhece; no entanto, gostaríamos de saber algo dos seus sentimentos, pois este conhecimento nos uniria mais ao divino Modelo. A nossa Mãe Igreja vai levantar diante da nossa vista uma ponta do véu. Sabeis que Cristo, pendurado na Cruz, pronunciou estas palavras: «Meu Deus, por que me abandonaste?» Estas palavras fazem parte do primeiro verso de um salmo messiânico que não pode ser aplicado a outro senão a Jesus, e no qual, não somente as circunstâncias da sua crucifixão, mas também os sentimentos que deveriam neste momento embargar a sua alma santa, são manifestados de maneira admirável (Sal 21). Santo Agostinho diz explicitamente que Cristo na Cruz recitou este salmo, que é «um evangelho antecipado». [*Verba psalmi voluit esse sua in cruce pendens. Enarr. in Ps*. LXXXV, c. 4.— *Passio Christi tam evidenter quasi Evangelium recitatur. Enarr. in Ps*. XXI]. Lede-o e ouvireis Nosso Senhor, oprimido sob os golpes da justiça divina, revelar as suas angústias, os seus sentimentos interiores: «Eu sou um verme da terra e não um homem, o opróbrio dos homens e o desprezo da plebe; todos quantos me vêem, zombam de Mim, abrem os lábios e movem a cabeça, dizendo: Ele confia no Senhor, que o salve, já que o ama... Touros enfurecidos me rodeiam... Eu sou como a água que corre, todos os meus ossos estão deslocados, o meu coração é como a cera, derrete-se nas minhas entranhas... Senhor, não afastes de Mim a tua ajuda; cuida da minha defesa; livra-me da boca do leão». Estas palavras revelam-nos e patenteiam os sentimentos do coração de Cristo na sua Paixão.— Sobre isto está convencida a Igreja, e, guiada pelo Espírito Santo, nos manda recitar este salmo na Semana Santa, para que as nossas almas mergulhem nos sentimentos do coração de Cristo.

O mesmo acontece com outros mistérios. Observarão como a Igreja, ao mesmo tempo que reproduz e expõe à vista dos seus filhos a história do mistério, intercala aqueles salmos, profecias ou passagens das Epístolas de São Paulo, de expressões, nas quais se encontram consignados os sentimentos de Jesus.

A Igreja, pois, dá-nos em cada ano, não só uma representação viva e animada da vida do seu Esposo, mas também nos faz penetrar, na medida em que a criatura é capaz, na alma de Jesus Cristo, para que, ao ler nela as suas disposições interiores, nos identifiquemos com elas e nos unamos mais intimamente ao nosso divino chefe. Desta forma, a Igreja sabiamente e com

uma facilidade assombrosa faz com que nos ajustemos ao preceito do Apóstolo: «Tende nos vossos corações os mesmos sentimentos que Cristo Jesus» (Fil 2,5).— Não equivale isto a viver de acordo com o que de nós exige a nossa predestinação?

5. Também nos faz participantes dos seus mistérios: caminho seguro e infalível para nos assemelharmos a Jesus.

Mas isto não é tudo. Os mistérios de Jesus Cristo, que a Igreja nos manda celebrar todos os anos, são mistérios vivos e palpitantes.

Imaginemos um crente e um incrédulo diante da representação da Paixão que ocorre em Oberammergau ou em Nancy. O incrédulo poderá perceber o desenvolvimento harmonioso do drama; receberá emoções estéticas. Mas no crente a impressão será muito mais profunda. Por quê? Porque embora não saiba apreciar a qualidade artística da representação, as cenas que se sucedem diante dos seus olhos lembrá-lo-ão de acontecimentos que guardam uma relação íntima com a sua fé. E ainda assim, neste mesmo crente, essa influência provém apenas de uma causa externa. O espetáculo a que assiste, a representação, não possui uma virtude interna, intrínseca, capaz por si só de mover a sua alma de uma forma sobrenatural. Esta virtude têm apenas os mistérios de Jesucristo, tal como a Igreja os celebra, não no sentido de que encerram a graça, como os sacramentos, mas no sentido de que, sendo mistérios vivos, são também fontes de vida para a alma.

Cada mistério de Cristo é, não só um objeto de contemplação para o espírito; uma lembrança que evocamos para louvar a Deus e agradecer-lhe tudo o que fez por nós; é algo mais sublime: *cada mistério constitui* para toda a alma movida pela fé, *uma participação nos estados divinos do Verbo Encarnado*.

Isto é muito importante. Os mistérios de Cristo foram primeiro vividos por Ele mesmo, a fim de que nós, possamos vivê-los pela nossa vez unidos com Ele. Mas, como? —Inspirando-nos no seu espírito, aproveitando-nos da sua eficácia, para que, vivendo-os, nos assemelhemos a Cristo.

Jesus Cristo vive agora glorioso no céu. A sua vida na terra, enquanto nela viveu de forma visível, não durou senão trinta e três anos; mas a eficácia de cada um dos seus mistérios é infinita, e continua a ser inesgotável. Quando nós os celebramos na sagrada liturgia, recebemos, em proporção à intensidade da nossa fé, as mesmas graças como se tivéssemos vivido com Nosso Senhor, e com Ele tivéssemos tomado parte nos seus mistérios. Estes mistérios tiveram por autor o Verbo Encarnado, e como já foi dito, Jesus Cristo, pela sua Encarnação, associou toda a humanidade a estes divinos mistérios, e mereceu para todos os seus irmãos a graça que quis vincular a eles. Ao confiar à Igreja a celebração destes mistérios para perpetuar a sua missão sobre a terra, por meio dessa mesma celebração ao longo dos séculos, Jesus Cristo faz participar as almas fiéis na graça que encerram estes mistérios, pois, em expressão de Santo Agostinho [*Quidquid gestum est in cruce Christi, in sepultura, in resurrectione tertia die, in ascensione in cælum, in sede ad dexteram Patris, ita gestum est ut his rebus, non mystice tantum dictis sed etiam gestis, configuraretur vita christiana quæ hic geritur. Enchiridion*, c. III], são o modelo e exemplo da vida cristã que devemos levar na qualidade de discípulos de Jesus. Apliquemos o que foi dito, por exemplo, à sua Natividade. Comemorando o nascimento do nosso Salvador, diz São Leão, celebramos também o nosso próprio nascimento. A geração temporal de Cristo, de facto, dá origem ao povo cristão, e o nascimento da cabeça é ao mesmo tempo o do seu corpo místico. Todo o homem, onde quer que habite, por este mistério pode desfrutar de um novo nascimento em Cristo (Sermo IV. *In nativitate Domini*). A festa de Natal, de facto, traz em cada ano, à alma que celebra este mistério de fé, porque é pela fé primeiro, e depois pela comunhão, que entramos em contacto com os mistérios de Cristo, uma graça de renovação interior, que aumenta o grau da sua participação na filiação divina de Cristo Jesus.

Outro tanto se verifica nos outros mistérios. A celebração da Quaresma, da Paixão e morte de Jesus Cristo, durante a Semana Santa, traz consigo uma graça de «morte para o pecado» que nos ajuda a destruir cada vez mais em nós o pecado e o apego ao pecado e às criaturas. Porque, diz categoricamente São Paulo, Cristo nos fez morrer com Ele, e com Ele nos sepultou (Rm 6,4). Assim deve ser de direito e em princípio para todos; no entanto, a aplicação tem efeito no decorrer dos séculos para cada alma

mediante a participação que cada um de nós toma na morte de Cristo, em particular durante os dias em que a Igreja nos traz à memória esta lembrança.

O mesmo se verifica na Páscoa; quando cantamos o triunfo de Cristo saindo do túmulo, vencedor da morte, recebemos, pela participação neste mistério, uma graça de vida e de liberdade espirituais. Deus, diz São Paulo, «nos ressuscita com Cristo» (Ef 2,6); e diz também, falando da graça própria deste mistério: «Se vós ressuscitardes com Cristo, procurai e valorizai, não o que é da terra, o que, sendo criado, encerra um germe de corrupção e de morte, mas o que está acima, o que os direciona para a vida eterna» (Col 3, 1-2): «Pois da mesma forma que Cristo ressuscitou dos mortos para glória de seu Pai, também nós devemos caminhar em vida nova» (Rm 6,4).

Depois de Cristo nos associar à sua vida de ressuscitado, faz-nos participar do mistério da sua Ascensão. Qual é a graça especial deste mistério? São Paulo responde-nos: «Deus concedeu-nos um lugar nos céus por Cristo Jesus». O grande Apóstolo — que com todos estes exemplos explica admiravelmente essa doutrina que lhe é tão querida e não perde ocasião de incutir em nós a nossa união com Cristo, como membros do seu corpo místico — diz-nos em termos muito explícitos que «Deus nos fez sentar com Cristo no reino dos céus» (Ef 2, 4-6). Por isso, um autor antigo escrevia: «Enquanto aqui vivemos, acompanhemos Cristo no céu por meio da fé e do amor, de modo que possamos segui-lo corporalmente no dia assinalado pelas promessas eternas» [*Ascendamus cum Christo interim corde, cum dies eius promissus advenerit sequemur et corpore. Si ergo recte, si fideliter, si sancte, si pie ascensionen Domini celebramus, ascendamus cum illo et sursum corda habeamus*. Este sermão, cujo extrato é lido no Breviário, no 2º noturno do domingo infra-oitavo da Ascensão, é erradamente atribuído a Santo Agostinho. O fundo, no entanto, está inspirado nas obras deste grande Doutor].

Não é isto o que a Igreja nos faz pedir na coleta da festa? «Oxalá pudéssemos desde agora já, em desejo, viver no céu, onde cremos que o nosso Redentor e Chefe subiu!». [*Ut qui Redemptorem nostrum in cœlos ascendisse credimus, ip si quoque mente in cœlestibus habitemus*].

Assim, ano após ano, a Igreja propõe à nossa consideração a representação dos acontecimentos que se destacam na vida do seu Esposo; faz-nos contemplar esses mistérios, dos quais em cada ano brilha uma nova luz para nós; manifesta-nos os sentimentos do coração de Cristo, e a cada ano penetramos mais nas disposições interiores de Jesus. Reproduz em nós todos estes mistérios do nosso divino Chefe; apoia os nossos pedidos para que nos vejamos favorecidos com a graça especial, própria de cada um dos mistérios realizados e vividos por Cristo; e assim avançamos pela fé e pelo amor, pela imitação do nosso divino modelo, exposto sem cessar à nossa consideração, no processo dessa transformação sobrenatural, que é o fim da nossa união com Jesus: «Vivo eu; mas não eu, é Cristo que vive em mim» (Gal 2,20).

Não consiste a essência de toda a santidade e a forma mesma da nossa predestinação divina em sermos tão semelhantes ao Filho muito amado, de modo que a sua vida chegue a ser a nossa vida?

Deixemo-nos, pois, guiar pela Igreja, nossa mãe, nesta devoção fundamental que nos deve fazer partícipes da religião de Cristo para com o Seu Pai. Cristo confiou à Sua Esposa, a Igreja, a celebração destes mistérios. A oração estabelecida por ela é a verdadeira, a autêntica expressão da homenagem digna de Deus; quando a Igreja, conhecedora dos segredos de Jesus, se dispõe, e nós com Ela, a celebrar os divinos mistérios de Cristo, parece ouvir-se no Céu aquela expressão do Cântico dos Cânticos: «Ressoa a tua voz nos meus ouvidos, pois está cheia de encanto, como o teu rosto está resplandecente de beleza» (Cant 2,14). A Igreja, adornada e enriquecida como está com as jóias do divino Esposo, pode falar em Seu nome; por isso, as homenagens de adoração e louvor que põe na boca dos seus filhos são extremamente agradáveis a Cristo e ao Seu Pai.

A oração da Igreja é também para nós um caminho seguro; nenhum outro nos levará mais diretamente a Cristo, nem nos facilitará tanto a tarefa de ir copiando os seus divinos traços. A Igreja leva-nos a Ele diretamente e como que pela mão. Ao mesmo tempo que fazemos um ato de humildade e de obediência, deixando-nos guiar por Ela, que tudo recebeu de Cristo: «Quem a vós ouve, a Mim ouve, e quem a vós despreza, a Mim despreza» (Lc 10,16).

Utilizamos também um meio seguro para chegar infalivelmente a conhecer Cristo: aprofundar o sentido dos seus mistérios e permanecer aderidos a Ele, já que é não só modelo, mas a própria fonte da vida eterna, que fez brotar pela abundância dos seus méritos: «O sacrifício de louvor me honrará e por esse caminho mostrarei a salvação de Deus» (Sal 49,23)

6. Porquê e como a Igreja honra e celebra os santos

Além dos mistérios de Cristo, a Igreja celebra também as festas dos santos.

Porque é que a Igreja celebra os santos? Pelo princípio sempre fecundo da união que existe, depois da Encarnação, entre Cristo e os seus membros. Os santos são os membros gloriosos do corpo místico de Cristo. Cristo já está «formado neles»; eles «conseguiram a sua plenitude», e ao elogiá-los, Cristo é glorificado neles. «Louva-me, dizia Cristo a Santa Matilde, porque sou a coroa de todos os santos». E a santa monja via toda a beleza dos escolhidos alimentar-se no sangue de Cristo, resplandecer com as virtudes praticadas por Ele, e ela, dócil à divina recomendação, honrava com todas as suas forças a bem-aventurada e adorável Trindade «por se ter dignado ser a admirável glória e coroa dos santos» (*Livro da graça especial*, P. I, c. 31).

A Santíssima Trindade é, de facto, como todos sabem, a quem a Igreja oferece os seus louvores, comemorando os Santos. Cada um deles é uma manifestação de Cristo; traz em si os traços do modelo divino, mas de uma forma especial e distinta. É um fruto da graça de Cristo, e para honra e glória desta graça a Igreja se alegra em exaltar os seus filhos vitoriosos. «Para louvor da glória da sua graça» (Ef 1,6).

Tal é a característica do culto da Igreja aos Santos: a complacência. Esta boa mãe sente-se orgulhosa das legiões dos seus escolhidos, que são o fruto da sua união com Cristo, e que já fazem parte, nos resplendores do céu, do reinado do seu Esposo, a quem honra, finalmente, neles: «Senhor, quão admirável é o vosso nome, pois coroastes de honra e glória o vosso santo!» (Sal 8, 2-6). A Igreja renova nos santos a lembrança da alegria que inundou as suas almas, quando mereceram penetrar no reino dos céus: «Entra, bom e fiel servo, no gozo do teu Senhor... Vem, Esposa de Cristo, receber a coroa

que o Senhor te tem preparada desde toda a eternidade...»; enaltece as virtudes e méritos dos seus apóstolos e mártires, dos seus pontífices, confessores e virgens; alegra-se com a sua glória e apresenta os seus exemplos, se não sempre à imitação, pelo menos ao louvor dos seus irmãos da terra. «Se não és capaz de seguir os mártires no derramamento de sangue, segue-os no afeto» (Santo Agostinho, *Sermo* CCLXXX, c. 6).

E depois de os ter louvado, confia-se às suas orações e intercessão. Isso diminui o poder infinito de Cristo, sem o qual nada podemos fazer? Certamente que não. Cristo se alegra (não para diminuir o seu raio de ação, mas antes para alargá-lo), ouvindo os santos, que são os príncipes da corte celestial, e concedendo-nos pela sua intercessão todas as graças que lhe pedimos, assim se estabelece uma corrente sobrenatural de troca entre todos os membros do corpo místico. [*Hæec vero nostra et sanctorum cohærentia est, ut nos congratulemur eis, ipsi compatiantur nobis, militent pia intercessione. San Ber nardo, Sermo V, In festo omnium sanctorum*].

Por fim, não podendo a Igreja festejar cada um dos santos em particular, no final do ciclo litúrgico, estabeleceu a solene festa de Todos os Santos, na qual multiplica e exalta, se assim se pode dizer, os seus louvores jubilosos.

Transpondo-nos para o céu na sequência do Apóstolo São João, apresenta-nos aquela gloriosa porção do reino de seu Esposo; as legiões innumeráveis dos escolhidos, aquela «multidão de santos que ninguém poderá contar», que assistem ao trono de Deus, vestidos de túnicas brancas, com palmas nas mãos, das quais se ergue a grandiosa aclamação: «Glória a Deus, glória ao Cordeiro imolado por nós que com o seu sangue nos resgatou de todas as nações, tribos, povos e línguas.» (Ap 7, 9-10; 5,9).

Diante de tão gloriosa visão, a Igreja experimenta transportes de alegria. Ouvi com que expressões se dirige aos seus filhos triunfantes: «Abençoai ao Senhor, todos vós que sois os seus escolhidos; desfrutai dias felizes e cantai os seus louvores; pois cantar é a herança de todos os santos, do povo de Israel, do povo que constitui a sua corte; é a glória própria de todos os santos» [*Benedicite Domino, omnes electi eius; agite dies lætitiæ et confitemini illi; hymnus omnibus sanctis eius... gloria hæc est omnibus sanctis eius.* Antífona das Vésperas de Todos os Santos. +Tob 13,10; Sal 148,14; ib. 149,9].

Também nós somos chamados a participar deste triunfo; a formar o cortejo de Cristo... «nos esplendores dos santos», a participar no seio do Pai, da glória do Filho, depois de nos termos associado na terra aos seus mistérios. Antecipemo-nos a esta melodia dos céus onde ressoa o eterno Aleluia, associando-nos tanto quanto pudermos desde agora, com grande fé e amor abrasado, à oração da Igreja, Esposa de Cristo e nossa mãe.

X
A oração

Importância da oração: a vida de oração é transformadora

Tão grande é o desejo que Nosso Senhor tem de se dar a nós, que multiplicou os meios de o levar a cabo, juntamente com os distintos sacramentos, assinalando-nos a oração como fonte de graça. É evidente que os sacramentos, como foi indicado repetidas vezes ao longo destas conferências, produzem a graça pelo mero facto de serem aplicados à alma que não impede a sua ação.

A oração, por si só, não tem uma eficácia tão intrínseca; mas não é por isso menos necessária do que os sacramentos para conseguir a ajuda divina. Vemos, de facto, como Jesus Cristo, durante a sua vida mortal, faz milagres movido pela oração. Um leproso apresenta-se : «Senhor, tende compaixão de mim», e Ele o cura. Apresentam-lhe um cego que lhe diz: «Senhor, fazei que veja», e Nosso Senhor devolve-lhe a vista. Marta e Madalena dizem-lhe: «Senhor, se tivésseis estado aqui, o nosso irmão não teria morrido». Isto é uma espécie de pedido e a esta súplica o Senhor responde com a ressurreição de Lázaro. Estes são favores temporais, mas também a graça se alcança com a oração. «Senhor, diz a Samaritana, dai-me essa água viva, de que sois fonte, e que nos traz a vida eterna», e Cristo revela-se a ela como o Messias, e a induz a confessar as suas faltas para perdoá-las. Pregado na cruz, o Bom Ladrão pede-lhe que se lembre dele, e o Senhor concede-lhe o perdão completo: «Hoje estarás comigo no Paraíso».

Por outro lado, Nosso Senhor mesmo nos recomendou este género de intercessão: «Pedi, e recebereis; batei, e abrir-se-vos-á; procurai, e encontrareis» (Mt 7,7). «Tudo quanto pedirdes ao meu Pai, em meu nome, ou seja, pondo-me como intercessor, ele vos concederá» (Jo 16,23). Assim , São Paulo nos exorta a elevar em todo o tempo contínuas orações e súplicas, tendo como intercessor o Espírito Santo (Ef 6,18).

É, pois, evidente que a oração vocal de impetração é um meio muito poderoso para atrair os dons de Deus.

Mas do que agora quero vos falar é da oração mental, da que vulgarmente se chama meditação. É um assunto de suma importância que vamos tratar.

A oração é um dos meios mais necessários para efetuar aqui na terra a nossa união com Deus e a nossa imitação de Jesus Cristo. O contato assíduo da alma com Deus na fé através da oração e da vida de oração ajuda poderosamente à transformação sobrenatural da nossa alma. A oração bem feita, a vida de oração, é transformadora.

Além disso, a união com Deus na oração facilita a participação mais frutuosa nos outros meios que Cristo estabeleceu para se comunicar connosco e para nos tornarmos à sua imagem. Porquê é assim? Será que a oração é, porventura, mais eminente, mais eficaz, que o santo sacrifício, que a receção dos sacramentos, que são os canais autênticos da graça? Certamente que não; sempre que nos aproximamos destas fontes, obtemos um aumento de graça, um crescimento da vida divina, mas este crescimento depende, em parte pelo menos, das nossas disposições.

Assim, a oração, a vida de oração, preserva, estimula, aviva e aperfeiçoa os sentimentos de fé, humildade, confiança e amor, que em conjunto constituem a melhor disposição da alma para receber com abundância a graça divina. Uma alma familiarizada com a oração tira mais proveito dos sacramentos e dos outros meios de salvação, do que outra que se entrega à oração com indiferença e sem perseverança. Uma alma que não recorre fielmente à oração, pode recitar a liturgia das horas, assistir à Santa Missa, receber os sacramentos e ouvir a palavra de Deus, mas os seus progressos na vida espiritual serão com frequência insignificantes. Porquê? Porque o autor principal da nossa perfeição e da nossa santidade é Deus mesmo, e a oração é precisamente aquilo que mantém a alma em contacto frequente com Deus: a oração acende e mantém na alma uma espécie de fogueira, na qual o fogo do amor está, se não sempre em ação, ao menos sempre latente; e quando a alma entra em contacto direto com a graça divina, por exemplo, nos sacramentos, então, como um sopro vigoroso, a abrasa, eleva e enche com surpreendente abundância. A vida sobrenatural de uma alma é proporcionada à sua união com Deus, através da fé e do amor; assim sendo, este amor deve exteriorizar-se em atos, e estes, para que se reproduzam de

uma maneira regular e intensa, reclamam a vida de oração. Em princípio, pode-se dizer que, na economia ordinária, o nosso avanço no amor divino depende praticamente da nossa vida de oração.

Determinemos, pois, o que é oração, ou seja, qual é a sua natureza e quais são os seus graus; depois, que disposições exige para produzir todos os seus frutos.

Inútil é advertir que não pretendo desenvolver aqui um tratado completo sobre a oração; existem, e muito bons, quero apenas tocar em alguns pontos essenciais relacionados com a ideia central destas conferências: a nossa adoção sobrenatural em Cristo Jesus, que nos faz viver pela sua graça e pelo seu Espírito.

1. Natureza da oração: conversa do filho de Deus com o seu Pai celestial sob a influência do Espírito Santo

O que é oração? Digamos que *é uma conversa do filho de Deus com seu Pai celestial*. Notem as palavras «conversa do filho de Deus»: usei-as muito intencionalmente. Às vezes encontramos homens que não acreditam na divindade de Cristo, como certos deístas do século XVIII, como aqueles que, na época da Revolução, estabeleceram o culto do Ser Supremo e inventaram orações à «Divindade»: pensaram, talvez, em deslumbrar Deus com as suas orações; mas tudo era um jogo vão de um espírito puramente humano, que Deus não podia aceitar.

Não é assim a nossa oração. Não é uma conversa do homem, simples criatura, com a divindade, mas sim uma conversa do Filho de Deus com o seu Pai celestial para adorá-lo, louvá-lo, manifestar-lhe o seu amor, tentar conhecer a sua vontade e obter dele a ajuda necessária para a cumprir.

Na oração apresentamo-nos a Deus na qualidade de filhos, qualidade que eleva essencialmente a nossa alma a uma ordem sobrenatural. Sem dúvida alguma, não devemos jamais esquecer a nossa condição de criaturas, ou seja, o nosso nada; mas o ponto de partida, ou melhor dizendo, o terreno sobre o qual devemos colocar-nos nas nossas relações com Deus, é o plano sobrenatural; em outros termos: é a nossa filiação divina, a nossa qualidade

de filhos de Deus pela graça de Cristo, que deve determinar a nossa atitude fundamental e, por assim dizer, servir-nos de fio condutor na oração.

Vejamos como São Paulo esclarece este ponto. «Não sabemos, diz, o que devemos pedir a Deus na oração conforme as nossas necessidades, mas o Espírito Santo vem em auxílio da nossa insuficiência. Ele mesmo intercede por nós com gemidos inefáveis» (Rm 8,26). Assim, diz São Paulo no mesmo lugar: este Espírito que deve interceder por nós e em nós é «o Espírito de adoção, que dá testemunho de que somos filhos de Deus e seus herdeiros, e que nos faz clamar a Deus: «Abbá, Pai!» (*Ib*. 8,15). Este Espírito nos foi dado depois que, «chegada a plenitude dos tempos, Deus nos enviou o seu Filho para nos conceder a adoção de filhos» (Gal 4, 4-5). E porque a graça de Cristo nos faz seus filhos, «Deus enviou também aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que nos autoriza a clamar a Deus como a um Pai» (+Rm 8,15; 2Cor 1,22).

E é que, na verdade, «já não somos estrangeiros, nem hóspedes de passagem, mas membros da família de Deus, daquela mansão da qual Jesus Cristo é a pedra angular» (Ef 2,20).

Assim, o Espírito que recebemos no Batismo, no sacramento da nossa adoção divina, é aquele que nos faz clamar a Deus: «Vós sois o nosso Pai». O que isso significa senão que, como consequência da nossa filiação divina, temos o direito e o dever de nos apresentarmos diante de Deus como seus filhos? Ouçamos o próprio Nosso Senhor, Ele veio para ser a «luz do mundo», e as suas palavras, «cheias de verdade», indicam-nos «o caminho». «Eu sou a luz do mundo e o caminho e a verdade» (Jo 8,12; 14,6).

Sentado junto ao poço de Jacob, Jesus conversa com a Samaritana (*Ib*. 4,5 e segs.). N'Ele, esta mulher reconheceu um profeta, um enviado de Deus; em seguida, pergunta-lhe (o que era objeto de viva controvérsia entre os seus compatriotas e os judeus) se Deus deve ser adorado sobre as montanhas da Samaria ou em Jerusalém. O que responde Cristo? «Mulher, acredita em mim: chega a hora em que não adorareis o Pai nem aqui, nem em Jerusalém; chega a hora, na verdade, já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura tais adoradores». Notai como Jesus Cristo realça o nome de Pai. Na

Samaria, como é sabido, adoravam-se falsos deuses, e por isso Cristo diz que é preciso adorar «em verdade», ou seja, o Deus verdadeiro; em Jerusalém adorava-se o verdadeiro Deus, mas não «em espírito»: a religião dos judeus era completamente materialista na sua expressão e nos motivos que a inspiravam. Foi o Verbo encarnado quem inaugurou, «e já é chegada essa hora», a nova religião, a do verdadeiro Deus adorado em espírito, no espírito da verdadeira adoção divina, sobrenatural, espiritual, que nos faz filhos de Deus, pelo que Nosso Senhor insiste na palavra «Pai». «Os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade». Sem dúvida, sendo nós filhos adotivos, ao tornarmo-nos Deus seus filhos, em nada diminui a Sua divina majestade nem a Sua soberania absoluta, e devemos adorá-lo, aniquilar-nos diante d'Ele; mas devemos adorá-lo em verdade e em espírito, ou seja, na verdade e espírito da ordem sobrenatural, pela qual somos seus filhos.

Nosso Senhor é mais explícito em outro lugar. Com a Samaritana, estabelece, por assim dizer, o princípio: dá o exemplo aos seus discípulos: «Um dia, diz São Lucas, estava em oração e quando terminou, um dos seus discípulos disse: «Senhor, ensina-nos a orar» (Lc 11 e segs.). Qual foi a resposta de Jesus? «Quando orardes, orai assim: Pai nosso, que estás nos céus; santificado seja o teu nome...» Não esqueçais isto: O nosso Senhor é Deus; como Verbo seu ele está sempre «no seio do Pai»; ninguém conhece a Deus, senão o seu Filho. Cristo conhece, pois, perfeitamente o que devemos dizer ou pedir a Deus para nos tornarmos os «verdadeiros adoradores que Deus deseja»; conhece também perfeitamente como devemos comparecer na presença de Deus para conversar com Ele, para Lhe agradar. O que ensina é a verdade, pois não pode revelar senão o que vê (Jo 1,18). E nós podemos e devemos ouvir o que nos diz: Ele é o caminho a seguir sem vacilar; quem o segue «não anda em trevas» (*Ib*. 8,12). Agora bem, como se expressa Jesus quando nos quer ensinar esta ciência da oração, que declarou ser tão necessária que continuamente devemos praticá-la? «É preciso orar em todo o tempo e não desfalecer» (Lc 18,1). Começa por assinalar o título que devemos dar a Deus, antes de lhes apresentar as nossas homenagens; esse título, que assinala a orientação, ou melhor dizendo, que indica o caráter que deve ter a nossa conversa, e sobre o qual apoiaremos os pedidos que se seguirão; o título que nos indica a atitude da nossa alma na presença de Deus. Qual é esse título? «Pai nosso».

Recolhemos, pois, dos próprios lábios de Cristo, do Filho muito amado, em quem Deus pôs todas as suas complacências, esta preciosa indicação de que a primeira e fundamental atitude que devemos adotar nas nossas relações com Deus é a de um filho na presença de seu pai. Sem dúvida — repito uma vez mais, por ser este ponto de muita importância—, este filho nunca esquecerá a sua condição original de criatura caída no pecado e que conserva em si um germe de pecado que pode separá-lo de Deus, porque aquele que é nosso Pai «habita nos céus» e é ao mesmo tempo nosso Deus. «Vede aqui, dizia Nosso Senhor ao despedir-se dos seus discípulos, que volto ao meu Pai, que é também o vosso, ao meu Deus, que é também o vosso» (Jo 20,17). Por este motivo, o filho de Deus adotará sempre uma atitude de profunda reverência e de profunda humildade, suplicará que lhe sejam perdoados os seus pecados, que não caia em tentação e seja livrado do mal; mas acompanhará aquela humildade e reverência com uma confiança inabalável, porque «todo o dom perfeito desce do alto, do Pai das luzes» (Tg 1,17), e com um amor terno, amor do filho ao seu Pai, e Pai amoroso. [Levada, por assim dizer, sobre as asas da fé e da esperança, a alma levanta o seu voo em direção ao céu e se eleva até Deus. Com profunda piedade e veneração, expõe a Deus com total confiança todas as suas necessidades, *como faria o filho único ao mais amado dos pais*.— Catecismo do Concílio de Trento, 4ª parte, capítulo 1.— «Deus vos manda apresentarem-se diante d'Ele, não com medo e tremendo, como um escravo diante do seu senhor, mas para refugiar-se junto d'Ele com total liberdade e perfeita confiança, como uma criança perto do seu pai. *Ib*. cap.2].

É, pois, a oração como a manifestação da nossa vida íntima de filhos de Deus, como o fruto da nossa filiação divina em Cristo; como o desenvolvimento espontâneo dos dons do Espírito Santo. Por isso é tão vivificante e tão fecunda. A alma que se entrega regularmente à oração retira dela graças inefáveis que a transformam pouco a pouco, à imagem e semelhança de Jesus, Filho único do Pai celestial. «A porta, diz Santa Teresa, por onde penetram na alma as graças escolhidas, como as que o Senhor me fez, é a oração; uma vez fechada esta porta, ignoro como poderia concedê-las» (*Vida*, cap.8).

Da oração, tira a alma alegrias que são como presságio da união celestial, dessa herança eterna que nos espera. «Em verdade, dizia Jesus

Cristo, quanto pedirdes de salutar ao meu Pai em meu nome, ele vo-lo concederá, para que a vossa alegria seja completa» (Jo 16,24). É nisso que consiste a oração mental: trato íntimo de coração a coração entre Deus e a alma, «estando muitas vezes a tratar a sós com quem sabemos que nos ama» (Santa Teresa, *Ib*. cap. 8).

Mas este trato ou conversa do Filho de Deus com o seu Pai celestial realiza-se sob a *ação do Espírito Santo*. De fato, Deus, por meio do profeta Zacarias, havia prometido que, na Nova Aliança, «derramaria sobre as almas o espírito de graça e de oração» (Zac 12,10). Este espírito é o Espírito Santo, o Espírito de adoção, que Deus envia aos corações daqueles que tem predestinados a serem seus filhos em Cristo Jesus. Os dons que este Espírito divino infunde nas nossas almas no dia do batismo, juntamente com a graça, ajudam-nos nas nossas relações com o Pai celestial. O dom do temor enche-nos de reverência diante de sua divina majestade; o dom da piedade torna compatível com essa reverência a ternura própria de um filho para com o seu pai; o dom da ciência apresenta à alma uma nova luz sobre as verdades da ordem natural, o dom da inteligência faz com que ela penetre nas profundezas ocultas dos mistérios da fé; o dom da sabedoria dá-lhe o gosto, o conhecimento afetivo das verdades reveladas. Os dons do Espírito Santo são disposições muito reais às quais não prestamos bastante atenção; por isso o Espírito Santo, que habita na alma do batizado, como num templo, ajuda e guia as nossass relações com o Pai celestial: «O Espírito Santo fortalece a nossa fraqueza... Ele mesmo intercede por nós com gemidos inenarráveis». (Rm 8,26) [O Espírito Santo é a alma das nossas orações; Ele no-las inspira e faz com que sejam sempre aceitáveis. *Catec. do Conc. de Trento*, 4ª parte, c. 1, 7].

O elemento essencial da oração é o contacto sobrenatural da alma com Deus, através do qual a alma recebe aquela vida divina que é a fonte de toda a santidade. Este contacto estabelece-se quando a alma, elevada pela fé e pelo amor, apoiada em Jesus Cristo, se entrega a Deus, à sua vontade, por um movimento do Espírito Santo: «O sábio ocupa-se desde a alvorada em velar diante do Deus que o criou, e eleva as suas orações diante do Altíssimo» (Ecli 39,6). Nenhum raciocínio, nenhum esforço puramente natural pode produzir este contacto: «Ninguém pode dizer: Senhor Jesus, se

não for movido pela graça do Espírito Santo» (1Cor 12,3). Este contacto verifica-se nas obscuridades da fé, mas enche a alma de luz e de vida.

A oração é, portanto, o desdobramento, sob a ação dos dons do Espírito Santo, dos sentimentos próprios da nossa adoção divina em Jesus Cristo; e por isso deve ser acessível a toda alma batizada, de boa vontade. Além disso, Jesus Cristo convida todos os seus discípulos a aspirar à perfeição para serem filhos dignos do Pai celestial. «Sede, pois, perfeitos, como perfeito é o vosso Pai celestial» (Mt 5,48). Assim, a perfeição, na prática, não é possível se a alma não vive da oração. Não é, portanto, evidente que Cristo não poderia desejar que a maneira de tratar com Ele na oração fosse complicada e fora do alcance das almas mais simples que O buscam com sinceridade? Por isso deixei dito que a oração pode ser definida como uma conversa do filho de Deus com o seu Pai celestial: «Pai nosso, que estás nos céus».

2. Dois fatores afetarão os termos desta conversa: primeiro fator: a medida da graça de Cristo; suma discrição que deve ser observada a este propósito; doutrina dos principais mestres da vida espiritual; o método não é o mesmo que a oração.

Numa conversa, ouve-se e fala-se; a alma entrega-se a Deus e Deus comunica-se à alma.

Para ouvir Deus, para receber as suas luzes, basta que o coração esteja penetrado por sentimentos de fé, de reverência, de humildade, de ardente confiança, de amor generoso.

Para lhe falar, é preciso ter algo que lhe dizer. Qual será o tema da conversa? Este depende principalmente de dois fatores: a medida da graça que Jesus Cristo dá à alma e o estado da própria alma.

A primeira coisa que devemos ter presente é, portanto, a medida dos dons da graça comunicados por Cristo (Ef 4,7). Jesus Cristo, enquanto Deus, é o dono absoluto dos seus dons: concede a sua graça à alma, como e quando julga oportuno; derrama nela a sua luz quando é do agrado da sua soberana majestade; guia-nos e leva-nos ao seu Pai pelo seu Espírito. Se

lessem os mestres da vida espiritual, veriam que sempre respeitaram santamente esta soberania de Cristo na dispensa dos seus favores e das suas luzes; isso explica a sua extrema reserva ao tratar das relações da alma com o seu Deus.

São Bento, que foi um eminente contemplativo, favorecido com graças extraordinárias de oração e mestre no conhecimento das almas, exorta os seus discípulos a «entregarem-se frequentemente à oração» [*orationi frequenter incumbere*. Regra, cap. IV], deixando claramente a entender que a vida de oração é de absoluta necessidade para encontrar Deus. Mas quando se trata de regulamentar a forma de dedicar-se à oração, faz isso com particular discrição. Presupõe, naturalmente, que já se adquiriu certo conhecimento habitual das coisas divinas por meio da leitura assídua das Sagradas Escrituras e das obras dos Santos Padres da Igreja. No que diz respeito à oração, limita-se a indicar, em primeiro lugar, qual deve ser a disposição com que a alma deve aproximar-se da presença de Deus: profunda reverência e humildade [é de notar que o Patriarca dos monges intitula o capítulo da oração: «Da reverência que se deve observar na oração», cap. XX.], e quer que a alma permaneça na presença de Deus com um espírito de grande arrependimento e perfeita simplicidade. Esta disposição é a melhor para ouvir a voz de Deus com fruto. No que diz respeito à própria oração, além de a relacionar intimamente com a salmodia (da qual a oração não é mais do que a continuação interna), São Bento faz consistir em impulsos curtos e fervorosos do coração a Deus. «A alma, diz, seguindo o conselho do próprio Cristo (Mt 7,7), deve evitar falar demasiado; não prolongará o exercício da oração a menos que seja arrastada a isso pelos movimentos do Espírito Santo, que habita nela pela graça». Nenhuma outra indicação expressa sobre a oração nos deixou o legislador da vida monástica.

Outro grande mestre da vida espiritual, elevado a um alto grau de contemplação e cheio das luzes da graça e da experiência, Santo Inácio de Loyola, deixou escritas algumas palavras, cuja profunda sabedoria nunca será suficientemente apreciada: «Aquela oração que é melhor para qualquer pessoa, escreve a São Francisco de Borja, é aquela em que Deus nosso Senhor mais se comunica, pois Deus vê e sabe o que é mais adequado para nós e, sabendo tudo, indica-nos o caminho a seguir. Mas temos primeiro

que tatear de forma obscura, antes de encontrar este caminho que nos levará à vida sem fim, onde desfrutaremos os mais santos dons de Deus (Carta 20-IX-1548). Ensina, pois, o Santo que se deve deixar a Deus o cuidado de indicar a cada alma o melhor modo e maneira de tratar com Ele.

Santa Teresa, em vários trechos das suas *Obras*, inculca o mesmo pensamento: «Isto importa muito a qualquer alma que tenha oração, pouca ou muita, que não a isole nem aperte. Deixe-a andar por estas moradas para cima e para baixo e aos lados» (*Moradas*, 1ª, cap.2). [Ver também *Vida*, princípio do cap.12, cap.13 e cap.22, onde diz que Deus conduz as almas por caminhos e sendas muito distintas. Veja também os caps.18 e 27, onde ensina quão excelente é a oração de fazer companhia ao Nosso Senhor nos diferentes mistérios e entreter-se com Ele em simples colóquios].

São Francisco de Sales não é menos reservado; - vejamos o que ele diz. O texto é bastante longo, mas exprime bem a natureza da oração, fruto dos dons do Espírito Santo, e a discrição com que deve ser seguida: «Não penseis, minhas filhas, que a oração seja obra do espírito humano, é um dom especial do Espírito Santo, que eleva as potências da alma acima das forças naturais, para se unir a Deus por sentimentos e comunicações das quais o raciocínio e a sabedoria dos homens são incapazes. Os caminhos pelos quais Ele conduz as almas santas neste exercício (que é, sem dúvida, o exercício mais divino de uma criatura racional) são surpreendentes na sua variedade e dignos de todo o louvor, pois nos levam a Deus e sob a sua orientação; mas não devemos inquietar-nos em seguir todos os caminhos, nem mesmo escolher algum segundo o nosso próprio parecer; o que importa é reconhecer o efeito da graça em nós e ser fiéis a ela» (*Resumo do espírito interior das religiosas da Visitação*, explicado por São Francisco de Sales e recolhido por Mons. Maupas).

Poderíamos multiplicar citações e testemunhos semelhantes, mas os que apresentamos bastarão para demonstrar que, embora os mestres da vida espiritual coloquem um empenho especial em convidar as almas a dedicar-se à oração, por ser um elemento essencial para a perfeição espiritual, no entanto, têm o cuidado de não impor indistintamente a todas as almas um caminho com preferência a outro. Dizemos «impor»: eles indicam ou recomendam métodos particulares; todos têm o seu valor, é preciso

reconhecê-lo; todos encerram a sua utilidade, que se pode comprovar. Assim, querer impor indistintamente a todas as almas o mesmo método seria desconhecer a liberdade divina, segundo a qual Jesus Cristo distribui as suas graças, e as inclinações que o seu Espírito faz nascer em nós.

Em matéria de método, o que ajuda uma alma pode incomodar outra. A experiência demonstra que muitas almas que têm facilidade para conversar habitual e simplesmente com Deus, retirando muito fruto, se veriam torturadas se fossem submetidas a tal ou qual método. Cada alma, portanto, deve examinar-se antes de se impor a si mesma o melhor método de conversar com Deus, deve, por um lado, apreciar as suas aptidões, as suas disposições, os seus gostos, as suas aspirações, o seu género de vida; tentar conhecer o impulso do Espírito Santo; ter em conta os seus progressos na vida espiritual. Deve, por outro lado, ser dócil e responder generosamente à graça de Cristo e à ação do Espírito Santo. Encontrado o caminho que mais lhe convém, após vários ensaios inevitáveis nos princípios, a alma deve segui-lo fielmente, até que o Espírito Santo a conduza a outro caminho; isso é uma garantia de fecundidade.

Um outro ponto, que considero muito importante e que guarda íntima relação com o anterior, é o de não confundir a essência da oração com os métodos (sejam eles quais forem) que utilizamos para a fazer. Existem almas que chegam a persuadir-se de que se não seguem tal ou qual método, não fazem oração; há aqui uma confusão de ideias que pode acarretar sérias consequências. Por terem confundido a essência da oração com o uso do método, essas almas não se atrevem a mudá-lo, mesmo quando reconhecem que o que têm é um obstáculo ou completamente inútil; ou então, o que acontece com mais frequência, encontrando o método incómodo, abandonam-no sem hesitação, e, juntamente com ele, a oração, e isso com grande detrimento da sua alma. Uma coisa é o método e outra é a oração: aquele deve variar conforme as disposições e necessidades das almas; enquanto que esta (quero dizer, a oração ordinária) deve ser essencialmente sempre a mesma para todas as almas: uma conversa pela qual o coração do filho de Deus se expande diante do seu Pai celestial e O escuta para Lhe agradar. O método, sustentando o espírito, ajuda a alma na sua união com Deus; é um meio, mas não deve tornar-se um obstáculo. Se tal método ilumina a inteligência, enche de fervor a vontade e a leva a entregar-se às

inspirações divinas e a derramar-se intimamente na presença de Deus, será um bom método, mas não deve ser seguido quando contraria realmente a inclinação da alma, quando a agita e priva de todo o progresso na vida espiritual; nem também quando, devido aos progressos da alma, se torna já inútil.

3. Segundo elemento: estado da alma. As diferentes fases da vida de perfeição caracterizam, de uma forma geral, os diversos graus da vida de oração. Trabalho discursivo dos princípios.

O segundo fator que deve ser tido em conta para determinar o tema habitual das nossas relações com Deus é *o estado da alma*.

A nossa alma não está sempre no mesmo estado. Como é sabido, a tradição ascética distingue três graus ou estados de perfeição: a via purgativa, que é percorrida pelos principiantes; a via iluminativa, na qual avançam os fervorosos, e a via unitiva, própria das almas perfeitas. Esses estados foram assim classificados por predominar neles, embora não exclusivamente, tal ou qual caráter: num, o trabalho de purificação da alma, noutro, a sua iluminação, e no terceiro, o seu estado de união com Deus. Claro que a natureza habitual dos exercícios da alma se diferencia conforme o estado em que se encontra.

Feita a abstração, pois, do impulso do Espírito Santo e das aptidões da alma, aquele que começa a percorrer os caminhos da vida espiritual deve exercitar-se em adquirir por si mesmo o hábito da oração. Pois, embora o Espírito Santo nos ajude poderosamente nas relações com o nosso Pai celestial, a sua ação não se produz na alma independentemente de certas condições relacionadas com a nossa natureza. O Espírito Santo conduz-nos de acordo com o nosso modo de ser; somos inteligência e vontade, mas não amamos senão o bem que conhecemos; não nos inclinamos senão para o bem reconhecido como tal pelo nosso entendimento. Devemos, pois, para nos unirmos plenamente a Deus —não é este o melhor fruto da oração?—, conhecer Deus tão perfeitamente quanto nos seja possível. Por essa razão, diz São Tomás: «tudo o que ilumina a fé, está ordenado para a caridade» (*In Epist. I. S. Pauli ad Timoth*., cap.I, lection.2ª).

Ao começar, portanto, a procurar a Deus, a alma deve adquirir princípios intelectuais e conhecimentos que fortaleçam a sua fé. Porquê? — Porque sem eles não encontrará o que dizer, e a conversa degenerará em pura fantasia, sem fundo nem fruto, ou se transformará num exercício enfadonho, que logo abandonará a alma. Devem reunir-se primeiramente esses conhecimentos, e depois conservá-los, renová-los e reforçá-los. De que maneira? É necessário dedicar durante certo tempo, auxiliando-se de algum livro, à meditação continuada sobre um ponto qualquer da Revelação; a alma consagra um período mais ou menos longo, de acordo com ass suas disposições, a meditar os principais artigos da fé, a fim de considerá-los minuciosamente um a um; e assim obterá, como resultado dessas considerações sucessivas, os conhecimentos necessários que servirão de base para a oração.

Esse trabalho, puramente discursivo, não deve ser confundido com a oração; não é mais do que um preâmbulo útil e até necessário para iluminar, guiar, dispor ou sustentar a inteligência, mas um prelúdio afinal. A oração não começa, na realidade, senão quando, aquecida a vontade, entra sobrenaturalmente em contacto, através do afeto, com o bem divino, e se abandona a Ele por amor, para Lhe agradar, para cumprir os Seus mandatos e desejos. O lugar próprio da oração é o coração; por isso se disse de Maria que guardava as palavras de Jesus *in corde suo* , no seu coração (Lc 2,51); pois é dele, na verdade, que arranca essencialmente a oração. Quando Nosso Senhor ensinava a orar aos Seus discípulos, não lhes dizia: «Vais entreter-te em tais ou quais raciocínios», mas antes: «Manifestareis os afetos dos vossos corações de filhos». «Assim devereis orar: Pai nosso... Santificado seja o teu nome...». As petições que Jesus Cristo nos manda fazer, diz Santo Agostinho, são a norma à qual devemos ajustar os desejos do nosso coração [*Verba quæ Dominus noster Iesus Christus in oratione docuit forma est desideriorum*. Sermo LVI, c. 3]. Uma alma (e não é mais do que uma suposição) que limitasse regularmente o seu trabalho ao raciocínio intelectual, mesmo que versasse sobre matérias de fé, não faria oração. [Assim se expressa sobre este particular, Saudreau, cujas obras ascéticas são bastante conhecidas; o que vai entre travessões o acrescentamos nós: «Notemos bem, a súplica é a parte capital da oração, ou melhor dizendo, a oração começa com ela. Enquanto a alma não se volta para Deus para Lhe falar — para Louvá-Lo, Bendizê-Lo, Glorificá-Lo; para

se deleitar nas Suas perfeições, para Lhe dirigir as suas súplicas, para se entregar às Suas inspirações — pode, na verdade, meditar, mas não ora nem faz oração. Encontram-se pessoas que se enganam e passam meia hora do exercício de meditação refletindo, sim, mas sem dizer nada a Deus: e mesmo que a tais cavilações tenham juntado desejos piedosos e generosas resoluções, contudo, não fizeram verdadeira oração; sem dúvida alguma, não só o entendimento atuou, mas também se comoveu o coração, e se sentiu impelido para o bem com ímpeto e ardor, mas não se derramou no coração de Deus. Tais meditações, embora não totalmente inúteis, rapidamente produzem cansaço e frequentemente desânimo e abandono de tão santo exercício». *Os graus da vida espiritual*.— Veja também R. P. Schrijvers, C. SS. R., *La bonne volonté,* II parte, cap.I, *A oração*]. Daqui resulta que se encontram almas, mesmo entre os principiantes, que tiram mais fruto de uma simples leitura «intercalada», com afetos e suspiros do coração, do que de um exercício no qual apenas se exercita a razão.

Neste exercício, não poderão ser evitadas no princípio certas «tentativas», mas para se precaver das ilusões da preguiça, a alma deve necessariamente ajudar-se com o conselho de um diretor experiente.

4. Quão importante é na via iluminativa a contemplação dos mistérios de Cristo: o estado de oração

A experiência, contudo, demonstra que à medida que uma alma progride nos caminhos da vida espiritual, o trabalho discursivo do raciocínio vai diminuindo. Por quê? Porque a alma, penetrada pelas verdades cristãs, não precisa de reunir conhecimentos sobre a fé; já os possui, e não tem outro trabalho senão conservá-los e renová-los através de leituras santas.

Daqui resulta que a alma, assim embebida e possuída das verdades divinas, não precisa entreter-se em prolongadas considerações; já é dona de todos os elementos materiais da oração. Sem outra preparação, e sem o trabalho discursivo, que normalmente necessitam aquelas que ainda não adquiriram tais conhecimentos, pode entrar em conversação com Deus.

Esta lei baseada na experiência não está isenta, naturalmente, de exceções que é preciso respeitar cuidadosamente. Há almas muito avançadas nos caminhos da vida espiritual que nem sabem nem podem fazer oração sem a ajuda de um livro; a leitura serve-lhes, por assim dizer, como um isco e um estímulo; não devem, portanto, abandoná-la. Outras almas não sabem conversar com Deus se não recorrerem à oração vocal; isso as prejudicaria se fossem lançadas por outro caminho, mas, em geral, é evidente que, à medida que a alma progride na luz da fé e na fidelidade, a ação do Espírito Santo toma proporções maiores, e cada vez sente menos a necessidade de recorrer ao raciocínio para encontrar Deus.

Isto acontece sobretudo, e a experiência o demonstra, em relação àquelas almas que têm um conhecimento mais enraizado e mais desenvolvido dos mistérios de Cristo.

Vejam o que São Paulo escrevia aos primeiros cristãos: «Permaneçam nos vossos corações e com abundância as palavras de Cristo» (Col 3,16).

O grande Apóstolo desejava isto para que os fiéis se instruíssem e exortassem uns aos outros com sabedoria. Mas esta recomendação serve também para as nossas relações com Deus. Como?

A palavra de Cristo está contida nos Evangelhos, os quais encerram, juntamente com as Epístolas de São Paulo e de São João, a exposição mais sobrenatural, por ser inspirada, dos mistérios de Cristo. Ali encontra o filho de Deus os melhores títulos da sua adoção divina e o exemplo mais direto da sua conduta. Através deles, Jesucristo manifesta-se-nos na sua existência terrena, na sua doutrina e no seu amor. Ali encontramos a melhor fonte de conhecimento sobre Deus, a sua natureza, as suas perfeições, as suas obras: «Deus fez brilhar nos nossos corações a sua clareza, que resplandece no rosto de Jesucristo» (2Cor 4,6). Jesucristo é a grande revelação de Deus ao mundo. Deus nos diz: «Este é o meu Filho muito amado, ouvi-o». Como se nos dissesse: «se quiserdes agradar-me, olhai para o meu Filho, imitai-o; não vos peço outra coisa, porque nisso consiste a vossa predestinação, em que sejais como o meu Filho».

O caminho mais direto para chegar a conhecer Deus é, portanto, olhar para Nosso Senhor e contemplar as suas ações; quem o vê, vê o seu Pai,

uma vez que é um com Ele, e não faz senão o que pode agradar-Lhe, uma vez que cada um dos seus atos é objeto das complacências do Pai e merece que os proponhamos à nossa contemplação. «E vejo eu claro, escreve Santa Teresa, e vi depois que, para agradar a Deus e que nos faça grandes mercês, quer que seja mediante esta Humanidade sacratíssima, na qual Sua Majestade se deleita. Muito frequentemente o vi por experiência: assim me disse o Senhor. Vi claro que devemos entrar por esta porta , se queremos que a soberana Majestade nos mostre grandes segredos. Mesmo que vossa mercê estivesse no ápice da contemplação», escreve Santa Teresa, «não tome outro caminho senão o de considerar a santa humanidade de Jesus. Caminha-se com segurança ao longo dessa estrada. Nosso Senhor é para nós a fonte de todo o bem; Ele mesmo nos ensinará.». E a Santa acrescenta: «Olhe para a vida d'ele; Ele é o melhor modelo. Se, em vez de tomar o hábito de ter (em oração) esta santa Humanidade sempre presente diante de nós - e queira Deus que ela estivesse sempre presente - propositalmente e deliberadamente fizermos exatamente o contrário, mais uma vez é isso que eu desaprovo. Agir assim é andar no ar, como dizem. E, de facto, por mais cheia de Deus que uma alma possa crer estar, ela carece de um ponto de apoio. Sendo homens, é muito vantajoso para nós, enquanto estivermos nesta vida, considerar Deus feito homem»,

Mas Cristo não somente agiu, mas também falou (At 1,1). Todas as suas palavras revelam os segredos divinos, e não fala senão do que vê. As suas palavras, ele mesmo nos diz, são para nós espírito e vida, são a vida da nossa alma, não já à maneira dos sacramentos, mas na medida em que são luz que ilumina e vigor que nos sustenta. As palavras e ações de Jesus são para nós outros tantos motivos de confiança e de amor, e princípios de ação.

Vede por que as palavras de Cristo devem «permanecer em nós», se devem ser, como devem, princípios de vida; vede também por que é tão útil à alma que deseja viver de oração, ler e reler o Evangelho, seguir a Igreja nossa Mãe quando nos representa os feitos e nos lembra as palavras de Jesus ao longo do ciclo litúrgico... Ao passar diante dos nossos olhos todas as etapas da vida de Cristo, Esposo Seu e irmão mais velho nosso, a Igreja proporciona-nos matéria abundante com a qual a alma pode alimentar a sua oração. A alma que segue assim Nosso Senhor, passo a passo, dispõe, fornecidos pela Igreja, todos os elementos materiais que lhe são necessários

para a oração; nela, acima de todas as coisas, é onde a alma fiel encontra o «Verbo de Deus», e, unida a Ele pela fé, é fecundada sobrenaturalmente, uma vez que a menor palavra de Jesus é para ela luz deslumbrante, manancial de vida e de paz.

O Espírito Santo é quem nos faz compreender a fecundidade destas palavras. O que disse Jesus aos seus discípulos antes de subir ao céu? «Eu vos enviarei o Espírito Santo, e Ele vos recordará tudo o que vos tenho dito» (Jo 14,26). Não deve considerar-se uma vã promessa, porque as palavras de Cristo não passam. Cristo, Verbo encarnado, deu-nos o seu divino Espírito no dia do Batismo. Ele e o seu Eterno Pai enviaram-no, porque o Batismo nos fez filhos do Pai e irmãos de Jesus Cristo. O seu Espírito habita em nós. «Permanece convosco e está em vós» (*Ib* 14,17). Mas, para que está em nós esse Espírito da verdade? Nosso Senhor mesmo nos diz: «O Espírito habita em vós para vos recordar as minhas palavras». E qual é o sentido dessas palavras do Salvador? Quando consideramos as ações de Cristo e os seus mistérios, servindo-nos, por exemplo, da leitura dos Evangelhos, revendo uma vida do Nosso Senhor, ou seguindo as instruções da Igreja durante o ano litúrgico, acontece às vezes que, num dia qualquer, tal palavra que havíamos lido e relido cem vezes, sem que nos tivesse chamado a atenção, ganha de repente aos nossos olhos um relevo e sentido sobrenatural totalmente novos. É como um raio de luz que o Espírito Santo ilumina no fundo da nossa alma; é a revelação súbita de uma fonte de vida até então insuspeitada. É como se um novo horizonte mais amplo e luminoso se abrisse diante dos olhos da alma; é um mundo por explorar que o Espírito nos descobre. O Espírito Santo, a quem a liturgia chama «o dedo de Deus», *Digitus Dei* [Himno *Veni Creator*], grava e esculpe na alma essa palavra divina, que permanecerá nela como luz esplendorosa, como um princípio de ação; e se a alma é humilde e dócil, essa palavra divina vai pouco a pouco agindo silenciosa mas eficazmente.

Se todos os dias reservarmos algum tempinho, longo ou breve, conforme as nossas aptidões e os deveres do nosso estado, para conversar com o Pai celeste, para recolher as suas inspirações e ouvir os chamamentos do Espírito, então acontecerá que as palavras de Cristo, as *Verba Verbi*, como diz Santo Agostinho, serão cada vez mais frequentes e inundarão a alma com torrentes de luz, abrindo nela fontes inapagáveis de vida. Assim

se cumprirá a promessa de Jesus, que disse: «Se alguém tiver sede, venha a Mim e beba; quem crer em Mim, do seu seio correrão rios de água viva». E acrescenta logo a seguir São João: «Isto disse sobre o Espírito que tinham de receber os que cressem n'Ele» (Jo 7, 37-38).

A alma, por sua vez, traduz constantemente os seus sentimentos em atos de fé, de dor e compaixão, de confiança e de amor, ou de complacência e entrega à vontade do Pai celestial. Move-se num ambiente totalmente divino; a oração torna-se a sua respiração e como a sua vida; nela vive habitualmente, e, portanto, não necessita de esforço para encontrar Deus, mesmo no meio das ocupações mais absorventes.

Os momentos que dedica diariamente ao exercício formal da oração não são senão a intensificação desse estado habitual de doce repouso e união com Deus, em que lhe fala interiormente e escuta ela mesma a voz do Altíssimo. Esse estado não é a mera presença de Deus, mas um colóquio interior e amoroso, em que a alma fala a Deus às vezes pelos lábios; ordinariamente com o coração, permanecendo sempre unida a Ele, não obstante os múltiplos afazeres diários. Existem não poucas almas simples, mas retas, que, fiéis ao chamamento do Espírito Santo, alcançam esse estado tão desejável.

«Senhor, ensina-nos a orar!»...

5. A oração da fé; a oração extraordinária

Depois acontece que, à medida que a alma se vai aproximando do Soberano Bem, começa também a participar mais da simplicidade divina. Na meditação, conseguimos formar alguma ideia de Deus através daquilo que nos dita a razão e a Revelação; mas à medida que vamos avançando na vida espiritual, esses mesmos conceitos vão-se simplificando, embora nunca possamos concebê-lo tal como é. Onde encontraremos a Deus tal como é? Unicamente na fé pura. A fé é aqui o que a visão beatífica será no céu, onde veremos a Deus face a face, e tal como é.

A fé revela-nos que Deus é incompreensível. Portanto, quando tivermos conseguido ver que Deus ultrapassa infinitamente todas as nossas ideias,

por mais sublimes que nos pareçam, então será quando teremos começado a entender algo do que é Deus. O conceito que temos de Deus, embora analógico, manifesta-nos, contudo, algo das perfeições e atributos divinos. Na oração da fé, a alma compreende que a essência divina, tal como é em si, na sua simplicidade transcendental, está muito acima de tudo o que a inteligência pode imaginar, mesmo auxiliada pela Revelação [São Tomás, I, q.13, a.2, ad 3]. A alma prescinde de tudo quanto os sentidos, a imaginação e até a própria inteligência lhe representavam, para atentar unicamente ao que a fé lhe dita sobre Deus. A alma progrediu, passou sucessivamente pela esfera dos sentidos e da imaginação, do conhecimento intelectual e dos símbolos revelados; já toca o véu do Santo dos Santos; sabe que Deus se oculta atrás desse véu como atrás de uma nuvem; quase o toca, mas ainda não o vê. Neste estado semelhante à oração de fé, a alma se acolhe a Deus, com quem se sente unida, apesar das trevas que apenas a luz beatífica será capaz de dissipar; sem variar muito de afetos, saboreia Deus, a quem tem a felicidade de possuir. «Sentei-me à sombra d'Aquele que desejava, cujo fruto é suavíssimo à minha garganta» (Cant 2,3). Já entrou na oração de quietude, onde se pode afirmar que chegam muitas almas quando são fiéis à graça. Ao ir-se adaptando a este género de oração e familiarizando-se com ele, a alma encontra nessa simples adesão de fé, nesse abraço de amor, o valor da elevação interior, a liberdade de coração, a humildade e a entrega ao beneplácito divino, que lhe são necessários na longa caminhada rumo ao santo monte, em direção à plenitude de Deus. «Uma coisa são as muitas palavras e outra o afeto firme e constante» (*Epíst*., 130, c. 19), diz Santo Agostinho.

Depois, se assim o quiser a Bondade Suprema, Deus mesmo fará transpor aquela alma as fronteiras ordinárias do sobrenatural para se dar a ela em comunicações misteriosas, nas quais as faculdades naturais, elevadas pela ação divina, recebem, sob a influência dos dons do Espírito Santo, e, acima de tudo, os de entendimento e de sabedoria, uma maneira de operar superior. Os místicos descrevem os diversos graus dessas operações divinas que às vezes são acompanhadas por fenómenos extraordinários, como o êxtase.

Não podemos, de modo algum, ascender com os nossos próprios esforços a tal grau de oração e união com Deus, pois isso depende

unicamente da sua livre e soberana vontade. Será que pelo menos se pode desejar? Se se trata dos fenómenos acidentais que acompanham a oração, como são as revelações, o êxtase e os estigmas, desde logo que não, pois haveria nisso temeridade e presunção; mas tratando da substância mesma da oração, isto é, do conhecimento puro, simples e perfeito que Deus oferece nela das suas perfeições, do amor ardente que disso resulta na alma, ah!, então vos direi que desejeis com todas as vossas forças um alto grau de oração e o prazer da contemplação perfeita. Porque Deus é o autor principal da nossa santidade; e é nessas comunicações que precisamente ele trabalha com maior empenho; portanto, não desejá-las seria não desejar «amar a Deus com toda a nossa alma, toda a nossa mente, todas as nossas forças e todo o nosso coração» (Mc 12,30). Além disso, que coisa dá à nossa vida todo o seu valor, quem fixa — salvo a ação divina —, quem determina os graus da nossa santidade? — Já vos disse que é a intensidade do amor com que vivemos e agimos.

Pois bem, prescindindo por agora da ação direta dos sacramentos, deve-se dizer que a pureza e intensidade da caridade são obtidas com abundância na oração. Vede porque nos é tão útil, e porque também podemos aspirar legitimamente a alcançar um alto grau de oração.

Claro está que nesta questão, como em tudo, devemos submeter os nossos desejos à vontade de Deus, pois só Ele sabe o que mais convém às nossas almas; e mesmo quando trabalhamos sempre para ser fiéis, generosos e humildes, para obedecer a cada momento à graça, mesmo quando suspiramos por alcançar o topo da perfeição, convém muito nunca perder a paz da alma, seguros de que Deus é suficientemente bom e sábio para nos dar o que mais nos convém.

6. Disposições indispensáveis para tornar frutífera a oração; pureza de coração, recolhimento do espírito, abandono, humildade e reverência.

Voltando agora à oração ordinária, resta-me dizer quais são as disposições de coração que devemos trazer para que ela seja frutuosa.

Para falar com Deus é preciso desprender-se das criaturas. Não falaremos dignamente ao Pai celestial se a criatura já ocupa a imaginação, o

espírito e, mais importante ainda, o coração; por isso, o primeiro, o mais necessário, o essencial para poder falar com Deus é a pureza da alma. Esta é a preparação remota indispensável.

Além disso, devemos procurar orar com recolhimento. A alma leve, dissipada e sempre distraída, a alma que não sabe nem quer esforçar-se por prender a louca da casa, ou seja: reprimir os devaneios da imaginação, nunca será uma alma de oração. Quando oramos, não devemos ser perturbados pelas distrações que nos assaltam, mas é preciso corrigir novamente o espírito levando-o docemente e sem violência ao tema que deve ocupar-nos, ajudando-nos se necessário com um livro.

Por que são tão necessária à oração esta solidão, mesmo física, e esse desapego interior da alma? Já vos disse antes, com São Paulo: porque é o Espírito Santo quem ora em nós e por nós. E como a sua ação na alma é extremamente delicada, não a devemos contrariar de maneira alguma, sob pena de «entristecer o Espírito Santo» (Ef 4,30), porque, de outra forma, o Espírito divino acabará por calar-se. Ao abandonarmo-nos a Ele, devemos, ao contrário, afastar todos os obstáculos que possam opor-se à liberdade da sua ação; devemos dizer-lhe: «Fala Senhor, porque o teu servo escuta» (1Re 3,10). Mas é de notar que essa sua voz não se ouvirá bem se não for no silêncio interior.

Devemos permanecer sempre naquelas disposições fundamentais de que vos falei ao tratar da preparação para a comunhão: não recusar a Deus nada do que nos pedir, estar sempre dispostos, como estava Jesus, a dar em tudo gosto ao seu Pai. «Faço sempre o que lhe agrada» (Jo 8,29). Disposição excelente, porquanto coloca a alma à mercê da vontade divina.

Quando dizemos a Deus na oração: «Senhor, só tu mereces toda a glória e todo o amor, por seres sumamente bom e perfeito; a ti me entrego, e porque te amo, me abraço à tua santa vontade». Então responde o Espírito divino, indicando-nos alguma imperfeição a corrigir, algum sacrifício a aceitar, alguma obra a realizar; e, amando, chegaremos a afastar tudo quanto pudesse ofender a vista do Pai celestial e a agir sempre segundo o seu agrado.

Para isso, deve-se entrar na oração com a reverência que convém na presença do Pai da Majestade [*Patrem immensæ maiestatis*. Hino *Te Deum*]. Embora sejamos filhos adotivos de Deus, somos simples criações suas, e mesmo quando se digna a comunicar-se connosco, não deixa de ser Deus o Senhor de tudo: o Ser infinitamente soberano (2Mac 14,35). A adoração é a atitude que melhor se ajusta à alma diante do seu Deus. «O Pai gosta daqueles que o adoram em espírito e em verdade». Notem o sentido íntimo destas duas palavras: «Pai... adoram». Que outra coisa nos pregam, senão que, embora tenhamos chegado a ser filhos de Deus, não deixamos por isso de ser suas criaturas?

Deus quer, além disso, através desse respeito humilde e profundo, que reconheçamos o nada que somos e valemos. Subordina a concessão dos seus dons a esta confissão, que é ao mesmo tempo uma homenagem ao seu poder e à sua bondade. «Deus resiste aos soberbos, mas aos humildes concede a sua graça» (Tg 4,6). O Senhor nos ensinou bem claramente esta doutrina na parábola do fariseu e do publicano.

Mas ainda deve abundar em maiores sentimentos de humildade a alma que ofendeu a Deus pelo pecado; neste caso, é preciso que manifeste a compunção interior com que lamenta os seus desvios, e que caia de joelhos diante do Senhor, como outra Maria Madalena pecadora.

Mas os nossos pecados passados e atuais misérias não nos devem afastar amedrontados de Deus. Talvez me digais, quem terá coragem para aparecer diante do acolhimento divino, especialmente vendo-se tão feio e tão miserável, diante de um «Deus tão grande, tão santo e tão perfeito?» É verdade que estávamos muito afastados do Pai, mas já nos aproximou d'Ele Jesus. «Fostes atraídos para o seu lado, pelo sangue de Cristo» (Ef 2,13). «Sou tão miserável!» Certamente, mas Cristo também nos dá as suas riquezas para nos apresentarmos ao Pai. «Maculei tanto a minha alma!» Pois aí tens o sangue de Cristo que lhe devolveu toda a beleza. Porque Cristo, e só Ele, é quem suplanta o nosso afastamento, a nossa miséria, a nossa indignidade, N'Ele devemos apoiar-nos quando oramos; Ele, na Encarnação, salvou o abismo que separava o homem de Deus.

7. Apenas a união com Cristo pela fé pode tornar fecunda a vida de oração; alegria que produz na alma.

Este ponto é de tal importância para as almas que aspiram à vida de oração, que creio útil insistir nele. Bem sabeis que entre Deus e nós, entre o Criador e a criatura, existe um abismo infinito. Só Deus pode dizer: «Eu sou o ser subsistente por mim mesmo» (Ex 3,14). Todos os outros seres surgiram do nada. Quem estenderá a ponte sobre este abismo? Cristo Jesus que é o mediador e o pontífice por excelência; é somente por Ele que poderemos elevar-nos a Deus. A palavra do Verbo encarnado é terminante neste aspecto. «Ninguém vai ao Pai senão por Mim» (Jo 14,6); como se dissesse: «Não chegareis à Divindade senão passando pela minha humanidade; porque eu sou, não o esqueçais jamais, eu sou o caminho, o único caminho». Só Cristo, Deus e Homem, nos eleva até ao Pai, e daí se vê o quanto é importante ter fé viva n'Ele. Se tivermos esta fé no poder da sua humanidade, uma vez que é a humanidade de um Deus, estaremos seguros de que Cristo pode pôr-nos em contacto com Deus. Porque, e já vos disse isso repetidas vezes, o Verbo, ao unir-se à nossa natureza, inicialmente nos uniu a todos com Ele. Jesus introduz-nos, unidos a Ele pela graça, no santuário inacessível da divindade, onde habitava antes de o tempo ser criado. «E o Verbo existia diante de Deus» (*Ib* 1,1). Ele nos introduz consigo em «o Santo dos Santos» (Heb 9,12), como diz São Paulo.

Por Cristo somos feitos filhos de Deus (Gal 4, 4-5); graças também a Ele, unidos a Ele, podemos agir como convém a filhos de Deus, e cumprir os deveres que decorrem da nossa adoção divina. Portanto, devemos apresentar-nos a Deus em oração como seus filhos adotivos, sendo necessário apresentarmo-nos com Cristo e por Cristo. Antes de começarmos a orar, devemos sempre unir-nos, com a intenção e o afeto, a nosso Senhor, pedindo-lhe que Ele mesmo se digne a apresentar-nos ao Pai. Assim, devemos unir as nossas súplicas às que Jesus elevava desde esta terra, àquela oração sublime que, na qualidade de mediador e pontífice, prossegue lá no céu. «Ele vive sempre para interceder por nós» (Heb 7,25).

Vede como Nosso Senhor santificou de antemão as nossas orações com o seu exemplo, «pois passava as noites com Deus, em oração» (Lc 6,12). São Paulo diz-nos que esse divino pontífice, «nos dias da sua vida mortal,

elevou súplicas e orações com grande clamor e lágrimas» (Heb 5,7). «Aí tens, cristão, diz Santo Ambrosio ao falar da oração de Cristo, aí tens o modelo a imitar» (*Expos*, *Evang. in Lc*., Lib V, c. 6). Jesus orou por si mesmo quando pediu ao Pai que o glorificasse (Jo 17,5); orou pelos seus discípulos, não para que fossem retirados deste mundo, mas para que se vissem livres do mal, porque pertencem por Ele ao Pai (*Ib*. 9); orou por todos quantos haviam de crer nele (*Ib*. 20).

Jesus deixou-nos, além disso, uma fórmula admirável de oração no Pai Nosso, onde se pede tudo quanto um filho de Deus pode pedir ao seu Pai que está nos céus. «Ó Pai!, santificado seja o vosso nome»; faça eu em tudo para a maior glória vossa, e que isso constitua o primeiro objetivo de todos os meus atos. «Venha a nós o vosso reino»; a mim e a todas as vossas criaturas; sejais Vós sempre o verdadeiro amo e senhor do meu coração, e que em tudo, seja para mim agradável ou adverso, se cumpra a vossa vontade; que eu possa dizer, como o vosso Filho Jesus, que vivo para Vós. Todas as nossas súplicas, diz Santo Agostinho, deviam reduzir-se essencialmente a esses atos de amor, a essas aspirações, a esses santos desejos que Cristo Jesus, o encanto do Pai, colocou nos nossos lábios, e que o seu Espírito, o Espírito de adoção, repete em nós (Santo Agostinho, Sermo LVI, c. 3).

É a oração por excelência de todo o filho de Deus.

Mas não só nosso Senhor santificou com o seu exemplo as nossas orações, não só nos deixou delas um modelo, mas também as apoia com o seu crédito divino e infalível, pois o nosso Pontífice tem sempre direito a ser ouvido. «Foi atendido em razão da sua dignidade» (Hb 5,7); Ele mesmo nos disse que tudo quanto pedirmos ao Pai em seu nome, isto é, colocando-o como defensor, nos será concedido. Quando nos apresentamos a Deus, desconfiemos de nós mesmos, mas acima de tudo avivemos a nossa fé no poder que Jesus, nosso chefe e irmão mais velho, tem para nos introduzir na câmara de seu Pai, que também é nosso Pai. «Subo ao meu Pai, que é também vosso Pai» (Jo 20,17). Porque se esta fé é viva, unimo-nos por meio dela estreitamente com Jesus Cristo, e «Cristo, que habita em nós pela fé» (Ef 3,17) nos eleva até ao Pai. «Quero, Pai, que os meus estejam comigo onde eu estou» (Jo 17,24). Onde está Ele? No seio do Pai. Estamos

pela fé onde Ele está na realidade, no seio do Pai. «Em Cristo, diz São Paulo, pela fé temos confiança e acesso a Deus» (Ef 3,12). Então começa a oração; Cristo, pelo seu Espírito, ora connosco e por nós (Hb 7,25). Que motivo mais poderoso para nos atrevermos a comparecer confiantes diante de Deus! Se é Cristo quem nos apresenta, que nos mereceu a filiação divina, sinal certo de que não somos mais hóspedes e estrangeiros, mas filhos (Ef 1,19), podemos desde logo entregar-nos às expansões de um amor terno, que é perfeitamente compatível com um profundo respeito. O Espírito Santo, Espírito de Jesus, combina com os Seus dons, de temor e de piedade, esses sentimentos de adoração rendida e de confiança ilimitada, que à primeira vista parecem sentimentos contraditórios, e dá à nossa atitude interior o caráter que convém às nossas relações com Deus.

Apoiai-vos pois, em Jesus Cristo. Ele nos disse: «Tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, eu mesmo o farei, a fim de que o Pai seja glorificado no Filho» (Jo 14,13). «Até hoje nada pedistes em meu nome; pedi e recebereis, de modo que a vossa alegria seja completa» (*Ib*. 16,24). Pedir em nome de Jesus é pedir aquilo que é conforme à nossa salvação, vivendo sempre unidos a Ele por fé e amor, como membros vivos do seu corpo místico. «Cristo, diz, Santo Agostinho, intercede por nós na qualidade de Pontífice; ora em nós porque é a nossa Cabeça» [*Orat pro nobis ut sacerdos noster; orat in nobis ut caput nostrum. Enarr. in Ps*. LXXXV, c. 1]. Por isso, acrescenta o Santo, o Pai Eterno não pode separar-nos de Cristo, assim como não se pode separar o corpo da sua cabeça. Ao olhar-nos, vê em nós o seu Filho, porque formamos um todo com Ele.

Daí resulta também que ao conceder-nos o Pai o que pede o seu Filho em nós e para nós, é «glorificado no seu próprio Filho», porque o Pai cifra toda a sua glória em amar o seu Filho e em deleitar-se n'Ele. Diz Santa Teresa que «muito contente é Deus ao ver uma alma que com humildade coloca como mediador o seu Filho» (*Vida*, cap. 22). Que outra coisa faz a Igreja, a Esposa de Cristo, ao terminar sempre as suas orações com o nome do seu divino Esposo, «que vive e reina nos céus com o Pai e o Espírito Santo»?

E assim a nossa alegria será completa. Não aqui em baixo, onde ainda é preciso lutar, e onde nem sempre veremos imediatamente satisfeitos todos

os nossos desejos, «porque o homem que semeia hoje, não espera para amanhã mesmo a colheita», segundo frase de Santo Agostinho (*Tract. in Joan*., 73, n.4); mas entretanto, vai-se aperfeiçoando pouco a pouco essa alegria íntima de se sentir filho de Deus, alegria e confiança que serão um dia cumpridas na eterna bem-aventurança. Porque a alma que verdadeiramente se entrega à oração, vai-se desapegando mais e mais de tudo o que é terreno, para penetrar mais profundamente na vida de Deus.

Procuremos, pois, ser dessas almas unidas a Deus por meio da oração; peçamos ao Senhor que nos conceda esse dom preciosíssimo, manancial ele mesmo de muitas grandes graças; que Deus nos outorga por Cristo. Estejamos certos de que viveremos cada vez mais conforme ao espírito da nossa adoção e se irá afiançar em nós a qualidade inestimável de filhos de Deus, «para glória do nosso Pai celestial e plenitude da nossa alegria» (Jo 14,13; 16,24)

XI
Amai-vos uns aos outros

Vimos nas páginas que antecedem como a fé em Jesus Cristo, Filho de Deus, fé viva, prática, que se manifesta, sob a influência do amor, em obras de vida, que se alimenta com a Eucaristia e a oração, nos leva gradualmente à união íntima com Cristo até ao ponto de nos transformarmos n'Ele.

Mas se queremos que essa transformação da nossa vida na de Cristo Jesus seja completa e verdadeira, e não encontre obstáculos para a sua perfeição, é necessário que o amor que professamos a Nosso Senhor Jesus irradie à nossa volta e se derrame sobre todos os homens. É isso que São João nos indica ao resumir toda a vida cristã nestas palavras: «O mandamento de Deus é que creiamos no nome do seu Filho Jesus Cristo e que nos amemos mutuamente» (Jo 3,23).

Mostrei-vos até aqui como se exercita a fé em Nosso Senhor, resta-me agora dizer-vos como devemos cumprir o seu preceito do amor mútuo. Vejamos, pois, porque Cristo Jesus colocou neste preceito da caridade para com os seus membros, como o complemento do amor que devemos ter para com a sua divina pessoa, e quais são os elementos que integram essa caridade.

1. A caridade fraterna, mandamento novo e sinal distintivo das almas que pertencem a Cristo. Porque o amor para com o próximo é a manifestação do amor para com Deus.

Quando ouviu São João esse mandamento que nos transmite? Na Última Ceia. Tinha chegado o dia pelo qual Jesus suspirava com tanto ardor. «Ardentemente desejei comer esta Páscoa convosco antes de padecer» (Lc 22,15). Tinha comido a Páscoa com os seus discípulos, mas substituindo as figuras e símbolos por uma realidade divina, acabava de instituir o sacramento da união e de dar aos Apóstolos o poder de perpetuá-lo e, antes de se entregar à morte, abre o seu Sagrado Coração para revelar os segredos aos seus «amigos». Este é como o testamento de Jesus. «Um

novo mandamento vos dou, diz-lhes: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei» (Jo 23,34); e no final do seu discurso renova o preceito: «Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros» (*Ib*. 15,12).

Diz, em primeiro lugar, Nosso Senhor, que o amor que devemos ter uns pelos outros é um novo mandamento. Por que o chama assim?

Cristo chama «novo» o preceito da caridade cristã, porque não havia sido explicitamente promulgado, pelo menos na sua aceção universal, no Antigo Testamento. É verdade que o preceito do amor de Deus estava explicitamente promulgado no Pentateuco, e o amor de Deus leva implicitamente consigo o amor ao próximo; alguns grandes Santos do Antigo Testamento, iluminados pela graça, compreenderam que o dever do amor fraterno abrangia toda a raça humana, mas em nenhuma parte da Antiga Lei se encontra o mandamento expresso de amar a todos os homens. Os israelitas entendiam o preceito: «Não odiarás» o teu irmão... Não guardarás rancor contra os filhos do teu povo; amarás «o teu próximo como a ti mesmo» (Lev 19,15,18), não a todos os homens, mas ao próximo em sentido limitado (a palavra hebraica indica que próximo significa os da sua raça, compatriotas, congéneres). Além disso, como o próprio Deus havia proibido ao seu povo toda a espécie de relações com certas raças, e mesmo ordenou exterminá-las (aos cananeus) [compreende-se este rigor de Javé para com as cidades mergulhadas na maior imoralidade e idolatria; o seu contato teria sido irremediavelmente fatal para os israelitas], os judeus acrescentaram, numa interpretação arbitrária, não inspirada por Deus: «Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo». O preceito explícito de amar a todos os homens, incluindo os inimigos, não estava, pois, promulgado e ratificado antes de Jesus Cristo. Por isso, ele chama mandamento «novo» e «o seu» mandamento.

E tem tanto apreço pela guarda deste mandamento, que pede ao seu Pai que infunda nos seus discípulos essa mútua dileção: «Pai santo, conserva em teu nome os que me deste, para que sejam um, como nós somos um; eu estou neles e Tu em Mim, para que sejam consumados na unidade» (Jo 17,11 e 23).

Notem bem que Jesus fez esta oração, não só pelos seus Apóstolos, mas por todos nós. «Não rogo só por eles, diz, mas também por todos aqueles

que crerão em Mim, para que todos sejam uma só coisa, como Tu, Pai meu, estás em Mim e eu em Ti, a fim de que eles também sejam um em nós» (*Ib*. 20,21).

Assim, este preceito de amar os nossos irmãos é o supremo desejo de Cristo; e de tal forma deseja que o coloquemos em prática, que faz dele, não um conselho, mas um mandamento, o seu mandamento, e considera o seu cumprimento como sinal infalível para reconhecer quem são os seus discípulos (*Ib*. 13,35). É um sinal ao alcance de todos, e não deu outro: não pode haver engano; o amor sobrenatural que haveis de ter uns pelos outros será prova inequívoca de que me pertenceis verdadeiramente. E, de facto, por este sinal os pagãos reconheciam os cristãos da Igreja primitiva: *Olhem*, diziam, *como se amam*! (Tertuliano, *Apolog*., c. 39).

Deste sinal se servirá também Nosso Senhor no dia do Juízo para distinguir os escolhidos dos réprobos; Ele próprio o diz; ouçamo-lo: é a verdade infalível. Depois da ressurreição dos mortos, o Filho do Homem estará sentado no seu trono de glória; as nações estarão reunidas diante dele; colocará os bons à sua direita, e os maus à sua esquerda; e dirigindo-se aos bons, lhes dirá: «Vinde, benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde o princípio do mundo». Que razão lhes dará? «Tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; fui hóspede, e me recebestes; estive nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; na prisão, e viestes a ver-me». E os justos se admirarão, pois nunca viram Cristo em tais necessidades. Mas Ele lhes responderá: «Em verdade vos digo, quantas vezes o fizestes ao mais pequeno dos meus irmãos, a mim o fizestes» (Mt 25,40). Depois, falará dirigindo-se aos maus, os separará para sempre dele, os maldizerá. Por quê? Porque eles não o amaram na pessoa dos seus irmãos.

Assim, da própria boca de Jesus, sabemos que a sentença que decidirá a nossa sorte eterna estará baseada no amor que tivermos por Jesus Cristo, representado nos nossos irmãos. Ao comparecer diante de Cristo no dia derradeiro, não nos perguntará se jejuamos muito, se vivemos em contínua penitência, se passamos muitas horas em oração; não, mas se amamos os nossos irmãos e os assistimos nas suas necessidades. Então, prescindirá dos demais mandamentos? Certamente que não; mas de nada servirá guardá-los,

se não guardarmos este de nos amarmos uns aos outros, tão grato aos Seus olhos divinos, que Ele mesmo o chama de Seu mandamento.

Por outro lado, é impossível que uma alma seja perfeita no amor ao próximo se nela não existir o amor de Deus, amor que, por consequência, se estende a tudo o que Deus ama. Por que motivo? Porque a caridade — seja tendo Deus como objeto ou sendo exercida com o próximo — é *una* no seu *motivo* sobrenatural que é a infinita perfeição de Deus (+São Tomás, II-II, q.25, a.1). Consequentemente, quem de verdade ama a Deus, amará necessariamente o próximo. «A caridade perfeita para com o próximo, dizia o Pai Eterno a Santa Catarina de Sena, depende essencialmente da perfeita caridade que se tem para comigo. O mesmo grau de perfeição ou imperfeição que a alma coloca no seu amor para comigo, será o do amor que tem à criatura» (*Diálogo*., trad. Hurtaud, II, p. 199). Além disso, são tantas as causas que nos afastam do próximo: o egoísmo, os interesses encontrados, a diferença de carácter, as injúrias recebidas, que, se amais real e sobrenaturalmente o vosso próximo, não pode deixar de reinar na vossa alma o amor de Deus e, com o amor de Deus, as demais virtudes que Ele nos manda cultivar. Se não amais a Deus, o vosso amor ao próximo não resistirá muito tempo aos embates e dificuldades que forçosamente lhe surgirão ao longo do tempo.

Não é sem razão que Nosso Senhor assinala esta caridade como sinal distintivo pelo qual se reconhecerão infalivelmente os seus discípulos. Por isso, São Paulo escreve que todos os mandamentos «se resumem nestas palavras: Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (Rm 13, 9-10) e de uma forma ainda mais explícita: «Toda a lei se compendia nesta única frase: Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (Gal 5,14).

Isto mesmo é o que tão maravilhosamente expressou São João: «Se nos amamos uns aos outros, Deus mora em nós e o seu amor é perfeito em nós» (1Jo 4,12). Como Cristo, cujas últimas palavras ouviu, repete São João que a caridade é o sinal dos filhos de Deus: «Sabemos —note-se a certeza soberana que expressa esta palavra «sabemos»— que passamos da morte para a vida (sobrenatural e divina), se amamos os nossos irmãos. Aquele que não ama, permanece na morte» (*Ib*. 3,14). «Quereis saber, diz Santo Agostinho, se viveis uma vida de graça, se estais bem com Deus, se

realmente fazeis parte dos discípulos de Cristo se viveis do seu Espírito? Examinai-vos e vede se amais os homens os vossos irmãos, a todos sem exceção, e se os amais por Deus; aí encontrareis a resposta. E essa resposta não engana» (*In Epist. Joan., Tract.* VI, c. 3).

Ouvi também o que diz Santa Teresa acerca disto: a citação é um pouco longa, mas muito clara e terminante: «Aqui só estas duas (coisas) que nos pede o Senhor, amor da sua Majestade e do próximo, é no que temos de trabalhar. Guardando-as com perfeição fazemos a sua vontade, e assim estaremos unidos com Ele»... Esse é o fim; mas, como estaremos certos de alcançá-lo? «O sinal mais certo que, a meu ver, existe para saber se guardamos estas duas coisas, prossegue a Santa, é guardando bem a do amor do próximo; porque se amamos a Deus, não se pode saber, embora haja grandes indícios para entender que O amamos; mas o amor do próximo sim. Importa-nos muito andar com grande atenção, como andamos nisto, que se é com muita perfeição, tudo o temos feito; porque creio eu que, segundo é mau o nosso natural, que se não é nascendo de raiz do amor de Deus, não chegaremos a ter com perfeição o do próximo» (*Moradas*, 5ª, c. 3).

A grande Santa não é mais do que o eco fiel da doutrina de São João. «Mentiroso», chama este Apóstolo heraldo do amor àquele que diz: «Amo a Deus» e odeia seu irmão; pois diz o grande Apóstolo: «Se não amais o vosso irmão, a quem vedes, como podereis amar a Deus, a quem não vedes?» (Jo 4,20). O que querem dizer essas palavras?

Debemos amar a Dios *totaliter y totum*.

Amar a Deus *totaliter*, «totalmente», é amá-lo com toda a nossa alma, com toda a nossa mente, com todo o nosso coração, com todas as nossas forças; é amar a Deus aceitando sem qualquer restrição tudo o que ordena e dispõe a sua santa vontade.

Amar a Deus *totum* é amar Deus e tudo aquilo a que Deus se associa. E o que é que Deus se associou? —Em primeiro lugar, Ele associou-se na pessoa do Verbo à humanidade de Cristo, e por isso não podemos amar a Deus sem amar ao mesmo tempo Cristo Jesus. Quando dizemos a Deus que queremos amá-Lo, Deus nos pede, acima de todas as coisas, que aceitemos

essa humanidade unida pessoalmente ao seu Verbo: «Este é o meu Filho: ouvi-o». Mas o Verbo, ao assumir a natureza humana, uniu-se em princípio a todo o género humano com uma união mística: Cristo é o primogénito de uma multidão de irmãos, a quem Deus faz participantes da sua natureza, e com os quais quer compartilhar a sua vida divina, a sua própria bem-aventurança. De tal modo estão unidos a Ele, que Cristo mesmo declara «que são como deuses», ou seja, semelhantes a Deus (Jo 10,34. +Salmo 81,6). São por graça o que Jesus é por natureza: os filhos bem-amados de Deus. Aqui temos já a razão íntima do preceito que Jesus chama «o seu mandamento», a razão profunda pela qual a sua importância é tão vital. Desde a Encarnação e por meio da Encarnação, todos os homens estão unidos a Cristo de direito, se não de facto, como os membros estão, Num mesmo corpo, unidos à cabeça; apenas os condenados estão para sempre separados dessa união.

Há almas que procuram a Deus em Jesus Cristo, que aceitam a humanidade de Cristo, e aí se detêm. Não basta; é necessário que aceitemos a Encarnação com todas as consequências que dela derivam; não devemos limitar a oferta de nós mesmos à mera humanidade de Cristo, mas estendê-la ao seu corpo místico. Por isso, nunca o esqueçam, pois aqui tocamos um dos pontos mais importantes da vida espiritual: abandonar o menor dos nossos irmãos é abandonar o próprio Cristo; afastar qualquer deles é afastar Cristo em pessoa. Quando ferem um dos vossos membros, o vosso olho ou o vosso braço, a vós mesmos ferem; da mesma forma, maltratar qualquer um dos nossos próximos é maltratar um membro do corpo de Cristo, é ferir o próprio Cristo. E por isso nosso Senhor nos disse que «quanto bem ou mal fizermos ao mais pequeno dos seus irmãos, a Ele mesmo o fazemos». Nosso Senhor é a Verdade mesma; nada pode ensinar-nos que não esteja fundado numa realidade sobrenatural. Agora bem, no que a isto se refere, a realidade sobrenatural que conhecemos pela fé é que Cristo, ao encarnar-se, uniu-se misticamente a toda a humanidade; logo, não aceitar e não amar todos quantos pertencem ou podem pertencer a Cristo pela graça, é não aceitar e não amar o próprio Jesus Cristo.

No relato da conversão de São Paulo encontramos uma clara confirmação desta verdade. Respirando ódio contra os cristãos, dirige-se à cidade de Damasco para prender os discípulos de Cristo. No caminho o

Senhor derruba-o e Saulo ouve uma voz que lhe diz: «Por que me persegues?» «Quem és tu, Senhor?», pergunta Paulo. E respondem-lhe: «Sou Jesus, a quem tu persegues». Cristo não diz: «Por que persegues os meus discípulos?» Não; ele identifica-se com eles, e os golpes que o perseguidor desferiu sobre eles recaem no próprio Cristo: «Sou Jesus, a quem tu persegues (At 9,4-5)».

Traços semelhantes abundam na vida dos Santos. Vejam São Martinho. Ele é soldado, ainda sem batismo; no caminho encontra um pobre: movido de compaixão, reparte com ele a sua capa. Na manhã seguinte, Cristo aparece-lhe vestido com a parte do manto dado ao pobre, e Martinho, maravilhado, ouve estas palavras: «Tu és quem me vestiu com este abrigo». Vede também Santa Isabel da Hungria. Certo dia, ausente o duque, seu marido, encontra um leproso abandonado por todos. Leva-o e coloca-o na sua própria cama. O duque, ao voltar, sabendo disso, cheio de ira, quer expulsar de casa o pobre leproso. Mas ao aproximar-se da cama, vê a imagem de Cristo crucificado.

Lê-se também na vida de Santa Catarina de Sena que um dia se encontrava na igreja dos Padres Dominicanos: aproximou-se dela um pobre e pediu-lhe esmola por amor de Deus. Não tinha nada para lhe dar, pois nunca costumava levar nem ouro nem prata. Rogou, portanto, ao pobre que esperasse a que voltasse para casa, prometendo-lhe dar então generosamente esmola de tudo o que encontrasse em casa. Mas o pobre insistiu: «Se tiverem alguma coisa de que possam dispor, eu a peço aqui, pois não posso esperar tanto tempo». Perplexa, Catarina pensava em como encontrar algo que pudesse remediar a sua necessidade; finalmente encontrou uma cruzinha de prata que levava consigo e, alegre, deu-a ao pobre, que se foi contente. Na noite seguinte, Nosso Senhor apareceu à Santa segurando na mão a cruzinha adornada com pedras preciosas. «Filha, reconheces esta cruz?» «Certo, reconheço, respondeu a Santa, mas não era tão bonita quando era minha». E o Senhor replicou: «Tu ma deste ontem por amor à virtude da caridade; as pedras preciosas simbolizam esse amor. Eu te prometo que no Dia do Juízo, diante da assembleia dos anjos e dos homens, te apresentarei esta cruz tal como a vês, para que a tua alegria se cumpra. Nesse dia, em que manifestarei solenemente a misericórdia e a

justiça do meu Pai, não deixarei de publicar a obra de misericórdia que realizaste comigo» (*Vida*, por B. Raimundo de Capua, lib. II, c. 3).

Cristo tornou-se o nosso próximo, ou melhor dizendo, o nosso próximo é Cristo, que se apresenta a nós sob tal ou qual forma. Apresenta-se a nós: paciente nos enfermos, necessitado nos indigentes, prisioneiro nos encarcerados, triste nos que choram. Pela fé, vemos assim nos seus membros; e se não o vemos, é porque a nossa fé é morna e o nosso amor imperfeito. Eis a razão pela qual São João diz: «Se não amamos o nosso próximo, a quem vemos, como poderemos amar a Deus, a quem não vemos?» Se não amamos a Deus na forma visível com que se apresenta a nós, isto é, no próximo, como poderemos dizer que o amamos em si mesmo, na sua divindade? (+ São Tomás, II-II, q.24, a.2, ad 1).

2. Princípio dessa economia; extensão da Encarnação: não há mais do que um só Cristo; ninguém pode separar-se do corpo místico sem se separar do próprio Cristo.

Já vos disse, ao falar da Igreja, que há algo digno de atenção na economia divina, tal como se manifesta a nós desde a Encarnação: é a parte considerável que, como instrumentos, têm os homens com quem vivemos, para nos conferirem a graça.

Se queremos conhecer a doutrina autêntica de Cristo, não devemos dirigir-nos diretamente a Deus, nem investigá-la nós mesmos nos livros inspirados, interpretando-a segundo o nosso próprio juízo, mas solicitá-la aos pastores postos por Deus para reger a sua Igreja. «Mas são homens, dir-me-eis, homens como nós.»

Não importa, é necessário ir a eles, são representantes de Cristo, devemos ver neles o próprio Cristo: «Aquele que vos ouve, a mim ouve; e aquele que vos despreza, a mim despreza» (Lc 10,10).

Além disso, para receber os sacramentos, devemos recebê-los das mãos dos homens designados para esse fim por Jesus Cristo. O Batismo, o perdão dos pecados é conferido por Cristo, mas através da mediação de um homem.

O mesmo se passa no que diz respeito à caridade. Quereis amar a Deus? Quereis amar a Cristo? É um dever, uma vez que é «o primeiro e o maior dos mandamentos» (Mt 22,38). Portanto, amai o próximo, amai os homens com quem viveis; amai-os, porque como vós, estão destinados por Deus à mesma bem-aventurança eterna que Cristo, cabeça de todos, nos mereceu; porque é a forma como Deus se revela a nós neste mundo. [*Deus diligitur sicut beatitudinis causa; proximus autem sicut beatitudinem ab eo simul nobiscum participans*. São Tomás, II II, q.26, a.2].

Tão certo é isto, que Deus se comporta connosco ajustando-se à mesma regra de proceder que nós usamos com o próximo; Deus opera connosco como nós operamos com os nossos irmãos. Bem o confirmam as palavras do nosso Senhor: «com a mesma medida com que medirdes, vos será medido» (Mt 7,2). E vede como não se coíbe de entrar em detalhes: «O vosso Pai celestial não vos perdoará se não perdoardes. Se não fizerdes misericórdia, vos será reservado um juízo sem misericórdia. Não julgueis, e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados. Dai, diz também, e ser-vos-á dado, e no vosso seio se derramará uma medida boa, apertada e bem cheia» (Lc 6,38). Porquê, pois, tanta insistência? Repito, porque desde a Encarnação, Cristo está tão unido à humanidade, que todo o amor sobrenatural que mostremos aos homens recai sobre Ele.

Estou certo de que muitas almas encontrarão aqui explicada a causa das dificuldades, das tristezas, do escasso desenvolvimento da sua vida interior; não se entregam suficientemente a Cristo na pessoa dos seus membros, retraem-se demasiado. Dêem e lhes será dado, e abundantemente, pois Jesus Cristo não se deixa vencer em generosidade; que vençam o seu egoísmo e se dêem ao próximo sem reservas, por Deus, e Cristo se entregará plenamente a elas; se souberem esquecer-se de si mesmas, Cristo as tomará sob a Sua responsabilidade. Quem como Ele poderá guiar-nos à bem-aventurança?

Não é coisa de pouca importância amar sempre e sem cansaço o próximo. É preciso para isso um amor forte e generoso. [«Sendo Deus a razão formal do amor que devemos ter pelo próximo, pois não devemos amar o próximo senão por Deus, é manifesto que o ato pelo qual amamos a Deus é especificamente o mesmo que o ato pelo qual amamos o próximo».

São Tomás, II-II, q.25, a.1]. Embora o amor de Deus, pela transcendência do seu objeto, seja, em si mesmo, mais perfeito que o amor do próximo, no entanto, como o motivo deve ser o mesmo no amor de Deus e no amor ao próximo, muitas vezes o ato de amor para com o próximo exige maior esforço e resulta mais meritório. Porquê? Porque sendo Deus a própria beleza e bondade, e tendo-nos mostrado um amor infinito, a gratidão nos impele a amá-lo; enquanto que o amor pelo próximo costuma ser obstaculizado por diferenças de interesses que se interpõem entre ele e nós. Esses obstáculos que às vezes nascem por nossa causa e outras vezes nos são criados pelos outros exigem da alma mais fervor, mais generosidade, maior esquecimento de si mesma, dos seus sentimentos pessoais, das suas vontades; e, portanto, o amor ao próximo, para não esmorecer, precisa de maior esforço.

Acontece aqui algo do que sucede a uma alma quando padece de aridez interior; é-lhe necessária maior generosidade para permanecer fiel do que quando os consolos abundam. Assim também na dor: Deus muitas vezes utiliza-a na vida espiritual para aumentar o nosso amor, porque nestes momentos a alma tem de fazer um esforço maior, e isso é um sinal da firmeza da sua caridade. Vede Jesus, nunca fez ato mais intenso de amor do que quando na agonia aceitou o cálice de amargura que lhe era apresentado, e ao consumar o seu sacrifício na cruz, desamparado do seu Pai.

Da mesma forma, o amor sobrenatural, exercido com o próximo, apesar das repugnâncias, antipatias ou discrepâncias naturais, é um indício certo, na alma que o possui, de maior intensidade de vida divina. Não temo afirmar que uma alma que, por amor sobrenatural, se entrega sem reservas a Cristo na pessoa do próximo, ama muito a Cristo e é, por sua vez, infinitamente amada. Essa alma fará grandes progressos na união com Nosso Senhor. Se, pelo contrário, virdes uma alma que se entrega com frequência à oração e, mesmo assim, esquiva-se e retrai-se voluntariamente nas necessidades do próximo, tenham a certeza de que na sua vida de oração entra uma parte, e não pequena, de ilusão. O fim da oração não é outro, afinal, que conformar a alma com a divina vontade; fechando-se ao próximo, essa alma se fecha a Cristo, ao mais sagrado desejo de Cristo: «Que sejam uma coisa; que vivam em união perfeita». A verdadeira santidade brilha pela sua caridade e pela entrega total de si mesmo.

Assim, se queremos permanecer unidos com nosso Senhor, é de extrema importância que vejamos se estamos unidos com os membros do seu corpo místico. Andemos com cautela. A menor tibieza ou desvio voluntário em relação a um irmão, deliberadamente admitidos, serão sempre um obstáculo, mais ou menos grave, consoante o seu grau, à nossa união com Cristo. Por isso Cristo nos diz que «se no momento de apresentar a nossa oferta no altar, lembrarmos que o nosso irmão tem algo contra nós, devemos deixar ali a oferta, ir reconciliar-nos com ele, e depois voltar a oferecer os nossos dons ao Senhor» (Mt 5, 23-24). Quando comungamos, recebemos a substância do corpo físico de Cristo, devemos receber também e aceitar o seu corpo místico: é impossível que Cristo desça a nós e seja um princípio de união, se guardarmos ressentimento contra algum dos seus membros. São Tomás chama de mentira a comunhão sacrílega. Porquê? Porque ao aproximar-se de Cristo para recebê-lo na comunhão, declara-se por esse mesmo ato que está unido a Ele. Estar em pecado mortal, ou seja, afastado de Cristo, e aproximar-se d'Ele, constitui uma mentira [*Cum peccatores sumentes hoc sacramentum cum peccato mortali significent se Christo per fidem formatam unitos esse, falsitatem in sacramento committunt*. III, q.80, a.4]. Igualmente, tendo em conta a proporção, aproximar-se de Cristo, querer realizar a união com Ele, e excluir do nosso amor qualquer um dos seus membros, é cometer uma mentira, é querer dividir Cristo. Devemos estar unidos ao que Santo Agostinho chama o «Cristo total» (*De Unitate Eccles*., 4). Escutai o que a este respeito diz São Paulo: «O cálice de bênção (ou seja, a taça eucarística), não é uma comunhão do sangue de Cristo, e o pão que comemos não é uma participação do seu corpo? Porque há um só pão, sendo muitos, formamos um só corpo todos quantos participamos de um só pão celestial» (1Cor 10, 16-17).

Por isso, ao grande Apóstolo, que havia compreendido tão bem e explicava com tanta vivacidade a doutrina do corpo místico, horrorizavam-no as discórdias e divisões que reinavam entre os cristãos. «Eu vos conjuro, irmãos, dizia, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que todos faleis da mesma maneira, e não haja divisões entre vós, mas que todos estejais inteiramente unidos num só sentimento e uma só opinião (1Cor 1,10). Que razão dá o Apóstolo? «Como o corpo é um e tem muitos membros e todos os membros do corpo, apesar de muitos, são, no entanto, apenas um corpo,

assim é Cristo. Pois todos, judeus ou gregos, livres ou escravos, fostes batizados no mesmo Espírito, sois o corpo de Cristo, sois os seus membros» (*Ib*. 12, 12-14 e 27).

3. Exercícios e formas diversas de caridade; o seu modelo deve ser o de Cristo, seguindo as exortações de São Paulo: «Para que sejam consumados em um só».

De um princípio tão elevado recebe a caridade a sua razão íntima; baseando-nos também nesse princípio, tentaremos estabelecer as *qualidades do seu exercício*.

Uma vez que não formamos todos mais do que um só corpo, a nossa caridade deve ser universal. A caridade, em princípio, não exclui positivamente ninguém, pois Cristo morreu por todos e todos estão chamados a fazer parte do seu reino. A caridade abrange mesmo os pecadores, pois lhes é possível voltar a ser membros vivos do corpo de Cristo; apenas as almas dos condenados, separadas para sempre do corpo místico, estão excluídas da caridade.

Mas este amor deve revestir formas diversas, conforme o estado em que se encontra o nosso próximo; porque o nosso amor não deve ser um amor platónico, de pura teoria, que se volte e se exerça sobre coisas abstratas, mas um amor que se traduza em atos apropriados à sua natureza. Os bem-aventurados, no céu, são os membros gloriosos do corpo de Cristo, já chegaram ao termo da sua união com Deus, o nosso amor por eles assume uma das formas mais perfeitas, a da complacência e da ação de graças. Consistirá, portanto, em felicitá-los pela sua glória, em alegrar-se com eles, e, unidos a eles, em dar graças a Deus pelo lugar que lhes foi concedido no reino de Seu Filho. Para com as almas que estão no purgatório, acabando de se purificar, o nosso amor deve transformar-se em misericórdia; a nossa compaixão deve levar-nos a procurar o seu alívio através das nossas súplicas, sobretudo através do santo sacrifício da Missa.

Aqui, na terra, Cristo nos é mostrado na pessoa do próximo de diversas maneiras, que permitem que a nossa caridade se exerça também de modos muito diversos. É óbvio que nisso há graus e que é necessário seguir uma

ordem. O nosso próximo, em primeiro lugar, são aqueles que estão mais estreitamente unidos por laços de sangue; também aqui a graça não transtorna a ordem estabelecida pela natureza. A caridade em um superior não deve ter os mesmos «matizes» que em um inferior. Do mesmo modo, o exercício da caridade material deve ser moderado pela virtude sobrenatural da prudência: um chefe de família não pode desfazer-se de toda a sua fortuna em benefício dos pobres e em detrimento dos seus filhos. De igual modo, a virtude sobrenatural da justiça pode e deve exigir do delinquente o arrependimento e a expiação antes de ser perdoado. O que não é permitido é odiar, ou seja, querer ou desejar o mal como mal; o que não é permitido é excluir positivamente qualquer um das nossas orações; isso vai diretamente contra a caridade. Na maior parte das vezes, o sinal mais certo que podemos dar de que perdoamos é rezar por aqueles que nos ofenderam. De fato, amar sobrenaturalmente o próximo é amá-lo com o olhar voltado para Deus, para alcançar-lhe ou conservar-lhe a graça que o leve à bem-aventurança [*Ratio diligendi proximum Deus est: hoc enim in proximo debemus diligere ut in Deo sit.* II-II, q.25, a.1 e q.26]. Amar é «querer o bem para o outro», diz São Tomás [*Amare nihil aliud est quam velle bonum alicui*. *Ib*. I, q.20, a.2; +I-II, q.28, a.1]; mas todo o bem particular está subordinado ao bem supremo. Por isso, é tão agradável aos olhos divinos fazer com que os ignorantes conheçam a Deus, bem infinito, o mesmo que rogar pela conversão dos infiéis, dos pecadores, para que cheguem à luz da fé ou voltem a estar em graça com Deus. Quando na oração confiamos a Deus as necessidades das almas, ou quando na Missa cantamos o *Kyrie eleison* por todas as almas que aguardam a luz do Evangelho, ou a força da graça para vencer as tentações, ou quando rogamos pelos missionários para que os seus trabalhos dêem frutos, fazemos atos de verdadeira caridade, muito agradáveis a Nosso Senhor. Se Cristo prometeu não deixar sem recompensa um copo de água dado em seu nome, o que não dará por uma vida de oração e de expiação dedicada a procurar que o seu reino se estenda cada vez mais? Ainda há outras necessidades. Aqui um pobre que precisa de ajuda; ali um enfermo que é preciso aliviar, curar ou visitar; ora uma alma triste para animar com boas palavras; ora outra transbordante de uma alegria que deseja que nós compartilhemos com ela: «alegrar-se com os que estão alegres; chorar com os que choram» (Rm 12,15); a caridade, diz São Paulo? «fiz-me tudo para todos» (1Cor 9,22).

Vede como Cristo Jesus praticou esta modalidade de caridade, para ser nosso modelo. Cristo gostava de agradar. O primeiro milagre de sua vida pública foi mudar água em vinho nas bodas de Caná, para evitar um embaraço aos seus anfitriões, que estavam sem vinho (Jo 2, 1-2). Ele promete «aliviar os que padecem e estão carregados de trabalhos, desde que venham a Ele» (Mt 11,28). E, como cumpriu bem a sua promessa! Os Evangelistas frequentemente referem que, «movido pela compaixão» (Lc 7,13), Ele realizava os seus milagres; por essa razão cura o leproso e ressuscita o filho da viúva de Naim. Compadecendo-se da multidão que durante três dias O segue sem se cansar e padecendo fome, multiplica os pães. «Sinto pena deste povo» (Mc 8,2). Zaqueu, chefe dos publicanos, daquela classe de judeus que os fariseus consideravam pecadores, suspira por ver Cristo. A sua baixa estatura impede que o consiga, pois a multidão aglomera-se por todos os lados à volta de Jesus; sobe então a uma árvore, que está à beira do caminho por onde Cristo deve passar, e Nosso Senhor antecipa os desejos desse publicano. Ao chegar junto a ele, manda-o descer, pois quer hospedar-se em sua casa; Zaqueu, cheio de alegria ao ver os seus desejos cumpridos, recebe-O solícito (Lc 19, 5-6). Vede também como em proveito dos seus amigos põe o seu poder ao serviço do amor. Marta e Maria choram na sua presença a morte de Lázaro, o seu irmão, já sepultado; Jesus comove-se, e dos seus olhos correm lágrimas, verdadeiras lágrimas humanas, mas que ao mesmo tempo são também lágrimas de um Deus. «Onde o colocastes?», pergunta logo, pois o seu amor não pode estar ocioso, e parte para ressuscitar o seu amigo. E os judeus, testemunhas deste espetáculo, diziam: «Vede como o amava!» (Jo 11,36).

Cristo, diz São Paulo —que se agrada em usar esta expressão—, é «a benignidade mesma de Deus que se manifestou à terra» (Tt 3,4); é Rei, mas Rei «cheio de mansidão» (Mt 21,5), que ordena perdoar e proclama bem-aventurados os que, a seu exemplo, são misericordiosos (*Ib*. 5,7). Passou - diz São Pedro, que viveu com Ele durante três anos - derramando benefícios (At 10,38). Como o bom Samaritano, cuja ação caritativa Ele mesmo se dignou mostrar-nos, Cristo tomou a humanidade nos seus braços e as suas dores na sua alma: «Na verdade, carregou com as nossas fraquezas e levou as nossas dores» (Is 53,4). Vem para «destruir o pecado» (Heb 9,26), que é o mal supremo, o único verdadeiro mal; expulsa o demónio do corpo dos possessos; mas, acima de tudo, expulsa-o das almas, dando a Sua própria

vida por cada um de nós: «Amou-me e entregou-se à morte por mim» (Gal 2,20). Há sinal de maior amor do que este? Certamente que não: «Não há maior amor do que o de dar a vida pelos seus amigos» (Jo 15,13).

Assim, o amor de Jesus pelos homens deve ser o espelho e modelo do nosso amor. «Amem-se uns aos outros como eu vos amei» (*Ib*. 13,34).— O que movia Jesus a amar os seus discípulos e a nós neles?

Pertenciam ao seu Pai: «Rogo... pelos que me deste, porque são teus» (Jo 17,9). Devemos amar as almas porque são de Deus e de Cristo. O nosso amor deve ser sobrenatural; a verdadeira caridade é o amor de Deus, que abrange num íntimo abraço Deus e tudo o que com Ele está unido. Tal como Cristo, devemos amar todas as almas, até nos darmos por inteiro a elas: *in finem*.

Considerai São Paulo, tão inflamado no amor de Cristo, que estava cheio de caridade para com os cristãos; «Quem adoece que eu não adoeça com ele?» «Quem sofre escândalo na sua alma que eu não esteja como em brasas?» (2Cor 11,29). Alma era, acesa em caridade, aquela que podia dizer: «Gosto muito de gastar tudo quanto tenho, e até a mim mesmo me desgastarei pelas vossas almas» (*Ib*. 12,15). O Apóstolo chega até a querer ser reprovado ele mesmo com o intuito de salvar os seus irmãos (Rm 9,3). Em meio das suas excursões apostólicas, ocupa-se no trabalho manual para não ser um peso para as comunidades cristãs que o recebiam (2Tes 3,8. +2Cor 12,16). Já todos conhecem a comovente carta ao seu amigo Filemón, para lhe pedir graça para o seu escravo Onésimo. Este escravo havia fugido da casa do seu senhor para evitar uma punição e acolheu-se a São Paulo, que o converteu, e a quem prestou muitos serviços. Mas o grande Apóstolo, que não quer menoscabar os direitos de Filemón, segundo as leis vigentes na altura, devolve o escravo ao seu amigo e escreve algumas linhas a Filemón, que tinha sobre o fugitivo o direito de vida e morte, para que ele lhe dispense uma acolhida benevolente. São Paulo, como ele mesmo diz, escreve do próprio punho esta carta, estando preso em Roma; nela condensa tudo o que há de mais delicado e insinuante na caridade: «Embora eu seja o que sou, respeito-te, eu, Paulo, já idoso, e além disso preso agora por amor de Jesus Cristo; embora podesse mandar-te, prefiro suplicar-te e rogar-te em favor do meu filho espiritual Onésimo, a quem gerei entre as correntes... a

quem te envio de novo. Tu, da tua parte, recebe-o como se fosse a mim mesmo, e se te causou algum dano ou te deve algo, anota na minha conta. Sim, por certo, irmão, receba eu de ti este gozo no Senhor; dá este consolo ao meu coração» (Fil 9 e seg.).

É fácil compreender, depois disso, que o Apóstolo escrevesse um hino tão grandioso para exaltar a excelência da caridade: «É paciente, é doce e benéfica; não tem inveja nem é inconsiderada, não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca os seus interesses, não se irrita, não pensa mal. Alegra-se com a verdade, adapta-se a tudo, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (1Cor 13, 4-7).

Todos os seus atos, embora tão diversos, nascem de uma mesma fonte: Cristo, a quem a fé vê no próximo.

Tratemos, pois, antes de tudo, de amar a Deus, estando sempre unidos a Nosso Senhor. Deste amor divino, como de uma fogueira acesa, da qual saem mil raios que iluminam e aquecem, a nossa caridade irradiará à nossa volta e mais intensamente quanto mais acesa estiver a fogueira. A caridade para com os nossos irmãos deve ser o reflexo do nosso amor por Deus. Assim, pois, dir-vos-ei eu, com São Paulo: «Amem-se mutuamente com ternura e caridade fraterna, procurando antecipar-se uns aos outros nas demonstrações de honra e deferência...; alegrem-se com os que se alegram, e chorem com os que choram: estejam sempre unidos num mesmo sentimento; vivam em paz, na medida do possível, e naquilo que estiver ao vosso alcance, com todos os homens» (Rm 12, 10-18). E resumindo a sua doutrina: «Rogo-vos com insistência que se suportem uns aos outros com caridade, dedicados a conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz; pois há um só corpo e um só Espírito, assim como fostes chamados a uma única esperança pela nossa vocação» (Ef 4, 1 4).

Nunca devemos esquecer o princípio que deve ser o nosso guia na prática desta virtude: Todos somos um em Cristo; e esta união não se conserva senão pela caridade. Não vamos ao Pai senão por Cristo, mas devemos aceitar Cristo por inteiro, nele e nos seus membros: é aí que está o segredo da verdadeira vida divina em nós.

Por isso, Nosso Senhor fez da caridade mútua o seu preceito e o tema da sua última oração: *Ut sint* CONSUMMATI *in unum*. Esforcemo-nos por realizar, na medida do possível, esse supremo anseio do coração de Cristo. O amor é uma fonte de vida, e se buscarmos em Deus esse amor para que se reflita sem cessar em todos os membros do corpo de Cristo, as nossas almas transbordarão de vida, porque Cristo Jesus, conforme prometido, derramará nelas, em recompensa pela nossa abnegação, uma medida de graça «boa, cheia e transbordante».

XII
A Mãe do Verbo encarnado

Lugar que ocupa a devoção a Maria na nossa vida espiritual; o discípulo de Cristo deve, como Jesus, ser filho de Maria.

Ao longo destas conferências, eu disse-vos frequentemente que toda a nossa santidade se resume em imitar Jesus; consiste na conformidade do nosso ser inteiro com o Filho de Deus e na nossa participação na sua filiação divina. Ser por graça o que Jesus é por natureza é o fim da nossa predestinação e a norma da nossa santidade: «Aos que previu e predestinou para os fazer conformes à imagem do seu Filho» (Rm 8,29).

Pois bem; em Nosso Senhor existem traços essenciais e traços contingentes, acidentais. Cristo nasceu em Belém, fugiu para o Egito, passou a sua infância em Nazaré, morreu sob Pôncio Pilatos; essas diversas circunstâncias de tempo e de lugar não são, na vida de Cristo, mais do que traços acidentais. Outros há que lhe são de tal modo essenciais, que, sem eles, Cristo não seria Cristo. Cristo é Deus e Homem, Filho de Deus e Filho do Homem, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem; estes títulos pertencem-lhe por natureza; são intangíveis.

Há nas Escrituras uma frase estranha aplicada à eterna Sabedoria, ao Verbo de Deus: « Os meus deleites são estar com os filhos dos homens» (Prov 8,31). Quem poderia ter pensado? O Verbo é Deus; no seio do Pai vive numa luz infinita; possui todas as riquezas das perfeições divinas; goza da plenitude de toda a vida e de toda a bem-aventurança. E, no entanto, declara, pela boca do escritor sagrado, que suas delícias são viver entre os homens.

Esta maravilha foi realizada, pois «o Verbo fez-se carne e habitou entre nós». O Verbo desejava ser um de nós; realizou de uma maneira inefável esse desejo divino; e essa realização parece, por assim dizer, que preencheu os seus anseios. Ao ler o Evangelho, vemos, de facto, que Cristo afirma frequentemente que é Deus, como quando fala das suas relações com o Seu Eterno Pai: «Meu Pai e Eu somos um» (Jo 10,30), ou quando confirma a

profissão de fé dos seus ouvintes: «Bem-aventurado és, Simão — dizia a Pedro, que acabara de confessar a divindade do seu Mestre — bem-aventurado és, porque meu Pai que está nos céus te revelou isso» (Mt 16,17). No entanto, não vemos que Ele mesmo se tenha dado de uma maneira explícita o título de «Filho de Deus».

Quantas vezes, pelo contrário, o ouvimos chamar-se «Filho do Homem»! Dir-se-ia que Cristo está orgulhoso desse título e se afeiçoou a ele. Mas tem muito cuidado para nunca o separar da sua filiação divina ou dos privilégios da sua divindade. Dizem-nos que «o Filho do Homem tem o poder, só privativo de Deus, de perdoar os pecados» (Mc 2,10), e vemos que logo que os seus discípulos o proclamam como o Cristo, Filho de Deus, Ele lhes anuncia que esse Cristo, «Filho do Homem», deve padecer, «será condenado à morte, mas ressuscitará ao terceiro dia» (*Ib*. 8,31).

Em nenhum lugar, talvez, uniu o divino Salvador com mais precisão e energia a sua condição de homem à de Deus, do que nos dias da sua sagrada paixão. Vê-lo diante do tribunal do sumo sacerdote judeu Caifás. Este, no meio da assembleia, coloca Cristo na situação de declarar se é o Filho de Deus. «Tu o disseste», responde Jesus, «eu sou e além disso te digo que vereis o Filho do homem sentado à direita do Todo-Poderoso e vindo nas nuvens do céu» (Mt 26,64. +Jn 1,51; 3,13). Notai que Jesus não diz —como poderíamos esperar, posto que se trata apenas da sua divindade—: «Vereis o Filho de Deus vir como juiz eterno e soberano sobre as nuvens do céu»; mas sim «verei o Filho do homem». Na presença do Tribunal supremo, une esse título de homem ao de Deus: para Ele, ambos são inseparáveis, da mesma maneira que as duas naturezas sobre as quais eles se fundamentam estão indissoluvelmente unidas e inseparáveis. Não há menor pecado em rejeitar a Humanidade de Cristo do que há em negar a sua Divindade.

Assim, se Cristo Jesus é Filho de Deus pelo seu nascimento inefável e eterno no seio de seu Pai: «Tu és o meu filho, hoje te gerei» (At 13,33. +Sal 2,7), é Filho do homem pelo seu nascimento temporal no seio de uma mulher: «Deus enviou o seu Filho, feito de uma mulher» (Gl 4,4). Essa mulher é Maria, mas ela é também Virgem. Dela e só dela Cristo tem a sua natureza humana; a ela deve ser Filho do homem; ela é verdadeiramente Mãe de Deus. Maria ocupa, portanto, de facto, no Cristianismo um lugar

único, transcendental, essencial. Assim como em Cristo a qualidade de «Filho do Homem» não pode ser separada da de «Filho de Deus», assim também Maria está unida a Jesus: de facto, a Santíssima Virgem entra no mistério da Encarnação em virtude de um título que é da essência mesma do mistério.

Por isso devemos determo-nos por uns momentos para considerar essa maravilha de uma simples criatura, associada por tão estreitos laços à economia do mistério fundamental do Cristianismo e, por conseguinte, à nossa vida sobrenatural, a essa vida divina que nos vem de Cristo, Deus e Homem, e que Cristo nos dá enquanto Deus, mas servindo-se, como já vos disse, da sua humanidade. Devemos ser como Jesus, «Filho de Deus e Filho de Maria». Ele é uma coisa e outra com toda a verdade; se, portanto, queremos copiar em nós a sua imagem, devemos estar adornados com essa dupla qualidade.

Não seria verdadeiramente cristã a piedade de uma alma se não compreendesse a Mãe do Deus feito homem. A devoção à Virgem Maria é, não só importante, mas necessária, se quisermos beber abundantemente da fonte da vida. Separar Cristo da sua Mãe na nossa devoção é dividir Cristo, é perder de vista o papel essencial da sua humanidade na dispensa da graça divina. Quando se deixa a Mãe, já não se compreende o Filho. Não é isso que aconteceu às nações protestantes? Ao terem rejeitado a devoção a Maria, sob pretexto de não menoscabar a dignidade de um mediador único, não acabaram por perder até a fé no próprio Jesus Cristo? Se Jesus Cristo é o nosso Salvador, o nosso mediador, o nosso irmão mais velho, por ter-se revestido da natureza humana, como O amaremos de verdade, como nos pareceremos de verdade a Ele sem termos uma devoção especialíssima àquela de quem tomou essa natureza humana?

Mas essa devoção deve ser ilustrada. Digamos, pois em poucas palavras o que Maria deu a Jesus; e o que Jesus fez por sua Mãe; veremos então o que a Santíssima Virgem deve ser para nós, e, por fim, a fecundidade sobrenatural que possui a nossa devoção à Mãe do Salvador.

1. O que Maria deu a Jesus. Pelo seu «fiat», a Virgem aceitou dar ao Verbo uma natureza humana; é a Mãe de Cristo; em virtude disso,

entra essencialmente no mistério vital do Cristianismo.

Que deu Maria a Jesus?

Deu-lhe, permanecendo Virgem, uma natureza humana. Este é um privilégio único que Maria não compartilha com ninguém [*Nec primam similem visa est, nec habere sequente*. Antífona das Laudes de Natal]. O Verbo poderia ter vindo ao mundo tomando uma natureza humana criada *ex nihilo*, retirada do nada, e já perfeita no seu organismo, como foi formado Adão no Paraíso terrestre. Por motivos que só a sua sabedoria infinita conhece, não o fez. Assim, ao unir-se ao género humano, quis o Verbo recorrer, para santificá-las, todas as etapas do desenvolvimento humano; quis nascer de uma mulher.

Mas o que admira neste nascimento é que o Verbo o subordinou, por assim dizer, ao consentimento daquela mulher.

Vamos em espírito a Nazaré, para contemplar esse espetáculo inefável. O anjo aparece à donzela virgem; depois de a saudar, comunica-lhe a sua embaixada: «Eis que conceberás em teu seio e darás à luz um filho, e lhe darás o nome de Jesus; será grande e será chamado Filho do Altíssimo e o seu reino não terá fim». Maria pergunta ao anjo como poderá isso acontecer, sendo ela virgem (Lc 1,34). Gabriel responde-lhe: «O Espírito Santo virá sobre ti e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; por isso, o santo que nascerá de ti será chamado Filho de Deus». Depois, evocando como exemplo Isabel, que havia concebido apesar da sua esterilidade passada, porque assim agradou ao Senhor, o Anjo acrescenta: «Para Deus nada é impossível»; pode, quando quer, suspender as leis da natureza.

Deus propõe o mistério da Encarnação, que não se realizará na Virgem senão quando ela tiver dado o seu consentimento. A realização do mistério fica em suspenso até à livre conformidade de Maria. Nesse instante, conforme ensina São Tomás, Maria representa-nos a todos na sua pessoa; é como se Deus aguardasse a resposta da humanidade, à qual deseja unir-se [*Per annuntiationem exspectabatur consensus virginis loco totius humanæ naturæ*. III, q.30, a.1]. Que instante tão solene, já que naquele momento vai

decidir-se o mistério vital do Cristianismo! São Bernardo, numa das suas mais belas homilias sobre a Anunciação (*Hom. IV, super Missus est*, c.8), apresenta-nos toda a humanidade, que há milhares de anos espera a salvação, aos coros angélicos e a Deus próprio, como que em suspenso aguardando a aceitação da jovem Virgem.

E eis que Maria dá a sua resposta: cheia de fé na palavra do céu, entregue inteiramente à vontade divina que acaba de se manifestar, a Virgem responde com total e absoluta submissão: «Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra» (Lc 1,38). Este *Fiat* é o consentimento dado por Maria ao plano divino da Redenção, cuja exposição acaba de ouvir; este *Fiat* é como o eco do *Fiat* da criação; mas dele Deus vai tirar um mundo novo, um mundo infinitamente superior, um mundo de graça, como resposta a essa conformidade; pois nesse instante o Verbo divino, segunda pessoa da Santíssima Trindade, se encarna em Maria: «E o Verbo se fez carne» (Jo 1,14).

A verdade é, como acabámos de ouvir da boca do próprio anjo, que nenhum concurso humano intervirá, pois tudo deve ser santo na concepção e no nascimento de Cristo; mas é certo também que do seu sangue puríssimo concebê-lo-á Maria por obra do Espírito Santo, e que o Deus-Homem sairá das suas puríssimas entranhas. Quando Jesus nasce em Belém, quem está ali reclinado numa manjedoura? É o Filho de Deus, é o Verbo que, «permanecendo Deus» [*Quod erat permansit*. Antífona do [Ofício de 1 de janeiro], tomou no seio da Virgem uma natureza humana. Nesse menino há duas naturezas bem distintas, mas uma só pessoa, a pessoa divina; o termo desse nascimento virginal é o Homem-Deus; «O ser santo que nascerá de ti será chamado Filho de Deus» (Lc 1,35); esse Homem-Deus, esse Deus feito homem, é filho de Maria. É o que confessava Isabel, cheia do Espírito Santo: «De onde a mim tanto bem que venha a Mãe do meu Senhor visitar-me?» (*Ib*. 43). Maria é a Mãe de Cristo, pois assim como as demais mães fazem com os seus filhos, formou e nutriu com a sua substância puríssima o corpo de Jesus. Cristo, diz São Paulo, foi «formado da mulher». É um dogma de fé. Se pelo seu nascimento eterno «no esplendor da santidade» (Sal 109,3), Cristo é verdadeiramente Filho de Deus, pelo seu nascimento temporal é verdadeiramente Filho de Maria. O Filho único de Deus é também Filho único da Virgem.

Tal é a união inefável que existe entre Jesus e Maria; ela é sua Mãe, Ele é seu Filho. Essa união é indissolúvel; e como Jesus é ao mesmo tempo o Filho de Deus que veio salvar o mundo, Maria, de facto, está associada intimamente ao mistério vital de todo o Cristianismo. O que constitui o fundamento de todas as suas grandezas é o privilégio especial da sua maternidade divina.

2. O que Jesus deu à sua Mãe. Ele escolheu-a entre todas as mulheres; amou-a e obedeceu-lhe; associou-a de uma forma muito íntima aos seus mistérios, principalmente ao da Redenção.

Esse privilégio não é o único. Toda uma coroa de graças adorna a Virgem, Mãe de Cristo, embora todas elas derivem da sua maternidade divina. Jesus, enquanto homem, depende de Maria; mas como Verbo eterno, é anterior a ela. Vejamos o que Ele fez por aquela de quem havia de tomar a natureza humana. Como é Deus, ou seja, a Omnipotência e Sabedoria infinitas, vai adornar essa criatura com um ornamento inestimável e sem igual. Antes de todas as coisas, escolheu-a com preferência às demais em união com o Pai e o Espírito Santo. Para indicar a eminência dessa escolha, a Igreja aplica a Maria, nas suas festividades, um trecho da Sagrada Escritura que, de certa forma, só pode referir-se à Sabedoria eterna: «O Senhor me possuiu no princípio dos seus caminhos, antes de que fizesse alguma coisa; antes de que a terra existisse. Já estava formada antes que houvesse abismos; antes que as montanhas se assentassem; antes que as colinas, eu já tinha nascido» (Prov 8, 23-25)... O que mostram estas palavras? A predestinação especial de Maria no plano divino. O Pai Eterno não a separa de Cristo nos seus pensamentos divinos: envolve a Virgem, que será Mãe de Deus, no mesmo ato de amor pelo qual coloca as suas complacências na humanidade do seu Filho. Essa predestinação é para Maria a fonte de graças somente a ela concedidas.
[*Ipsissima verba quibus divinæ scripturæ de increata Sapientia loquuntur eiusque sempiternas origines repræsentant, consuevit Ecclesia... ad illius virginis primordia transferre quæ uno eodemque decreto cum divinæ Sapientiæ incarnatione fuerant præstituta*. Pío IX. Bula *Ineffabilis* para a definição da Imaculada Conceição.].

A Virgem Maria é imaculada. Todos os filhos de Adão nascem manchados pelo pecado original, escravos do demónio, inimigos de Deus. Tal é o decreto promulgado por Deus contra todos os descendentes do pecado de Adão. Somente Maria, entre todas as criaturas, se livrará desta lei. A essa lei universal, o Verbo eterno fará uma exceção uma só, em favor daquela em quem Ele se há de encarnar. Nem um só momento a alma de Maria será escrava do demónio; brilhará sempre com reflexos de pureza; por isso, após a queda dos nossos primeiros pais, Deus colocou eterna inimizade entre o demónio e a Virgem escolhida. Ela é quem debaixo do seu pé esmagará a cabeça da serpente infernal (Gn 3,15). Com a Igreja, recordemos frequentemente esse privilégio de Maria de ser imaculada, que só Ela possui. Digamos-lhe muitas vezes com terno amor: «Tu és toda bela, ó Maria, e não há em ti mancha original» [*Tota pulchra es Maria, et macula originalis non est in te*. Antífona das Vésperas da Imaculada Conceição]. «O teu vestido é branco como a neve e o teu rosto resplandecente como o sol; por isso te desejou ardentemente o Rei da glória» (*Ib*.).

Maria não só nasce Imaculada como também *nela abunda a graça*. Quando o Anjo a saúda, a declara «cheia de graça», *Gratia plena*, pois o Senhor, fonte de toda a graça, está com ela: *Dominus tecum*. Depois, ao conceber e dar à luz Jesus, *Maria mantém intacta a sua virgindade*. Dá à luz e permanece virgem; como canta a Igreja: «à glória tão pura da virgindade, Maria junta a alegria de ser mãe fecunda» [*Gaudia matris habens cum virginitatis honore*. Antífona de Laudes de Natal]. A isto há que unir a graça que representou para Maria a sua vida oculta com Jesus, as da sua união com o seu Filho nos mistérios da sua vida pública e da sua Paixão, e para completar o quadro, a de sua Assunção ao céu. O corpo virginal de Maria, no qual Cristo tomou a sua natureza humana, não verá a corrupção. Na sua cabeça será colocada uma coroa de valor inestimável e reinará como Soberana à direita de seu Filho, adornada com a vestidura de glória formada por tantos privilégios (Sal 44,10).

Qual é a origem de todas essas graças insignes, de todos esses privilégios extraordinários, que a fazem uma criatura acima de toda criatura? A escolha que desde a eternidade Deus fez de Maria para ser Mãe de seu Filho. Se ela é *bendita entre todas as mulheres*, se Deus alterou em seu favor tantas leis por Ele mesmo estabelecidas, é porque a destina a ser

Mãe do seu Filho. Se retirardes a Maria essa dignidade, todos essas prerrogativas não têm sentido nem razão de ser; pois todos esses privilégios preparam ou acompanham Maria na medida em que é Mãe de Deus.

Mas o que é incompreensível é o amor que determinou essa escolha singularíssima que o Verbo fez daquela donzela Virgem para tomar nela a natureza humana. Cristo amou a sua Mãe. Nunca Deus amou tanto uma simples criatura, nunca um filho amou a sua mãe como Cristo Jesus amou a sua. Amou tanto os homens, diz Ele mesmo, que deu a sua vida por eles, e não poderia dar-lhes maior prova de amor (Jo 15,13). Mas não esqueçam esta verdade: Cristo morreu, acima de tudo, pela sua Mãe, para pagar o seu privilégio. As graças únicas que Maria recebeu são o primeiro fruto da Paixão de Cristo. A Santíssima Virgem não gozaria de privilégio algum sem os méritos do seu Filho; é a maior glória de Cristo, porque é a que mais recebeu d'Ele.

A Igreja ensina-nos claramente esta doutrina quando celebra a Imaculada Conceição, a primeira, em ordem de tempo, das graças que recebeu Maria. Leiam a «oração» da festividade e verão que à Santíssima Virgem foi concedido este privilégio, porque a morte de Jesus, prevista nos decretos eternos, já havia pago antecipadamente o seu preço. «Ó Deus, que pela Imaculada Conceição da Virgem preparastes uma digna morada ao vosso Filho: vos suplicamos que assim como pela morte "prevista" deste vosso Filho, a preservastes de toda a mancha...» Podemos dizer que Maria foi o primeiro objeto, de toda a humanidade, do amor de Cristo, mesmo do Cristo Sofredor: é acima de tudo por ela, para que a graça pudesse abundar nela de uma maneira singular, que Jesus Cristo derramou o seu precioso sangue.

Finalmente, Jesus *obedeceu* à sua Mãe. Todos vós lestes que tudo o que nos contam os Evangelistas sobre a vida oculta de Cristo em Nazaré se resume a isto: «crescia em idade e em sabedoria», e estava «sujeito a Maria e a José» (Lc 2, 51-52). Não é isto incompatível com a divindade? Não, certamente. O Verbo fez-se carne, humilhou-se até tomar uma natureza semelhante à nossa, com exceção do pecado; veio, diz-nos, «para servir e não para ser servido»; e fazer-se «obediente até à morte» (Mt 20,28; Fil 2,8); por isso quis obedecer à sua Mãe. Em Nazaré obedeceu a Maria e a

José, as duas criaturas privilegiadas que Deus colocou junto d'Ele. Maria participa, de certo modo, da autoridade do Pai Eterno sobre a humanidade do seu Filho: Jesus podia dizer da sua Mãe o que dizia do seu Pai celestial: «Eu faço sempre o que Lhe agrada» (Jo 8,29).

O Verbo não predestinou Maria somente para ser sua Mãe segundo a carne, não lhe tributou apenas a honra que essa dignidade implica, enchendo-a de graças, mas *associou-a aos seus mistérios*.

No Evangelho vemos que Jesus e Maria são inseparáveis nos mistérios de Cristo. Os anjos anunciam aos pastores que na gruta de Belém encontrarão o «Menino e a sua Mãe» (Lc 2, 8-16): Maria é quem apresenta Jesus no Templo, apresentação que é já prelúdio do sacrifício do Calvário (*Ib*. 23-39). Toda a vida em Nazaré, como acabei de dizer, passa sujeita a Maria; por seus rogos, Jesus realiza o primeiro milagre da sua vida pública, nas bodas de Caná (Jo 2, 1-2); os Evangelistas afirmam que seguiu Jesus em algumas das suas excursões missionárias.

Mas nota bem que não se trata de uma simples união física, mas sim que Maria penetra com alma e coração nos mistérios do seu Filho. São Lucas refere-nos que a Mãe de Jesus «guardava no seu coração as palavras do seu Filho e meditava-as» (Lc 2,19). As palavras de Jesus eram para ela fonte de contemplação. Não poderíamos nós dizer o mesmo dos mistérios de Jesus? Certamente, Cristo, ao *viver* esses mistérios, iluminava a alma da sua Mãe sobre cada um deles. Ela compreendia-os e associava-se a eles. Quanto Nosso Senhor falava ou fazia era, para aquela que amava entre todas as mulheres, uma nascente de graças. Jesus devolvia, por assim dizer, à sua Mãe em vida divina, da qual é fonte perene, o que d'Ela havia recebido em vida humana. Por isso, Cristo e a Virgem estão indissoluvelmente unidos em todos os mistérios; e por isso também Maria nos tem a todos unidos no seu coração com o seu divino Filho.

Pois bem, a obra por excelência de Jesus, o santo dos santos dos seus mistérios, é a sua sagrada Paixão, pelo sacrifício cruento da cruz. Cristo acabou de dar a vida divina aos homens, e através dele lhes restitui a sua dignidade de filhos de Deus. Jesus quis associar a Sua Mãe a este mistério com um caráter especialíssimo, e Maria uniu-se tão plenamente à vontade do seu Filho Redentor, que compartilha com Ele verdadeiramente, embora

mantendo a sua condição de simples criatura, a glória de nos ter dado à luz, naquele momento, à vida da graça.

Vamos ao Calvário no instante em que Cristo Jesus vai consumar a obra que seu Pai lhe confiou no mundo. Nosso Senhor chegou ao final da sua missão apostólica na terra; vai reconciliar com Deus toda a humanidade. Quem está aos pés da cruz naquele supremo instante? Maria, sua Mãe, com João, o discípulo amado, e algumas outras mulheres (Jo 19,25). Lá está de pé; acabou de renovar a oferta de seu Filho que fez muito antes ao apresentá-lo no Templo; neste momento oferece ao Pai, para resgate do mundo, «o fruto bendito de seu ventre». Restam a Jesus breves instantes de vida; depois, o sacrifício estará consumado, e devolvida aos homens a graça divina. Quer dar-nos Maria como mãe e isso constitui uma das formas desta grande verdade: que Cristo se uniu na Encarnação a toda a humanidade; os eleitos formam o corpo místico de Cristo, do qual não podem ser separados. Cristo nos dará a sua Mãe para que seja também a nossa na ordem espiritual; Maria não nos separará de Jesus, seu Filho, nossa cabeça.

Antes, pois, de expirar e «de acabar, como diz São Paulo, a conquista do mundo das almas, do qual quer fazer o seu reino glorioso» (Ef 5, 25-27), Jesus vê ao pé da cruz a sua Mãe, mergulhada na maior angústia, e o seu discípulo João, tão amado seu, aquele mesmo que ouviu e nos refere as suas últimas palavras. Jesus diz à sua Mãe: «Mulher, aí está o teu filho»; e depois ao discípulo: «Aí está a tua mãe» (Jo 19, 25-27). — São João, neste caso, representa-nos a todos; é a nós que Jesus lega a sua Mãe, quando está em vias de expirar. Não é Ele acaso o nosso «irmão mais velho»? Não estamos nós predestinados a assemelharmo-nos a Ele para que seja o «primogénito de uma multidão de irmãos»? (Rm 8,29). Então se Jesus Cristo se tornou nosso irmão mais velho ao tomar de Maria uma natureza como a nossa, que o fez participar da nossa linhagem, que há de estranho que ao morrer nos desse como mãe, no que diz respeito à graça, aquela que foi sua Mãe no que diz respeito à natureza humana?

E como essas palavras, sendo proferidas pelo Verbo, são todo-poderosas e de uma eficácia divina, engendram no coração de João sentimentos de filho digno de Maria, assim como no coração de Maria despertam uma ternura especial para todos aqueles que a graça faz irmãos de Jesus Cristo.

E, quem duvidará por um instante sequer de que a Virgem respondeu, como em Nazaré, com um *Fiat* silencioso, sim, desta vez, mas igualmente cheio de amor, de humildade e de obediência, onde toda a sua vontade se fundia com a de Jesus, para realizar o supremo anseio de seu Filho? Santa Gertrudes refere que, ouvindo um dia cantar no Ofício divino as palavras do Evangelho referentes a Cristo: «Primogénito da Virgem Maria», dizia internamente: «Parece-me que o título de Filho único convinha muito melhor a Jesus do que o de Primogénito». Enquanto se detinha a considerar isso apareceu-lhe a Virgem Maria e disse à excelsa monja: «Não, não é "Filho único" mas "Primogénito" o que melhor convém; porque depois de Jesus, meu dulcíssimo Filho, ou melhor, nele e por ele, foram gerados a todos as entranhas da minha caridade e agora sois meus filhos, irmãos de Jesus» (*Insinuações da divina piedade*, l. IV, c. 3).

3. Homenagens que devemos a Maria; exaltar os seus privilégios, como faz a Igreja na sua liturgia

Para agradecer bem o lugar único que Jesus quis dar a sua Mãe nos seus mistérios, e o amor que Maria nos tem, devemos prestar-lhe a honra, o amor e a confiança a que tem direito como Mãe de Jesus e nossa Mãe.

Como não a amar, se amamos Nosso Senhor? Se Cristo Jesus quer, como já vos disse, que amemos todos os membros do seu corpo místico, como poderíamos não amar em primeiro lugar àquela que lhe deu essa natureza humana, através da qual Ele se tornou a nossa cabeça, essa humanidade que lhe serve de instrumento para nos comunicar a graça? Não podemos duvidar de que o amor que mostramos a Maria seja muito grato a Jesus. Se realmente queremos amar a Cristo, se queremos que Ele seja tudo para nós, devemos ter um amor especial por sua Mãe.

Mas, como devemos manifestar-Lhe esse nosso amor? Jesus amou a Sua Mãe, enchendo-a, como Deus que é, de privilégios sublimes; nós mostramos o nosso amor exaltando esses privilégios. Se queremos ser gratos a Deus Nosso Senhor, admiramos as maravilhas com que amorosamente adornou a alma da Sua Mãe; Ele quer que nos unamos a Ela para rendermos incessantemente graças à Santíssima Trindade, que

glorifiquemos a Virgem por ter sido escolhida entre todas as mulheres para dar ao mundo um Salvador. Assim, compartilharemos os sentimentos que Jesus teve para com Aquela a quem deve ser Filho do homem. «Sim, nós a cantaremos com a Igreja: tu só, sem igual, agradaste ao Senhor». [*Sola sine exemplo placuisti Domino*. Antífona do *Benedictus* do Ofício da Santíssima Virgem *in Sabbato*]; bendita sejas entre todas as criaturas; bendita porque acreditaste na palavra divina e porque em ti se cumpriram as promessas eternas.

Para nos encorajar nesta devoção, não temos mais do que olhar para a conduta que segue a Igreja. Vejam como a Esposa de Cristo tem multiplicado aqui na terra os seus testemunhos de honra a Maria, e como pratica esse culto, especial pela sua transcendência sobre o dos outros Santos, que se chama *hiperdulia* [A todos os santos devemos homenagem de *dulia*, palavra grega que significa serviço; a Mãe do Verbo encarnado merece, devido à sua dignidade eminente, homenagens totalmente particulares, o que se expressa com a palavra *hyper- dulía*].

A Igreja consagrou numerosas festas em honra da Mãe de Deus; durante o ciclo litúrgico celebra a sua Imaculada Conceição, a sua Natividade, a sua Apresentação no Templo, a Anunciação, a Visitação, a Purificação, a Assunção.

Vede também como, em cada um dos principais tempos do ciclo litúrgico, dedica à Virgem uma «Antífona» especial, cuja recitação impõe aos seus ministros ao fim das horas canónicas. Terão notado que em cada uma dessas antífonas a Igreja se compraz em recordar o privilégio da maternidade divina, fundamento das mais grandiosas de Maria. «*Mãe augusta do Redentor*, cantamos no Advento e no Natal, engendraste, com assombro da natureza, o teu mesmo Criador, Virgem ao conceber, permaneces Virgem após o parto; *Mãe de Deus*, intercede por nós». Durante a Quaresma saudamo-la como «a raiz da qual saiu a flor, que é Cristo, e como a porta por onde a luz entrou no mundo». No tempo Pascal brota dos nossos lábios um hino de alegria, no qual felicitamos Maria pela vitória do seu Filho, e renovamos mais uma vez a alegria que inundou a sua alma na aurora dessa glória: «Alegra-te, Rainha do céu, porque ressuscitou *Aquele que trouxeste nas tuas entranhas*: sim, alegra-te, ó Virgem!, e enche-te de

júbilo, porque Cristo, o Senhor, saiu verdadeiramente triunfante e glorioso do sepulcro». Depois, de Pentecostes ao Advento, tempo que simboliza o da nossa peregrinação neste mundo, a *Salve Regina* enche-se de confiança: «Mãe de misericórdia, vida, esperança nossa, a ti suspiramos neste vale de lágrimas... Após este desterro, mostra-nos Jesus, *fruto bendito do teu ventre*... Rogai por nós, *santa Mãe de Deus*, para que sejamos dignos de alcançar as promessas de Jesus Cristo». Não há, pois, dia em que a voz da Igreja não ressoe louvando Maria, exaltando as suas graças e lembrando-lhe que, se é Mãe de Deus, nós somos também seus filhos.

Mas não é só isso, não. Todos os dias a Igreja canta nas Vésperas o *Magnificat*; une-se à mesma Santíssima Virgem para louvar a Deus pelas suas bondades para com a Mãe do seu Filho. Repitamos, pois, muitas vezes com ela e com a Igreja: «A minha alma glorifica o Senhor e o meu espírito exulta de alegria em Deus meu Salvador, porque olhou para a baixeza da sua serva... Doravante, todas as gerações me chamarão bem-aventurada, porque o Todo-Poderoso fez em mim maravilhas». Ao cantar essas palavras, oferecemos à beatíssima Trindade um cântico de reconhecimento pelos privilégios de Maria, como se esses privilégios fossem nossos.

Temos também o «Ofício Parvo» da Santíssima Virgem; temos o Rosário, tão grato a Maria, pois a exaltamos unida sempre ao seu Divino Filho, repetindo sem cessar, com amor e carinho, a saudação do mensageiro celestial no dia da Encarnação: *Ave, Maria, gratia plena*. É uma excelente prática rezar todos os dias devotadamente o rosário, contemplando assim Cristo nos seus mistérios para nos unirmos a Ele, felicitando a Santíssima Virgem por ter sido tão intimamente associada a eles, e agradecendo à Santíssima Trindade pelos privilégios de Maria. E se todos os dias temos dito muitas vezes à Virgem: «Mãe de Deus, rogai por nós... agora e na hora da nossa morte», quando chegar o instante em que o *nunc* e a *hora mortis nostræ* sejam um só e o mesmo momento, estejamos certos de que a Virgem não nos abandonará. Temos também as Litanias; temos o *Angelus*, através do qual renovamos no coração de Maria a indescritível alegria que ela teve de experimentar no momento da Encarnação; há, por fim, muitas outras formas de devoção a Maria.

Não é necessário sobrecarregar-se com muitas «práticas», é preciso escolher algumas, e uma vez feita a escolha, ser fiel a elas; esse presente diário oferecido à sua Mãe será também, sem dúvida, muito grato a Nosso Senhor.

4. Fecundidade que reporta à alma a devoção a Maria. Maria inseparável de Jesus no plano divino; o seu crédito todo-poderoso; a sua graça de maternidade espiritual. Peçamos a Maria «que forme Jesus» em nós.

A devoção a Maria, além de ser muito agradável a Jesus Cristo, é para nós fecunda. E isso por três razões, que já teríeis adivinhado.

Primeiro, porque, no plano divino, *Maria é inseparável de Jesus*, e a nossa santidade consiste em nos acomodarmos o mais perfeitamente possível à economia divina. Nos pensamentos eternos, Maria pertence sem dúvida ao núcleo essencial do mistério de Cristo; Mãe de Jesus, e Mãe d'Aquele de quem tudo nos vem. Segundo o plano divino, a vida não é dada aos homens senão por Cristo, Deus-Homem: «Ninguém vem ao Pai se não for por Mim» (Jo 14,26), e Cristo não foi dado ao mundo senão por Maria: «Por nós, os homens, e para nossa salvação, desceu do céu encarnando-se no seio da Virgem Maria» (*Credo* da Missa). Esse é o ordenamento divino. E esse ordenamento é imutável. De fato, observai que não vale apenas para o dia em que se realizou a Encarnação; o seu valor continua subsistindo pela aplicação às almas dos frutos da Encarnação. Porque assim? Porque a fonte da graça é Cristo, Verbo encarnado; mas a sua qualidade de Cristo, de mediador, permanece inseparável da natureza humana que tomou da Virgem Santíssima. [«Tendo Deus querido uma vez dar-nos Jesus Cristo por meio da Santíssima Virgem, esse ordenamento já não pode mudar, pois os dons de Deus não estão sujeitos a mudança. Sempre será certo que, tendo recebido por sua caridade o princípio universal de toda a graça, recebamos também por sua mediação as diversas aplicações em todos os diferentes estados que compõem a vida cristã. Como a sua caridade maternal contribuiu tanto para a nossa salvação no mistério da Encarnação, que é o princípio universal da graça, assim contribuirá também eternamente em todas as demais operações que não são mais do que seu corolário». Bossuet,

Sermão para a festa da Conceição. — Citemos também as palavras do Papa Leão XIII: «Do magnífico tesouro de graças que Cristo nos ganhou, nada nos será dispensado se não for por Maria. Portanto, dirigindo-nos a ela é como devemos chegar a Cristo, assim como por Cristo nos aproximamos do nosso Pai Celestial». *Encíclica sobre o Rosário*, 1891].

A segunda razão, que está muito relacionada com a anterior, é que ninguém tem mais influência do que a Mãe de Deus *na obtenção de graça para nós*. Em consequência da Encarnação, Deus agrada-se — não de forma a diminuir o poder da mediação de Seu Filho, mas ao contrário, para alargar e exaltar — em reconhecer o crédito daqueles que estão unidos a Jesus, a Cabeça do corpo místico; esse crédito é quanto mais poderoso à medida que a união dos santos com Cristo é mais íntima.

Quanto mais uma coisa se aproxima do seu princípio, diz São Tomás, mais experimenta os efeitos que esse princípio produz. Quanto mais vos aproximais de uma fogueira, mais sentis o calor que irradia. — Pois bem, acrescenta o santo Doutor; Cristo é o princípio da graça, uma vez que, enquanto Deus, é autor dela e, enquanto Homem, é instrumento; e como a Virgem é a criatura que mais perto esteve da humanidade de Cristo, uma vez que Cristo tomou nela a natureza humana, conclui-se que Maria recebeu de Cristo uma graça maior do que a de todas as criaturas.

Cada um recebe de Deus (fala o mesmo São Tomás) a graça proporcionada ao destino que a sua providência lhe assinalou. Como homem, Cristo foi predestinado e escolhido para que, sendo Filho de Deus, tivesse poder de santificar todos os homens; por isso, deveria possuir Ele só tal plenitude, que pudesse derramar-se sobre todas as almas. A plenitude de graça que recebeu a Santíssima Virgem tinha por fim fazê-la a criatura mais próxima do autor da graça; tão próxima, de facto, que Maria encerraria no seu seio aquele que está cheio de graça, e que ao dar ao mundo pelo seu parto virginal, daria, por assim dizer, ao mundo a própria graça, porque lhe daria a fonte da graça [*Ut eum, qui est plenus omni gratia, pariendo, quodammodo gratiam ad omnes derivaret*. III, q.27, a.5]. Ao formar Jesus nas suas primorosas entranhas, a Virgem nos deu o próprio autor da vida. Assim canta a Igreja na oração que segue à antífona da Virgem no tempo do Natal, honrando o nascimento de Cristo: «por ti nos foi dado receber o autor

da vida»; e além disso, convida «as nações a cantar e exaltar a vida que essa maternidade virginal lhes trouxe».

Vitam datam per Virginem
Gentes redemptæ plaudite.

Portanto, se quereis beber abundantemente na fonte da vida divina, ide a Maria, pedi-lhe que vos guie até essa fonte; ela, mais e melhor que qualquer outra criatura, pode levar-nos até Jesus. Por isso, e não sem justa razão, chamamos-lhe «Mãe da divina graça»; por isso também a Igreja aplica a ela este passo das Sagradas Escrituras: «Quem me encontra, encontrará a vida e beberá a salvação que vem do Senhor» (Prov 8,35). A salvação, vida das nossas almas, não vem senão de Jesus. Ele é o único mediador; mas, quem nos levará a Ele com mais segurança do que Maria?; quem goza de tanto poder como a sua Mãe para nos tornar propícios?

Maria, por outro lado, recebeu de Jesus mesmo, relativamente ao seu corpo místico, uma graça especial de maternidade. Esta é a última razão pela qual a devoção à Santíssima Virgem é tão fecunda na ordem sobrenatural. Cristo, depois de ter recebido de Maria a natureza humana, associou a sua Mãe, como já vos disse, a todos os seus mistérios, desde a sua apresentação no Templo até à sua imolação no Calvário. Assim, qual é o fim de todos os mistérios de Cristo? Não é outro senão o de o converter em modelo e paradigma da nossa vida sobrenatural em resgate da nossa santificação e fonte de toda a nossa santidade; e finalmente, o de criar-lhe uma sociedade eterna e gloriosa de irmãos que em tudo lhe sejam semelhantes. Por isso, Maria está associada ao novo Adão como uma nova Eva; é, pois, com mais direito do que Eva, a «mãe dos viventes» (Gn 3,20), daqueles que vivem pela graça de seu Filho.

Dizia-vos há pouco que essa associação não foi apenas externa. Sendo Cristo Deus, sendo o Verbo omnipotente, criou na alma da sua Mãe os sentimentos que deveria acolher para todos aqueles que Ele queria elevar à dignidade de irmãos seus, fazendo-os nascer dela e viver os seus mistérios. A Virgem, por sua vez, iluminada pela graça que abundava nela, respondeu a esse chamado de Jesus com um *Fiat*, no qual entregou a sua alma inteira com submissão, totalmente unida em espírito com o seu divino Filho: «Ao dar o seu consentimento, quando lhe foi anunciada a Encarnação, Maria

aceitou cooperar, desempenhar um papel, no plano da Redenção; aceitou não apenas ser a Mãe de Jesus, mas também associar-se a toda a sua missão de Redentor. Em cada um dos mistérios de Cristo, teve de renovar o *Fiat* cheio de amor, até o momento em que pôde dizer, após ter oferecido no Calvário, para a salvação do mundo, aquele Jesus, aquele Filho, aquele corpo por ela formado, aquele sangue que era o seu sangue: «Tudo está consumado». Naquela hora bendita, Maria estava tão identificada com os sentimentos de Jesus, que pode ser chamada Corredentora. Naquele instante, como Jesus, Maria acabou de nos gerar, por um ato de amor, à vida da graça [*Cooperata est caritate ut fideles in Ecclesia nascerentur*. Santo Agostinho. *De Sancta Virginitate*, n. 6]. Sendo Mãe da nossa Cabeça, segundo o pensamento de Santo Agostinho, por tê-lo gerado nas suas entranhas, Maria chegou a ser, pela alma, a vontade e o coração, mãe de todos os membros dessa divina Cabeça. «Mãe, quanto ao corpo, da nossa Cabeça; pelo espírito, o é de todos os seus membros» [*Corpore mater capitis nostri, spiritu mater membrorum eius*. *Ib*.].

E porque aqui na terra Maria se associou a todos os mistérios da Redenção, Jesus a coroou, não apenas de glória, mas de poder; colocou a sua Mãe à sua direita, para que pudesse dispor, a título de Mãe de Deus, dos tesouros da vida eterna. «A Rainha se senta à tua direita» (Sal 44,10). É o que indica a piedade cristã quando proclama a Mãe de Deus «omnipotência suplicante».

Digamos, pois, com a Igreja e cheios de confiança: «Mostra que és Mãe: Mãe de Jesus pelo teu ascendente sobre Ele; mãe nossa, pela tua misericórdia para connosco; pela tua mediação, que Cristo receba as nossas preces, esse Cristo que, nascendo de ti para nos trazer a vida, quis ser Filho teu».

Monstra te esse Matrem, / Sumat per te preces / Qui pro nobis natus /Tulit esse tuus (Himno *Ave maris Stella*).

Quem conhece melhor do que ela o coração do seu Filho? No Evangelho (Jo 2,1 e segs.) encontramos um magnífico exemplo da sua confiança em Jesus. Ocorreu o facto nas bodas de Caná. Assiste a elas com Jesus e não está tão absorta na contemplação, que não percebe o que acontece ao seu redor. O vinho escasseia. Maria percebe a confusão dos

seus anfitriões e diz a Jesus: «Não têm vinho». Bem se reflete aqui o seu coração de mãe. Quantas almas «místicas» teriam pensado no vinho? No entanto, o que são elas ao lado de Maria? Impelida pela sua bondade, pede ao seu Filho que ajude os que vê em apuros. Nosso Senhor olha para ela e faz como se não acedesse ao que ela pede: «Mulher, a ti e a mim, o que nos importa isso?» Mas ela conhecia o seu Jesus; tão certa estava dele, que imediatamente diz aos criados: «Fazei tudo o que Ele vos disser». E, de facto, Cristo falou e as ânforas encheram-se de excelente vinho.

O que pediremos nós à Mãe de Jesus senão que, acima de tudo, forme Jesus em nós, comunicando-nos a sua fé e o seu amor?

Toda a vida cristã consiste em fazer com que «Cristo nasça em nós e viva em nosso coração». É doutrina de São Paulo (Gal 4,19). Assim, onde se formou Cristo em primeiro lugar? No seio da Virgem, por obra do Espírito Santo. Mas Maria, dizem os Santos Padres, concebeu primeiro a Jesus pela fé e pelo amor, quando com o seu *Fiat* consentiu em ser sua Mãe [*Prius concepit mente quam corpore*. Santo Agostinho, *De virgin*., c. 3; Sermo CCXV, n.4; São Leão, *Sermo I de Nativitate Domini*, c.7; São Bernardo, *Sermo I de vigilia Nativitatis*]. Peçamos-lhe que nos alcance essa fé que engendra Jesus em nós, esse amor que faz com que vivamos da vida de Jesus. Peçamos a ela que nos faça semelhantes ao seu Filho; nenhum favor maior podemos pedir-lhe, nenhum que mais lhe agrade conceder-nos, pois sabe e vê que seu Filho não pode estar separado do seu corpo místico. Está tão unida de alma e de coração com o seu divino Filho, que agora na glória não anseia mais do que uma coisa: que a Igreja, reino dos escolhidos, preço do sangue de Jesus, apareça diante d'Ele «gloriosa, sem mancha nem rugas, santa e imaculada» (Ef 5,27).

Por isso, quando nos dirigirmos à Virgem, façamo-lo unidos a Jesus e digamos-lhe: «Ó Mãe do Verbo encarnado, vosso Filho disse: Tudo o que fizerdes ao menor dos meus pequeninos a mim o fazeis: eu sou um desses pequeninos entre os membros de Jesus, vosso Filho; em seu nome me apresento diante de Vós para implorar o vosso auxílio». Se rejeitasse pedidos assim apresentados, Maria rejeitaria algo a Jesus.

Vamos, pois, a ela, mas vamos com confiança. Há almas que acodem a ela como a uma mãe, confiam-lhe os seus interesses, descobrem-lhe as suas

penas, as suas dificuldades; a ela recorrem nas necessidades, nas tentações, pois entre a Virgem e o demónio há eterna inimizade; e com o seu pé Maria quebra a cabeça do dragão infernal» (Gn 3,15); tratam sempre com a Virgem como com uma mãe; há quem se ajoelhe diante das suas imagens para expor-lhe os seus desejos e anseios. São infantilidades, direis. Talvez; mas, sabem o que diz Cristo? «Se não vos fizerdes semelhantes aos pequeninos, de modo algum entrareis no reino dos céus» (Mt 18,13).

Peçamos a Maria que, da humanidade do seu Filho Jesus, que possui a plenitude da graça, ilumine esta sobre nós com abundância, para que, pelo amor, nos vá conformando cada vez mais com o Filho muito amado do Pai, que é também seu Filho. Esta é a melhor petição que lhe podemos fazer. Nosso Senhor dizia aos seus Apóstolos na Última Ceia: «Meu Pai vos ama porque vós me amastes e acreditastes que eu vim d'Ele» (Jo 16,27). O mesmo poderia dizer-nos sobre Maria: «Minha Mãe vos ama porque vós me amais e acreditais que eu nasci dela». Nada é mais grato a Maria do que ouvir confessar que Jesus é seu Filho e vê-lo amado por todas as criaturas.

O Evangelho, como sabeis, não nos conservou senão muito poucas palavras de Maria. Acabo de vos recordar algumas: as que disse aos serventes das bodas de Caná: «Fazei tudo o que o meu Filho vos disser» (*Ib*. 2,5). Essas palavras são como um eco das do Pai Eterno: «Este é o meu amado Filho, em quem tenho todas as minhas complacências, ouvi-o» (Mt 17,5; +2Pe 1,17). Podemos também nós aplicar essas palavras de Maria: «Fazei tudo o que ele vos disser». Esse será o melhor fruto desta conferência: será também a melhor manifestação da nossa devoção para com a Mãe de Deus. O maior anseio da Virgem Mãe é ver o seu Divino Filho, obedecido, amado, glorificado, exaltado; assim como para o Pai Eterno, Jesus é para Maria o objeto de todas as suas complacências.

XIII
Co-herdeiros de Cristo

A herança do céu, termo final da nossa predestinação adoptiva..

«Pai, glorifiquei-te na terra; completei a obra que me encomendaste. Glorifica-me agora em Ti mesmo, ó Pai, com a glorificação que eu tinha em Ti antes de o mundo existir. Pai! Desejo que aqueles que me deste estejam comigo onde eu estou para que vejam a minha glória; a glória que me deste» (Jo 17,5,24).

Estas palavras constituem o princípio e o fim da inefável oração que Jesus Cristo dirigiu ao Pai na Última Ceia, quando já estava prestes a coroar a sua missão salvadora na terra, com o seu sacrifício redentor.

Cristo pede, em primeiro lugar, que a sua santa humanidade participe dessa glória que o Verbo possui desde toda a eternidade. Depois, como Cristo nunca se separa do seu corpo místico, pede que os seus discípulos e todos aqueles que crêem n'Ele sejam também associados a essa glória. Quer que estejamos «onde Ele está». Onde está? «Na glória de Deus Pai» (Fil 2,11). Ali está o termo final da nossa predestinação, a consumação da nossa adoção, o complemento supremo da nossa perfeição, a plenitude da nossa vida.

Ouçamos como o Apóstolo São Paulo nos expõe esta verdade. Depois de ter dito que Deus, que quer a nossa santificação, nos predestinou a ser conformes à imagem do seu Filho, para que o seu Filho seja o primogénito de um grande número de irmãos, acrescenta este ponto: «E aos que predestinou, também chamou; e aos que chamou, também justificou; e aos que justificou, também glorificou» (Rm 8,30). Estas palavras indicam as fases sucessivas do processo da nossa santificação, ou seja, a nossa predestinação e a nossa santificação em Cristo Jesus; a nossa justificação pela graça que nos faz filhos de Deus; a nossa glorificação final que nos assegura a vida eterna.

Vimos o plano de Deus sobre nós: como o Batismo é o sinal da nossa vocação sobrenatural e o sacramento da nossa iniciação cristã, como somos justificados, ou seja, como nos tornamos justos, através da graça de Cristo. Essa justificação pode ir-se aperfeiçoando sem cessar, de acordo com o grau da nossa união com Cristo, até encontrar a culminação na glória. A glória é essa herança divina que nos compete enquanto filhos de Deus, herança que Cristo nos ganhou com os seus méritos, que Ele mesmo possui e deseja partilhar connosco (*Ib*. 17). Chegamos a participar da mesma herança de Cristo: a vida, a glória e a bem-aventurança eternas com a posse de Deus. A culminação da vida divina em nós não se realiza neste mundo; mas, como diz Cristo, «junto do Pai».

Convém, pois, que ao acabar estas conferências sobre a vida de Cristo em nós, fixemos o olhar nessa herança eterna que Nosso Senhor pediu ao Pai por nós; devemos pensar nela frequentemente, pois ela constitui a suprema finalidade de toda a obra de Cristo.

«Vim para lhes dar vida»; mas essa vida não será verdadeira se não for eterna; todo o nosso conhecimento e todo o nosso amor para com o Pai e para com Cristo seu Filho, estão orientados para a obtenção dessa vida eterna que nos faz filhos de Deus: «Nisto consiste a vida eterna: em conhecer o único Deus verdadeiro e o seu enviado Jesus Cristo» (Jo 17,3). Na terra, sempre podemos perder a vida divina que Jesus Cristo nos confere pela graça; apenas a morte «no Senhor» fixa e assegura em nós essa vida de maneira imutável. A Igreja ensina esta verdade chamando de «dia de nascimento» o dia em que os santos entram na posse eterna dessa vida.

A vida de Cristo em nós na terra não é mais do que uma aurora, não chega ao seu meio-dia, mas meio-dia sem ocaso, senão quando floresce em frutos de vida eterna. O Batismo é a fonte de onde brota o rio divino, mas o término desse rio, que alegra a cidade das almas, é o oceano da eternidade. Portanto, não teríamos mais do que uma ideia muito incompleta da vida de Cristo nas nossas almas, se não considerássemos o termo a que pela sua própria natureza nos deve conduzir essa vida.

Já sabeis com que empenho e fervor São Paulo rogava pelos fiéis de Éfeso para que conhecessem o mistério de Cristo: «Prostrava-se diante de Deus, dizia, para que se dignasse fazer-lhes compreender a altura e

profundidade desse mistério» (Ef 3,14,18). Mas o grande Apóstolo cuida bem de adverti-los que esse mistério não tem a sua culminação senão na eternidade e por isso deseja vivamente que a alma dos seus queridos cristãos ande sempre imbuída desse pensamento. «Não cesso, escreve-lhes, de me lembrar de vós nas minhas orações, para que Deus, Pai glorioso do Nosso Senhor Jesus Cristo, ilumine os olhos do vosso coração a fim de que saibais qual é a esperança a que vos chamou e quais as riquezas e a glória da sua herança reservada aos santos» (*Ib*. 1, 16-18).

Vejamos, pois, qual é «essa esperança», quais «essas riquezas» que São Paulo com tanto empenho queria que fossem conhecidas. Mas, acaso ele mesmo não disse que «não podemos nem suspeitar sequer que coisas Deus tem preparadas para os que o amam? Que nem olho algum viu, nem ouvido ouviu, nem passou a homem pelo pensamento o que são essas maravilhas?» (1Cor 2,9). Assim é; e tudo quanto dissermos sobre «essas riquezas de glória da nossa herança» não chegará de maneira nenhuma à realidade.

Ouçamos, no entanto, o que a Revelação nos diz. Entenderemos se tivermos o espírito de Cristo, pois, afirma São Paulo no mesmo lugar, que «esse Espírito penetra todas as coisas; até as intimidades de Deus... E nós recebemos (no Batismo) esse Espírito que vem de Deus, a fim de que conheçamos as coisas maravilhosas que Deus nos tem comunicado pela sua graça» (1Cor 10-12), que é a aurora da sua glória. Ouçamos, pois, o que a Revelação ensina, mas com fé, não com os sentidos, porque aqui tudo é sobrenatural.

1. A bem-aventurança eterna consiste na visão de Deus cara a cara, no amor inalterável e na alegria perfeita.

Falando das virtudes teologais, que formam o séquito da graça santificante e são como as fontes da atividade sobrenatural nos filhos de Deus, diz São Paulo que «nesta vida perduram três virtudes: fé, esperança e caridade»; mas a caridade, acrescenta, é a mais excelente de todas (*Ib*. 18,13). Por que razão? Porque ao chegar ao céu, termo da nossa adoção, a fé em Deus transforma-se em visão de Deus, a esperança desvanece-se com a posse de Deus, mas o amor permanece e nos une a Deus para sempre.

Vê em que consiste a glorificação que nos espera, a bem-aventurança de que gozaremos: veremos Deus, amaremos Deus, gozaremos de Deus; estes aspectos constituem a Vida eterna, a participação assegurada e completa da própria vida de Deus; daí nasce a bem-aventurança da alma, bem-aventurança da qual o corpo também participará após a ressurreição.

No céu veremos a Deus. Ver a Deus como Ele se vê é o primeiro elemento dessa participação da natureza divina que constitui a vida bem-aventurada; é o primeiro ato vital na glória. Na terra, diz São Paulo, não conhecemos a Deus senão pela fé, de maneira obscura; mas então veremos a Deus face a face: «Agora, diz ele, não conheço a Deus senão de um modo imperfeito; mas então conhecerei como Ele mesmo me conhece a mim» (*Ib*. 13,12). Não podemos agora conhecer o que é em si mesma essa visão; mas a alma será fortalecida com a «luz da glória», que não é outra coisa senão a graça mesma florescendo no céu. Veremos a Deus com todas as suas perfeições; ou melhor dizendo, veremos que todas as suas as perfeições se reduzem a uma perfeição infinita, que é a Divindade; contemplaremos a vida íntima de Deus; entraremos, como diz São João, «em sociedade com a santa e adorável Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo»; contemplaremos a plenitude do Ser, a plenitude de toda a verdade, de toda a santidade, de toda a beleza, de toda a bondade. Contemplaremos, para sempre, a humanidade do Verbo; veremos a Cristo Jesus, em quem o Pai pôs as suas complacências; veremos aquele que quis ser o nosso «irmão mais velho», contemplaremos as chagas, para sempre gloriosas, de Aquele que nos livrou da morte por meio da sua cruentíssima Paixão e nos alcançou o poder de viver essa vida imortal. A Ele cantaremos, reconhecidos, o hino da gratidão: «Com o teu sangue, Senhor, nos resgataste; fizeste-nos reinar com Deus no seu reino; a Ti seja honra e glória» (Ap 5,9,10 e 13). Veremos a Virgem Maria, os coros dos anjos, toda aquela multidão de escolhidos, incontável, como diz São João, que rodeia o trono de Deus.

Essa visão de Deus, sem véus, sem trevas, sem nuvens, é a nossa futura herança, é a consumação da adoção divina. «A adoção de filhos de Deus, diz São Tomás (III, q.45, a.4), realiza-se através de uma certa conformidade de semelhança com Aquele que é Seu Filho por natureza» (Rm 8,29). Isso se realiza de duas maneiras: na terra, pela graça, que é uma conformidade imperfeita; no céu, pela glória, que será a perfeita conformidade, conforme

dito por São João: «Caríssimos, já somos agora filhos de Deus; mas o que seremos algum dia, ainda não se manifesta; sabemos, sim, que quando Ele se manifestar claramente, seremos semelhantes a Ele, porque O veremos como Ele é» (1Jo 3,2). Aqui, portanto, a nossa semelhança com Deus não está completa, mas no céu será mostrada com toda a sua perfeição. Na terra temos que trabalhar, à luz escura da fé, para nos tornarmos semelhantes a Deus e para destruir o «homem velho», procurando desenvolver o «homem novo criado à imagem de Jesus Cristo» (Col 3,9,10. +Ef 4,22 e 24). Devemos renovar-nos, aperfeiçoar-nos constantemente, para nos aproximarmos mais do modelo divino. No céu, se consumará essa transformação, que nos fará semelhantes a Deus e veremos que verdadeiramente somos filhos de Deus.

Mas esta visão não nos mergulhará numa imobilidade de estátuas que impediria qualquer operação. A nossa atividade não sofrerá diminuição com a contemplação de Deus. Sem deixar um instante de contemplar a Deus, a nossa alma manterá o livre exercício das suas faculdades. Olhai para Nosso Senhor. Aqui na terra a sua alma santa gozava continuamente da visão beatífica; e, no entanto, essa contemplação não impedia a sua atividade humana, que permanecia completamente desobstruída, manifestando-se nas suas tarefas apostólicas, na sua pregação, nos seus milagres. A perfeição do céu não seria perfeição se tivesse que anular a atividade dos escolhidos.

Veremos Deus. Só isso? Não. Ver a Deus é o primeiro elemento da vida eterna; a primeira fonte de bem-aventurança; mas se a inteligência se sacia ali divinamente com a Verdade eterna, também é preciso que a vontade se sacie com a infinita bondade. *Amaremos* a Deus [Segundo São Tomás (I-II, q.3, a.4), a bem-aventurança consiste essencialmente em possuir a Deus contemplando-o face a face. Essa visão beatífica é, acima de todas as coisas, um ato de inteligência;. Dessa posse por inteligência deriva, como uma propriedade, a bem-aventurança da vontade, que encontra a sua saciedade e descanso na posse do objeto amado, tornado presente pela inteligência].

«A caridade, diz São Paulo, nunca acabará» (1Cor 13,8). Amaremos a Deus, não com um amor lânguido, hesitante, por vezes distraído pela criatura, exposto a evaporar-se, mas com um amor forte, puro, perfeito e

eterno. Se mesmo neste vale de lágrimas, onde para conservar a vida da graça temos que chorar e lutar, o amor é já tão forte em certas almas, que lhes arranca gemidos que nos chegam até ao fundo da alma: «quem me separará do amor de Cristo? Nem a perseguição, nem a morte, nem criatura alguma poderá apartar-me de Deus», o que será esse amor quando se abraçar com o Bem infinito, para nunca mais se separar? Que ímpeto para Deus, já nunca contido! Que abraço o desse amor já para sempre e sem cessar saciado! E esse amor eterno expressar-se-á em atos de adoração, de complacência, de ação de graças. São João descreve os santos prostrados diante de Deus, e cantando no céu os seus eternos louvores. «A vós, Senhor, glória, honra e poder pelos séculos dos séculos» (Ap 7,12). Assim exprimem o seu amor.

Finalmente, *gozaremos* de Deus. No Evangelho, lê-se que o próprio Cristo compara o reino dos céus a um banquete que Deus preparou para honrar o seu Filho: «Ele mesmo se cingirá com o vestido e pôr-se-á a servir-nos, sentados à sua mesa» (Lc 12,37). O que isso quer dizer, senão que Deus mesmo deve ser a nossa alegria? «Ó Senhor!», exclama o Salmista, embriagais os vossos escolhidos com a abundância da vossa casa, e lhes dais a beber da torrente das vossas delícias, porque em Vós está a fonte mesma da vida» (Sal 35,9). Deus diz à alma que O busca: «Eu mesmo serei a tua recompensa, e muito cumprida» (Gn 15,1). Como se dissesse: «Eu te amei com um amor tão grande, que quis colocar-te dentro da minha própria casa, adotar-te como filho, para que tenhas parte na minha bem-aventurança. Quero que a minha vida seja a tua vida, que a minha felicidade seja a tua felicidade. Na terra, te dei o meu Filho, sendo mortal como homem, entregou-se para merecer-te a graça que te transformasse e conservasse como meu filho: deu-se a ti na Eucaristia sob os véus da fé, e agora Eu mesmo, na glória, me dou a ti para te fazer participante da minha vida, para ser a tua bem-aventurança sem fim». «Ele se dará porque já se deu antes; se dará imortal aos que já seremos imortais, porque antes se deu mortal aos que éramos mortais» (Santo Agostinho, *Enarrat. in Ps*. XLII, 2).

Aqui a graça, ali a glória; mas o mesmo Deus é quem no-las dá; e a glória não é mais do que o desenvolvimento pleno da graça; é a adoção divina, velada e imperfeita na terra, sem véus e cumprida no céu.

Por isso o Salmista suspirava tanto por essa posse de Deus: «Como o veado anseia pelas fontes das águas, assim a minha alma suspira por Ti, ó meu Deus. A minha alma está sedenta de Deus, do Deus vivo» (Sl 41, 1-3). «Pois não me sentirei saciado senão quando me forem revelados os deleites da tua glória» (Sl 16,15).

Assim também, quando Cristo fala dessa bem-aventurança, nos diz que Deus faz entrar o servo fiel «na alegria do seu Senhor» (Mt 25,21). Essa alegria é a alegria de Deus mesmo, a alegria que Deus sente ao conhecer as suas infinitas perfeições, a felicidade que desfruta na inefável comunhão das três pessoas divinas; o sossego e bem-estar infinitos em que Deus vive: «A Sua alegria será a nossa alegria». «Para que tenham a minha alegria plena em si mesmos» (Jo 17,13): a sua felicidade é a nossa felicidade e o seu descanso é o nosso descanso, a sua vida é a nossa vida, vida perfeita, na qual todas as nossas faculdades serão plenamente saciadas.

Ali desfrutaremos dessa «plena participação no bem imutável», como acertadamente o chama Santo Agostinho (*Epist. ad Honorat*., CXL, 31). «Até esse ponto Deus nos amou». Oh, se soubéssemos o que Deus reserva para os que o amam!...

E porque essa bem-aventurança e essa vida são as de Deus mesmo, serão eternas também para nós. Não terão termo nem fim. «Nem haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque Deus enxugará as lágrimas dos olhos daqueles que entrarem na sua glória» (Ap 21,4), diz São João. Não haverá mais pecado, nem morte, nem medo da morte; ninguém nos tirará essa alegria; estaremos para sempre com o Senhor (1Tes 4,16). Onde Ele está, estaremos nós.

Ouvi com que palavras tão expressivas Cristo nos dá esta certeza: «Eu dou às minhas ovelhas a vida eterna, e nunca se perderão, e ninguém as arrebatará da minha mão. O meu Pai, que mas deu, é superior a todos, e ninguém pode arrebatá-las da mão do meu Pai; eu e o meu Pai somos um» (Jo 10, 28-30). Que segurança nos dá Cristo Jesus! Estaremos sempre com Ele, sem que nada nos possa jamais separar; e n'Ele gozaremos de uma alegria infinita que ninguém nos poderá tirar, porque é a própria alegria de Deus e de Cristo seu Filho: «Agora, dizia Jesus aos seus discípulos, estais tristes, mas eu voltarei a visitar-vos, e o vosso coração se encherá de

alegria, e ninguém vos tirará a vossa alegria» (Jo 16,22). Digamos-Lhe com a Samaritana: «Ó Senhor Jesus, divino Mestre, Redentor das nossas almas (*Ib*. 4,15), dai-nos essa água divina que nos saciará para sempre, que nos dará a vida; fazei com que aqui na terra permaneçamos unidos a Vós pela graça, para que algum dia mereçamos estar «onde Vós estais», para que possamos ver eternamente, como pedistes ao Pai por nós (*Ib*. 17, 24-26), a glória da Vossa humanidade, e gozar de Vós para sempre no Vosso reino!».

2. Os corpos dos justos hão de participar, depois da ressurreição, dessa bem-aventurança; glória dessa ressurreição já realizada em Cristo, cabeça do seu corpo místico.

Como sabeis, toda a alma que ao morrer sai deste mundo em estado de graça, se não tiver de cancelar no purgatório algum resto da pena temporal que se deve satisfazer pelos pecados, entra imediatamente em posse desta vida bem-aventurada. Mas isto não é tudo: Deus ainda nos reserva um complemento. Qual? Não desfruta já a alma de gozo pleno? Certamente que sim, mas Deus quer também dar ao corpo a sua bem-aventurança, quando tiver lugar a ressurreição no fim dos tempos.

É dogma de fé a ressurreição dos mortos. Cristo prometeu: «Aquele que come a minha carne e bebe o meu sangue, eu o ressuscitarei no último dia» (Jo 6,55 e 11,25).

Mais ainda: Cristo já ressuscitou, saindo vivo e vitorioso do sepulcro. Pois bem, ao ressuscitar, Cristo nos ressuscitou com Ele. Já o repeti: Ao encarnar-se o Verbo, uniu-se misticamente a toda a humanidade, e com os escolhidos forma um corpo do qual Ele é a cabeça. Se a nossa cabeça ressuscitou, não só os seus membros ressuscitaremos com Ele algum dia, mas ao triunfar da morte no dia da sua ressurreição, já ressuscitou com Ele, em princípio e de direito, todos os que crêem nele. Ouçam com que clareza São Paulo expõe esta doutrina: «Deus, que é rico em misericórdia, pelo amor excessivo com que nos amou, nos deu vida em Cristo e por Cristo. Nos ressuscitou com Ele e juntamente com Ele nos concedeu assento nos céus, já que não nos separa dele» (Ef 2, 4-6). Grande misericórdia: Deus nos ama tanto em seu Filho Jesus Cristo que não quer separar-nos dele;

deseja que sejamos semelhantes a Ele, que participemos da sua glória, não só no que respeita à alma, mas também no que diz respeito ao corpo.

Com quanta razão diz o grande Apóstolo que Deus é rico em misericórdia e que nos ama com um amor imenso! Não basta a Deus saciar a nossa alma com uma felicidade eterna, Ele quer que a nossa carne, assim como a de Seu Filho, participe dessa felicidade sem fim; deseja adorná-la com essas gloriosas prerrogativas de imortalidade, agilidade, espiritualidade, que resplandeciam na humanidade de Cristo ao sair do sepulcro. Sim; chegará o dia em que todos ressuscitaremos «cada um na sua própria hierarquia»; Cristo ressuscitou primeiro como cabeça dos escolhidos e primícias de uns frutos; depois ressuscitarão todos aqueles que são de Cristo pela graça [Os condenados também ressuscitarão, mas sem os dons gloriosos dos santos; os seus corpos serão como as suas almas, eternamente atormentados]. «Assim como em Adão todos morrem, todos em Cristo serão vivificados». Depois «virá o fim quando Cristo entregar ao Pai esse reino conquistado com o seu sangue... Pois Cristo deve reinar de forma que todos os seus inimigos serão reduzidos a um estrado para os seus pés. A morte será o último inimigo destruído. E quando o Pai houver submetido todas as coisas à soberania de Cristo, então o Filho, mediante a sua humanidade, prestará as suas homenagens Àquele que o fez Senhor de todas as coisas, para que Deus seja tudo em todos» (Rm 15,28). Cristo Jesus venceu a morte no dia da sua ressurreição. «Onde está, ó morte, a tua vitória?» (1Cor 15,55). Também a vencerá nos seus escolhidos no dia da ressurreição dos corpos.

Então ficará terminada e consumada a sua obra, como cabeça da Igreja; Cristo possuirá essa Igreja que tanto amou, pela qual «deu a sua vida, para que fosse gloriosa, sem rugas e sem mancha, pura e imaculada» (Ef 5,27); o corpo místico terá então «chegado plenamente à plenitude da idade de Cristo» (*Ib*. 4,13). Então Cristo Jesus apresentará ao seu Pai essa multidão de escolhidos dos quais Ele é o primogénito.

Oh, que espetáculo tão glorioso será ver esse reino sujeito a Jesus, contemplar a obra do seu sangue e da sua graça, oferecida ao Pai celestial pelo próprio Jesus Cristo rei da glória!... Que indescritível felicidade é fazer parte deste reino, junto com Maria, os anjos, os santos, as almas dos bem-

aventurados que conhecemos na terra, com os quais estivemos unidos pelos laços de sangue por um afeto santo! Então, sim, poderá Jesus voltar a dizer com toda a verdade: «Pai, terminei a obra que me encomendaste»; então a realidade será cumprida, aqueles votos formulados pelo seu coração sagrado na Última Ceia: «Pai, rogo-te agora por estes que me deste. Que eles tenham a alegria completa que eu tenho; que estejam comigo ali mesmo onde eu estou, para que contemplem a minha glória... para que o amor com que me amaste esteja com eles também» (Jo 17,4,9,13,24,26). Os desejos de Cristo se cumprirão, a Igreja triunfante contemplará a glória do seu Príncipe; ela mesma gozará dessa «plenitude de felicidade» que da sua cabeça redundará em toda ela; a vida divina, eterna, transbordará em cada um de nós, e reinaremos com Cristo para sempre.

São João, no Apocalipse, disse-nos algo sobre a glória desse reino. «Ouvi também uma voz como de grande multidão e como o ruído de muitas águas, e como o estampido de grandes trovões, que dizia: Aleluia!; porque o Senhor Deus Nosso Todo-Poderoso tomou posse do reino. Alegremo-nos e exultemos, pois chegaram as bodas do Cordeiro (que é Cristo), e sua Esposa (a Igreja já triunfante) se preparou e adornou, pois foi autorizada a vestir-se de linho fino, resplandecente e puro». «Esse linho fino, acrescenta São João, são as virtudes dos santos». E disse-me o Anjo: «Escreve: Bem-aventurados os que são convidados para a ceia das bodas do Cordeiro!...» (Ap 19, 6-9).

Isso não é mais do que uma sombra da realidade divina, da felicidade que nos espera. No Batismo, recebemos a semente. Mas essa semente tinha que crescer, desenvolver-se, ser protegida de espinhos e tropeços; pela Penitência temos desviado o que poderia danificar ou prejudicar o seu desenvolvimento; temos-no alimentado com o sacramento da vida e com o exercício das nossas virtudes. Agora, essa vida divina que Cristo nos comunica permanece oculta: «A vossa vida permanece oculta com Cristo em Deus» (Col 3,3), mas no céu o véu será levantado, mostrará o seu esplendor e a sua beleza se manifestará; e não esqueçais que, uma vez atingido esse desenvolvimento, não crescerá mais, não aumentará o seu esplendor, a sua beleza não se aperfeiçoará já. A fé nos diz que o lugar da tarefa e do merecimento é este mundo; que o céu é o objetivo; lá já não é possível crescer; só resta a recompensa após a luta. «Aquele que acredita,

acumula méritos; aquele que vê, goza da recompensa» [Santo Agostinho, In Joan, LXVIII, 3]

3. O grau da nossa bem-aventurança já determinado aqui na terra segundo a medida da nossa graça; como São Paulo exorta os fiéis a progredir no exercício da vida sobrenatural «até ao dia de Cristo».

Ainda mais; gozaremos de Deus na medida e grau em que a graça tenha chegado a nós no instante em que sairmos deste mundo (1Cor 3,8).

Tenhamos sempre presente esta verdade: o grau da nossa eterna bem-aventurança está e ficará fixado para sempre, de acordo com o grau de caridade que alcançamos com a graça de Cristo quando Deus nos tirar desta vida. Cada momento dela é infinitamente precioso, pois basta para avançar um grau no amor de Deus, para nos elevarmos mais na alegria da vida eterna.

Não digamos que um grau a mais ou a menos de glória importa pouco. Há algo que importa pouco quando se trata de Deus, de uma felicidade e uma vida sem fim das quais Deus mesmo é a fonte? Se, de acordo com a parábola que Nosso Senhor se dignou explicar, recebemos cinco talentos, não é para enterrá-los, mas para fazê-los frutificar (Mt 25, 14-30). Se Deus, ao recompensar-nos, leva muito em conta os nossos esforços para viver na sua graça, para aumentar essa graça em nós, estará bem que nos contentemos em oferecer a Deus uma colheita escassa e minguada? Cristo mesmo nos disse: «Meu Pai será glorificado se produzirdes abundantes frutos de santidade, que no céu serão para vós frutos de bem-aventurança» (Jo 15,8). É tão certo que Cristo compara seu Pai a um viticultor que, por meio do sofrimento, nos poda e limpa para que dêmos maiores frutos. Será tão minguado o nosso amor a Cristo, que o tenhamos em pouco em ser membros do seu corpo místico, mais ou menos resplandecentes na Jerusalém celestial? Quanto mais santos formos, mais glorificaremos a Deus por toda a eternidade, e maior parte tomaremos no cântico de ação de graças com que os eleitos louvam a Cristo Redentor: «Redimiste-nos, Senhor».

Vivamos despertos para afastar os obstáculos que possam diminuir a nossa união com Cristo; deixemo-nos penetrar intimamente pela ação divina, a fim de que a graça de Deus opere tão livremente em nós, que nos faça «chegar à plenitude da idade de Cristo». Ouvi com quanta vivacidade São Paulo exorta os seus caros filipenses, que foi arrebatado ao terceiro céu: «Deus me é testemunha da ternura com que vos amo a todos nas entranhas de Jesus Cristo, e o que peço é que a vossa caridade cresça mais e mais... a fim de que vos mantenhais puros e sem tropeço até o dia de Cristo, cheios de frutos de justiça por Jesus Cristo, para a glória e louvor de Deus» (Fil 1, 8-11).

Vede, sobretudo, como ele mesmo se mostra como um modelo já no final da sua carreira; o cativeiro que padece em Roma paralisou o curso das muitas viagens que havia iniciado para anunciar a boa nova de Cristo; já chega ao fim das suas lutas e trabalhos, mas o mistério de Cristo, que revelou a tantas almas, vive nele com tanta intensidade, que pode dizer aos próprios Filipenses: «para mim viver é Cristo, e morrer um ganho» (*Ib*. 21).

No entanto, prossegue: «Se ficando mais tempo neste corpo mortal, eu posso tirar mais fruto do meu trabalho, não sei, verdadeiramente, o que escolher. Pois sinto-me solicitado de ambos os lados; tenho desejo de me ver livre das ataduras deste corpo e estar com Cristo, o que é muito melhor; mas, por outro lado, ficar nesta vida é necessário para vós... para o vosso proveito e o gozo da vossa fé...» Depois recorda o Apóstolo como desprezou as vantagens do judaísmo para se abraçar unicamente com Cristo, em quem encontrou tudo, pois nada, doravante, o poderá separar de Jesus. Contudo, vejam o que escreve: «Não que já tenha alcançado o prémio, e a coroa que é dada ao vencedor após a corrida, nem tenha chegado à perfeição... A minha única meta é, esquecendo as coisas que ficam para trás e estendendo-me e olhando apenas para as futuras, correr em direção ao alvo para ganhar o prémio a que Deus me chama desde o alto por Jesus Cristo» (Fil 3, 12-14). Assim, São Paulo queria esquecer todos os progressos da sua vida passada para concentrar-se mais intensamente na recompensa eterna que o aguardava. Vede também como exorta os fiéis a segui-lo: «Vós também irmãos, sede imitadores meus, assim como eu sou de Cristo... A nossa pátria está nos céus, de onde aguardamos o nosso Salvador Jesus Cristo, que transformará este corpo miserável,

conformando-o com o seu corpo já glorioso pela virtude do poder com que pode sujeitar todas as coisas». E o Apóstolo, transbordando caridade, embora estivesse encarcerado, termina com esta saudação urgente e comovente: «Portanto, irmãos meus muito queridos e amados, que sois a minha alegria e a minha coroa, perseverai assim firmes no Senhor» (*Ib*. 3, 17, 20 e 21. +1Cor 11, 1, e Fil 4, 1).

Também a vós, ao terminar estas conversas, quero dizer-vos: perseverai firmes na fé do Nosso Senhor Jesus Cristo; mantende uma esperança invencível nos seus méritos; vivei no seu amor; não cesseis, enquanto estiverdes aqui na terra, «longe do Senhor», como diz São Paulo (2Cor 5,6), de aumentar, através de uma fé viva, desejos santos e uma caridade que vos arraste sem reserva a cumprir fiel e generosamente a vontade de Deus, a vossa capacidade de contemplação e de amor a Deus, a vossa capacidade para desfrutar d'Ele na eterna bem-aventurança, para viver da sua própria vida. Dia chegará em que a fé dará lugar à visão, em que à esperança seguirá a feliz realidade, em que o nosso amor por Deus se resolverá num abraço eterno com Ele. Às vezes parece-nos que essa felicidade está muito longe; não é verdade; cada dia, cada hora, cada minuto, nos aproxima mais dela.

«Buscai, eu repetirei com São Paulo, buscai as coisas que são do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus Pai; colocai o vosso coração nas coisas do céu, não nas da terra, como as riquezas, as honras, os prazeres; pois «estais mortos para todas essas coisas» que passam; «a vossa vida, a vossa verdadeira vida», a da graça, penhor da felicidade eterna, «está escondida com Cristo, em Deus». No entanto, quando Cristo, «que é a vossa vida», aparecer triunfante no último dia, «então aparecereis também vós com Ele na sua glória» (Col 3, 1-4), da qual participareis como membros que sois seus. Não desanimeis por nenhuma dor nem sofrimento; porque as aflições, tão breves e leves da vida presente, nos trazem uma medida cheia de glória eterna (2Cor 4,17). Não vos desanime nenhuma tentação; pois se forem fiéis no tempo da prova, virá a hora em que recebereis a coroa que marcará a vossa entrada na vida prometida por Deus aos que O amam (Tg 1,12). Não vos seduzam as vãs alegrias, porque «as coisas que se vêem são transitórias, mas as que não se vêem são eternas» (2Cor 4,17. +Rm 8,18); «o tempo é curto e o mundo passa» (1Cor 7, 29-

31). O que não passa é a palavra de Cristo (Lc 21,33); «essas palavras são para nós manancial de vida divina» (Jo 6,64).

No decurso destas conferências, procurei mostrar-vos que a vida divina em nós não é mais do que uma participação, através da graça, na plenitude de vida que existe na humanidade de Jesus, e que transborda sobre cada uma das nossas almas para as tornar filhas de Deus: «Todos participamos da sua plenitude» (*Ib*. 1,16). A fonte da nossa santidade está aí e não em outra parte: essa santidade, já vos disse muitas vezes e quero repeti-lo agora ao terminar, é de ordem essencialmente sobrenatural; não a encontraremos senão na união com Cristo. «Sem mim nada podeis» (Jo 15,5). Todos os tesouros de graça e de santidade que Deus destina às almas estão como embalsamados em Jesus Cristo. Não veio ao mundo senão para nos dar parte deles com mão generosa: *Veni ut vitam... abundantius habeant*: o Pai Eterno não nos dá o seu Filho senão «para que seja a *nossa* redenção, a *nossa* sabedoria, a *nossa* santificação (1Cor 1,30), a *nossa* vida.

De modo que, embora sem Ele nada possamos, N'Ele somos ricos e «nada nos falta» (*Ib*. 1,7). Estas riquezas, diz São Paulo, são incompreensíveis porque são divinas, mas se nós quisermos, são nossas e nós nos apropriamos delas. O que se requer para isso? Que afastemos os obstáculos, o pecado, o apego ao pecado, às criaturas, a nós mesmos, que podem dificultar a ação de Cristo e do seu Espírito em nós; que nos entreguemos a Cristo com todas as forças do nosso corpo e da nossa alma, para tentar agradar, como Ele fez por um amor constante, ao nosso Pai celestial.

Então o nosso Pai dos céus descobrirá em nós os traços do seu Filho muito amado; e por causa de Jesus Cristo, colocará em nós as suas complacências e nos encherá de dons, aguardando que chegue o dia, bendito mil vezes, «em que nos vejamos todos juntos, para sempre, com o Senhor, Cristo Jesus, vida nossa» (Col 3,4).

Ó Cristo Jesus, Verbo encarnado, Filho de Maria, vem e vive em teus servos, com o teu espírito de santidade, com a plenitude do teu poder, com a realidade das tuas virtudes, com a perfeição dos teus caminhos, com a comunicação dos teus mistérios, e domina todo o poder inimigo pelo teu Espírito, para a glória do Pai! Assim seja.

Cristo Deus é a Pátria para onde nos dirigimos.

Cristo Homem é o caminho pelo qual vamos.

(Santo Agostinho. Sermão 123, c.3)

SUMÁRIO

- Dom Columba Marmion (1858-1923)
- Apresentação da edição em espanhol
- PRIMEIRA PARTE — Economia do plano divino
  - I — Plano divino da nossa predestinação adoptiva em Jesus Cristo
  - II — Jesus Cristo, modelo único de toda a perfeição. Causa exemplaris
  - III — Jesus Cristo, autor da nossa redenção e tesouro infinito de graças para nós. Causa satisfatória e meritória
  - IV — Jesus Cristo, causa eficiente de toda a graça. *Causa efficiens*
  - V — A Igreja, corpo místico de Jesus Cristo
  - VI — O Espírito Santo, espírito de Jesus
- SEGUNDA PARTE — Fundamento e duplo aspecto da vida cristã
  - I — A fé em Jesus Cristo, fundamento da vida cristã
  - II — O batismo, sacramento de adopção e de iniciação, morte e vida
- PARTE II-A —A morte para o pecado
  - III — Delicta quis intelligit?
  - IV — O sacramento e a virtude da penitência
- PARTE II-B — A vida para Deus
  - V — A verdade na caridade

- VI — O nosso progresso sobrenatural em Jesus Cristo
- VII — O sacrifício eucarístico
- VIII — Panis vitæ
- IX — Vox Sponsæ
- X — A oração
- XI — Amai-vos uns aos outros
- XII — A Mãe do Verbo encarnado
- XIII — Co-herdeiros de Cristo

22.06.2025